UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO DESVIANTE

INFLUÊNCIAS FAMILIARES NO DESENVOLVIMENTO DE TRAJECTÓRIAS DESVIANTES EM ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Luisa Maria Gentil Ferreira Carrilho

2000

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO DESVIANTE



INFLUÊNCIAS FAMILIARES NO DESENVOLVIMENTO DE TRAJECTÓRIAS DESVIANTES EM ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Luisa Maria Gentil Ferreira Carrilho

2000

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO DESVIANTE

INFLUÊNCIAS FAMILIARES NO DESENVOLVIMENTO DE TRAJECTÓRIAS DESVIANTES EM ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Luisa Maria Gentil Ferreira Carrilho

Dissertação de candidatura ao grau de Doutor, elaborada sob orientação do Prof. Doutor Jorge Negreiros e co-orientação do Prof. Doutor José Gameiro

2000

Aos meus filhos, que tal como os outros,
não tiveram oportunidade de escolher o pai e a mãe,
porque os pais não se escolhem.
Mas os filhos podem ser desejados.
Talvez isso ajude a aceitar os pais que não se escolheram.

Agradecimentos

Aos Professores Doutores Jorge Negreiros e José Gameiro gostaria de lhes agradecer e transmitir o que senti ao longo destes anos em que me orientaram:

Não me parece complicado este processo de co-orientação. Na minha fantasia, um orientador funcionava como pai quando me dizia "isso é uma crise passageira" ou "então e a família?", o outro como mãe "a Luisa já tem muita coisa... não tenha pressa" ou quando me questionava sobre aquilo que eu deveria ter escrito e não tinha, e eu apresentava os meus argumentos... " não é a mim que tem que me dizer... tem é que escrever..."

É muito bom quando se tem pais atentos, que nos ensinam a caminhar - amparam-nos quando necessitamos e largam-nos para crescermos sózinhos.

Quero, igualmente, agradecer ao Professor Coimbra de Matos ter-se disponibilizado à leitura, aconselhando-me sobre os temas psicanalíticos que abordo. À Professora Doutora Glória Ramalho, a quem agradeço as sugestões, que com toda a disponibilidade me fez, sobre o tratamento estatístico. À Dr. Margarida Rebelo, que me deu as explicações de estatística e de informática, sem o que o trabalho que apresento, não seria conseguido.

À Dra. Rosária Curral e ao Dr. Roma-Torres por me terem facultado os resultados das suas investigações sobre a FACES III, e à Dra. Julie O´Donnell que me facultou as informações sobre a Child Behavior Check-list.

À Dra. Manuela Valadão que me ensinou a descomplexificar alguma legislação.

À Madalena e ao Narciso que na biblioteca do ISPA me apoiaram nos pedidos bibliográficos para esta ou aquela biblioteca em Portugal e no estrangeiro.

Às alunas dos cursos e mestrado de psicologia e sociologia, que me auxiliaram quer na introdução dos dados, quer no seu tratamento.

À amiga Zé que mais uma vez se disponibilizou a ler e rever o que escrevi, embora encontrando-se numa fase em que a sua própria investigação não lhe permitia fazê-lo.

Aos professores e técnicos que me apoiaram na recolha dos dados nas diferentes instituições.

Aos adolescentes e às suas famílias que se disponibilizaram a fornecer-me dados para o trabalho de investigação. Foi um tempo difícil, mas muito gratificante, aquele em que estive com os jovens e com as suas famílias. Presenciei como se sentem abandonados, senti a sua revolta e constatei, reactivando as minhas memórias, como aos 12, 15 anos se deixa de acreditar.

Ao Nuno Maria e à Ana Catarina que embora com algumas fugas para Évora ou para Roma aguentaram estoicamente, mais uma saída minha para o campo.

E, por último, ao meu marido, que me acompanhou percorrendo o país, em busca destas famílias, e que como pôde verificar um doutoramento não tem forçosamente que acarretar num divórcio.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1

PRIMEIRA PARTE

CAPITULO I – EVOLUÇÃO DAS CONCEPÇÕES SOBRE O CRIME E A DELINQUÊNCIA

1 – Introdução 8

2 – Criminologia: perspectiva histórica 11

2.1 – A escola criminológica clássica 15

2.2 – O positivismo do séc. XIX 17

2.3 – A sociologia criminal 19

2.4 – A criminologia socialista 21

2.5 – A criminologia dos países socialistas 22

2.6 – A sociologia criminal americana 23

2.7 – Dos anos sessenta à actualidade 25

3 – Conceitos relacionados com a delinquência 30

3.1 - Conceito de comportamento desviante 33

3.2 – Conceito de delinquência 34

3.2.1 – Perspectiva Jurídica 35

3.2.2 – Perspectiva Sociológica 40

3.2.3 – Perspectiva Psicológica 41

3.3 – Conceitos psicopatológicos: perturbação do comportamento, perturbação anti-social de personalidade e perturbação disruptiva do comportamento . 48

4 – Comentários 57

CAPITULO II – PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS SOBRE A DELINQUÊNCIA

1 – Introdução 60

2 – Escola Tradicional 69
2.1 – Teoria da Anomia 71
2.2 – Teoria da Desorganização Social 82
2.3 - Teoria da Frustração 84
2.4 – Teoria da Diferença de Oportunidade 85
2.5 – Teoria da Associação Diferencial 87
2.6 – Teoria do Controlo 91

3 – Escola Moderna 101
3.1 – Teoria do Labeling 104
3.2 – Teoria Fenomenológica 111
3.3 - Teoria do Conflito 113

4 – Comentários 116

CAPITULO III - PERSPECTIVAS PSICOLÓGICAS SOBRE A DELINQUÊNCIA

1 – Introdução 124

2 - Perspectiva Psicodinâmica 126
2.1 - Perspectiva psicodinâmica sobre o crime 128
2.2 - Perspectiva psicodinâmica sobre delinquência 130
2.3 - Perspectiva psicodinâmica sobre agressividade 140
2.4 - Perspectiva psicodinâmica sobre psicopatia 145
2.5 - Auto-conceito e delinquência 152

3 - Teorias da Personalidade Criminal 157
3.1 - Perspectiva psico-moral 159
3.2 - Teoria dos Traços 164
3.3 - Teoria do Nó Central 171

4 - Perspectivas Fenomenológica, da Aprendizagem Social e Cognitivo-
-Desenvolvimental 176
4.1 - A Psicologia do Criminoso 177
4.2 - Teorias da Aprendizagem 182
4.3 - Teorias do Desenvolvimento Cognitivo e Moral 188

5 - Perspectiva Desenvolvimental 195
5.1 - Trajectórias na actividade delinquente 202

6 – Comentários 206

CAPITULO IV - DELINQUÊNCIA E FAMÍLIA

1 –Introdução 208

2 - Evolução das formas familiares: da família tradicional à família moderna 212

3 – Perspectiva sistémica sobre o funcionamento psicológico da família 220

4 - A organização e funcionamento familiar 234
4.1 – Estrutura familiar 242
4.2 – Tipologia familiar 246
4.3 - Os papéis na família 249

5 - Influências familiares na trajectória delinquente 256

5.1 – Estrutura familiar 258
5.1.1 –Famílias monoparentais 262
5.2 - Práticas parentais 266
5.3 – Criminalidade parental 279
5.4 – Padrões de comunicação 284
5.5 – Estrutura sócio-económica 289

6 – Comentários 294

SEGUNDA PARTE

CAPITULO V – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1 – Introdução 300

2 – Complementaridade dos métodos qualitativo e quantitativo 304

3 – Estudo Qualitativo 311
3.1– Objectivos 311
3.2– Método 312
3.3– Entrevista semi-directiva 313

4 - Estudo Quantitativo 318
4.1– Objectivos 318
4.2- Instrumentos 319
4.2.1 - Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale-Faces III 319
4.2.2 - Parental Bonding Instrument 329
4.2.3 - Escala de Agressividade do Child Behavior Check-list 332

5– Procedimentos Gerais 345

6 - Caracterização sociodemográfica da amostra 351

6.1 – Diferenças entre variáveis pessoais – comparação entre adolescentes institucionalizados e não institucionalizados 353
6.2 – Diferenças entre variáveis familiares – comparação entre adolescentes institucionalizados e não institucionalizados 359

7 – Estudo comparativo entre o sub-grupo e o total de adolescentes não institucionalizados 365
7.1 - Diferenças entre variáveis pessoais – comparação entre o sub-grupo e o grupo total de adolescentes não institucionalizados 365
7.2 – Diferenças entre variáveis familiares - comparação entre o sub-grupo e o grupo total de adolescentes não institucionalizados 369

8 – Comentários 373

CAPITULO VI - QUEM SÃO E O QUE PENSAM OS ADOLESCENTES PORTUGUESES INSTITUCIONALIZADOS-ESTUDO QUALITATIVO

1– Introdução 375

2 - A legislação portuguesa sobre menores 379
2.1 - Regime jurídico dos menores delinquentes 387

3 - Organização Tutelar de Menores 394
3.1 – Tribunal Tutelar de Menores 395
3.2 – Regime especifico dos 16 aos 21 anos 400
3.3 - Comissão de Protecção de Menores 403
3.4 – Instituto de Reinserção Social 406
3.5 – Colégios de Acolhimento Educação e Formação 411

4 – Percepções dos adolescentes institucionalizados – Análise qualitativa 421

4.1 - Metodologia qualitativa 421
4.2– Grelha de análise de conteúdo das entrevistas 425
4.3 - Resultados da análise de conteúdo 438
4.3.1 - Sub-categorias da Categoria Identificação 441
4.3.2 - Sub-categorias da Categoria Família 469
4.3.3 - Sub-categorias da Categoria Contexto Escolar 505
4.3.4- Sub-categorias da Categoria Contexto Institucional 512
4.3.5- Sub-categorias da Categoria Grupo de pares 525

5 – Conclusões 532

CAPITULO VII – ESTUDO QUANTITATIVO: análise de variáveis familiares e escolares na trajectória delinquente

1– Introdução 538

2 - Estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados e não institucionalizados 547
2.1 - Percepção dos adolescentes e dos progenitores sobre a estrutura familiar 547
2.1.1 – Percepção sobre a tipologia familiar 552
2.1.2 – Comentários 554
2.2 - Percepção dos adolescentes sobre o carinho e afecto dos progenitores 556
2.2.1 – Comentários 561
2.3 - Percepção que os professores têm sobre os comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo dos alunos 562
2.3.1 – Percepção dos professores sobre os comportamentos e desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos 566
2.3.1.1. – Conhecimento do aluno 567

2.3.1.2 – Desempenho escolar do aluno 568
2.3.2 – Alunos indicados para ensino especial e reprovações do aluno 569
2.3.2.1. – Alunos indicados para ensino especial 573
2.3.2.2 – Reprovações do aluno 575
2.3.3 – Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos 576
2.3.3.1 – Comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos 578
2.3.4 – Comentários 579

3 – Estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados e não institucionalizados em função de níveis etários 583
3.1 - Caracterização da amostra em função dos níveis etários 584
3.2 - Percepção dos adolescentes e dos progenitores sobre a estrutura familiar 586
3.2.1 – Nível etário entre os 10 e os 12 anos 586
3.2.1.1 – Percepção sobre a tipologia de família 588
3.2.2 – Nível etário entre os 13 e os 15 anos 590
3.2.2.1 – Percepção sobre a tipologia de família 592
3.2.3 – Nível etário entre os 16 e os 18 anos 593
3.2.3.1 – Percepção sobre a tipologia de família 595
3.2.4 – Comentários 596
3.3 - Percepção dos adolescentes sobre o carinho e afecto dos progenitores 598
3.3.1 – Nível etário entre os 10 e os 12 anos 599
3.3.2 – Nível etário entre os 13 e os 15 anos 601
3.3.3 – Nível etário entre os 16 e os 18 anos 602
3.3.4 – Comentários 603
3.4 - Percepção que os professores têm sobre os comportamentos, desempenho escolar escolar e funcionamento adaptativo dos alunos 606
3.4.1 - Nível etário entre os 10 e os 12 anos 606
3.4.1.1 – Percepção dos professores sobre os comportamentos, desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos 606

3.4.1.2 – Alunos indicados para ensino especial e reprovações do aluno 608
3.4.1.3 – Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos .. 609
3.4.2 – Nível etário entre os 13 e os 15 anos 610
3.4.2.1 – Percepção dos professores sobre os comportamentos, desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos 610
3.4.2.2 – Alunos indicados para ensino especial e reprovações do aluno 612
3.4.2.3 – Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos .. 613
3.4.3 – Nível etário entre os 16 e os 18 anos 614
3.4.3.1 – Percepção dos professores sobre os comportamentos, desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos 614
3.4.3.2 – Alunos indicados para ensino especial e reprovações do aluno 616
3.4.3.3 – Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos .. 617
3.4.4 – Comentários 618

4 - Estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados casos assistenciais e casos pré-delinquentes 621
4.1 - Caracterização sociodemográfica da amostra 622
4.1.1 – Motivo de internamento 624
4.1.2 - Diferenças entre variáveis pessoais – comparação entre adolescentes institucionalizados considerados casos assistenciais e casos pré-delinquentes 626
4.1.2.1 – Recidivas dos adolescentes institucionalizados 630
4.1.3 - Diferenças entre variáveis familiares – comparação entre adolescentes institucionalizados considerados casos assistenciais e casos pré-delinquentes 631
4.1.4 – Percepção dos técnicos sobre a relação da família com os adolescentes .. 637
4.2 - Percepção dos adolescentes e dos progenitores sobre a estrutura familiar 638
4.2.1 – Percepção sobre a tipologia familiar 639
4.3 - Percepção dos adolescentes sobre o carinho e afecto dos progenitores 640

4.4 - Percepção dos professores sobre os comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo dos alunos 641
4.4.1- Percepção dos professores sobre os comportamentos, desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos 642
4.4.2 – Alunos indicados para ensino especial e reprovações do aluno 644
4.4.3 - Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos 645
4.5 – Comentários 646

5 – Estudo comparativo entre os adolescentes institucionalizados, de acordo com o internamento precoce ou tardio 649
5.1 - Caracterização sociodemográfica da amostra 650
5.1.1 – Diferenças entre variáveis pessoais – comparação entre adolescentes institucionalizados em idade precoce ou tardia 650
5.2 - Percepção dos adolescentes e dos progenitores sobre a estrutura familiar 654
5.2.1 – Percepção da tipologia familiar 655
5.3 - Percepção dos adolescentes sobre o carinho e afecto dos progenitores 656
5.4 - Percepção que os professores têm sobre os comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo dos alunos 657
5.4.1– Percepção dos professores sobre os comportamentos e desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos 658
5.4.2 – Alunos indicados para ensino especial e reprovações do aluno 659
5.4.3 - Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos 661
5.5 – Comentários 662

CAPITULO VIII – CONCLUSÕES FINAIS

1 – Compreensão da delinquência 668

2 – Influências familiares na trajectória delinquente 676

3 – Influências da escola na trajectória delinquente 689

4 – Considerações finais – Implicações dos resultados para a intervenção na delinquência 696

BIBLIOGRAFIA 702

ANEXOS 740

INTRODUÇÃO

Uma certa forma de delinquência sempre existiu nos adolescentes, contudo a persistência na delinquência é um problema que não deve ser subestimado. Por vezes, a abordagem do tema é acompanhada de alguma demagogia que, não incidindo no âmago da questão, não traz mais valias, nem para os sujeitos que entram na trajectória delinquente, nem para os que são vítimas daqueles, e referimo-nos àqueles em quem o adolescente faz incidir os seus actos delinquentes.

O fenómeno da delinquência não pode ser visto como exclusivo de meios sócio-económicos desfavorecidos, mas como um fenómeno generalizável a outros meios sócio-económicos. Contudo, o factor estatuto social do adolescente e o factor de "rotulagem" e estigmatização operam decisivamente no processo da trajectória delinquente.

Num pólo encontram-se os jovens urbanos, socializados, oriundos das classes sociais mais favorecidas, diferenciados e bafejados pela sorte [1]. No outro, os outros jovens sem cama, sem roupa, sem comida, que vagueiam pelas ruas, que furtam, que vêm a constituir os bandos de vândalos e a quem o aparelho repressivo e o mundo institucional se destinam, porque os primeiros têm algum familiar que aparece quase sempre, quando, por lapso, são identificados nas suas trajectórias delinquentes.

[1] Detectam-se alguns casos de adolescentes de famílias de nível sócio-económico médio e superior que tendo-se associado à narcodependência como nos casos de toxicodependentes aparecem ligados à delinquência, nomeadamente em crimes de roubo e de furto.

Os jovens originários ou descendentes dos países africanos de língua oficial portuguesa constituem a grande massa de oriundos dos bairros degradados das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, candidatos á institucionalização; desenraízados, têm uma grande dificuldade de adaptação à escola, que não lhes fala da sua identidade, mas lhes impõem um modelo, que não tem a ver com a sua ancestralidade, nem é vivido nos seus contextos familiares. A segregação cultural de que são vítimas leva-os ao abandono precoce da escola. Entregues a si próprios, dedicam-se à mendicidade e à marginalidade.

A clarificação do fenómeno da delinquência e das suas repercussões sociais, nomeadamente a reacções defensivas da população, que por sua vez conduzem à instauração de um modelo de justiça, em que o agravamento penal se sobrepõe à vertente terapêutica, deverão constituir base de estudo a qualquer projecto que se proponha intervir adequadamente nesta área.

Menosprezando esta estratégia, corremos o risco de aplicar soluções a realidades que não foram suficientemente estudadas.

A problemática da delinquência na adolescência reside na família, na escola, na sociedade; há que oferecer aos adolescentes, condições que lhes permitam fazer face a estas realidades, para que consigam de forma autónoma e adequada, fazer face às dificuldades que o contexto lhes coloca.

As acções a nível da comunidade constituem um movimento positivo, não só por evitarem a institucionalização, mas, principalmente, porque podem constituir uma tentativa de reinserção do adolescente no seu contexto, introduzindo mudanças globais que afectem não só o adolescente, mas também o seu meio social e familiar.

Ao pretender fazer uma reflexão sobre a delinquência, baseámo-nos em estudos já efectuados por outros autores, o que permitiu repensar a investigação que agora se apresenta.

A ideia que o trabalho que é feito com os adolescentes institucionalizados, no nosso país, fica muito aquém daquilo que pode ser feito, levou-nos a tentar compreender o que seria possível fazer-se em função das necessidades daqueles adolescentes.

Na dissertação que se apresenta propomo-nos investigar as variáveis familiares que contribuem para a trajectória delinquente.

Para além de termos estudado as diferentes perspectivas de abordagem da delinquência, através dos grandes paradigmas do fenómeno criminal, e das teorias sociológicas, psicológicas e sistémicas, reflectimos sobre os contextos jurídico e institucional, que se ocupam dos adolescentes considerados delinquentes, numa tentativa de compreensão da dinâmica subjacente ao processo de institucionalização. Como não podia deixar de ser, tentámos compreender também a dinâmica familiar destes adolescentes.

Quisémos ainda debruçarmo-nos sobre um outro plano, que pensamos ser determinante nesta fase da adolescência - a escola. Por isso, tentámos compreender até que ponto o papel do professor pode ser determinante na trajectória delinquente.

A hipótese colocada de que o trabalho a fazer junto dos adolescentes delinquentes, tem que ser feito conjuntamente com a família, quer numa intervenção psicossociológica, quer jurídica, foi tomando forma. Os resultados que obtivémos, vinham a cada momento confirmar o que se perspectivara na observação.

Com este projecto de investigação pretende-se avaliar as associações que existem entre as percepções dos diversos aspectos do contexto familiar (coesão, adaptabilidade,

afecto, e carinho) e a delinquência. O primeiro objectivo do nosso estudo é verificar como a estrutura e o clima familiar interagem na delinquência.

Quando a instituição familiar não consegue, através dos mecanismos de controlo de regulação social, acompanhar o adolescente por forma a evitar a sua entrada na trajectória delinquente, os comportamentos anti-sociais extravasam do contexto familiar para outros, nomeadamente a escola.

O segundo objectivo do nosso estudo é compreender o modo como os professores percepcionam os seus alunos que rejeitados ou negligenciados pelas suas famílias, ou a quem estas, por outros motivos, não conseguiram proteger, foram institucionalizados.

Este estudo empírico tem subjacente teorias como a do controlo, psicodinâmica e sistémica sobre a família.

A teoria do controlo, ou da regulação social, está subjacente ao nosso estudo na medida em que considera que o comportamento delinquente decorre da natureza dos laços que o sujeito estabelece com a sociedade, com instituições como a família e a escola. É este controlo, como explicitaremos mais à frente, que determina a natureza do processo de passagem ao acto.

A teoria psicodinâmica ao debruçar-se sobre a relação entre o tipo de vinculação que o sujeito estabelece com os seus progenitores e o seu auto-conceito, vem, numa perspectiva idêntica, dar importância aos modelos de identificação a que o indivíduo tem acesso, e analisar a importância deste processo na construção da sua identidade.

As teorias sistémicas permitem-nos, com um novo modelo de leitura da dinâmica familiar, a compreensão do papel, determinante, que é atribuído, não só à estrutura, mas também à dinâmica familiar na trajectória delinquente.

De acordo com a nossa perspectiva, a delinquência integra os antecedentes do sujeito em interacção com as actuais forças dos sistemas com que interage, dos quais sobressai o familiar. As diferentes influências dos diferentes campos em interacção é que conduzem à prática do acto desviante que pode contribuir para a trajectória delinquente. Neste sentido, a delinquência é um fenómeno situacional, que pode constituir um episódio que ocorre num tempo e espaço delimitados.

A nossa investigação põe a tónica nos laços familiares, por considerar que os laços de vinculação primária são estabelecidos neste grupo.

O clima familiar conflitual, a negligência parental, a ausência de regras predispõe à aprendizagem da delinquência. As relações que se estabelecem entre o adolescente e os elementos da família são determinantes na trajectória delinquente.

A escola constitui um outro sistema onde esta problemática pode sofrer agravamento, se os adultos com quem o adolescente estabelece as suas relações neste contexto, perpetuarem a conflitualidade que foi aprendida desde a vinculação precoce.

Na primeira parte do trabalho, no capítulo I, apresenta-se a evolução das concepções sobre o crime e a delinquência. Após uma breve perspectiva histórica criminológica, definiremos os conceitos com que trabalharemos ao longo da investigação, explicitando a evolução que os conceitos sobre delinquência sofreram.

Debateremos, em seguida, os grandes paradigmas da compreensão do fenómeno criminal. No capítulo II, apresentaremos as perspectivas sociológicas sobre o comportamento delinquente. Abordaremos as teorias sociológicas da escola tradicional e da escola moderna. No capítulo III apresentaremos, segundo uma perspectiva histórica, as teorias psicológicas que mais se debruçaram sobre a delinquência.

O capítulo IV será dedicado ao tema delinquência e família e fará o interface com a segunda parte do nosso trabalho que é consagrada à investigação empírica.

A segunda parte desta dissertação é constituída pelo trabalho empírico; no capítulo V analisaremos a complementaridade dos métodos qualitativo e quantitativo, dado que na investigação que apresentamos optámos por utilizar os dois métodos.

Explicitaremos os objectivos dos estudos qualitativo e quantitativo e os instrumentos utilizados em cada um dos estudos, caracterizando-se, em seguida, a amostra da nossa investigação.

O capítulo VI debruça-se sobre quem são e o que pensam os adolescentes portugueses institucionalizados. Através de um estudo qualitativo, procederemos a uma análise de conteúdo das entrevistas recolhidas junto dos adolescentes institucionalizados. Antes, porém, apresentaremos uma perspectiva sumária sobre a legislação portuguesa referente aos menores. Explicitaremos as funções atribuídas à Organização Tutelar de Menores e quais as inovações propostas pela actual Lei n ° 147/99 de 1 de Setembro. Concluiremos este ponto do capítulo VI abordando as atribuições do I.R.S. e dos Colégios de Acolhimento, Educação e Formação, instituições onde os adolescentes que constituem parte da nossa amostra se encontram institucionalizados.

No capítulo VII apresenta-se o estudo quantitativo do trabalho empírico, no qual são analisadas variáveis familiares e escolares na trajectória delinquente, ao longo de quatro estudos.

O primeiro é um estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados e não institucionalizados.

O segundo é um estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados e não institucionalizados em função dos níveis etários.

O terceiro é um estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados considerados casos assistênciais e casos pré-delinquentes.

E, por último, o quarto é um estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados em função da idade da institucionalização.

Os quatro estudos debruçam-se sobre a análise de variáveis familiares como a percepção dos adolescentes e dos progenitores sobre a estrutura familiar, e a tipologia familiar, sobre a percepção dos adolescentes sobre o carinho e afecto dos progenitores e sobre a percepção dos professores sobre os comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo dos alunos.

Concluiremos esta dissertação com um capítulo em que reflectimos sobre os resultados obtidos nos diferentes estudos, nomeadamente sobre a importância da escola enquanto contexto institucional que promove a integração do adolescente no seu sistema, e, não raras vezes, a sua reeducação, funcionando como factor de protecção.

Todavia, quando o processo é de rejeição e se dá lugar à institucionalização, qual é o papel que cabe à reeducação dos adolescentes institucionalizados e das suas famílias?

O desenvolvimento desta investigação coincidiu com o período em que os meios políticos propuseram alterações à legislação de Protecção de Menores.

Estou convicta de que quaisquer alterações a introduzir no trabalho a desenvolver com estes adolescentes, têm que passar pela análise de problemas concretos e pela escuta destes adolescentes e das suas famílias. Foi isso que tentei fazer.

Aprendi muito com estes jovens e sobre o país real.

PRIMEIRA PARTE

ANÁLISE TEÓRICA

CAPÍTULO I –EVOLUÇÃO DAS CONCEPÇÕES SOBRE O CRIME E A DELINQUÊNCIA

1 – INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos as representações sobre as causas do crime produziram diferentes manifestações culturais em áreas como o conto, o drama ou o folclore.

Platão considerou o crime como sintoma de uma doença cujas causas seriam as paixões, a procura de prazer e a ignorância. Aristóteles considerava o criminoso um inimigo da sociedade, atribuindo relevo á miséria como causa do crime e factor de revolta. S.Tomás também imputaria à miséria a causa do crime, enquanto Morus considerava o crime como reflexo da própria sociedade. (Dias e Andrade, 1997).

A evolução que o conceito de delinquência tem sofrido, obriga a que nos debrucemos um pouco sobre o mesmo. Definir o fenómeno delinquência torna-se difícil porque o conceito é confuso. O grau de imprecisão do fenómeno delinquência torna difícil abarcá-lo com alguma precisão.

Sendo o objecto da criminologia o crime, este conceito contem elementos jurídicos, éticos, religiosos e sociológicos. Crime "será todo o comportamento – mas só aquele – que a lei criminal tipifica como tal " in Dias e Andrade, 1997.

Se por um lado o investigador optar por considerar uma definição estritamente legal de delinquência, ou seja, a partir de leis e regulamentos promulgados, esta opção apresenta vantagens para a investigação científica, na medida em que neste âmbito a delinquência é identificada como uma classe bem delimitada do comportamento humano que pode ser controlada. Contudo, levanta-se uma outra questão: nesta

definição o que é analisado é a delinquência sujeita às regras do código penal, punida, sancionada, ou seja, a delinquência oficial, e não a delinquência escondida, aquela que não chega aos tribunais.

Aos investigadores na área da delinquência na adolescência colocam-se algumas questões como: quais os factores que facilitam ou determinam a implicação do adolescente no processo que o torna delinquente; como se desenvolve um processo de delinquência num adolescente; que tipo de adolescentes têm maior propensão para a delinquência, ou ainda, se existem diferentes formas de expressão da delinquência. Estas questões não obtêm resposta sem que primeiro tenhamos delimitado o conceito de delinquência.

Uma definição rigorosa, específica, homogénea de delinquência torna-se difícil. Embora tenhamos presente, hoje, que a conduta delinquente surge a par do desenvolvimento psicossocial do sujeito durante a adolescência, nem sempre esta ideia foi tão claramente aceite.

Em estudos sobre delinquência tem sido considerado isoladamente o crime e o agente do mesmo. No entanto, é sabido que o sujeito só pode ser considerado delinquente a partir do momento em que é imputável. Mas para que o sujeito possa ser considerado delinquente, deve ter-se em conta o contexto em que o comportamento delinquente ocorre, a biografia de quem o praticou, e a finalidade com que foi praticado. A delinquência define-se pela execução de actos delinquentes. O significado que se atribui a um comportamento, é que o define como delinquente ou não.

Tendo em vista uma tentativa de clarificação destes aspectos, propomo-nos, neste capítulo, apresentar uma breve perspectiva histórica da criminologia, após o que nos centraremos sobre os conceitos de comportamento desviante e delinquência,

utilizados no âmbito da sociologia, da psicologia e da psicopatologia, atendendo a que a delinquência na adolescência engloba aspectos jurídicos, sociológicos e psicológicos.

2 – CRIMINOLOGIA: PERSPECTIVA HISTÓRICA

A criminologia como ciência tem pouco mais de um século. Acompanhou, na sua evolução, as ideologias que perpassaram pela história e que foram, de alguma forma, influenciando os investigadores nesta área, eventualmente mais do que noutras, até pela importância que a ideologia vigente em cada sociedade tem, nos diferentes modelos de actuação face ao crime. As relações entre a criminologia e a ideologia têm evoluído ao longo da história, assim, por exemplo, o Iluminismo dirigiu as suas reinvindicações contra a "lei"; o positivismo quis reagir sobre o "delinquente"; a criminologia clássica americana pretendeu reformar a "sociedade"; o interaccionismo quis modificar a "reacção à delinquência" e a criminologia radical propõe-se contestar o "sistema social"(Dias e Andrade 1997).

As primeiras formulações teóricas do âmbito da psicologia criminal são enunciadas pela escola sociológica de antropologia criminal italiana, ao considerarem a existência de dimensões psicológicas e morais como factores determinantes da criminalidade.

A escola Clássica da Criminologia representada por Bentham (1748-1832) em Inglaterra e por Beccaria (1738-1794) em Itália, definia o crime estritamente em termos da lei criminal, dando ênfase à natureza do crime, às consequências do crime nas vítimas e à eficácia da punição. Para estes autores o sujeito que cometia o acto tinha consciência da infracção, colocando a sua auto-gratificação em primeiro plano e só depois os direitos dos outros, pelo que deveria ser punido por colidir com os direitos dos outros.

A punição deveria, por isso, ser proporcional à natureza e severidade do crime, independentemente do motivo do crime.

No séc. XIX diferentes estudos sobre criminologia, conduzidos por juristas e magistrados, investem nos processos judiciais, nas funções policiais e na gestão dos criminosos no sistema prisional.

Ao longo do séc. XIX e início do séc. XX os estudos criminológicos, assentes inicialmente numa racionalidade biológica, evoluem para uma perspectiva sociológica e psicológica.

O movimento positivista, assim chamado, surge com a perspectiva de que a criminalidade é um fenómeno social, chamando por isso psicólogos, psiquiatras, sociólogos e técnicos de enfermagem às investigações, que vão enfatizar o diagnóstico e o prognóstico. Hans Gross (1847-1915), um advogado austríaco, foi considerado, então, um dos pioneiros na investigação em criminologia com uma vertente física, psicológica e médica.

A questão sobre a responsabilidade dos criminosos começa a ser levantada, relacionando-se a saúde mental com a responsabilidade de actos ilegais.

Na linha do positivismo, os estudos sobre a personalidade do criminoso, levaram à conclusão de que existiria uma estrutura de personalidade criminal associada à prática dos actos delituosos. Ainda hoje esta ideia é sustentada por alguma aplicação de testes de avaliação da personalidade, em determinados exames periciais.

Em 1954, nos Estados Unidos, é estabelecido que uma pessoa não pode ser considerada responsável criminalmente se o acto ilegal cometido for considerado produto de uma perturbação mental.

A perspectiva orgânica, defendida por Cesare Lombroso (1836-1909), considerava que determinados sujeitos nascem criminosos e que isso deve-se a factores

genéticos, inalteráveis, pelo que esses sujeitos seriam portadores de uma anomalia biológica.

Lombroso conduziu várias investigações sobre criminologia em "post-mortem", em que avaliou as características patológicas dos sujeitos, insistindo na ideia de que a criminalidade tinha uma base hereditária. Por outro lado, a ideia de que a inferioridade constitucional, estava presente nos criminosos, vigorava à altura.

No séc. XX a psicologia aproximou-se do debate sobre delinquência. As investigações no âmbito da psicologia partilharam, então, conclusões com outras áreas de investigação.

Enquanto os sociólogos apresentam motivações no sentido descrito, os psicólogos debruçam-se mais sobre o sujeito, estudando a condição delinquente. O agir anti-social é considerado como a manifestação dum problema de adaptação mais profundo e mais geral.

O comportamento delinquente é uma manifestação resultante dum distúrbio cuja causa básica reside em padrões e desenvolvimentos individuais. O padrão comportamental delinquente manifesta-se numa idade muito precoce e torna-se característica do indivíduo.

Embora tomando em consideração os factores externos, o problema é individual e é nessa perspectiva que deve ser focalizado, no sentido do comportamento delinquente poder vir a ser alterado.

Nesta fase de desenvolvimento das teorias psicológicas sobre delinquência é considerado que, enquanto as anomalias psicológicas constituem uma resposta às condições ambientais ou biológicas, o comportamento delinquente é uma resposta a problemas psicológicos. Assim, a perspectiva psicológica continua a focalizar no sujeito os factores associados ao desenvolvimento do processo da delinquência.

Ao longo do séc. XX surgem uma multiplicidade de teorias psicológicas sobre o fenómeno criminal. Serviram de base a estas teorias modelos e teorias como a psicodinâmica, que se focaliza nos aspectos mais subjectivos do sujeito e que considera a existência de factores psicológicos na origem dos processos que conduzem ao acto desviante/criminoso; as teorias psico-morais, desenvolvidas a partir das teorias psicodinâmicas e da fenomenologia, que relegando para um segundo plano a dimensão biológica introduz a dimensão psicológica e moral no debate, ao defender que os criminosos não são seres marcados por uma constituição biológica específica, mas sim sujeitos com uma incapacidade psíquica e moral que lhes impossibilita uma vida social adaptada. No séc. XX a influência da vertente psico-moral, instala-se definitivamente com De Greeff dando à investigação em delinquência uma orientação para os aspectos intrapsíquicos.

As teorias factoriais e diferenciais, a teoria dos traços da personalidade, as teorias comportamentais e cognitivas, assim como as teorias do actor social e da auto-organização, contribuíram para que hoje nos estudos sobre delinquência não nos debrucemos sobre os sinais anatómicos ou sobre os estigmas biológicos e morais, mas procuremos de forma sistémica e transdisciplinar compreender "as marcas psicológicas estruturais e funcionais específicas e diferenciadoras" (Santos, 1998), que possam ajudar-nos a compreender o sujeito e a sua trajectória delinquente.

A criminologia estudou durante anos a delinquência e a inadaptação detectada nas deficiências de personalidade, susceptíveis de serem modificadas pelo tratamento. Nos últimos dez anos, a criminologia debruçou-se sobre a reacção social aos actos delinquentes e sobre as vítimas destes actos, nomeadamente nos estudos de vitimologia.

Verifica-se, ao longo dos anos, uma evolução no estudo da delinquência em que as vertentes socio-psicológica, bio-psicológica e psico-moral vão estando subjacentes à

investigação, até aos nossos dias em que "vigora um pensamento sistémico e transdisciplinar, numa abordagem biopsicossocial da acção criminal" (Agra, 1986, 1995 cit. por Santos, 1998).

Abordaremos nesta fase do nosso trabalho a perspectiva da escola clássica da criminologia de que sobressai Beccaria. Referir-nos-emos à perspectiva de Lombroso, positivista que contrariou as ideias iluministas até aí em vigor. Seguir-se-á uma incursão na criminologia socialista e na sua prática nos países socialistas e posteriormente na sociologia criminal americana. Concluiremos este ponto em que se pretende apresentar a perspectiva histórica da criminologia, abordando a evolução verificada na investigação dos anos sessenta à actualidade.

2.1 - A ESCOLA CRIMINOLÓGICA CLÁSSICA

A escola criminológica clássica tem subjacente ideais filosóficos do humanismo racionalista. Nesta escola sobressai a obra de Beccaria, que procurou fundamentar a legitimidade do direito de punir, bem como definir os critérios da sua utilidade a partir do postulado do contrato social, que originaria a solidariedade de todos os cidadãos em torno dos valores fundamentais. O consenso assim criado determinaria uma igualdade de deveres assente na igualdade de interesses.

Cesare Beccaria (1764) em "Crimes and Punishments", ao explanar as suas concepções na explicação do crime, afirmava que as pessoas actuam criminosamente porque dos seus actos lhes advém prazer, escolhendo voluntariamente cometê-los. Segundo esta perspectiva, racionalista ao serviço do hedonismo, os actos criminosos

teriam subjacente a procura de prazer e o evitar a dor; a diferença entre criminosos ou não, consistiria na diferença em que aqueles ultrapassariam a lei para atingirem o prazer, enquanto que os outros se mantinham dentro das normas vigentes na lei, para atingirem os seus objectivos.

Para o autor, e em conformidade com as teorias clássicas, o sujeito actua de acordo com a sua livre vontade e razão, em função dum objectivo a atingir, pelo que tem que ser responsável pelos seus actos. Por livre vontade entende-se responsabilidade individual no comportamento, resultante aquela da consciência dos actos do sujeito. Assim, o sujeito tem capacidade para actuar de acordo com um plano que preestabelece às suas actuações, baseado no conhecimento das potenciais consequências que daí advêm.

Segundo Beccaria (1764) "as pessoas fazem o que fazem porque tiram prazer dos seus actos, e escolhem voluntariamente cometê-los". Assim, a actividade criminal seria motivada pelo prazer em atingir determinado objectivo, sendo que o sujeito tinha oportunidades de optar por cometer ou não o crime. De salientar que a escola clássica parte do princípio que todo e qualquer sujeito tem as mesmas oportunidades e a mesma capacidade de raciocínio na avaliação dos actos.

Hoje sabemos que os desejos e objectivos do sujeito são condicionados e influenciados por uma série de factores individuais e do contexto, pelo que esta perspectiva reducionista foi ultrapassada e actualmente a avaliação das condutas anti-sociais não apresenta esta perspectiva linear.

Para o autor todas as penas que não relevem da salvaguarda do contrato social são ilegítimas e as que não sejas adequadas a obviar violações futuras são inúteis, principalmente se não tiverem eficácia preventiva.

A aspiração de Beccaria (1764) a uma aplicação rigorosamente geral e igual da lei é provada hoje como infundada, conhecida que é a pluralidade das instâncias que se interpõem entre a formulação abstracta da lei e a sua aplicação concreta.

Como se pode verificar a escola clássica é caracterizada pela ideia de que o comportamento delinquente é resultado da vontade própria do sujeito, pelo que a criminalidade deve ser objecto de punição. Daí que a justiça, à época, funcionasse em função destas ideias.

Segundo a visão clássica de crime, o estado determinava a natureza ou a definição de crime. Utilizando o termo desvio, eram descritos uma série de comportamentos, esquecendo outras tantos significativamente importantes. De acordo com esta perspectiva da escola clássica sobre o conceito de crime, o desvio e o crime eram analisados numa perspectiva de causa e efeito. Restringindo a sua atenção sobre o crime, ignorando muitas formas de comportamento análogo ao crime em termos de reacção social e idênticas ao crime em termos de causa, as preocupações dos criminologistas consistiam no acto criminoso, ou no crime e nas propriedades do actor ou criminoso (Matza, 1964; Gottfredson and Hirschi, 1990).

2.2 - O POSITIVISMO DO SÉC: XIX

Com a obra de Cesare Lombroso "L'Uomo Delinquente", em 1876 dá-se início a um novo capítulo na história da criminologia, face aos resultados negativos obtidos com as ideias optimistas das reformas penais e penitenciárias do Iluminismo, que levara a um aumento e diversificação da criminalidade, revelando altas taxas de reincidência. O

autor, com a sua obra de antropologia criminal, afirmava que certos caracteres anatomorfológicos, fisiológicos e psicológicos, constituíam certo tipo humano a que o crime andaria ligado.

A perspectiva positivista propõe-se averiguar a natureza e as causas do crime, baseando-se no método experimental.

Com o início do séc. XIX as representações mitológicas, religiosas e supersticiosas sobre a loucura são superadas pela ideia de doença mental, que permite eliminar os tratamentos desumanos e cruéis a que eram submetidos os loucos. Paralelamente a esta corrente surge Pinel que na sua obra "Des maladies mentales" (1839) atribuiu o crime a uma monomania.

A imputação do crime à degenerescência e à insanidade moral constitui um conjunto de ideias em vigor no séc. XIX que ao atribuir o crime à doença, permite reclamar a necessidade de tratamento do delinquente.

Os seguidores de Lombroso mantêm o postulado determinista e a rejeição do livre arbítrio, independentemente das controvérsias que possam ter entre si: Lombroso (1876) conotou a teoria criminológica antropologicamente, Ferri (1892 in Dias e Andrade 1997), contrapôs-lhe o peso das condicionantes sociológicas e Garófalo deu relevo à explicação psicológica

Em Portugal destacam-se na escola positiva autores como Basílio Freire, Júlio de Matos, Bernardo Lucas e Miguel Bombarda.

Contestando a validade e os limites das teses positivistas, e pondo termo à teoria lombrosiana, e ao seu determinismo endógeno, que todavia ainda persiste em algumas teorias psicológicas e psiquiátricas, surgem a teoria criminal e a antropologia.

Hoje o direito penal, ultrapassado que foi o simplismo de Lombroso, dadas as contribuições de investigações em psicologia, sociologia, psiquiatria, psicanálise, e

pelos cognitivistas, interessa-se menos pelos caracteres descritos, que pelas considerações objectivas que fazem entrar o sujeito numa categoria previamente estabelecida (inimputabilidade, reincidência, habitualidade).

Embora a infracção seja o ponto de partida do direito criminal, é feita uma distinção entre os tipos de delinquentes, com base em tipos como os alcoólicos, os associais, os anormais perigosos e os menores.

Do ponto de vista jurídico, o conjunto das infracções penais de todas as espécies cometidas numa sociedade, durante um período dado, constitui a delinquência dessa sociedade nesse período.

A delinquência é, pois, o crime enquanto fenómeno de massa, e a criminalidade o fenómeno da vida comunitária.

A escola neoclássica embora considere que as pessoas funcionam de livre vontade, toma em consideração as circunstâncias mitigantes. Esta mudança de atitude influenciou o sistema de justiça criminal e permitiu a separação da jurisprudência dos adultos das crianças e adolescentes.

2.3 - SOCIOLOGIA CRIMINAL

A par da escola positivista de criminologia, surgia com Durkheim a sociologia criminal. O termo anomia, ou ausência de normas, que tem o seu maior desenvolvimento quando a sociedade se torna instável, parece ter sido utilizado pela primeira vez no séc. XVI e reintroduzido por Durkheim em 1893.

As formulações sociológicas sobre anomia feitas por Durkheim, em "The Division of Labor in Society" (1893) e em "Suicide" (1897) e por Robert K. Merton em "Social Theory and Social Structure" (1957) tiveram uma papel importante na sociologia contemporânea, na medida em que explicam várias formas de comportamento desviante na sociedade.

Anteriormente a Lombroso, o estudo sociológico do crime conheceu um percurso interessante com Quételet (1835 in Dias e Andrade 1997) que alertava para os factores de raiz sociológica como a miséria, o ambiente moral, a educação e a família, que levariam o "culpado", a quem considerava mero instrumento de execução do crime, a actuar.

A escola cartográfica, em que se integrava entre outros, Adolphe Quételet tinha como grande preocupação demonstrar a distribuição quantitativa do crime e da delinquência. Contudo, os resultados que obtiveram, não tinham subjacente uma teoria que suportasse a sua interpretação, o que se torna compreensível se pensarmos que muitas vezes os resultados serviam para indicar, por exemplo, a falha de moralidade num determinado contexto ou região.

É com a sociologia criminal que se começam a aplicar e desenvolver métodos e instrumentos, como a recolha e interpretação de dados estatísticos.

Os estudos levados a cabo em países europeus como a França, a Bélgica, a Alemanha e a Grã-Bretanha recorrem às estatísticas das condenações judiciais, utilizam cartas geográficas para assinalar a distribuição diferencial das taxas e dos tipos de criminalidade pelas áreas geográficas e produzem investigação estatístico-ecológica sobre os grandes movimentos de criminalidade, resultantes da industrialização e do consequente aparecimento de subúrbios sobrepovoados.

Mayhew (1862 in Dias e Andrade 1997) surge como o percursor da observação participante ao fazer observação dos "ninhos" do crime, frequentando bares e locais de reunião dos subúrbios londrinos.

A par da obra de Durkheim, a sociologia criminal recebe igualmente uma influência decisiva com a obra de Marx. Ambos introduzem nos fundamentos da teoria sociológica a antinomia conflito-consenso. O sociólogo francês Durkheim preocupou-se com a definição de crime e introduziu a ideia de anomia, que viria a ser repescada por Merton (1938). O autor avança ainda com a tese da normalidade e funcionalidade do crime, considerando o crime como fenómeno social e simultâneamente anti-social.

2.4 - A CRIMINOLOGIA SOCIALISTA

A criminologia socialista surge nos finais de séc. XIX baseada em Marx e Engels e explica o crime a partir da natureza da sociedade capitalista, acreditando na redução dos motivos para delinquir após instauração do socialismo. Marx pôs em relevo o carácter intrinsecamente criminógeno do sistema capitalista e a sua interdependência com o crime. Engels atribuía o crime à revolta ou às condições de miséria e desmoralização, denunciando a justiça da classe que aplica desigualmente o direito (Dias e Andrade 1997).

A minimização do crime é, segundo Colajanni (1889 cit. in Dias e Andrade 1997), função da maximização da estabilidade económica e da redução das diferenças na repartição da riqueza, enquanto que para Bonger (1932 cit. in Dias e Andrade 1997) o capitalismo ao tornar os homens mais individualistas proporciona a prática do crime.

A criminologia marxista é ainda hoje vista com alguma controvérsia, considerando alguns autores, nomeadamente Dias e Andrade (1997) que esta teoria é apenas um conjunto "de referências não soldadas pela unidade de método e fundamentação, não raras vezes reproduzindo e obedecendo a estereótipos dominantes".

2.5 - A CRIMINOLOGIA DOS PAÍSES SOCIALISTAS

A criminologia dos países socialistas, nomeadamente a soviética, exprime-se no período de 1917-1930 por uma grande abertura à experiência dos países capitalistas europeus, e caracteriza-se por uma pluralidade de perspectivas e interdisciplinaridade, pese embora a influência marxista-leninista.

No período de 1930-1956, correspondente ao estalinismo, os estudos criminológicos são praticamente abolidos. A partir de 1956 a criminologia ressurge na União Soviética, é legitimada, e passa a apoiar a política criminal soviética, que pretende basear-se em estudos sobre as causas do crime e da reincidência para fazer prevenção. A criminologia soviética é integrada no direito criminal, ocupando-se da sua investigação essencialmente os juristas, controlados pelo Estado, numa perspectiva em que o crime é um fenómeno social que radica na sociedade capitalista e na exploração do Homem, de acordo com o modelo de comportamento capitalista.

2.6 - A SOCIOLOGIA CRIMINAL AMERICANA

As teorias desenvolvidas por Durkheim e Marx frutificam sobretudo nos Estados Unidos e na Europa Oriental.

No início do séc. XX as teorias orientadas para o delinquente abandonam decisivamente o antropologismo lombrosiano. As teorias psicológicas, a psicanálise, a psiquiatria, as leis da hereditariedade e a genética (teoria dos cromossomas) substituem as teorias até aí em vigor.

A criminologia americana expande-se através da produção científica. Inicia-se, à altura, nos Estados Unidos, a prática da criminologia como profissão. É fundado o Journal of the American Institute of Criminal Law and Criminology (1910) e a actividade académica, nesta área, sofre um grande incremento.

Após a primeira Grande Guerra a criminologia americana surge como uma criminologia de índole sociológica, motivada pelo desenvolvimento da sociologia americana, quer no plano teórico quer empírico.

A escola de criminologia americana reconduz a ideia de crime à categoria de comportamento desviante, assimilando-o ao conceito genérico de facto social, e desenvolvendo os seus estudos numa perspectiva que tem subjacente as relações de criminalidade com a sociedade. Considera que "o crime representa uma forma *normal* de adaptação individual ou colectiva às coordenadas da estrutura social ou cultural" (Dias e Andrade,1997).

A ideia da sociedade intrinsecamente criminógena, da escola americana de criminologia, levaria a criminologia socialista a encarar com simpatia as suas teses.

Com a teoria do "White-collar crime", a escola americana de criminologia consegue banir a representação das escolas clássicas, de que o crime é exclusivo das classes desfavorecidas. A interpretação do funcionamento do sistema social passa a ocupar um lugar privilegiado nos estudos criminológicos, substituindo a identificação de variáveis até aí muito estudadas, como o desemprego, os lares desfeitos, etc.

A criminologia americana inicia-se com autores como Sutherland (1924) e Shaw e Mckay (1942) e desenvolve-se no contexto da universidade de Chicago, numa perspectiva ecológica, que defende o equilíbrio entre a comunidade humana e o ambiente natural em que os fenómenos sociais são enquadrados.

Baseada no modelo psicanalítico a teoria culturalista segue-se á teoria ecológica do crime. Inspirada por um novo modelo de interpretação sociológica, o tema central desta teoria é o da formação da personalidade e a interiorização dos padrões culturais como processo de socialização.

A teoria culturalista põe em causa a igualdade a nível da cultura, considerando que a classe condiciona o acesso à cultura. Sellin (1938) e Tannenbaum (1938) constituem marcos da criminologia "culturalista", contribuindo para a génese da teoria do "labeling" que acentua a ideia de que o crime traduz um conflito entre o delinquente e as definições sócio-culturais, como veremos quando abordarmos as teorias sociológicas sobre delinquência.

Cohen (1955) representa outro marco da teoria culturalista e das teorias sociológicas. O autor considera a sub-cultura delinquente a resposta colectiva (do gang de adolescentes) à frustração motivada pela não obtenção de status. Segundo Cohen (1955), para construir uma teoria da delinquência é preciso ter como ponto de referência a conduta delinquente. Mais tarde Farrington (1978), segue nesta linha, afirmando que em criminologia a variável dependente chave é o comportamento delinquente.

A teoria da anomia de Merton (1938) ao explicar o crime como resultante do desfasamento entre a estrutura cultural e a estrutura social, prescrevendo os mesmos meios legítimos para a prossecução dos mesmos fins, considera que da dificuldade de acesso aos meios legítimos decorre o recurso a meios ilegítimos. Na mesma linha de pensamento de Merton (1938), em que o crime é uma das formas individuais de adaptação, estão Cloward e Ohlin (1960) que encaram o crime como uma solução colectiva e subcultural.

2.7 - DOS ANOS SESSENTA À ACTUALIDADE

A partir dos anos sessenta a perspectiva de investigação em criminologia sofre uma mudança decisiva. A preocupação primeira dos investigadores passa a ser sobre os sistemas de controlo, ou seja, o porquê de determinados sujeitos serem tratados como criminosos, qual a legitimidade dos que o fazem e quais as consequências que daí advêm para aqueles que assim são etiquetados.

Os estudos nesta época, em que se destacam autores como, Matza (1969), Turk (1969), Chambliss (1969), Quinney (1970), Lemert (1972) e Rosenbaum (1989), deixam de incidir sobre o delinquente e o crime como tinha sido prática até então, para se focalizarem nos que fazem a etiquetagem ao comportamento. Ainda numa linha criminológica, para os desenvolvimentistas como Healy e Bronner, E. e S. Glueck, Bennett e Robins, West, S. L. e R. Jessor, Jesness e Haapanen, Fréchette e LeBlanc, o interesse prioritário na investigação sobre delinquência vai para as etapas do tornar-se criminoso. Esta orientação tem subjacente um conjunto de características psicológicas e

sociais que determina a intensidade. A delinquência é vista como um síndroma com carácter específico que possui uma existência própria e que não é consequência de uma outra afecção.

A delinquência escondida é então considerada o melhor revelador da delinquência real, embora LeBlanc (1986), mostre que quer as conclusões obtidas em investigações em que é considerada a delinquência oficial, quer naquelas em que é considerada a delinquência escondida, os resultados convergem e são de carácter equivalente, ainda que sejam importantes as diferenças de grau.

Nos anos setenta, três perspectivas criminológicas teriam lugar de relevo: a teoria do "labeling", a etnometodologia e a criminologia radical, tendo as primeiras iniciado o seu percurso ainda nos anos sessenta.

Becker (1963) cuja obra "Outsiders" é central para a teoria do "labeling", sofre a influência do interaccionismo simbólico, enquanto a etnometodologia propõe-se levar a cabo o estudo da intersubjectividade do quotidiano, como ele é verdadeiramente vivido pelos seus participantes, sofre a influência da fenomenologia sociológica. Segundo esta perspectiva, o crime é visto como uma construção social, que ocorre na interacção entre o sujeito desviante e as organizações que funcionam como agências de controlo (Foucault 1999).

A criminologia radical de que sobressaem autores como Chambliss, Quinney, Taylor, Walton, Young e Foucault e em Portugal Boaventura Sousa Santos, apresenta um desenvolvimento das premissas do interaccionismo num sentido oposto ao da etnometodologia, criticando quer o interaccionismo, quer a etnometodologia e apresentando-se como uma criminologia marxista.

A criminologia radical que sofre influências da sociologia critica atribui um papel importante à reflexão sobre a criminologia e à definição do objecto e do papel da

investigação criminológica, exigindo uma definição de crime que espelhe a realidade do sistema legal que assenta no poder e no privilégio.

Segundo esta perspectiva, o propósito último é defender o Homem contra o tipo de sociedade que temos. Não cabe, pois, nesta perspectiva ressocializar o delinquente mas sim transformar a sociedade, que o considera delinquente.

As concepções do ponto de vista da criminologia têm como base o comportamento delituoso.

A ideia de que a delinquência é causada por factores ambientais remonta ao séc. XIX. À época factores como a densidade populacional, idade e sexo, pobreza e educação foram correlacionados com delinquência.

A preocupação de procura da causalidade do comportamento delituoso, assim como a busca de possibilidades de reintegração dos agentes que infringem a lei criminal, parece ser a preocupação primeira do ponto de vista do direito penal, como Beleza dos Santos (1998) sintetiza "reintegrar os transviados nos quadros sociais, ou processos capazes de os valorizar".

Em estudos sobre delinquência tem sido considerado isoladamente o crime e o agente do mesmo. Sendo que o sujeito só pode ser considerado delinquente a partir do momento em que é imputável.

Mas para que o sujeito possa ser considerado delinquente, deve ter-se em conta o contexto em que o comportamento delinquente ocorre, a biografia de quem o praticou, e a finalidade com que foi praticado. A delinquência define-se pela execução de actos delinquentes. O significado que se atribui a um comportamento é que o determina como delinquente ou não.

Longe vai o tempo em que Beccaria (1764) considerava que as pessoas fazem o que fazem porque tiram prazer dos seus actos, e escolhem voluntariamente cometê-los,

partindo do princípio que todo e qualquer sujeito tem as mesmas oportunidades e a mesma capacidade de raciocínio e de avaliação dos actos, e que a actividade criminal seria assim, motivada pelo prazer em atingir determinado objectivo, sendo que o sujeito tinha oportunidades de optar por cometer ou não o crime.

Hoje sabemos que os desejos e objectivos do sujeito são condicionados e influenciados por uma série de factores individuais e do contexto, pelo que esta perspectiva reducionista foi ultrapassada e actualmente a avaliação das condutas anti-sociais não apresenta esta perspectiva linear. A mudança de atitude das perspectivas modernas da criminologia, ao considerar que as pessoas funcionam de livre vontade, embora tomando em consideração as circunstâncias mitigantes, influenciou o sistema de justiça criminal e permitiu a separação da jurisprudência dos adultos, das crianças e adolescentes.

Os diferentes modelos de actuação face ao crime e que constituem respostas políticas às propostas teóricas, apresentam também evoluções, assim, o modelo médico considerava que o crime tem a natureza de sintoma de uma doença subjacente. Posteriormente a terapia coactivamente imposta substitui a punição criminal, ou em função da perigosidade do delinquente, considera-se a sua eliminação.

Hoje a perspectiva de ressocialização do delinquente apresenta-se com uma abordagem que se pretende integradora entre o tratamento e a prevenção da pena.

Apresentaremos com mais detalhe no capítulo II – Perspectivas Sociológicas sobre a Delinquência, as teorias sociológicas sobre a delinquência, que quer do ponto de vista da escola tradicional, quer da escola moderna, influenciaram decisivamente a perspectiva criminológica.

Em Portugal a investigação em criminologia, embora escassa, permitiu que algumas alterações fossem sendo produzidas, a par das que iam sendo introduzidas

noutros países, nomeadamente no campo da actuação legislativa e na intervenção de menores institucionalizados. Pretendemos, em seguida, dar conta de algumas dessas alterações, nomeadamente no funcionamento institucional de menores.

3 – CONCEITOS RELACIONADOS COM A DELINQUÊNCIA

Embora o conceito de delinquência tenha ganho em especificidade, de há uns anos a esta parte, o termo delinquência continua a ser utilizado por vezes de forma indistinta e referindo-se a diferentes níveis de interpretação.

Delinquência é a qualidade ou estado de delinquente. O delinquente é aquele que delinquiu. Delinquir é cometer um delito ou falta. Ficamos, então, com a ideia, que a delinquência pressupõe cometer delito ou falta. Parece-nos, contudo, existir uma acentuada diferença entre cometer um delito e uma falta. Vulgarmente é atribuída uma conotação menos gravosa à palavra falta que à palavra delito. Outras definições falam do comportamento delinquente como sendo um comportamento que questiona as normas sociais, em grau que excede a tolerância da comunidade. Por outro lado, se definirmos delinquência na adolescência, como todo o comportamento de um adolescente que compreende uma tentativa para obter bens desejados por meios ilegítimos, não estamos a considerar nesta definição, outras envolventes, como por exemplo o conflito de valores, subjacentes ao acto, já que esta definição comporta apenas um comportamento utilitário.

Como já afirmámos, a noção de delinquência varia em função do contexto social e da época, sendo um conceito multidimensional. A definição de delinquência resulta de um debate que se centra essencialmente na opção duma perspectiva legal ou duma perspectiva não legal que poderá ser psicológica, sociológica, ou psicopatológica.

A delinquência juvenil representa segundo Wirt e col. (1972) "um fenómeno cuja descrição e explanação é do domínio das ciências do comportamento, especialmente da sociologia e psicologia".

Entre os defensores duma definição não legal de delinquência, para quem esta é uma conduta que entra em conflito ou em desacordo com os interesses prioritários da comunidade, ou um comportamento que se desvia nitidamente dos hábitos sociais normais está Sellin (1938), que considera a delinquência como "a violação das normas de conduta vigentes".

Por actos delinquentes entende-se os actos anti-sociais ilegais que levam ao contacto com as instituições. Os jovens que uma ou duas vezes, na sua adolescência, roubaram um brinquedo numa loja, não pagaram nos transportes públicos, ou no cinema, fizeram "gazeta" ás aulas, e que rapidamente abandonaram estas condutas, não são verdadeiros delinquentes. Estas tentativas de autonomização aos 6, 7 anos podem até ser saudáveis. A diferença entre ser ou não delinquente reside na persistência dos actos que podem começar por volta dos 6, 7 anos e se mantêm após os 9 anos.

Entre outras definições, a de Simcha-Fagan e col. (1986) refere comportamento anti-social como "a violação recorrente dos padrões de comportamento prescritos socialmente".

Esta definição inclui abuso físico ou verbal duma pessoa, danos ou estragos, ou roubo de propriedade, ou ainda comportamentos na adolescência que causem vítimas, abuso de álcool ou drogas ou ainda o absentismo escolar.

Edwin Lemert (1981) introduz os critérios de desvio primário e desvio secundário. O desvio primário refere-se a actos que denotam inconformismo e que podem ser causados por um número variado de factores. A conduta desviante primária, não é geralmente detectada ou identificada como desviante. O desvio secundário refere-

se ao desvio que é cometido como resultado de problemas de auto-identidade e interacção social, que são ocasionados pela identificação do sujeito como desviante. Os comportamentos desviantes são, neste caso, mais sérios e socialmente desaprovados. Lemert (1981) apelidou este comportamento de sociopata. Para o autor, o desvio secundário resulta dum processo em que uma série de etapas foram percorridos desde o desvio primário, em que o sujeito foi interiorizando progressivamente a etiquetagem que lhe foi aposta. Neste processo o sujeito desempenha o papel em que o actor tem o estatuto desviante e a apoteose culmina com a identificação ao grupo desviante organizado. Este processo complexo mantém em constante interacção o comportamento do sujeito e a reacção social ao mesmo.

O autor introduz os conceitos que viriam a constituir a teoria do "labeling", que enfatiza a importância das interacções sociais no desenvolvimento da auto-imagem e na identidade social. Os agentes do controlo social, membros da sociedade não desviante, seriam os responsáveis pela etiquetagem feita aos desviantes. A conceptualização sobre auto-conceito, hoje tão importante para os estudos sobre delinquência, começou a estruturar-se na teoria do "labeling".

Os comportamentos anti-sociais são caracterizados por uma grande diversidade de manifestações que vão da instabilidade, à agressão, à vadiagem, ao roubo ou ao vandalismo. Várias designações têm sido utilizadas para definir comportamentos "cujo aspecto comum consiste em envolverem a violação de uma lei ou uma mera transgressão de normas sociais" (Negreiros 1997), nomeadamente perturbação da conduta, comportamentos externalizados, delinquência, etc.

As concepções oriundas da sociologia consideram que o conceito de delinquência e o conceito de comportamento desviante assumem basicamente o mesmo

significado. Segundo esta perspectiva, a delinquência viria associada a uma violação das normas instituídas e partilhadas no quadro de um determinado sistema socio-cultural.

As definições psiquiátricas valorizam os comportamentos de transgressão de acordo com a interpretação clínica do fenómeno. O conceito de perturbação do comportamento é aplicado na psicopatologia a um tipo de comportamento anti-social, que é clinicamente significativo (Kazdin, 1987) e que interfere negativamente em diversos domínios da vida do indivíduo.

3.1 - CONCEITO DE COMPORTAMENTO DESVIANTE

Vários autores se têm debruçado sobre o conceito de comportamento desviante e as diferentes perspectivas que aqueles preconizam têm vindo a constituir teorias e escolas.

O conceito de comportamento desviante tem sofrido evoluções de acordo com a própria evolução do contexto, das suas normas e referências, ou seja, em função da sociedade. O que hoje é considerado desvio, não o era no passado e eventualmente não o será no futuro.

Para alguns, o conceito de desvio engloba homossexuais, prostitutas, alcoólicos, enquanto que para outros, o conceito engloba muito mais ou nem tanto.

A nível sociológico, o conceito de delinquência vem associado ao conceito mais amplo de comportamento desviante. Por comportamento desviante entende-se a conduta que se afasta das normas vigentes num determinado sistema social. Estas condutas desviantes perturbam de algum modo o próprio equilíbrio do sistema.

Segundo Cohen (1968 cit. por Martin 1982) "a conduta delituosa é o protótipo do comportamento desviante já que infringe as normas claramente definidas, as normas legais".

Os comportamentos desviantes só se tornam desviantes na medida em que violam as regras de um determinado sistema social. O comportamento desviante é explicado a nível sociológico em relação ao contexto social e ao ambiente normativo em que ocorre. Pelo que o comportamento delinquente só pode ser compreendido se analisado no contexto da história do desenvolvimento perturbado da identidade do sujeito.

A perspectiva psicológica define a conduta desviante como a conduta que viola uma norma ou infringe as regras.

Seria desejável, como assinala Farrington (1979), poder ter um método inequívoco para classificar qualquer acto como desviante ou não. Existe uma gama vasta de comportamentos que podem ser considerados anti-sociais ou criminosos, que vão desde o comportamento pertubador na sala de aula, até ao furto, vandalismo ou mesmo ao homicídio.

3.2 - CONCEITO DE DELINQUÊNCIA

O conceito de delinquência, embora referindo-se por norma a actos de adolescentes que levam à sua presença junto das autoridades, obedece a critérios que diferem na medida da perspectiva em que o conceito é utilizado.

Porque no nosso trabalho nos iremos debruçar não sobre actos criminosos, mas sobre a delinquência na adolescência, pretendemos nesta fase da dissertação, considerando os contributos do direito, da sociologia e da psicologia, para a compreensão do conceito de delinquência, não só clarificar conceitos como comportamento desviante e delinquência, utilizados no âmbito daquelas disciplinas, mas também apresentar as classificações psicopatológicas que lhes vêm associadas, apresentando alguns considerandos que melhor nos permitem a compreensão do conceito.

3.2.1 - PERSPECTIVA JURÍDICA

Para os criminologistas, de entre os níveis de interpretação, - criminalidade, criminal e crime - o nível a privilegiar para estabelecer o critério na análise experimental é o do crime.

Do ponto de vista jurídico o termo delinquência refere-se às consequências legais do comportamento de delito e à consequente responsabilidade legal. Nesta perspectiva, a idade considerada pela lei como limite para idade penal é importante.

Segundo Berzonsky (1981) a delinquência juvenil é um conceito legal que abrange os jovens que cometem actos ilegais. Para o autor o conceito tem ambiguidades porque é excessivamente abrangente, ou seja, vários comportamentos podem ser considerados no conceito.

Para os que adoptam uma definição estritamente legal, a clarificação do conceito numa perspectiva legal, permitiria superar a imprecisão dos próprios conceitos.

A definição legal de delinquência constitui a maior opção científica de vários autores, recorrendo à lei para definir o conceito, como por exemplo Durkheim (1951) ao afirmar que "crime é todo o acto sancionado duma pena".

Os delinquentes são para Hill e Sheldon (1971, cit. in Berzonsky 1981) como "uma categoria de pessoas definidas não tanto pelo seu comportamento, mas pelo comportamento das autoridades ao lidar com elas"

Efectivamente, alguns comportamentos são passíveis de criminalização, de acordo com a idade do agente, enquanto outros, são sempre considerados crimes. Por outro lado, é um facto que o comportamento das autoridades se adequa não só ao estrato social da pessoa que tem determinado comportamento, pois "em grande medida a delinquência existe ou não, dependendo da classe socio-económica de pertença, e ainda do background social" (Fleming, 1992), mas também ao momento socio-político em que o acto ocorre.

Por tudo isto, existe a necessidade de tipificar o comportamento delinquente, quando falamos de delinquência, porque o termo é tão generalizável que pode até ser associado a criminalidade. Existe uma diferença óbvia entre o adolescente que cria problemas na escola, que tem um elevado absentismo, e aquele que rouba ou mata.

Segundo Cloward e Ohlim (1960) "...todo comportamento que viola as normas fundamentais duma sociedade se é relatado aos agentes de regulação social, será julgado por eles como delinquente". Também nesta linha de pensamento Hirschi (1969) considera que "..actos donde a detecção pelos agentes de regulação social podem traduzir-se numa sanção formal para a pessoa que os comete", são do âmbito da delinquência.

Cusson (1981), especificando a delinquência na adolescência, refere "as infracções cometidas pelos adolescentes, puníveis de acordo com os termos do código

penal". Quando este comportamento leva a contactos com a autoridade, considera-se recidivismo quando há dois contactos, pelo menos, com a autoridade, envolvendo um ou mais actos ilegais. No caso de haver três ou quatro contactos com a autoridade o adolescente é considerado ofensor múltiplo, e acima de cinco contactos com a autoridade considera-se delinquência crónica.

Mesmo do ponto de vista legal existem diferenças legislativas de país para país, pelo que não é possível estabelecer, segundo a perspectiva jurídica, uma definição universal.

A condenação por si só, não pode ser um critério para delimitação do conceito, pois sabemos que muitos delinquentes ou mesmo criminosos nunca são condenados.

Ferreira (1997) afirma que o processo de construção social da delinquência se inicia como "consequência do aparecimento de regras informais e da aceitação generalizada de que a infância corresponde a um estado especial no ciclo de vida". Para o autor este processo começou a manifestar-se através da tendência para se considerarem com maior tolerância os crimes cometidos pelos menores, que, embora à altura estivessem sujeitos às mesmas leis dos adultos, não lhes era atribuída a totalidade da responsabilidade criminal e daí o serem sujeitos a penas mais atenuadas.

A partir do momento em que são criadas instituições directamente vocacionadas para tratar de adolescentes delinquentes é institucionalizada a ideia de que o termo delinquência é aplicável apenas a crianças ou a jovens. É então criado o sistema de justiça de menores para aplicar as regras legais estabelecidas especificamente para esta população.

Em oposição à forma como as crianças e os adolescentes foram até aí tratados, surge uma consciência social que reconhece os direitos e necessidades materiais, morais educacionais e legais dos menores, diferentes daqueles que são atribuídos aos adultos.

Assim, para o autor o conceito de "delinquência juvenil surge como uma construção social e institucional em torno da qual se reúnem definições e ideias sobre situações e comportamentos que contrastam com o conceito ideal que temos da infância e da juventude".

A definição de delinquência juvenil resulta, por um lado, das leis, das práticas e das crenças relativas ao comportamento na infância e na adolescência, por outro ela é resultado dos próprios comportamentos expressos pelas crianças e pelos adolescentes nas relações que estabelecem em contextos como o familiar, a escola, o grupo de pares e a comunidade.

A designação de comportamento delinquente utiliza-se para caracterizar actos anti-sociais que, independentemente da sua gravidade, sejam praticados por crianças ou adolescentes. Estão neste caso as situações em que tratando-se de um crime punível pelo código penal, o agente é considerado inimputável pela sua idade. Actos como o trabalho, o consumo de álcool, abaixo de uma determinada idade, são considerados no âmbito da vitimação.

Para Ferreira (1997), em sentido amplo, "a delinquência juvenil refere todo o tipo de infracção criminal que ocorre durante a infância e adolescência". Em sentido mais restrito "a delinquência envolve o conjunto de respostas e das intervenções institucionais e legais em relação a menores que cometem infracções criminais ou que se encontram em situações ou exibem comportamentos potencialmente delinquentes, nomeadamente nos casos em que existe grave negligência familiar ou em que as crianças ou adolescentes revelam comportamentos desviantes e desajustados da realidade psicossocial do grupo etário a que pertencem".

O autor sublinha que embora os comportamentos desviantes e desajustados não constituam, em rigor, infracções criminais, eles são efectivamente abarcáveis pela

mesma realidade social que o conceito "delinquência juvenil" procura descrever e caracterizar. Assim, o termo "delinquência juvenil" deverá referir os comportamentos ou situações que implicam a existência de uma infracção.

Os termos criminalidade e delinquência têm sido usados para referir os comportamentos de infracção das leis penais. Ferreira e col. (1991) consideram que as diferenças entre estes conceitos se relacionam com diferenças etárias, embora o significado dessas diferenças varie segundo se adopte uma perspectiva legal ou sociológica.

Segundo a perspectiva legal, o conceito de delinquência aparece associado à situação de inimputabilidade criminal dos menores; segundo o código penal, artigo 19º, indivíduos com idade inferior a 16 anos, não pode ser criminalmente imputáveis. Assim, aos menores podem ser aplicadas medidas tutelares e não penas, visando aquelas objectivos de protecção e de educação. O legislador partiu do pressuposto que "na origem de muitas infracções juvenis não se encontra uma intenção deliberadamente criminal, mas problemas de inadaptação dos jovens à sociedade decorrentes da especificidade do desenvolvimento psico-socio juvenil".

De salientar que, ainda assim, a legislação penal prevê a possibilidade de os jovens imputáveis com menos de 21 anos beneficiarem da aplicação de penas distintas das aplicadas aos restantes indivíduos.

A possibilidade de serem aplicadas penas constitui assim a demarcação entre os conceitos de delinquência juvenil e criminalidade do ponto de vista legal.

Actualmente existe um esforço considerável no sentido de especificar e delimitar a noção de delinquência. Com o intuito de circunscrever cada vez mais o conceito, Fréchette et LeBlanc (1987) fazem a distinção entre delinquência formal ou criminal, que engloba os delitos mais significativos de falha ao código criminal e delinquência

estatutária, que engloba as faltas às leis e regulamentos que regem os aspectos particulares da vida social dos adolescentes, como por exemplo a conduta automóvel, o consumo de álcool ou a perturbação da paz pública.

3.2.2 - PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Segundo a perspectiva sociológica, a definição de delinquência decorre da concepção de norma adoptada pelos autores. Ou estes adoptam uma concepção de norma no sentido legalista do termo, com base na regulamentação penal, ou uma concepção de norma que, de uma forma geral, envolve as interdições sociais, não legal, abrangendo assim o conceito de delinquência todos os comportamentos não aceites socialmente, sejam ou não abrangidos pela regulamentação penal.

Para Vala (1985) o comportamento delinquente deve ser sempre entendido numa perspectiva psicossocial.

Para os defensores da definição não legal de delinquência não há diferença substantiva entre os conceitos de delinquência e desvio.

Para Hirschi (1969) "a delinquência é definida por actos, cuja detecção resultem em punição para aqueles que os cometem, pelos agentes da sociedade". Na terminologia norte-americana é utilizado o termo "status offenders" referindo-se aos jovens cujo comportamento ou situação de vida pode motivar a intervenção do tribunal de menores, à semelhança do que se passa em Portugal.

Sendo o período juvenil propenso à manifestação de várias formas de desvio, ou seja, comportamentos considerados problemáticos e que colidem com as normas sociais

vigentes, por vezes até infracções criminais, é natural que se verifique uma generalização de fenómenos de desvio durante a adolescência que muitas vezes não são reflectidos nas estatísticas oficiais.

A perspectiva sociológica considera que a delinquência juvenil estaria assim relacionada com a especificidade do desenvolvimento psico-social juvenil e com a situação dos jovens na sociedade.

Para a sociologia, delinquência é a violação das normas institucionalizadas, partilhadas e reconhecidas como legítimas no interior do sistema social (Cohen., 1955).

Segundo Cohen (1955), para construir uma teoria da delinquência é preciso ter como ponto de referência a conduta delinquente. Farrington (1979), segue nesta linha, afirmando que em criminologia a variável dependente chave é o comportamento delinquente.

3.2.3 - PERSPECTIVA PSICOLÓGICA

Segundo a perspectiva psicológica não existe um tipo puro de delinquente que possamos tomar como padrão. Existem diferentes formas de delinquência e diferentes níveis de participação em actos delinquentes.

Por vezes critérios como a regularidade, a frequência e a continuidade de determinados tipos de conduta anti-social, servem para definir o conceito, como por exemplo do ponto de vista psicopatológico.

Uma definição de delinquência em termos de conduta, torna-se difícil. É sabido que a trajectória delinquente dependende de muitos factores como:

- o nível de tolerância da comunidade

- a visibilidade do delito

- o estatuto do sujeito que comete o acto

- as características dos organismos oficiais de controlo

Assim, torna-se conveniente abordarmos a delinquência em função de diferentes categorias de delinquentes, neuróticos, psicóticos, border-lines ou casos assistênciais, casos pré-delinquentes. Neste sentido, a psicopatologia, como veremos adiante, tem abordado a problemática da delinquência quer considerando diferentes categorias de delinquência como neuróticos, psicóticos ou border-line, quer considerando categorias autónomas como as perturbações psicopatológicas.

LeBlanc e Fréchette (1987) consideram que a utilização duma concepção pouco restrita e mais genérica, para definir delinquência, tem vários inconvenientes como seja englobar na definição toda a gama de actividades proibidas a partir dos actos julgados pelos adultos como impróprios para um menor, até aos delitos definidos com precisão pelo código criminal.

Uma definição demasiado genérica pode mostrar-se excessivamente elástica, correndo o risco de introduzir apenas confusão na apreensão e na interpretação da realidade retirando-lhe o carácter científico.

Os autores propõem como definição restrita de delinquência "a conduta jovem, quer dizer uma conduta cujo autor é um menor aos olhos da lei, uma conduta derrogatória, porque vai contra as prescrições normativas escritas, uma conduta incriminável, cujo carácter ilegal foi ou pode ser validada por uma detenção ou comparência diante do tribunal e que é passível de uma decisão com carácter judicial e uma conduta seleccionada, que não engloba senão um numero limitado de actos cuja

calibragem, em matéria de perigosidade social é adquirida e presente em elevado grau de estabilidade."

Com esta definição, os autores pretendem maximizar a especificidade, homogeneidade e constância do objecto a medir, obtendo uma definição de delinquência com contornos bem definidos, definida por consenso social, ligada à realidade social concreta, metodologicamente com um único nível de análise - o crime - e estritamente definida como comportamento.

Os autores preconizam o universo do desvio reagrupando o conjunto das interdições que a sociedade impõe aos adolescentes. O universo da delinquência geral contendo todos os actos formalmente proibidos nos códigos ou regulamentos e, por último, o universo da delinquência criminal que engloba os actos passíveis de serem sancionados através das leis em vigor. Este nível pressupõe uma conduta específica que não engloba senão um número limitado de actos, que apresentam um elevado grau de estabilidade e uma acentuada perigosidade social.

Os conceitos de delinquência, comportamento anti-social, perturbação do comportamento ou da conduta, confundem-se quando são aplicados aos comportamentos de adolescentes que transgridem a lei, ou são, tão somente, vítimas de exclusão social, por motivos diversos. (Negreiros, 1997). Para o autor, os comportamentos delinquentes variam significativamente em termos da sua frequência, intensidade e trajectórias de evolução (Negreiros, 1997).

Alguns autores propõem a tipificação dos adolescentes delinquentes, o que, de alguma forma, vem contribuir para a definição e compreensão do conceito, distinguindo comportamentos, que pela gravidade que assumem, não podem ser analisados ao mesmo nível.

Redl (1945) distingue quatro tipos de delinquência entre os adolescentes:

Tipo I – sujeitos saudáveis cujo comportamento delinquente é uma defesa natural contra suportes ou contextos inadequados ou contra experiências traumáticas.

Tipo II – sujeitos não delinquentes que entram no comportamento delinquente levados por um acto próprio da adolescência.

Tipo III – delinquentes que têm uma base neurótica, sendo o comportamento em si mesmo parte da neurose, ou desenvolvido como disfarce.

Tipo IV – delinquentes genuínos com perturbações a nível do sistema de impulsos, ou malformações do ego, superego e ideal do ego, em intensidade ou conteúdo.

Para o autor, que considera a delinquência juvenil como parte de uma superestrutura subjacente à neurose, o tipo III é aquele que maior sucesso pode obter com uma intervenção psicanalítica.

Peterson e col. 1959, Quay, 1964 (cit. in Berzonsky 1981) consideram três grandes grupos de delinquentes: subculturais socializados, psicopatas não-socializados e neuróticos perturbados. Os dois últimos considerados delinquentes psicológicos.

Os delinquentes sub-culturais socializados "associam-se a más companhias, envolvem-se em actividades de gangs, são fieis aos amigos, e gostam da aceitação de um sub-grupo desviante. São jovens que se conformam a valores socialmente desviantes".

Os delinquentes psicopatas não socializados "exprimem pouca culpa ou remorsos, são agressivos, insolentes, irritáveis e desconfiados".

Os delinquentes neuróticos perturbados "são excessivamente ansiosos, tímidos, envergonhados e preocupados em relação às suas acções, ou apresentam remorsos, tensão, culpa, depressão e desencorajamento".

Berzonsky (1981) propõe dois tipos de delinquente: delinquente socializado, que pode apresentar uma maturidade emocional idêntica à do não delinquente, contudo não aprendeu a comportar-se segundo os padrões sociais vigentes. Este tipo de delinquente actua normalmente em grupos.

O delinquente psicológico actua sózinho, ao contrário do primeiro. Apresenta problemas pessoais de ajustamento, nomeadamente distúrbios emocionais como hostilidade, impulsividade, ansiedade e neuroticismo. Neste tipo de delinquente podem encontrar-se alguns sub-tipos como delinquentes neuróticos, imaturos, agressivos não socializados e hiper-inibidos.

Embora o comportamento dos delinquentes psicológicos possa ser influenciado por factores sociais, o ênfase é dado aos factores individuais e ás perturbações de carácter.

Walgrave (1986) distingue três tipos de delinquência na adolescência: um primeiro tipo, mais superficial e menos grave, ligado à idade da adolescência e que tem tendência a desaparecer, logo que o adolescente tem acesso à idade adulta. Este tipo de delinquência verifica-se em todas as classes sociais. Esta perspectiva é partilhada por autores como Eliot e Voss (1974) e LeBlanc (1977) cit. por Walgrave (1986).

Um segundo tipo que o autor considera é mais grave e persistente e é atribuído sobretudo, às classes sociais inferiores, em estudos conduzidos por Hirchi (1969), Elliott e Ageton (1980) cits. por Walgrave (1986).

Um terceiro e último tipo vem ligado a problemas de ordem psicológica ou familiar. Na situação em que o desvio do adolescente tem um papel homeostático do sistema, ou quando, por exemplo, o abandono de que a criança é vítima causa problemas psicológicos que vêm a manifestar-se em comportamentos delinquentes.

Ao propor esta perspectiva, Walgrave (1986) pretende que, para além dos mecanismos individuais ou micro-sociais, possa ser relacionada com a delinquência a problemática familiar e as perturbações de certos sistemas familiares. A sua sugestão é de que não fiquemos pelas características individuais ou familiares do sujeito, com o que arriscaremos não atingir o fundo do problema.

Nas conceptualizações sobre o crime e a delinquência tem havido uma tendência para valorizar factores explicativos a nível do biológico, do psicológico ou sociológico ou que resultem de uma combinação de quaisquer destes factores.

Todavia, os factores que vêm associados ao comportamento anti-social, quer sejam biológicos, individuais, familiares ou do grupo de pares, transmitem-nos um conceito estático, que não tem em consideração a enorme diversidade e heterogeneidade que caracteriza a actividade transgressiva, que ao longo da vida do sujeito pode assumir diferentes níveis de gravidade (Negreiros, 1998).

Segundo a perspectiva desenvolvimental, que considera que o processo anti-social possa organizar-se segundo tipologias ou trajectórias de evolução distintas, a estabilidade da actividade anti-social por períodos de tempo, mais ou menos longos, da vida do indivíduo, a par do carácter dinâmico, mutacional e evolutivo, são pressupostos essenciais na investigação em delinquência.

A análise do início da actividade delinquente permite hoje conceptualizações sobre os processos dinâmicos susceptíveis de influenciar o curso do agir transgressivo. A interpretação sobre as variações qualitativas e quantitativas que influenciam o desenvolvimento da actividade transgressiva, permite uma melhor compreensão dos processos da actividade delinquente (Negreiros, 1998).

Para explicar estes processos, LeBlanc (1990 cit. in Negreiros, 1998) e Loeber e Dishion (1983) têm recorrido a um conceito dinâmico que designam por "activação" e

que representa um processo que permite compreender de que forma a actividade delinquente é estimulada e assegurada a sua continuidade, frequência e diversidade.

Por outro lado, o padrão criminal individual não é uniforme, registando-se diferenças consideráveis entre sub-grupos distintos de delinquentes. Segundo Negreiros (1998) "as transições que ocorrem no processo anti-social podem envolver mudanças ao nível da intensidade dos actos delinquentes". Assim, formas menos graves de delinquência podem evoluir para formas mais graves. Esta escalada, conceito utilizado para caracterizar as mudanças na actividade delinquente, pressupõe um agravamento dos actos praticados pelo sujeito. De salientar que, após a entrada na vida adulta, esta escalada tem tendência a estabilizar ou mesmo regredir.

Para Negreiros (1997) o conceito de delinquência é multipolar e dinâmico, pelo que seria mais correcto falar, não em delinquência, mas em diferentes modalidades e cursos de evolução da actividade transgressiva, muito na linha de Loeber (1988) ao propor as trajectórias da evolução da delinquência.

3.3 – CONCEITOS PSICOPATOLÓGICOS: PERTURBAÇÃO DO COMPORTAMENTO, PERTURBAÇÃO ANTI-SOCIAL DE PERSONALIDADE E PERTURBAÇÃO DISRUPTIVA DO COMPORTAMENTO

A psicopatologia tem abordado a delinquência quer considerando diferentes categorias de delinquentes, como já referimos, quer considerando categorias autónomas como as perturbações que abordamos neste ponto.

Para a perspectiva psicopatológica, o interesse no desenvolvimento dos critérios de diagnóstico da perturbação de comportamento reside na compreensão dos padrões de funcionamento como emergem, a sua evolução e como podem ser tratados e prevenidos.

O DSM-IV (1996) propõe na classificação das perturbações que aparecem habitualmente na primeira e na segunda infâncias ou na adolescência, as perturbações disruptivas do comportamento e de défice de atenção, com as categorias que passamos a enunciar:

Perturbação do Comportamento (F 91.8) caracterizada por um padrão de comportamento persistente e repetitivo em que são violados os direitos básicos dos outros ou importantes regras ou normas sociais próprias da idade do sujeito. Estes comportamentos agrupam-se em quatro grupos principais: comportamento agressivo que ameaça ou causa sofrimento às outras pessoas ou aos animais, comportamentos não agressivos que causam prejuízos ou destruições na propriedade, falsificação ou roubos e violações graves das normas. Três comportamentos característicos devem ter surgido durante os últimos doze meses, e pelo menos, um comportamento nos últimos 6 meses.

A perturbação do comportamento causa um défice clinicamente significativo na actividade social, escolar ou laboral.

O padrão de comportamento pode estar presente em contextos como a casa, a escola ou a comunidade.

As crianças ou adolescentes com esta perturbação podem revelar um comportamento insultuoso, ameaçador ou intimidatório. Iniciam frequentemente lutas fisicas, usam armas, como, por exemplo, pau, tijolo, garrafa partida, faca ou arma de fogo, podem ser fisicamente cruéis com as pessoas, ou animais, roubando ou confrontando a vítima, como, por exemplo, nos assaltos ou forçando-a a uma actividade sexual.

A violência física pode tomar a forma de violação, assalto ou, em casos mais raros, homicídio.

A destruição deliberada da propriedade dos outros é um traço característico desta perturbação e pode incluir o lançamento deliberado de fogo com a intenção de causar prejuízos graves, ou deliberadamente destruir por outros meios a propriedade dos outros.

São frequentes nestes quadros psicopatológicos a fraude, ou os roubos, assim como o arrobar das casas, propriedade ou carros de outros.

Os sujeitos com esta patologia mentem frequentemente ou não cumprem as promessas com o objectivo de obter ganhos ou favores, ou para evitar o pagamento de dívidas ou cumprir obrigações. Incorrem em graves violações das normas, nomeadamente as familiares e as escolares, como, por exemplo, ausentando-se de casa à noite ou chegando tarde a casa, quando têm menos de 13 anos, e apesar da proibição dos pais. Faltam frequentemente à escola, antes ainda dos 13 anos.

O DSM-IV (1996) estabelece sub-tipos de perturbação do comportamento com base na idade de início da perturbação: tipo com início na infância e tipo com início na adolescência.

Os sub-tipos diferem em relação à natureza e características dos problemas de comportamento que apresentam evolução, prognóstico e proporção por sexos. Podem, ainda, apresentar-se de forma ligeira, moderada ou grave.

O sub-tipo com início na infância é considerado quando um dos critérios característicos da perturbação de comportamento aparece antes dos 10 anos. Verificam-se neste sub-tipo manifestações de agressividade física com os outros e as relações com o grupo de pares são perturbadas. Os sujeitos com este sub-tipo de perturbação são normalmente do sexo masculino.

No sub-tipo com início na adolescência, os sujeitos manifestam menos comportamentos agressivos e tendem a ter relações mais facilitadas com os companheiros.

Quanto aos graus de gravidade das perturbações do comportamento, os problemas comportamentais são, na forma ligeira, por exemplo, mentiras, faltas às aulas, ausências nocturnas de casa. Na forma moderada, por exemplo, roubos sem confronto com a vítima e vandalismo. Na forma grave, os problemas de comportamento causam prejuízos consideráveis aos outros, como, por exemplo, no caso das relações sexuais forçadas, crueldade física, uso de armas, roubo com confrontação da vítima e arrombamentos.

Os sujeitos com perturbação do comportamento têm fraca empatia e pouca preocupação com os sentimentos, desejos e bem estar dos outros. Apresentam dificuldades na leitura das intenções dos outros, percepcionando e interpretando-as mal,

como mais hostis e ameaçadoras do que na realidade são, respondendo por vezes com a agressão, que do seu ponto de vista é justificável.

Não apresentam sentimentos de culpa ou remorso. A auto-estima é normalmente baixa, embora o sujeito possa projectar uma imagem contrária. Estão normalmente presentes a baixa tolerância à frustração, irritabilidade, temperamento explosivo e imprudência.

As taxas de acidentes parecem ser mais elevadas nos sujeitos que apresentam esta perturbação. À perturbação de comportamento pode vir associado o comportamento sexual precoce, o consumo de álcool e outras substâncias. Os comportamentos dos sujeitos que padecem desta patologia podem levar à suspensão ou expulsão da escola, ou problemas de adaptação ao trabalho, conflitos legais, doenças sexualmente transmitidas, gravidez não desejada, e danos físicos por acidentes ou lutas. A ideação suicida, as tentativas de suicídio e suicídios consumados ocorrem com elevada frequência.

Estes problemas podem impedir a frequência da escola ou a partilha com a vida familiar.

A perturbação do comportamento pode estar associada com um nível intelectual mais baixo. A realização escolar, na leitura e outras tarefas verbais, pode situar-se abaixo do nível esperado para a idade e inteligência do sujeito.

A possibilidade de que o diagnóstico de perturbação do comportamento não se aplique a sujeitos que vivem em ambientes onde os padrões de comportamento indesejáveis são encarados como protectores, tem sido colocada, uma vez que o comportamento em questão não constitui uma disfunção do sujeito, mas apenas uma reacção a um contexto social imediato. Estão neste caso os adolescentes que viveram uma história de comportamentos agressivos, como, por exemplo, a emigração motivada

pela guerra, tendo os sujeitos necessidade de sobreviver nestes contextos. Há, portanto, que considerar o contexto social e económico em que ocorreram comportamentos indesejáveis.

A prevalência da perturbação do comportamento parece ter aumentado nas últimas décadas, segundo o DSM-IV (1996), podendo ser mais elevada nos meios urbanos do que nos rurais.

Embora com variações de estudo para estudo, e ainda segundo o DSM-IV (1996) as taxas variam de 6% a 16% nos sujeitos do sexo masculino e nos do sexo feminino de 2% a 9% abaixo dos 18 anos. Os rapazes apresentam níveis 3 ou 4 vezes mais elevados desta perturbação que as raparigas (Zoccolillo, 1993).

Segundo Achenbach (1991) os rapazes e raparigas com quadros de perturbação disruptiva do comportamento apresentam uma variedade diferente de comportamentos. Os rapazes portadores de perturbação do comportamento implicam-se mais em comportamentos criminosos quando adolescentes que as raparigas com a mesma perturbação. Este processo evolui no mesmo sentido na idade adulta, com a perturbação de personalidade anti-social para os rapazes quando adultos, enquanto para as raparigas evoluem para a depressão quando adultas. (Robins e Rutter 1990).

A idade é de extrema importância para os critérios de diagnóstico, na medida em que, por exemplo, como frisa Kazdin (1987), comportamentos como furtos, assaltos a lojas, e actividade sexual forçada são observáveis em jovens com 7 a 12 anos, e não em níveis etários mais precoces, onde as formas de comportamento anti-social são normalmente observáveis em mentiras e fugas. Veja-se nos diferentes estádios da trajectória delinquente em que antes dos 12 anos a trajectória de conflito é caracterizada por comportamentos obstinados, recusa, desobediência e fugas de casa, enquanto que depois dos 12 anos, já na trajectória coberta, os actos cobertos menores como mentiras,

pequenos furtos, se vão agravando para actos de vandalismo, fogo posto, furto com arrombamento, para culminarem na trajectória aberta já com comportamentos do tipo ameaças, intimidações, ataques e violação.

O início da perturbação do comportamento pode ocorrer até 5-6 anos de idade, mas é normalmente observada no final da infância ou no início da adolescência.

O início é muito raro depois dos 16 anos de idade. Na maioria dos sujeitos a perturbação remite na idade adulta. Quando os comportamentos se mantêm na idade adulta, a perturbação passa a designar-se perturbação anti-social da personalidade. A perturbação do comportamento pode ser diagnosticada em indivíduos com mais de 18 anos, mas apenas se não preenchem os critérios de perturbação anti-social da personalidade.

O início precoce de uma perturbação de comportamento prevê um mau prognóstico e um risco maior de vir a ser diagnosticada na idade adulta uma perturbação anti-social da personalidade ou perturbações relacionadas com substâncias.

Ainda segundo o DSM-IV (1996) e em relação ao padrão familiar desta perturbação, estudos com gémeos e adoptados revelaram ter a perturbação do comportamento componentes genéticos e ambientais. O risco da manifestação desta perturbação aumenta nas crianças com pais biológicos ou adoptivos com perturbação anti-social da personalidade, ou com um irmão com perturbação do comportamento. A perturbação do comportamento também parece ser mais frequente em crianças de pais biológicos com dependência do álcool, com perturbação do humor ou esquizofrenia, ou pais biológicos que apresentam uma história de perturbação de hiperactividade com défice de atenção ou perturbação de comportamento.

Os critérios de diagnóstico segundo a Classificação Internacional de Doenças e de Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) da Organização Mundial de Saúde

(1993), para a perturbação do comportamento são idênticos aos já descritos. Assim, segundo a CID-10 (1993), o transtorno de conduta (F91) vem referido na categoria transtornos emocionais e de comportamento, com início usualmente na infância e adolescência (F90/F98), com as diferentes variantes que passamos a enunciar:

Transtorno de conduta restrito ao contexto familiar (F91.0) é um transtorno de conduta envolvendo comportamento anti-social ou agressivo (e não meramente comportamento de oposição, desafiador ou destrutivo), no qual o comportamento anormal é inteiramente, ou quase, confinado ao contexto familiar e às interacções com membros da família nuclear ou vizinhos.

Transtorno de conduta não socializada (F91.1) é caracterizado pela combinação de comportamento anti-social ou agressivo persistente, com anormalidades invasivas significativas nos relacionamentos do sujeito com outras crianças.

Transtorno de conduta socializado (F91.2) é um transtorno que envolve comportamento anti-social ou agressivo persistente, ocorrendo em indivíduos que são geralmente bem integrados no grupo de pares.

Transtorno desafiador de oposição (F91.3) é um transtorno de conduta que usualmente ocorre em crianças mais novas, caracterizado por um comportamento marcadamente desafiador, desobediente e destrutivo que não inclui actos delinquentes ou formas mais extremas de comportamento agressivo ou anti-social. De salientar que "o comportamento gravemente travesso ou desobediente não é por si mesmo suficiente para o diagnóstico"

A CID-10 (1993) propõe ainda a categoria de transtornos mistos de conduta e emoções (F92), grupo de transtornos caracterizado pela combinação de comportamento persistente agressivo, anti-social ou desafiador com sintomas patentes e marcantes de depressão, ansiedade ou outros distúrbios emocionais.

Ainda segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) (1993) entende-se por transtornos específicos de personalidade "perturbações graves na personalidade e tendências comportamentais do indivíduo não directamente resultantes de doença, lesão ou outra afecção cerebral ou de outro transtorno psiquiátrico. Estes transtornos usualmente envolvem diversas áreas da personalidade e estão quase sempre associados a angústia pessoal considerável e à ruptura social. Manifestam-se usualmente desde a infância ou adolescência e continuam ao longo da vida adulta".

Especificamente em relação ao transtorno de personalidade anti-social (F60.2) a CID-10 (1993) refere: "transtorno de personalidade caracterizado por desrespeito às obrigações sociais e indiferença insensível pelos sentimentos alheios. Há uma disparidade flagrante entre o comportamento e as normas sociais vigentes. O comportamento não é prontamente modificável por experiências adversas, incluindo punição. A tolerância à frustração é baixa, assim como o limiar para descarga de agressão, incluindo violência, há uma tendência a culpar os outros ou a oferecer racionalizações plausíveis para o comportamento que levou o paciente ao conflito com a sociedade".

Enquanto a perturbação anti-social da personalidade não pode ser diagnosticada abaixo de 18 anos, as categorias da perturbação da personalidade podem ser aplicadas a crianças e adolescentes, nos casos especiais em que os traços de uma personalidade particularmente desadaptada se apresentam globais, persistentes e inatribuíveis a uma etapa do desenvolvimento ou a um episódio de perturbação.

As perturbações anti-sociais da personalidade são mais frequentemente diagnosticadas no género masculino, enquanto que as perturbações estado-limite, histriónica e dependente são mais diagnosticadas no género feminino, o que reflecte não só as diferenças que efectivamente parecem existir na presença de certos padrões

sexuais, mas a eventualidade de alguns estereótipos sociais relativamente a papéis comportamentais ligados ao sexo e que são bem patentes na avaliação comportamental dos adolescentes institucionalizados, feita por alguns técnicos.

Embora possa estar subjacente a um determinado grupo de pessoas um constructo teórico que se pode denominar de "Personalidade Anti-Social", existem diferenças individuais, que há que tomar em consideração. As manifestações comportamentais que compõem este quadro vão variando com a idade: enquanto nos adolescentes o absentismo à escola está muito presente, nos adultos, por exemplo, o baterem nas companheiras é uma constante.

O DSM IV (1996) refere ainda a perturbação de adaptação com perturbação do comportamento (F43.24), considerada um sub-tipo das perturbações da adaptação, sendo caracterizada por manifestações predominantes de alterações do comportamento nas quais há uma violação dos direitos dos outros ou de normas e regras adequadas à idade do sujeito, por exemplo, absentismo à escola, vandalismo, condução imprudente, comportamento belicoso, negligência das responsabilidades legais. As manifestações desta perturbação são reconhecidas durante a adolescência e no início da idade adulta. No caso especifico da perturbação da personalidade anti-social (F60.2) tende a remitir com a idade.

As circunstâncias sociais e a influência do meio social também interferem no processo, permitindo ao sujeito a introdução de algumas mudanças na sua personalidade, com agravamento ou não na trajectória delinquente.

4 - COMENTÁRIOS

O conceito de delinquência tem sofrido evoluções, de acordo com a perspectiva teórica subjacente.

O conceito foi associado a criminalidade, numa fase em que o crime, e o agente do crime, eram o centro dos estudos.

Da tipificação do delinquente, numa vertente criminológica, passou-se à análise sociológica do comportamento delinquente e posteriormente à análise do contexto que proporciona a delinquência. Hoje a preocupação essencial dos estudiosos é o estudo da trajectória do delinquente, tendo em conta que a conduta desviante só pode ser analisada de acordo com o desenvolvimento perturbado do sujeito. A classe sócio-económica de pertença e o back-ground social do sujeito determinam a etiquetagem do adolescente que apresenta comportamentos desviantes com alguma persistência, actuando contra as normas sociais, implicando isso que seja sujeito a comparência no tribunal e que lhe seja atribuída sanção, nomeadamente a institucionalização. Não são abrangidos por este processo todos os casos de delinquência escondida.

A Escola Clássica da Criminologia, (séc. XVIII – séc. XIX), ao definir o crime estritamente em termos da lei criminal, e dando ênfase à natureza do crime, às suas consequências nas vítimas e à eficácia da punição, considerava que o sujeito que cometia o acto tinha consciência da infracção, pelo que a pena a ser-lhe atribuída deveria ser proporcional à natureza e severidade do crime independentemente dos motivos do infractor.

O movimento positivista (séc. XIX) ao perspectivar a criminalidade como um fenómeno social, propondo-se averiguar a natureza e as causas do crime, chama à cena

técnicos como psicólogos, psiquiatras e sociólogos, o que veio possibilitar um avanço qualitativo, embora ainda com uma vertente determinista, na investigação em criminologia, nomeadamente reclamando a necessidade de tratamento do delinquente.

No séc. XX a psicologia está no centro do debate dos estudos sobre delinquência. Ao longo deste século surge uma série de teorias sociológicas e psicológicas que pretendem explicar o comportamento delinquente. Com base nas teorias de Durkheim e Marx, os estudos sobre delinquência abandonam decisivamente, no séc. XX, o antropologismo lombrosiano.

A evolução do conceito de delinquência acompanhou as diferentes teorizações. A investigação no séc. XXI reforçará os movimentos do último século. Enquanto conceito multidimensional ir-se-á adaptando às evoluções do contexto, de forma dinâmica, de modo a permitir compreender a actividade trangressiva subjacente ao conceito.

Na nossa investigação o conceito de delinquência tem subjacente a organização de determinados acontecimentos que ocorrem no ciclo vital do sujeito, e a que não são estranhas determinadas condições socio-económicas dos jovens, como o prolongamento dos estudos e a entrada tardia no mercado de trabalho, a dependência familiar que as referidas condições acarretam, condições familiares, como a tipologia e funcionamento familiares, as práticas parentais e as relações que daí decorrem com os progenitores, e a relação do sujeito com o contexto escolar e a forma como esta relação é gerida pelo próprio e pelos professores.

O conceito de delinquência referir-se-á, assim, no âmbito deste trabalho, aos adolescentes que, do ponto de vista legal, foram considerados institucionalizáveis por motivos ligados ao desvio, à delinquência ou à criminalidade, e que não podem ser

considerados criminalmente imputáveis, pelo que lhe estão a ser aplicadas medidas tutelares, de protecção e de educação.

Quanto aos adolescentes institucionalizados a quem estão a ser aplicadas estas medidas, mas que não são abrangidos pela situação anterior, porque não cometeram infracções e a sua institucionalização resulta da situação de vitimação de que foram alvo, optámos por aplicar-lhes o conceito de institucionalizados casos assistênciais.

De salientar que, não raras vezes, os dois conceitos, delinquentes e assistênciais, se sobrepõem pelo próprio processo de institucionalização. Por isso, numa primeira fase do nosso trabalho, referir-nos-emos aos adolescentes, utilizando apenas a terminologia institucionalizados e não institucionalizados.

CAPÍTULO II – PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS SOBRE A DELINQUÊNCIA

1 – INTRODUÇÃO

A ideia de que a delinquência é causada por factores ambientais surge no séc. XIX, com os resultados de estudos correlacionais obtidos sobre delinquência e factores como densidade populacional, idade, sexo, pobreza e educação. No final do séc. XIX, com o desenvolvimento do conceito de "anomia" e as ideias marxistas, foi possível a introdução de novos constructos teóricos na explicação da delinquência. A opção por metodologias que, por sua vez, abriram caminho a estudos ambiento-ecológicos sobre delinquência, constituíram o advento das modernas teorias sociológicas e psicológicas sobre delinquência, que acabariam por influenciar toda a investigação sobre delinquência no séc. XX.

As teorias biológicas do crime e delinquência consideravam que o comportamento delinquente é causado por um mecanismo interno individual. A criminalidade tinha, assim, uma causa biológica, que era hereditária. Nos nossos dias, os biólogos teorizam mais sobre este mecanismo interno e sobre o conjunto de mecanismos, distinguindo as características biológicas das psicológicas e considerando que determinadas propriedades físicas do sujeito predispõem à criminalidade. Esta predisposição, em interacção com os factores do meio, pode afectar a influência do biológico no comportamento. Os factores biológicos, mais do que predisporem para o crime, causam directamente o comportamento. Assim, a relação entre os factores biológicos e o comportamento delinquente seria mediatizado pelos factores do meio, que poderiam assim alterar as condições biológicas ou a sua influência no

comportamento. Este processo de influência recíproca poderia apresentar-se de diferentes formas: os factores ambientais podem ter impactos diferentes no sujeito, dependendo das suas características biológicas, ou os factores biológicos e ambientais operam independentemente nas influências na criminalidade.

As teorias do somatotipo consideravam que determinadas características corporais estão subjacentes ao somatotipo relacionável com a delinquência. Assim, o carácter e o comportamento podem ser correlacionados com a forma e a estrutura do corpo. Estas teorias, que remontam ao séc. XIX, são atribuídas a Sheldon (1944) e a Lombroso (1876).

Sheldon (1944) propõe uma tipologia reflexo da personalidade do sujeito e, segundo o autor, é hereditária, estabelecendo uma correlação entre corpo e temperamento. Para o autor o padrão criminoso estaria mais associado ao tipo mesomorfo.

Nesta linha de investigação vêm os estudos dos Glueck (1950) sobre delinquência masculina na adolescência. Os Glueck (1950), ao prosseguirem na linha de investigação de Sheldon, verificaram que 60% dos delinquentes que faziam parte do seu estudo eram mesomórficos e com características de níveis elevados de inadequação e de instabilidade emocional. Contudo, estes autores concluíram que a delinquência é causada pela combinação de factores do meio, biológicos e psicossociais e que a personalidade delinquente não existe, seja entre os mesomorfos (Kretschmer 1921) ou outro tipo qualquer de classificação.

Os estudos sobre gémeos ocupam outra área das investigações em criminologia à época, jogando a hereditariedade um papel importante na criminologia. As investigações nesta linha concluem que os factores genéticos predispõem para o desenvolvimento de

uma personalidade criminal, mesmo em crianças que são retiradas do convívio com os progenitores criminosos muito precocemente.

Ainda no campo das explicações biológicas e biossociológicas da delinquência, houve a tentativa de estabelecer a relação entre delinquência e hereditariedade, não só ao relacionar a família e a hereditariedade criminal, mas também a relação entre hereditariedade e capacidade mental e as determinantes do ambiente que possibilitam ou não a aplicabilidade das capacidades do sujeito.

Contudo, Dalgard e Kringlen (1978) foram bem claros ao afirmarem que "a significância dos factores de hereditariedade no crime registado é não existente".

Enquanto a escola positivista de Lombroso, ao criar tipologias de criminosos, parte de pressupostos e métodos errados que levam a uma constatação errada, a da existência, no criminoso, de uma natureza orgânica e psicológica distinta da do não criminoso, a escola pós-positivista antroplológica italiana preocupa-se com o estudo dos processos internos do indivíduo, com a relação indivíduo e meio, e com as formas de reacção do sujeito psicológico a um dado meio, que sustentam o processo psicológico através do qual amadurece a acção delituosa (Santos, 1998).

Alguns autores (Henderson, 1939; Karpman, 1961; Trasler, 1962; Eysenck, 1970, citados por Yochelson e Samenow, 1976), embora não especificando o mecanismo de hereditariedade envolvido na criminalidade, consideram que parte da explicação do comportamento reside nos factores genéticos.

Rosenthal (1972, cit. por Yochelson e Samenow, 1976) refere alguns factores biológicos que considera estarem associados à criminalidade, como: as diferenças electroencefalográficas, o quociente de inteligência baixo, o tipo mesomorfo, o factor XXY, distúrbios sexuais, hiperactividade e tendências para a psicose e alcoolismo.

Posteriormente o síndrome XYY viria associado ao risco de criminalidade (Nielsen e Henriksen, 1972, cit. por Yochelson e Samenow, 1976), tendo os autores concluído da associação entre comportamento criminoso e o cromossoma Y extra.

Estes resultados viriam a ser refutados em estudos posteriores, e segundo Yochelson e Samenow (1976) foi verificado não haver qualquer relação entre os padrões cromossómicos e o comportamento anti-social.

Para alguns autores uma lesão cerebral orgânica seria o motivo que levaria o sujeito a reagir com um comportamento agressivo às pressões do meio (Winkler e Kove 1962, cit. por Yochelson e Samenow, 1976). Pontius (1972 cit. por Yochelson e Samenow, 1976), chegou mesmo a colocar a hipótese de uma disfunção no lóbulo frontal como a base de determinadas formas de delinquência na adolescência.

Williams (1969, cit por Yochelson e Samenow, 1976), persiste na ideia de que o comportamento agressivo patológico resulta de um distúrbio fisiológico cerebral. Uma elevada percentagem de E.E.G.s com alterações vem assinalada na literatura relativa à população criminal, embora não possa ser considerada característica deste grupo.

O mau funcionamento glandular endócrino também foi apontado, segundo Yochelson e Samenow (1976), como um contributo para o comportamento criminoso. O decréscimo de progesterona seria responsável por alguns crimes violentos cometidos pelo género feminino e uma concentração elevada de testosterona seria, por sua vez, responsável por homicídios cometidos pelo género masculino. A endocrinologia ocuparia, assim, um lugar privilegiado no campo da investigação criminal.

A malnutrição foi apontada por Rodale, (1968 cit. por Yochelson e Samenow, 1976), como a mais importante causa de delinquência em adolescentes e adultos, salientando o autor a importância da relação entre o nível de açucar no sangue e o crime, podendo ser a hipoglicémia a base da hiperagressividade.

Factores orgânicos são considerados causas do comportamento agressivo, assim como factores constitucionais podem ser responsáveis pela irritabilidade, excitabilidade, impulsividade agressiva e reacções de intolerância à frustração (Glover 1960 cit. por Yochelson e Samenow, 1976).

Não querendo minimizar a importância das variáveis biológicas, considerámos essencial, no nosso trabalho, debruçarmo-nos sobre as teorias sociológicas e psicológicas, atendendo a que o estudo empírico que realizamos analisa variáveis psicossociais.

Nos anos 30 a ideia de que o crime resulta de condições biológicas, fisiológicas e sociais começa a ganhar forma. As variáveis sociológicas surgem em diferentes estudos. Os sociólogos introduzem na discussão o argumento de que, face às diferenças sobre o que é a criminalidade intra-sociedades ou na mesma sociedade, torna-se difícil definir o que é um criminoso.

Os autores avançam com diferentes conceitos Sutherland (1924), com a teoria da associação diferencial, considera que o sujeito é iniciado no crime pelos outros, ou seja, o comportamento criminoso é aprendido em associação com aqueles que o definem como favorável e com o afastamento daqueles que o definem como desfavorável. Sendo que, o sujeito assume o comportamento, se os aspectos favoráveis suplantarem os desfavoráveis. Nesta linha de pensamento estão as teorias que tomam em consideração a pressão do grupo de pares na delinquência juvenil. A teoria do contágio, que teve no séc. XIX o seu apogeu, embora assumindo novas formas, continua a ter uma expressão representativa na actualidade.

Merton (1938) retoma o conceito de anomia introduzido por Durkheim (1893) nos finais do séc. XIX. O desenvolvimento do conceito de anomia, introduzido por este autor, contribuiu para que o caminho da investigação em delinquência sofresse um

impulso. Ao retomá-lo, Merton (1938) considera que a delinquência surge como resposta adaptativa na forma de crime, quando o sujeito se depara com a impossibilidade de obter o desejado, por meios legítimos. O sociopata surge, assim, como um produto da anomia e da alienação social na sociedade moderna. O crime é resultado da falta de coesão social, surgindo, por isso, com maior incidência em sociedades com maior alienação social e anomia, onde a coesão é mínima.

Clifford Shaw e Henry Mckay (1942) juntaram alguns contributos a novas teorias sobre delinquência. Constructos, como desorganização social e anomia, contribuíram para explicar a delinquência. Estas explicações representam os primeiros passos da sociologia no âmbito da delinquência e influenciaram até ao nossos dias as teorias e a investigação em delinquência. Para autores como Shaw e McKay (1942) a desorganização social e a anomia passaram a explicar a delinquência.

A instabilidade dos factores sociais tornaram os adolescentes mais vulneráveis a actos desviantes, uma vez que os factores sociais controlavam a delinquência. Esta instabilidade na estrutura social, mais notória nas classes baixas, explicaria a desproporcionalidade nos índices de delinquência e crime nas classes baixas, reflectida nos estudos e investigações que têm como medida de delinquência os casos reportados pelas forças policiais.

Assim, a desorganização social e a anomia tornam-se presença constante nas teorias do controlo social da delinquência, o que implicou considerar que a delinquência resulta, em parte, da falha no estabelecimento duma relação social significativa com as instituições, nomeadamente a família e a escola. Seria o fraco controlo exercido por estas instituições sobre os adolescentes que propiciaria a delinquência.

A desorganização social da comunidade e das suas instituições, causada pela industrialização, urbanização, imigração, e por processos que ocorrem de uma forma

rápida, rompendo com os princípios ecológicos, sem que as populações tenham oportunidade de fazer a integração dos respectivos processos, contribuem para a explicação da delinquência.

Esta explicação através da desorganização social vem também associada à aproximação ecológica. A desorganização social permitiu que valores e tradições ancestrais fossem substituídos por valores que se aproximam de práticas criminosas.

As condições sociais adversas foram, nos anos 60/70, consideradas como um dos factores que causava delinquência, embora com assunção simultânea de que o crime também é cometido em contextos culturais e económicos privilegiados.

Pinatel (1962) propõe a distinção em três níveis de interpretação do fenómeno criminal: a criminalidade, o criminoso e o crime. Selosse (1983) retomaria a proposta de Pinatel como regra epistemológica adaptando-a à delinquência de menores, e considerando que a interpretação da delinquência deverá passar igualmente por três níveis, que são os seguintes: delinquência, delinquente e delito. Autores como Hirschi (1969) e Cusson (1983) adoptaram igualmente esta orientação epistemológica.

Matza (1964) desvia a influência da família, da escola ou de outras instituições na delinquência, para enfatizar o desejo do sujeito em ser delinquente, sobrepondo-se à ideia de uma compulsividade ou inevitabilidade no processo. Segundo o autor, os factores sociais são por vezes empolados, relegando-se para segundo plano outros, nomeadamente os psicológicos, irresponsabilizando-se os sujeitos que assumem comportamentos desviantes e esquecendo a predisposição estrutural que alguns possuem e que, em contexto facilitador, permite o desenvolvimento dessas apetências com maior facilidade.

A evolução que o conceito tem sofrido decorre das várias fases pelas quais a investigação em delinquência tem passado. Se, em determinada fase, uma análise

multifactorial sobre os factores, as condições, e as causas susceptíveis de determinar a conduta delinquente, foi preocupação prioritária de autores como Cohen (1955), posteriormente a criminologia integrativa (Pinatel 1962) põe a tónica numa perspectiva pré-sistémica. Fréchette e LeBlanc (1987) desenvolvem-na numa abordagem sistémica com acento nas interações dos factores. Esta perspectiva implica abarcar uma diversidade de factores sociais, culturais e psicológicos que podem levar o sujeito à actividade delinquente.

Alguns dos factores apontados como determinantes na ineficácia da aplicação de programas de reinserção de delinquência são de ordem sócio-cultural, político-financeira e económica, daí a importância de que, no estudo da delinquência, estes factores sejam abordados.

Efectivamente, factores como a opinião pública, ambivalente entre a punição e a compreensão dos delinquentes, as mudanças políticas, a descontinuidade na aplicação de medidas e a oscilação dos critérios ideológicos, que lhe são subjacentes, assim como as disponibilidades financeiro económicas, que alteram consoante os governos, influenciam, quer a tomada de medidas, quer a investigação nesta área, justificam, por si, a importância de uma abordagem sociológica da delinquência.

Existem formas de comportamento social que sendo consideradas delinquentes, não são crimes. Por outro lado, verifica-se uma nítida tendência das teorias psicológicas e sociológicas em atribuir o mau funcionamento das estruturas sociais à insuficiência do controlo social sobre as tendências biológicas do Homem.

Estas teorizações pressupõem que a ordem social interviria essencialmente como um aparelho destinado a dominar os instintos e a regular as tensões. Assim, seriam os impulsos de origem biológica que escapariam, por vezes, ao controlo social.

Segundo estudos recentes, que levaram à formulação de novas teorias, parece não ser tão claro o antagonismo entre o homem e a sociedade, ou seja, entre os impulsos biológicos daquele e os constrangimentos sociais.

Por outro lado, os estudos que têm subjacente uma perspectiva sociológica debruçam-se cada vez mais sobre a análise dos comportamentos desviantes em comparação com os modelos de conduta prescritos.

O que se torna importante compreender é o motivo porque a frequência dos comportamentos desviantes difere segundo as estruturas sociais e o que ocorre. Os comportamentos desviantes assumem formas e características diferentes consoante as estruturas sociais se alteram.

É fundamental entender os processos pelos quais as estruturas sociais constróem contextos circunstanciais, nos quais a infracção aos códigos da sociedade constitui uma resposta "normal". A resposta às condições sociais que se apresentam, não sendo culturalmente aprovada, é sentida, no mínimo, como psicologicamente possível.

Esta posição não nega, contudo, o papel das diferenças biológicas e de personalidade na determinação da taxa do comportamento desviante. É, pois, de salientar a importância da análise das origens sociais e culturais dos comportamentos desviantes.

2 - ESCOLA TRADICIONAL

Para os sociólogos que fazem parte duma escola mais tradicional, como Merton, Cohen, Cloward, Ohlin, Sutherland, Reckless, Nye ou Hirschi, para que seja considerado desviante, o comportamento deverá possuir determinadas características que o distinguem do comportamento considerado dentro dos padrões sociais.

Para estes autores, o comportamento desviante é um atributo inerente ao indivíduo, conceito este também perspectivado pelos primeiros criminologistas, percursores da sociologia do comportamento desviante. Estes consideravam que os criminosos possuíam certos traços biológicos que estavam ausentes nos não criminosos. Posteriormente, os criminólogos desviaram a sua atenção dos traços biológicos para se centrarem nos traços psicológicos.

Os criminosos eram, então, tidos como possuindo certas características mentais que os não criminosos não apresentavam. Esta perspectiva englobava, entre os criminosos, sujeitos com patologias tão diferentes como psicose, neurose, psicopatia ou debilidade mental, sendo que as manifestações próprias destes quadros psicopatológicos eram consideradas características que acompanhariam o criminoso durante o seu ciclo de vida.

Presentemente, esta perspectiva criminológica está ultrapassada. Vários estudos vieram comprovar a fraca validade e significância dos traços biológicos ou psicológicos na diferenciação entre criminosos e não criminosos.

Aqueles criminologistas baseavam a sua noção de criminalidade, não propriamente na violação da lei em si mesma, mais precisamente no acto de violação

desta, mas nas características biológicas ou psicológicas que presumiam constituir o perfil do criminoso.

Com esta postura rígida, aos criminologistas não era possibilitado analisar a situação com o necessário relativismo que a matéria em estudo exige. Para estes criminologistas, o sujeito não sofria mudanças, mantinha-se com os mesmos atributos biológicos e psicológicos ao longo da vida, não interagindo com o contexto, nem sofrendo mudanças ao longo da vida.

Esta postura foi abandonada pelos criminologistas de hoje, não sendo com base em traços biológicos e psicológicos que se faz a diferenciação entre criminosos e não criminosos.

Processo idêntico ocorreu com o conceito desviante. O conceito já não tem o carácter absoluto que teve noutras épocas e a ideia de imutabilidade do sujeito está ultrapassada.

Hoje define-se o acto desviante como aquele que viola as normas e o sujeito que comete o acto é considerado desviante.

Como as normas variam com o tempo e o lugar, quer o desvio, quer o sujeito desviante são definidos relativamente a uma determinada norma, tempo e sociedade.

Para Merton (1957) o comportamento desviante é o afastamento em relação a algumas normas sociais. Para Hirschi (1969) é possível que o acto do sujeito que leva a que o considerem desviante, seja motivado por situações vividas pelo sujeito, permanecendo estas vivências com o sujeito, levando-o a repetir o comportamento noutras situações.

Para os autores com uma perspectiva tradicional, é igualmente importante a natureza objectiva do comportamento desviante. A forma como abordam quer o

comportamento desviante, quer o sujeito que pratica o desvio, decorre de que ambos são considerados uma realidade objectiva.

Por outro lado, estes autores consideram o comportamento desviante como algo que é determinado ou causado por outros acontecimentos ou ocorrências, no contexto envolvente do sujeito. Este determinismo é assumido pelos sociólogos da corrente tradicional, que consideram que as escolhas e decisões do sujeito não surgem por acaso, são antes determinadas por algumas causas. Entre estas causas estão as famílias desfeitas, o estrato social baixo, as privações económicas, a desorganização social, as mudanças sociais muito bruscas, etc..

Assim, segundo a perspectiva tradicional o comportamento desviante é intrinsecamente real, é objectivo, na medida em que o sujeito é como um objecto que pode ser objectivamente estudado e, por fim, é algo que é causado ou determinado por outras coisas.

Ainda no âmbito dos autores com formação sociológica, de considerar a contribuição dada por Cloward e Ohlin, Cohen, Becker, Jeffery e Wolfgang, precisando a delimitação da conduta criminal, e descrevendo como o papel do delinquente é adquirido.

2.1 - TEORIA DA ANOMIA

De acordo com a teoria da anomia de Merton (1938) são as pressões sociais que induzem os comportamentos delinquentes.

Os estudos de Merton (1957) procuram compreender de que maneira certas estruturas sociais exercem, sobre certas pessoas da sociedade, uma pressão tal, que as fazem adoptar uma conduta não conformista mais do que o contrário.

Em determinados grupos verificam-se taxas elevadas de comportamentos desviantes, não porque os sujeitos que constituem estes grupos tenham tendências biológicas diferentes dos seus semelhantes, mas porque eles reagem normalmente à situação social em que se encontram.

Ainda segundo a perspectiva de Merton (1957), certos comportamentos desviantes são normais do ponto de vista psicológico.

Os ideais, interesses próprios da cultura duma sociedade, são considerados fins legítimos para todos, ou alguns, membros dessa mesma sociedade. Estes fins são integrados em graus variáveis e hierarquizados em função duma escala de valores. Tendo em conta as diferenças individuais que atribuem diferente significado psicológico a esta integração, são estes fins que definem um quadro de referência para as aspirações do sujeito.

Um outro elemento das estruturas sociais são as normas que regulamentam e controlam os meios aceitáveis para atingir os fins. Estas normas variam de grupo para grupo, sendo que nalguns, por exemplo, a força, a fraude, ou o poder, não são aceitáveis como condutas autorizadas, enquanto que noutros são-no. A aceitação destas normas varia não só com os grupos mas também com as épocas.

Em todos os casos a escolha dos meios que permitem atingir os fins definidos pela cultura é limitada pelas normas institucionalizadas. Os fins definidos pela cultura e as normas institucionalizadas, que permitem atingir esses fins, não têm uma relação constante, ou seja podem variar de forma independente. Por vezes os fins assentam em

pressupostos dinâmicos, todavia as normas para os atingir exigem um conformismo que em nada tem a ver com o dinamismo dos fins.

Há, contudo, sociedades em que um certo equilíbrio conseguido entre as duas vertentes (fins/normas) é conseguido, por isso, se apresentam relativamente estáveis e integradas. Este equilíbrio conseguido entre as duas dimensões da estrutura social permite uma reacção mais harmónica e integrada por parte dos sujeitos. O sistema social permite-lhes algumas satisfações, que os fazem participar no jogo competitivo, sem que este seja o único fim. São as gratificações sociais a compensar a conformidade às normas. Se, em contrapartida, a competição se torna o único pólo de interesse, aqueles que não saiam vencedores desta competição terão tendência a tentar transformar as regras do jogo.

Para Merton (1957), a hipótese central na problemática da delinquência é a de que os comportamentos desviantes podem, do ponto de vista sociológico, ser considerados como um sintoma de dissociação entre as aspirações correspondentes aos fins inscritos na cultura da sociedade e as vias socialmente estruturadas, que permitem realizar essas aspirações.

Todas as sociedades têm normas, contudo, existem diferenças no grau como o controlo é integrado. Essas diferenças decorrem da hierarquia de valores definidos pela cultura. Esta pode, por exemplo, levar os indivíduos a centrarem-se nos ideais culturais e muito menos nos métodos prescritos para os atingir.

Quando a tónica é posta nos fins a atingir, o comportamento dos indivíduos não é senão limitado por considerandos da ordem da eficácia técnica, que permitirá atingir os fins. Assim, a busca incidirá no procedimento mais eficaz de entre os disponíveis, para atingir o fim culturalmente aprovado.

O processo torna-se, então, o mais eficaz, independentemente da sua legitimidade, no contexto da cultura. A sociedade torna-se instável, desenvolvendo-se aquilo que Durkheim (1933) designou por anomia ou a ausência de normas. Como esquema conceptual, a anomia tem um papel importante entre os conceitos sociológicos.

O termo anomia, como foi empregue por Merton (1957), provocou não só larga discussão no âmbito da sociologia, mas da ciência em geral. O conceito resultou de vários ensaios críticos, e embora tenha sido inicialmente aplicado por Durkheim (1951), nos seus estudos sobre suicídio, foi posteriormente extrapolado para as áreas do crime, delinquência, desordens mentais, alcoolismo e consumo de substâncias.

Durkheim utilizou o termo anomia pela primeira vez em "The Division of Labor in Society", publicado em 1893. O tema da obra era a problemática de como a sociedade, com um elevado grau de diferenciação social, como era a francesa à altura, era capaz de manter a coesão. A divisão de trabalho numa sociedade contribui para a diferenciação social, e quanto mais complexa se tornar a divisão do trabalho, mais as relações sociais se tornarão insustentáveis, e a sociedade manter-se-à, mediante o suporte de mecanismos externos tais como o estado.

Durkheim (1933) distingue dois tipos de unidade social: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. Esta última seria consequência natural das relações entre as pessoas numa sociedade em que haveria uma grande especialização de funções, resultando daí diferenças entre os indivíduos. Para se atingir um grau de solidariedade orgânica seriam essenciais prolongados contactos entre os diferentes grupos sociais.

As sociedades indiferenciadas seriam caracterizadas por uma solidariedade mecânica. A consciência colectiva seria baseada em interesses comuns e em sentimentos directos e individuais. Nas sociedades mais diferenciadas as diferenças individuais seriam encorajadas.

Para introduzir o conceito de anomia Durkheim (1933) distinguiu três formas anormais de divisão do trabalho.

Uma era a divisão do trabalho forçada em que a distribuição das ocupações não correspondia à distribuição do talento. Noutra situação, a divisão do trabalho não produzia solidariedade porque a actividade funcional de cada trabalhador era insuficiente. O trabalhador não desenvolvia o sentido de participação na empresa. A condição mais anormal - anomica- significava uma falha de integração ou ajustamento mútuo nas funções. A anomia resulta da divisão do trabalho que dificulta os contactos entre os sujeitos, assim como o estabelecimento de relações sociais.

Embora possamos compreender como é fácil extrapolar da teorização de Durkheim (1933) sobre a anomia para o campo das implicações que este processo tem no desenvolvimento da delinquência, é, contudo, nos estudos de Durkheim (1951) sobre suicídio que o conceito de anomia se reveste da maior importância para a compreensão do nosso tema.

Em "Suicide" (1951), o autor relaciona anomia com suicídio. Para ele as grandes variações na taxa de suicídio, à altura, eram concomitantes com o ciclo de vida profissional. Era, pois, fácil compreender o aumento da taxa de suicídio durante a depressão económica. Contudo, numa época de prosperidade tornava-se mais difícil de explicar. Durkheim (1933) considera que em ambas as situações há uma sensação de confusão que desorienta o sujeito, deixando-o sem referências sobre aquilo que efectivamente deseja. Assim, atingir subitamente a prosperidade, que o sujeito considerava impossível atingir, fá-lo considerar que mais nada é impossível de atingir. A falta de controlo sobre as normas e padrões sociais que daí decorrem, particularmente quando a mudança é abrupta, dá lugar a situações que podem levar ao suicídio. A este tipo de suicídio, Durkheim (1951) chamou-lhe suicídio anomico, sugerindo que a

situação era de anomia. Estas situações eram equivalentes de depressões, em que as funções reguladoras estavam deficitárias.

Robert Merton analisa social e culturalmente o comportamento desviante em termos de anomia, pela primeira vez em 1938 na sua obra "Social Structure and Anomie", depois revista em 1948.

A teoria anomica é considerada um marco importante e decisivo no estudo da sociologia dos comportamentos desviantes. Embora derivado do conceito de anomia de Durkheim, a formulação de Merton é mais específica. Para Merton (1957) "as estruturas sociais exercem uma pressão maior sobre determinados sujeitos que assumem mais condutas inconformistas que conformistas".

Face a estas situações sociais, os sujeitos respondem com formas que são consideradas crime. Para o autor a anomia não é apenas aplicável ao suicídio, como o considerou Durkheim (1933), mas também ao crime, à delinquência, às desordens mentais, ao alcoolismo, ao consumo de substâncias e a outros fenómenos. Ao contrário de Durkheim (1933), Merton (1957) não considera importante na explicação do desvio, a natureza biológica do sujeito porque, segundo o autor, os desejos inatos do homem são induzidos pela estrutura social.

A anomia é explicada, segundo Merton (1957), não do ponto de vista individual, mas social. A incidência do comportamento desviante numa sociedade varia com a classe social e étnica ou estatuto racial. A distribuição do comportamento desviante dependerá da acessibilidade em legitimar meios para atingir os objectivos e do grau de assimilação dos objectivos e normas pelos diferentes estratos da sociedade. Aqueles que se encontram, na estrutura social, em situações de maior exposição ao stress, estão mais em risco que os outros de exibirem comportamentos desviantes. Os que se encontram

em condições que melhor permitem estabilizar os sistemas social e cultural despistam melhor o stress.

Assim, segundo o autor, esquematicamente a relação entre anomia e a estrutura social seria:

1 - Exposição aos objectivos culturais e normas que regulam o comportamento orientado para o objectivo.

2 - Aceitação do objectivo. Mandatos morais e valores internalizados.

3 - Relativa acessibilidade ao objectivo: mudanças de vida na estrutura

4 - O grau de discrepância entre o objectivo aceite e a sua acessibilidade

5 - O grau de anomia

6 - Os índices de comportamento desviante dos diferentes tipos.

Embora perspectivando a sociedade americana, em que a cultura é caracterizada por uma grande ênfase na legitimidade em usar todos os meios para atingir os objectivos pessoais, esta teorização é perfeitamente aplicável nos nossos dias à nossa sociedade.

Efectivamente, hoje, o sistema de valores culturais exalta o sucesso comum. É feita a apologia de que os objectivos possam ser atingidos em larga escala, para uma população cujo acesso a estes mesmos objectivos, assim como o sucesso, são restritos, quando não completamente impossíveis de atingir. E é neste processo que o comportamento desviante surge, como resposta à frustração da inacessibilidade dos desafios que são colocados.

Como reagem os adolescentes que não conseguem atingir estes objectivos inacessíveis? Adaptando-se a uma situação, através de meios legítimos, que lhes permitem alcançar os objectivos que não são alcançáveis, ou reagindo a esta inacessibilidade, manifestando-se através de actos delinquentes.

Merton (1957) considera 5 tipos de adaptação individual para atingir objectivos de sucesso, culturalmente prescritos, para aqueles que ocupam diferentes posições na estrutura social: conformidade, inovação, ritualismo, reforma e rebelião. Na sua tipologia de modos de adaptação individual, o autor considera 5 tipos de alternativas de resposta às condições de frustração:

Conformismo - Quando uma sociedade é estável, o tipo de adaptação quer aos fins culturais, quer aos meios institucionalizados é normalmente o conformismo. Assim, a estabilidade e continuidade da sociedade são conservadas.

Inovação - Este modo de adaptação é adoptado quando o indivíduo assimilou a importância da cultura de acordo com os fins sem que tenha integrado as normas institucionais que comandam os métodos e meios para atingir os fins. Do ponto de vista psicológico, quando o sujeito faz um investimento afectivo num objectivo, espera-se que corra riscos para obter esse objectivo, e este comportamento é independente da classe social a que o sujeito pertence. Do ponto de vista social, as características da estrutura social que predispõem a este modo de adaptação produzem taxas de comportamento desviante, mais elevadas em determinadas classes sociais que noutras.

Os comportamentos ilegais, longe de serem manifestações sociais ou psicológicas anormais, são fenómenos banais. O número de actos que constituem legalmente os delitos, ultrapassam, em muito, os números oficiais. As estatísticas oficiais dos crimes indicam taxas mais elevadas nas classes inferiores, não porque esta seja a realidade social, mas porque estas classes são sujeitas a uma maior pressão no que diz respeito a actos desviantes. As zonas especializadas em vício e crime constituem a resposta à situação em que o sucesso financeiro foi assimilado como da maior importância cultural, mas onde é difícil atingi-lo dentro das vias convencionais e

legítimas. A ausência de hipóteses reais de progressão de vias disponíveis para atingir o objectivo, resulta numa tendência em adoptar um comportamento desviante.

É a combinação entre a valorização cultural e a estrutura social que produzem a pressão. Esta pressão leva a uma redução progressiva do emprego dos meios legítimos, que se tornam ineficazes, e, em sua substituição, empregam-se os expedientes ilegais mas mais eficazes.

Para aqueles que estão nas classes inferiores da estrutura social, a cultura apresenta exigências incompatíveis. Como consequência desta incoerência estrutural verifica-se uma elevada taxa de comportamentos desviantes. O equilíbrio entre os fins e os meios definidos pela cultura tornam-se instáveis e o acento é colocado, cada vez mais, no atingir os fins, que procuram prestígio, sem olhar a meios.

Não são somente a falta de oportunidades e a valorização exagerada da riqueza que contribuem para a elevada taxa de comportamentos desviantes. Uma estrutura de classe relativamente rígida pode prejudicar, por limitação, as hipóteses de sucesso.

A análise teórica de Merton (1957) vem facilitar a compreensão das correlações estabelecidas entre crime e pobreza. Esta é uma das múltiplas variáveis sociais e culturais que, por si só, não explica as elevadas taxas de criminalidade. Contudo, associada à limitação de possibilidade e atribuição de valores culturais, já pode constituir um bom começo para uma explicação mais credível da correlação entre pobreza e crime.

Aqueles que descobrem a origem desta contradição são candidatos a pertencer ao tipo de adaptação denominado pelo autor como rebelião. Enquanto estes atribuem as suas dificuldades a causas sociológicas, outros há que as atribuem a causas místicas; numa sociedade em que a fortuna dos homens não tem qualquer relação com os seus méritos e esforços é fácil fazer este tipo de atribuição.

Numa sociedade que sofra de anomia, o trabalho, a honestidade têm pouca utilidade, pelo que os indivíduos têm tendência a recorrer ao misticismo, valorizando a fortuna, o azar ou a sorte.

Ritualismo - o tipo de adaptação ritualista implica o abandono dos fins ambiciosos impostos pela sociedade, como sucesso financeiro e promoção social rápida ou a redução das aspirações até um nível que seja possível de satisfazer. Assim, os comportamentos manifestos do sujeito se não são encorajados, são tolerados pelo meio. Este tipo de adaptação insere-se num modelo cultural, segundo o qual os homens devem fazer esforços, empregando meios institucionalizados para crescerem na hierarquia social. Este tipo de adaptação é vulgar em sociedades onde o estatuto social de cada um depende daquilo que ele realizou. Segundo Merton é mais fácil encontrar este tipo de adaptação - ritualismo - na pequena burguesia-classe média baixa. É nesta classe que os pais pressionam os filhos para que se conformem aos imperativos morais da sociedade. Nesta classe a ascensão social é mais problemática que na média burguesia-classe média alta. A educação é rigorosa e conformista, pelo que as probabilidades de aparecer a adaptação tipo inovação são menores que a do tipo ritualismo, onde é patente a submissão.

Reforma - neste modo de adaptação o sujeito rejeita os fins do sistema cultural e os meios institucionalizados. Estes sujeitos, sociologicamente, constituem estrangeiros para a sociedade; não partilham dos valores comuns. Neles estão os vagabundos, os "clochards", alcoólicos crónicos e toxicodependentes. Este é o tipo mais raro.

Revolta/Rebelião é um tipo de adaptação colectivo. Este tipo de adaptação conduz os homens a procurarem uma nova estrutura social ou, pelo menos, melhorá-la. Propõem-se modificar as normas culturais para que exista uma relação mais estreita

entre o mérito, o esforço e a recompensa. Os indivíduos podem passar de um modo de comportamento a outro quando em esferas diferentes da actividade social.

Para Merton (1957) e, de acordo com esta tipologia, as respostas dos sujeitos produzem-se com uma frequência diferente nos diversos subgrupos da nossa sociedade precisamente porque os membros destes grupos, ou classes, são sujeitos de formas diferentes aos estímulos culturais e às restrições sociais. Estes tipos referem-se a papéis e não à personalidade dos indivíduos; são tipos de respostas mais ou menos duráveis e não tipos de organização da personalidade. Assim, a estrutura social produz uma tensão que conduz à anomia e ao comportamento desviante.

As pressões que a sociedade exerce no sujeito encorajam-no a vencer os seus concorrentes. As motivações, que sustêm o sistema competitivo, mantêm-se para todos os sectores de actividade e não se limitam ao resultado final: o sucesso.

Os interesses pessoais e o receio de sanções são os únicos princípios reguladores. Por outro lado, esta tensão que leva à anomia não tem o mesmo impacto em todas as classes sociais. São as mais vulneráveis às pressões, que com maior facilidade conduzem a comportamentos desviantes. Importa pois perceber quais os mecanismos que produzem essas pressões.

Se a estrutura de valores estiver ligada a um certo prestígio de carreira e em que a estrutura social permite o acesso, então o sistema ficará mais estabilizado. Os potenciais desviantes podem conformar-se com estes valores. Uma das funções essenciais da estrutura social é fornecer uma base, para a predição e regularidade dos comportamentos sociais. A sua eficácia torna-se mais limitada quando os dois elementos da estrutura estão dissociados. Nos casos extremos, a possibilidade de prever é mínima e, então, instala-se a anomia ou o caos cultural.

É importante compreender as origens estruturais do comportamento desviante para compreender o que leva o sujeito a escolher esta ou aquela alternativa de adaptação possível, numa estrutura social mal equilibrada. O papel do processo sócio-psicológico é determinante nos tipos de adaptação.

De que forma os comportamentos conformistas ou desviantes variam segundo os grupos em que os indivíduos que assumem esses comportamentos estão integrados?

Se, por exemplo, num jogo o acento é colocado no resultado do jogo, ao ponto de o prazer na simples participação na competição ser inibido pela vitória, e só por esta se pode obter satisfação, a utilização de meios ilícitos, mas eficazes do ponto de vista técnico para o jogo, são utilizados com maior facilidade pelos jogadores. Este é o mecanismo do processo que conduz à anomia. Esta situação leva a que os indivíduos tenham uma menor adesão emocional às regras. Este exemplo dá-nos uma imagem microcósmica do macrocosmo social.

Para Robert K. Merton (1957) e, segundo a teoria da anomia, a delinquência na classe baixa resulta da exclusão sistemática da classe a processos que legitimem e permitam o sucesso económico social.

2.2 - TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

A teoria da desorganização social de Shaw e McKay (1942) teve o mérito de apontar algumas causas sociais da delinquência que parecem estar localizadas em áreas geográficas específicas, o que contribuiu para a compreensão da delinquência, embora a

explicação da concentração da delinquência em certas áreas não seja dada, o que vem empobrecer a teoria.

Segundo Gottfredson e Hirschi (1990), a desorganização social contribui menos directamente para a explicação da delinquência que os laços sociais que o adolescente estabelece com os pais, escola, comunidade e grupo de pares. Por outro lado, as áreas habitacionais onde se pratica mais delinquência atraem os delinquentes, mas, e aqui a posição dos autores difere da teoria da desorganização social, essas não seriam as suas áreas de residência.

A anomia é um constructo sociológico que aparece associado à teoria da desorganização social. Enquanto que a teoria da desorganização social analisa condições institucionais localizadas, a anomia refere condições sociais na generalidade. A anomia explicaria a delinquência cometida por sujeitos que se encontram a si próprios em desvantagem relativamente às actividades económicas legítimas. A frustração decorrente da análise que fazem ou das suas necessidades económicas, motivá-los-ia a participarem em actividades ilegítimas e delinquentes.

Assim, a anomia diz respeito às inconsistências entre as condições sociais e as oportunidades individuais para o sujeito se desenvolver e produzir na sociedade. O termo é usado para referir aqueles que experienciam frustração e alienação como resultado da anomia social.

2.3 - TEORIA DA FRUSTRAÇÃO DO STATUS

Uma outra versão da teoria da anomia é a proposta por Albert Cohen (1955). Tal como Merton (1957), sugere que a sociedade americana encoraja todas as classes a atingir o sucesso e que as classes sociais mais baixas têm um grau de dificuldade maior em atingir esse mesmo sucesso. Consequentemente, esta classe é compelida a atingir o estatuto utilizando meios menos aceites pela sociedade, ou seja, os actos desviantes. Cohen (1955) substitui o termo sucesso, utilizado por Merton, por "status".

Para Cohen (1955), na classe baixa o insucesso escolar é acentuado pela forma como é feita a socialização das crianças. Enquanto que na classe média as crianças são socializadas no treino para o sucesso, nas classes baixas isso não acontece tanto. Assim, estas aprendem a experimentar o falhanço e a humilhação por forma a interiorizarem a ideia de que os outros são os vencedores e eles os perdedores. É este estatuto de frustração que os adolescentes da classe baixa criam quando competem com os adolescentes das classes média e alta, levando-os a estruturarem o seu próprio sistema de competição a que o autor chama subcultura delinquente. Esta subcultura tem critérios opostos aos da classe média, que são os critérios convencionais.

A subcultura delinquente é uma forma de lidar com as dificuldades de ajustamento ao que lhes é pedido pelo contexto. Estes adolescentes denegam as normas convencionais sociais, porque não conseguem aceder às mesmas. Na tentativa de atingir um estatuto que lhes evite o estatuto de frustração causado, os adolescentes implicam-se em actividades delinquentes tais como roubar, aterrorizar os "betinhos", destruir a propriedade de outrém, etc.

2.4 - TEORIA DA DIFERENÇA DE OPORTUNIDADE

Uma terceira versão da teoria da anomia de Merton (1957) é desenvolvida por Richard Cloward e Lloyd Ohlin (1960).

Segundo Merton (1957), as classes baixas numa tentativa de se identificarem com a classe média, e porque foram encorajadas no sentido de atingirem sucesso, e como, por outro lado, não têm acesso aos mesmos meios que a classe média tem para atingir esse sucesso, envolvem-se em comportamentos desviantes.

Cloward e Ohlin (1960) aceitam esta ideia de Merton, na generalidade, introduzindo o conceito de "diferente oportunidade".

Enquanto Merton (1957) punha a tónica nas diferenças de oportunidades legítimas, considerando que a classe baixa tinha menos oportunidades que as outras classes para atingir sucesso, com meios legítimos, daí que enveredassem por comportamentos desviantes, não considerando o autor a oportunidade ilegítima, Cloward e Ohlin (1960) enfatizam a diferença de oportunidades ilegítimas nas classes baixas. Ou seja, na classe baixa, na generalidade, existe uma falta de oportunidade de envolvimento em actividades legítimas que conduzem ao sucesso, comparativamente com a classe média. O mesmo não acontece em relação à oportunidade em participar em actividades ilegítimas e desviantes. O envolvimento em actividades desviantes depende, assim, do acesso que se possa ter à oportunidade ilegítima.

Cloward e Ohlin (1960) conjugam as teorias de Merton e Sutherland e acrescentam que a especificidade da delinquência adolescente depende das características de vizinhança do contexto em que o adolescente reside, e das associações e grupo de pares com quem ele interage. Estas características é que propiciam, ou não,

as condutas em que se cometem actos ilícitos. A delinquência dos "gangs" da classe baixa ocorreria segundo três dimensões: criminal, conflitual e orientação para as drogas.

Por outro lado, o padrão comportamental do delinquente depende da sua integração num grupo organizado, onde exista um sistema de valores ilegítimo e a prática de um comportamento delinquente específico, que se altera de grupo para grupo como se se tratasse de diferentes especializações na delinquência. Contudo, os autores consideram que o padrão delinquente adolescente só se manifesta se existir na vizinhança um padrão de comportamento delinquente ou criminoso dos adultos, tornando-se estes no modelo para os adolescentes.

Os adolescentes das classes baixas utilizam a violência como forma de obter o status e sucesso que não conseguem pela via que os das classes mais privilegiadas conseguem. Os autores consideram que é a impossibilidade de concretizar aspirações económicas, que afecta as atitudes dos adolescentes e lhes causa frustração.

Cloward e Ohlin (1960) consideram que há três tipos de oportunidade ilegítima na subcultura desviante:

subcultura criminal - propicia a oportunidade ilegítima de atingir o sucesso (através do furto)

subcultura do conflito - propicia a oportunidade de envolvimento em grupos delinquentes (apetência para o risco)

subcultura reformista - o uso de drogas, face à falha de atingir o sucesso quer pela via criminal, quer pelo conflito (duplos falhados).

Os autores explicitam, assim, o mecanismo social, segundo o qual a discrepância entre aspiração/oportunidade leva as pessoas da classe baixa a envolverem-se numa das

três actividades desviantes - criminal, conflito ou reformista. É este mecanismo social que constitui o sistema de diferente oportunidade ilegítima.

Enquanto que para Merton (1957) o comportamento desviante resulta da discrepância entre as aspirações de sucesso e a oportunidade em realizar estas aspirações, considerando ainda o autor, que a classe baixa é mais susceptível que a classe média a envolver-se em comportamentos desviantes, comportamentos estes que constituem um comportamento de adaptação individual, para Cloward e Ohlin (1960) as actividades delinquentes são descritas como uma subcultura ou ajustamento grupal.

2.5 - TEORIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL

Contemporânea da teoria da anomia de Merton, a teoria da associação diferencial foi proposta por Edwin Sutherland nos anos trinta.

Para Sutherland (1939), e, segundo a teoria da associação diferencial, o comportamento delinquente, como outros comportamentos, é aprendido, numa primeira fase, no contexto familiar e, posteriormente, no grupo de pares e na rede das diferentes relações sociais do indivíduo.

Sutherland (1939) pretendeu explicar porque é que as taxas dos crimes variam consoante os diferentes grupos. Por exemplo, porque é que as pessoas nas cidades manifestam maior aptidão para cometerem crimes que as pessoas do campo, ou porque é que o género masculino é mais delinquente que o género feminino, e os negros manifestam maior apetência para o crime que os brancos, ou ainda porque é que há mais crimes nas áreas pobres das cidades. Esta diferença nos níveis de crime radica, segundo

o autor, na ideia de diferenças de organização social ou diferentes organizações grupais. Para explicitar as diferentes organizações grupais, o autor recorre à ideia de que a sociedade é composta por diferentes grupos, alguns possuindo uma tradição criminosa, outros, pelo contrário, uma tradição anticriminosa. Os primeiros vêm associados a um nível mais elevado de crimes, que os segundos.

O autor tenta explicar porque é que alguns indivíduos se tornam criminosos, enquanto outros não. Segundo ele, é a tradição do crime que causa os elevados níveis de crimes ou a criminalidade num grupo, e a causa da criminalidade individual reside na associação diferencial. Segundo Sutherland (1939), os comportamentos criminosos são aprendidos em interacção com outros sujeitos, num processo de comunicação. O essencial da aprendizagem de comportamentos criminosos ocorre em grupos pessoais íntimos, sendo os pais particularmente importantes. O processo de aprendizagem inclui técnicas de como se comete o crime. Neste processo inclui-se o desenvolvimento da motivação para cometer o crime. Os motivos e orientações para o crime são aprendidos de definições dos códigos legais e um sujeito torna-se delinquente pelo excesso de definições favoráveis à violação da lei que se sobrepõem às definições não favoráveis à violação da lei.

Se o sujeito se associa a padrões de crime, mais do que a padrões anticrime, tem maior probabilidade de se tornar delinquente. Por padrão criminoso entende-se mais do que os criminosos, este conceito inclui comportamentos criminosos e padrões de comportamento criminoso ou violação da lei. A ideia que o progenitor transmite ao filho sobre o padrão criminoso ou anti-criminoso tem maior peso na interiorização que o sujeito possa vir a fazer de ideias criminosas ou anti-criminosas, que propriamente o comportamento do pai ser ou não criminoso.

A teoria da associação diferencial insiste na ideia de que quanto mais ideias criminosas forem interiorizadas pelo sujeito, mais vulnerável ele se torna à hipótese de cometer um crime. A teoria avança ainda com a ideia de que o contacto com o mundo do crime não é suficiente para o sujeito se tornar criminoso. A implicação em actos criminosos depende da associação que o sujeito faz mais ou menos a ideias criminosas ou anti-criminosas. Ou seja, a associação diferencial que o sujeito faz é que é responsável pela criminalidade individual.

A associação diferencial pode variar em frequência, duração, prioridade e intensidade. Os sujeitos tornam-se criminosos dependendo da frequência com que estão expostos a ideias criminosas, por quanto tempo, quão precocemente nas suas vidas. Por outro lado, o prestígio da fonte que forneceu as ideias e o grau de envolvimento emocional afectivo que o sujeito tem com a fonte são determinantes.

O processo de aprendizagem do comportamento criminoso pela associação com padrões criminosos e anti-criminosos envolve todos os mecanismos que estão normalmente implicados em qualquer processo de aprendizagem. O processo de aprendizagem do comportamento criminoso não difere, basicamente, da forma como se aprende qualquer outro comportamento.

O comportamento criminoso é, para o autor, uma expressão das necessidades e valores gerais e não é explicado por essas necessidades e valores gerais, dado que o comportamento não criminoso é expressão das mesmas necessidades e valores. Há sujeitos que roubam porque precisam de dinheiro, tal como há sujeitos que trabalham porque precisam de dinheiro. Isto significa que a necessidade do dinheiro não nos fornece informação sobre o motivo porque o sujeito assume ou não um comportamento criminoso.

Sutherland (1939) utiliza o conceito de organização diferencial do grupo para explicar a criminalidade em grupo e o conceito de associação diferencial para explicar a criminalidade individual. Ainda segundo o autor, a tradição criminal produz a criminalidade em grupo, que por sua vez, gera a associação diferencial que causa a criminalidade individual. O sujeito envolve-se no crime porque pertence a um grupo com tradição criminal e afasta-se desses comportamentos se pertencer a um grupo anti-criminal.

Daí que, os jovens em contacto com determinados contextos estejam mais expostos a valores que suportam a delinquência do que outros que a não suportam (Sutherland e Cressey, 1978), e, por isso, a delinquência possa ser o efeito de condicionantes sociológicas, como, por exemplo: andar na rua a pedir, ficar em casa sozinho, não ter ocupação de tempos livres, etc. Os adolescentes delinquentes seriam apenas jovens que ignoram as regras e onde, eventualmente falham, é na previsão do impacto dos seus comportamentos.

Burgess e Akers (1966) sugerem que a associação diferencial produz criminalidade não directamente, mas através dum mecanismo de intervenção.

Glaser (1956) sugere que a identificação a modelos criminosos é que propicia que o sujeito se torne criminoso. A esta identificação o autor chama uma associação ao herói em que o sujeito identifica como reais, heróis cuja perspectiva é criminosa.

Para Burgess e Akers (1966), a substância do processo de aprendizagem reside no reforço diferencial. Estas ideias fundamentam-se nas teorias psicológicas como a teoria da aprendizagem, a teoria behaviorista, a teoria do comportamento operante, ou do condicionamento operante ou ainda a teoria do reforço. Ou seja, estamos motivados para perseguir determinado comportamento se formos premiados por isso e para descontinuar o mesmo se formos castigados por isso. O sujeito persegue implicado num

comportamento se for premiado por isso, pelo que, e segundo a teoria da associação diferencial, o sujeito torna-se criminoso se os padrões criminosos o satisfazem mais que os padrões anti-criminosos, isto depois de o sujeito estar associado a padrões criminosos mais do que a padrões anti-criminosos.

2.6 - TEORIA DO CONTROLO

Quer a teoria da anomia, quer a teoria da associação diferencial, debruçam-se mais sobre o comportamento desviante, investigando a causa da delinquência. Para a teoria do controlo o que é importante investigar é o que causa conformidade, isto porque ao compreender-se o que causa conformidade, automaticamente, se encontrarão as causas dos comportamentos desviantes, porque o que causa o desvio é a ausência do que causa conformidade. É, pois, preciso compreender o que causa a conformidade para compreender as causas do desvio.

Travis Hirschi (1969) traçou as ideias base do que viria a ser a teoria do controlo, já, de alguma forma, aflorada por Durkheim no séc. XIX.

Reckless (1973), no seu estudo com rapazes delinquentes americanos, teorizou sobre auto-conceito e mecanismos de controlo social, e como a família e a escola constituem um contributo para as teorias do controlo. Nos anos 60 Hirschi estendeu as ideias de Reckless aos contextos sociais.

Para Reckless (1973) existem forças que pressionam o sujeito para um percurso de acção desviante. O sujeito é pressionado para o desvio por forças exteriores sociais

tais como a pobreza, a privação, o conflito, a discórdia, o estatuto de grupo minoritário, a subcultura delinquente, etc. Por outro lado, o sujeito é motivado para o desvio por forças internas ou psicológicas tais como motivações, frustrações, sentimentos de inferioridade, etc. Perante este quadro, o sujeito tem tendência a violar as normas sociais. Existem, em simultâneo, forças que impelem o indivíduo para cometer actos desviantes e que o protegem e isolam do desvio. Neste último caso, o sujeito possui uma série de qualidades como o auto-controlo, um bom auto-conceito, um superego desenvolvido, uma elevada tolerância à frustração, um elevado sentido da responsabilidade, orientação para o sucesso, habilidade para encontrar satisfações substitutivas e capacidade para racionalizar e reduzir as tensões. Por outro lado, o sujeito lida com forças que o impelem para actos desviantes, porque existem uma série de factores sociais no contexto do sujeito que o tornam forte a pressões de envolvimento em comportamentos desviantes. Entre esses factores sociais estão, por exemplo, uma moral consistente, a existência dum conjunto razoável de expectativas sociais, uma efectiva supervisão e disciplina (controlo social) e a clara existência dos limites e responsabilidades, aceitação, identidade e pertença. No caso dos sujeitos em que as suas possibilidades de lidar com estes factores sociais são fracas, as possibilidades do sujeito se implicar em comportamentos desviantes aumentam.

Ivan Nye (1958) também concordava com a existência de forças que impelem o indivíduo para o desvio. Uma vez que nascemos com instintos animais, temos a tendência natural para reagir como um animal, quebrando as normas sociais. Todavia, uns quebram-nas, outros não. A diferença entre o comportamento desviante e conforme, que é assumido por uns e por outros respectivamente, é explicado pelo autor pelo conceito de controlo. A sociedade usa o controlo social para nos ajudar a verificar os instintos animais ou as tendências desviantes, possibilitando-nos tornarmo-nos cidadãos

enquadrados. Assim, o controlo social funciona como prevenção face às tendências desviantes, assegurando a conformidade. A falta de controlo social produz o resultado oposto.

Nye (1958) considera quatro tipos de controlo social:

CONTROLO INTERNO – exercido pela sociedade através dos pais; socializa a criança permitindo-lhe a internalização dos valores e normas. Este processo de consciencialização é preventivo do envolvimento em comportamentos desviantes.

CONTROLO INDIRECTO - o desenvolvimento de afecto e respeito pelos pais produz um controlo indirecto.

CONTROLO DIRECTO - através das diferentes instituições, polícia, pais, grupos conformes, a sociedade impõe um controlo directo sobre o indivíduo.

NECESSIDADES DE SATISFAÇÃO LEGITIMAS - a sociedade providencia para que o sujeito legitime meios de satisfação face às suas necessidades individuais de afecto, reconhecimento e segurança, o que protege o sujeito do envolvimento no desvio.

Para o autor, o controlo social pode ser exercido nos adolescentes pela família, grupo de pares, vizinhos, escola, igreja, e outros grupos formais ou informais. O autor encontrou uma relação negativa entre o controlo familiar e o comportamento delinquente.

Nye (1958) assumia, relendo a teoria freudiana, que o nosso instinto animal motivava o desvio, aceitando a existência de forças que nos impelem para o desvio. A tendência para quebrar as normas sociais resulta igualmente, segundo o autor, de um processo natural. Contudo, há os que quebram as normas e os que não o fazem. A teoria do controlo vai assim explicitar as diferenças entre os comportamento conformista e o desviante, utilizando os autores, como Nye e Reckless, o conceito de controlo. Para Nye

(1958), a sociedade utiliza o controlo para que possamos controlar os nossos instintos animais e as nossas tendências desviantes.

A incidência dos estudos de Nye foi focalizada nos estudos sobre a família, provando a existência de uma relação negativa entre o controlo da família e o comportamento delinquente. Nesta linha de pensamento, Thio (1983) considera que o exercício do controlo social sobre os adolescentes, pode ser exercido pela família, pelo grupo de pares, pelos vizinhos, pela escola, pela igreja, ou por grupos formais ou informais.

Hirschi retoma a ideia de auto-conceito, explorada por Walter Reckless ainda nos anos 50, para introduzir o conceito numa perspectiva social ou psicossocial na teoria do controlo.

Enquanto que para as teorias da anomia e da associação diferencial a ideia freudiana de que o comportamento desviante resulta naturalmente da energia dos nossos impulsos animais é rejeitada, por considerarem que o comportamento desviante é produzido por condições sociais anómicas ou foi aprendido pelo sujeito, para os teóricos da teoria do controlo, a ideia freudiana é aceitável. Assim, o comportamento desviante não precisa ser aprendido. Os impulsos arcaicos animais, se não forem devidamente controlados, tornar-se-ão naturalmente em comportamentos desviantes. Para a teoria do controlo a decisão de cometer um crime é um acto determinado racionalmente.

A teoria do controlo aborda a delinquência em interacção com o auto-conceito. Para esta teoria, a compreensão dos mecanismos de controlo, tais como a família e as experiências escolares, são fundamentais.

A organização da sociedade resulta dos interesses que as pessoas têm de viver numa sociedade organizada, para assim preservarem os seus bens e a reputação que adquiriram. Para que a sociedade se mantenha organizada é necessária a existência de

regras, que os sujeitos aceitam. É este processo que leva ao compromisso dos sujeitos com a sociedade. Por vezes esta situação de compromisso, que é a conformidade, não surge apenas motivada pela preservação do que se tem, mas também pelas expectativas do que se espera obter da própria sociedade. Neste sentido, o sujeito compromete-se com a sociedade e com as linhas de acção desta e, progressivamente, vai-se comprometendo com a conformidade, aceitando o que é convencional.

Para Hirschi (1969) é o envolvimento nas actividades convencionais que dificulta ao sujeito a oportunidade de cometer actos desviantes. O que causa conformidade é, segundo a teoria do controlo, o controlo social sobre o indivíduo. A ausência deste controlo social causa desvio. O processo de alienação seria, assim, benéfico para a manutenção da organização social. Esta teoria é focalizada na ideia de que os adolescentes cometem actos delinquentes por ausência de forças de controlo.

Sutherland (1939) considera, nesta linha de pensamento, que os adolescentes delinquentes não têm, comparativamente aos que não se envolvem em comportamentos delinquentes, oportunidades de tipo convencional que satisfaçam os seus interesses recreativos, enquanto que estes têm-nas. Nesta perspectiva, a delinquência deverá ser um comportamento esperado, porque cada sujeito tem um potencial delinquente que é forçoso reprimir. Se as tendências criminais ou delinquentes não forem reprimidas, é natural que os actos sejam cometidos face às pressões a que os jovens estão expostos, e que potenciam as suas tendências criminais e delinquentes.

A explicação para a delinquência terá que recorrer aos factores que potenciam, ou não, a aptidão já referida, diferenciando assim, os delinquentes dos não delinquentes. A delinquência é, assim, resultado da falha a nível dum mecanismo de controlo que inibe as tendências. Os jovens delinquentes são aqueles que em determinada fase da sua vida não foram adequadamente (psicológica ou socialmente) controlados.

Para a teoria do controlo, a forte protecção que os vínculos sociais representam contra a delinquência sobrepõe-se às características de personalidade. Por vínculos sociais entende-se a ligação entre o individual e a sociedade, mediante as instituições sociais.

Hirschi (1969) assume que somos animais com capacidade para cometer actos desviantes. Alguns de nós não tira partido desta vantagem, pelos fortes laços que tem à sociedade, os quais asseguram a conformidade. Se o nosso vínculo à sociedade é fraco ou está quebrado, a propensão a cometer actos desviantes é maior.

Para Hirschi (1969) os vínculos sociais são constituídos pôr vinculação, implicação, envolvimento e crença:

VINCULAÇÃO - ligação psicológica e emocional que se sente em relação a outras pessoas ou grupos, que leva à preocupação com as suas opiniões e sentimentos.

IMPLICAÇÃO - refere-se aos investimentos acumulados em termos de conformidade às regras convencionais (tempo, dinheiro, esforço e status) versus os custos estimados ou percas de investimentos associados à não conformidade.

ENVOLVIMENTO - refere-se à participação na actividade convencional e legítima (actividades extracurriculares na escola, tais como jogos), o que evita envolver-se em actos desviantes.

CRENÇA - envolve a aceitação dum sistema de valores convencionais, ou seja, acreditar na validade moral das regras sociais o que conduz a que acreditem que devem obedecer às regras da sociedade convencional.

A vinculação é o paralelo social do conceito psicanalítico de supereu ou consciente. A implicação é o aspecto racional do vínculo social; é o paralelo social do

conceito psicanalítico de ego. A fraca crença no convencional, quaisquer que sejam as razões, aumenta as hipóteses de delinquência.

Hirschi (1969) considera que estes elementos variam indiscriminadamente ou inversamente, por exemplo, vinculação aos pais e implicação em grupos marginais, embora normalmente tenham uma variação conjunta.

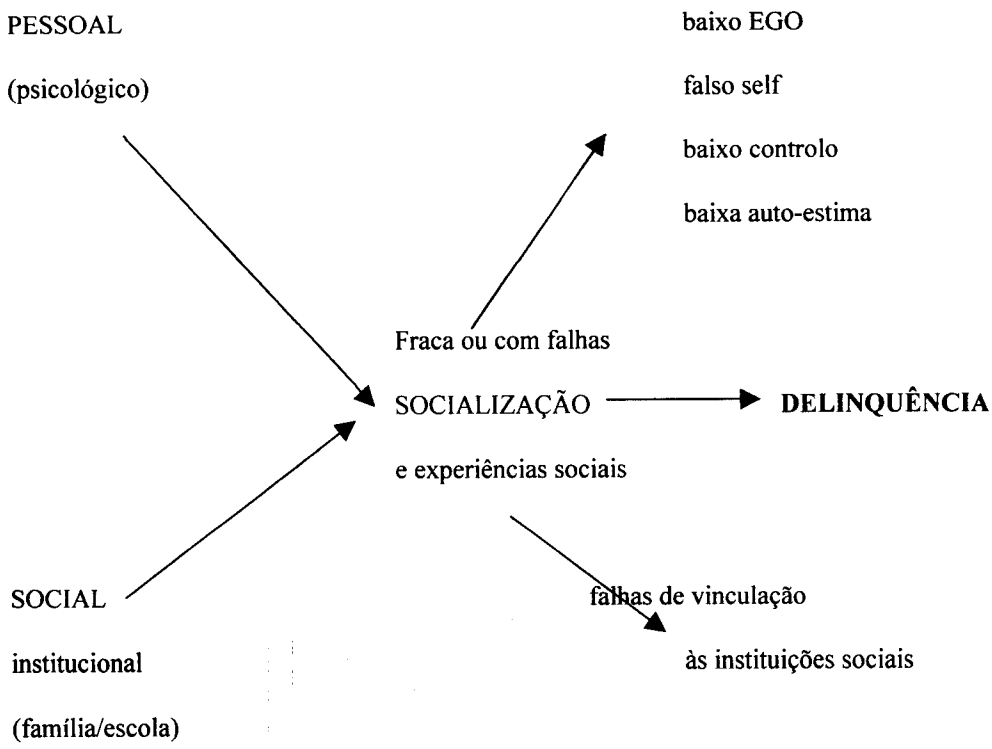
Se o sujeito tiver uma ligação forte a estas quatro vertentes terá uma atitude de conformidade que evitará deslizar para comportamentos delinquentes. Se, pelo contrário, os laços a estes quatro princípios forem fracos, o deslize para a delinquência está facilitado.

O que distingue os vários tipos de teorias do controlo é o tipo específico do factor de controlo, ou do sistema que está em falta no delinquente. Na generalidade, são considerados dois tipos de sistemas de controlo: pessoal e social.

O sistema de controlo pessoal envolve factores individuais que são abarcados pelos conceitos psicodinâmicos de auto-conceito ou auto-estima. No sistema de controlo social, as variáveis de controlo social, que estão relacionadas com a vinculação, são relacionáveis com instituições, como a família e a escola. Esta vinculação vem, normalmente, associada ao plano emocional, no contexto familiar e ao plano comportamental, no plano escolar.

Numa outra vertente considerada pelas teorias do controlo, no que diz respeito à delinquência, estão as normas relacionadas com as diferentes instituições sociais. Quer os factores de controlo pessoal, quer de controlo social, contribuem para a socialização. Quando estes são frágeis, a inexistência de controlo contribui para a delinquência, na medida em que afecta a aprendizagem das normas sociais e a implementação das normas mediante um comportamento adequado.

SISTEMAS DE CONTROLO



Quando os sistemas de controlo não são eficazes, afectam a aprendizagem das normas sociais e, consequentemente, os comportamentos que daí decorrem.

O baixo auto-conceito e as atitudes anti-sociais podem resultar das experiências negativas quer a nível do contexto familiar, quer escolar. Hirschi (1969) comprovou que os adolescentes com forte vinculação a outros se implicam mais em actividades convencionais, apresentam maior conformidade, e aceitam e acreditam nas regras sociais.

As teorias do controlo da delinquência têm como suporte uma grande experimentação, em que os conceitos foram testados e medidos durante décadas. A ideia de que a vinculação e implicação às instituições convencionais estejam associadas a

baixos níveis de delinquência foi sobejamente experimentada desde Hirschi a Reckless, contudo, esta teoria não consegue prever nem explicar todos os actos delinquentes.

No essencial estas teorias avançam com a premissa de que para prevenir a delinquência é preciso avaliar o auto-conceito e as ligações sociais, nomeadamente, a associação ao grupo de pares. É através da socialização que o sujeito se integra no grupo e aceita as regras deste grupo, porque acredita nelas. Contudo, no caso do delinquente, ele viola-as. Segundo as teorias motivacionais, a motivação para o desvio é tão forte que o sujeito pratica-o, mesmo assumindo que o seu acto é errado. A questão que se levanta é porque é que, entre dois sujeitos que acreditam que o acto é errado, um o comete e outro não. A teoria do controlo tem duas aproximações à questão: uma que considera a dissociação entre as faculdades racionais e o controlo emocional, outra que considera que o desviante racionaliza o seu comportamento, por isso pode violar as regras e continuar a acreditar nelas.

Para Matza (1969) a motivação para o acto delinquente surge depois do vazio de moral criado pelas técnicas de neutralização, termo que o autor aplica à capacidade de violar a regra e continuar a acreditar nela. Ou seja, se a neutralização é bem sucedida, o sujeito é livre de cometer o acto, porque lhe é possível ultrapassar os obstáculos morais.

Esta perspectiva é rebatida pela teoria do controlo porque não assume que "a pessoa construa um sistema de racionalizações com fim a justificar cometer actos que ele quer cometer" (Hirschi 1969), pelo contrário, considera que as crenças que libertam um homem para cometer actos desviantes são desmotivadoras no sentido em que o sujeito não constrói ou adopta estas crenças para facilitar a realização de fins ilícitos. Por outro lado, quanto mais o sujeito acredita que deve obedecer às regas sociais, menos tem tendência a violá-las. Quanto mais ligado o sujeito estiver às convenções sociais, nomeadamente, com ligações a pessoas convencionais, mais envolvido estará em

actividades convencionais e com maior facilidade aceitará noções convencionais de conduta.

A ligação afectiva e o envolvimento em actos delinquentes variam na razão inversa. No caso dos adolescentes, quanto mais estreitos forem os laços afectivos, por exemplo com os pais, menor é o compromisso com comportamentos desviantes. No caso dos adolescentes das classes baixas, a investigação (Hirschi 1969) concluiu que um dos problemas da delinquência reside nas fracas ligações afectivas aos pais e ao grupo de pares, o que não possibilita aos adolescentes a dedicação do seu tempo e energia às aspirações educacionais e ocupacionais.

No que diz respeito à ligação ao que é convencional e ao compromisso na prossecução de um objectivo, a variação já é na razão directa, para a classe média. Para Hirschi (1969) os adolescentes da classe média escolhem os seus valores no seio familiar e no núcleo de amigos enquanto que os adolescentes da classe baixa não. Para o autor, os adolescentes da classe média estão menos dependentes dos seus pais que os adolescentes da classe baixa. Embora não concordando com esta premissa, pois o que se verifica no nosso contexto actual é precisamente o contrário, os adolescentes da classe média estão cada vez mais dependentes dos pais, enquanto que os adolescentes da classe baixa apresentam uma capacidade de autonomia face aos pais aparentemente bastante mais organizada, o que queremos salientar é a tónica que Hirschi coloca entre a ligação afectiva e envolvimento, que o autor considera como uma relação positiva.

3 - ESCOLA MODERNA

Nos anos sessenta verificou-se uma viragem na teorização sobre o desvio. Um grupo de sociólogos, entre os quais Howard Becker, John Kitsuse e Kai Erikson, atribuiu ao desvio uma nova interpretação, considerando-o um processo de interacção simbólica.

As teorias desenvolvidas após os anos sessenta, chamadas as modernas teorias, são basicamente não etiológicas. Ao contrário das teorias tradicionais, não focalizam a teoria nas causas do comportamento desviante, mas sim no significado do desvio.

Para os autores da escola moderna o comportamento desviante consiste numa experiência subjectiva e os actos desviantes são cometidos por sujeitos conscientes, pois o ser humano é consciente, sente, pensa e reflecte. O sujeito é considerado um organismo activo, e o comportamento desviante por si só não tem características intrínsecas. Ou seja, as características do comportamento desviante não são suas, mas resultam da percepção que outros têm do que é um comportamento desviante. Este é, para os autores da perspectiva moderna, resultante da etiquetagem que é posta ao comportamento. A tónica para os teóricos da escola moderna reside na diferença de conceitos entre este contexto de sujeitos activos e um contexto de sujeitos passivos que actuariam como seres não pensantes, de acordo com a perspectiva tradicional. Para os sociólogos da escola moderna, fortemente em oposição ao controlo dos seres humanos, é preciso expandir, dignificar e libertar o ser humano. Esta ideologia humanista, subjacente aos teóricos da escola moderna, coloca-os numa perspectiva de dentro para fora do problema, sem a objectividade dos tradicionais que acusam de tratarem o desvio

como um assunto imoral, um fenómeno repulsivo que deve ser controlado, corrigido ou eliminado.

Para a perspectiva tradicional não é possível a etiquetagem acontecer anteriormente ao comportamento, ao que os autores da perspectiva moderna contrapõem que o acto desviante surge apenas porque ele é visto como desviante por algumas pessoas. A etiquetagem é a causa e o comportamento o efeito. Embora concordando que a ocorrência do comportamento é anterior à sua etiquetagem, para os sociólogos que perfilham da perspectiva moderna, o comportamento só é designado como desviante após a etiquetagem e não pelo seu valor intrínseco.

Face à desvalorização atribuída pelos sociólogos da escola moderna à natureza intrínseca do acto desviante, os seus estudos não convergem, ao contrário dos autores tradicionais, sobre a questão de como o sujeito se torna desviante, mas sim, como e porque é que determinado acto é definido pela sociedade como desviante.

Enquanto a escola tradicional está preocupada com uma investigação a nível dos desviantes, os autores da escola moderna debruçam-se sobre os que fazem a etiquetagem dos outros como desviantes, ou seja, sobre as instituições como a polícia, a justiça, etc.

Os sociólogos da escola moderna sugerem que não é importante estudar aspectos externos no comportamento desviante, que estão muito ligados a preconceitos e ideias que não constituem uma adequada orientação no estudo do problema, tais como a pobreza, a abstenção à escola, o défice de auto-imagem, as fracas expectativas/aspirações, pois só podem ser utilizados para controlar e eliminar o desvio.

Para compreender a vida do adolescente que comete actos desviantes, os sociólogos da escola moderna consideram a necessidade de uma abordagem subjectiva que passa pelo estabelecimento de uma relação empática com o desviante, no sentido de

compreender o que ele pensa sobre si próprio, a sociedade e como interpreta o mundo e o seu meio envolvente.

Por outro lado, e de acordo com esta perspectiva, o comportamento desviante é um acto voluntário ou a expressão de uma escolha, de um desejo ou vontade. Assim, os sociólogos da escola moderna acusam a escola tradicional de considerar o sujeito que pratica o acto desviante como um robot, uma máquina que reagisse a todos os estímulos ou mudanças externas, o que é desumanizante. Para a escola moderna, o sujeito possui liberdade de escolha, que lhe permite a opção que determina o seu próprio comportamento.

Esta posição dos sociólogos da escola moderna colide com o determinismo tradicionalista que, numa primeira fase, chegou mesmo a debruçar-se sobre factores biológicos, depois psicológicos e, por último, sociológicos como determinantes do comportamento desviante.

Enquanto a escola tradicional se questiona sobre o porquê de determinados sujeitos se tornarem desviantes e outros não, ou porque alguns sujeitos se implicam em comportamentos desviantes e outros não, a escola moderna interroga-se sobre como a sociedade, através das suas agências de controlo, define algumas pessoas como desviantes e lhes atribui sanções por isso.

A perspectiva moderna aceita que o comportamento desviante não existe por si só, mas trata-se basicamente de uma etiquetagem. O suposto comportamento desviante, é uma experiência subjectiva em que o sujeito é pensante, sente e está consciente. O comportamento desviante é voluntário e constitui um acto auto-desejado.

3.1 - TEORIA DO "LABELING" OU DA REACÇÃO SOCIAL

Nos anos 50 incrementou-se o interesse pela teoria do "labeling", tendo atingido um elevado nível de aceitação nos anos 60. A proposta de explicar a delinquência, particularmente de "gangs" pertencentes à classe - baixa, como resultado de regras impostas é aceite pela comunidade científica que à altura manifestava alguma insatisfação face às explicações até aí avançadas.

Para os sociólogos do "labeling", o desenvolvimento e reforço das regras e leis e os efeitos da etiquetagem sobre o sujeito, que é considerado delinquente, produz subsequentes consequências a nível do auto-conceito, identidade e comportamento do indivíduo.

Na interpretação do comportamento desviante, os teóricos do labeling, com a sua perspectiva interaccionista simbólica, apresentam duas ideias chave:

- o desvio, tal como outra actividade humana, é uma acção colectiva, envolvendo mais do que um acto de uma pessoa.

- não devemos focalizar a nossa atenção no sujeito desviante, mas mais na interacção entre o suposto sujeito desviante e os conformistas.

O processo de interacção é entre dois tipos de pessoas: o que comete o acto desviante e o resto da sociedade, eventualmente dividida, ela própria, em diferentes grupos. Estas duas entidades mantêm uma relação complementar, pelo que uma não existe sem a outra.

A interacção entre estas duas partes, desviantes e conformistas, é gerida pelos significados que se atribuem reciprocamente, nas acções e reacções. A interacção

simbólica envolve interpretação sobre o significado das acções do sujeito e definição, indicações sobre a sua acção.

O significado que é atribuído ao acto praticado pela pessoa é muito mais importante que o acto em si. O comportamento por si só não diferencia desviantes de não desviantes. São as respostas dos membros convencionais e conformistas da sociedade que identificam e interpretam o comportamento como desviante e, consequentemente, transformam os sujeitos, do ponto de vista sociológico, em desviantes.

Para os teóricos do labeling, o comportamento desviante é um processo dinâmico de interacções simbólicas entre desviantes e não desviantes.

Estes teóricos não se interrogam sobre o que causa o comportamento desviante, mas sim sobre quem aplica a etiqueta desviante a quem, quais as consequências da aplicação da etiqueta para a pessoa etiquetada e quais as consequências para a pessoa que aplica a etiqueta.

Para estes teóricos é importante compreender até que ponto a interpretação de comportamento desviante afecta o comportamento das partes envolvidas na matriz da interacção. Etiquetar alguém de desviante tem consequências para o próprio e para o que está a etiquetar. Ser etiquetado como delinquente produz consequências negativas no indivíduo, a primeira das quais é o indivíduo acabar por se ver a si próprio como foi etiquetado e reagir respondendo às expectativas que lê sobre si, naqueles que o etiquetaram, perseguindo, por isso, numa actuação delinquente.

Becker (1963) considerou, no processo de desenvolvimento da delinquência, três situações de comportamento desviante ou delinquente: o puro desvio, o falso acusado de desvio e o desvio secreto.

O puro desviante é, por norma, um violador, e assim é reconhecido pelos outros; o falso acusado desviante é aquele que é considerado erradamente desviante pelos outros e, por fim, o desviante secreto que viola as regras ou a lei, mas não é considerado pelos outros como tendo cometido actos desviantes.

Embora o comportamento desviante seja aquele que é reconhecido pela sociedade, segundo Becker (1963), o comportamento do desviante secreto seria considerado desviante pela sociedade se por ela fosse observado, daí que este terceiro grupo - desvio secreto - possa ser incluído nos desvios ou delinquência.

Um considerável número de actos delinquentes "escondidos" existem e podem ser atribuíveis ao efeito do "labeling" (Hirschi 1969).

A teoria "labeling" teve grande impacto nos anos 60, quando as teorias estruturais se debruçaram sobre o estudo da delinquência, principalmente nos estudos sobre "gangs" delinquentes nas classes baixas

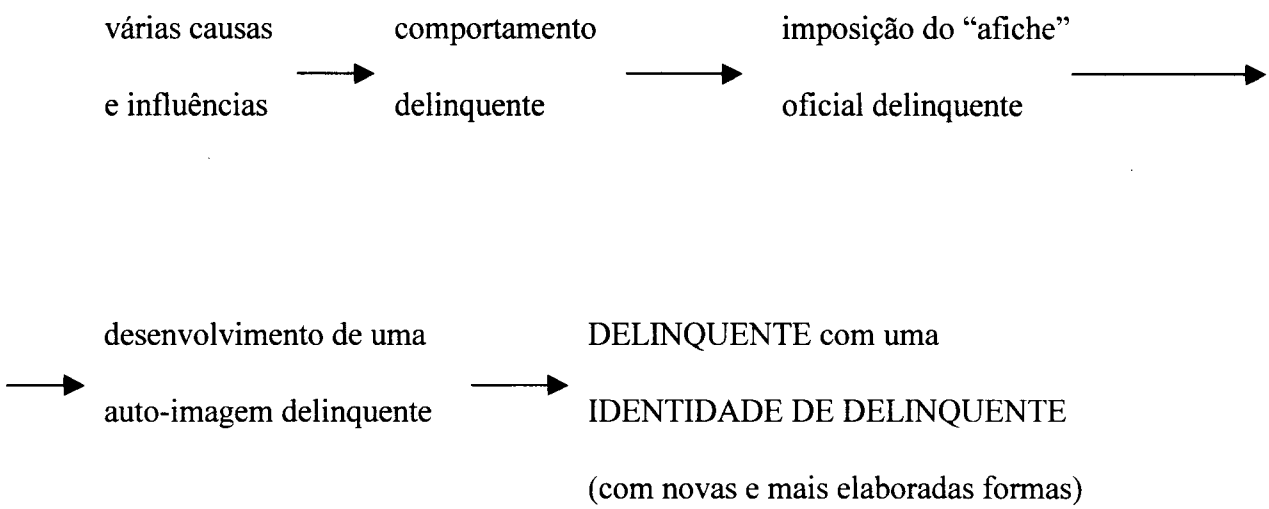
Howard Becker (1963) avançou com a ideia de que o desvio é criado pelos que fazem cumprir as regras, que muitas vezes actuam com preconceito em relação à classe baixa da sociedade. Esta atitude colide com o interesse, hoje considerado prioritário, em mudar as auto-imagens desta população; ideia que se tornou um tópico central em investigações actuais sobre crime, delinquência ou actos desviantes.

Segundo a teoria do labeling, que apresenta uma perspectiva interaccionista, os primeiros actos delinquentes são motivados por uma variedade de factores. Contudo, o que determina a evolução do processo delinquente é a forma como o sujeito foi etiquetado de delinquente. Esta etiquetagem altera a sua auto-imagem, pelo que a sua auto-identificação como delinquente o faz actuar como tal.

Contrariamente à perspectiva de contenção de Reckless (1973), já referida, que considera que a auto-imagem negativa precede a delinquência, a teoria labeling

considera que a auto-imagem negativa, ou mesmo delinquente, se instala depois do acto delinquente.

Segundo esta teoria em esquema, seria este o processo:



As aspirações e expectativas dos adolescentes e a subsequente delinquência foram estudadas por Elliott e Voss (1974) tendo os autores concluído que a baixa percepção do sucesso ocupacional nos adolescentes surge em maior grau após as práticas delinquentes, ao contrário do que Cloward e Ohlin (1960) afirmaram. Ainda, segundo aqueles autores, existe uma relação estreita entre escola e delinquência, que integra alguns elementos como a capacidade de coping e a qualidade das crenças e a exposição à delinquência. A falha escolar a nível dos objectivos pré-determinados, o que conduz ao insucesso escolar, pode causar uma sensação de "normlessness" que, quando acompanhada pela exposição a influências delinquentes, propicia actos delinquentes. O insucesso escolar e um estilo de coping que passa pela culpabilização de outros ou de

circunstância, ou seja, processos de externalização, constituem elevados riscos precoces quando ocorrem em combinação com a exposição a situações grupais de delinquência.

A teoria do "social-bonding" que associa os baixos níveis de capacidade à delinquência, através da falha nos processos escolares e nas atitudes negativas, é refutada por Farnworth e Leiber (1989) que concluíram que as falhas precoces a nível escolar e o Q.I. não estão relacionados com os auto-relatos de delinquência em adolescentes.

Os autores consideram que as avaliações de professores sobre o comportamento anti-social no jardim de infância e 1° nível estão directamente relacionados com os auto-relatos feitos 10 anos mais tarde, pelos então já adolescentes, em que referem a mentira e os comportamentos de furtos. Ou seja, não é a experiência por si, mas a forma como o sujeito reage e lida com o falhanço ou com o stress no seu quotidiano que define os eventuais riscos na escalada delinquente

Autores como Hirschi (1969) ou Short e Stodtbeck (1965) refutam também a teoria de Cloward e Ohlin, (1960) segundo a qual os adolescentes que mais praticam a delinquência são os que têm baixo nível de aspirações e expectativas e não os que têm elevado grau de aspirações e expectativas

Farnworth e Leiber (1989) concluíram que os melhores indicadores da delinquência são os objectivos económicos e as expectativas educacionais. Os autores verificaram que os níveis de delinquência são particularmente elevados entre os jovens com elevadas aspirações económicas, mas baixas expectativas educacionais. Por outro lado, e segundo os mesmos autores, oportunidades bloqueadas são igualmente preditivas de delinquência.

Segundo Tannenbaum (1938), a etiquetagem feita por pais, professores e instituições como a polícia, pode tornar uma criança num adolescente delinquente e,

mais tarde, num adulto criminoso. Para o autor, e na mesma linha de pensamento, já exposta, de outros teóricos com a perspectiva da teoria do labeling, a etiquetagem feita leva a que os próprios adolescentes se autodefinam como desviantes e continuem implicados nesses actos, o que os confirma como desviantes.

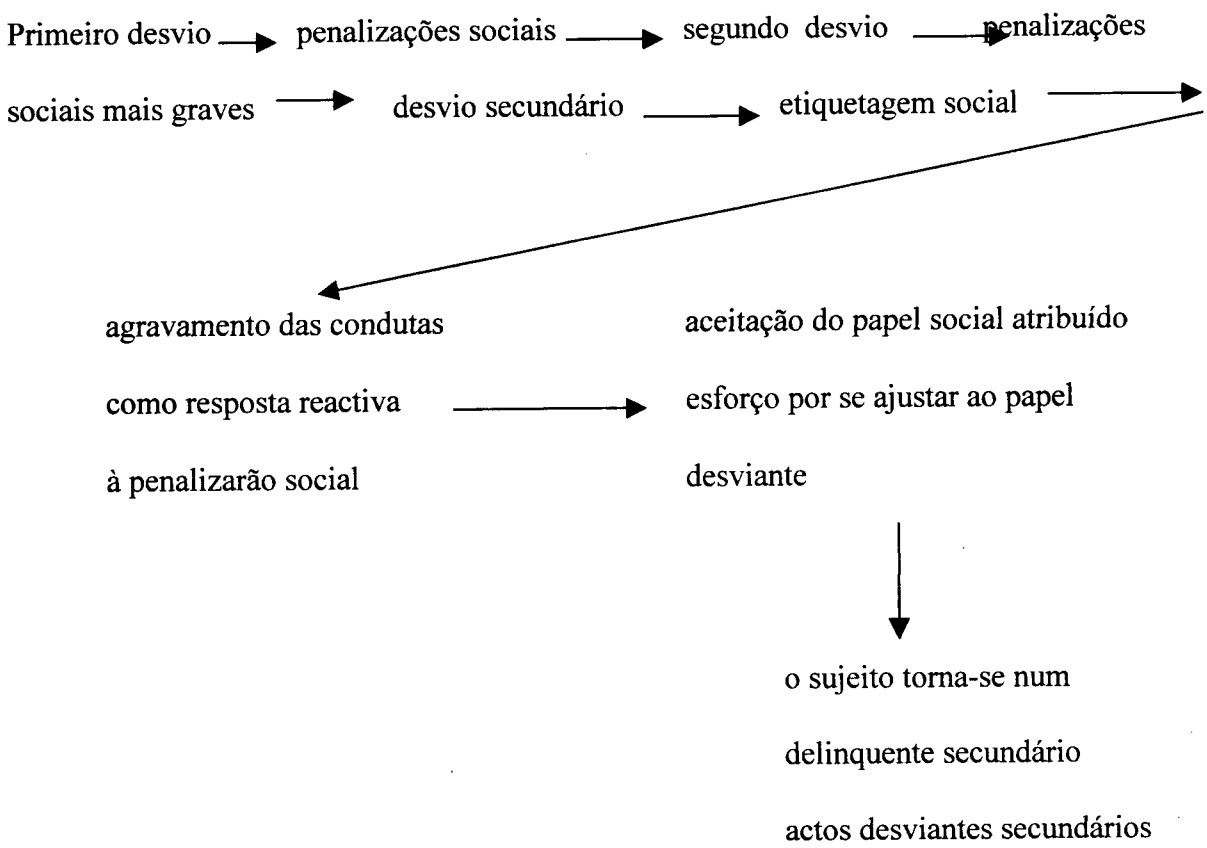
Para Tannenbaum (1938) existem dois tipos de actos criminosos:

- no primeiro, a criança considera-se inocente, mas os adultos definem-no como delinquente

- no segundo, ambos, criança e adulto, consideram e definem o acto cometido como delinquente.

Lemert (1972) chamou a estes actos criminosos desvio primário e desvio secundário respectivamente, considerando, tal como Tannenbaum (1938), que a diferença entre estes dois tipos de actos vai para além da diferença temporal. Um ocorre antes do outro. Enquanto que o primeiro é um primeiro acto, o segundo ocorre num processo já de desvio. A diferença essencial em relação aos dois actos é que, no segundo, ao contrário do que acontece no primeiro, o sujeito concorda com a atribuição social que lhe é feita de desviante, passando a ver-se a si mesmo como tal.

O interesse prioritário dos teóricos da etiquetagem ou "labeling" reside em analisar o processo em que o sujeito se torna um desviante secundário, ou seja, como se transita do processo primário para o secundário:



Erikson (1972) faz uma análise integrada, na teoria do labeling, das consequências da etiquetagem para os que fazem a etiquetagem. Para o autor, estes são os membros convencionais da nossa sociedade determinando, por vezes, de forma negativa e dicotómica quem são os "bons" e os "maus".

Em última análise, os "maus" servem para manter a coesão social e a ordem social dos "bons", preservando-se dos "maus". A consequência mais positiva da etiquetagem é a preservação e consolidação da ordem social e da estabilidade social.

As questões levantadas pela teoria do labeling aplicam-se muito directamente à adolescência, nomeadamente, na interacção entre estes e os agentes de controlo social. A assunção de que a etiquetagem induz o comportamento não foi devidamente experimentada, não apresentando, por isso, o suporte empírico desejado. Contudo, as

recentes investigações (Rosenbaum, 1989) sobre o impacto da etiquetagem informal apresentam resultados encorajadores para a teoria do "labeling".

3.2 - TEORIA FENOMENOLÓGICA

Muitos teóricos foram influenciados pela teoria do labeling nos anos sessenta, e no final desta década novas teorias surgiram. Enquanto os teóricos do labeling focaram a sua teoria na reacção social ao desvio e no impacto que esta reacção tem nos desviantes e nos que etiquetam, a teoria fenomenológica concentra-se na reacção dos desviantes ao seu próprio comportamento.

Os fenomenologistas contrapõem, peremptoriamente, a sua perspectiva filosófica sobre o desvio aos positivistas. Enquanto estes, tradicionalistas, têm uma aproximação objectiva e determinista ao comportamento desviante, estando prioritariamente interessados nas causas da delinquência, ignorando, de certo modo, os sentimentos do delinquente, os fenomenologistas preocupam-se com a experiência e os sentimentos do delinquente. Para estes autores, a experiência subjectiva do delinquente é que deve estar no centro da investigação e da teorização sobre a realidade desviante. Para os fenomenologistas a noção positivista de desvio, não tem qualquer relação com o fenómeno desviante, não sendo mais que uma teoria sobre os preconceitos que levam a que um ser humano seja considerado um objecto.

Para os fenomenologistas, o fenómeno real é a experiência e a consciencialização da mesma pelo sujeito que a vive. A experiência subjectiva do sujeito é fundamental para compreender o que o sujeito sente e como vive a sua

experiência, ou seja, o significado que o sujeito atribui à sua própria experiência. Apenas a experiência subjectiva do sujeito constitui o fenómeno real.

Segundo Douglas (1970) existem dois tipos de significados do fenómeno desviante:

- o significado abstracto que é atribuído ao acto, independentemente da situação concreta em que o sujeito é envolvido.

- o significado situado em que o significado é imputado à situação concreta na qual o sujeito é envolvido.

No significado abstracto estamos perante uma ideia objectiva e esta é a perspectiva partilhada pelos positivistas. Os fenomenologistas partilham da interpretação subjectiva considerando o significado situado. Para estes autores, apenas o sujeito desviante e a sua interpretação subjectiva da sua experiência podem penetrar na realidade desviante, por isso sugerem que, na investigação para compreensão do fenómeno, se ouça as interpretações subjectivas experienciadas pelos desviantes.

Matza (1969), que estudou os processos de implicação e envolvimento na delinquência dos utentes de marijuana, considera existirem três níveis no processo em que o sujeito se torna delinquente:

- afinidade que se refere à força atractiva que impele a pessoa para o envolvimento desviante (contexto familiar, background social, busca de identidade). O sujeito consegue fazer frente a estas forças e este pode ser apenas um estádio do processo. Se o sujeito "se converte" ao processo entra na fase seguinte.

- afiliação: o sujeito afilia-se, converte-se à carreira desviante e passa ao consumo regular, embora não se veja como desviante.

- significação: o sujeito adquire a auto-identidade de desviante, colaborando com a significação social do que é comportamento desviante.

3.3 - TEORIA DO CONFLITO

Os teóricos da teoria do conflito, que fizeram escola, como por exemplo Turk (1969), Chambliss (1969), e Quinney (1970), partiram do estudo da conflitualidade na sociedade moderna, para elaborarem a sua teoria. Segundo os autores, na sociedade moderna pós-industrial os valores culturais e a relação entre as pessoas não são partilhados como eram na sociedade tradicional. O que é partilhado é o conflito social.

Enquanto o conflito social resulta da incompatibilidade de interesses, necessidades e desejos dos diferentes grupos, o conflito cultural resulta da discrepância de normas e valores sobre as definições de certo e errado.

A partir de 1970 os teóricos do conflito apoiaram-se na perspectiva m. que considera o desvio normal no sentido em que o sujeito é envolvido conscientemente na manutenção da diversidade humana, para avaliarem a delinquência duma forma diferente da inicialmente desenvolvida pelos teóricos do conflito.

Austin Turk (1969) preocupou-se em estudar como se adquire o estatuto criminoso. Segundo o autor, a aquisição deste estatuto não depende do que a pessoa é ou faz mas das definições legais sobre o que é um criminoso. Ser definido como um criminoso é ser criminalizado. As formas como o sujeito pode ser criminalizado constituem a teoria da criminalização de Turk (1969).

Para o autor, quanto maior forem as diferenças culturais entre as autoridades e os sujeitos, maior é a probabilidade de existir conflito. Este nem sempre resulta em criminalização, dependendo das seguintes condições:

1 - se as autoridades considerarem a lei significativamente importante, mais facilmente atribuem o estatuto de criminoso ao sujeito que a violou.

2 - se o comportamento é considerado muito ofensivo, os sujeitos são mais facilmente tratados como criminosos.

3 - quanto mais poder as autoridades tiverem, maior a probabilidade de os seus opositores serem criminalizados.

4 - quanto mais realista for a autoridade, mais elimina as resistências ao poder.

Ainda no âmbito da teoria do conflito, William Chambliss (1969) estudou a lei em acção e concluiu que as autoridades legais são injustas e desleais, favorecendo os ricos e poderosos. Considera o autor haver uma discrepância significante entre a lei nos livros e a lei em acção. Ou, por outras palavras, entre o ideal da lei e a realidade da lei. Historicamente, a lei sempre serviu os interesses dos ricos e poderosos muito mais do que dos pobres sem acesso ao poder.

Por seu turno, e na mesma linha de pensamento, Richard Quinney (1970) culpa os sistemas capitalistas da injustiça da lei. Para o autor, a lei é utilizada para manter a sobrevivência do sistema capitalista, sendo a lei criminal especificamente utilizada para manter a ordem doméstica.

Para o autor existem quatro factores que produzem o elevado número de crimes, o que, simultaneamente, ajuda a consolidar a ordem legal estabelecida e a manutenção da classe dominante:

1 - a classe dominante define como comportamentos criminosos aqueles que ameaçam os seus interesses.

2 - e aplica estas leis para assegurar a protecção dos seus interesses.

3 - é compelida a implicar-se em acções que foram definidas como criminosas

4 - usa as acções criminais para construir e difundir a sua ideologia.

Outras teorias sociológicas sobre a delinquência foram desenvolvidas, contudo, dado que com este trabalho não se pretendia uma exaustiva abordagem da perspectiva sociológica, optámos por focar as teorias que considerámos mais importantes. No capitulo seguinte abordaremos as perspectivas psicológicas sobre a delinquência.

4 - COMENTÁRIOS

Ao abordarmos as teorias sociológicas clássicas da delinquência, que essencialmente se debruçam sobre as causas do comportamento desviante, pretendemos apresentar uma panorâmica das perspectivas sociológicas sobre esta matéria, que se opõem às novas perspectivas, que constituem a escola sociológica moderna.

Algumas questões se levantam face às teorizações apresentadas: A perspectiva tradicional, positivista, preocupa-se em abordar o comportamento desviante, considerando-o como um atributo inerente ao sujeito, apoiando algumas teorias criminológicas que aceitam a existência de traços específicos biológicos ou características mentais no criminoso.

Não concordamos, obviamente, com este determinismo. Embora considerando que os comportamentos delinquentes existem, não menosprezamos o contributo da sociedade e da cultura no seu desenvolvimento. Esta postura permite-nos aceitar que os adolescentes desviantes deverão ser sujeitos a medidas de intervenção, porque aceitamos a ideia da sua capacidade em adoptar outras opções que não a da via delinquente.

Vários estudos provaram a inexistência de traços específicos que permitam distinguir criminosos de não criminiosos. A avaliação do sujeito criminoso não pode ser feita exclusivamente em função do acto cometido, da violação da lei que ocorreu, mas também das motivações biológicas e psicológicas do sujeito e das condições em que o acto delinquente ocorreu. O ser humano é demasiado complexo, para poder ser, do nosso ponto de vista, avaliado numa perspectiva linear. Os teóricos da escola sociológica clássica não apresentam a capacidade de relativizar a natureza do estatuto de delinquente, e as condições biológicas e psicológicas. Felizmente, nos nossos dias a

avaliação da delinquência baseada exclusivamente em traços biológicos e psicológicos, foi abandonada.

O delinquente não é um sujeito imutável, mas o que violou determinadas normas, que vigoravam em determinada fase do seu ciclo de vida. Ou seja, há nesta concepção uma perspectiva social, cultural e temporal que não foi abarcada pela escola sociológica tradicional.

Hirschi (cit por Thio 1983), e em resposta às acusações que lhe são feitas sobre a sua perspectiva de delinquência, prefere responder que embora o sujeito considerado delinquente possa não ter cometido um acto desviante, em muitos casos terá feito "qualquer coisa". O autor aceita, contudo, que o comportamento do sujeito possa ser o resultado de alguns acontecimentos que ocorreram na sua história de vida.

Os sociólogos da escola tradicional ao estudarem a natureza do comportamento desviante em si, mais do que avaliarem a situação na sua globalidade, considerando outras vertentes que estão em jogo, nomeadamente, o contexto em que o comportamento ocorre e o próprio sujeito que pratica o acto, estão a adoptar uma atitude reducionista.

A ideia de que o comportamento desviante existe, parece-nos credível. A dinâmica que lhe é subjacente, parece-nos ficar além daquilo que consideramos importante no processo. Nomeadamente, a acção que o próprio sujeito introduz no contexto, modificando-o e produzindo nele "inputs" que vão, por sua vez, interagir com o sujeito num processo dinâmico que não se compadece da posição determinista e estática que parece transparecer das teorizações positivistas.

Uma vez que a natureza do comportamento desviante é objectiva, então, segundo a perspectiva da escola sociológica tradicional, a sua abordagem deve ser objectiva. A abordagem do comportamento desviante e do sujeito desviante deverá ser idêntica à de qualquer objecto de estudo. A questão que se coloca a esta premissa é: se o

comportamento desviante é um comportamento humano, como poderá ser observado como um objecto?

Os sociológicos tradicionais, normalmente, encontram factores causais no envolvimento social, para explicar o comportamento delinquente, como, por exemplo, famílias desfeitas, pertença à classe baixa, privações económicas, desorganização social, mudanças sociais rápidas, etc. Para a escola sociológica tradicional, o comportamento desviante é determinado ou causado por eventos, ocorrências ou fenómenos do ambiente. Esta postura determinista ou causal impede uma análise, com alguma flexibilidade, dos processos subjacentes à delinquência levando os autores desta escola a denegar a livre vontade do sujeito, que pode sobrepôr-se aos seus antecedentes, ao seu envolvimento familiar e às suas anteriores experiências sociais, mas que os autores da escola sociológica tradicional consideram uma ilusão, uma vez que todo o acto humano resulta da interacção entre personalidade e meio envolvente, sem que o sujeito disso se conscencialize.

Hoje os sociólogos assumem uma posição mais moderada, considerando a possibilidade de decisão e opção do sujeito face à sua livre vontade, embora continuem a considerar que as escolhas e decisões são determinadas por algumas causas.

A faceta de um certo moralismo na análise do comportamento desviante é também atribuída aos primeiros sociólogos a estudarem estes comportamentos. Para demonstrarem a natureza do comportamento desviante, os sociólogos da escola tradicional recorreram a estatísticas oficiais, relatórios, estudos de caso e auto-relatos quer sobre actos delinquentes, quer sobre vitimização.

Reconheceram, posteriormente, que os criminosos e delinquentes que constituem as listagens oficiais são um grupo específico. A delinquência escondida é um

tipo de manifestações que não puderam analisar, aceitando que a qualidade da informação obtida nos seus estudos pode ser melhorada.

A perspectiva da escola sociológica moderna surge em oposição à escola sociológica tradicional.

Segundo os sociólogos da escola moderna, o comportamento desviante por si só não tem características intrínsecas. As características específicas são-lhe atribuídas do exterior. O acto delinquente é-o, porque alguém assim o considera, sendo a etiquetagem a causa do comportamento que, por sua vez, resulta, ou seja, que é efeito desta etiquetagem.

Esta perspectiva de coexistência e até alguma circularidade no processo parece-nos adequada à explicação do desenvolvimento da trajectória delinquente e dos actos que resultam da resposta a expectativas que outros tenham sobre o sujeito, embora o comportamento desviante já exista ainda que praticado por outros sujeitos antes de ser atribuído ao sujeito em causa. Como já assinalámos, esta premissa é inaceitável para os sociólogos da escola tradicional, uma vez que consideram o comportamento a causa e a etiquetagem o efeito, numa perspectiva linear.

Os sociólogos da escola moderna concordam que o comportamento ocorre antes da etiquetagem, contudo, consideram que foi atribuída excessiva importância à natureza intrínseca do acto desviante e o que é determinante para o sujeito, nomeadamente para a sua trajectória delinquente, é a etiquetagem que lhe é feita. Para estes autores, a essência do problema reside não no porquê do sujeito se tornar desviante, mas no porquê de determinado acto ser definido pela sociedade como desviante. Em oposição aos sociólogos tradicionais, que estão preocupados com os delinquentes, os sociólogos da escola moderna preocupam-se com aqueles que estão a etiquetar os desviantes, e com a relatividade e subjectividade subjacente aos princípios que determinam o que é ou não o

comportamento desviante, pelo que se torna impossível determinar o que é desviante ou o que é conforme.

Os autores da escola sociológica moderna consideram o comportamento desviante uma experiência subjectiva e consciente. Esta perspectiva humanista, de que sobressai o respeito pelos valores e sentimentos do sujeito, opõe-se ao controlo, enfatizando a dignidade e liberdade do ser humano, acentuando o reconhecimento das características próprias do indivíduo.

A investigação nesta área leva ao terreno os investigadores, no sentido de melhor compreenderem a matéria em estudo em interacção com o meio, as suas experiências, o seu viver, sentir, e o seu contexto, como participantes, com uma perspectiva interna e subjectiva e não como espectadores externos e objectivos, perspectiva que se opõe à perspectiva linear e causal proposta pela escola tradicional da sociologia.

As teorias sociológicas modernas debruçaram-se, como acabamos de ver, sobre as consequências que advêm para o sujeito que foi etiquetado. Por seu turno, etiquetar outros como desviantes produz consequências favoráveis para aqueles, sujeitos, grupos ou comunidades que fazem a etiquetagem. Contudo, os sociólogos da teoria do "labeling" não foram capazes de avançar com premissas que expliquem as causas do comportamento desviante, excedendo-se na análise e atribuições sobre a influência da etiquetagem no desenvolvimento da trajectória delinquente.

A teoria fenomenológica, ao criticar os positivistas de não captarem a essência da problemática do desvio, entra por um caminho de interpretações subjectivas e, por vezes, reducionistas, ao apresentar a sua versão e não a essência do problema.

A teoria do conflito ao preocupar-se em descrever sistematicamente como o segmento social com poder impõe parâmetros, sobre o que é ou não do âmbito da

criminologia, aos que não detêm poder, acaba por ser dificilmente aplicável ao desvio comum, sendo mais adequada para o estudo de crimes políticos.

Consideramos que um compromisso entre o que de melhor as teorias clássicas e modernas têm, constitui o início de um percurso em que possamos considerar os comportamentos desviantes e a delinquência como resultado de uma opção pessoal entre o conformismo e o desvio, tendo em atenção as circunstâncias que estão subjacentes à actuação do sujeito antes, durante e após o acto delinquente, e que são determinantes não só do próprio comportamento, mas também na avaliação do mesmo, numa relação entre os que são etiquetados e os que fazem a etiquetagem, dos que passam a fazer parte do grupo de delinquentes que povoam a nossa sociedade e que continuam a actuar em função da categorização em que os próprios com o seu auto-conceito se colocaram.

Parece-nos fundamental na compreensão dos comportamentos desviantes, a contribuição de sociólogos tradicionais e modernos. Ambas as perspectivas avançam com pressupostos que nos parecem úteis. O comportamento desviante é real, existe, mas tem efectivamente uma relação estreita com os processos de etiquetagem.

A forma objectiva com que a perspectiva tradicional aborda a problemática do desvio, permite-nos compreender o que a sociedade considera acto desviante, pois é, em última instância, o que vai conduzir à etiquetagem e à penalização ou não dos adolescentes pelas instituições. Se o acto desviante não existir, não há comportamento desviante. O sujeito não é etiquetado sem praticar um primeiro acto, mas a etiquetagem na inexistência de actos subsequentes pode por si só proporcioná-los, o que significa que o comportamento desviante pode instalar-se após a etiquetagem dum acto desviante. Este primeiro acto desviante pode constituir apenas uma experiência e não ter o significado de comportamento instalado.

Na perspectiva tradicional, os actos avaliados são considerados pela sociedade como tipicamente criminosos. A avaliação destes actos é feita quer pelos sociólogos da escola tradicional quer pela generalidade do comum cidadão, muitas vezes, ele próprio, vítima destes actos reais e verdadeiramente desviantes do padrão social em vigor.

A perspectiva moderna é muito útil na abordagem de determinado tipo de comportamentos desviantes na adolescência, como o consumo de substâncias, a prostituição, os noctívagos, ou seja, comportamentos considerados pela sociedade menos perigosos. Nestes, a vítima do acto é, muitas vezes, o próprio sujeito, existindo, por isso, uma relativa falta de consenso no suporte da ideia de que a conduta é desviante. Veja-se o exemplo dos toxicodependentes, considerados, por uns, doentes, possuindo uma patologia determinada, vítimas de determinados processos sociais, nomeadamente o de aliciamento, enquanto que por outros são considerados delinquentes a serem punidos pelos actos desviantes que cometem, no sentido de obtenção da satisfação das suas necessidades, leia-se obtenção da droga.

A escola moderna tem como preocupação principal a análise das instituições que procedem à etiquetagem e suas consequências quer para os etiquetados quer para os que o fazem. Neste âmbito, consideramos importante a análise das medidas de institucionalização em Portugal, que estão de muito perto relacionadas com a criminalidade escondida, não declarada e a que as autoridades não têm acesso. Qual é a percentagem de adolescentes da classe média ou média alta institucionalizados? Reduzidíssima. Os adolescentes institucionalizados, em Portugal, são provenientes da classe baixa, de agregados familiares na sua maioria desestruturados, com acentuado absentismo à escola. Noutros contextos, socialmente mais privilegiados, também existem adolescentes que praticam actos desviantes, mas fazem-no sem passarem pelo crivo das instituições como a polícia, ou os tribunais, por isso não são considerados

delinquentes, ou quando o são não são institucionalizados. Estes adolescentes não têm, seguramente, o mesmo processo de etiquetagem que os adolescentes das classes desprotegidas.

A delinquência não declarada não passa pelas estatísticas oficiais e a sua etiquetagem é feita a nível do grupo de pares ou na família.

Por outro lado, e face ao processo de etiquetagem, a atitude familiar é diferente, não raras vezes é nessa atitude dos progenitores, que reside o início do percurso delinquente do adolescente.

A delinquência na adolescência não resulta só do processo de etiquetagem e, quanto a nós, não é solução deixar de etiquetar, nomeadamente se nos referirmos à etiquetagem atribuída a determinadas práticas comportamentais.

No que diz respeito à etiquetagem que se processa transgeracionalmente, é necessário uma intervenção a nível da mudança profunda de mentalidades, o que levará anos se alguma vez for possível.

CAPÍTULO III – PERSPECTIVAS PSICOLÓGICAS SOBRE DELINQUÊNCIA

1 - INTRODUÇÃO

As teorizações sobre a personalidade criminal evoluíram ao longo dos tempos, conforme foi descrito nos capítulos anteriores. Contudo, seriam as teorias psicanalíticas, ao considerarem pela primeira vez o papel dos determinantes psicológicos, na origem dos processos que conduzem ao acto desviante/criminoso, que introduziriam nos estudos criminológicos a perspectiva psicológica até aí inexistente.

Ao salientar o papel do inconsciente na conduta criminosa, a perspectiva psicodinâmica revolucionaria a investigação na área da delinquência. Ao considerarem o funcionamento psicológico do sujeito, os psicodinâmicos atribuíram ao fenómeno uma dimensão subjectiva, proporcionando, assim, o corte com as perspectivas bioantropológicas.

Por seu turno, as teorias cognitivistas ao destacarem a interacção entre as dimensões cognitivas e o seu papel mediador e orientador na relação com o meio, e as teorias desenvolvimentais ao salientarem a dimensão processual-temporal e o papel da história do indivíduo na estruturação da sua personalidade e identidade, contribuíram para uma melhor compreensão dos processos psicológicos que intervêm na delinquência.

Neste capítulo abordaremos as perspectivas psicológicas sobre a delinquência, como a teoria psicodinâmica, as teorias da personalidade criminal, focalizando-nos na perspectiva psico-moral de De Greeff, na teoria dos traços de Eysenck e na teoria do nó central de Pinatel.

Apresentaremos a perspectiva fenomenológica, debruçando-nos sobre o contributo de Yochelson e Samenow sobre a compreensão do funcionamento cognitivo e dos processos que conduzem à prática de crimes.

Referiremos a perspectiva das teorias da aprendizagem sobre a delinquência, no desencadear do comportamento agressivo, nomeadamente nos estudos de Monteiro.

Analisaremos os contributos das teorias de desenvolvimento cognitivo e moral e a forma como, segundo Kohlberg, o desenvolvimento cognitivo pode afectar a acção moral.

Abordaremos a perspectiva desenvolvimental da actividade delinquente segundo autores como Fréchette, LeBlanc, Loeber, Dishion e Tremblay.

Concluiremos o capítulo apresentando alguns comentários sobre as diferentes perspectivas focadas.

2 - PERSPECTIVA PSICODINÂMICA

As teorias psicanalíticas chamaram pela primeira vez a atenção para o papel dos determinantes psicológicos na delinquência ao introduzirem a noção de psicocriminogénese, e ao salientarem a importância do papel do inconsciente na conduta criminosa e das simbolizações de que o acto criminoso se reveste. Ao equacionarem desta forma o fenómeno criminoso, atribuíram-lhe uma dimensão subjectiva, que entra em linha de conta com as características do funcionamento psicológico do sujeito. Esta metodologia inovadora possibilitou o corte com a bioantropologia e com as abordagens psiquiátricas do crime.

Para os autores de orientação psicanalítica, como Friedlander (1945, 1949), Aichorn (1935, 1964), Klein (1948) e Winnicott (1956), que colocam o acento na precocidade dos traumatismos vividos na primeira infância, nomeadamente, a carência, a frustração e a agressão, neste último caso como testemunha ou vítima, o destaque dado no estudo da delinquência vai para as referências ao defeito no desenvolvimento do Superego e à importância deste na génese da estrutura delinquencial. A falha de identificações, nomeadamente à figura paterna, no desenvolvimento da personalidade, assim como a importância de carências precoces, nomeadamente as carências afectivas na relação com a mãe, a ausência e a rejeição parental e ainda a morte ou a separação dos pais durante a infância, são referências essenciais, para os autores, na abordagem psicodinâmica da delinquência.

Segundo Coimbra de Matos (1978), do ponto de vista da compreensão psicanalítica da delinquência, é fundamental salientar como traços característicos do sujeito a inconstância da relação de objecto, dado que não existe um objecto interno

suficientemente estável e, por outro lado, a intolerância à frustração e a incapacidade de suportar a ansiedade.

A delinquência na adolescência resultaria da impossibilidade em elaborar as percas, conduzindo à passagem ao acto, enquanto "forma malograda do aparelho psíquico se libertar de uma angústia depressiva não integrada no plano egóico " (Amaral Dias e col. 1984). Esta incapacidade resultaria da especificidade do dinamismo psíquico do delinquente caracterizado pela não elaboração mental da frustração imposta pela realidade, consumindo o delinquente a energia pulsional no agir. O objecto interno, persecutório, é segundo Coimbra de Matos (1978), constantemente projectado e perseguido. Por seu turno, e ainda segundo o autor, a falha de interiorização do bom objecto condiciona um sentimento de depressão inconsciente, compensado por um comportamento de instabilidade e fuga para a frente, ou em algumas situações, pela recriação de objectos (objectos-coisas) como prolongamento do objecto bom parcial e interno.

A formação defeituosa do Superego, resultante do falhanço nas identificações, da perca parental e da impossibilidade de introjecção das imagens parentais, conduz a um tipo particular depressivo em que o "acting" seria a sua forma de expressão.

Segundo Fleming e col. (1992), na puberdade assiste-se a um reactivar de uma conflitualidade pré-genital arcaica. A tendência para o agir está presente ao longo da adolescência, e resulta da transposição para o comportamento das dificuldades e conflitos internos. O agir permite ao adolescente lidar de forma defensiva com as suas pulsões e experimentar um sentimento de omnipotência, face a um ego fragilizado ou até ameaçado de fragmentação.

A passagem ao acto é manifesta nas perturbações do comportamento, nomeadamente, no absentismo escolar, nas fugas de casa, no consumo de substâncias e álcool, suicídio, ou em comportamentos como o furto, vandalismo ou destruição.

Com os contributos da psicanálise, o processo de socialização passa a ser considerado um elemento central na estruturação da delinquência.

O processo de desenvolvimento infantil, as experiências da primeira infância, os mecanismos de vinculação precoce, os processos de identificação, o desenvolvimento moral e a forma como a personalidade se estrutura tornaram-se fundamentais na compreensão da trajectória delinquente.

2.1 - PERSPECTIVA PSICODINÂMICA SOBRE O CRIME

Para a perspectiva psicodinâmica, a ênfase na investigação em criminologia é colocada no porquê do sujeito agir, como age, sendo este agir motivado por um pensar de determinada forma em função de experiências muito precoces por si vivenciadas. Esta perspectiva apresenta um avanço em relação às perspectivas biológica e hereditária, até aí propostas, pois como já frisámos, pela primeira vez o delinquente é analisado como sujeito psicológico, tendo o inconsciente um papel de grande importância no processo delinquencial.

O crime é, na perspectiva psicodinâmica, visto como o sintoma do conflito interno. Os delinquentes seriam, assim, vítimas dos seus próprios processos inconscientes, uma vez que os seus actos não são sujeitos ao controlo do consciente.

A projecção da culpabilidade seria parcialmente responsável pelos actos criminosos, tornando-se o sujeito o actor da punição que reservaria ele próprio para si. Os impulsos agressivos contra os outros constituem defesas que o sujeito utiliza contra a culpabilidade que sente. A necessidade de punição seria inconscientemente projectada no meio envolvente.

A diferença entre o criminoso e o sujeito não criminoso é que este controla os seus impulsos criminosos, adaptando-se socialmente, enquanto o criminoso não o faz. Os traços de carácter anal contribuiriam para uma série de características anti-sociais.

Assim, a diferença entre o histérico e o criminoso residiria no facto de que o primeiro actua como culpado, não o sendo, e o segundo é efectivamente culpado e reservado, porque cometeu um crime. As inclinações naturais da humanidade para o egoísmo e para a destrutividade social poriam em causa a sobrevivência da civilização, só podendo a ordem social ser mantida pelo policiamento dos impulsos, através da estrutura do superego, que incorpora as normas sociais e as tendências auto-punitivas. Quando a instância do superego se estrutura de forma mais frágil, o sujeito apresenta dificuldades em lidar com as normas sociais, manifestando hostilidade em relação à autoridade e falta de culpa. É, pois, evidente a necessidade da compreensão da dinâmica de funcionamento do superego e das relações que esta instância estabelece com as outras (id e ego), para ser possível aceder à compreensão da dinâmica da personalidade delinquente.

A necessidade de ser punido pela culpabilidade edipiana não resolvida seria um factor causal importante no comportamento criminoso. A necessidade de ser punido seria testemunhada por comportamentos como a auto-negligência, o prejuízo e as frustrações. O crime resultaria, assim, de uma compensação para a precária identidade

sexual. No caso dos comportamentos anti-sociais, a real motivação subjacente aos mesmos seria o desejo sexual pela mãe que reprimido ocasionaria o conflito.

2.2 - PERPECTIVA PSICODINÂMICA SOBRE DELINQUÊNCIA

De acordo com a teoria freudiana, o comportamento delinquente resulta naturalmente da energia dos nossos impulsos animais, e porque estes impulsos arcaicos animais não foram devidamente controlados, manifestamo-los no comportamento delinquente.

A perspectiva psicanalítica da delinquência parte dos seguintes pressupostos: durante o desenvolvimento do sujeito, por razões específicas e em determinados casos, ocorrem situações que criam conflitos no desenvolvimento da personalidade, normalmente na pré-adolescência. Estes conflitos tornam-se dolorosos para o indivíduo e constituem matéria recalcada no inconsciente, o que vai dar origem a mecanismos de defesa que por sua vez funcionam como padrões anormais de personalidade que, especificamente na delinquência, são manifestações comportamentais. Os comportamentos delinquentes são, assim, a sintomatologia dos conflitos e de stress emocional e surgem como um sintoma da doença.

A internalização da figura parental masculina pós resolução do complexo de castração, fantasia elaborada no desejo incestuoso, vem aliviar a tensão que provoca a ansiedade. A renúncia consciente do objecto materno permite a internalização do pai como figura de autoridade. É esta falha, que é patente no delinquente, que não lhe permite aceder às normas sociais, muito menos aceitá-las ou cumpri-las. A figura de

autoridade pai não faz parte do seu quotidiano, pelo que o normativo não é interiorizado.

No que diz respeito ao sexo feminino, a crise é invadida pelo medo de ser abandonada pela mãe e a função do superego é atenuar a ansiedade que daí resulta. Por seu turno, as raparigas têm uma excitação da consciência mais fraca e menor que no caso dos rapazes.

Aichhorn (1935) estabeleceu a distinção entre delinquência latente e manifesta, considerando que, existindo predisposição para o comportamento anti-social, as condições e a estimulação pelo meio podem transformar a potencialidade do comportamento, actuando-o. O autor considerava como causa do comportamento anti-social o sujeito ser detectado e detido, no percurso de desenvolvimento da personalidade.

Para o autor, o ego do delinquente mantem-se sob o domínio do princípio do prazer e, por isso, os impulsos são mais facilmente actuáveis que nas personalidades em que o ego é governado pelo princípio da realidade.

A delinquência constitui, assim, a resposta a um profundo desconforto emocional. O comportamento delinquente permite, segundo a perspectiva psicodinâmica, compensações à frustração sentida.

A sensação de culpabilidade inconsciente, motor do acto, pode levar o sujeito a ter comportamentos delinquentes. O sentimento de culpa do delinquente leva-o ao acto delituoso para alívio da culpabilidade inconsciente. Esta culpa teria origem nas intenções parricidas e incestuosas. Ao transferir esta culpa edipiana para outras situações, através dos seus actos delinquentes, pelos quais seria punido, o sujeito sentiria que cumprindo as penas ia sendo absolvido. Ou seja, estaríamos perante um processo de expiação por delegação da culpabilidade original. Esta necessidade

patológica de castigo é que o levaria à busca de punição. Efectivamente com determinados actos com que o delinquente pretende chamar a atenção sobre si, busca a punição, de que vem a ser vítima. Segundo esta perspectiva, os jovens delinquentes não desenvolveram estruturas psíquicas que lhes permitam seguir uma terapia analítica, nem são susceptíveis de serem influenciados pela punição, uma vez que o comportamento que manifestam é inconscientemente motivado.

Jenkins e col. (1969) identificaram alguns padrões comportamentais delinquentes. Segundo os autores, a personalidade tipo I caracterizava-se por excesso de inibição (superego). A personalidade tipo II correspondia ao padrão comportamental agressivo e não sociável, caracterizado por falha de inibição e superego não desenvolvido. A personalidade tipo III vinha associada ao "gang" delinquente e era caracterizada por uma configuração dual do superego. Ou seja, um adequado superego em relação ao grupo e inadequado em relação aos outros, que são normalmente intimidados pelo sujeito, que não sente qualquer culpabilidade pelos seus actos.

Friedlander (1945,1949) considerava que uma perturbação no desenvolvimento do ego é paralela a uma perturbação no estabelecimento das relações de objecto; o comportamento anti-social constitui a reacção a um conflito edipiano inconsciente. Para o autor, se a criança entra na fase edipiana com uma perturbação no desenvolvimento do ego, a fase não será ultrapassada sem perturbações.

A fase mais importante do declínio da fase edipiana é a consolidação do superego por um processo de internalização e dessexualização, que, em conjunto, permitem as identificações edipianas. O processo de identificação é baseado na renúncia gradual dos desejos edipianos. Um ego fraco não pode estruturar defesas efectivas contra os desejos edipianos e, face à tensão resultante dos desejos insatisfeitos, a pulsão instintiva faz uma regressão a um nível pré-genital. A relação com as figuras parentais

mantem-se sexualizada e, como resultado disto, o superego é frágil. Mais tarde, as relações com os outros adultos mantêm-se num nível infantil e as pessoas que fazem parte do envolvimento/contexto do sujeito são amadas consoante gratificam e odiadas consoante frustram. Os sentimentos de ansiedade ou culpabilidade podem ocorrer nestes quadros e dar lugar a uma delinquência social.

Bowlby (1969) apontou como efeitos devastadores para o equilíbrio psicológico a privação precoce materna. Para o autor, entre as causas do desenvolvimento da delinquência estão as separações prolongadas entre a criança, ainda nos primeiros cinco anos de vida, e a sua mãe ou a mãe substituta.

Ruben (1957) aborda a delinquência como uma defesa contra a perda objectal. Para a autora, o início do período de latência é uma fase crucial no desenvolvimento da criança. A resolução do complexo de édipo tem implicações no desenvolvimento do carácter, na maturidade intelectual e na adaptação social. Com o declínio da fase edipiana dá-se o estabelecimento e consolidação do superego por um processo de internalização e dessexualização. O balanço entre o superego e o id depende da mediação feita pelo ego. Se o ego estiver suficientemente bem desenvolvido pode permitir os processos de identificação e a dessexualização das relações objectais. Contudo, se o superego ou os impulsos instintivos dominarem o quadro, o equilíbrio não será alcançado. Nos casos em que o superego é excessivamente rígido, perde o seu carácter protector e a sua função de regulador dos instintos. A severidade do superego pode ser compreendida pela disponibilidade agressiva da criança e na preferência pelas proibições parentais, em vez do estabelecimento de uma identificação com os objectos de amor. A via delinquente pode, assim, ser a forma patológica de o adolescente fazer face a um superego rígido e aos impulsos do id. Nestes adolescentes, o método de

comunicação do conflito é predominantemente o "acting-out" (Ekstein e Friedman 1957 in Ruben 1957).

Para autores como Mélanie Klein (1948) e Winnicott (1956) no estudo da delinquência, o acento é colocado na precocidade e na realidade dos traumatismos vividos na primeira infância, nomeadamente a carência, a frustração e a agressão (testemunho ou vítima). Por outro lado, a existência dum investimento por parte dos adultos, nomeadamente a mãe, com acentuada incoerência, oscilando entre a rejeição e a adulação, induz na criança um movimento pendular, que dificulta, na criança, o processo de reparação e identificação, dado o vazio de segurança afectiva sentido. Assim, não lhe é permitido integrar a dimensão da temporalidade e a natureza transitória das frustrações; incapaz de diferenciar a satisfação, um desejo passa a ser sentido como uma necessidade e o agir torna-se a única forma de resposta adequada à tensão contida no sujeito, a par da reivindicação de exclusividade e fusão no estabelecimento da relação com o outro. É este o registo relacional do psicopata, e a sua faceta altruísta é a forma como tenta reparar a sua ferida narcísica.

Por seu turno, as mães desatentas ou excessivamente controladoras são promotoras de delinquência. A ausência física ou emocional do pai, assim como as inadequadas práticas parentais, são apontadas por diferentes autores (Andry, 1960; Newman e Denman, 1970/71; Cortes e Gatti, 1972, cit. por Yochelson e Samenow, 1985) como assumindo consequências preocupantes na área da delinquência. As práticas parentais inadequadas podem gerar elevados níveis de agressividade.

Para Roditi-Buhler (1987), os furtos podem resultar dos conflitos de instintos que foram externalizados. A culpa inconsciente e o desejo de punição oscilam com o desejo de gratificação pelos impulsos reprimidos.

Os pais influenciam os valores morais da criança e a própria aprendizagem do controlo do comportamento. Uma vez os valores internalizados e as identificações estabelecidas, a quebra do código resulta em culpabilidade e na consequente falha de auto-estima. Quando a criança é exposta a padrões de moral com discrepância entre os progenitores, ou entre a família e a sociedade, torna-se difícil para o adolescente que atinge a latência estabelecer um código moral coerente.

Na perspectiva psicodinâmica actual, a delinquência não é considerada "como mera consequência de fixações e regressões no processo evolutivo, mas sim como resultante de perturbações do desenvolvimento condicionadas pela acção de factores patogénicos do meio" (Coimbra de Matos, 1986). Ainda segundo o autor, e de acordo com o modelo psico-sociológico (ecológico), a agressologia sobrepõe-se à caractereologia.

O funcionamento psíquico do delinquente resultaria da incapacidade do superego actuar de forma inibitória no ego. As funções do ego estariam, assim, ao serviço dos objectivos não aceites socialmente.

No caso do adolescente, "o medo, a raiva e a tristeza, gerados pelas condições adversas, desencadeiam mecanismos de defesa e de adaptação, que, pela sua persistência, deformam a personalidade e o modo de relação, produzindo sintomas e sinais de mal estar interno e externo (medo/raiva/dor-defesa e adaptação-doença e seus sintomas)" (Coimbra de Matos, 1986).

Durante a adolescência a culpabilidade sobressai realizando o trabalho ao serviço do Eu, que inibe a expansão da libido, que assim não permite ao sujeito a satisfação pulsional. Verifica-se, por isso, um reforço caracterial defensivo. O investimento objectal ressente-se e o empobrecimento narcísico leva a que o sujeito

sinta um vazio existencial, que leva à instalação da situação depressiva, o que constitui o adoecer psíquico na adolescência.

Neste processo, a agressividade vem associada ao recalcamento do instinto sexual. Ao inflectir-se sobre o próprio sujeito, porque o Supereu, assim, permite o afastamento do objecto desejado/proibido, a agressividade constitui um aliado das estruturas defensivas.

Se o sujeito não consegue lutar contra os factores patogéneos e se os mecanismos de defesa e adaptação falham ou são insuficientes para que o sujeito possa atingir o conformismo, o sujeito corre o risco de, face à ansiedade, à hostilidade e à depressão, adoecer.

Nesta fase da vida do adolescente, a exigência da perfeição, motivada pelo ideal do Eu, contribui para a fragilização do Eu e para o desenvolvimento de sentimentos de vergonha, incapacidade e ineficácia. Estes sentimentos fomentam a regressão a posições libidinais, mais arcaicas na relação de objecto. Com esta regressão, processa-se um novo recrutamento da pulsão agressiva.

Esta agressividade, resultante do acúmulo de frustração, agora mais destrutiva, leva a que o acting-out se substitua ao comportamento optativo. Se esta tensão agressiva é projectada no corpo, estamos perante um acting-in e a doença psicossomática, se a tensão é actuada no ecossistema, estamos perante um acting-out, ou seja um comportamento delinquente. No caso da depressão, a agressividade é, predominantemente, dirigida para o próprio, por isso a destruição da auto-estima é mais acentuada. Coimbra de Matos (1986) apresenta uma perspectiva sobre as diferentes formas de ser delinquente nomeadamente na neurose, na patologia borderline e na psicose.

Para o autor, no delinquente neurótico as conveniências próprias são sujeitas às prescrições do Supereu, pelo que o indivíduo é vítima de repetidas frustrações, que impõe a si próprio, conduzindo-o a um estado de tensão, mal estar e irritação com episódicas descargas agressivas na passagem ao acto (acting-out). Este actuar, prevaricação pós ruptura do equilíbrio psíquico, resulta de uma saturação, de excesso de controlo e inibição. Face ao cúmulo de privações e frustrações, o sistema inibitório deixa de funcionar e, então, o acto ilícito vem aliviar a tensão criada.

Do ponto de vista dinâmico, verifica-se "uma luta entre a necessidade-pulsão-desejo e a repressão-contra investimento-inibição em que a cultura (repressiva) vence a natureza (expansiva)."(Coimbra de Matos 1986)

Do ponto de vista económico, as energias impulsivas são abafadas pelas forças defensivas, anti-pulsionais.

Do ponto de vista tópico-estrutural, os interesses individuais são relegados para a zona inconsciente.

No delinquente borderline (personalidade limitrofe) há uma patologia de deficiência narcísica primária - um Supereu lacunar. O self encontra-se clivado numa imagem grandiosa e noutra diminuta e defeituosa. O sujeito alterna entre o amor e o ódio. O estilo relacional é oral-narcisico, funcional, ao nível da satisfação de necessidades. A angústia de separação - de perca do objecto - suplanta a angústia depressiva, de perda do amor do objecto. A relação triangular, quando existe, não representa um verdadeiro Édipo, contaminada pelo ciúme, pelo sentimento de vazio, solidão, angústia, incapacidade de estar só e pelo desespero e desamparo.

No delinquente psicótico, o sujeito vive num espaço fragmentado, com um self feito em pedaços, com perturbações da identidade nuclear, e com uma profunda distorção da relação objectal. Nos sujeitos com esta patologia, a pulsão agressiva tem

um carácter massivo, conjugando-se com uma forte agressividade e uma intensa diminuição de auto-estima. Neste quadro, são patentes os impulsos homicidas, destruidores, o insólito e o perverso, numa textura sem aparente significado.

Para Bion (1962), o pensamento, as emoções e o conhecimento são elementos de um mesmo processo, sendo que o pensamento precede o conhecimento, daí que o sujeito tenha necessidade de pensar o que não conhece.

Perante a insatisfação, o aparelho psíquico tem necessidade de representar intrapsiquicamente as circunstâncias reais do mundo exterior. Se o ódio resultante da frustração não for excessivo à capacidade do ego do sujeito em suportá-lo, o resultado será uma sadia formação do pensamento através da função α, que integra as sensações provenientes dos orgãos dos sentidos com as respectivas emoções. Se o ódio desta frustração for excessivo, os elementos β (protopensamentos), não servindo a função de serem pensados, são descarregados, nomeadamente, nas identificações projectivas e nas condutas delinquentes.

O processo de pensar implica uma significativa função α ainda que com alguns elementos β, que se evidenciam em situações de desorganização temporária e circunstancial. Quando este processo se inverte, como no caso das estruturas border-line, verifica-se uma inversão da função α, que recua, produzindo elementos β diferentes dos elementos β originais. O sujeito regride do pensamento elaborado ao pensamento concreto; é nesta regressão que são vividas sensações que produzem os "acting-out", na medida em que os elementos β internalizados são expulsos mediante excessivas identificações projectivas e de uma hipertrofia do aparelho. Verifica-se uma confusão entre o self e o mundo externo e a omnipotência substitui a concepção.

Este processo decorre da pouca capacidade para tolerar a frustração, o que, por seu turno, perturba os processos de identificação e projecção.

Se a capacidade de "reverie" por parte da mãe constitui um dos elementos estruturantes das vivências da criança, como poderá esta, não tendo tido a possibilidade de vivenciar a mãe como continente, elaborar o pensamento?

A formação e utilização dos pensamentos é promovida na interacção mãe/bebé. A possibilidade de ultrapassar, através desta interacção, a posição depressiva vem possibilitar a formação de símbolos, que substituem e representam as perdas inevitáveis no curso do desenvolvimento. A formação de símbolos permite, por seu turno, a capacidade de generalização, abstracção e criatividade.

Nos adolescentes delinquentes, as mães não foram suficientemente continentes, para lhes possibilitarem a possibilidade de pensar os pensamentos. Estes adolescentes não ultrapassaram a fase depressiva e acumulam perdas no seu ciclo de vida, sem que contenham em si símbolos substitutos. Daí que o seu aparelho psíquico esteja caótico, pleno de protopensamentos que estão em constante conexão com as pulsões libidinais e agressivas.

As excessivas identificações projectivas representam a dificuldade que estes adolescentes têm em atribuir representações e conexões ao aparelho psíquico, este processo decorre das dificuldades que estes adolescentes apresentam ao nível da função de pensar.

2.3 - PERSPECTIVA PSICODINÂMICA SOBRE AGRESSIVIDADE

A perspectiva psicodinâmica considera que a pulsão agressiva, tal como a sexual, está operativa desde o primeiro dia de vida e estariam ambas genéticamente determinadas.

Bowlby (1961) detectou que as crianças que praticavam furtos foram separados das suas mães com uma incidência significativa, comparativamente às crianças que não praticavam furto. O autor considera que a ruptura dos laços de vinculação é que conduz a eventuais condutas psicopatas. Com base nos trabalhos de Lorenz sobre o imprinting nos animais e nos de Harlow sobre a vinculação em primatas, propõe uma revisão da teoria freudiana.

Ainsworth (1962) considera que a separação precoce da mãe e o meio desfavorável estão na génese das perturbações da agressividade.

Ao descrever as etapes pré-genitais do desenvolvimento da sexualidade, Klein (1975) aborda a luta entre os instintos de vida e de morte, que segundo a autora, conduz à posição depressiva e ao estádio esquizo-paranóide, organizador da violência e das identificações projectivas ao objecto.

Hartmann e Lowenstein (1965) cit. por Lebovici (1991), psicanalistas da escola estruturalista americana, insistiram na importância da neutralização da libido e da agressividade para um bom funcionamento do Eu.

Spitz (1965) salientou a importância do hospitalismo na génese da problemática ulterior, quer na criança quer no adolescente ou no adulto, no domínio da agressividade.

Lebovici (1991) prefere falar de actos ou de fantasmas agressivos em substituição de agressividade, chamando a atenção para que actualmente o termo utilizado é vulgarmente violência, para designar os actos agressivos.

Diatkine (1984) põe em causa a ideia de Freud da existência em todo o ser humano de uma quantidade de "tendência à agressão", que deverá encontrar um escape para não se tornar patogénica. Para o autor, agressão e violência são termos relacionáveis que só têm sentido em função de um sujeito activo (o agressor) e de um objecto atacado (a vítima). A agressão é todo o movimento agido ou representado que tende a destruir uma figura.

Segundo Diatkine (1984), a violência ou a tendência à agressão surgem como o efeito de uma contradição interna que caracteriza o psiquismo e não como uma tendência vital primitiva. Para o autor a agressão e a violência são relacionáveis apenas em função do sujeito activo e do objecto atacado, quer seja com destruição parcial quer total. A violência nasce da contradição psíquica e tem uma relação singular entre o que o sujeito percebe nos outros e a sua vida fantasmática. Na impossibilidade de elaborar novas construções internas, capazes de restabelecer a ordem, dado que o seu sistema de representações difere do padrão social, o sujeito tem a tendência a reagir, destruindo, para eliminar o que cria dissonância na harmonia das suas representações. A agressão é uma forma particular de violência que se desenvolve em direcção a outro e repercute-se no próprio sujeito.

Na adolescência a dimensão fundamental da vida psíquica é a capacidade de se representar como outro diferente. Este processo só é possível depois de uma primeira etapa em que os cuidados maternais satisfazem as necessidades e os desejos. O outro não tem, neste estádio, outras qualidades senão as que lhe são conferidas pelo objecto projectado pelo sujeito.

Numa segunda etapa de desenvolvimento (do complexo de Édipo), o sujeito descobre que a sua mãe existe e que tem outros interesses, diferentes dos seus. Numa terceira fase, o sujeito desenvolve as identificações secundárias (Édipo mais organizado assim como a angústia de castração). O conflito dominante é, então, constituído pela elaboração da violência para com os outros e para consigo mesmo.

Estas etapas permitem a organização nova dos desejos e da história fantasmática e traumática do sujeito e a consequente entrada na latência.

Na impossibilidade desta reorganização, a desordem mantem-se, decorrendo a violência da relação entre o que o sujeito percepciona nos outros e a sua vida fantasmática, sem que o sujeito possa elaborar novos constructos internos capazes de restabelecer a ordem.

Para Lebovici (1991) é evidente o carácter agressivo no comportamento das crianças e dos adolescentes. Nos primeiros movimentos da vida psíquica está a construção do objecto. A mãe pode possibilitar uma modulação harmónica, mediante as estimulações do exterior que transmite à criança. Assim, esta constrói o objecto que não é confundido com a pessoa da mãe. Esta diferença entre o que são os outros e as construções da criança é em si geradora de violência e de agressão. Sabemos, através dos estudos de Brazelton (1983) sobre as primeiras interacções do bebé com o seu meio envolvente, que este tem reacções diferentes para com a mãe, mesmo quando não é amamentado ao seio.

Ainda no que diz respeito ao bebé, Stern (1985) considera que ainda numa fase muito precoce as crianças "encolerizadas" desconcertam os seus pais, desesperando-os e provocando de certa forma os actos brutais de que as próprias crianças são vítimas.

No período de latência é vulgar uma criança, ao expressar alguns desejos edipianos, verbalizar, com alguma facilidade, agressividade em relação a um dos

progenitores. Com o avanço da idade, a agressividade torna-se mais subtil e as referências com alguma conotação masoquista, quer aos progenitores, quer aos professores, tornam-se mais elaboradas e a agressividade é expressa de uma outra forma.

Nesta fase, a criança ao manifestar os seus comportamentos violentos para testar o amor da mãe é penalizada, manifestando-se, então, por esta penalização, entrando num círculo vicioso, se este não for quebrado pelos adultos. Estamos, assim, perante a escalada de manifestações agressivas, em que se verifica a erotização da punição. Esta é desejada e satisfaz o masoquismo da criança.

No adolescente as condutas ordálicas levam a que o auto-sadismo se exprima nas perturbações do comportamento alimentar, nas tentativas de suicídio, na forma perigosa como os adolescentes conduzem as motas e, principalmente, nas apetências toxicomaníacas que manifestam. Estes comportamentos, que são por muitos considerados do âmbito da psicopatia, levam a que os adolescentes sejam vistos como perturbados, violentos, insensíveis às regras morais, sem um supereu consistente.

A violência nos adolescentes é explicada por Lebovici (1991) como um agir que resulta da ausência de uma filtragem da energia pulsional, que não permite a elaboração mental dos conflitos, impossibilitando a atribuição de sentido aos afectos vividos e não representados. Estes adolescentes são portadores de uma falha a nível da idealiz[illegible] por falha narcísica, resultante de um ideal paterno frágil. A ausência de sentimen[illegible] de vergonha e a insuficiência de auto-estima não permitem a instalação de sentimentos de culpabilidade, o que reforça a necessidade do agir.

Para Lebovici (1991), se quisermos compreender a violência nos adolescentes e nas crianças, é preciso recuar às origens da sua vida mental e começar a falar em interacção, e nas trocas afectivas. Para o autor, independentemente dos factores

biológicos e sociais, é nas interacções precoces, no plano familiar, afectivo e fantasmático que a violência se estrutura e toma consistência muito precocemente.

O acúmulo de experiências traumáticas, como privações, castigos e humilhações, gera agressividade ou propensão para o desencadeamento de condutas hostis e destruidoras. O desejo não realizado de receber afecto gera frustração afectiva e narcísica e agressividade. A agressividade, por seu turno, conduz à degradação narcísica.

A análise de crimes, incompreensivelmente cometidos por muitos adolescentes, leva, por norma, à constatação da carência de interacções afectivas de que os próprios adolescentes delinquentes foram vítimas, por vezes em condições familiares afectivas deploráveis.

A desidealização do pai a que muitas vezes são obrigados, quer pela violência a que assistem por parte destes em relação às mães, ou aos próprios filhos, quer em relação às filhas a quem esta violência é especificamente dirigida, como no caso do abuso sexual por parte do pai, constitui, seguramente, uma ferida narcísica profunda, dificilmente superável.

Segundo Lebovici (1991), os adolescentes criminosos, se não são esquizofrénicos são psicopatas que foram sujeitos a condições materiais, familiares e afectivas deploráveis nos primeiros tempos de vida. Para o autor, os adolescentes parricidas têm sempre "boas razões" para assassinarem o pai, que, por exemplo, maltratava a mãe.

O que é necessário compreender, nestes adolescentes, segundo o autor, são as causas da sua frieza afectiva e possibilitar-lhe a desidealização dos seus pais, factor que afecta fortemente o seu narcisismo.

Para o autor, as perturbações profundas do sistema familiar, nomeadamente nas dificuldades a nível da comunicação, e nas relações interpessoais perturbadas que estas famílias normalmente apresentam, levam a que as alterações de comportamento, que mais tarde se traduzem na delinquência, se construam nas interacções precoces, a que o contexto familiar, afectivo e fantasmático dão consistência. Estes adolescentes, segundo o autor, são portadores de um mandato familiar transgeracional – o segredo familiar – que não é mais do que as vivências desidealizantes transmitidas de geração em geração.

2.4 - PERSPECTIVA PSICODINÂMICA SOBRE PSICOPATIA

Para a teoria psicanalítica, a psicopatia é uma patologia do narcisismo. Freud não se terá debruçado sobre a personalidade psicopata pois era o tipo de personalidade que "lhe fazia horror" (Pontalis, cit por Chartier e Chartier 1986).

Se a ordem social depende das estruturas de personalidade internalizadas, é fundamental conhecer a história individual do sujeito, as suas relações parentais, sociais, as vinculações que fez, as identificações e as relações que estabeleceu com as figuras de controlo. A constatação da ausência de uma figura materna estável, ou a presença de uma mãe com falta de afecto, possibilitar-nos-á a compreensão da sua instabilidade e dificuldade em estabelecer laços relacionais, em empatizar com outros, ou a insensibilidade dos seus sentimentos, falhas que estão normalmente presentes na psicopatia.

Anna Freud (1949) descreve um tipo de delinquente a que chamou psicopata.

Certas personalidades psicopatas conseguem manter em segredo a sua violência. Noutros casos, a violência é inconsciente e o sujeito ignora a sua patologia; estão, neste caso, as personalidades com um carácter psicótico ou neurótico compensado, em que o objecto maligno foi maciçamente introjectado constituindo o introjecto maligno. Neste caso, o objecto interno é opressor e persecutório, mas amado e idealizado. O self do sujeito é desorganizado e esvaziado narcisicamente. A busca de satisfação, por parte do sujeito, constitui-se num círculo vicioso em que a experiência é traumática e frustrante, pelo que a identificação patológica ao agressor constitui a saída.

A teoria psicanalítica reconhece a importância da falha narcisica nos psicopatas, assim como da realidade e precocidade dos traumatismos vividos na 1ª infância. Esta falha narcisica é responsável por um núcleo depressivo, que é patente nos adolescentes delinquentes. Para a psicologia psicodinâmica, as perturbações de carácter que conduzem à delinquência são devidas a traumas sofridos na infância, que impedem uma maturação afectiva conveniente.

Embora a perspectiva psicodinâmica considere os factores ambientais, a focalização da compreensão dos comportamentos anti-sociais vai para os conflitos psicológicos internos.

As vivências infantis e o conflito interior que opõe as tendências instintivas às necessidades do Eu são da maior importância na estruturação do equipamento pessoal e do carácter. A dificuldade no estabelecimento de relações de objecto satisfatórias resulta da leitura que foi feita duma mãe e dum mundo insuficientemente bons. É no contexto familiar, ou seu substituto, que o sujeito faz as primeiras identificações ao sistema de valores e atitudes.

Na fase de transição da heteronomia para a autonomia, os progenitores dos adolescentes têm tendência a suavizar um pouco o controlo que exercem sobre os filhos, consequentemente os riscos de assunção de comportamentos desviantes aumentam.

A psicopatia resultaria, assim, de uma deficiente vinculação afectiva em relação a outros e duma falha nas respostas a motivações normalmente encontradas em relação aos outros e que o psicopata expressa através da excessiva agressividade, falha no controlo do supereu e no nível infantil das respostas. Assim, o sujeito com psicopatia não tem consciência ou superego, sendo a violação das normas uma consequência da falha a nível da vinculação aos outros. A impulsividade e agressividade que manifesta são, por seu turno, consequência da inexistência do controlo e limites morais.

Diatkine (1984) considera como psicopatas os adolescentes cuja forma quase exclusiva de descarga, para todas as tensões psíquicas, é a passagem ao acto delinquente. Para o autor, a psicopatia não é uma doença, nem uma perturbação da personalidade, mas um modo particular de fazer face à tensão psíquica, através das respostas agidas, em detrimento de uma elaboração mental.

A existência de moral no sujeito, só é uma realidade se há uma vinculação social, se o sujeito se sente um ser social, ou seja, se internalizou as normas. A internalização das normas, a consciência e o superego resultam da vinculação afectiva (attachment) aos outros. A falta de afecto não permite que estes processos se desenvolvam no sujeito. O afecto aos outros é o complemento sociológico do superego ou consciência. O envolvimento, por seu turno, é o complemento do ego ou do senso comum.

Quando um sujeito corre riscos desmesurados para obter algo que não é compensatório, o que acontece, não raras vezes, nos comportamentos desviantes,

delinquentes ou na psicopatia, este acto é considerado pelos psicodinâmicos como uma falha no princípio da realidade.

O agir do psicopata é, para a teoria psicodinâmica, fruto duma vontade consciente, perfeitamente deliberada. Os actos falhados acompanham normalmente o agir do psicopata. À excepção dos delitos perfeitamente premeditados, o agir psicopata caracteriza-se por uma acentuada brutalidade. Estes sujeitos consideram demasido forte o que os impele para o acto criminoso, tornando-se este sentir numa característica compulsiva da sua personalidade. A transgressão constitui, para o autor do acto, uma necessidade interna. Como na patologia obsessiva, o sujeito sofre duma angústia acentuada, se não cometer o acto/delito. Este acto-sintoma neurótico tem uma natureza simbólica.

Os rituais praticados pelo psicopata têm por função preservar o sujeito da realização do acto interdito no passado, permitindo-lhe uma satisfação mascarada no presente. A necessidade imperiosa de passar ao acto, da execução imediata do acto, está presente na psicopatologia do psicopata.

Quanto ao agir do psicopata, os actos-sintomas e o acting out têm o valor de mensagem para os outros. Face à impossibilidade de metabolizar as tensões pela via psíquica, utiliza o sintoma neurótico, a alucinação ou o delírio psicótico. O funcionamento persistente do mecanismo de descarga da tensão interna para a actividade motora é o sinal de uma homeostasia mental arcaica. Por outro lado, o psicopata não revela nem simbólico, nem imaginário, o que dificulta qualquer abordagem psicoterapêutica que vá para além da análise das condições da realização, lugar e momento da passagem ao acto. Através da pré-história e história do sujeito, torna-se patente que a passagem ao acto se instalou como meio privilegiado, em detrimento da elaboração mental que funcionaria como regulador das tensões psíquicas.

Por outro lado, o agir do psicopata, comporta comportamentos agressivos hetero e auto destrutivos. Estes comportamentos actuados, violência, sadismo, automutilações, autopunições e suicídio, visam a satisfação e a resolução da tensão interna. Contudo, para a concretização do acto é necessária a presença do objecto específico.

As anamnéses dos psicopatas confirmam-nos a falha catastrófica no estabelecimento de laços afectivos com as suas mães. Não raras vezes, a mãe vivia um momento depressivo quando do nascimento da criança, tendo, por isso, veiculado verdadeiras mensagens anti-vida, ou de abandono, o que privou a criança do alimento afectivo imprescindível ao seu desenvolvimento.

Um outro dado presente na história pessoal dos psicopatas é o abandono físico. Entregues a adultos com fraca competência afectiva, ou a adolescentes ou até a outras crianças, sentem-se abandonados, tornando-se em adolescentes que se manifestam inquietos, desconfiados e incapazes de cooperar. Com fracas exigências no campo moral, não adquirem o conceito de virtude nem o de recompensa. Incapazes de preverem, vivem o instante presente, tolerando a ruína e a decadência.

Embora manifestem uma inadequação face ao real, pondo em perigo constantemente quer a sua existência, quer a dos outros, os psicopatas mostram, noutros momentos, uma hiper adaptação à realidade apercebendo-se de ínfimos detalhes. Este paradoxo é explicado pela capacidade perceptiva que denotam, a par da incapacidade de aceitarem o normativo e o princípio da realidade.

A prova da realidade, instituição do Eu, permite ao sujeito discriminar os estímulos da realidade exterior da sua própria produção interna de imagens e sensações (Laplanche e Pontalis 1967). Uma outra função da prova da realidade será testar o grau de realismo dos desejos e fantasmas do sujeito e determinar as condições temporais e operacionais da sua realização. A falha que existe nos psicopatas, a nível do

funcionamento do seu aparelho psíquico, é que não discriminam o permitido do proibido, o lícito do interdito, e o possível do impossível.

Para os sujeitos que sofrem desta patologia, o que conta é a necessidade imperiosa de verificar o poder absoluto do seu desejo sobre o mundo. A exigência pulsional faz com que a realidade seja arredada do processo. Os psicopatas denegam o real, como limite das suas necessidades, mostrando com arrogância o que lhes é devido, como se a lei não lhes dissesse respeito, perpetuando uma situação em que o princípio do prazer se sobrepõe ao princípio da realidade. Para eles, o interdito é letra morta.

Por seu turno, a transgressão constitui a representação do prazer. Na impossibilidade de possuir a mãe, metaforicamente, violentam-na na sociedade. Uma relação fusional, depois da prova carencial, produz o sentimento megalomaníaco e, na impossibilidade de reparação, a criança corre o risco de se apresentar fragilizada perante nova frustração afectiva. Daí a fraca resistência à frustração que os psicopatas apresentam. A desilusão precipitará o sujeito num processo de avidez do desejo de vingança. Este processo, desencadeado ainda na pré-história do sujeito, tem manifestações ao longo do processo de desenvolvimento, que podem ir das cóleras precoces, ainda no primeiro e segundo anos de vida, às manifestações agressivas em relação às educadoras ou a outras crianças ainda no infantário, com agravamento nas manifestações em contexto escolar, às manifestações de violência contra os progenitores ou outros, já na adolescência.

Nestes quadros, normalmente, os contactos com as instituições são precoces. Da polícia aos tribunais, das fugas dos colégios aos internatos.

A relação fusional que normalmente a mãe estabelece com este tipo de crianças, leva ao desenrolar do processo delinquencial. Os esforços de reparação que a mãe faz, cada dia mais culpabilizada pelo sentimento de rejeição que sente em relação à criança,

vêm produzir agravamento no processo e patologiza, cada vez mais, a relação da díade. A complacência materna, o seu masoquismo e o seu fantasma reparador megalomaníaco reforçam os comportamentos psicopatas do filho, num processo repetitivo, estabelecido na díade, de separações e reencontros.

A intolerância à frustração, pelo seu passado carencial, acompanhado pela mistificação feita por uma figura materna que se intitula no dever de reparar todas as falhas na relação, com um pai normalmente ausente, que por isso não toma o seu lugar no conflito edipiano, é normalmente o quadro que leva o desviante (psicopata) a adoptar o agir como modo privilegiado de descarga das suas tensões, o que lhe permite a economia da sua elaboração psíquica. A pulsão de morte constitui o motor principal da economia psíquica dos psicopatas.

É interessante constatar a propensão à generosidade e à coragem desinteressada que os psicopatas manifestam, a par dos comportamentos já assinalados. O gosto pelo risco faz com que os actos ilícitos que cometem, funcionem como uma droga.

Os psicopatas são vítimas do seu instinto de morte. O psicopata não acede à dimensão simbólica e recusa obstinadamente a castração simbólica. Isto é manifesto na sua actuação, ao pretender transmitir a inexistência de limites para si próprio. Este processo resulta do falhanço da metáfora paterna.

Normalmente os processos que auxiliam na construção de uma psicopatologia psicopata são:

- separação precoce da figura materna, sentida como abandono, que é reforçado com internamentos em colégios.

- sobre-estimulação edipiana, facilitada pela figura do pai ausente, e a aproximação excessiva da mãe.

- contacto com violência e ódio.

O sadismo e o masoquismo constituem os meios últimos que o psicopata tem para controlar uma pulsão de morte exacerbada, pela falha de estabelecimento de laços vinculativos. A sua actividade delinquente responde, assim, a Thanatos e a pulsão torna-se no seu destino, sem que Eros consiga ter representação na sua vida psíquica.

Segundo a teoria psicodinâmica existe uma grande aproximação estrutural entre os toxicómanos, os perversos e a psicopatia. Pode tornar-se um adolescente perverso ou toxicómano aquele que, em criança, foi confrontado com experiências traumáticas precoces e, em particular, foi sujeito à sobrestimação edipiana. Arrisca-se a entrar na carreira psicopata o sujeito cujas carências relacionais precoces não permitiram a estruturação do Eu. A compulsão a repetir as suas experiências catastróficas proporcionarão, ao longo do tempo, a autonomização da pulsão de destruição. No estado terminal da psicopatia, a desintrincação pulsional vai tão longe como na psicose maníaco-depressiva. O psicopata, na sua arrogância, acusa a sociedade de ser responsável pelos delitos que ele comete.

Os processos de internalização subjacentes à teoria psicodinâmica são motivo de controvérsia, ainda que a generalidade dos autores aceite que a internalização da moral é inibitória dos comportamentos delinquentes.

2.5- AUTO-CONCEITO E DELINQUÊNCIA

A perspectiva psicanalítica, que enfatiza as experiências precoces de socialização, especialmente com a família e a focaliza no supereu, está em sintonia com as conceptualizações da teoria do controlo sobre delinquência.

A teoria do controlo social (Hirschi, 1969) faz uma aproximação à necessidade que o sujeito, por norma, sente de ser visto como bom. Ou seja, o que motiva a que as pessoas se preocupem com a sua reputação.

Hirschi (1969) considerava, como Freud, que todo o ser humano possui uma capacidade natural para o crime. São necessárias condições especiais para inibir esta capacidade.

Muitas vezes, no caso dos adolescentes, estas condições passam pelas carreiras académicas. O jovem, antes de cometer o acto delinquente, pesa até que ponto é que isso não porá em risco a sua carreira académica, que nessa fase da sua vida pode constituir um objectivo. Este processo pode inibir a assunção do comportamento delinquente.

Hirschi (1969) considera como condição limitativa destes comportamentos os laços emocionais fortes que o adolescente possa ter estabelecido com os pais, professores e amigos. Esse clima produz igualmente inibição no jovem, impedindo-o de cometer actos delinquentes que exporiam os adultos ou amigos a uma perda de reputação perante a comunidade, motivada pela sua conduta. Por outro lado, também está em jogo o respeito, estima e afecto que essas pessoas manifestam por si e que seria afectado se o jovem assumisse esses comportamentos.

A perspectiva da contenção, desenvolvida por Walter Reckless (1973), no âmbito das teorias do controlo, põe o acento nos sentimentos pessoais. Esta teoria é baseada no conceito de que a delinquência é resultado de um pobre auto-conceito, ao contrário da perspectiva "labeling", também dentro das teorias do controlo, que considera que o auto-conceito negativo, que os adolescentes adquirem, resulta de terem sido rotulados delinquentes.

Segundo Reckless (1973), o auto-conceito, que refere a imagem do sujeito, o lugar que ocupa na sociedade e o valor que tem para os outros ou para a sociedade em geral, sendo positivo, pode prevenir o adolescente das pressões que conduzem à assunção de condutas delinquentes. Daí a importância que o autor atribui ao auto-conceito.

Com a teoria da contenção, o autor pretendeu explicar as formas de comportamento delinquente e criminoso que não são do âmbito das desordens orgânicas, mas das desordens de estrutura de personalidade. Para o autor, a delinquência pode ser produzida por uma variedade de forças e factores internos e externos. O self serve de contentor dos impulsos internos, os contactos sociais e as relações interpessoais de "pára-choques" das pressões externas e contentores dos apelos exteriores. Nas pressões externas estão incluídas as condições sociais adversas, como a pobreza, o desemprego, o estatuto dos grupos minoritários e a discriminação.

As pressões consistem em "más" companhias, figuras de prestígio desviantes, gangs juvenis (subculturas) e as ideias veiculadas pelos média.

As pressões internas incluem tensões, frustrações, agressividade, necessidades de aprovação e gratificação, sentimentos de inadequação, compulsões, fobias e psicoses.

Os conflitos entre as pressões internas e externas são intensos, daí a necessidade que a sociedade crie aos jovens condições para poderem estruturar o equilíbrio entre esta conflitualidade, que lhe é proporcionada pelo grupo de pares, família e pela comunidade (contexto envolvente), mediante variadas experiências com valências e conotações diferentes.

Um outro aspecto da contenção externa são as estruturas dos papéis e expectativas na sociedade e a sensação de aceitação e pertença a um grupo ou à sociedade.

Para Reckless (1973), um baixo ou negativo auto-conceito contribui para a delinquência. A resistência à frustração e a orientação para objectivos aprovados socialmente e a aceitação das normas desempenham um papel importante no processo de delinquência, enquanto inibitórios.

Estas premissas jogam um papel menos importante em sociedades menos desenvolvidas que em sociedades mais industrializadas, onde as pressões externas para o desvio e para o crime são bem mais prementes.

De acordo com a perspectiva da contenção, o mais importante na inibição da delinquência reside na contenção interna, especialmente no auto-conceito.

Para Reckless (1973), a sua teoria tem algumas particularidades que a diferenciam das outras:

1 - pode ser aplicada aos indivíduos em particular

2 - os constrangimentos internos e externos podem ser observados e medidos, qualitativa e quantitativamente.

3 - a teoria explica a delinquência e a conformidade

4 - explica uma variedade de actividade delinquente e criminal.

5 - é uma base aceitável para tratamento e prevenção da delinquência.

O criminoso seria um indivíduo cujo supereu é implacável, o narcisismo proeminente e a identidade negativa evidente. A delinquência inscrever-se-ia num estado patológico em que os modelos de conduta têm um carácter fortemente compulsivo.

Um auto-conceito positivo constitui uma forma de isolar a delinquência (Reckless 1973). O processo seria o de o sujeito, face à boa imagem que tem de si, fizesse uma projecção desta nos outros; assim, os outros teriam um bom conceito do sujeito em referência.

Para Kaplan (1975), o processo passa pela baixa auto-estima, envolvendo-se os adolescentes na delinquência para "compensar" a baixa auto-estima. Os adolescentes com baixa auto-estima, eventualmente motivada por constantes "feed-backs" negativos, dos outros com quem interagem, tornam-se delinquentes numa tentativa de voltarem a ganhar a estima dos adultos que os criticam, utilizando, todavia, a forma menos adequada para a obterem.

Parece clara a existência duma relação entre auto-estima e delinquência. O auto-conceito positivo seria preventivo em relação à delinquência. Contudo, Berzonsky (1981) questiona-se sobre se os adolescentes com baixa auto-estima se envolvem em comportamentos delinquentes como compensação ou se a delinquência acaba por provocar a baixa de auto-estima. O autor coloca ainda uma outra hipótese, que é a de que auto-estima e delinquência possam ser provocadas pelo ambiente familiar.

Berzonsky refuta a teoria de Kaplan (1975), argumentando que existem pessoas com auto-estima baixa que não apresentam comportamentos delinquentes, sugerindo a necessidade de se procurar para além das falhas a nível de auto-estima, para compreender a delinquência.

Todavia, Zieman e Benson (1983), num estudo efectuado sobre a auto-estima e valores sociais em delinquentes e não delinquentes, vieram comprovar a teoria de Kaplan (1975), segundo a qual a delinquência é um meio de compensar e evitar a desvalorização social, o que não exclui, quanto a nós, a necessidade de tomar em consideração outros parâmetros, para além da auto-estima, para uma melhor compreensão da delinquência na adolescência.

3 – TEORIAS DA PERSONALIDADE CRIMINAL

Ao longo dos tempos as teorias que têm abordado a personalidade criminal têm evoluído. Assim, as teorias comportamentalistas consideraram a noção de condicionamento como a base de estruturação da personalidade e do funcionamento dos indivíduos. A psicanálise viria revolucionar as perspectivas até então apresentadas, propondo uma conceptualização do funcionamento psíquico, nunca antes abordada. As teorias cognitivistas, por seu turno, destacaram a interacção entre dimensões cognitivas e o seu papel mediador e orientador na relação com o meio. As teorias desenvolvimentais e construtivistas vieram chamar a atenção para a dimensão processual-temporal e o papel da história de vida do indivíduo na estruturação da sua personalidade e identidade.

Se entendermos o conceito de personalidade como as especificidades organizativas de cada indivíduo e das suas modalidades de funcionamento, a partir dos seus comportamentos e disposições ou dos traços inferidos com base nelas (Santos, 1998), compreende-se como os traços de personalidade, que pressupõem a constância e a estabilidade na conduta do sujeito, determinando o funcionamento psicológico do indivíduo e obedecendo a um percurso pré-estabelecido no desenvolvimento, se tornam importantes na compreensão da personalidade delinquente. A noção de traço dominou, ao longo dos tempos, o estudo da personalidade, sendo esta considerada como "um conjunto mais ou menos alargado de traços, mais ou menos estáveis, organizados de forma mais ou menos dinâmica e interactiva, que determinam o comportamento do indivíduo" (Santos 1998).

A personalidade foi considerada por Allport (1937) uma organização dinâmica intraindividual dos sistemas psicofisicos que determinam as adaptações ou ajustamento único do indivíduo ao meio. Eysenck (1947,1953) considerou a personalidade como a organização mais ou menos estável e permanente do carácter, temperamento, inteligência e aspectos físicos do indivíduo, que vem determinar a sua adaptação ao meio. Para o autor, o carácter traduz o comportamento intencional e a vontade. O temperamento traduz o comportamento afectivo. A inteligência traduz o comportamento cognitivo. Os aspectos físicos traduzem a configuração corporal e as bases neuroendócrinas.

Ainda hoje, a personalidade continua a ser considerada como um conjunto de traços mais ou menos estáveis, organizados de forma mais ou menos dinâmica e interactiva, que determinam o comportamento do indivíduo.

Atendendo a que os delinquentes exibem diferenças no processamento da informação quanto ao menor controlo que exercem sobre a informação, expõem-se a uma maior estimulação, processando a informação mais devagar. Como a tomada de decisão depende parcialmente do processamento de informação e selecção dos estímulos, este processo encontra-se afectado nos delinquentes (Rosenthal e Lani, 1981).

A dificuldade que os delinquentes têm no estabelecimento de um relacionamento empático, e que decorre das dificuldades que apresentam de verem as pessoas como estímulo, torna-lhes mais fácil ultrapassarem o impacto do seu comportamento anti-social nos outros.

Segundo Tremblay e col. (1992), características de personalidade como impulsividade, falta de controlo e hiperactividade distinguem o comportamento do

delinquente do não delinquente. Por outro lado, algumas destas características, segundo Gottfredson e Hirschi (1990), emergem cedo na vida e persistem na idade adulta.

Parece haver diferenças nas características de personalidade dos adolescentes delinquentes e não delinquentes, contudo, continuam a persistir as dificuldades em identificar, de forma coerente, um tipo de personalidade delinquente.

3.1 - PERSPECTIVA PSICO-MORAL

Nos finais dos anos 30 os estudos sobre a personalidade criminosa apresentam uma ruptura com a tradição antropológica positivista. O movimento psico-moral, debruça-se sobre o estudo sistemático do domínio moral nos delinquentes. O factor psicológico passa, assim, a constituir o traço de união entre o factor biológico e o factor social.

Este movimento contesta o enquadramento do criminoso em tipos rígidos, apoiando-se na necessidade de se chegar ao retrato bio-psico-moral do delinquente. A existência de características morfológicas específicas ou características psicológicas ou morais exclusivas é igualmente negada, embora seja aceite a existência de uma predisposição, mais ou menos acentuada, nos sujeitos, que pode facilitar ou não a passagem ao acto criminoso.

Kinberg (1957, cit. in Santos 1998) aborda a emergência do crime, que considera, "deve ser encarado como o efeito de certos traços ou dimensões biopsicológicas que levam o indivíduo a reagir de forma inadaptada (ou antissocial) aos

estímulos do mundo exterior", relacionando personalidade e meio e propondo três dimensões na estrutura psicológica do sujeito:

1 – o nó constitucional, conjunto de tendências reactivas do sujeito, ou a forma como ele reage aos estímulos externos,

2 – as variantes patológicas, resultantes de lesões provocadas por eventuais infecções, traumatismos cerebrais, intoxicações que dão origem a perturbações mentais, da inteligência ou do carácter, e, consequentemente, uma deficiência da função moral e da sensibilidade estética, não funcionando, por isso, como factores de resistência à antissocialidade e ao crime,

3 – a função moral, que é traduzida na prontidão com que o sujeito responde aos estímulos morais provenientes do meio exterior.

Entre os autores que contribuíram decididamente para que esta evolução se verificasse encontram-se Mendes Corrêa e Etienne De Greeff. O primeiro faz apelo aos contributos e à integração de diferentes saberes e nega a existência de "tipos específicos" de criminosos, assim como o imperativo da anormalidade biológica, psicológica ou moral do criminoso (Corrêa, 1931, 1932, 1936 cit. in Santos 1998). O autor chega a defender "que o delito poderá ocorrer em sujeitos com normalidade moral e ética." E que " na base da criminalidade estão factores biológicos, psicológicos e sociais do meio individual em interacção com a situação pré-criminal e com o meio envolvente, mediados e integrados pela personalidade" (Mendes Corrêa 1932 cit. in Santos 1998).

De Greeff (1932, 1947, 1950) veio, por seu turno, demonstrar que o processo de socialização, imposto pela sociedade, é difícil e causador de sofrimento e conflitos no sujeito. Para o autor, a forma como o delinquente e o não delinquente vivenciam estes processos resulta do tipo de organização de personalidade. Contemporâneo de

Lombroso, o autor apresenta uma perspectiva diametralmente oposta àquele, ao considerar que o agir do sujeito é a expressão da sua personalidade e das suas formas e estados de relação com o meio. Muito na linha psicodinâmica, embora não estabelecendo uma relação directa entre personalidade criminal e acto criminoso, o autor considera o indivíduo que é conforme aos padrões sociais "um ser em constante luta com os instintos primitivos que o agitam, num equilíbrio instável com as tendências perversas contra as quais não se defende senão penosamente" (De Greeff, 1932).

Para o autor, a socialização não é apenas a adesão às normas convencionais, mas uma zona particular do sujeito definida pelo número e diversidade de circunstâncias em que este consegue suportar o impacto do meio, sem reacção aparente ou reagir de forma hostil, pelo que o delinquente não apresenta uma natureza constitucional diversa da do sujeito comum. De Greeff considera, assim, a existência de uma especificidade psicológica e de conduta no processo delinquencial, mas não uma diferença de natureza. A maior ou menor facilidade com que alguns sujeitos passam ao acto resulta, segundo o autor, das diferenças de grau em algumas características biopsicológicas. A emergência e o desenvolvimento deste tipo de conduta, numa trajectória delinquente, é compreensível, segundo o autor, mediante a análise de personalidade e do vivido do sujeito.

Embora considerando, na organização psicológica dos sujeitos delinquentes, uma personalidade criminal latente, o autor, na linha do que viria a ser a teoria do labelling, considera que enquanto o delito ou o acto criminoso são realidade, o delinquente é um conceito que emerge de uma classificação e consequente punição social. Para o autor, na medida em que a sociedade altera a sua apreciação em relação ao sujeito classificando-o como delinquente, a personalidade deste altera-se, adequando-se à classificação que lhe foi atribuída. Assim, a abordagem da delinquência, deverá ser, na

perspectiva do autor, do domínio da psicologia, pelo método clínico, numa abordagem fenomenológica que permita o acesso ao Eu e ao vivido do sujeito, na relação com o outro, e aos seus processos cognitivos.

O modelo teórico de De Greeff (1947) "parte do princípio de que o psiquismo é comandado por duas ordens de instintos opostos: os instintos de defesa, que agem no sentido da conservação do Eu e estão na origem da agressividade e dos movimentos de oposição e protecção face ao outro, mas também da noção de justiça; e os instintos de simpatia, agindo no sentido da conservação da espécie, traduzidos na entrega ao outro, no abandono de si sem defesas, e evoluindo para os sentimentos mais elaborados de altruísmo e amor, e também para a noção de responsabilidade" .

Para o autor, os aspectos afectivos e intelectuais têm um papel fundamental no processo de socialização. Os aspectos intelectuais agem ao nível dos diferentes graus de complexidade da relação do indivíduo com o meio. Os aspectos afectivos têm impacto no grau de sofrimento do sujeito na relação do Eu com o meio. O processo de sublimação, noção introduzida pelos psicodinâmicos, seria consciente e direccionado pelo indivíduo em função das suas capacidades psicológicas, apresentando-se, assim, a vida moral como uma forma de sublimação, que vem operar na forma como o indivíduo se irá relacionar com o mundo e com os outros. Os "modos de ligação instintivos" e as "funções incorruptíveis" estão na base da forma como o indivíduo se situa face aos outros e à sociedade. São as "funções incorruptíveis" que permitem compreender a passagem ao acto no delinquente.

As motivações criminais, que o autor designa por "sentimento de injustiçamento", e a alteração no modo de ligação ao meio, explicam a passagem ao acto; no caso do sentimento de injustiçamento, não é ultrapassada pelo sujeito a

sensação de injustiça e, pelo contrário, é experienciada de forma intensa e cumulativa, culminando num desejo de justiça pela violência.

Para De Greeff (1950), este sentimento de injustiça vem associado a uma forte ambivalência afectiva e a carências afectivas muito ligadas a contextos familiares disfuncionais e a processos afectivamente pobres.

As dificuldades que o sujeito apresenta em ultrapassar este sentimento de injustiça resultam da impossibilidade que tem em projectar-se no futuro, dada a sua vertente imediatista e da sua incapacidade de estratégias de controlo. A dificuldade em colocar-se no lugar do outro, leva-o a agir vitimizando o outro sem atender aos seus sentimentos ou necessidades, consolidando-se, assim, o processo criminógeno.

Enquanto na maioria dos indivíduos o desenvolvimento da noção de justiça conduz a uma crescente adaptação e sociabilidade, veja-se a perspectiva moral de Kohlberg (1963) a que fazemos referência mais à frente, no delinquente a exigência de uma justiça absoluta, reduz a zona de tolerância, levando-a à incompatibilidade com os outros, dificultando a sua inserção no contexto.

A outra motivação criminal de que De Greeff (1950) fala é a alteração no modo de ligação ao meio que o autor avaliou ao estudar as histórias de vida de criminosos. Para o autor, o sujeito, em determinada fase do seu ciclo vital, altera a relação que tem com o meio e esta alteração afecta a sua conduta social. Assim, o processo de alteração nos modos de ligação ao meio pode levar a um corte nas ligações com o meio, o que leva a que o sujeito se sinta desvinculado e sem obrigações em relação a outrem, o que facilita a ocorrência do acto delinquente, ou pode levar à inibição afectiva que constitui um processo lento, dificilmente acessível à consciência, pelo que o sujeito não se apercebe das mudanças que se vão operando. Tornando-se numa característica estável da personalidade, pode levar à aceitação de práticas criminógenas.

Esta perspectiva fenomeológica leva a que o autor considere o comportamento delinquente consciente. Passo a passo, o sujeito admite e pratica o acto. Num primeiro momento, mediante um afastamento afectivo da vítima, que passa a considerar objecto. Num segundo momento, o sujeito torna consciente este afastamento afectivo da vítima, e num terceiro momento, surge a necessidade de passar à acção e o sujeito faz a passagem ao acto. É segundo o processo descrito, que De Greeff (1950) explica como, através da passagem ao acto delinquente, a personalidade criminal latente se manifesta, e como uma série de acontecimentos no ciclo de vida determinam do ponto de vista psico-moral a trajectória delinquente.

Segundo Santos (1998) numa fase posterior do desenvolvimento da sua teoria, De Greeff vem reconsiderar alguns dos seus pressupostos, considerando-os sem aplicabilidade prática no caso do crime e na intervenção junto do delinquente. Contudo, parece fazer sentido a perspectiva apresentada pelo autor como um contributo válido para a compreensão da problemática da trajectória delinquente na adolescência e para uma intervenção nesta área.

3.2 - TEORIA DOS TRAÇOS

Numa fase do desenvolvimento da psicologia em que ainda não se perspectivava a interacção dinâmica entre os traços de personalidade e a situação em que o sujeito se encontra, como determinante da personalidade, nem se conceptualizava a personalidade como um sistema com capacidades de auto-organização, Eysenck (1964) desenvolveu uma teoria da conduta antissocial. Ao estudar a relação entre personalidade e

criminalidade, Eysenck (1964) indicou alguns factores biológicos que estariam subjacentes à personalidade e à conduta delinquente. Para o autor, o comportamento delinquente é aprendido pelo indivíduo e resulta de uma interacção entre factores ambientais e características hereditárias, sendo estas dominantes, embora o autor não recuse a influência dos aspectos do meio e o papel mediador das dimensões psicológicas.

Segundo o autor, há uma tendência generalizada para o sujeito infringir a lei, e no grupo de indivíduos que cometem crimes, independentemente do contexto em que possam estar inseridos, há uma constante no que diz respeito aos traços de personalidade, como sejam: tendências neuróticas, agressividade e traços psicopatas. Esta pedisposição do indivíduo para a prática do crime pode ser avaliada e quantificada através dum contínuo que vai do comportamento altruísta às formas mais graves de delinquência. O autor defende a existência de traços de personalidade estáveis, responsáveis pelo comportamento na interacção com o meio que determinam a conduta do sujeito em diferentes tipos de situações.

A teoria de Eysenck (1964), baseada nas teorias genéticas e nas teorias da aprendizagem, assenta em três ideias chave:

- os impulsos anti-sociais são reprimidos pela ansiedade condicionada.

- este condicionamento ocorre durante a infância

- o processo de condicionamento está sob o controlo de determinadas características genéticas (sistema cortical e sistema nervoso autónomo).

As disposições criminógenas surgem, também, porque o indivíduo é biologicamente incapaz de adquirir respostas condicionadas, ou porque o contexto, normalmente os progenitores, lhes proporciona as experiências condicionadas erradas.

Assim, a delinquência é explicada pelo determinismo genético dos traços de personalidade de extroversão e neuroticidade.

Para o autor, os traços seriam responsáveis pelas formas de conduta habitual e os estados pelas formas de conduta variável, ocasional. Assim, as diferentes combinações entre factores ambientais, neurológicos e de personalidade, dão lugar a diferentes tipos de estruturas e de funcionamento da personalidade e a diferentes padrões de aprendizagem e socialização que por sua vez dão lugar a diferentes tipos de criminosos e de comportamentos criminais.

Para o autor, os indivíduos nascem com diferentes características de funcionamento do Sistema Nervoso (processos de excitação-inibição do Sistema Nervoso Central), que afectam a sua capacidade para se conformarem às regras e expectativas sociais, condicionando, por isso, o seu "limiar de condicionabilidade", considerado, pelo autor, o principal mecanismo de aprendizagem e de adaptação às regras sociais. Um sujeito com perturbações ao nível do mecanismo de excitação-inibição do SNC poderá manifestar, segundo o autor, com maior frequência, comportamentos antissociais.

A aprendizagem ou não das regras de conduta socialmente aprovadas resulta de um condicionamento clássico que permite ou não ao sujeito criar resistências às tendências criminosas. Para o autor, enquanto a gratificação decorrente da prática delinquente ocorre imediatamente à prática do acto, a punição legal ocorre muito tempo depois daquela prática, quando ocorre, o que levaria a que a associação aos aspectos positivos dominasse a associação aos aspectos negativos, levando à reincidência.

Segundo o autor, a personalidade é determinada por características fisiológicas e hereditárias e contém dois traços: extroversão e introversão. O sujeito com traços de personalidade de extroversão é associado à psicopatia, que por sua vez vem associado à

criminalidade (Eysenck 1964). Os termos extroversão e introversão foram introduzidos pelo psicanalista C. G. Jung, que considerava existirem duas atitudes ou orientações da personalidade - extroversão e introversão. Estes termos são aplicados respectivamente à orientação do sujeito para o exterior - atitude de extroversão, ou para o mundo subjectivo - atitude de introversão. Estas atitudes opostas estão presentes, simultaneamente, em cada personalidade, sendo uma predominante e consciente e a outra subordinada e inconsciente. Ou seja, o sujeito que é predominantemente extrovertido nas suas relações com os outros, sê-lo-á introvertido na sua atitude inconsciente.

Enquanto que para Jung cit. por Eysenck (1964), os indivíduos extrovertidos tendiam a desenvolver sintomas histéricos e os indivíduos introvertidos sintomas psicasténicos, Eysenck aceitando-o, considera ainda que no ponto extremo da extroversão estão os psicopatas. O autor partilha a caracterização de psicopata feita pelo psicólogo H. G. Gough (cit. pelo autor 1964) e cita-a: " são sujeitos caracterizados por uma sobreavaliação dos objectivos imediatos em oposição aos remotos; indiferença em relação aos direitos e privilégios dos outros, quando estes podem interferir de qualquer forma nas suas satisfações pessoais; comportamento impulsivo, ou aparente incongruência entre intensidade do estímulo e a magnitude da resposta comportamental; inabilidade para estabelecer relações ligeiras ou persistentes com outras pessoas ou identificar as relações interpessoais; julgamento e planeamento pobre no sentido de definir objectivos; aparente falha de ansiedade e "distress" sobre a inadaptação e repugnância social ou inabilidade para considerar a inadaptação como tal; tendência a projectar culpas nos outros e não assumir a responsabilidade por falhas; prevaricação sem sentido, várias vezes acerca de assuntos triviais, em situações em que a detenção é inevitável; quase completa falha de dependência e vontade para assumir

responsabilidades e, por fim, pobreza emocional". Para Eysenck(1964), estas características convergem, com verdadeira evidência, na psicopatia. Contudo, o autor salienta que o sujeito pode ser caracterizado com esses factores, portanto, como psicopata, e não ser institucionalizado ou culpado por actos ilegais, pois há muitos criminosos que não são psicopatas e vice-versa. Eysenck abordava, assim, a delinquência escondida, considerando que muitos comportamentos delinquentes, como o furto, a violência sexual ou outra, não são frequentemente reportados às autoridades, e um dos motivos responsáveis para que tal aconteça, é, segundo o autor, a mobilidade que apresentam este tipo de indivíduos, outro factor da personalidade extrovertida destes sujeitos, que dificilmente ficam algum tempo no mesmo lugar.

A ideia de Lombroso (1876) de que se nasce criminoso, e que o sujeito não se torna criminoso, e que é possível distinguir criminosos dos não criminosos, porque aqueles teriam algumas anormalidades físicas que seriam passíveis de encontrar em todos os criminosos, o que faria entrar no terreno da criminologia a hereditariedade, colhe, em parte, junto de Eysenck, na medida em que este considera que a hereditariedade joga um papel importante na predisposição para o crime individual, embora concorde com algumas objecções a este princípio, nomeadamente na dificuldade que há em demonstrar o mecanismo da hereditariedade na criminalidade. Por outro lado, o autor considera, que sendo a criminalidade um conceito social e não biológico, aliás a comprová-lo a possibilidade que é assinalada por Eysenck de um sujeito poder ser criminoso num país e noutro não, pergunta-se o autor que gene, cromossoma ou outra estrutura, pode funcionar como base fisiológica ou neurológica para diferenciar o criminoso do não criminoso pelo que, sem um contexto de aprendizagem ou de experiência social e de interacção humana, não é possível ter noções sobre criminalidade ou crime.

Para o autor, o sujeito com personalidade psicopata está orientado para o presente mais do que para o futuro, manifestando uma incapacidade de desenvolver laços afectivos com os outros, e uma impulsividade incontrolável. O sujeito é incapaz de apreciar os sentimentos dos outros. Estes traços de personalidade tornam-no susceptível à criminalidade.

Para Eysenck (1964) é um defeito no sistema nervoso autónomo, centro de controlo das emoções, que é responsável pela extroversão nos delinquentes. Há um controlo inibitório reduzido, pelo que o comportamento não tem censura. Enquanto que os extrovertidos, mostram diferentes graus de inibição e dissipam-na com calma, os introvertidos inibem-se mais lentamente, a um nível mais baixo e dissipam a inibição com mais facilidade. No que diz respeito à excitação, os introvertidos desenvolvem-na de forma mais rápida e forte e os extrovertidos de forma menos rápida e fraca. A análise dos padrões de comportamento de extroversão e introversão, que para o autor são largamente determinados pela hereditariedade, permitiu-lhe concluir que os sujeitos psicopatas tendem a exibir traços de extrema extroversão.

Eysenck (1964) considera existir uma predisposição inata para as respostas que o sujeito dá. As condições orgânicas, possivelmente com localização cerebral, poderiam representar um papel importante no processo. Os factores extroversão e introversão traduzem a forma como o sujeito se organiza. No caso do extrovertido, apresentando níveis reduzidos de estimulação ou excitação cerebral, consequentemente dificuldades no condicionamento e na aprendizagem, e uma tendência para procurar maiores níveis de excitação no exterior, apresentando, nomeadamente, comportamentos desviantes ou criminosos. No caso do introvertido, que apresenta uma elevada ou excessiva estimulação cerebral, verificar-se-á uma tendência ao condicionamento para as aprendizagens sociais e para o evitamento da estimulação exterior, o que repercute na

prática invulgar de comportamentos desviantes, dada a inibição do comportamento e a concentração no pensamento, faceta dificultada nos extrovertidos. Daí que estes apresentem um agir em função dos estímulos actuais, por ser fraca a capacidade de associação com experiências e aprendizagens anteriores.

O típico extrovertido é sociável, faz amigos com facilidade, prefere movimento, acção, tem tendência a ser agressivo e a perder a calma com facilidade, e os seus sentimentos não são controláveis, enquanto que o típico introvertido é introspectivo, prefere isolar-se do convívio com outras pessoas, é reservado e mantem os sentimentos controlados.

Para o autor, a emocionalidade (neuroticismo/estabilidade) ligada ao Sistema Nervoso Autónomo é, por sua vez, responsável pela resposta emocional do sujeito, organiza-se num contínuo em que num extremo está o neurótico com imaturidade, ou organização deficiente das estruturas nervosas, que geram por sua vez um elevado nível de emotividade, instabilidade emocional e uma fraca resistência ao stress, e no outro extremo, o estável que manifesta adequada estabilidade emocional e resistência ao stress.

Numa fase posterior do desenvolvimento da sua teoria da personalidade Eysenck (1968, 1976) introduz um outro factor – psicoticismo/superego, que traduz a forma afectiva como o sujeito interage com o meio; no caso dos delinquentes, corresponderá à indiferença afectiva, hostilidade face ao meio e incapacidade em adquirir as regras de conduta socialmente aprovadas.

Sintetizando, os sujeitos com comportamentos delinquentes seriam caracterizados por uma estrutura de personalidade marcada por elevados níveis de extroversão, de neuroticismo e de psicoticismo.

Alguns estudos desenvolvidos posteriormente, no âmbito da criminologia (Farrington e col. 1982), apresentam resultados contraditórios dos obtidos por Eysenck (1964). As ideias formuladas por este autor, na sua teoria da personalidade, são refutadas. A hipótese de se encontrarem diferentes correlacções entre os factores analisados em diferentes tipos de criminosos, não constituindo estes um grupo homogéneo, poria, por sua vez, em causa a definição de Eysenck (1964) de personalidade criminosa, tipificada com elevado neuroticismo, extroversão e psicoticismo. Quanto a nós esta definição apresenta algum reducionismo, pois, como já referimos atrás, é possível encontrar outros traços de personalidade em sujeitos com trajectórias delinquentes, ou mesmo cometendo actos criminosos.

3.3 - TEORIA DO NÓ CENTRAL

A partir dos anos sessenta a investigação criminológica passa a ser muito centrada na personalidade do delinquente e no processo criminógeno, numa tentativa de compreensão dos processos e mecanismos que levam à prática do acto delinquente.

Numa primeira fase, autores como Pinatel (1975) debruçam-se sobre as teorias da personalidade criminal e estudam os processos que levam à prática do crime. Em oposição a estes autores surge a perspectiva fenomenológica que contesta a estrutura de personalidade criminal que determinaria o comportamento antissocial ou delinquente , e que considerando o indivíduo como actor social que participa na construção do seu projecto, opta por retomar o estudo do processo criminógeno, a história de vida do sujeito, e as significações e os sentidos da sua acção.

Segundo Pinatel (1975) expõe na sua teoria da personalidade criminal, ou teoria do nó central, o objecto da criminologia clínica é o estudo dos processos que conduzam à passagem ao acto delinquente e à identificação dos traços psicológicos determinadores e característicos da conduta criminosa.

Para o autor, não existem, nos criminosos, tipos psicopatológicos assimiláveis às categorias psiquiátricas tradicionais, mas conjugações específicas de traços de personalidade que, conforme uma dinâmica muito particular, definem a personalidade que conduz à prática do crime.

O que constitui o passo inovador em Pinatel é a substituição de perspectivas anteriores que colocavam o acento na personalidade criminal e na identificação dos traços específicos dos criminosos, proporcionando a organização da personalidade, pela forma como estes traços se articulam. Para o desenvolvimento da sua teoria, Pinatel (1975) baseia-se na perspectiva psico-moral de Corrêa e no processo de passagem ao acto, descrito por De Greeff na explicitação da organização da personalidade, já atrás referido.

Para o autor, o conceito de personalidade criminal é operacional e serve apenas para analisar as diferenças entre delinquentes e não delinquentes, e entre diferentes tipos de delinquentes. Assim, para o autor, o delinquente é um sujeito que só se diferencia dos outros por uma maior aptidão para a passagem ao acto, ou seja, a diferença não é de natureza mas de grau. Esta aptidão decorre da estrutura de personalidade específica que o autor, como foi referido, por questões operacionais, designa por personalidade criminal.

A personalidade criminal é descrita através de traços psicológicos agrupados num nó central, daí a designação da teoria do nó central; este engloba os traços de *egocentrismo*, *labilidade*, *agressividade* e *indiferença afectiva*, que o autor considera

variantes que dizem respeito à actividade, aptidões físicas, intelectuais e técnicas, necessidades nutritivas e sexuais, e é este nó central que governa e controla a passagem ao acto, enquanto as variantes orientam para diferentes modalidades de execução desse acto, mas são neutras em relação à passagem ao acto. Os traços agrupados no nó central intervêm de forma muito precisa nos casos de delinquência grave e de forma complexa, mas menos precisa, nos casos menos graves.

A personalidade criminal é resultado de uma interacção dinâmica dos seus diferentes traços constitutivos, que o autor considera dimensões psicológicas e não patológicas em si mesmo, pelo que, para o autor, o essencial, no estudo da delinquência/crime é definir as condições da passagem ao acto, pesquisar os traços psicológicos subjacentes e verificar a sua presença nos mecanismos e processos subjacentes à conduta delinquente/criminal.

O egocentrismo do delinquente traduz-se na tendência para reportar tudo a si próprio (auto-centração) o que condiciona a sua relação com os outros e com o meio. Esta tendência encontra a sua satisfação na transgressão dos interditos, dimensão que neutraliza os julgamentos sociais desfavoráveis à prática do crime, legitimando-os. Assim, o sujeito desculpabiliza-se dos seus próprios actos, atribuindo-se-lhe as injustiças de que é alvo por parte da sociedade.

Para o autor, o egocentrismo estabelece uma ligação muito forte com o traço psicológico da indiferença afectiva, actuando os dois em conjunto, tornando-se determinantes na evolução da trajectória delinquente. A labilidade afectiva revela-se na incapacidade de inibição da acção. É desta labilidade afectiva que resultam a instabilidade emocional, a sugestionabilidade e a inconstância ao nível afectivo, cognitivo e comportamental. Não se verifica uma integração harmoniosa das tendências

e representações que permitam uma conduta orientada para um determinado objectivo, daí decorrendo o imediatismo patente nestes processos.

Um outro traço psicológico definido por Pinatel (1975) como estando agrupado no nó central é a agressividade, que existe no delinquente nas modalidades de auto e hetero-agressão, sendo esta dominante. Este é um traço com uma forte determinação na passagem ao acto criminoso.

A indiferença afectiva, outro traço psicológico proposto pelo autor, refere-se à insensibilidade moral, à falha na inibição de comportamentos que acarretam sofrimento para o outro, e vem associada à falta de empatia ou incapacidade de experienciar emoções e inclinações altruístas e constitui o traço mais específico da personalidade do criminoso, muito influenciado pelas práticas e experiências educativas da primeira infância.

Considerando a trajectória delinquente, e o papel de cada um destes traços, verifica-se que o egocentrismo, neutralizando o julgamento social desfavorável, impede que o sujeito interrompa o processo evolutivo da trajectória. Nos adolescentes em que o egocentrismo não apresente um nível tão elevado, o julgamento social desfavorável, não raras vezes, contribui para a interrupção do processo delinquencial, por desaprovação social.

A labilidade impede a inibição comportamental face à ameaça de punição, o que, nos casos em que o seu nível não é tão elevado, permite interromper o ciclo, porque o sujeito consegue abarcar as consequências dos seus actos, e sente a ameaça de punição. Até aqui a fase da trajectória delinquente não encerra tanta perigosidade como daqui para a frente.

A agressividade, que leva o indivíduo a superar as resistências e as dificuldades ligadas à concretização do acto, constitui o momento que antecede a passagem ao acto.

O ciclo criminal encerra-se e a indiferença afectiva suspende a repugnância e a empatia com o outro no momento da concretização do acto.

As variantes não têm um papel directo na passagem ao acto, mas sim na definição do tipo de actividade criminosa em que o sujeito se envolve, pelo que a organização da personalidade pode sofrer alterações ao longo do tempo.

4 - PERSPECTIVAS FENOMENOLÓGICA, DA APRENDIZAGEM SOCIAL E COGNITIVO–DESENVOLVIMENTAL

As teorias da personalidade criminal resultam de investigações com sujeitos institucionalizados, em meio prisional, pelo que apresentam limitações às extrapolações que possam ser feitas para a delinquência (Santos, 1998).

Neste sentido, alguns estudos (Jennings, Kilkenny e Kohlberg, 1983; Thornton e Reid,1982), partindo embora do pressuposto de que os delinquentes apresentam um conjunto de características deficitárias, nomeadamente a nível intelectual, de desenvolvimento moral, de auto-controlo, etc., têm-se debruçado sobre os níveis de diferenciação entre delinquentes e não delinquentes. Tendo por base os modelos desenvolvimentais de Piaget e Kohlberg sobre o raciocínio e o desenvolvimento moral, numa perspectiva estrutural-construtivista ou os modelos de Bandura, numa perspectiva da aprendizagem social, os autores têm como objectivo definir indicadores de risco, preditores da delinquência e possíveis áreas de intervenção.

As abordagens fenomenológicas, por seu turno, abandonando a perspectiva de causalidade no estudo da delinquência, têm vindo a desenvolver modelos de análise e intervenção orientados para a compreensão dos padrões e processos do pensamento, que vêm associados às práticas delinquentes.

4.1 - A PSICOLOGIA DO CRIMINOSO

Yochelson e Samenow (1976) deram uma contribuição importante para o estudo da psicogénese da delinquência, estudando elementos que apresentam um contributo importante na tentativa de aceder ao conhecimento e à compreensão dos processos que conduzem à prática dos crimes. Os autores consideram alguns traços de carácter no delinquente importantes para a discussão da delinquência. Entre algumas das características, ou padrão de actuação do sujeito criminoso, os autores apontam a mentira. O sujeito pretende aparecer aos olhos dos outros como alguém respeitável e, em simultâneo, viola as normas sociais. Para o delinquente a verdade é relativa, assim como a moral.

A maioria dos criminosos, segundo os autores, cometeu violações em três áreas – propriedade, assalto e sexo, sem que tenha sido detido por estes actos. Quando a sua detenção ocorre, já existe um acúmulo de actos desviantes, muitas vezes bem mais gravosos do que aquele porque o sujeito está a ser detido.

O funcionamento cognitivo do criminoso é, segundo os autores, específico, daí que os processos de elaboração mental, dada esta estrutura, também operem de forma diferente da que se verifica em sujeitos não delinquentes. Assim, para os autores, não se justifica a procura das causas da delinquência nos campos sociológico e psicológico, mas nos padrões de pensamento do delinquente. Segundo Yochelson e Samenow (1985), os criminosos fornecem-nos a informação que julgam ser a que pretendemos obter. A ideia da possibilidade de sujeitar estes sujeitos a psicoterapia é, segundo os autores, desajustada, porque não se verificam mudanças substanciais no processo. As explicações sociológicas e psicológicas estão, para os autores, ultrapassadas na

explicação da criminologia. A criminalidade não tem como causa a perturbação mental, mas sim uma escolha e desejo do sujeito que assim se torna responsável pelos seus actos.

Os autores consideram que há que enfatizar no estudo da criminologia os erros de pensamento e tácticas que o criminoso comete, e, mediante a compreensão destes, poder-se-á então introduzir alterações neste processo com fim à modificação do comportamento do sujeito. Quanto a nós, este processo descrito pelos autores, em que está implícita a compreensão dos erros de pensamento, quanto a nós também pelo próprio sujeito, pode desde logo ser um começo de uma psicoterapia, pelo que não concordamos com a impossibilidade de que estes indivíduos possam ser sujeitos a um processo psicoterapêutico.

Yochelson e Samenow (1985) consideram 52 erros de pensamento que normalmente são cometidos pelo sujeito criminoso e que constituem um padrão de pensamento atribuído ao sujeito criminoso. No programa proposto pelos autores, o criminoso aprende novos padrões de pensamento que, incorporados, lhe permitem ver-se como é, e analisar face aos novos padrões adquiridos como o seu padrão de actuação corresponde aos novos padrões.

Com a aquisição do auto-respeito, o sujeito pode melhorar a sua auto-estima e enveredar por um processo que lhe é gratificante.

Segundo os autores, numa idade precoce, o futuro criminoso faz uma série de escolhas em que rejeita os padrões propostos pelos pais, irmãos, professores e outros responsáveis que fazem parte do seu sistema de relações. Contudo, mantem uma imagem de conformidade que lhe permite um campo de manobra, podendo, assim, prosseguir os seus objectivos. O processo inicia-se, normalmente, pela violação dos

padrões familiares. Se a excitação que obtem neste processo não lhe é suficiente, então parte para outros contextos como a vizinhança e a escola.

O delinquente pretende ser único, e não um par entre outros, porque isso para si constituiria um falhanço. Ele tem que ser capaz de fazer aquilo que os outros não conseguem, de preferência actos que colidam com as normas sociais e que, por isso, não são esperados nem aceites.

O adolescente delinquente não desenvolve, segundo os autores, o conceito do que é a vida em família, a educação no contexto familiar e como este processo é extrapolável para a comunidade.

O sucesso escolar não é um objectivo que se imponha, porque fica aquém do que lhe interessa. O que os outros alunos aprendem e os seus interesses não fazem parte do leque de interesses dos adolescentes que manifestam comportamentos delinquentes. Mentir é, para o adolescente delinquente, um modo de vida. Os padrões de mentira são habituais nestes adolescentes, para quem a mudança de detalhe, não tem importância se isso lhe possibilitar atingir os seus objectivos. O cumprimento de uma promessa tão pouco é importante para o adolescente que entrou na trajectória delinquente, a não ser que isso lhe permita obter ganhos posteriores.

A dificuldade em colocar-se no papel dos outros é patente, contudo, exige que a família, professores e outros se preocupem consigo e compreendam o seu ponto de vista. Os actos que comete e que infringem os padrões socialmente aceites, dificilmente o levam a detenções, quando isto acontece, desempenha, fenomenalmente, o papel de vítima, com uma tal convicção, conseguindo que daí resultem as penas leves que normalmente lhe são atribuídas, quando não é devolvido de imediato à sociedade, para cometer novos actos delinquentes.

O delinquente possui uma realidade muito própria, de onde os valores e as regras sociais foram excluídas, optando o sujeito pela sua realidade que não é a da sociedade.

Em contraste com o psicótico, que tem a sua própria realidade, que resulta de constructos mentais que não têm base em realidades, como por exemplo alucinações auditivas, que o perseguem, o delinquente está muito atento e lida com factos reais. No seu mundo, não há espaço para a lealdade e confiança, daí que nas relações interpessoais isso seja notório. Se os outros, pelo contrário, lhe manifestam lealdade e confiança, ele explora-os.

A sua intolerância para como os outros colide com as exigências que lhes faz, reagindo mal quando lhe são detectadas falhas. Segundo a sua óptica, as pessoas existem para serem utilizadas, exploradas e controladas e é nesta base que estabelece as relações interpessoais, que quando deixam de ter utilidade são dispensadas. A relação que estabelece com os outros é normalmente de exploração.

O medo é outra característica que invade a vida do adolescente delinquente. Segundo Yochelson e Samenow (1985), alguns medos persistem até à idade adulta, contudo, os seus processos mentais permitem-lhe, com acentuada rapidez, cortar este medo e substitui-lo por um excesso de confiança.

O "estado zero", assim designado por Yochelson e Samenow (1976), reflecte o pensamento do delinquente sobre o seu auto-conceito e o mundo que o rodeia. Quando o mundo não está em sintonia consigo, não lhe atribuindo o estatuto que ele pensa merecer e as coisas não acontecem como esperava, então, atribui-se a si próprio um valor mínimo. Nestas ocasiões, acredita que os outros o vêem como se nada valesse. Esta situação é-lhe intolerável, daí responder com comportamentos delinquentes, pretendendo, assim, adquirir algum valor, deixando de ser "um zero". A escalada das

acções agressivas, na trajectória delinquente, constitui a resposta ao medo que tem de ser considerado "um zero".

Sendo a componente básica da personalidade do delinquente a agressividade, segundo os autores, o percurso do delinquente é delineado na prossecução de objectivos, , autopromovendo-se e utiluizando-se dos outros para o conseguir. As suas expectativas são de que o mundo se adapte às suas necessidades e aos seus desejos. Esta faceta imediatista é bem patente na ausência de planos a longo prazo e no desinteresse pelo futuro. A perspectiva temporal não faz parte da sua trajectória, daí também não se lhe colocarem hipóteses sobre a imponderabilidade, que quando ocorre, é facilmente superada, não elaborando o delinquente sobre aquela, reagindo à situação.

Quando falha nas suas avaliações, culpa os outros. A projecção da culpa constitui outra faceta da personalidade destes sujeitos, como já havíamos referido no desenvolvimento da perspectiva psicodinâmica. A hipótese de assumir a falha está fora de questão e a sua incapacidade de considerar diferentes opções leva-o a tomar decisões erradas.

Este mundo de contradições em que vive contribui para a fragmentação do pensamento, e para as acções contraditórias que daí resultam, manifestando uma permanente inconstância no pensamento e nos actos que pratica.

Estes padrões levam a que o criminoso tenha uma actuação/funcionamento no seu meio envolvente, com a família, vizinhança e na escola, com os outros e nas suas relações interpessoais, que têm de ser interpretadas de acordo com os seus processos de elaboração, resultantes dos seus padrões de pensamento. As suas referências a nível do pensamento são de tal forma diferentes dos outros, que a compreensão do significado do discurso não é conseguida. A faceta que manifesta de bom ouvinte não é mais, segundo os autores, que uma estratégia para a conclusão da conversa. O delinquente não diz a

verdade e não ouve, pelo que, mesmo quando parece compreender a mensagem do outro, na realidade isso não se verifica.

A análise dos preditores da delinquência ou da recidividade do delinquente têm, segundo os autores, pouco interesse, se não se compreender o seu processo de pensamento.

A mudança de ambiente envolvente não pode, por si só, conduzir de imediato a mudanças no indivíduo. O processo é lento e moroso, podendo até nem ocorrer.

Para os autores, não é o contexto que faz do sujeito um delinquente, mas uma série de escolhas que o sujeito faz desde muito cedo e que lhe propiciam a trajectória delinquente. Daí que irmãos inseridos no mesmo contexto possam apresentar trajectórias tão diferentes.

4.2 - TEORIAS DA APRENDIZAGEM

Vários autores se têm debruçado sobre o estudo da agressividade e da violência na criança e no adolescente. Bandura e Walters (1976) estudaram a agressividade na adolescência, tendo concluído que o comportamento parental inadaptado ou patológico contribui para o desenvolvimento de padrões de agressividade. A agressividade seria uma resposta aprendida para fazer face a situações de frustração. Segundo os autores, a rejeição parental e a falta de afecto seriam determinantes na agressão. Efectivamente, as expectativas parentais conscientes ou inconscientes, e que podem ser lidas pelo adolescente como rejeição parental e falta de afecto, não raras vezes o vitimizam, facilitando-lhe a trajectória delinquente.

A psicologia da aprendizagem apresenta como explicação para a delinquência, principalmente a que se refere a delinquentes socializados, a exposição a experiências de aprendizagem.

A teoria da aprendizagem convencional, por seu turno, considera as contingências ambientais determinantes na aprendizagem das respostas. Os teóricos da aprendizagem consideravam que as pessoas são igualmente capazes, pelo que cada um é livre de aprender, sendo os sujeitos considerados responsáveis pelo seu destino. Este pressuposto implica um determinismo do ambiente que, embora colocando-se nos antípodas do determinismo biológico, não deixa igualmente de levantar algumas reservas pelo determinismo que encerra.

De acordo com o modelo clássico de condicionamento operante, a associação da transgressão a estímulos aversivos, leia-se punição, leva a que o sujeito antecipe o "distress" simplesmente na presença do comportamento aversivo, sendo a conformidade reforçada. Segundo esta perspectiva, se os progenitores tiverem feito, em tempo oportuno, a adequada estimulação aversiva, o sujeito posteriormente corresponderá segundo os padrões que lhe foram transmitidos por aqueles. A acção individual não seria determinada por predisposições biológicas mas inteiramente pelo ambiente.

Trata-se apenas, e tão somente, de uma aprendizagem das actividades aprovadas, sendo o comportamento motivado pelas consequências do mesmo. Segundo esta perspectiva, não há lugar à consciencialização da própria aprendizagem e do julgamento moral dos actos. Posteriormente, o condicionamento operante considerou alguns pressupostos a nível da compreensão do comportamento. Assim, a estruturação apropriada das contingências do meio envolvente, que os progenitores podem proporcionar, pode, por sua vez, modelar o comportamento das crianças. Pode verificar-se, contudo, que o comportamento negativo aprendido seja inadvertidamente reforçado,

até pelos pais ou professores, com excesso de atenção o que pode levar à repetição do comportamento como tentativa de acesso a essa atenção.

Algumas subculturas fornecem mais treino em técnicas criminais do que outras, aprendendo o adolescente a alcançar objectivos pela via ilegal. O tipo de pares a que o adolescente se associa, seria facilitador da aquisição de comportamentos delinquentes.

O papel da modelagem exercido pelos meios audiovisuais, especialmente televisivos, tem contribuído para experiências de aprendizagem promotoras de delinquência (Monteiro, 1985).

Para Monteiro (1981), a psicologia social tem polarizado a sua investigação na área do estudo do comportamento agressivo na teoria da frustração-agressão, enunciada por Dollard, Miller e col. (1939) e na teoria da aprendizagem social de Bandura (1973).

O trabalho de Dollard Miller e col. (1939) veio a ser considerado um clássico nas teorias da frustração-agressão. A tese central desta investigação é a de que o comportamento agressivo de um indivíduo resulta de frustrações anteriores por ele sofridas. Para os autores, uma frustração é todo o acontecimento que se traduz por um obstáculo posto ao sujeito perante uma acção com um determinado fim. Toda a frustração induzirá uma reacção agressiva.

Posteriormente os autores (1941) considerariam que embora um comportamento agressivo implique um estado de frustração, um indivíduo pode sofrer frustrações, sem que por isso manifeste uma conduta agressiva. Esta posição teórica ainda hoje é aceite nos meios criminológicos.

Segundo Monteiro (1981), a frustração e a modelagem social são determinantes no desencadear do comportamento agressivo. Daí a importância que, segundo a autora, lhes é atribuída no estudo do comportamento agressivo. A configuração situacional produz ou facilita o comportamento agressivo, por isso há que considerar um grupo de

variáveis aparentemente não ligadas ao comportamento agressivo observável, mas que desempenham um papel decisivo no desencadear do mesmo comportamento.

A ligação do comportamento agressivo a um déficit de auto-controlo interno dos impulsos, assim como a um grau elevado de actividade, é referida por autores como Pitkannen (1975) e Forrest (1977) cits. por Monteiro (1981).

A ideia de que muito precocemente, no desenvolvimento do indivíduo, se formam e estabilizam esquemas ou regras cognitivas oriundos da cultura em que o sujeito se integra, possibilitando-lhe um comportamento com um estilo pessoal durável, é defendida por Stagner (1976 cit. por Monteiro 1981). Os indivíduos estabilizam, ao longo da sua aprendizagem social, padrões de comportamento, uniformidades cognitivas e afectivas que adquirem uma consistência idiossincrática e mediatizam as respostas socializadas (Olweus, 1979). Assim, o contexto social em que o comportamento humano ocorre é determinante para a sua compreensão.

Monteiro (1981) evidencia a ideia contrária ao modelo de Pitkannen de que o comportamento agressivo se associa a um fraco controlo dos impulsos, concluindo que " o indivíduo agressivo parece não reagir impulsivamente perante situações difíceis, mas antes combinar uma análise realista das situações com uma resposta aberta imediata e eficaz mesmo à custa de maior ou menor desaprovação social". Quanto ás diferenças intra-sexo, a autora levanta a hipótese de existir, em relação aos rapazes, uma configuração comportamental mais vasta, associada à exibição da agressividade, o que não acontece nas raparigas.

As correntes teóricas da psicologia com orientação fenomenológica defenderam a existência de uma organização estável no indivíduo, que seria responsável por uma consistência comportamental ao longo do tempo. A psicologia social tem-se debruçado sobre a "exploração e teorização das variáveis situacionais que configuram e definem as

reacções dos indivíduos, independentemente de quaisquer considerações diferenciais" Monteiro (1981).

A capacidade precoce para o "coping", ou seja, para fazer face a situações novas, é um bom indicador no processo de adequação social; esta inabilidade, por parte da criança ou do adolescente, é um sinal de elevado risco para o percurso delinquencial.

Autores como Ferguson (1952), West (1969), West e Farrington (1973, 1977), Wolfgang, Figlio e Sellin (1972) citados por Spivack e Cianci (1987), associaram delinquência a baixo nível socio-económico, raça, instabilidade parental, fracos conhecimentos académicos, baixo Q.I. e abandono escolar.

Nos anos 50 e 60, as teorias da subcultura dominavam os estudos sobre delinquência. Esta visão sociológica implicava um processo de conformidade cultural, uma reflexão sobre os valores. A incapacidade para o coping vinha associada à insuficiente competência social.

As teorizações de Mednick e col. (1987) sobre delinquência evidenciam a noção de que o comportamento delinquente reflecte um défice na capacidade inibitória. Este processo pressupõe que há uma falha a nível da capacidade da criança, para utilizar a experiência de punição que o levará à inibição do comportamento anti-social. Os autores atribuem esta deficiência ao sistema nervoso autónomo, considerando-o um processo hereditário.

Hawkins e Lishner (1987), numa perspectiva que nos parece muito interessante, tentaram integrar a teoria do controlo (Hirschi, 1969) e a aproximação sócio-aprendizagem num modelo de desenvolvimento social, aplicando-o na prevenção da delinquência.

Este modelo propõe uma sequência de variáveis/circunstanciais que têm o início na vinculação aos pais, e subsequente implicação na vinculação à escola e à lei, e, em

simultâneo, à exposição ao grupo de pares. Este processo é que permitiria a assunção por parte do adolescente, dum determinado comportamento que corresponderia a determinado nível de desenvolvimento social.

Quanto mais positivamente a criança tivesse estreitado os seus laços afectivos com os pais, mais adequadamente estaria implicada e vinculada à escola e à ordem social e menos estaria envolvida em processos e em grupos de pares delinquentes.

Este processo, por sua vez, implica uma capacidade de coping por parte do adolescente, possibilitando-lhe uma capacidade assertiva de lidar com o meio envolvente. Há uma aprendizagem, por parte do adolescente, do comportamento convencional e aceite pela sociedade e dos padrões esperados, o que lhe permite gerir com habilidade as condutas que deverá actuar para permitir a sua aceitação pelos outros.

A forma como o adolescente percebe as oportunidades disponíveis também é importante, na medida em que, se o adolescente percebe poder atingir os seus objectivos por vias legítimas, não se torna tão susceptível e vulnerável às forças do meio.

No processo de "labeling" (rotulagem) ocorre uma interacção simbólica entre o sujeito e a sociedade, sendo que esta promove formas de protecção para fazer face aos que são diferentes. Estes, que são rotulados como diferentes, por seu turno, aceitam o rótulo.

A sociedade, ao considerar certos comportamentos da classe baixa como comportamentos delinquentes, cria um estereótipo de delinquente, que vem associado a determinadas classes sociais.

Para os teóricos da aprendizagem, se alguns destes adolescentes estigmatizados não se tornam delinquentes é porque os modelos desviantes que lhes estão disponíveis, nomeadamente no grupo de pares, ou através dos média, não lhes permitem atingir o

sucesso, não constituindo assim, o reforço positivo que recompensaria o comportamento desviante.

4.3 - TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MORAL

As perturbações psicopatológicas implicam as emoções e a afectividade. É a percepção da afectividade que permite as diferentes cognições e a aprendizagem. Quando a percepção dos afectos ficou aquém das necessidades afectivas, então a cognição que se tem dos objectos e a relação que com eles se estabelece não nos permite senão uma representação afectada do mundo.

A falha a nível da inteligência é um factor importante na delinquência, na medida em que o sujeito pode manifestar uma incapacidade de apreciar a inadequação do comportamento ou a complexidade da situação.

Hirschi e Hindelang (1977) relacionaram inteligência e delinquência e concluíram não existir relação consistente entre as duas variáveis. Os autores não atribuem um efeito directo do Q.I. na delinquência. Embora a inteligência só indirectamente afecte a delinquência, contudo, afecta, em primeira mão, outros factores que têm uma maior conexão com a delinquência. Por exemplo, a associação ao grupo de pares e os problemas disciplinares na escola aparecem mais associados ao comportamento delinquente, comparativamente com o Q.I..

No caso do delinquente, o seu sistema de representações não é compatível com o padrão social de moral. Referimo-nos, neste caso, às normas morais que diferem das convenções sociais, porquanto as primeiras "têm a ver com a justiça e o bem-estar do

outro, sendo por isso obrigatórias e reguladas socialmente, e as convenções sociais são apenas uniformidades comportamentais que pretendem regular a interacção social, não sendo por isso obrigatórias, nem reguladas socialmente"(Lourenço 1992). Para se manter equilibrado, o adolescente tem que agir no sentido de preservar o seu sistema e repelir o que lhe é imposto do exterior. A reacção comportamental resulta de uma tendência a eliminar tudo o que cria dissonância na harmonia das representações, que o sujeito não consegue elaborar.

A forma como o desenvolvimento cognitivo afecta a compreensão individual do mundo exterior remete-nos para as teorias Piagetianas e para os diferentes níveis de complexidade cognitiva da razão e acção moral de Kohlberg (1963).

A perspectiva Piagetiana opõe-se aos modelos mecanicistas behavioristas, em que o sujeito é visto como actuando como reacção às forças do contexto. Para Piaget (1950), como qualquer outro organismo, o ser humano tem uma actividade inerente e constante que lhe permite adaptar-se ao que o rodeia, sendo a adaptação caracterizada por um estado de equilíbrio entre as acções do organismo e as acções do meio. Todavia, as nossas expectativas sobre o meio são constantemente contrariadas pela nossa experiência da relação que estabelecemos com o próprio meio. Este conflito cognitivo que destabiliza o sujeito é reequilibrado pelo sistema intelectual que lhe permite a reorganização das estruturas cognitivas internas. Daí que o próprio desenvolvimento cognitivo resulte da resolução de problemas que se colocam ao sujeito.

O autor, para quem "toda a moral consiste num sistema de regras, sendo a essência da moralidade estudar o respeito que o indivíduo vai adquirindo por essas regras" (1932), estudou a moral através do jogo em crianças, observando o tipo de regras pelas quais se regiam, e identificou dois tipos de moral:

- a *moral heterónoma*, segundo a qual os julgamentos morais se baseiam nas consequências dos actos, observável em crianças normalmente com menos de dez anos, é uma moral de obediência, de constrangimento e de respeito unilateral, baseada no medo do castigo e na obediência estrita à autoridade,
- a *moral autónoma*, baseada na igualdade, na reciprocidade e no acordo, na cooperação e no respeito mútuo, em que a criança deixa de acreditar que cada violação das normas é punida, passando a relacionar a pena a aplicar com a intenção do actor. Nesta fase do seu desenvolvimento, a criança já interiorizou as normas e as convenções sociais.

Esta evolução do pensamento da criança, no referente à moral, tem subjacente um desenvolvimento cognitivo, resultante de uma diminuição do egocentrismo e da maior interacção com os pares, facilitada, por sua vez, pela autonomização face aos pais.

As sucessivas reorganizações cognitivas quantitativas e qualitativas vão permitindo ao sujeito a estruturação de uma lógica de pensamento e consequente resolução de problemas. Esta capacidade adquirida é que permite à criança, ao adolescente e ao adulto lidar com o mundo social com as regras e com as normas.

A habilidade social é construída pelo próprio na resolução de problemas lógicos que se lhe colocam no quotidiano. A resolução das tarefas ocorre de acordo com o desenvolvimento cognitivo do sujeito, ou seja, de acordo com o nível lógico-estrutural em que se encontrar.

Existe ainda a possibilidade de que a "performance" do sujeito esteja dependente do significado simbólico e social que o sujeito atribuir às tarefas.

Para Kohlberg (1963), o raciocínio moral pode ser dividido numa série de estádios, paralelos aos estádios intelectuais. A complexidade intelectual implica uma

complexidade moral. Esta capacidade permite a resolução e acção sobre os dilemas morais.

O desenvolvimento moral pressupõe a compreensão racional e consistente dos princípios de justiça, e ocorre pelas mesmas razões e no mesmo sentido que as mudanças intelectuais, pelo que o desenvolvimento moral é inerente ao sistema intelectual.

A cultura, as condições sociais e a experiência individual afectam o desenvolvimento do sujeito, na medida em que condicionam algumas aquisições fundamentais para concretização de determinadas tarefas, que permitem a mudança de nível. A sequência dos níveis é universal, invariante e irreversível (Snarey 1985, cit por Emler e Reicher 1995).

Kohlberg (1963) considera que determinadas formas de raciocínio moral reflectem um maior nível de desenvolvimento intelectual, rejeitando a ideia de que o compromisso das pessoas com a moral seja baseado num processo irracional, posição esta que encerra uma crítica às perspectivas behaviorista e psicanalítica.

Kohlberg (1963) propõe a existência de três períodos ou níveis de raciocínio moral, cada um contendo dois estádios. O autor considera os estádios como universais, ordenados e sem regressões a estádios anteriores. Estes definem-se em três níveis, compreendendo cada nível dois estádios:

Nível pré-convencional, em que a motivação para a moral resulta do evitamento da punição e da obtenção de recompensas. O autor considera que o nível moral da criança antes dos nove anos é sobretudo pré-convencional. As crianças tendem a considerar as normas sociais e morais como algo de exterior e que apenas devem ser obedecidas por respeito unilateral à autoridade, ou por medo do castigo. Para o autor,

nesta fase do desenvolvimento da criança as normas não foram verdadeiramente interiorizadas.

O nível pré-convencional divide-se nos seguintes estádios:

1° estádio – orientação para a punição e para a obediência.

2° estádio – individualismo e troca instrumental em que a moralidade dos comportamentos depende do resultado da acção; pura troca, hedonismo e pragmatismo.

O nível convencional, alcançado pela maioria dos adolescentes e adultos, divide-se nos seguintes estádios:

3° estádio – conformidade com as aspirações mútuas e relações interpessoais em que a moralidade dos comportamentos é ditada pela manutenção das boas relações, da aprovação social e interpessoal.

4° estádio – orientação para a manutenção da lei, da ordem e do progresso social.

O nível pós-convencional, alcançado apenas por uma minoria de adultos, geralmente após os 20-25 anos, divide-se nos seguintes estádios:

5° estádio – orientação para o contrato social, e para o relativismo da lei.

6° estádio – orientação para os princípios éticos universais, prescritos, auto-escolhidos e generalizáveis. Este estádio mantem-se enquanto ideal moral, desaparecendo como estádio empírico, segundo Colby & Kohlberg (1987, in Lourenço 1992).

De acordo com a posição que ocupa nestes estádios, assim difere a perspectiva moral do sujeito. No estádio um, o acto é considerado errado, porque se é punido por o cometer. No estádio dois, ainda no período pré-convencional, o sujeito ainda analisa o acto numa perspectiva individual. No estádio três, já num período de raciocínio moral convencional, o sujeito define moralidade de acordo com a maioria de adesão aos padrões de moralidade nas suas relações interpessoais. No estádio quatro, os padrões

morais são relacionados com um sistema social mais geral que o grupo restrito de relações interpessoais do sujeito. A moral é, então, definida em termos de adesão às regras daquele sistema e a relação extravasa do grupo, sendo estabelecida entre o indivíduo e a sociedade. O que se torna prioritário é aquilo que mantem a coesão social.

Quando o sujeito atinge o nível de perspectiva moral, em que a sociedade está no primeiro plano, atingiu, segundo Kohlberg (1963), o nível de raciocínio moral pós-convencional. Poucos atingem para além do nível quatro de raciocínio moral, mesmo na fase adulta.

A perspectiva de Kohlberg (1963) traduz uma hierarquia cognitiva em que o raciocínio moral e a acção moral estão em conexão, existindo dois processos que medeiam o raciocínio e a acção. O primeiro é a ideia de que cada um possui uma responsabilidade pessoal para agir, de acordo com os seus juízos sobre o que é correcto. O segundo baseia-se no controlo do ego e consiste na posse de competências não morais. A linha divisória entre o raciocínio moral e a acção é muito ténue, mas é nela que reside a compreensão da transgressão. Os sujeitos transgridem porque isso lhes traz benefícios pessoais. No estádio três, os sujeitos transgridem motivados por boas intenções, enquanto que no estádio quatro fazem-no motivados pelo interesse do estado. No nível pós-convencional, transgride-se por imperativos de moral elevada. A tendência para quebrar as regras, apanágio dos adolescentes delinquentes, ocorre no período pré-convencional, próprio das crianças que, por o serem, deverão estar sob a alçada dos adultos. A delinquência surge, assim, e de acordo com a perspectiva cognitiva de Kohlberg (1963), como consequência do atraso no desenvolvimento do raciocínio moral.

Kohlberg (1984) aponta uma série de factores que possibilitam ou impedem o harmonioso desenvolvimento do raciocínio moral: o atraso intelectual, as limitadas experiências sociais ou a falha das instituições na apresentação das escolhas morais.

Os resultados obtidos nos estudos de Turiel e col. (1987 in Lourenço, 1992) permitem refutar a ideia de Piaget (1932) de que as crianças de 3-4 anos apresentam critérios de moralidade heterónoma dominada apenas por razões de constrangimento, de medo e de obediência e a ideia de Kohlberg (1963) de que a criança antes dos nove anos possui um nível de moral pré-convencional, demonstrando que "a competência moral da criança é maior do que por vezes se tem dado a entender" (Lourenço, 1992).

5 - PERSPECTIVA DESENVOLVIMENTAL

Para os desenvolvimentalistas, entre os quais se encontram Healy e Bronner, E. e S. Glueck, Bennett e Robins, West, Farrington, S. L. e R. Jessor, Jesness e Haapanen, Fréchette e LeBlanc, o interesse prioritário na investigação sobre delinquência vai para as etapas do tornar-se criminoso. A delinquência é vista como um síndroma com carácter específico que possui uma existência própria e que não é consequência de uma outra afecção.

Na perspectiva desenvolvimental, LeBlanc e Fréchette (1987, 1988) vêm actualizar a teoria de Pinatel (1962), precisando os componentes e estados delinquentes através dos quais a personalidade delinquente se manifesta.

Os autores enfatizam os aspectos que se prendem com o aparecimento e evolução da personalidade delinquente ao longo da infância e da adolescência, caracterizando as diferentes etapas do envolvimento na actividade ilícita e os processos que lhe estão subjacentes.

Estes autores, tal como Pinatel, consideram que a personalidade delinquente constitui uma estrutura específica, não psicopatológica, embora tenham a preocupação de estabelecer ligação entre a organização da personalidade que encontram nos delinquentes e perturbações já identificadas, como a personalidade narcísica, anti-social, limite e dependente.

Da sua abordagem da delinquência, ressalta a interacção dinâmica entre os traços constitutivos da personalidade e como aquela determina a passagem ao acto.

Após vários estudos empíricos realizados, Fréchette e LeBlanc definiram como sintomas constitutivos da personalidade delinquente, que se organiza em forma de um

síndrome [2], três grandes sintomas: *enraizamento criminal*, que traduz o processo de crescente envolvimento na conduta delituosa, *dissocialidade perdurável* que traduz o impacto dos factores do meio sobre o comportamento dos jovens e *egocentrismo exacerbado* que integra os factores da personalidade envolvidos no desencadeamento e manutenção da conduta criminosa.

Para os autores, são os traços psicológicos que mediatizam o impacto dos factores do meio sobre o comportamento adolescente.

Sintetizando, os autores abarcam duas dimensões essenciais à compreensão do síndrome da personalidade delinquente: a estrutura e organização dos factores da personalidade na sua relação com os factores do meio, e os processos e etapas de desenvolvimento da actividade delinquente.

LeBlanc (1986) provou existir um elo comum entre os sujeitos delinquentes, que se manifesta por uma espécie de ruptura face à sociedade. Esta ideia já havia, aliás, sido avançada por Mucchielli (1965), que considera que, contrariamente à generalidade dos sujeitos que constroem a personalidade em função da adaptação social ou da procura de objectivos valorizados pela sociedade, a personalidade dos delinquentes é construída em função duma sobrestima de si, fundada na ruína dos valores colectivos; daí a incapacidade que o indivíduo manifesta em lidar com as instituições.

Para Fréchette e LeBlanc (1987), o processo de desenvolvimento da delinquência ocorre em cinco fases, Aparecimento, Exploração, Explosão, Deflagração e Profusão:

Na primeira fase, *Aparecimento,* como o nome indica, aparecem os primeiros comportamentos, que constituem um alerta para o início do processo de desenvolvimento da delinquência.

[2] Síndrome como conjunto de sintomas organizados em relação com um dado estado disfuncional

Na fase de *Exploração* verifica-se uma diversificação e um agravamento dos comportamentos delinquentes, a que se segue uma diversificação em variedade, grau e frequência na fase de *Explosão*. Segue-se uma fase de estruturação ou consistência dos comportamentos que ocorre na fase de *Deflagração*. Na última fase, a de *Profusão*, assiste-se ao culminar nos processos mais gravosos do percurso, normalmente já na idade adulta, e refere-se à criminalidade mais violenta, como o assalto à mão armada, violação ou homicídio.

Cada uma das fases referidas apresenta-se de forma dominante, vem associada a tipos de delito específicos, com diferentes graus de gravidade, que normalmente são cometidos em diferentes períodos etários da vida do sujeito:

Na fase de *Aparecimento,* a criança ou o adolescente apresenta comportamentos que indiciam o percurso delinquente, como, por exemplo, as mentiras repetidas e em diferentes contextos como o familiar e o escolar. A esta fase pode seguir-se a de *Exploração* com manifestações, por exemplo, de absentismo à escola. Na fase de *Explosão,* verifica-se um agravamento dos comportamentos, nomeadamente nos pequenos furtos, a colegas, na escola ou em casa, que posteriormente passam aos furtos a desconhecidos e implicando objectos mais valiosos. É desta fase que rapidamente o adolescente passa à fase de *Deflagração* em que já se envolve em ataques violentos a outros, em roubos qualificados e no consumo e tráfico de drogas.

Embora para os autores nem todos os delinquentes sigam todas as etapas referidas, a maior parte percorre-as num percurso que obedece a um modelo hierárquico de desenvolvimento.

O processo de desistência tem o sentido inverso e leva o sujeito ao abandono do comportamento delinquente e ocorre, segundo os autores, da seguinte forma: o sujeito reduz a frequência e intensidade dos crimes cometidos até parar completamente

(desaceleração). Vai-se dedicando cada vez mais exclusivamente a um tipo de actividade ilícita (especialização), que vai reduzindo progressivamente até ao abandono.

O meio interfere em moldes diferentes na conduta do adolescente, segundo o seu nível etário. Assim, numa fase precoce do seu desenvolvimento, é a família que tem um impacto dominante no adolescente, posteriormente é a reacção social e o meio envolvente, e num nível etário mais elevado será o grupo de pares, principalmente outros adolescentes que também apresentem condutas delinquentes.

Para os autores, cada tipo de conduta delinquente associa-se a um dado conjunto de factores do meio, que são, eles próprios, desencadeantes da conduta delinquente.

A delinquência de ocasião tem como desencadeantes próximos o grupo de pares, as crises de adaptação psico-social e a família.

A delinquência de transição tem os seus desencadeantes muito ligados à família e à escola. A delinquência de condição vem associada à subsocialização e à dissocialização.

Para LeBlanc e Fréchette (1987), o nível de socialização dos jovens institucionalizados, que são colhidos pelas malhas da lei, é muito diferente do nível dos adolescentes não institucionalizados. Assim, os autores encontraram uma falha no estabelecimento de laços ou ligações significativas (vinculação), laços sociais frágeis e uma intolerância face a situações que lhes são adversas, apresentando uma menor convencionalidade, comparativamente com os seus pares não-delinquentes.

Para os autores, é o egocentrismo exacerbado que não permite a mediatização do impacto dos factores do meio, levando o adolescente a respostas comportamentais delinquentes. A organização psicológica do sujeito vai. Assim, modelando as estruturas cognitivas e afectivas, provocando um bloqueio afectivo, que resulta numa atitude defensiva face à afectividade para com o outro, e conduz a um isolamento social.

A vertente desenvolvimental introduzida por Fréchette e LeBlanc (1987) no estudo da delinquência, parece-nos importante. De salientar a ligação que é estabelecida com os diferentes contextos com que o delinquente interage, nomeadamente a família e a forma como esta interfere na trajectória delinquente, tema que consideramos essencial na análise da delinquência na adolescência e que abordaremos no capítulo seguinte.

Farrington (1991) apontou justificações de ordem biológica, comportamental e económica para explicar a associação curvilínea entre a idade e o índice de crimes. Salientou, igualmente, a importância do desenvolvimento sócio-cognitivo e a relação de experiência, a par da inserção no grupo que induz os comportamentos anti-sociais.

Na adolescência tardia, os adolescentes tornam-se mais autónomos e, por isso, a influência do grupo de pares dilui-se, daí que os comportamentos delinquentes que normalmente ocorriam em grupo se tornem também mais espaçados. Ao desenvolvimento cognitivo vem associado uma maior maturidade social e um juízo moral mais elaborado o que leva os adolescentes, ou os jovens adultos, a implicarem-se em processos como o casamento, carreiras profissionais, ou até a existência de filhos, que os inibem de algumas condutas delinquentes.

A forma como cada indivíduo selecciona e interpreta os estímulos torna-se importante na compreensão do comportamento do sujeito. A imitação passa por um processo de identificação, cuja compreensão da dinâmica remete para a teoria psicanalítica.

Farrington e West (1980) propõem quatro estádios explicativos do desenvolvimento de infracções futuras, sendo que a infracção depende da motivação, dos métodos, de crenças internalizadas e de processos de decisão.

No estádio de motivação, o que leva à infracção são desejos de objectos materiais, de excitação e de status entre amigos íntimos e parentes. Estes desejos podem

ser maiores em crianças que pertencem a famílias com situações económicas difíceis.

No estádio dos métodos, os autores consideram que as pessoas que estão menos capazes de satisfazer os seus desejos utilizando os métodos legal e socialmente aprovados, tenham tendência a escolher métodos ilegais e não aprovados socialmente.

No terceiro estádio, em que as infracções dependem das crenças internalizadas as tendências anti-sociais são inibidas ou facilitadas conforme se internalizaram crenças e atitudes. O processo de aprendizagem do sujeito permitir-lhe-á internalizar, ou não, determinadas crenças. A crença de que as infracções são erradas tende a ser construída se os pais são a favor de normas legais, se exercerem sobre os filhos uma supervisão mais íntima e se punirem os comportamentos não aprovados socialmente, com uma disciplina firme, mas amigável. Se, pelo contrário, as crianças são expostas num processo de modelagem, a atitudes e comportamentos que são favoráveis a infracções, farão a aprendizagem que as infracções e as atitudes anti-normativas são legítimas.

No último estádio dos processos de decisão, os autores consideram que o sujeito comete um crime numa dada situação, dependendo das oportunidades e da apreciação que faz dos possíveis resultados, custos e benefícios da sua actuação. Ou seja, o sujeito avalia a situação tomando em consideração, por exemplo, os objectos materiais que podem ser roubados e a probabilidade e consequências de ser apanhado pela polícia.

Factores sociais, como a aprovação e reprovação de outros, nomeadamente dos pais, ou colegas, também jogam um papel importante neste estádio.

Os autores aplicaram a teoria dos quatro estádios ao Estudo de Cambridge, tendo concluído que as crianças de famílias pobres podem praticar infracções por terem maiores dificuldades em alcançar os objectivos por via legal. Por outro lado, estas crianças apresentam, segundo os autores, uma maior dificuldade em manipular conceitos abstractos, tendem a ter um nível baixo de inteligência e a fracassar na escola,

não alcançando, por isso, os objectivos que lhe são propostos, optando, assim, pelo alcance dos objectivos praticando infracções.

Os autores abordam ainda a problemática da impulsividade nas crianças que cometem infracções, porque, preferindo uma gratificação imediata, não valorizam os objectivos a longo prazo, e não se debruçam sobre as consequências do seu imediatismo.

Os autores consideram que as crianças expostas a práticas educativas pobres e à desagregação familiar cometem infracções, porque não estruturam inibições internas contra os comportamentos antissociais.

No que diz respeito aos antecedentes familiares, os autores consideram que as crianças que provêm de famílias com antecedentes criminosos, ou que têm amigos delinquentes, tendem a cometer infracções porque constroiem atitudes anti-normativas e crenças de que as infracções são justificáveis.

Os autores referem ainda, no seu estudo, que as infracções dos rapazes tendem a atingir o pico mais alto entre os 14 e os 20 anos, porque é nestas idades que apresentam grandes desejos de excitação, de status e de objectos materiais, e, por outro lado, poucas hipóteses de alcançar estes desejos legalmente, sendo que a partir disto têm pouco a perder dado que as sanções legais são "suaves". Pelo contrário, depois dos 20 anos, os autores consideram que os desejos destes adolescentes se atenuam, tornam-se mais realistas e a possibilidade de concretizar estes desejos pela via legal aumenta. Por seu turno, os custos da delinquência são maiores, nomeadamente a desaprovação dos parceiros, o que motiva o declínio das infracções nestas idades.

5.1 - TRAJECTÓRIAS NA ACTIVIDADE DELINQUENTE

Investigações recentes têm como preocupação primordial as transições e mudanças na forma, frequência e intensidade da actividade anti-social e a identificação de diferentes trajectórias de evolução da actividade delinquente.

Loeber e Dishion (1983) conduziram as suas investigações no sentido da determinação dos preditores da delinquência.

Para Loeber (1982), os comportamentos anti-sociais e delinquentes são observáveis com maior frequência em adolescentes que manifestaram em crianças comportamentos anti-sociais. Ainda segundo o autor, quanto mais cedo estes comportamentos se manifestam, mais grave é a escalada no percurso delinquente que o adolescente percorre.

Vários estudos relacionam delinquência e falta de "attachment" aos pais, nomeadamente os de Hirschi (1969), Johnson (1979) e Farrington et col. (1982). De salientar que as conclusões de vários estudos apontam para o agravamento de fracturas preexistentes nos contextos familiares se acentuar perante processos de delinquência. A delinquência afecta, seguramente, as relações parentais do jovem assim como a sua relação com a escola.

Mais do que preditivo do comportamento delinquente, a relação parental é preditiva da não delinquência.

Já Bowlby (1969) afirmara que fortes ligações afectivas aos pais favorecem o desenvolvimento de um forte controlo internalizado.

A preocupação das famílias em manter estes laços fortes, leva a que os jovens manifestem menos inclinação para prevaricar (Farrington & West, 1980; Glueck & Glueck, 1962).

Loeber (1988) propõe uma tipologia da delinquência em quatro grupos: *delinquentes versáteis,* cujo padrão criminal é caracterizado pela prática de crimes violentos e contra a propriedade, podendo, igualmente, recorrer ao abuso de substâncias psicoactivas; *delinquentes violentos exclusivos,* caracterizados por se especializarem em formas violentas de delinquência, a que não estaria associada a prática de delitos contra a propriedade; *delinquentes aquisitivos exclusivos* que são caracterizados por um envolvimento em crimes contra a propriedade, embora uma fracção diminuta possa praticar crimes aquisitivos recorrendo a acções violentas; e, por último, os *consumidores de drogas exclusivos* que seriam caracterizados por elevados consumos de álcool e outras drogas, sem actividade delinquente associada ou praticando um número restrito de actos anti-sociais.

Para Loeber (1988), estas categorias corresponderiam a três trajectórias distintas de evolução da delinquência: a *trajectória agressiva/versátil*; a *trajectória exclusivamente não agressiva* e a *trajectória exclusivamente de abuso de drogas.*

Posteriormente, Loeber e col. (1993) conceptualizaram a existência de três trajectórias distintas de evolução dos comportamentos anti-sociais: *conflito com a autoridade*, *trajectória coberta* e *trajectória aberta*, que pressupõe a existência de estádios de desenvolvimento na delinquência, obedecendo a emergência dos actos anti-sociais a linhas de desenvolvimento ou sequências temporais.

Para o autor, a maioria dos indivíduos com comportamentos anti-sociais percorre o estádio inicial, uma proporção menor atinge o estádio intermédio e uma proporção ainda menor atravessa a sequência completa. Esta trajectória pressupõe que a sequência

de comportamentos problemáticos que a integram evolua no sentido de uma gravidade crescente.

A trajectória conflito com a autoridade manifesta-se antes dos 12 anos e é caracterizada por uma sequência que se inicia com comportamentos obstinados, seguindo-se os comportamentos de desafio da autoridade (recusa, desobediência) e, posteriormente, o evitamento da autoridade (fugas de casa).

A trajectória coberta apresenta um início mais tardio e é caracterizada por uma escalada nos chamados actos cobertos. Inicia-se com actos cobertos menores (mentiras, pequenos furtos), seguindo-se os danos contra a propriedade (vandalismo, fogo posto) e, posteriormente, nas formas mais graves (fraude, furto com arrombamento).

A trajectória aberta consiste numa escalada ao nível da agressão. Inicia com agressões menores (ameaças, intimidações), seguida de luta física e na sua evolução extrema manifesta-se na violência (ataques, violação).

As características tão diferentes dos vários tipos de delinquência, dificilmente permitem estabelecer tipos ou categorias de delinquentes (Negreiros 1997), pelo que a perspectiva de Loeber (1988) se torna importante como ponto de partida para a análise desta problemática. Para o autor, a delinquência é conceptualizada segundo um continuum, que permite situar o indivíduo entre os pólos ligeiro e severo, posições extremas desse continuo.

Pulkkinen e Tremblay (1992) consideram a existência de três grupos de crianças que, ainda na pré-escolaridade, apresentam comportamentos desviantes:

- *Os incontroláveis,* que lutam frequentemente, são sociáveis, hiperactivos, desatentos e ansiosos,

- *Os fanfarrões/valentões,* que lutam frequentemente, são hiperactivos, desatentos, mas não são nem sociáveis nem ansiosos,

- *Os multiproblemáticos,* que lutam frequentemente, são hiperactivos, desatentos e ansiosos, mas não são sociáveis.

As crianças, assim caracterizadas, apresentam, na adolescência (12/14 anos), segundo os autores, problemas de insucesso escolar, hospitalizações motivadas por acidentes de viação (excepto os fanfarrões), de consumo de álcool e drogas (excepto os incontroláveis) e de experiências sexuais precoces.

6 – COMENTÁRIOS

Das diferentes perspectivas psicológicas apresentadas, embora considerando que à época em que foram desenvolvidas, todas elas constituíram um contributo importante para o desenvolvimento das teorias psicológicas sobre o crime e a delinquência, salientamos algumas:

A metodologia psicodinâmica, pelo incremento que trouxe às teorizações nesta área, abordando pela primeira vez as determinantes psicológicas, o papel do inconsciente e das simbolizações na área da delinquência e do crime.

Embora a filosofia de base, excessivamente estática, subjacente à teoria de Eysenck, não nos seja simpática, não podemos deixar de considerar a pertinência dos traços de personalidade apontados pelo autor e a sua relação com os quadros de delinquência.

Ao introduzir o papel da disfuncionalidade dos contextos familiares, assim como as ambivalências e carências afectivas, próprias destes sistemas, enquanto valoriza os acontecimentos no ciclo de vida, De Greeff vem dar um impulso digno de nota na compreensão da problemática da trajectória delinquente na adolescência.

As teorias fenomenológicas, com a perspectiva de Yochelson e Samenow sobre a compreensão dos processos que conduzem à prática dos crimes, dada a especificidade do funcionamento cognitivo destes sujeitos, a par dos contributos das teorias cognitivas e da aprendizagem social, constituem marcos importantes para a compreensão dos níveis de raciocínio e desenvolvimento moral dos adolescentes que praticam actos desviantes, bem como da interferência de determinados contextos de aprendizagens sociais, enquanto factores de risco para a trajectória delinquente.

A ponte estabelecida, por Farrington e LeBlanc, entre os factores do meio, nomeadamente os factores económicos e familiares, e o comportamento adolescente, realçando as etapas de desenvolvimento da actividade delinquente, parece-nos da maior utilidade para a compreensão desta problemática.

Na mesma linha de investigação, com o estudo das trajectórias delinquentes, no sentido de determinar alguns preditores da delinquência, Loeber e Tremblay constituem marcos importantes no desenvolvimento de novas perspectivas na investigação em delinquência.

Embora o sistema familiar já tivesse sido considerado como um factor importante a ter em conta no desenvolvimento da delinquência, nomeadamente no estudo das ligações afectivas (Bowlby 1964,1969), ou nos processos de vinculação, abordados na teoria do controlo de Hirschi (1969), o tema volta a ser retomado, agora de forma mais directa, por Farrington e col. (1982) ao abordarem os laços afectivos familiares, como bons preditores da menor inclinação para a prática de actos delinquentes. Assim, os contributos teóricos de Farrington e West constituem, para o nosso trabalho, um valor acrescido, já que é essencialmente sobre o impacto que a dinâmica familiar tem na trajectória delinquente, que nos debruçaremos na nossa investigação.

No capítulo seguinte, abordaremos o tema da família e o papel que este sistema, com a sua dinâmica, pode ter no desenvolvimento das trajectórias delinquentes.

CAPITULO IV- DELINQUÊNCIA E FAMÍLIA

1 -INTRODUÇÃO

A importância da família nos processos de delinquência na adolescência é comprovada pelos estudos de Windell e Windell (1977), ao referirem o aumento de famílias envolvidas no treino de competências parentais, por sugestão dos tribunais. O que, por sua vez, sugere a importância das variáveis familiares no desenvolvimento e tratamento da delinquência na adolescência.

Johnson e col. (1952), Glueck e Glueck (1952, 1962), Nye (1958), Jenkins e col. (1969), Rosenthal e col. (1974), Bandura e Walters (1976), e Tolan e col.(1986) são alguns dos autores que realçaram a importância do papel da família no desenvolvimento da delinquência.

Embora os primeiros estudos se debruçassem sobre variáveis estruturais, como a ausência do pai, a investigação veio a aprofundar outras áreas, nomeadamente o estilo de interacção familiar e a atmosfera emocional familiar, como indicadores do papel da família no desenvolvimento da delinquência.

O papel das relações pais-filho/a tem sido largamente debatido como uma das causas da delinquência. Desde Hirschi (1969) que a vinculação parental tem um lugar de destaque na teoria da vinculação social ao abordar o comportamento delinquente.

É aceite que os laços afectivos aos pais estão correlacionados com um nível baixo de envolvimento na delinquência auto-revelada na adolescência (Nye, 1958; Hirschi, 1969; Hindelang, 1973; Johnson, 1979). Ou seja, para estes autores, os adolescentes envolver-se-

íam na delinquência motivados por tensões familiares e por percepcionarem os afectos parentais como pobres.

A questão do impacto familiar no comportamento delinquente em função do género tem suscitado posições diferentes: Para Nye (1958) o papel dos pais seria mais determinante, como causa da delinquência, nas raparigas, que nos rapazes. Schoenberg (1975) concluiria no mesmo sentido, ao considerar o papel dos pais com maior relevância para a delinquência masculina.

Para Johnson (1979) as variáveis familiares apresentam maior influência nos comportamentos delinquentes em rapazes que nas raparigas, enquanto Farnworth (1984) concluiu não serem as variáveis familiares mais importantes para os rapazes ou para as raparigas na determinação da delinquência auto-revelada.

A teoria da aprendizagem, ao enfatizar a modelagem e imitação parental, considera que o progenitor do mesmo sexo tem um papel mais importante na influência no comportamento do adolescente, sendo, por isso, a vinculação mãe/filha a variável chave na delinquência feminina e a vinculação pai/filho na delinquência masculina. Esta perspectiva vem colidir com as propostas dos psicodinâmicos, que dão grande enfâse à vinculação ao progenitor do sexo oposto na problemática da delinquência.

Como se pode verificar, as diferentes teorias apontam para a importância das relações pais-filho/a no desenvolvimento da trajectória delinquente. Se os estudos não são unânimes nas suas conclusões, isto dever-se-á, em boa parte, aos conceitos utilizados, que com valências diferentes, acabam por ser referidos na generalidade. Como a qualidade das relações pais-adolescentes, que mais não são que as práticas parentais, sem abarcar as diferentes vertentes que o conceito pressupõe, nomeadamente o carinho, que define o estilo

parental que pode ir do afecto à negligência, indicando afecto, empatia, calor emocional, ou no pólo oposto frieza emocional, indiferença e rejeição, ou a protecção que sugere controlo parental, superprotecção, intrusão, contacto excessivo, infantilização ou no pólo oposto promoção da independência e autonomia.

A família é o agente socializador que melhor transmite as normas. Assim, parece apresentar um bom potencial para reduzir a probabilidade de risco do adolescente enveredar pela via delinquente. É na família que a criança aprende a diferenciar o comportamento aceitável do inaceitável e a respeitar os direitos e a propriedade do outro. É também na família que se aprende a ser agressivo, anti-social e a ter comportamentos violentos. O contexto familiar é, pois, um espaço crucial de intervenção junto da criança e do adolescente que pode controlar e prevenir a delinquência.

As experiências precoces com os pais e outros adultos que fazem parte da família, vizinhos, escola e comunidade têm um impacto significativo no subsequente comportamento do indivíduo. Crianças que crescem num ambiente de suporte afectivo apresentam menor envolvimento em comportamentos anti-sociais e tornam-se membros da sociedade mais produtivos comparativamente àqueles que crescem em ambientes negativos, críticos e conflituais (Chollar, S., 1987 cit. por Kakar 1998). A partir do momento em que o sujeito é etiquetado como delinquente, violento ou criminoso, dificilmente se torna possível intervir no processo delinquencial e, mais ainda, compreender as causas subjacentes à progressão desse comportamento (Earls & Reiss, 1994 cit por Kakar 1998).

Se a família é a instituição de socialização, a delinquência, quando existe nos seus membros, pode ser considerada a falha da instituição na sua função de transmissora dos valores sociais aos seus descendentes.

O comportamento delinquente resulta duma rede de factores e é a expressão duma constelação de problemas, pelo que por não constituir uma actividade isolada, não resulta numa actuação focada no indivíduo que apresenta o comportamento delinquente. As crianças que não tiveram mecanismos protectores, tais como relações com os membros da família que promovam a educação, apresentam dificuldades de "coping" face a determinados problemas comportamentais (Earls & Reiss, 1994 cit. por Kakar 1998). Estes problemas, que se manifestam precocemente, têm tendência a intensificar-se durante os estádios de desenvolvimento, conduzindo a processos de comportamento delinquente e posteriormente criminal.

A melhor forma de compreender os actos delinquentes que o sujeito pratica é analisando as suas origens e as influências que o ambiente familiar produziu no sujeito.

Face aos resultados dos diferentes estudos consultados, propomo-nos abordar neste capítulo, a influência da família na trajectória delinquente, começando por abordar a evolução das formas familiares ao longo do tempo e como esta evolução influenciou os papéis que os progenitores desempenham no sistema familiar.

Apresentaremos os contributos que, segundo a perspectiva sistémica, o funcionamento familiar pode ter no desenvolvimento da trajectória delinquente. Abordaremos diferentes tipos de família e a relação dos papéis com o desenvolvimento da delinquência. Concluiremos o capítulo apresentando e discutindo as influências familiares na trajectória delinquente.

2 - EVOLUÇÃO DAS FORMAS FAMILIARES: da família tradicional à família moderna

A família é a influência mais precoce e mais forte para a criança em desenvolvimento. Influências posteriores irão modificar as da família, mas nunca poderão apagar ou modificar completamente essas experiências precoces centrais (Lidz 1974).

As formas familiares têm evoluído ao longo dos séculos. A família tem sofrido alterações, nomeadamente ao nível da sua estrutura e no modo como é vivenciada pelos sujeitos. A formação dos grupos familiares, a estrutura familiar e o seu perfil sócio-económico têm sofrido alterações.

No mundo actual encontramos muitas formas de se ser família, o que põe em causa o conceito institucionalizado de família, que resulta duma vivência cultural.

A tendência para a não divisão do património que levava, por vezes, vários casais a partilhar a mesma residência e a que a família tradicional se constituísse como uma grande família alargada, a grande família patriarcal, deixou de corresponder, a partir do séc. XVI, a qualquer realidade tangível na Europa Ocidental (Collomp 1990).

A partir do séc. XV, e sobretudo no séc. XVI, segundo Ariés (1988), assiste-se ao desenvolvimento do sentimento de família. Esta começa a ser valorizada e as suas relações internas alteram-se. A situação que até aí se vivia, em que as crianças eram entregues a outra família para realizarem a aprendizagem de um ofício, é substituída pela frequência escolar, o que possibilita uma maior aproximação entre as crianças e as suas famílias.

Na Europa, entre os séculos XVI e XX, podemos distinguir quatro tipos de formas

familiares: um tipo "ocidental" baseado no casamento tardio, em que os filhos circulavam como empregados noutras famílias; um tipo "médio-ocidental" que difere do tipo precedente devido a uma atitude favorável em relação à família tronco; um tipo "mediterrânico" caracterizado por uma idade precoce no casamento das raparigas, uma diferença de idade importante entre os cônjuges, e uma certa resistência aos segundos casamentos; e, por fim, um tipo "oriental" em que os filhos são colocados em casa de um parente para fazerem de criados.(Burguiére e Lebrun,1986).

LePlay (1955, in Andrée, 1983) considerou três modelos básicos de família: um modelo de família nuclear, um modelo de família-tronco e o modelo de família comunitária. O modelo de família nuclear é baseado no casamento tardio e centrado no grupo conjugal. Para o autor, a família nuclear é a estrutura mais flexível e instável e tem uma vocação de abertura à sociedade envolvente, graças à colocação dos filhos e à circulação dos criados inerente a esta prática. Este modelo de família, dominante na época moderna em todo o noroeste da Europa, contribui para o espírito empreendedor, pois cada casal constitui o seu próprio lar.

O modelo de família-tronco está relacionado com a permanência de uma casa, ou de uma exploração, transmitida a um único herdeiro. As famílias-tronco também colocavam por vezes os seus filhos como criados de outras famílias, mais com o intuito de os afastar da sucessão do que o de aprendizagem, que estava pressuposto no modelo anterior. Apenas o herdeiro, uma vez casado, coabitava com os pais, até que estes morressem. Este modelo de organização familiar, preferida em zonas montanhosas ou de pastagens, onde o povoamento é disperso, encontrava-se em zonas como o norte de Portugal, na França meridional e na zona dos Alpes. O sistema de herdeiro único nas famílias-tronco, em vez de instalar a

harmonia e a estabilidade na família, ao contrário do que possa pensar-se, instalava um clima de desentendimento, que culminava, por vezes, em violência, fosse por desentendimentos entre os irmãos, ressentimento dos filhos mais novos em relação ao pai, ou mesmo desentendimentos na coabitação entre os pais e o casal herdeiro.

Por último, o modelo de família comunitária exclui em princípio o recurso aos criados, acumulando uma grande quantidade de mão de obra familiar, a fim de explorar uma propriedade que pode ser arrendada. Este modelo podia ser encontrado na Rússia, na Polónia, na França ou na Itália central.

Segundo a lógica económica deste modelo, os filhos deverão permanecer na família; os bens não serão assim nunca repartidos e a família conserva-se unida para, em conjunto, explorar os seus bens. Os filhos são incentivados a casar bastante cedo e a ficarem o máximo de tempo sob o tecto familiar. Na família comunitária, a área das terras arrendadas é constantemente reajustada à capacidade de trabalho da família e a estabilidade familiar não é imposta como na família-tronco.

Dos três modelos o mais estável é o de família comunitária, no sentido em que não são os acontecimentos demográficos, como por exemplo o casamento dos filhos, ou a morte do chefe de família, que provocam a desestruturação da família.

No séc. XVIII, a Revolução Industrial atrai os camponeses para os centros de manufacturação; os trabalhadores excedentes vão-se progressivamente constituindo no proletariado urbano. Com o movimento da industrialização, os homens e as mulheres são recrutados para o trabalho fabril. Como as mulheres aceitam remunerações inferiores, os homens vão sendo excluídos do mercado de trabalho, vendo-se forçados a retirarem-se para a actividade agrícola. Verifica-se, então, uma inversão de papéis: os homens ocupam-se das

tarefas domésticas enquanto as mulheres trabalham na manufactura. Em simultâneo verifica-se um crescimento demográfico que tem efeitos nas estruturas familiares. A organização interna do grupo doméstico, principalmente na família-tronco, é ameaçada pela pouca atractibilidade que a terra e os trabalhos agrícolas têm então.

A partir do séc. XVIII, assiste-se a um aumento da privacidade e da intimidade doméstica, o que vem contribuir ainda mais para o desenvolvimento do sentimento de família.

As mudanças, quer na estrutura quer no modo de vivenciar a família, acompanhadas do nascimento do sentimento de família, da modificação das atitudes da família relativamente às crianças e o aumento da privacidade dos lares, contribuem decisivamente para o surgimento da família moderna. O conceito de casal é ainda um conceito novo na Europa, no séc XVIII.

Lawrence Stone (1977) cit por Burguiére e Lebrun(1986) propõe um esquema de evolução global da família de uma estrutura alargada a uma estrutura reduzida. O autor postula uma passagem progressiva da família unilinear aberta, passando pela família patriarcal reduzida e culminando na família nuclear fechada. Nestas três etapas o autor salienta que, com a passagem à família patriarcal, se reforça a subordinação dos filhos e da mulher ao chefe da família e o carácter hierárquico do seu relacionamento.

As perspectivas sobre a utilidade de determinado tipo de família têm evoluído ao longo do tempo. Durkheim (1892) cit por Bawin-Legros (1996) considerava que a família restrita (pai, mãe e filhos) era proveniente dos povos mais civilizados da Europa moderna, à altura as sociedades germânicas. Na família restrita, cada membro tinha, segundo o autor, interesses e posições distintas, embora estivessem dependentes da autoridade do pai, visto

tratar-se da família tipo patriarcal. Engels, no séc. XIX, entrava em confronto com as ideias até aí perfilhadas sobre o casamento, considerando que a monogamia é anti-natural e um produto da civilização e da repressão. O autor considerava o casamento monogâmico e a família restrita como uma estrutura social ligada a estados de desenvolvimento económico, político e social superiores.

Auguste Comte, cit. por Bawin-Legros (1996), considerava a família uma unidade de relação e de status. O autor considerava três relações constitutivas da família: a relação filial, a relação fraternal e a relação conjugal, e era através destes três tipos de relação que se formava a personalidade do indivíduo. Na relação filial seria aprendida a autoridade parental, essencial para a estruturação da atitude face à autoridade que a criança encontrará durante a vida. Da relação fraterna nasceria o sentido da solidariedade. Na relação conjugal, ela mesma base do tecido social, desenvolver-se-ía a relação de mudanças e de solidariedade.

É com Fréderic Le Play (1955, in André, 1983) que a sociologia aborda, pela primeira vez, o estudo da comunidade e da família nas suas realidades empíricas, tendo em conta o estatuto profissional do chefe de família. Para o autor, na mesma linha de pensamento de Comte, a estabilidade do sistema familiar suportada pela autoridade do pai era importante para a estabilidade da sociedade em geral. O seu estudo sobre famílias francesas, russas e alemãs leva-o à categorização de tipos de família em família patriarcal - a grande família dominada pelo pai e em família instável - característica da França pós-revolucionária, com traços de acentuado individualismo, falha no enraizamento da propriedade, e com uma estrutura familiar instável, em que a autoridade do pai perde a sua influência. Contrariamente ao que se passava na família patriarcal, os filhos não ficavam

sob a alçada do pai durante toda a vida. Abandonavam a família nuclear quando atingiam a maioridade, para formarem a sua própria família. Apenas um filho ficava e era esse que herdava todos os bens. Este sistema, que vigorou principalmente em parte da Europa (Escandinávia, norte de Itália e em certa medida em Inglaterra) e na China moderna, incentivava à autonomia e ao desenvolvimento de novas relações.

Para o autor, para além da descrição dos tipos de famílias, é importante o papel que a família joga na ordem social, em relação a outras instâncias tais como a escola, a igreja ou o governo. Os estudos que efectuou, levaram-no a concluir que o pior erro para o Estado, era a desagregação da autoridade do pai de família, que garante às gerações mais jovens o respeito pela autoridade.

É com Parsons, nos anos 50, que os papéis no interior da família são valorizados, embora Durkheim tenha abordado esta temática na teoria dos papéis sexuais. A família torna-se inseparável da sua relação com a comunidade.

Desde o final da 2ª Guerra Mundial até à actualidade assistiu-se a um aumento do número de famílias, superior ao aumento da população, ao aparecimento de famílias cada vez mais pequenas e a uma diferente distribuição dos vários tipos de estrutura familiar, em detrimento da família alargada.

Não é possível definir a família moderna devido ao facto de o único atributo que a caracteriza actualmente, ser a diversidade (Gelles 1995). Nos nossos dias, a família nuclear está envolvida numa rede de relações e trocas entre parentes, nem sempre directas nem lineares, onde se verificam as actividades de apoio e protecção, que surgem face às necessidades e às opções da família. Estas famílias que têm uma estrutura nuclear, mas que mantêm ligações próximas e estão unidas por uma rede de interacção, ajuda e assistência,

são designadas por Litwak (cit in Gelles, 1995) como "família alargada modificada".

As relações parentais têm, actualmente, uma maior flexibilidade e liberdade, desempenhando a afectividade um papel importante nestas relações.

A ligação entre as diferentes linhas parentais parece ter origem e desenvolver-se através das relações que as mulheres, de uma mesma família, mantêm entre si. A continuidade entre as gerações é mantida pela mulher mais velha, pelo que a relação intergeracional mais próxima tende a envolver a avó materna, as suas filhas e netas.

Hoje a sociologia da família está impregnada do conceito do papel que garanta a cada progenitor obrigações e direitos específicos.

Na sociedade ocidental, o casamento é ainda, não raras vezes, encarado como factor de estabilidade; vem-lhe associada uma imagem de competência pessoal, atribuída aos parceiros. A imagem do casal heterossexual continua a ser apresentada como um valor moral e social, enquanto às situações de celibato, ou de união homossexual, lhes é atribuída, ainda na generalidade, a conotação negativa oposta.

Alguns autores, como Brazelton (1983), consideram que o nascimento do primeiro filho assinala o nascimento da família, com o que não concordamos, por considerarmos que nem só a família típica pode ser considerada um sistema familiar, veja-se as famílias reconstruídas ou as famílias monoparentais, que não seguem o modelo da família típica nuclear.

Actualmente os casais optam por ter filhos mais tarde. O adiamento no tempo, relativamente à decisão de ter filhos, é tanto maior, quanto maior é o grau de instrução da mulher, ou o rendimento económico do marido (Relvas, 1996).

A família, quer seja considerada uma instituição ou um sistema de relações,

constitui o primeiro espaço social do indivíduo. É a partir do colectivo familiar que cada um faz a experiência da sua subjectividade. O campo familiar é o lugar privilegiado de novas transações a partir das quais vão nascer orientações culturais geradoras de uma sociedade.

3 - PERSPECTIVA SISTÉMICA SOBRE O FUNCIONAMENTO PSICOLÓGICO DA FAMÍLIA

Bertalanffy (1968) formulou, na sua Teoria Geral dos Sistemas, um conjunto de princípios válidos para diferentes sistemas.

O paradigma sistémico, fundamentado na teoria geral dos sistemas de Bertalanffy (1968), na cibernética e na teoria da informação, permite-nos compreender o funcionamento psicológico da família em que a compreensão dos fenómenos tem subjacente uma nova dinâmica, que não é causalista, mas circular e sistémica. Segundo este paradigma, "o indivíduo passa a ser considerado como um elemento de um grupo - a família - em que está em interacção emocionalmente intensa com os outros membros do agregado familiar" Gameiro (1992). Esta perspectiva põe em questão o conceito de causa-efeito, verificando-se uma mudança de objecto do sujeito, enquanto indivíduo, para o grupo-sistema família, sendo o indivíduo considerado "como parte de sistemas mais vastos a que se aplica a regra da totalidade; o sistema está para além dos seus elementos constituintes" (Gameiro 1992).

Segundo este paradigma, a família é vista como "uma rede complexa de relações, na qual se passam sentimentos e comportamentos, que não são possíveis de ser pensados como os instrumentos criados pelos estudos dos indivíduos isolados" (Gameiro 1992).

A família é considerada como um sistema em que os indivíduos são os elementos e as relações as interacções que ocorrem no sistema.

O primeiro axioma sistémico, baseado na teoria dos sistemas de Bertalanffy (1968) e na cibernética de Wiener (1948 cit. in Alarcão 2000), que afirma que o todo é mais do que

a soma das partes, está subjacente às primeiras intervenções, segundo o modelo sistémico, que rompendo com o modelo tradicional individual, debruçou a sua atenção sobre a vida familiar, inicialmente em intervenções na esquizofrenia e na delinquência, elegendo como unidade de análise as relações interpessoais. Autores como Bateson, Jackson, Haley e Watzlawick investigaram os processos de comunicação nas famílias com um elemento esquizofrénico.

A perspectiva sistémica permite uma nova abordagem sobre a estrutura familiar. Nesta abordagem, intervêm as estruturas interpessoais e as dinâmicas emocionais, contributo dos seus elementos ou sub-sistemas, a sua dinâmica, de que fazem parte processos como o de individuação e de diferenciação dos elementos da família e de mudanças como adaptação, diferenciação, autonomia e disfunção. A estes processos está subjacente a possibilidade de interacção com outros sistemas circundantes, com que este sistema familiar, com os seus próprios sub-sistemas, interage.

De acordo com esta perspectiva, o sistema familiar é assimilado a uma máquina cibernética. Inicialmente, tendo como referência o modelo de funcionamento dos sistemas abertos, em equilíbrio, as preocupações dos sistémicos incidiram na estabilidade do sistema familiar, mais do que na mudança. O conceito chave à época era o de homeostase.

Segundo a cibernética de primeira ordem, o conceito de homeostase é importante para a compreensão da dinâmica familiar. Este conceito, central na teoria dos sistemas, permite-nos a compreensão de como o sistema mantém a estabilidade, ainda que possa haver mudanças internas e externas ao próprio sistema.

O conceito de homeostase aplicado às famílias é definido como a capacidade que os sistemas têm para se manter em níveis organizativos viáveis para a sua existência. Esta

capacidade do sistema permite-lhe não se destruturar. O conceito de homeostase familiar permite "pensar a família enquanto sistema evolutivo e sistema disfuncionante" (Gameiro 1992).

O sistema troca informação com o circundante, mediante um continuum feedback feito pelos elementos do sistema, o que permite que o processo homeostático seja dinâmico e que o próprio sistema interaja com o exterior, beneficiando dessa interacção.

A possibilidade dos diferentes elementos da família poderem debater entre si, as incursões no meio envolvente, torna-se equilibrante para o próprio microsistema. Podendo a família formar novos níveis homeostáticos, o que aconteceria, mais do que procurar voltar à prévia estabilidade homeostática.

O estudo dos sistemas auto-regulados permitiu compreender o papel da retroacção negativa na redução das perturbações exercidas pelo meio no sistema.

A regulação possibilitada pela retroacção negativa constitui a ideia fundamental da primeira cibernética (Alarcão 2000). A família é, então, considerada como uma realidade objectivável e o seu observador, uma entidade neutra que consegue descortinar as razões do seu disfuncinamento e provocar a mudança necessária para que o sistema possa retomar o seu desenvolvimento, interrompido pela crise.

O princípio da regulação é aplicado ao sistema familiar, preocupando-se os estudiosos em observar a repetição dos comportamentos (redundâncias), as regras que conduzem à estabilidade do sistema e os comportamentos que provocam instabilidade e crise.

O "feedback" do sistema foi igualmente muito valorizado, quer enquanto negativo, responsável pela reintrodução no sistema da informação auto-correctiva que conduz à

estabilização do sistema, quer enquanto positivo responsável pelo desenvolvimento de um conjunto de modificações que conduzem o sistema à sua transformação. A retroacção ("feedback") é outra propriedade do sistema que refere não ser o comportamento de um elemento suficiente para explicar o comportamento de outro e vice-versa. Distinguem-se dois tipos de retroacção: negativa e positiva. A retroacção negativa constitui um mecanismo de regulação que permite, de forma auto-correctiva, manter o sistema estável, corrigindo os efeitos de factores, internos ou externos ao sistema, que poderiam modificar o seu equilíbrio. A retroacção positiva constitui um mecanismo que possibilita ao sistema o crescimento e a criatividade, ou seja uma mudança qualitativa, que lhe permite atingir um nível superior de complexidade.

A utilização da retroacção negativa ou positiva decorre das necessidades do sistema familiar e a sua utilidade advem-lhe daí. O feedback é o mecanismo essencial para que as famílias possam fazer ajustamentos. Normalmente, a comunicação que a família estabelece tem um forte contributo para aquele mecanismo. A introdução do mecanismo de feedback no sistema pode permitir-lhe a sua expansão através de condutas adaptativas, ou torná-lo caótico, mediante a assunção de determinado comportamento. O feedback negativo reduz o potencial de mudança; pelo contrário, o feedback positivo possibilita uma rápida mudança no sistema. O primeiro mantém o equilíbrio do sistema e o segundo constitui um fac[illegible] de mudança, como já foi explicitado.

É importante a forma como a família utiliza estes dois tipos de feedback permitindo-os funcionar como mecanismo auto-corrector, que, por sua vez, possibilita ao sistema familiar a estabilidade com capacidade para a mudança.

Na adolescência é importante que os progenitores assumam novas estratégias

parentais face ao momento do ciclo de vida familiar. O feedback dos filhos é, seguramente, um contributo importante, na fase de adaptação à mudança, já que esta é uma fase em que a morfogénese [3] do sistema, ou seja as mudanças que ocorrem naquele, é especialmente intensa, dadas as novas situações, que nesta fase se colocam ao sistema familiar.

Ao sistema é fundamental integrar a informação recebida do exterior (feedback), corrigindo, assim, os desvios e permitindo o retorno à estabilidade. Neste sentido, o sintoma é entendido como um alarme do sistema, ou seja, o sintoma é visto como um sinal de disfuncionamento de todo o sistema e como uma forma de o sistema comunicar com elementos internos e exteriores.

A enfase da análise familiar é colocada nas comunicações intra-familiares, das quais se infere as relações que se estabelecem no sistema. Isto permite compreender que as famílias doentes, não aceitando a informação transmitida pelo "feedback" positivo, rigidifiquem o seu funcionamento homeostático e não reencontrem a estabilidade funcional.

Esta rigidificação conduz a uma estabilidade excessiva que ameaça a integridade do sistema que não consegue senão operar pequenos ajustamentos, que por vezes se revelam ineficazes face às transformações exigidas.

Nas famílias com adolescentes isto é ainda mais notório, dado que se verificam imensas mudanças nos elementos adolescentes que, por sua vez, requerem mudanças no próprio sistema. Face a determinadas crises que ocorrem no sistema, torna-se necessária uma mudança na estrutura do sistema. Esta crise exige o movimento de morfogénese, para fazer face à rigidificação do funcionamento homeostático que se verificou no sistema.

Ao sistema familiar é, assim, exigida a mudança face às necessidades que se

[3] É através da morfogénese que se verifica uma mudança gradual de estrutura da família

colocam pelas mudanças dos sub-sistemas adolescentes, e, em simultâneo, a manutenção do próprio sistema para que este não esteja ameaçado.

Nesta linha de pensamento, Minuchin (1974) considera a existência de um sistema filial, em cada sistema familiar. O autor introduz o conceito de limite dos sub-sistemas da família, que aparece relacionado com as tipologias familiares, descritas, nomeadamente, por Olson e col. (1985).

Para Minuchin (1974), quando os limites geracionais não são bem definidos a família é disfuncional. Consoante os limites, mais ou menos difusos, entre os membros da família, assim os sistemas familiares podem ser considerados aglutinados ou desagregados. Neste último caso, as famílias apresentam os limites muito marcados, não se permitindo trocas afectivas. A família considerada com um funcionamento "normal" teria limites claros, mas permeáveis, que permitiriam o contacto entre os subsistemas, mantendo a individualização.

As alianças e coligações entre os subsistemas da família permite uma análise transgeracional, com contributos válidos para o estudo da dinâmica familiar ao longo de gerações, ainda que com vivências distintas no tempo e no espaço.

Na primeira cibernética, a família era considerada como um sistema que, sujeito a perturbação, modificava, mediante um conjunto de retroacções negativas, as suas condições no sentido de as tornar semelhantes à sua condição inicial.

Enquanto o que se pretendia, na primeira cibernética, era descrever o sistema, a cibernética de segunda ordem procura, para além de descrever os sistemas, descrever também aqueles que os descrevem, atendendo a que não há um observado sem um observador e de que o resultado da observação é sempre uma construção que resulta da

interacção recursiva entre o que observa e o que é observado (Foerster, 1996 cit. in Alarcão 2000).

Maruyama (1968 cit. in Alarcão 2000) considera que no campo da cibernética existem diferenças entre sistemas vivos e sistemas não vivos. Nos sistemas não vivos predomina o funcionamento produzido mediante retroacções negativas (morfostase) e nos sistemas vivos predomina o funcionamento em que as retroacções positivas (morfogénese) predominam sobre as retroacções negativas. Assim, nas famílias a morfogénese é uma condição necessária ao seu desenvolvimento.

Com a segunda cibernética, as retroacções negativas deixam de estar em primeiro plano, e os investigadores interessam-se mais pela interacção entre retroacções negativas e positivas e em que medida os sistemas apresentam maior tendência para a morfostase ou para a morfogénese.

De acordo com o momento de morfostase ou morfogénese que o sistema vive, o acontecimento que ocorre terá um impacto diferente para o sistema familiar.

Prigogine (cit. in Gameiro 1992) viria explicar a imprevisibilidade da direcção da mudança nos sistemas. Para o autor, nos sistemas afastados do equilíbrio não existe uma única trajectória possível para a evolução desse mesmo sistema. O período caótico em que o sistema pode entrar, poderá permitir-lhe desenvolver novas estruturas (dissipativas), constituindo o caos não apenas desordem, mas a possibilidade de criar uma nova ordem. O desequilíbrio é, assim, entendido como parte de um processo de complexificação.

Veja-se que no caso dos adolescentes institucionalizados, as suas famílias manifestam uma capacidade de adaptação invulgar, daí, eventualmente, a excessiva banalização das regras, o que vem seguramente colidir com a capacidade homeostática e de

transformação do sistema. É como se nestas famílias não se verificassem os mecanismos de retroacção negativa, que servem para atenuar as repercussões da mudança, mantendo a homeostasia, mesmo face às mudanças. Ou pelo contrário, os mecanismos de retroacção positiva estariam de tal forma actuantes, que funcionando como anti-homeostáticos, levariam à degradação do sistema. O equilíbrio do sistema não seria susceptível de elaborar sobre tantas e tão aprofundadas mudanças, como as que se verificam nestas famílias, pelo que o conceito de homeostase seria insuficiente para explicar o funcionamento destas famílias.

A ideia de Prigogine, cit. por Gameiro (1992), de que nos estados afastados do equilíbrio a evolução de um sistema não está ligada a uma lei geral, mas às propriedades intrínsecas deste sistema, como a natureza das interacções entre os seus elementos, seria, com facilidade, aplicada a estas famílias, e parece-nos fazer sentido. Nestas famílias, a tendência à mudança é manifestamente mais acentuada que a tendência à manutenção. O equilíbrio homeostático resultante destas duas tendências pende para a tendência à mudança.

Andolfi e col. (1981) consideram as famílias que desenvolvem patologia psiquiátrica, rígidas. Para os autores, as outras famílias teriam capacidade para se adaptarem a novas situações e criarem novas regras de funcionamento, que permitem ultrapassar os seus problemas. De salientar, que os estudos que levaram os autores a esta conclusão são feitos com pacientes esquizofrénicos, pelo que a extrapolação desta ideia para amostras com outro tipo de patologias, nomeadamente de perturbações do comportamento, pode ser questionável.

Alguma patologia manifestada pelos diferentes elementos da família ocorre em

fases do ciclo vital em que é exigido ao sistema uma maior plasticidade adaptativa que não leve à ruptura. O sistema do elemento familiar entra em disfunção, daí que o sujeito seja portador de alguns sintomas que constituem um alerta.

Enquanto que na cibernética de primeira ordem, a história do sistema não era valorizada, e o que constituía matéria de observação eram as interacções presentes, ou seja o aqui e agora de cada contexto, na cibernética de segunda ordem, ou cibernética dos sistemas observantes, a dimensão histórica do sistema é tomada em consideração, assim como a dimensão individual dos seus componentes, a ideia de singularidade e de auto-organização.

Enquanto na primeira cibernética, de forma reducionista, a família era considerada como uma caixa negra, um sistema em que as entradas e saídas de informação são estudadas enquanto comportamentos-comunicação, sem que o funcionamento intra-psiquíco do indivíduo tenha que ser equacionado para que o sintoma possa ser compreendido, a cibernética de segunda ordem mostra que a evolução do sistema familiar se faz em espiral e não por um processo linear.

Nesta fase de desenvolvimento da teoria sistémica aplicada às famílias, o conceito de organização é definido como a totalidade das relações que definem o sistema e determinam a dinâmica das interacções e das transformações que ocorrem. O conceito de estrutura é, por seu turno, definido como a totalidade das relações efectivas que mantêm os componentes que integram o sistema. Estes conceitos tornam-se determinantes na explicação do sistema com capacidades para mudar, mantendo a estabilidade e a sua organização e transformando a sua estrutura.

A organização garante solidez e durabilidade às inter-relações no sistema. Ao criar

unidade a partir da diversidade dos diferentes elementos do sistema, cria ordem onde há desordem e origina a tendência para uma rápida desordem (entropia). Os sistemas familiares, como sistemas auto-organizados, são capazes de captar a desordem, de a utilizar sem se destruirem, de se reorganizarem (neguentropia) e de se alimentarem dela, criando a ordem necessária à sua sobrevivência (Alarcão 2000).

A família é um sistema auto-organizado, onde se produzem transformações estruturais, mantendo o sistema a sua organização. Quando esta organização é ameaçada surgem as crises no sistema.

A interacção do sistema com o seu meio é extremamente importante para que ele possa auto-organizar-se. A capacidade de autonomia do sistema é igualmente importante, porque um sistema autónomo possui uma forte determinação interna.

Na relação entre pais e filhos, as emoções e cognições individuais representam um sub-sistema que constitui uma parte muito importante nas relações interpessoais que se estabelecem, facilitando ou dificultando as interacções entre os diferentes elementos da família. Neste primeiro nível do microsistema (Bronfenbrenner, 1979), o nível das relações de interacção dos elementos da família torna-se primordial. Se, por um lado, o contexto não pode ser desprezado na análise e avaliação dos processos familiares, as dinâmicas individuais, por seu turno, não podem ser negligenciadas, porque também elas constituem um sub-sistema do sistema familiar. Numa perspectiva sistémica, o indivíduo interagindo com o sistema produz nele acção, que, por sua vez, vem regular as suas próprias acções futuras, ou seja o seu comportamento.

A família faz parte dum sistema mais alargado, mesosistema, que é constituído pela sociedade e por todos os símbolos culturais como a língua, a arte e a religião (Bertalanffy,

1968). A família, tal como o indivíduo, não pode ser dissociada da rede social em que se encontra inserida. Para Bronfenbrenner (1979), este nível refere as interacções entre os vários sistemas, tais como a família, o local de trabalho, a escola, o grupo de pares, a vizinhança.

Do ponto de vista ecosistémico, o comportamento de qualquer indivíduo da família, para ser compreendido, deverá ser considerado de acordo com os vários níveis do sistema relacional proposto por Bronfenbrenner (1979), a saber: microsistema, mesosistema, já explicitados anteriormente, ecosistema que pressupõe um funcionamento a um nível de relação com as instituições da sociedade e um quarto nível, o macrosistema, também já assinalado, e que corresponde a um sistema de símbolos, em que o comportamento é influenciado por valores e expectativas sociais.

O sistema parental, sendo os pais parte integrante do processo de evolução dos filhos, deve funcionar, para a criança e para o adolescente, como agente de mudança. Sendo parte do processo de mudança dos filhos, deverão os pais acompanhar este processo, mudando também eles. O processo de mudança deve, assim, permitir ao sistema parental a adaptação à evolução, nomeadamente na aplicação de regras, que têm forçosamente que ser diferentes para uma criança de cinco anos e para um adolescente de quinze anos. Enquanto que no primeiro caso, o sistema parental tem um funcionamento de primeira ordem, no segundo exige-se um funcionamento do sistema de segunda ordem (Roberts, 1994).

O conceito de práticas parentais de segunda ordem introduz uma terceira dimensão naquelas práticas; para além da alimentação, educação e controlo, introduz a interactividade, dimensão ecológica do processo e que sugere que as alterações no sistema, que se verificam na própria criança, na sua evolução para a adolescência, pressupõem

também a evolução do sistema parental, como já assinalámos.

Quando o padrão parental se mantém na primeira ordem, não respeitando e acompanhando a evolução do sistema, surgem os conflitos entre o sistema parental e o sistema filial.

Assim, segundo esta perspectiva, a focalização no próprio adolescente das causas do seu comportamento anti-social, deixa de fazer sentido, sendo analisada em função do sistema com que o adolescente interage, possibilitando que o comportamento do adolescente seja analisado em função da interacção que este estabelece com o sistema, enfatizando a individualidade no contexto.

Esta focalização numa causalidade circular, reforça e enfatiza o padrão parental de segunda ordem, sem que seja atribuída uma culpabilidade pelos comportamentos anti-sociais da criança ou do adolescente, quer a este quer aos progenitores. Por outro lado, coloca a tónica na mudança do sistema. O comportamento do adolescente não pode alterar-se, se o sistema em que está inserido não se alterar, porque o seu comportamento é resultante das suas motivações individuais em interacção com o sistema O sistema parental, como parte integrante do padrão de interacção pais/filhos, deverá aceitar as responsabilidades que lhe cabem no processo, mudando se for caso disso.

A segunda ordem de funcionamento permitirá alterar o balanço homeostático na família, resultando num novo estádio de desenvolvimento familiar.

Para Sampaio (1985), do ponto de vista sistémico, a delinquência é considerada um sistema que funciona como regulador da homeostase familiar. É na qualidade da relação e da comunicação entre os membros do sistema familiar que deve ser encontrada a compreensão da delinquência.

O sistema familiar não pode subsistir se os seus subsistemas, independentemente da interacção que estabeleçam com outros sistemas, não mantiverem uma interacção equilibrante, no seio do próprio sistema familiar. A organização familiar resulta desta interacção, e é o que permite ao sistema família manter-se enquanto sistema autónomo, pois "a família está organizada para manter a organização que a define como família" Keeney (1983) cit. por Gameiro (1992). O que, com alguma frequência, acontece nas famílias, é que esta organização não se mantem, o que implica a sua inexistência enquanto funcionamento familiar, embora em termos sócio-legais ela possa manter-se como família. Ou melhor dizendo, a forma de manter a sua organização, o que passa pela capacidade de adaptabilidade, face às mudanças constantes da estrutura, faz com que o sistema se reorganize sem que continue a ser um sistema familiar, segundo a acepção que é atribuída ao termo família.

Aos comportamentos anti-sociais em adolescentes, segundo esta perspectiva, ser-lhes-ía atribuída uma maior complexidade que aquela que focaliza a problemática na díade mãe/criança ou pai/criança, já que o desenvolvimento infantil ou adolescente, ou mesmo no adulto, é feito através do ciclo de vida familiar, onde encontramos aspectos biológicos individuais, padrões de interacção familiar (microsistema), e o contexto social mais alargado (mesosistema), que constituem a rede social (ecosistema).

Naqueles adolescentes, o macrosistema, sistema de símbolos em que o comportamento é bastante influenciado pelo reconhecimento dos valores e expectativas culturais (Bertalanffy, 1968), estaria comprometido.

Tendo a família subjacente um conceito de causalidade circular, e não um conceito linear, é vista como um sistema, com um conjunto de subsistemas, que consoante o tipo de

família, interagem mais ou menos adequadamente, entre si, e com o exterior.

Neste sentido, o comportamento anti-social do adolescente é reflexo de uma série de causas, que estão interrelacionadas e não apenas de uma causa. Por outro lado, as condutas parentais, por muito semelhantes que possam ser, encontram nos seus interlocutores, os filhos, diferentes aptidões de elaboração. Assim, idêntico comportamento por parte dos pais pode ter repercussões bastante diferentes e em nada idênticas. Por exemplo, pais com condutas parentais muito rígidas podem despoletar nos filhos agressividade ou submissão, porque a relação que se estabelece, primeiro na díade e depois numa interacção triangular, está em constante interacção com o contexto, produzindo e sofrendo alterações desse próprio contexto. Por seu turno, o próprio triângulo pode não estar limitado a três pessoas, mas incluir muitas pessoas no vértice do sistema (Nichols,1984). Não raras vezes, um professor e o grupo de pares estão com o adolescente no terceiro vértice, enquanto o pai e a mãe estão nos outros dois.

4 - A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO FAMILIAR

É a organização familiar que permite ao sistema a interacção com os outros sistemas. O conceito de sistema aberto/fechado pressupõe que o funcionamento do sistema está condicionado pela sua permeabilidade às interacções externas, que podem condicionar a organização interna do sistema. Deste conceito passa-se ao conceito de auto-organização, em que o próprio sistema familiar introduz mudanças internas, em simultâneo e resultantes das interacções que o sistema tem com outros sistemas, ou resultantes da acção provocada pelos próprios sub-sistemas do sistema, quando interagindo com outros subsistemas e sistemas.

Assim, a estruturação dos comportamentos dos elementos do sistema familiar vai-se adequando às próprias mudanças do contexto com que os próprios elementos vão interagindo, sem que o sistema possa ser considerado uma estrutura interactiva estática, mas como um sistema que selecciona, do meio envolvente, aquilo que lhe é adequado, de acordo com a sua história, os seus mitos e as suas regras de funcionamento.

A adolescência é caracterizada pela maturidade física e sexual e pela crise de identidade (Erikson 1972). A procura de uma identidade é, não raras vezes, uma experiência penosa para os adolescentes. Nesta fase, é-lhes pedido que façam opções em áreas tão diferentes como as convenções sociais, a escolha de uma carreira profissional, ou na religião, na ética e na moral. Um tão grande número de factores tem forçosamente que gerar uma crise na procura de identidade do sujeito, que já de si está abalada pela própria

crise de auto-imagem, que nesta fase da adolescência se vive e que, por sua vez, resulta das abruptas mudanças físicas e dos requisitos para determinados desempenhos, que põem à prova as competências cognitivas.

A superprotecção patente em determinadas famílias pode ser exercida quer pela mãe, quer pelo pai, ou mesmo pelos avós ou outros familiares, criando profundas dificuldades emocionais no adolescente. Há famílias onde é feito um investimento enorme em tempo e dinheiro com os adolescentes, não se preocupando os progenitores, minimamente, com a socialização e com as relações com o mundo exterior, o que vem seguramente dificultar a autonomia destes adolescentes.

A autonomia da família permite, com maior facilidade, a estruturação duma personalidade mais harmoniosa. Os adolescentes necessitam de espaço e compreensão para poderem estruturar a sua própria autonomia. Na fase de adolescência, quando concretizam as operações formais (Piaget 1950), é-lhes permitida a diferenciação, que lhes abre caminho à compreensão da perspectiva do outro, normalmente dos progenitores, e à aceitação de que as perspectivas destes possam ser diferentes das suas, sem que com isso se sintam rejeitados ou sequer incompreendidos pelo progenitores. Os adolescentes que foram progressivamente fazendo o movimento de autonomização, afastando-se dos pais, puderam elaborar sobre esta separação, estruturando assim o self. Todavia, alguns adolescentes são forçados à separação, ou a várias separações, durante o ciclo de vida. Este continuum de separações tem como resultado, por norma, a estruturação de condutas patológicas que o adolescente manifesta.

Os adolescentes que se sentem rejeitados ou abandonados pelos seus progenitores, desenvolvem baixa auto-estima e sofrem de depressão. Para Bowen (1978), permanecer em

contacto com a família de origem é essencial. Para que isto possa acontecer, na adolescência, a família precisa flexibilizar os seus laços, permitindo ao adolescente desvincular-se e estruturar um grau de independência que lhe facilite a autonomia.

A proximidade dos pais é, na adolescência, um factor de estabilização. É vulgar a família com pais separados não ter uma prática de "supervisão" do quotidiano do jovem, pelo menos com uma certa coerência; daí que possa vir a encontrar-se uma estreita relação entre dissociação familiar e delinquência. Contudo, esta relação reside mais na própria relação interpessoal que se estabelece entre os elementos da família. A qualidade das relações interpessoais familiares, não é apanágio das famílias constituídas por pai, mãe e filhos. Podemos encontrar relações com muito maior qualidade em famílias monoparentais.

A possibilidade de identificação que o jovem possa ter aos seus progenitores, vivendo ou não com eles, é quanto a nós fundamental. A identificação afectiva, ou a dificuldade que o jovem possa encontrar neste processo, pode prevenir ou contribuir para o processo de instauração da trajectória delinquente. A ideia de que os pais não se preocupam com o bem estar dos filhos, conduz, por vezes, os jovens a fazerem menos esforços para os imitar, ou para os respeitar. A indiferença dos pais, sentida como hostilidade pelos jovens, sentimento que é transmitido por estes, como se os pais não se preocupassem com eles, dificulta a identificação dos jovens aos seus progenitores.

Assim, as poucas referências identificatórias do jovem levam-no a ter maior facilidade em actuar, em actos de delinquência. É como se os laços relacionais se tornassem tão fracos, que não há imagens, representações de identificação, que inibam o jovem. É como se nada houvesse a perder. As referências perderam-se com o diluir das imagens representativas.

Segundo Minuchin (1982) "a estrutura familiar é o conjunto invisível de exigências funcionais, que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem. Uma família é um sistema que opera através de padrões transaccionais. Transacções repetidas estabelecem padrões de como, quando e com quem se relacionar e estes padrões reforçam o sistema." Neste sentido, o comportamento anti-social, especialmente nas formas mais gravosas, nomeadamente na delinquência, parece manter-se estável (ser transferido, segundo a perspectiva transgeracional) ao longo de gerações. Estaríamos assim perante um problema transgeracional. A não ser que haja interferências extra familiares, as mensagens familiares (parentais) são perpetuadas ao longo de gerações. O temperamento dos pais e a sua proficiência nas relações interpessoais é um factor determinante nas perturbações que possam vir a instalar-se nos seus filhos.

Dos sistemas com que o adolescente interage no quotidiano, a família é o mais importante. Assim, as transacções familiares assumem um papel crucial no desenvolvimento e na manutenção da delinquência, não só na família nuclear, mas ao longo de gerações.

Os comportamentos delinquentes na adolescência são manifestações face ao "défice" na representação que os jovens têm dos seus progenitores. As atitudes, os valores, os sistemas de crenças e os comportamentos que deles decorrem são aprendidos no contexto familiar ou seu substituto. A escola não pode nem deve substituir-se nesta representação.

A aquisição dum comportamento delinquente decorre de um processo de aprendizagem inadequado, que teve lugar na família. Este processo de aprendizagem da delinquência vem, normalmente, associado a factores como: família desorganizada,

destruturada, progenitores ausentes, ou com dificuldades no exercício das suas funções como progenitores. Estas dificuldades no exercício das funções como progenitores ocorrem por motivos diversos, como por exemplo o divórcio, inadequada supervisão parental, actuações parentais com pouca sintonia entre os dois progenitores, entre outros.

Para que ocorram em determinado momento os actos delinquentes, é necessário que se verifique a convergência de uma série de cadeias causais. Assim, em determinadas circunstâncias pode ocorrer um acto delinquente. Contudo, um adolescente pode estar exposto às circunstâncias que podem determinar o acto delinquente e não o cometer. O compromisso, assim como a ligação aos outros, especialmente aos progenitores, a crença na validade moral e nas regras, limita as oportunidades de cometer actos delinquentes. Se o adolescente respeita os seus progenitores e os adultos em geral, aceitará as suas regras. Até porque a ligação afectiva produz conformidade.

A ligação afectiva a um objecto exterior é fundamental na promoção do comportamento moral. Contudo, há objectos de amor mais significativos que outros. Os progenitores são objectos de uma ligação afectiva muito forte, que podem, por isso, provocar uma maior insatisfação, caso não preencham as expectativas do sujeito.

As regras familiares clarificam e regulam as interacções familiares e passam de geração em geração. Definem a proximidade e a distância entre os membros da família (Burr, Day & Bahr, 1993), e assim se vai estruturando a rede familiar, essencial ao equilíbrio do sistema.

As fronteiras familiares físicas e emocionais permitem distinguir a individualidade na família e regulam os contactos estabelecidos entre os elementos da família. O sistema emocional, com as suas barreiras, permite a criação de subsistemas no sistema, que incluem

alguns membros e excluem outros (Minuchin, 1974). O subsistema parental refere os deveres e responsabilidades dos pais. O subsistema dos irmãos, por sua vez, refere as relações entre irmãos. As barreiras flexíveis permitem a adaptação e a mudança física, mental e emocional. As barreiras rígidas restringem a adaptação e a mudança, enquanto que as barreiras difusas possibilitam demasiadas mudanças e exigem adaptação.

A forma como os membros da família se posicionam uns em relação aos outros, com maior proximidade ou distância, determina uma configuração que espelha a interacção entre eles e as interacções que são permitidas para fora da família.

O grau de fusão familiar é determinado pela possibilidade que é, ou não, dada aos elementos, de se expandirem para lá das barreiras familiares.

Quando a fusão é muito elevada, o sujeito deixa de ser capaz de se separar do sistema emocional familiar, estabelecendo com ele uma relação simbiótica em que a autonomização não lhe foi possibilitada. Norma geral, a problemática a nível de vinculação está subjacente a estas estruturas familiares. A desvinculação por excesso não é benéfica para os elementos da família, nem lhes permite uma estruturação equilibrada e verdadeiramente diferenciada (Bowen, 1978).

As famílias têm uma estrutura organizada na qual os respectivos membros assumem papéis e responsabilidades, constituindo uma estrutura hierárquica (Haley, 1976). É fundamental que os membros da família interiorizem esta hierarquia, e que se torne compreensível para os diferentes elementos que os pais ocupam uma posição executiva de liderança na família, que os filhos estão numa posição subordinada e que o poder partilhado numa perspectiva de plena igualdade não é benéfico, quer para o microsistema quer para o mesosistema.

É difícil em qualquer sistema familiar uma partilha equitativa de poderes pelo casal. Contudo, seria a situação mais facilitadora para que ambos os progenitores se envolvessem na educação e cuidados dos filhos.

No que diz respeito a determinadas actividades dos filhos, a partilha de poderes dos pais com estes deverá ser progressiva, de acordo com a maturação destes, respeitando as decisões individuais dos filhos.

Farrington (1978) assinalou a importância das relações familiares, que na adolescência levam a uma flexibilização por parte dos pais, e, por sua vez, a uma aproximação e identificação ao grupo de pares, que induz novas experiências, nomeadamente, as de risco. Assim, subjacente ao elevado nível de comportamentos anti-sociais, vem a relativa autonomia dos pais, com a consequente associação ao grupo de pares e a flexibilização nas práticas parentais, que proporcionam o desencadear do processo de desenvolvimento da delinquência.

As famílias com menor tradição cultural e que actuam disciplinarmente através de punição, mais do que comunicando, produzem adolescentes com maior baixa de auto-estima, elevada dificuldade de adaptação e maior índice de problemas com álcool e drogas. São mais alienados e têm objectivos menos claros face ao futuro.

Gordon Parker (1983) concluiu que os sujeitos que apresentam uma patologia depressiva descrevem os seus pais de duas formas distintas: ou pouco carinhosos, ou excessivamente protectores e controladores. O autor considera ainda dois tipos de superprotecção: a coativa e a afectuosa. Esta não aparece associada a perturbações psíquicas, enquanto que a superprotecção coativa é fortemente associada a perturbações psíquicas e a anomalias no desenvolvimento psicossocial. De entre outras manifestações

psicológicas desta superprotecção, de referir a asma e a artrite reumatóide. Parker (1983) refere, ainda, que esta superprotecção coativa é pouco referida pelos adolescentes em relação aos pais e bastante mais em relação às mães.

Segundo Haley (1976), a maioria dos problemas em crianças e adolescentes resulta da situação triangular vivida nalgumas famílias. Para Lewis e col. (1979), a triangulação é apanágio das famílias disfuncionais, nomeadamente em famílias em que o paciente é esquizofrénico ou tem uma perturbação da personalidade.

Para Minunchin (1982), os padrões transaccionais que regulam o comportamento dos membros da família são mantidos por dois sistemas de repressão. O primeiro é genérico, envolvendo as regras universais que governam a organização familiar. O segundo sistema de repressão é idiossincrático envolvendo as expectativas mútuas de membros específicos da família.

A mudança de comportamentos delinquentes, em jovens que beneficiam dos seus comportamentos, é bem mais difícil do que naqueles em que os comportamentos delinquentes não lhes trazem benefícios. Com a permanência dos padrões, o sistema familiar mantem-se a si mesmo. Oferece resistência à mudança, mantendo os padrões e não optando por outros padrões disponíveis. Os desvios que ultrapassam o limiar de tolerância do sistema fazem surgir mecanismos que estabelecem a sua homeostase.

A estrutura familiar deve ser capaz de se adaptar, quando as circunstâncias mudam, respondendo às mudanças internas e externas, flexibilizando o seu padrão, adequando-se às novas exigências, sem perder a continuidade e a matriz que proporcione um esquema de referência para os seus membros.

A existência da família como sistema depende da extensão dos padrões, do acesso a

padrões transaccionais alternativos e da flexibilidade da sua mobilização quando necessário. Por vezes, as famílias não estão preparadas para uma adequação aos novos desafios que o contexto lhes propõe, e, então, a inadequação do sistema é veiculada para o exterior pelo elemento a quem é atribuído o papel de delinquente.

4.1 – ESTRUTURA FAMILIAR

Entre as várias definições de família referimo-nos à de Sampaio (1985) "um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em continua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento, percorrido através de estádios de evolução diversificados".

Gameiro (1992), de forma mais sintetizada, define família como "uma rede complexa de relações e emoções na qual se passam sentimentos e comportamentos que não são possíveis de ser pensados com os instrumentos criados pelo estudo dos indivíduos isolados". E o autor alerta para o facto de a simples descrição dos elementos de uma família não ser suficiente para transmitir a riqueza e complexidade relacional da estrutura familiar.

A perspectiva sistémica adaptou, para o estudo da família, conceitos como sistema, entendido como o conjunto de componentes (objectos) e das relações entre estas componentes e os seus atributos (propriedades das componentes) sendo que estas relações permitem a coesão do sistema. Assim, a família é considerada como um sistema porque é composta por componentes (objectos-indivíduos) e pelos seus respectivos atributos e

relações. Contem sub-sistemas e é contida noutros sistemas, ligados de forma hierarquicamente organizada e possui limites e fronteiras que a distinguem do seu meio.

Qualquer sistema pode ser dividido em sub-sistemas, como por exemplo o individual, o conjugal, o parental e o fraternal.

O sub-sistema individual é composto pelo sujeito, cuja dupla pertença faz com que tenha um estatuto e funções familiares e funções e papéis noutros sistemas.

O sub-sistema conjugal é composto por marido e mulher, tendo como aspectos importantes para o seu funcionamento a complementaridade, a adaptação recíproca e a zona de individualidade.

O sub-sistema parental é constituído pelos progenitores com funções que visam a educação e a protecção dos sub-sistemas (filhos). È na relação sistemas parental/filial que é aprendido o sentido da autoridade, a negociação e a gestão do conflito. É desta interacção que resulta a aprendizagem do sentido de filiação e de pertença à família.

Não é obrigatório que sejam os progenitores a fazer parte desta estrutura, podendo ser substituídos por quem desempenha as suas funções, nomeadamente, avós, tios, padrasto, madrasta.

O sub-sistema fraternal é constituído pelos irmãos e é o lugar privilegiado para a aprendizagem dos papéis que vão ser posteriormente adaptados ao contexto familiar, ao grupo de pares, escola e mundo de trabalho.

O que delimita os sistemas e sub-sistemas são os papéis e funções, as normas e os estatutos ocupados pelos indivíduos. O conhecimento destes limites interaccionais possibilita a cada elemento do sistema, em qualquer momento, saber o que pode esperar de si e dos outros e vice-versa; a dinâmica das relações horizontais e verticais, designada por

hierarquia sistémica, está ligada ao conceito de resiliência individual e familiar e prende-se com a capacidade que as famílias têm de relativizar os factores de risco, daí que algumas famílias portadoras de preditores da delinquência não apresentem no seu sistema familiar elementos delinquentes, enquanto outras que não parecem ser portadoras de factores de risco têm, no seu seio, elementos portadores de delinquência. Ou seja, de acordo com a propriedade da equifinalidade, um mesmo objectivo pode ser atingido a partir de condições iniciais diferentes, podendo a condições idênticas corresponder resultados diferentes e vice-versa, decorrendo das interacções familiares e da etapa do ciclo vital da família.

A família enquanto sistema aberto estabelece trocas com o exterior, recebendo influências do exterior e influenciando-o. O sistema regula a abertura ao exterior através de movimentos centrípetos e centrífugos, conforme as suas necessidades e características. A gestão da informação recebida pressupõe um processo cuja regulação é possibilitada ao sistema familiar, pela sua capacidade de autonomia e de auto-organização. A diferença entre um sistema auto-organizado e um sistema auto-regulado decorre da capacidade de decisão do sistema e não tanto da abertura à informação.

Por organização familiar entende-se o conjunto de relações que constituem a família nos seus componentes básicos, como por exemplo a família de origem, a família nuclear, a história familiar, os mitos e os segredos familiares.

A estrutura da família é o conjunto de relações que se estabelecem em cada fase do ciclo vital, que embora interferindo neste ciclo, não lhe modifica a identidade básica. A estrutura é "a rede invisível de necessidades funcionais que organiza o modo como os membros da família interagem" Minuchin (1974), ou seja a estrutura reflecte o funcionamento dos sub-sistemas no sistema familiar.

Os limites e fronteiras dos sub-sistemas permitem regular a passagem de informação entre a família e o meio e entre os diversos sub-sistemas. Enquanto as regras definem a participação no sub-sistema, os limites protegem a diferenciação do sistema e dos seus membros.

Os padrões transacionais regulam as trocas afectivas, cognitivas e comportamentais dos diferentes membros e especificam os papéis particulares dos elementos do sistema (Minuchin 1974). A não ingerência em cada sub-sistema permite-lhe o desenvolvimento do seu processo de autonomia. Em determinadas famílias, por vezes, os limites são excessivamente rígidos, o que dificulta a comunicação e a compreensão recíprocas. Noutras, os limites são difusos havendo um excesso de permeabilidade que torna difusa a própria diferenciação dos sub-sistemas. Noutros sistemas familiares ainda, e segundo os tipos de limites preconizados por Minuchin (1974), os limites são claros, delimitando o espaço e as funções de cada elemento do sub-sistema, de forma adequada e permitindo a troca de influência entre os sub-sistemas.

Segundo Kennedy (1990), o tipo de estrutura familiar em que uma criança se encontra inserida - família intacta, monoparental ou reconstruída - influencia as relações transgeracionais. O autor (1990) encontrou diferenças significativas entre estudantes de famílias intactas, monoparentais e reconstruídas. Cada uma dessas diferenças parece apoiar a ideia de que famílias monoparentais e reconstruídas vivenciam os avós como estando mais envolvidos e com maior influência na família do que nas famílias intactas. As crianças que ficam sob a custódia das mães, passando a pertencer a uma família monoparental, podem ter mais contactos e relações emocionais mais próximas com os avós maternos do que as crianças que são membros de uma família intacta.

Toman (1987) aborda a influência que a estrutura familiar exerce na personalidade e no comportamento do indivíduo, afirmando que as mudanças nas constelações familiares interferem no sistema relacional familiar. O autor estabelece perfis individuais do tipo, posição na fratria, filho mais velho, irmã mais nova, filho único, a que, por sua vez, correspondem características de aprendizagem relacional, feitas na família, como por exemplo a capacidade de liderança, a competitividade, etc.. De acordo com esta perspectiva, quanto a nós um pouco determinista, é possível prever as capacidades dos sujeitos para o estabelecimento de relações complementares ou simétricas. Embora com as reservas que se colocam, esta perspectiva possibilita-nos alguma reflexão sobre o posicionamento dos diferentes elementos/subsistemas na estrutura familiar.

4.2 - TIPOLOGIA FAMILIAR

Tendo em consideração os limites da família, estas podem ser consideradas, segundo Minuchin (1982), numa tipologia que vai de emaranhada a desmembrada. As famílias emaranhadas, em que os limites são difusos, são dominadas por movimentos centrípetos e pelo mito da unidade familiar. Fecham-se sobre si mesmas, promovendo o intercâmbio entre os diferentes elementos e estabelecendo fronteiras rígidas com o exterior. Os papéis familiares são rígidos, sobressaindo um dos progenitores em detrimento do outro. Existe pouca diferenciação entre os sub-sistemas o que afecta a sua autonomia e capacidade de adaptação, sendo manifestas as dificuldades de separação-individuação dos sub-sistemas.

Estas dificuldades estão por vezes associadas a sintomatologia psicossomática (Alarcão 2000).

As famílias desmembradas apresentam limites e fronteiras rígidos no seu interior e difusas com o exterior. Prevalecem os movimentos centrífugos. A função de protecção da família está diminuída, funcionando os sub-sistemas num registo individualista, em que não existe uma verdadeira autonomia mas antes um "cut-off" emocional (Alarcão 2000). Os papéis parentais são rígidos e instáveis. Nestas famílias, os filhos são precocemente confrontados com as experiências com o exterior, sem que tenham sido adequadamente socializados para tal. A entrada precoce e conflitual dos adolescentes na vida social gera agressividade e comportamentos anti-sociais.

Estes sistemas familiares toleram a grande diversidade nos seus elementos, o que, não raras vezes, é sentido como desinteresse, negligência ou rejeição pelos sub-sistemas.

No termo médio da tipologia familiar proposta por Minuchin (1982), as famílias têm limites claros e não se verificam funcionamemntos tão extremados. Embora possam ocorrer, no seu ciclo vital, períodos de funcionamento de maior emaranhamento ou de maior desmembramento.

Na mesma família podem existir diferentes tipos de limites entre os vários sub-sistemas. De acordo com a tipologia estrutural de Minuchin (1982), não existe uma diferença qualitativa entre famílias funcionais e disfuncionais, sendo importante salientar que o contexto cultural em que o sistema se insere, assim como a sua história familiar, deverão ser tomados em consideração na análise à família. Uma leitura precipitada pode atribuir a um sistema a disfuncionalidade onde ela não existe.

Alguns estudos, nomeadamente o de Olson e col. (1985), levaram à tipificação das

famílias. Os autores avaliaram a coesão e a adaptabilidade das famílias de acordo com o seu modelo circumplexo. Este modelo é estruturado em duas dimensões básicas: coesão e adaptabilidade. A coesão é definida como a ligação emocional que os membros da família têm entre si e o grau de autonomia individual que a pessoa experimenta no sistema familiar. A adaptabilidade refere-se à capacidade do sistema familiar para mudar a estrutura de poder, as regras e os papéis em resposta às crises situacionais ou de desenvolvimento. A partir destas premissas, as famílias são caracterizadas em equilibradas, intermédias e extremas (Curral e col. 1998).

Em função deste modelo, são definidos quatro graus de coesão familiar que variam entre coesão mínima (família desligada) e coesão extrema (família emaranhada). Os dois grupos intermédios, quanto a esta variável, permitem definir famílias separadas e famílias ligadas. Também relativamente à adaptabilidade, são definidos quatro graus variando de adaptabilidade mínima (família rígida) a adaptabilidade máxima (família caótica). Os dois grupos intermédios permitem definir famílias estruturadas e famílias flexíveis. Para cada uma das dimensões referidas, os graus intermédios estarão potencialmente mais de acordo com famílias funcionais, e os graus extremos mais de acordo com famílias disfuncionais.

O tipo de funcionamento familiar, segundo o modelo circumplexo de Olson e colaboradores (1982), tem servido no estudo de famílias de delinquentes, alcoólicos e de outras situações psicopatológicas.

4.3 - OS PAPÉIS NA FAMÍLIA

Os papéis na família resultam da necessidade de atribuir aos elementos que a constituem, tarefas de desenvolvimento familiar, relacionadas com a protecção, crescimento e autonomização dos elementos da família. Estes papéis deverão, tanto quanto possível, adaptar-se ao momento que a família vive, de acordo com o seu ciclo vital e com os seus antecedentes históricos. Esta adaptação permitirá um equilíbrio, que auxilia a evolução e a conservação da família.

Uma família é um grupo social organizado ou governado por um conjunto de regras (Jackson 1965). Parece-nos, pois, fundamental a compreensão dos papéis que os pais desempenham na estrutura familiar e que percepção os jovens têm desses mesmos papéis, e da qualidade do desempenho que os seus progenitores têm dos mesmos. O que é o feminino, o que é o masculino, e por quem e como, esses papéis são desempenhados no contexto familiar.

A imagem do parceiro começa a estruturar-se na família mediante o modelo de intimidade, fornecido pelo subsistema conjugal, de que os pais são os responsáveis, quando a criança tem a possibilidade de viver com eles. A relação entre os pais ou substitutos destes, que foi observada e imaginada pela criança, vai constituir a primeira imagem da relação homem-mulher. A escolha do parceiro que o adolescente fará, está intimamente ligada à imagem do par formado pelos pais ou substitutos.

A relação que se estabelece na fratria vai permitir, por sua vez, que a criança experimente relações de competição, solidariedade, rivalidade, que mais tarde aplicará nas

relações interpessoais.

A partir da imagem de casal dada pelos pais, constrói-se o modelo de relação homem-mulher, enquanto através da vivência relacional na fratria se estrutura o modelo de relação interpessoal, ambos reajustados à posteriori, de acordo com o contexto envolvente.

A fantasia de um casamento ideal, que alguns adolescentes apresentam, nomeadamente em adolescentes institucionalizados, surge como forma de resolução de algumas dificuldades sentidas na família de origem. No caso das raparigas, a procura, através da maternidade prematura, da união com um companheiro, consiste numa tentativa de, com esta nova relação, resolver conflitos antigos com a sua família nuclear. A adolescente inicia um processo de frustração, que por vezes culmina com o abandono do recém-nascido. que até aí tinha funcionado como o objecto pseudo-reparador duma relação não conseguida e que, por isso, deixou uma ferida narcísica.

O modelo parental comporta dois modelos distintos: o maternal e o paternal. A representação que a criança tem do modelo parental é que lhe permitirá compreender as funções maternal e paternal, que não têm obrigatoriamente que ser desempenhadas pelos pais biológicos.

As funções parentais variam com os diferentes tipos de hierarquia familiar: no estilo autoritário, os progenitores desempenham ambos as funções parentais com igual autoridade. Nas famílias ditas saudáveis os papéis são partilhados entre os progenitores e, por vezes, com os filhos, consoante o seu desenvolvimento o permite.

A flexibilidade controlada da partilha de papéis permite um melhor relacionamento familiar. Nas famílias em que as funções parentais são desempenhadas com autoritarismo, não é permitido aos filhos partilharem das decisões, sendo os progenitores quem,

unilateralmente, determina as regras.

Nos antípodas desta postura, encontra-se a outra, em que os progenitores num estilo parental de "laissez-faire", permitem aos filhos que decidam por eles independentemente da matéria em consideração. Esta forma de assumir a falta de controlo sobre os filhos é resultante, por vezes, de uma ideia errada de que a cumplicidade reside no funcionamento ao mesmo nível e no esbatimento da hierarquia; não raras vezes, resultante da projecção do processo inverso das vivências, com as famílias de origem dos progenitores. Neste caso, um circulo vicioso pode desenvolver-se, encontrando-se no seu seio uma criança com um comportamento anti-social, por falha de referências que a orientem e lhe possibilitem a interiorização da hierarquia familiar, a par da compreensão do seu próprio papel no contexto. No caso limite, cabe aos filhos controlar as relações familiares, numa estrutura familiar em que o filho ocupa o lugar de topo da hierarquia; neste caso estão as famílias centradas nos filhos (Bowen 1978).

Na nossa cultura, a mulher tem desempenhado um papel mais activo na função parental, enquanto que ao pai tem sido atribuído um papel de suporte da mãe e de maior controlo (LaRossa 1986).

Esta diferença na assunção de papéis de acordo com o género está intimamente ligada com a socialização dos rapazes e das raparigas. Por isso, uns e outros têm socializações diferentes. Elas são socializadas para acarinharem e educarem as crianças que venham a ter, enquanto que os rapazes são socializados para o desempenho de papéis de controlo. Neste sentido, nas famílias monoparentais, as mães solteiras/sozinhas terão maior dificuldade em exercer o controlo que os pais solteiros/sozinhos, como os estudos de Santrock, Warshak e Elliott (1982) comprovaram. Esta aprendizagem parece, aliás, demorar

algum tempo a ser feita; assim, as mães sozinhas/solteiras que estão nesta condição há dez anos têm maior controlo que as mães que estão sós apenas há um ano. Daí se possa compreender a tarefa facilitada que parece haver em termos da família nuclear que consiste no pai, na mãe e nos filhos. Contudo, este tipo de família constitui hoje em dia apenas 1/4 das famílias (White e Tsui 1986).

Nos anos 60 verificou-se um grande incremento de famílias monoparentais, particularmente entre as minorias americanas. Segundo Furstenberg, Brook-Gunn e Morgan, (1987), as crianças oriundas de famílias monoparentais, quando adolescentes, apresentam mais problemas na escola e relacionados com o consumo de substâncias, que as crianças oriundas de famílias nucleares.

A ausência do pai vem associada à delinquência, pelo peso que o papel do pai tem, como modelo adulto do mesmo sexo, no desenvolvimento psicossocial do rapaz. Embora a mãe encorajando um comportamento masculino, na ausência do pai, possa colmatar esta ausência. A presença do pai parece desempenhar um papel muito importante como fonte de ajuda, quando surgem problemas no seio familiar (Stern, Northmane Slyck, 1984, cit. por Flemimg 1992).

O papel decisório da mãe, no processo de delinquência na adolescência, continua presente em diversos estudos, como por exemplo no de Henggeler e col. (1985) em que concluem que a associação entre delinquência na adolescência e as relações mãe/adolescente é semelhante em diferentes estruturas familiares, ou seja o que sobressairia seria muito mais o papel que a mãe consegue desenvolver e a relação que consegue estabelecer com o adolescente que a estrutura familiar. Em muitas famílias o pai está normalmente ausente, por questões profissionais, e cabe à mãe a gestão duma relação

triangular, em que um dos vértices é ocupado pela imagem que a mãe permitiu/facilitou que a criança idealizasse do pai.

A sociedade ocidental tem aceite, nos últimos anos, que o pai assuma um papel na organização familiar, que lhe permite partilhar com a mãe o papel de reguladora das relações com a criança, que vigorava no modelo matrilinear. Segundo este modelo, a mãe ficava encarregue da criança até à adolescência, altura em que ocorriam os ritos de passagem, que permitiam a separação da díade e a oportunidade da relação com o pai se estreitar.

Johnson (1987) publicou um estudo sobre os papéis do pai e da mãe na delinquência. O autor avaliou as relações entre pais e filhos e o comportamento delinquente auto-revelado, separadamente entre rapazes e raparigas. Os resultados da sua investigação apontam no sentido de que os rapazes apresentam comportamentos delinquentes com maior gravidade que as raparigas. Por outro lado, o autor concluiu que o género do adolescente não está relacionado com a intensidade da vinculação parental, pois ambos, rapazes e raparigas, estão mais próximos da mãe que do pai, embora a proximidade do pai seja um melhor preditor do não envolvimento na delinquência, especialmente entre o sexo masculino.

O papel da interacção na família estudada por Thomson, McLanaham e Curtin (1992), levou-os a concluir que a qualidade de interacção entre os padrastos/madrastas e os filhos "adoptivos" é significativamente menor quer em quantidade, quer em qualidade, que aquela que é estabelecida entre os pais e filhos biológicos. Ou seja, o padrão parental dos pais biológicos e dos pais padrastos é qualitativamente diferente.

A função parental pressupõe a protecção, a educação, a transmissão intergeracional

de regras, dos modelos comunicacionais, mitos e rituais. À família cabe cumprir as tarefas fundamentais, como a prestação dos cuidados que satisfaçam as necessidades físicas e afectivas de cada um dos seus elementos, assegurando a sua protecção e a socialização dos seus membros, permitindo-lhes desempenharem papéis sociais de acordo com os valores vigentes na sociedade a que pertencem, adaptando-se ao contexto e transmitindo a sua própria cultura a outras gerações.

Os marcadores do ciclo vital da família levam a que, por vezes, os avós ou tios, ou outros familiares, desempenhem papéis preponderantes em determinada fase da vida familiar. Nestas fases de crise do ciclo vital, o sistema pode abrir-se ao exterior ou, pelo contrário, fechar-se mais sobre si. Nas famílias mais "saudáveis", estes movimentos que pressupõem uma flexibilidade e adaptabilidade, estão mais presentes. Nas outras famílias, nestas fases, ou abrem-se excessivamente, entrando no caos, ou rigidificam fechando-se excessivamente, entrando em disfuncionamento.

Consoante os subsistemas parental e filial se vão diferenciando, o sistema familiar deverá apresentar uma maior flexibilidade adaptativa. Quando na família os filhos vão atingindo a pré-adolescência é importante que o subsistema parental aceite a contestação e discussão das normas estabelecidas, com limites que permitam ao adolescente uma certa autonomia, a par de um sentimento de pertença e protecção grupal. Se a flexibilidade adaptativa do sistema falha, a disfuncionalidade do sistema emerge, na sintomatologia de um dos elementos do sistema, o que contribui para o disfuncionamento de todo o sistema familiar.

A abertura do sistema familiar ao exterior vai-se sentindo progressivamente conforme o sistema filial se desenvolve, culminando com a adolescência. Esta troca com o

exterior inicia-se com outras famílias que têm filhos na mesma fase de desenvolvimento, quer quando as crianças vão para os infantários, quer quando iniciam a prática de actividades desportivas. Com a abertura do sistema ao exterior e com a entrada da criança noutros sistemas, a família vê-se confrontada com outros valores e outras normas trazidas de outros sistemas, daí que possa haver a necessidade de renegociar as normas vigentes. O sistema, ao fazê-lo, assume a capacidade de adaptabilidade assegurando a própria coesão do sistema e a estabilidade dos seus elementos.

O ciclo de vida, trajectória de vida do indivíduo, tem nesta fase da adolescência uma complexidade, que, por si só, justifica uma preocupação redobrada por parte de todos os elementos do sistema familiar.

5 - INFLUÊNCIAS FAMILIARES NA TRAJECTÓRIA DELINQUENTE

Os estudos sobre família e delinquência remontam a Goddard (1912, 1914), quando pretendeu estabelecer uma conexão entre hereditariedade e crime, usando o método da árvore familiar, com pouca credibilidade científica.

A importância do papel da família na criminologia foi estudada nomeadamente por autores como Rutter et Giller (1983), que concluíram da existência de uma série de variáveis familiares que, cumulativamente, vêm associadas à delinquência juvenil, como a ausência do pai, a hostilidade da mãe, a ausência de vigilância, a incompreensão e a dependência económica.

As raízes da delinquência nas famílias disfuncionais podem ser observadas ainda na infância do sujeito. As interacções nestas famílias induzem uma incompetência a nível da socialização, que, por sua vez, afecta o funcionamento da criança e reforça o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais. Estas crianças demonstram uma aptidão especial para serem rejeitadas pelos seus professores e pares e a serem associadas a outras crianças delinquentes.

Anolik (1983 cit. in Flemig 1992) considera duas variáveis no desenvolvimento do comportamento anti-social: a socialização inadequada da família e condições ambientais exteriores ao contexto familiar, que viriam reforçar o comportamento delinquente. Esta perspectiva psicossocial, embora não ignore os factores biológicos, centra-se nas relações

familiares que propiciam a delinquência. O autor considera que seria "a combinação das predisposições biológicas e a exposição a relações mal adaptadas dentro e fora de casa que potenciam as tendências biológicas da delinquência". O autor considera, fazendo alusão aos estudos de Schwartz (1979, cit. in Fleming 1992), que, em certa medida, os traços herdados de personalidade podem ser alterados por práticas parentais.

Vários estudos foram efectuados com gémeos, embora com resultados pouco credíveis, ou porque as amostras não são significativas ou porque os factores do meio não foram devidamente controlados. Dalgard e Kringlen (1978) investigaram, mais recentemente, gémeos no contexto de investigação em delinquência e concluíram que a relação entre gémeos e criminalidade não se verifica.

Sampaio (1985) considera que os estudos sobre as famílias de adolescentes delinquentes, que eram influenciados pelo pensamento psicanalítico, sofreram alterações significativas, verificando-se actualmente uma maior influência das teorias sistémicas familiares. O sintoma delinquencial pode ser entendido como tendo uma função familiar, nomeadamente, na gestão das relações entre a família e a sociedade e como mobilizador de recursos. Ou pode funcionar como um ponto de confluência de crises, como por exemplo a crise da adolescência, a crise da meia-idade dos pais, a crise de desmembramento do casal, ou a crise pelo aparecimento de uma doença ou por morte de um familiar, que por serem simultâneas fragilizam a capacidade da família em reorganizar-se, amplificando as interacções em torno do comportamento delinquente.

A família tem necessidade de reequacionar a regulação que faz das distâncias relacionais, redefinindo as fronteiras entre indivíduos e entre gerações, o sistema de alianças e de coligações.

Para além de determinadas características familiares, consideradas por diferentes autores como associadas ás famílias com filhos delinquentes, existem uma série de variáveis que foram correlacionadas com o aparecimento e o nível de delinquência nas famílias. Entre estas estão a estrutura e tipologia da família, as práticas parentais, os padrões de comunicação e a estrutura sócio-económica.

5.1 - ESTRUTURA DA FAMÍLIA

Glueck e Glueck (1962) consideraram a coesão familiar e o estilo de disciplina parental como preditores dos comportamentos delinquentes na adolescência.

Dornbusch e col. (1985) estudaram a associação entre lares desfeitos e o comportamento anti-social na adolescência, analisando as associações na estrutura familiar, as decisões tomadas sobre o comportamento do adolescente (se eram tomadas pelo progenitores ou pelo adolescente) e o comportamento desviante do adolescente, tendo concluído que os adolescentes que vivem sózinhos com a mãe evidenciam mais comportamentos desviantes e tomam mais decisões sem a ajuda dos pais que os adolescentes que vivem com os dois progenitores.

Segundo Wells e Rankin (1986), alguns estudos que associam lares desfeitos e delinquência não tomaram em consideração variáveis tão importantes como o tipo de família desfeita, ou seja qual o elemento da família que está ausente, se a mãe, se o pai, ou se há adopção. Por vezes, há dados que também não são tomados em consideração, como a

razão para a ausência do pai ou da mãe, como seja divórcio, motivos profissionais, encarceramento, etc., assim como a qualidade e quantidade do contacto estabelecido com o progenitor, a quem não foi atribuída a custódia. Assim, consideram os autores que, face a estas limitações metodológicas, é preciso analisar com cuidado algumas das conclusões obtidas.

Geismar e Wood (1986) concluíram que a associação entre lares desfeitos e delinquência é atenuada quando são utilizadas medidas de auto-relato sobre delinquência e quando em simultâneo, a classe social é controlada.

Nesta linha de pensamento, encontra-se Farnworth (1984), que conclui não haver associação entre famílias desfeitas e delinquência.

Já Canter (1982) e Gove & Crutchfield (1982) vão no sentido contrário e concluem das suas investigações, que o auto-relato do comportamento delinquente vem associado a famílias desfeitas, embora de forma ligeira.

Investigadores como Steinberg e Silverberg (1986) sugerem que esta associação é produto das características funcionais das relações familiares, tais como a autonomia da adolescência e as estratégias de controlo parental.

Steinberg (1987) concluiu, por seu turno, que os adolescentes que vivem só com a mãe e com o padrasto são mais susceptíveis às pressões negativas do grupo de pares e implicam-se com mais facilidade em comportamentos desviantes que os adolescentes que vivem em famílias cuja estrutura tem os dois progenitores.

O processo de adesão aos comportamentos delinquentes estaria relacionado com a maior autonomia, menor envolvimento com os progenitores e maior susceptibilidade à pressão do grupo de pares. Daí que a ausência de um progenitor seja também associada à

delinquência. Sendo que, as crianças criadas em famílias monoparentais apresentariam maiores possibilidades que as outras, de cometerem delitos.

A estrutura familiar influencia os comportamentos dos adolescentes, nomeadamente na idade em que saem de casa. Aquilino (1991) concluiu que as crianças que crescem em famílias reconstruídas, especialmente no caso das raparigas, tornam-se mais susceptíveis à saída precoce de casa. O mesmo acontece no caso das famílias em que ocorreu um divórcio, verificando-se neste caso mais a saída precoce dos rapazes que das raparigas. Assim Aquilino (1991) estabelece uma correlação entre a saída precoce de casa e a vivência afastada de um dos progenitores, durante a infância. Esta preditibilidade é, segundo o autor, válida para famílias com estrato sócio-económico baixo. De salientar que esta preditibilidade não é constatada pelo autor para casos em que a criança sempre viveu numa família monoparental.

Outras variáveis estudadas (Bianchi, 1987), que influenciam o "timing" de saída dos adolescentes de casa dos pais, são o nível educacional dos pais e a ordem de nascimento, ou seja, o lugar na fratria. Ainda segundo o autor, na generalidade as raparigas saem de casa mais cedo que os rapazes.

Com a aceleração do processo de emancipação familiar, a emancipação progressiva dos adolescentes das suas famílias é cada vez mais notória. Os jovens passam pouco tempo com os pais, situação esta que marca o declínio duma das formas mais elementares do controlo social dos jovens, que é a simples proximidade física dos adultos.

No final da adolescência, a casa da família, em certas famílias, funciona como o hotel, onde se vai para dormir e satisfazer outras necessidades básicas. Se para alguns adolescentes estas vivências podem constituir um bom início dum adequado processo de

autonomização, em casos específicos, em que já se delineia um percurso desviante, se aquela situação se mantiver, a autonomia em excesso pode constituir o início duma trajectória delinquente.

No pólo oposto a este tipo de dinâmica familiar estão as famílias em que a superproteção é manifestada através do controlo, da intrusão sistemática, do encorajamento à dependência, e da sistemática exclusão de influências do exterior. A superprotecção tem como consequências, a longo termo, as dificuldades de socialização, a ansiedade, a depressão, a passividade, patologias relacionadas com a auto-estima, sentimentos de inferioridade, dificuldades em assumir uma existência autónoma e a agressão.

Alarcão (2000) chama a atenção para a instabilidade, permanente mudança e caos organizativo que existe nas famílias com adolescentes delinquentes. Nestas famílias as regras são inconsistentes, pouco claras, versáteis e passíveis de serem mudadas e impostas. Ainda segundo a autora, estes sistemas familiares caracterizam-se por uma excessiva abertura e por uma orientação claramente centrífuga, ou seja, os comportamentos agidos tomam o lugar da palavra, dado que a metacomunicação não é possível no contexto familiar. Se por um lado, nestes casos a família cria condições para a expulsão precoce de um elemento, o comportamento delinquente do adolescente força a reaproximação.

Verifica-se, nestas famílias, uma inconstância nas transações e um excesso de mudanças, daí decorrendo as dificuldades identificatórias bem patentes nos adolescentes delinquentes, a que não são estranhas, também, a insuficiência dos papéis parentais e a delegação da parentalidade.

5.1.1 - FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

A família continua a ser o primeiro contexto de desenvolvimento da criança e do adolescente (Bronfenbrenner, 1986), embora a família hoje não seja, como há 50 anos, uma unidade de produção económica. A união de dois indivíduos representa, por sua vez, a ligação de dois sistemas/famílias. Quando a família nuclear se desestrutura, são aqueles dois sistemas que muitas vezes respondem às necessidades dos menores.

O aumento das famílias monoparentais introduz um verdadeiro incremento no aumento da criminalidade; nos U.S.A. um terço das crianças vivem em famílias monoparentais (Reiss, 1986). Estas famílias produzem relativamente mais adolescentes delinquentes que as famílias ditas "normais". Em Portugal, verifica-se igualmente uma evolução no sentido do aumento do número de famílias monoparentais.

O casal ao tornar-se par parental deverá estabelecer limites por forma a que os três níveis identificados na estrutura familiar - casal, pais e filhos estejam bem definidos. Uma vez que existem duas gerações, há diferentes lugares que se ocupam na estrutura familiar, consequentemente há uma hierarquia, com o estabelecimento de fronteiras intergeracionais.

A regulação do exercício da autoridade/poder constitui uma das principais tarefas do subsistema parental, que deverá ser adaptada progressivamente às condicionantes do ciclo vital.

Quando ocorre o divórcio dos progenitores, a criança ou o adolescente confronta-se com mudanças a nível das relações, das regras domésticas e dos estilos de vida familiar. O seu desenvolvimento pode sofrer disrupções face à nova situação.

Nas famílias monoparentais, a complementaridade dos papéis não é exercida. A dificuldade das mães, a quem é normalmente atribuído o poder paternal, na ausência do outro progenitor, aumenta face à necessidade de desempenharem os papéis de pai e mãe em simultâneo. A socialização da criança é, nestes casos, feita só pela mãe. A situação económica precária, em que muitas vezes vivem, vem afectar o tempo, a energia e a coragem necessárias ao desempenho de tarefa tão árdua. As famílias monoparentais sofrem normalmente a situação de acúmulo: problemas económicos e instabilidade emocional das mães, que são quem, por norma, está à frente das famílias monoparentais.

No caso das famílias em que ocorre o divórcio, os filhos experienciam uma transição. Quando, posteriormente há uma nova união, ou casamento, os filhos experienciam uma segunda transição.

As crianças de famílias intactas não experienciam este tipo de transições. Daí que as crianças de famílias divorciadas e com novo casamento têm um risco aumentado de inadequação psicossocial.

Pagani e col. (1998) investigaram a validação do desenvolvimento da trajectória delinquente e o processo familiar, em função das mudanças no matrimónio. Os autores avaliaram em que medida o processo familiar concorre para o desenvolvimento da delinquência, tendo concluído que os rapazes que experienciam novo casamento dos pais, entre os 12 e os 15 anos, se confrontam com mais problemas que os pares de famílias que se mantêm intactas. Aqueles vêem-se envolvidos em mais actividades que comportam violência física, como lutas de "gangs", e ataques a pessoas inocentes, assim como em situações de roubo em sítios públicos e privados.

Segundo Rutter e Giller (1983), os rapazes são mais vulneráveis à situação de

família monoparental que as raparigas, até pela falha de modelo de identificação masculino e de uma figura de autoridade.

Os rapazes das famílias em que os progenitores voltaram a casar manifestam um aumento no comportamento delinquente, comparados aos rapazes que pertencem a famílias intactas. Os seus comportamentos delinquentes mantêm-se elevados até aos 14 anos, sofrendo uma baixa de nível a partir dos 15 anos, trazendo-os ao mesmo nível dos pares.

Tremblay e col. (1996) postulam como principais causas da delinquência o pobre exercício da paternidade (parenting) e o comportamento agressivo. Os autores concluíram que as crianças que não vivem com a sua mãe e pai biológicos apresentam maior risco de integração em grupos que manifestam agressividade física, sendo que esta situação é mais acentuada no género feminino. As raparigas que não vivem com os seus pais (progenitores) biológicos apresentam 2,8 vezes maior risco que as raparigas que vivem com os seus pais biológicos, enquanto que os rapazes apresentam um risco 2,1 vezes superior ao dos rapazes que vivem com os seus progenitores.

Embora haja menos raparigas a manifestarem comportamentos anti-sociais comparativamente aos rapazes, há que prestar-lhes uma atenção redobrada, pois estas jovens correm o risco de, não sendo assistidas, virem a tornar-se mães da próxima geração de crianças e adolescentes anti-sociais.

Os rapazes adolescentes são mais agressivos fisicamente que as raparigas adolescentes (Tremblay 1996). É esperado que os rapazes e raparigas se tornem socialmente mais adaptados com o crescimento (aumento da idade) e consequente aumento do nível de maturação. Assim, se o adolescente se torna mais socializado conforme cresce, espera-se, também, que se torne menos agressivo nas suas interacções sociais com o referido aumento

da idade. Por outro lado, e ainda segundo o autor, as crianças fisicamente mais agressivas são tipificadas pelos adultos (professores e progenitores) como mais hiperactivas, menos atentas, mais opositoras, menos prossociais e mais ansiosas. O controlo dos impulsos violentos é aprendido nos primeiros dois a três anos de vida. A incapacidade de aprendizagem do auto-controlo vai gerar uma rejeição no grupo de pares, nos professores e outros adultos que, por sua vez, propícia a escalada das reacções agressivas.

As mães são, neste período crítico, quem propicia à criança o principal afecto de que precisa para aprender o auto-controlo e a gestão das interacções pró-sociais. Não raras vezes, elas actuam como pára-choques entre a criança e um pai inadequado.

Quando a mãe possui, ela própria, uma história com problemas de comportamento é incapaz de exercer a sua função continente, de protecção à criança, dificultando-lhe a aprendizagem do auto-controlo e das tarefas prossociais.

A reacção dos adultos ao comportamento de alto risco dos adolescentes é de toda a importância no desenvolvimento do processo delinquente. A atitude reactiva, pouco elaborada, do adulto pode ser precipitante da escalada delinquente.

A interacção entre o temperamento base do adolescente e a qualidade dos stressores com que se confronta no quotidiano é de extrema importância, na medida em que, a base do comportamento com distúrbios tem as suas raízes na forma inconsciente, impaciente ou punitiva como os adultos fazem as suas exigências.

É na relação mãe/criança que se inicia a dinâmica que vai propiciar a estruturação do temperamento da criança. É na percepção que a mãe tem da criança e na forma como "lê" o seu comportamento que reside a diferença na relação. Por sua vez, a projecção desta leitura induz ou não subsequentes comportamentos delinquentes.

Esta projecção pode ser contaminada de sentimentos de rejeição, que vão actuar na criança ou no adolescente uma resposta agressiva ou, pelo contrário, no caso da mãe ter ela própria elaborado a percepção, projectá-la então de forma a que não propicie a resposta agressiva do filho.

5.2 - PRÁTICAS PARENTAIS

A violência juvenil tem sido atribuída a diferentes causas, não podendo ser atribuída a um único factor a responsabilidade por um fenómeno tão complexo. Desde as características individuais, o grupo de pares, os vizinhos, a família e a própria cultura, vários factores concorrem para a explicação do fenómeno da violência. Entre as várias causas apontadas para a compreensão da violência juvenil está a destruturação familiar.

A exposição a cenas de violência, quer no contexto familiar, com o envolvimento dos progenitores, quer através de programas de televisão, desde tenra idade, são factores preditivos de futuros comportamentos agressivos na adolescência. Este comportamento delinquente, que é manifesto na adolescência, começa a delinear-se ainda durante a infância. Estes processos familiares induzem stress, pobreza e problemas de disciplina relacionados com a supervisão parental.

A gestão das práticas parentais ao influenciar, por seu turno, a aquisição de competências sociais quando praticadas de forma inadequada, o que passa pela

inconsistência das regras, pela limitação pouco clara dos comportamentos e um excesso de permissividade parental, vêm igualmente associadas à delinquência (Patterson & Dishion, 1988).

Se o adolescente faz uma aprendizagem, na família e na escola, de interacções pouco gratificantes e geradoras de agressividade, terá tendência a repetir este padrão de relação no social, cada vez com maior conotação afectiva negativa.

A relação entre o estilo parental e o temperamento da criança é, assim, decisiva no processo da escalada na delinquência. Numa relação em que a criança tenha um temperamento difícil e cujos pais tenham uma leitura negativa deste comportamento, respondendo-lhe de forma impaciente, punitiva, sem compreender as necessidades e sentimentos da criança, estrutura-se um círculo vicioso, do qual dificilmente quer a criança quer os pais conseguirão sair.

Quanto mais a criança é punida agressivamente em casa, mais a criança terá tendência a manifestar agressividade na escola. Neste processo, é bem patente a interiorização do modelo parental agressivo que a criança, à posteriori, põe em prática.

A interiorização deste modelo contribui para que estes adolescentes sintam atracção por situações conotadas como agressivas, sejam programas de televisão ou comportamentos agressivos assumidos por outros adolescentes.

As crianças de pais agressivos são mais agressivas elas próprias mediante a identificação que fazem aos modelos parentais. O estilo cognitivo e de personalidade, que desde criança foram desenvolvendo nas situações de interacção mais precoces com as figuras parentais, possibilita que o modelo de padrão comportamental seja processado e interiorizado ao longo de gerações.

As incapacidades afectivas e cognitivas têm forçosamente que interferir na capacidade de desenvolvimento das tarefas parentais, nomeadamente, na relação de afecto e na incapacidade manifesta de delinear adequadas estratégias de controlo parental.

Os progenitores que têm uma prática parental externalizada, ou seja, assumindo comportamentos anti-sociais, têm uma maior associação à delinquência. Os pais com práticas parentais internalizadas não são tão associados à delinquência. Os progenitores que manifestam neuroticidade não vêm, segundo Hanson e col. (1984), associados à delinquência.

Efectivamente, do que estes adolescentes necessitam é dum padrão firme mas não hostil, consistente mas não rígido, que possa ser percebido e conotado como afectivo, no sentido em que possa funcionar como espaço continente envolvente, que possibilite a reaprendizagem do auto-control e, consequentemente, duma nova auto-imagem.

No início dos anos 60, Walter Reckless aborda, no âmbito das teorias do controlo, os mecanismos do controlo social como a família e a escola. A ideia que prevalecia à altura era de que os adolescentes cometiam actos delinquentes por falta de controlo. As explicações que introduzem o contexto familiar como factor desencadeante dos processos delinquentes, só mais tarde ocorreram. Até aí, e nomeadamente as teorias do controlo, tinham subjacentes explicações psicanalíticas; a problemática da delinquência não era perspectivada sistemicamente, mas numa perspectiva individual.

A família pode proporcionar uma fonte de ligações básicas à ordem da sociedade e de envolvimento com as instituições, quer actuando na prevenção de influências desviantes, proporcionando ao adolescente uma fonte de motivações para se conformar com as normas e regras sociais, quer mediante o adequado funcionamento da família, inibindo os impulsos

desviantes do adolescente, limitando, assim, a probabilidade de ocorrência de comportamentos delinquentes.

É através do controlo que a família pode exercer que o adolescente melhor se pode adequar à conformidade. Se a estrutura da família se desagrega, a capacidade de supervisionar e controlar os comportamentos do adolescente diminui, aumentando a probabilidade da escalada na delinquência. Por este motivo, se torna central, para a compreensão da génese da delinquência, a compreensão da relação entre pais e filhos.

A influência protectora da família estrutura-se em torno de três dimensões: a supervisão familiar, a identificação com os pais e a comunicação entre os diferentes elementos do sistema familiar.

Nos estudos desenvolvidos sobre o papel da família no desenvolvimento da delinquência, são normalmente tomadas em consideração duas dimensões: a afectiva e as estratégias de controlo. A primeira dimensão, a afectiva, pressupõe a aceitação e a responsabilidade. A segunda dimensão, das estratégias de controlo, abarca os comportamentos parentais que reflectem diferentes estilos e tipos de estratégias parentais. Nesta dimensão surgem estratégias com baixo controlo, ou no pólo oposto, com excessivo controlo, com introsividade ou ainda o termo médio.

Perante uma situação em que o adolescente é confrontado com a hipótese de cometer um acto desviante, pode sentir-se inibido, não actuando, para não pôr em causa as relações afectivas positivas que mantem com os progenitores, se os laços familiares forem suficientemente fortes. Por seu turno, a ausência destes laços cria condições que conduzem à delinquência, na medida em que o adolescente não é tão sensível às opiniões dos progenitores, o que lhe possibilita uma via mais fácil para proceder, infringindo as normas.

A inadequada supervisão dos adolescentes, por parte da família, deixa-os libertos de constrangimentos, encorajando-os na trajectória delinquente. O vazio deixado pelos progenitores é preenchido pelo grupo de amigos, que, não raras vezes, são delinquentes a quem o adolescente se associa e que constituem um marco fundamental na iniciação na delinquência, dada a importância que a aprendizagem grupal constitui nestes níveis etários.

Este processo de associação a grupos delinquentes é, tal como os comportamentos que daí decorrem, desaprovado em casa e pela comunidade em geral. Contudo, nem sempre os progenitores manifestam esta desaprovação da forma mais adequada, não contribuindo, assim, para diminuirem a probabilidade de associação dos filhos aos referidos grupos desviantes e à adesão às práticas comportamentais delinquentes.

A família surge, assim, como o contexto cultural de primeiro plano, no qual o adolescente pode, ou não, adquirir e interiorizar as orientações e as definições no sentido da conformidade.

Hetherington e Martin (1979) encontraram diferenças na interacção familiar de acordo com os diferentes sub-grupos de delinquentes. Para o autor, numa perspectiva idêntica à de Coimbra de Matos (1986), as famílias com delinquentes neuróticos têm como característica uma mãe dominadora, estendendo-se a situação conflitual marital a toda a família, sendo notório o conflito dos filhos com o pai. Nas famílias com delinquentes sociáveis agressivos, o pai domina enquanto a mãe tem um papel passivo. Os filhos nestas famílias expressam-se com uma actividade notória na conversação. As famílias com delinquentes psicóticos são dominadas pelo pai, mas em contrapartida, os padrões de comunicação são confusos. Os filhos deste grupo estão relativamente envolvidos nos processos de decisão e normalmente o seu desacordo manifesta-se em relação à mãe.

Quando os pais exercem a disciplina, funcionando mais na base das punições corporais, sem a existência de diálogo, esta prática disciplinar é sentida pelos jovens como uma falha de afecto, podendo propiciar a delinquência. Assim, os delinquentes seriam vítimas de pais indiferentes ou hostis, e seria a privação afectiva, que os conduziria à delinquência, porque se sentiriam menos ligados afectivamente aos pais.

Minuchin e col. (1967) concluíram que as famílias com filhos delinquentes funcionavam de forma menos cooperativa e produtiva como sistema, que as famílias com adolescentes não delinquentes. Os autores constataram que as mães dos adolescentes delinquentes frequentemente transmitiam mensagens de controlo, em relação ao comportamento, aos seus filhos, sem explicar o que é inadequado no comportamento ou qual a forma mais adequada de agir, como o fazem, com maior incidência, os pais dos adolescentes não delinquentes. Os papéis dos diferentes elementos da família são menos diferenciados nestas famílias e as directivas parentais menos efectivas.

Nestas famílias sobressai o papel da mãe, organizando-se a família em torno da mãe, que estabelece alianças com os filhos, enquanto o pai, é por norma, uma figura ausente, ou quando presente, pouco participativa. Nestas famílias, os seus membros ou estão extremamente entrosados, com uma excessiva coesão, ou existe distanciamento excessivo. Os autores consideram a delinquência como resultado de uma certa cronicidade na inadaptação organizacional da família.

Singer (1974), ao abordar as configurações disciplinares na família e ao relacioná-las com a delinquência, propõe uma análise sobre as políticas ou seja, como as regras disciplinares são formuladas; o que são as regras; a supervisão, isto é, como o cumprimento das regras é gerido e, por fim, quais as consequências do incumprimento, que, por sua vez,

vem relacionado com a punição.

A forma como as políticas, a supervisão e as sanções (punição) se relacionam nas interacções familiares reflecte a estrutura de cada sistema familiar. O autor considera quatro tipos de configurações disciplinares, correspondendo cada tipo a um determinado tipo de perturbação do comportamento na adolescência. Estes tipos são perspectivados num continuum que vai desde as políticas muito restritivas à ausência de supervisão. A punição, por seu turno, é comum nestas famílias. A ideia de que, nestas famílias, há um excesso de permissividade nas políticas disciplinares não é corroborada pelo autor, que considera como problema essencial nestas família, ser a mãe que assume a responsabilidade das políticas disciplinares, mas deixar a cargo do pai a supervisão e a punição. Como resultado desta dinâmica, cada progenitor actua independentemente, transmitindo frequentemente mensagens contraditórias aos filhos. A inconsistência no interface subsistema parental e subsistema filho sobressai, não se verificando o mesmo na relação entre cada progenitor e o filho. O comportamento delinquente do adolescente resulta da inconsistência das mensagens e da ausência de consequências face às transgressões.

Patterson (1986) descreveu as interacções familiares que reforçam e mantêm o comportamento pré-delinquente. Para o autor, o primeiro mecanismo de interacção familiar relacionado com a delinquência é a interacção que resulta numa relação coerciva que começa com a criança a exibir um comportamento agressivo, que é seguido de punição parental. A criança aumenta o seu comportamento agressivo e os pais o nível de punição. Esta escalada reforça o comportamento agressivo e desenvolve na criança um estilo de interacção agressiva, que generaliza a outras relações sociais, para além da família, nomeadamente, no contexto escolar.

O estilo de interacção familiar é, segundo o autor, o que promove e mantem o comportamento delinquente. A forma como a disciplina e a autoridade parental são transmitidas ao subsistema filhos, através das interacções familiares, é, segundo Patterson (1986), de extrema importância.

Johnson (1973) atribui à delinquência uma função homeostática no sistema familiar. Baseando-se nas teorizações estratégica, estrutural e contextual de Haley, Jackson e Sluzki, respectivamente, o autor considera a delinquência como um sinal da falha do sistema familiar. Face às dificuldades que a família apresenta em lidar com a delinquência do adolescente, este contribui em simultâneo, para a organização de um sistema familiar disfuncional, tornando-se o escape familiar, possibilitando aos outros elementos da família projectarem o seu mal estar no elemento delinquente. Este processo leva a uma mobilização dos elementos da família em torno da reabilitação ou da culpabilização do adolescente delinquente.

Toda esta sequência implica a família num funcionamento, tornando-se o comportamento delinquente importante na manutenção deste funcionamento do sistema familiar.

Loeber e Dishion (1983) concluiram que entre os preditores mais poderosos da delinquência juvenil se incluem a supervisão e a rejeição dos pais e as interacções pai-criança.

O controlo parental constitui, assim, outra variável determinante no processo da escalada na delinquência. Loeber e Dishion (1983) concluíram que as técnicas de gestão parental na família são fortes preditores do comportamento delinquente.

O controlo parental elevado, combinado com a elevada aceitação, vem associado a

elevada autonomia e responsabilidade social, baixa agressividade e elevada auto-estima. O baixo controlo parental, associado à baixa aceitação num contexto de indiferença e pouco envolvimento parental, vem associado a défices a nível cognitivo e de desenvolvimento social. Por outro lado, o baixo controlo parental exercido num contexto de aceitação, com um excesso de permissividade e alguma indulgência, é associado a níveis elevados de impulsividade, elevada agressividade e baixa autonomia e responsabilidade.

Na mesma linha, Geismar e Wood (1986) consideraram que o funcionamento familiar está intimamente ligado ao comportamento delinquente do adolescente

Henggeler (1989) analisou a relação entre as interacções familiares e o funcionamento psicológico da criança, tendo concluído que baixos níveis de estratégia de controlo parental, controlo parental ineficaz e comportamentos anti-sociais nos pais, são os preditores mais fortes no comportamento delinquente. Os pais, ao munirem-se das técnicas essenciais para lidar com as características individuais dos filhos, estão a prevenir o futuro delinquente destes.

Dos estudos sobre delinquência e família ressalta a importância que o afecto tem no contexto familiar, para o desenvolvimento da delinquência. Famílias com perturbações evidenciam falhas a nível do afecto e carinho e elevados níveis de conflitualidade e hostilidade (Doane, 1978; Jacob 1975).

Estudos desenvolvidos no âmbito da socialização infantil, (Hetherington & Martin, 1986; Maccoby & Martin, 1983), levaram os autores a afirmar que quer a vertente afectiva, quer a das estratégias de controlo, ao interagirem, interferem na socialização da criança. O controlo parental autoritário e com baixa aceitação vem associado a défices na internalização moral, baixa competência social e baixa auto-estima.

Segundo a teoria do controlo social (Hirschi 1969), os adolescentes delinquentes raramente têm boas relações com os seus pais. Estes são percepcionados pelos filhos como frios, indiferentes ou hostis. Assim, os adolescentes delinquentes têm a percepção que não são apreciados pelos pais, que por isso comunicam pouco com eles. Esta percepção dificulta o processo de identificação.

Berzonsky (1981) aborda, no âmbito da delinquência, as práticas educativas, considerando que aos tipos de delinquência considerados pelo autor correspondem as seguintes práticas educativas por parte dos progenitores: nos adolescentes não delinquentes os pais teriam uma prática educativa autoritária, contudo, seriam ternos, flexíveis, aceitadores e consistentes nos seus sentimentos. No contexto familiar dos delinquentes sociais, sobressai o domínio do pai, perante uma mãe passiva e submissa. O filho não cumpre as expectativas do pai apresentando uma resistência passiva e sente-se rejeitado. Os papéis estão bem diferenciados nestas famílias e verifica-se um relativo grau de estabilidade. Na família do delinquente neurótico, verifica-se o domínio da mãe e a ineficácia do pai, num contexto de conflitualidade e desarmonia. Os filhos, nestes contextos, sentem culpa, ansiedade, insegurança e hostilidade e têm dificuldades a nível da comunicação. No contexto familiar do delinquente psicopata, o pai é descrito como dominante, rejeitador, com pouca auto-estima, repressivo, enquanto o filho como centrado em si, imoral oportunista e hostil.

Fleming (1992) questiona-se se as práticas parentais são anteriores à etiquetagem do adolescente ou se "o comportamento dos pais não é uma consequência dos comportamentos do filho, mais do que a sua causa".

As relações familiares tensas produzem crianças com acentuada vulnerabilidade,

portanto, mais susceptíveis às influências negativas da sociedade e com uma maior predisposição para enveredarem por uma trajectória delinquente. Nas famílias em que as crianças estabelecem laços afectivos ténues, consequentemente estabelecendo uma fraca ligação aos progenitores, e a família não transmite às crianças a preocupação sobre as consequências do seu comportamento nos outros, a probabilidade de as crianças rejeitarem os pais como figuras de identificação aumenta, assim como a probabilidade de manifestarem comportamentos anti-sociais, sem que tenham capacidade para apreenderem as consequências da sua conduta. Estas crianças quando atingem a adolescência apresentam muitas vezes, um comportamento delinquente.

As experiências precoces, nomeadamente a exposição a mecanismos sociais produtores de delinquência, predispõem à trajectória delinquente. Fleming (1992, citando Berzonsky 1981), escreve: "As crianças rejeitadas (não-satelizadas), as superprotegidas ou as que só são aceites se fizerem o que os pais querem, tornar-se-ão delinquentes quando expostas a influências sociais negativas". Ainda segundo Fleming (1992), e voltando a aludir à Teoria de Satelização de Ausubel (1970), "são estas crianças que procuram "status" social de qualquer modo, devido ao baixo prestígio que têm na família".

O adolescente a quem tudo foi facilitado não apresenta capacidades para se comprometer com objectivos, sendo facilmente influenciado pelos pares delinquentes, assim como os adolescentes com pouco apoio familiar e que são pouco controlados pelos seus progenitores.

O comportamento disruptivo na criança, considerado o melhor preditor a longo termo do comportamento desviante na adolescência (Farrington, 1991; Loeber e Stouthamer-Loeber 1998; Stattin e Magnusson, 1989; Tremblay, Pihl, Vitaro e Dobkin

1994) pode ser resultante dum conflito pré-divórcio dos pais, ou promover, ele próprio, o conflito nas relações do casal.

A identificação precoce de crianças portadoras de preditores de delinquência é de extrema importância. Este grupo de crianças é responsável por cerca de 40% a 50% de futuros actos delinquentes, pelo que a identificação destes grupos e a tomada de medidas preventivas pode obviar a situação de posterior delinquência.

Loeber e Dishion (1983) concluíram serem os seguintes os melhores preditores para a delinquência:

1 - técnicas de gestão familiar

2 - agressividade e problemas de comportamento em criança

3 - roubar mentir ou faltar às aulas

4 - criminalidade ou comportamentos anti-sociais nos membros da família

5 - realização educacional pobre

6 - medidas individuais nas técnicas de gestão familiar parental

7 - separação dos pais

8 - estatuto sócio-económico

Como se pode verificar, para os autores, vários contextos interagem nesta matéria, sendo salientados quer o da estrutura pessoal, quer o familiar, quer o escolar e por último o sócio-económico.

Os autores debruçaram-se, ainda, sobre os melhores preditores para o recidivismo, tendo considerado os seguintes:

1 - roubar, mentir ou faltar às aulas

2 - problemas comportamentais em criança

3 - criminalidade e comportamentos anti-sociais dos membros da família

4 - delinquência anterior

5 - estatuto sócio-económico

Segundo a teoria de controlo social (Hirshi 1969), o comportamento desviante do adolescente seria inibido pelo estabelecimento de laços sociais. As componentes destes laços sociais seriam as relações positivas com os outros que passariam pela vinculação, o investimento em linhas de acção válidas, o compromisso e a crença no que é certo ou errado.

Os laços que se estabelecem com o contexto social são, por sua vez, determinados pelas oportunidades dadas ao sujeito, no sentido de se poder envolver em actividades aceites funcionando estas como reforço da vinculação que se vai estabelecendo. Se essas oportunidades escasseiam, ou não são facultadas, ao adolescente é natural que a sua vulnerabilidade à participação em actos delinquentes aumente.

As crianças fisicamente agressivas são consideradas quer pelas mães, quer pelos professores, mais hiperactivas, mais desatentas, mais opositoras, menos sociáveis e mais ansiosas.

Num outro estudo, Tremblay, Mâsse, Pagani e Vitaro (1996) fizeram intervenção precoce a nível do treino com pais e treino com crianças, depois de considerarem as variáveis função parental pobre, "parenting" e comportamento agressivo, como causas de delinquência. Os autores partiram do pressuposto que uma mudança nos comportamentos diminuía o nível de envolvimento dos jovens em actos delinquentes. O estudo demonstra que:

- rapazes agressivos, ainda no jardim de infância, apresentam características

individuais e familiares específicas.

- estas crianças apresentam alto risco de assumirem comportamentos delinquentes e outros problemas de ajustamento/adequação social durante a adolescência.

- uma intervenção intensiva durante os primeiros anos da escola básica pode ter um impacto positivo no ajustamento global durante a parte final da escolaridade, assim como no comportamento delinquente.

- as detenções policiais aparecem aos 14 anos.

- a agressividade física crónica instala-se nos primeiros anos de vida ainda no pré-escolar, pelo que é necessário que as intervenções ocorram o mais cedo possível, ainda durante o processo de desenvolvimento da criança.

Atendendo a que a intervenção precoce junto de crianças entre os 3 e os 5 anos pertencentes a famílias desfavorecidas e junto das suas famílias tem um impacto a longo prazo, no que respeita ao comportamento anti-social e outras formas de inadaptação social, (Weikart, 1988) parece-nos evidente a urgência na intervenção junto das famílias de adolescentes portadores de factores de risco para a delinquência.

5.3 - CRIMINALIDADE PARENTAL

Uma das ideias mais consistentes no estudo da delinquência é a de que a delinquência na adolescência vem associada à criminalidade parental.

West e Farrington (1973) encontraram uma elevada percentagem de rapazes que

foram detidos na adolescência, com pais criminosos.

Robins, West e Herjanic (1975) concluíram que as crianças com os dois progenitores envolvidos em actividades criminais corriam elevados riscos de entrarem na delinquência.

Para Farrington (1980), os adolescentes delinquentes são, na generalidade, provenientes de grandes famílias pobres, onde existem pais e irmãos criminosos. Normalmente, os progenitores conflitualizam-se entre si e têm uma atitude de negligência, passiva ou cruel.

Loeber e Dishion (1983), numa revisão sobre a literatura que descreve os preditores da delinquência masculina, concluíram que o comportamento criminoso e anti-social nos elementos da família é um forte preditor na delinquência na adolescência. Os mesmos autores consideram que o comportamento delinquente na adolescência vem associado ao comportamento anti-social dos progenitores.

As normas familiares excessivamente flexíveis e o elevado grau de aceitação de métodos desviantes pela família vêm fortemente mais associados ao comportamento delinquente na adolescência, que a afectividade e as medidas de controlo das relações familiares (Canter 1982). É interessante salientar, contudo, que o adulto criminoso raramente envolve os filhos directamente na actividade criminal que pratica (Henggeler, 1989).

Contudo, as incapacidades afectivas e cognitivas têm forçosamente que interferir na capacidade de desenvolvimento das tarefas parentais, nomeadamente, na relação de afecto e na incapacidade manifesta de delinear adequadas estratégias de controlo parental.

Os progenitores que têm uma prática parental externalizada, ou seja assumindo

comportamentos anti-sociais, têm uma maior associação à delinquência. Os pais com práticas parentais internalizadas não são tão associados à delinquência. Os progenitores que manifestam neuroticidade não vêm, segundo Hanson e col. (1984), associados à delinquência.

Os progenitores cujas práticas parentais são de abuso, violência e negligência, pelo que têm uma prática parental externalizada, vêm, obviamente, associados à delinquência, na medida em que os adolescentes vitimados vêm associados à delinquência. As crianças vítimas de maus tratos por parte dos pais vêm, normalmente, associadas ao défice de estratégias de controlo parental e falha nas relações afectivas (Wolfe, 1985).

Os auto-relatos de comportamentos delinquentes são em geral feitos por adolescentes que reportam também o abuso e negligência emocional por parte dos seus progenitores (Brown, 1984).

Os padrões de interacção familiar e a sua influência nas interacções pai/criança tem vindo a ser estudado por vários autores, (Johnston & Johnston 1980; Patterson, 1982), que, especificamente em famílias com crianças disruptivas, encontraram elevadas taxas de reciprocidade aversiva, nos processos de interacção mãe/criança.

As influências directas e indirectas que os progenitores têm em relação aos filhos é patente nos estudos de Wahler & Dumas (1986).

Tremblay e col. (1996) investigaram os padrões de influência directa e indirecta nas interacções entre famílias com rapazes disruptivos. Os comportamentos positivos e negativos foram avaliados para as díades pai/criança em diferentes situações laboratoriais. Os comportamentos positivos na díade pai/criança foram positivamente correlacionados, sugerindo uma influência directa ou recíproca. O comportamento positivo da mãe foi

positivamente correlacionado com os comportamentos negativos dos rapazes, sugerindo um padrão inesperado de "reciprocidade inversa". Para as influências indirectas foram encontradas as seguintes associações: o comportamento negativo dos pais para com os filhos é preditivo de comportamento negativo das crianças para com as mães, e o comportamento negativo das mães para com os seus filhos é preditivo do comportamento negativo dos filhos para com os pais, sugerindo um padrão comportamental deslocado.

O comportamento negativo das crianças para com as mães é correlacionado com o comportamento negativo dos pais para com as mães, sugerindo um padrão de modelagem.

A influência indirecta que o pai tem sobre a criança é mediada pelo comportamento da mãe face à criança, sendo este um exemplo do tipo de influência indirecta (Quinton, Rutter & Gulliver, 1990).

Este processo de imitação parental é introduzido por Wahler e Dumas (1986) para descrever a continuidade dos comportamentos antisociais num processo transgeracional.

Investigações sobre o contexto social e as repercussões que os acontecimentos que aí ocorrem têm nas interacções familiares, foram feitas por autores como Wahler & Dumas (1986), tendo os autores concluído que as interacções coercivas, no contexto em que a mãe está inserida, vividas por esta, são preditoras de comportamentos agressivos deslocados para os filhos. Por seu turno, este comportamento deslocado das mães em relação aos filhos vai proporcionar um outro comportamento deslocado, desta vez dos filhos em relação aos pais.

Hanson e col. (1984) concluíram que as relações familiares, especialmente o afecto da mãe/filho e o suporte materno, concorrem aproximadamente em 20% (na variância) para as detenções (prisões) em adolescentes.

Quando a associação com grupos de pares desviantes e a idade da primeira detenção estão controlados, o afecto e o suporte maternal continuam a contribuir, significativamente, nas histórias de detenções. Estes autores consideram, que a associação ao grupo de pares e a idade da 1ª detenção são os mais fortes preditores da delinquência na adolescência.

Henggeler, Hanson, Borduin, Watson e Brunk (1985) concluíram, noutro estudo, que as relações mãe /filho, em famílias com pais violentos, eram menos carinhosas e tinham tendência a evidenciar uma comunicação menos positiva que nas díades com pais não violentos.

Os autores concluíram também, baseando-se nos relatos dos adolescentes e nos resultados da aplicação do FACES, que as relações familiares em famílias de adolescentes não violentos eram mais coesas que em famílias de adolescentes violentos.

Patterson e Stouthamer-Loeber (1984) encontraram uma associação negativa entre o auto-relato do comportamento delinquente e a relação protectora mãe/criança.

Num estudo efectuado por Tremblay e colaboradores (1996), junto dos pais de crianças de ambos os sexos, dos dois aos onze anos, os autores concluíram que as crianças se vão tornando menos agressoras físicas com o crescimento. A agressão física em ambos os sexos decresce consoante os grupos aumentam o seu nível etário, atingindo os níveis mais elevados, segundo este estudo, aos 27/29 anos. O género masculino atinge níveis mais elevados de agressão física que o género feminino em qualquer nível etário.

Ainda segundo os autores, o comportamento físico agressivo é transformado em agressão não física. Esta aumenta a partir dos 4 anos até aos 7 anos, mantendo-se relativamente estável até aos 11 anos. A interacção física agressiva decresce enquanto aumenta a agressão indirecta.

Enquanto o género masculino manifesta, em qualquer idade, maior agressividade física que o género feminino, as raparigas mostram níveis mais elevados de agressão indirecta que os rapazes. Segundo este estudo, o nível sócio económico dos pais vem associado aos níveis de agressão dos filhos. Ambos os sexos, de meios sócio económicos mais baixos, apresentam os níveis mais elevados de agressão física. A discrepância entre os níveis de agressão física entre os dois géneros é mais notória nos níveis sócio económicos mais baixos.

No caso da agressão indirecta, os resultados vão no mesmo sentido: quanto mais em desvantagem sócio económica estiver a família, mais aumenta o risco de a criança fazer uso da agressão indirecta, tal como acontecia na agressão física.

5.4 - PADRÕES DE COMUNICAÇÃO

A dificuldade em estabelecer e manter comunicação é um dos factores que parece estar sempre presente nas famílias de delinquentes. Nestas famílias, o confronto simétrico e os conflitos directamente expressos são frequentes. As dificuldades que os adolescentes manifestam no contacto, comunicação e mesmo no processo de identificação são facilitadores de estruturação de comportamentos delinquentes. Os pais destes adolescentes conhecem mal os actos dos seus filhos. Não sabem o que estes fazem, que locais frequentam e quem são as suas companhias. São pais pouco presentes, pouco atentos e que, por isso, não têm uma supervisão efectiva sobre os filhos. Estes adultos são, normalmente,

passivos, permissivos, deixando passar em claro faltas graves dos filhos. Quando se exasperam, passam dum extremo a outro, chegando a assumir condutas que tocam a brutalidade. Oscilam assim entre a complacência e a punição excessiva.

Nas relações pais/filhos observa-se uma elevada frequência de reprovações recíprocas, numa dinâmica familiar em que gritos e insultos passam a fazer parte do quotidiano.

As famílias de adolescentes não violentos evidenciam, por seu turno, níveis mais elevados de comunicação positiva que as famílias de adolescentes violentos.

Nas famílias com um adolescente delinquente, observa-se uma interacção comunicacional que Ferreira (1997 cit. in Alarcão 2000) designou por double-bind cindido, e que consiste na emissão de duas injunções paradoxais discordantes, por parte de dois elementos do sistema familiar, geralmente o pai ou a mãe. O adolescente fica, assim, sujeito a mensagens bipolares sobre o mesmo tema, podendo a sua passagem ao acto constituir uma forma de sintetizar as duas mensagens contraditórias. O agir do adolescente pode surgir como a forma que encontra para " sair, analógicamente, de um paradoxo que não pode ser mentalizado e a propósito do qual não é possível metacomunicar". (Alarcão 2000).

Também Reiss (1971) estudou o estilo de interacção e as percepções sociais em famílias com adolescentes delinquentes e esquizofrénicos, tendo concluído que as famílias com filhos delinquentes diferem das outras na forma incoerente como percepcionam o meio envolvente. Os seus membros são com frequência emocionalmente isolados uns dos outros e desconhecem-se mutuamente. Estas famílias, que o autor apelida de distanciadas do meio, apresentam uma fraca capacidade na resolução dos problemas.

Alexander (1973), ao estudar o impacto da delinquência no sistema familiar,

comparou qualitativa e quantitativamente os estilos de interacção e comunicação em famílias com filhos delinquentes e famílias com filhos não delinquentes, tendo encontrado três diferenças significativas. Nas famílias com filhos delinquentes o tempo de conversação não estava distribuído de forma harmoniosa, sendo que um elemento do sistema familiar monopolizava as interacções, e as conversas eram desajustadas e desorganizadas. Nestas famílias o autor constatou alguma confusão nas interacções, tendo subjacente um estilo de comunicação pouco claro e defensivo. O autor encontrou suporte nos resultados para concluir que o funcionamento familiar, manifestado nos padrões de interacção, tem uma influência determinante na delinquência.

Hetherington e Martin (1979) compararam os padrões interaccionais em famílias de adolescentes delinquentes institucionalizados e famílias de adolescentes não delinquentes, e concluíram que nas famílias de delinquentes existe uma maior dificuldade para resolver conflitos, que nas outras e que o adolescente delinquente apresenta uma influência maior sobre os seus progenitores e na própria direcção da família que os adolescentes não delinquentes. Nas famílias destes adolescentes, a resolução dos problemas parece mais facilitada, embora os conflitos também surjam.

Nos estudos levados a cabo por Minuchin e col. (1967), Watzlawick e col. (1970), Johnson (1973), Perez (1978) e Shostok (1978) foi possível conceptualizar o significado das interacções familiares e a sua relação com a delinquência. Tornou-se consensual que as famílias com adolescentes delinquentes tendem a apresentar, com maior frequência, desacordo entre os pais nas interacções e a ter conflitos com os filhos; exibem uma menor diferenciação entre a influência dos pais e a dos filhos nas decisões familiares; expressam menos os afectos positivos e mais os afectos negativos; uma acentuada parte da

comunicação é perdida ou mal compreendida; e a comunicação que estabelecem deixa transparecer uma falta de comprometimento familiar.

Vários estudos concluem da associação entre delinquência e elevados níveis de conflito marital e familiar (Gove & Crutchfield, 1982) e baixos níveis de aceitação e afecto (Glueck & Glueck, 1962; Nye, 1958; West & Farrington, 1973).

Canter (1982) e Cernkovich e Giordano (1987) concluíram que o sentido de pertença e envolvimento nas actividades familiares estava associado, negativamente, ao comportamento delinquente. Os últimos autores concluíram, ainda, que os comportamentos delinquentes em adolescentes vêm associados a relatos feitos por estes de elevados níveis de conflito entre esses adolescentes e os seus progenitores, baixos níveis de aceitação e baixos níveis de protecção e carinho parental.

Tolan e Lorion (1988) concluíram que o comportamento delinquente nos adolescentes vem associado a baixos níveis de coesão e elevados níveis de conflito familiar. Estes autores consideram as medidas combinadas das relações familiares o mais potente preditor do comportamento delinquente, quando os efeitos de outras variáveis, como a idade do início da delinquência, não vêm associados à delinquência, e a classe social e as características demográficas estão controladas. Ainda para estes autores, as características individuais dos adolescentes não estão associadas à delinquência. O comportamento escolar (acções disciplinares e faltas), por outro lado, estão minimamente associados à delinquência. A baixa coesão vem mais fortemente associada com o comportamento delinquente no final da adolescência que no início ou na meia adolescência. Para os autores, o comportamento delinquente vem associado à baixa coesão familiar de que Olson e colaboradores (1982) falam.

Rodick, Henggeler e Hanson (1986), utilizando uma amostra predominantemente negra, de jovens do género masculino, com pai ausente, concluíram que a delinquência vem associada a elevados níveis de coesão familiar, em famílias do tipo emaranhado, reflexo da relação adolescente/mãe.

Lewis e col.(1979) concluíram existir uma elevada frequência de contextos familiares com uma atmosfera abusiva em adolescentes com comportamentos delinquentes. Esta atmosfera abusiva inclui a presença de violência e abuso.

Os adolescentes caracterizados com temperamento difícil apresentam baixos níveis de suporte emocional familiar. A falta de suporte familiar surge fortemente relacionada com a delinquência e a depressão, enquanto que o elevado suporte do grupo de pares vem associado a elevados níveis de delinquência.

O comportamento agressivo da criança ou mesmo a assunção de comportamentos delinquentes vem, muitas vezes, associado aos conflitos do casal, progenitores da criança ou do adolescente.

Loeber e Dishion (1984) encontraram baixos níveis de aceitação materna e paterna e ajustamento marital pobre em famílias de crianças e adolescentes agressivos, quer em casa quer na escola, comparados com crianças não agressivas nestes contextos.

As fugas de adolescentes delinquentes institucionalizados são interpretadas, por Ausloos (1983 cit por Alarcão 2000 in Bénoit et al., 1988), como o sintoma que já ocorria quando o adolescente vivia com a família, e que o adolescente mantem, no intuito de que a família compreenda que não vale a pena institucionalizá-lo, porque o sintoma mantem-se. O adolescente pretende, por outro lado, e, segundo o autor, demonstrar que é com a família que quer viver.

5.5 - ESTRUTURA SÓCIO-ECONÓMICA

O estrato socio-económico é igualmente considerado um preditor de comportamentos delinquentes. Com efeito, há uma maior probabilidade de que adolescentes provenientes de grupos socio-económicos desfavorecidos, habitando nas periferias, em bairros onde predominam sub-culturas com baixa escolaridade, desemprego e outras problemáticas sociais, sejam conotados como delinquentes, com maior facilidade que outros adolescentes que, embora com práticas comportamentais idênticas, têm outra identidade sócio-familiar.

Segundo Ferreira (1997), a estratificação económica pode influenciar a delinquência através das práticas educacionais e familiares. Para o autor, os factores sócio-económicos têm importância fundamental para as práticas familiares. Os valores adquiridos pelos progenitores em situações de trabalho tendem a ser generalizados a outras situações, nomeadamente, nas práticas disciplinares familiares.

Os valores dos progenitores são reproduzidos nas suas práticas educacionais. Assim, os progenitores de baixo estatuto económico tendem, enquanto pais, a privilegiar o recurso coercivo a estratégias de disciplina como a repreensão, as ameaças, a supressão de privilégios e os castigos físicos, enquanto que os progenitores de estatuto económico mais elevado tendem a recompensar a iniciativa e o autocontrolo, recorrendo a estratégias disciplinares indutivas, como o recurso ao raciocínio moral. As estratégias disciplinares coercivas estão positivamente associadas ao comportamento desviante das crianças, particularmente, nos comportamentos agressivos e violentos. O processo circular leva a que

crianças agressivas provoquem respostas coercivas, que, por seu turno, levam as crianças a serem agressivas e violentas.(Patterson 1986)

Os pais de estatuto económico menos elevado tendem a exercer menos supervisão sobre os filhos, comparativamente aos pais de estatuto económico mais elevado.

Para Ferreira (1997), os sujeitos de baixo estatuto económico tendem, nas práticas educativas, a valorizar a obediência em relação à autoridade, na medida em que os valores como a obediência são recompensados nas situações de trabalho, enquanto que os sujeitos de estatuto económico mais elevado tendem a recompensar a iniciativa e o autocontrolo.

Os factores sócio-económicos influenciam, segundo o autor, a força das orientações e definições no sentido da conformidade, moldando o tecido relacional que estrutura o conteúdo e a natureza das práticas educativas, através das quais se incutem e se exercem os controlos sociais.

Quando existem problemas económicos, os jovens, dado o estatuto sócio-económico pouco elevado, ou baixo, têm menos oportunidades de sucesso, o que reduz o custo em assumir o empreendimento de actividades criminosas. Daí a taxa elevada destes actos em jovens de classes baixas. As suas tentativas de atingirem objectivos mais elevados, pela via legítima, são constantemente frustradas, o que os leva a optarem pela via ilegítima. Daí a importância que o contexto sócio-económico assume na delinquência.

Os efeitos da desvantagem sócio-económica do contexto familiar manifestam-se desde muito cedo nas crianças e mantêm as suas repercussões durante a infância e a adolescência.

A associação entre comportamento agressivo (agressividade física e agressividade indirecta) e estrato sócio-económico familiar permite concluir que as crianças de famílias

com estatuto sócio económico elevado foram assinaladas como menos agressivas que crianças de estatuto sócio económico mais baixo, que se apresentam mais agressivas. Variáveis, como o tamanho da família, a ausência do pai, podem influenciar o comportamento delinquente, independentemente da classe social (Henggeler e col. 1985). Ainda assim, parece haver associação entre classe social e comportamento delinquente, nomeadamente, nos sujeitos em contextos de exclusão social.

De salientar que o trabalho da mãe não é um factor que venha verdadeiramente associado à delinquência, nem no plano microssociológico nem no plano macrossociológico (Hirschi, 1969). No Japão, por exemplo, há uma taxa baixa de criminalidade e uma taxa francamente elevada de trabalho feminino. A mãe que trabalha propicia à criança a necessária satisfação das suas necessidades. A própria satisfação pessoal, motivada pela realização no trabalho, predispõe a mãe para o estabelecimento duma melhor relação afectiva com a criança. Obviamente que quando estas condições não estão reunidas, e a mãe mesmo trabalhando não consegue fazer face às necessidades da criança, ou quando o trabalho não a satisfaz, e, pelo contrário, constitui uma fonte de insatisfação, a sua disponibilidade para a família é afectada.

Johnstone e Johnstone (1980) sugerem que o estatuto sócio-económico mediatiza o contributo disfuncional da família para a delinquência dos filhos.

Os factores de risco, para a entrada na trajectória delinquente, podem ser encontrados em diferentes domínios como a família, as relações de vizinhança, a escola, o grupo de pares e as características individuais. As influências familiares, escolares e de vizinhança e do grupo são factores decididamente significantes na correlação com a delinquência na adolescência (Hawkins e col. 1992). Vários estudos longitudinais sugerem

a estabilidade dos comportamentos desviantes, no próprio e através de gerações (Robins, West e Herjanic, 1975).

Segundo Tremblay e col. (1996), as crianças que residem em áreas urbanas pobres e em contextos familiares que se confrontam com adversidades económicas apresentam maiores riscos de manifestação de comportamentos físicos agressivos, mais hiperactividade, ansiedade, desatenção e menos sociabilidade. Segundo os autores, as crianças de áreas pobres, que vivem em famílias com elevada adversidade, apresentam maior risco de associação a grupos fisicamente agressivos, mais hiperactivos, não atentos, ansiosos e menos prossociais. O autor demonstrou que estas crianças, com comportamentos disruptivos, estão em maior risco de manifestarem comportamentos delinquentes na pré-adolescência e comportamentos criminosos em adultos.

Farrington (1991) mostrou que rapazes com idades compreendidas entre os oito e os dez anos, vivendo em estratos sócio-económicos baixos, tinham fortes probabilidades de se tornarem em adultos ofensores crónicos, desempregados, tendo ainda constatado que a maioria tinha sido assinalada como conduzindo alcoolizada.

Stattin e Magnusson (1989) obtêm os mesmos resultados com uma amostra de raparigas e rapazes suecos avaliados aos 10/13 anos e seguidos até aos 26 anos.

A pobreza é outro factor de risco para o desenvolvimento e para a instalação de problemas comportamentais (Fuchs e Reklis, 1992). O stress e acontecimentos negativos que ocorrem no ciclo vital familiar contribuem como factores de risco para o processo de desenvolvimento da delinquência (Hernandez, 1988).

A proximidade de áreas urbanas é outra variável que afecta igualmente a saída dos adolescentes da casa dos pais (Young, 1987), tornando-se, de alguma forma, a localização

geográfica num preditor da delinquência.

6 - COMENTÁRIOS

O conflito de gerações é analisado desde tempos que remontam à tragédia grega e mais tarde à literatura de Shakespeare com "Romeu e Julieta" ou no nosso país à de Camilo Castelo Branco com "Amor de Perdição". A adolescência é um período que pressupõe a conflitualidade com o próprio e com as instituições, nomeadamente, a familiar. Nos nossos dias, o agir desta conflitualidade para fora da família tem incrementado a delinquência juvenil.

Face ao actual incremento de violência juvenil, e consequentes detenções policiais, a área legislativa aproximou as sanções criminais aplicadas aos adultos dos adolescentes, criando nos últimos tempos situações de enclausuramento, bastante mais restritivas que há poucos anos atrás e mais próximas de outras práticas anteriores, nomeadamente em algumas instituições tutelares de menores. Embora seja compreensível que, numa primeira fase, seja necessário acautelar as repercussões que os comportamentos desviantes dos adolescentes têm junto das populações, ao ponto de estas se formarem em milícias para se defenderem das condutas agressivas dos adolescentes, o aumento de sanções, sem outras medidas paralelas, apenas cria um ambiente de falsa segurança, e a longo termo não apresenta benefícios nem para a sociedade, nem para os adolescentes.

Os programas desenhados para erradicar as raízes que causam a delinquência juvenil apresentam melhores resultados na prevenção da delinquência juvenil e da actividade criminal na idade adulta, ao controlarem os factores de risco, assim, a intervenção no sistema familiar é uma das medidas preventivas que estão a ser tomadas, atendendo às

interferências que a família tem no desenvolvimento e manutenção da delinquência.

A investigação sobre a família e a delinquência tem incidido, principalmente, nas áreas que versam a compreensão das relações familiares, dos padrões de interacção e a sua relação com a delinquência.

Várias características têm sido apontadas às famílias dos delinquentes, nomeadamente, a insuficiência dos papéis parentais, as dificuldades identificatórias, a delegação da parentalidade, a fraca delimitação dos sub-sistemas, coligações e parentificações, inconsistência das regras organizativas do dia-a-dia, transações em geral caóticas, carências afectivas, atmosfera abandónica, dificuldades de mentalização e agressividade agida e triangulada com o exterior, sistemas extensos e monoparentalidade (Alarcão 2000).

A fraca auto-estima do sistema, que assim é percepcionado, quer pelos progenitores, quer pelos próprios adolescentes e a dificuldade de expressão dos afectos positivos, leva a que os adolescentes manifestem acentuadas carências afectivas e transmitam a vivência de uma atmosfera abandónica.

Para além de se controlarem os factores de risco, há que valorizar os factores inibidores do comportamento delinquente, também chamados factores protectores, atributos e condições que protegem os adolescentes da exposição ao risco de cometerem actos delinquentes ou crimes, como, por exemplo, a protecção da comunidade, a responsabilização e o desenvolvimento de competências.

Factores como os laços a unidades pro-sociais, como sejam a família e a escola, inibem o adolescente de envolvimento em problemas de comportamento (Catalano e Hawkins in press).

O sucesso escolar, medido pela realização académica e pela participação nas actividades escolares, é considerado um factor protector entre as populações em risco (Rutter, 1985).

As normas claras e consistentes sobre os comportamentos inibem o envolvimento em comportamentos marginais (Hawkins e col. 1992), pelo que os autores consideram os laços afectivos e as normas claras contra os actos delinquentes inibidores do envolvimento na conduta delinquente.

Kakar (1998) considera que existem três categorias de factores que permitem os comportamentos saudáveis, inibindo os factores de risco: características individuais, relações interpessoais positivas com os membros da família, com os professores e com os adultos e crenças saudáveis e padrões claros. Explicitando, o autor salienta como factores protectores:

1) ter pais que forneçam amor e carinho aos filhos e que se envolvam e orientem as actividades dos filhos.

2) possuir atributos como competências sociais, crenças convencionais e um comportamento social desejável.

3) a existência de escolas com "tolerância zero" nos regulamentos em relação às armas, drogas e violência e com professores que se preocupem com o desenvolvimento social e académico dos seus alunos.

4) comunidades que providenciem oportunidades e controlo social e que exibam um nível elevado de organização e cooperação.

Em termos globais, os factores protectores como a possibilidade de se auferir de oportunidades, competências e reconhecimento propiciariam comportamentos saudáveis.

As estratégias de intervenção ou prevenção que Kakar (1998) sugere, deverão centrar-se na redução dos factores de risco na família, vizinhos e comunidade, o que vem atribuir à família e à comunidade um papel determinante na trajectória delinquente do adolescente. É na família, que a delinquência juvenil inicia o seu percurso.

A importância que o papel da família tem no estudo da delinquência é inegável, face à associação entre vários aspectos na família e o comportamento delinquente, mesmo quando os efeitos das variáveis demográficas e as covariáveis psicossociais estão controladas. Variáveis como a rejeição parental, coesão familiar baixa e conflitos entre o casal, entre outras, propiciam, como analisámos ao longo deste capítulo, o comportamento delinquente nos adolescentes. Contudo, não podemos esquecer que o próprio comportamento delinquente do adolescente causa stress no sistema familiar, daí que as influências sejam analisáveis num processo não causal unidireccional, mas numa perspectiva sistémica em espiral, sendo que existe uma interacção mútua entre o comportamento dos pais e o do adolescente, que se influenciam reciprocamente.

O contexto social familiar pode ser determinante no contributo da família para a delinquência e o comportamento delinquente do adolescente pode variar dependendo do contexto social em que a família está inserida. A própria avaliação do comportamento do adolescente varia de contexto para contexto. Se, em determinadas famílias, as ausências prolongadas de um adolescente são conotadas como um comportamento desviante, noutras esse comportamento é aceitável. É, pois, preciso compreender as relações entre o comportamento delinquente e algumas variáveis contextuais como o estatuto sócio económico, a origem étnica, o stress social e até os antecedentes transgeracionais de delinquência.

É necessário aprofundar as correlações entre as características familiares e o aparecimento e manutenção da delinquência, ou seja, identificar as características familiares que descriminam delinquentes de não delinquentes e, face a este aprofundamento, investir na intervenção terapêutica, junto das famílias e na prevenção com metodologias que possam ter sucesso.

As diferentes perspectivas teóricas apontam para a necessidade das famílias poderem ser ajudadas no sentido de educarem as suas crianças a controlar o seu comportamento violento, antes de iniciarem um processo de auto-marginalização, que os vai seguramente afectar.

As percepções que os pais têm sobre o comportamento dos filhos vão influenciar a forma como, respondem aos filhos, modelando adequadamente ou não o desenvolvimento social da criança.

Ainda que a delinquência na adolescência ocorra em todas as classes sócio-económicas, mesmo nas mais favorecidas e socialmente bem integradas, ou até com um nível cultural elevado, o facto é que os comportamentos dos adolescentes com estatuto sócio-económico menos elevado estão sujeitos com maior facilidade a uma etiquetagem de delinquência.

A tese da família delictogénica tem, hoje, um espaço importante na abordagem da delinquência, nomeadamente, na responsabilização do comportamento dos pais pelo comportamento delinquente dos seus filhos (Alarcão 2000).

A compreensão sistémica da família, do seu desenvolvimento e do seu funcionamento, a sua complexidade e diversidade permite-nos integrar a delinquência como sintoma dum sistema disfuncional. É esta perspectiva que julgamos poder ajudar a

compreender os contributos que a família pode ter na trajectória delinquente.

Face às conclusões dos diferentes estudos referidos, considerámos fundamental a análise da relação entre a dinâmica familiar e os comportamentos delinquentes dos adolescentes, que apresentaremos na parte experimental do nosso trabalho.

SEGUNDA PARTE

ESTUDOS EMPÍRICOS

2ª PARTE

CAPITULO V - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1 – INTRODUÇÃO

Das obras e artigos de autores portugueses sobre trabalhos de investigação na área dos comportamentos desviantes, delinquência e criminalidade dos jovens a que tivemos acesso, salientam-se as abordagens teóricas feitas por Coimbra de Matos (1978), que aborda a problemática da Psiquiatria Forense e a delinquência, e por Teixeira (1983) que aborda a personalidade anti-social.

Azevedo (1981), num trabalho de campo sobre a delinquência juvenil em Portugal, estudou aspectos sócio-familiares, como a situação económica, o alcoolismo, perturbações comportamentais e características dos menores delinquentes como a história anti-social, a escolaridade e o Q.I., em adolescentes do sexo masculino institucionalizados. Constatando a extrema pobreza, o analfabetismo e a grande dimensão das famílias, o envolvimento do pai e/ou dos irmãos com a justiça, e a separação dos progenitores em metade da população estudada, a autora verifica que os adolescentes apresentam um nível intelectual baixo e que apenas 23% permanece na escola. Esta população comete furtos com acentuada incidência.

Monteiro (1981) num estudo com uma amostra recolhida em escolas de Lisboa, procurou averiguar a existência de padrões estáveis de comportamento que permitam falar de personalidade agressiva. A autora debruçou-se sobre o papel da modelagem, exercido pelos meios audiovisuais, na aprendizagem da delinquência.

Cruz e Reis (1983) fizeram um levantamento sociográfico da evolução da criminalidade e delinquência juvenil em Portugal, com base em dados estatísticos

oficiais. Concluíram que o aumento da criminalidade e delinquência se faz especialmente à custa do aumento da criminalidade e delinquência juvenil. Os autores debruçaram-se sobre a toxicodependência como forma particular de delinquência juvenil.

Fleming, Maia e Sousa (1992) estudaram a passagem ao acto, traduzida nos comportamentos de roubo e destruição, numa população de adolescentes estudantil, inserida em meio familiar e social. Da análise das relações destes comportamentos com algumas características escolares e familiares, as autoras verificaram serem especialmente os rapazes, na fase final da adolescência, e com pais com estatuto socio-económico elevado, que revelam mais comportamentos de passagem ao acto. Verificaram existirem associações estatisticamente significativas entre as variáveis comportamentos desviantes, furto, destruição de bens, e características escolares e familiares dos adolescentes.

As autoras alertam para que os resultados obtidos contrariam a visão comum de que a delinquência é um fenómeno essencialmente presente nas classes socio-económicas e culturalmente mais desfavorecidas.

De salientar que os sujeitos que fazem parte deste estudo, frequentam escolas do ensino oficial, pelo que as autoras, e quanto a nós com pertinência, se interrogam se os adolescentes de classes mais desfavorecidas, que não fazem parte da amostra, não terão já sido excluídos do sistema escolar e iniciado o que chamam "a carreira" de delinquentes, ou se não revelam no estudo os seus comportamentos delituosos, para se protegerem.

Da análise das relações entre as influências familiares e as trajectórias desviantes, pretende-se, com o estudo que agora se apresenta, tornar compreensível em que medida as influências familiares, nomeadamente a estrutura e dinâmica familiares,

assim como as relações na rede inter e intra familiar, interferem no desenvolvimento de trajectórias desviantes.

Consideramos que se justifica a análise da tradução destas influências numa população de adolescentes institucionalizada, a quem são reconhecidas trajectórias desviantes, e compará-la com um grupo de adolescentes não institucionalizados, a quem a trajectória delinquente não é oficialmente atribuída.

Face às questões que possam ser levantadas sobre o grau de delinquência atribuída aos adolescentes institucionalizados, e porque há a considerar os adolescentes que institucionalizados por vitimação, considerados casos assistênciais, que possam não ter cometido actos desviantes, e que, ao contrário de outros adolescentes, a sua institucionalização se deve à sua própria vitimação, decidimos avaliar das diferenças entre estes dois sub-grupos, adolescentes pré-delinquentes e adolescentes casos assistênciais, do que se dará conta oportunamente.

Neste capítulo, abordaremos os procedimentos metodológicos que nos levaram a que, numa primeira fase da investigação, utilizássemos uma metodologia qualitativa, tendo-a posteriormente complementado com uma metodologia quantitativa. A finalidade da abordagem qualitativa é a de identificar eventuais relações entre variáveis, sem determinar a natureza de tais relações. Nesta perspectiva, efectuámos as simples relações associativas que esta abordagem permite, após a análise de conteúdo efectuada às entrevistas recolhidas junto dos adolescentes institucionalizados. Esta abordagem, porque considerada por alguns autores limitativa, levou-nos a avançar com uma abordagem quantitativa.

Após uma breve introdução sobre a avaliação qualitativa e quantitativa, segue-se uma exposição dos procedimentos efectuados para a obtenção dos resultados que se apresentam no capítulo seguinte.

Explicitaremos os objectivos da investigação qualitativa. Relativamente a esta, procedemos a entrevistas aos adolescentes institucionalizados, que posteriormente foram sujeitas a análise de conteúdo. Dos resultados obtidos daremos conta no capítulo VI.

No que diz respeito à investigação quantitativa, explicitaremos os seus objectivos e os instrumentos que foram aplicados: a escala FACES III – Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale (Olson e col., 1985), adaptação de Curral e col. (1998), a escala PBI – Parental Bonding Instrument (Parker, 1979), adaptação de Rebelo e col. (1993) e a Escala de Agressividade extraída do Child Behavior Check-list (Edelbrock e Achenbach, 1984), versão para professores, adaptação de Carrilho e col. (1998). Os resultados destes estudos serão apresentados no capítulo VII.

Debruçar-nos-emos sobre os procedimentos que nos permitiram a recolha dos dados do nosso estudo, e a finalizar este capítulo procederemos à caracterização sociodemográfica da amostra, que serve de base ao nosso estudo e que é constituída por 104 adolescentes institucionalizados em Colégios de Acolhimento, Educação e Formação (CAEF) na dependência do Ministério da Justiça. A amostra aleatória dos 104 adolescentes não institucionalizados é extraída da amostra de conveniência constituída por 606 adolescentes que frequentam as escolas de ensino oficial na dependência do Ministério da Educação. Desta amostra apresenta-se uma caracterização sociodemográfica.

2 – COMPLEMENTARIDADE DOS MÉTODOS QUALITATIVO E QUANTITATIVO

A investigação quantitativa, por definição numérica, permite uma sumarização mais precisa, comparações e generalizações, enquanto a qualitativa permite a estruturação de uma base para elaboração e interpretação de novas ideias (Morse, 1992).

A investigação qualitativa usa normalmente amostras reduzidas, nas quais todo o assunto e processo é examinado em profundidade. Os métodos qualitativos, não sendo tão objectivos, sistemáticos e rigorosos quanto os métodos quantitativos, são compensados pela profundidade na compreensão dos assuntos e processos de investigação.

Os estudos qualitativos têm-nos ensinado quais as questões que podem ser aprofundadas nos estudos e quais as respostas que se tornam mais úteis. Detalhes íntimos da vida privada, nomeadamente questões de âmbito sexual ou de funcionamento social entre grupos desviantes, que podem ser estigmatizantes, em populações a que não se tem fácil acesso, como é o caso dos adolescentes institucionalizados, são mais facilmente abordáveis mediante uma investigação qualitativa.

As observações no terreno tornam-se, nestes casos, mais apropriadas e frutíferas, dada a maior facilidade com que se tem acesso aos actores e ao tipo de acção.

Os comportamentos tornam-se mais compreensivos se forem relacionados com a idade, sexo, a etnia ou outra categoria relevante. As categorias que emergem da avaliação qualitativa tornam-se, assim, resultantes da realidade observada.

Os métodos de investigação etnográfica são demonstrativos de recolha no terreno, cuja qualidade dos relatos é reconhecida, muitas vezes constituem realidades vividas e que, não raras vezes, são desconhecidas nos meios académicos. O mesmo se

passa em relação a outro tipo de investigação qualitativa, referimo-nos aos estudos de caso, ou ainda às histórias de vida.

A investigação qualitativa é punida por não ser considerada sistemática e rigorosa. Contudo, a qualidade da dinâmica da sua metodologia sobressai na investigação. Embora a investigação quantitativa nos permita um manancial de dados, por vezes, falha a nível do como e porquê, funções muito presentes na investigação qualitativa.

Segundo Ogborne (1995), num mundo ideal todos os investigadores sociais seriam experientes no uso de ambos os métodos, qualitativo e quantitativo de investigação. A conjugação dos métodos qualitativo e quantitativo, na investigação, contribui para uma melhor compreensão da problemática da delinquência.

Os métodos qualitativos e quantitativos diferem em muitos aspectos. Baseiam-se em diferentes pressupostos e têm diferentes propósitos. Requerem diferentes métodos de investigação e análise e geram diferentes tipos de informação.

Enquanto os métodos quantitativos são utilizados quando há a necessidade de saber com que incidência determinado fenómeno ocorre e para explorar ou testar noções acerca de factores específicos que geralmente influenciam o fenómeno, os métodos qualitativos são utilizados para examinar comportamentos do mundo real e para nos ajudar a compreender as experiências de outros e atribuir-lhes um sentido.

Os estudos qualitativos são utilizados na sequência do desenvolvimento de estudos quantitativos e para tornar compreensivos alguns resultados quantitativos, embora nós tenhamos optado por proceder de forma inversa, como à frente se verá.

Para Pearson (1995), na área da investigação em criminologia, é aconselhável uma metodologia conjunta, qualitativa e quantitativa, na medida em que as técnicas de macro-análise com elevada complexidade de investigação nos podem fornecer

estatísticas importantes sobre a criminalidade oficial e também investigação mais direccionada para as motivações dos ofensores, assim como das repercussões destes actos nas vítimas.

No campo da psicologia, da psiquiatria e da sociologia, os estudos epidemiológicos baseados em prevalências estimadas, em que são analisadas variáveis, como por exemplo a classe social, o género, o grupo étnico, juntamente com estudos mais restritos sobre as interacções entre técnicos, pacientes e famílias, ou outros actores no processo, permitem tornar compreensível o significado da experiência, por exemplo, da loucura, para os sujeitos que fazem parte do estudo.

A escola sociológica de Chicago já nos anos 1920/1930 utilizava técnicas quantitativas a par de técnicas qualitativas, em estudos etnográficos e autobiográficos sobre estilos de vida e subculturas desviantes, nos estudos então conduzidos em áreas como a dependência de substâncias, saúde mental e delinquência juvenil. Tem-se verificado um incremento na utilização de múltiplas metodologias na investigação em saúde, particularmente, a combinação de metodologias qualitativas e quantitativas.

Embora conscientes que são raros os investigadores que conseguem efectuar bons estudos qualitativos e também complexas análises estatísticas, considerámos que o nosso estudo o exigia, na medida em que consideramos que os métodos se complementam, reconhecendo as limitações que ambos têm.

Aos estudos qualitativos é atribuído um rigor menos empenhado que aos estudos quantitativos. Um desenho de investigação, com complexos tratamentos estatísticos quantitativos, com amostras de grandes proporções, pouco impacto terá se as questões colocadas forem triviais ou pouco objectivas.

As investigações qualitativas exigem ao investigador que vá até à acção, onde ela está a ocorrer e que se inteire da complexidade psicossocial vivida pelo sujeito da

acção. Esta realidade do sujeito psicológico é normalmente diferente da que se percepciona quando se procede apenas a uma análise quantitativa de dados, que podem resultar da percepção de outros que não o próprio sujeito.

Embora a investigação qualitativa possa ser acusada de menos rigorosa que a quantitativa, ela é, na sua essência, bastante mais representativa que esta. Contudo, partir para um estudo qualitativo sem tomar em consideração alguns processos que possam verificar-se no âmbito do objecto em estudo, nomeadamente em investigações quantitativas, parece-nos não contribuir para o aprofundamento, que quanto a nós, deverá emergir da estreita colaboração entre metodologias quantitativas e qualitativas.

As investigações na área do comportamento humano apresentam dificuldades acrescidas, nomeadamente, quando se debruçam em áreas como religião, sexo, poder e droga, ou delinquência, dado que os sujeitos objecto da investigação apresentam, nos seus relatos, distorções, evasões, mentiras, pelo que, segundo Stimson (1995), uma abordagem qualitativa destes temas, através de metodologias como os estudos de caso, ou as investigações etnográficas, ou as histórias de vida, permite uma recolha de informações em que o sujeito é, com maior facilidade, persuadido a falar verdade sobre as suas vivências.

Na investigação em delinquência, uma abordagem apenas quantitativa parece-nos, como já salientámos, restritiva. Há que estabelecer relações entre variáveis tão diferentes como a delinquência, a relação familiar, o nível sócio-económico, o género, o nível etário, e outras. Deverá ser feita uma abordagem multifactorial, para uma melhor compreensão da trajectória delinquente.

Algumas críticas têm sido apontadas à investigação em delinquência, que tem sido condenada por inconclusiva e inconsistente. Todavia, se a alguns estudos podem

ser apontadas estas críticas, a verdade é que não podemos generalizá-las, dado que algumas conclusões importantes têm decorrido de diferentes estudos.

Resultados contraditórios, sobre a relação entre inteligência e criminalidade, foram obtidos através de coeficientes de correlação, sendo que em alguns estudos as variáveis apresentam uma relação positiva e noutros a relação surge como negativa. A relação entre delinquência e analfabetismo, ou entre delinquência e resultados escolares, também tem sido abordada em diferentes estudos, apresentando coeficientes de correlação contraditórios. A relação entre delinquência e progenitores separados também apresenta resultados pouco coerentes. (Hirschi e Selvin, 1975).

Algumas questões que atribuem a delinquência ao insucesso escolar, ou vice-versa, ou nomeadamente à falta de protecção na infância, levaram a que a investigação em delinquência, actualmente, considerasse em simultâneo: o indivíduo, a família, a sub-cultura e o contexto/envolvimento do sujeito.

Estudando os actos delinquentes ou considerando delinquentes os que são abrangidos por critérios previamente determinados, os diferentes estudos tentam explicar a delinquência ou as várias delinquências.

Eventualmente, a pouca coerência entre os diferentes estudos, e daí as críticas que lhes são feitas, decorrem de que a delinquência é definida em termos muito gerais, o que poderá levar a que os estudos não sejam exactamente dirigidos ao comportamento concreto do sujeito, enquanto acto concreto, mas a termos mais gerais que possam, por isso, levar a resultados discrepantes.

Como já referimos anteriormente, o conceito de delinquência pressupõe várias definições, nomeadamente a jurídica, a psicológica e a sociológica. Delinquência é um conceito multidimensional, que é considerado por uns como atributo por outros como variável.

Segundo Hirschi e Selvin (1975), para além das associações estatísticas entre delinquência e outras variáveis, é necessário avaliar as correlações e explicá-las de acordo com uma teoria geral da delinquência, ou corremos o risco de avaliar resultados, fazendo generalizações inadequadas.

Wootton (1959) cit. por Hirschi e Selvin (1975), referindo-se às investigações que realizou, considera que as conclusões do tipo "os delinquentes são oriundos de famílias relativamente numerosas", ou que "outros membros da família dos delinquentes têm por norma problemas com a justiça", ou ainda que "a maior parte dos adolescentes delinquentes pertence a estratos sociais baixos", ou que "a maioria dos delinquentes tem uma má relação com o contexto escolar", ou ainda que "existe uma associação estatística clara entre a delinquência e a actividade profissional da mãe", são generalizações que não podem levar à conclusão de que a delinquência é causada por estas premissas.

Reagindo, Hirschi e Selvin (1975) consideram que embora não possamos considerar as premissas apresentadas por Wootton (1959) como causas da delinquência, podemos considerar, face aos resultados dos diferentes estudos, que há alguns preditores de comportamentos delinquentes que foram assinalados e que devem merecer a nossa atenção, nomeadamente:

1 – Quanto maior é a família, maior é o risco de a criança se tornar delinquente.

2 – A criminalidade de outros elementos da família está fortemente ligada aos comportamentos delinquentes.

3 – Quanto melhores são os resultados da criança na escola, menos probabilidades ela tem de se tornar delinquente.

4 – A frequência da igreja está ligada negativamente à delinquência.

5 – A delinquência varia no sentido inverso da classe social.

6 – Existe uma relação entre pobreza e delinquência

7 – O facto da mãe trabalhar, ou não, fora de casa, não parece estar ligado à delinquência.

8 – As crianças provenientes de famílias separadas apresentam maiores probabilidades de se tornarem delinquentes, que os adolescentes de famílias intactas.

Para Hirchi e Selvin (1975), face ao ponto a que chegámos na investigação em delinquência, não se torna importante elaborar técnicas estatísticas ainda mais sofisticadas, mas estabelecer regras mais rigorosas sobre os dados que são ou não aceitáveis, nomeadamente, a utilização de conceitos mais precisos e concretos sobre delinquência.

Quanto ao estudo que aqui apresentamos, não pretendemos, definir delinquência, nem atribuir uma ou várias causas à delinquência, mas sim tentar compreender o que se passa nas relações familiares daqueles que, sendo ou não, delinquentes, são institucionalizados como tal.

As investigações qualitativas falam dos sentimentos do investigador face aos dados. As investigações quantitativas abordam a interacção entre variáveis complexas. Para uma melhor compreensão do objecto de estudo é importante conseguirmos a complementaridade das duas vertentes. (McKeganey 1995).

Consideramos que os obstáculos que se colocam à utilização conjunta dos métodos qualitativo e quantitativo são ultrapassáveis. Neste sentido, e considerando a utilidade da conjugação dos métodos quantitativos e qualitativos, e que a utilização da conjugação destas metodologias é a mais indicada para o nosso estudo, tentámos a sua aplicação com o maior rigor, quer no desenho quer na análise dos dados da nossa investigação.

3 - ESTUDO QUALITATIVO

3.1 – OBJECTIVOS

Na abordagem da delinquência na adolescência e na compreensão da trajectória delinquente considera-se essencial a compreensão da história pessoal do sujeito e dos fenómenos que regem a sua interacção com o outro. Para tal, torna-se fundamental estudar o seu Eu, a forma como faz as suas identificações, como estruturou a sua identidade, a sua personalidade e como foi vivendo a sua história de vida e os diferentes acontecimentos do seu ciclo vital.

Para abarcar as dimensões referidas é fundamental, para além de instrumentos que nos permitam uma avaliação qualitativa, nomeadamente no que se refere à relação com o outro (progenitores, professores), uma abordagem clínica, em que se nos afigura que o estudo de caso, a recolha de narrativas, a análise de histórias de vida ou biografias podem ser instrumentos privilegiados.

Para Campenhoudt e Quivy (1992) a entrevista é o método de recolha de dados mais adequado quando se pretende obter as leituras que os sujeitos fazem das suas próprias experiências. Ainda segundo os autores, a entrevista permite a recolha de material com elevado grau de profundidade. Assim, e tendo em conta que o objectivo do nosso estudo é também aceder à experiência dos sujeitos na sua trajectória delinquente, optámos por, através de entrevistas semi-directivas, tentar obter dados que permitissem efectuar uma análise biográfica dos adolescentes institucionalizados que fazem parte do nosso estudo.

3.2 – MÉTODO

Considerando que os processos perceptivos, afectivos e cognitivos são organizados de forma narrativa, compreende-se que a própria forma narrativa constitua um organizador da identidade. Neste sentido, a recolha de dados pela entrevista semi-directiva permite, de alguma forma, que através da narrativa das suas vivências, os adolescentes nos transmitam os seus processos perceptivos, afectivos e cognitivos, afinal a forma como construíram a sua identidade.

Para Chaplin (1981)[4], a entrevista é "uma conversação face a face com vista a obter informações concretas, para avaliar a personalidade do indivíduo, ou com fins de aconselhamento ou terapêuticos. De acordo com o seu propósito a natureza da entrevista poderá ser menos ou mais directiva. Se o fim é a obtenção de informações concretas, é conveniente que o entrevistador assuma uma função marcadamente directiva, fazendo perguntas e registando as respostas do entrevistado. Se o fim é terapêutico, a entrevista não dirigida é habitualmente, mais favorável, partindo do princípio de que o indivíduo é mais inclinado a fazer revelações, num ambiente em que não é inquirido, mas em que se lhe faz sentir o calor e a compreensão do entrevistador."

Segundo Nahoum (1971), a entrevista tem como função recolher os factos, informar e motivar, sendo que a utilização da entrevista tem como fim a aprendizagem de algo sobre o sujeito que se entrevista, ou a um outro nível, ensinar-lhe algo ou ainda agir sobre os seus sentimentos e comportamentos. Para o autor, a "entrevista é uma situação psico-social complexa, cujas diferentes funções, embora analisáveis formalmente, são dificilmente dissociáveis na prática profissional."

[4] Dicionário de Psicologia de J. P. Chaplin (1981)

Para Mucchielli (1975), a entrevista, que denomina de "enquête de motivação", é indicada num estudo em que os objectivos sejam a compreensão das atitudes de uma pessoa ou grupo, ou de uma dada população a propósito de um problema particular.

No caso das entrevistas que efectuámos, o nosso propósito era o de recolher factos, pelo que houve a necessidade de levar os sujeitos a colaborar na descoberta dos próprios factos.

Pretendeu-se com as entrevistas efectuadas recolher dados biográficos dos sujeitos, as opiniões sobre as ocorrências nos seus ciclos de vida e que nos relatassem comportamentos normalmente actuados face a determinadas situações, enfim, que nos falassem um pouco das suas características de personalidade.

3.3 – A ENTREVISTA SEMI-DIRECTIVA

Na entrevista de investigação, a estratégia é concebida e preparada independentemente das características e dos problemas particulares dos sujeitos que fazem parte da amostra do estudo. A entrevista visa, neste caso, obter respostas às questões que o investigador se põe, no âmbito da sua investigação.

Como estratégia nestes tipos de entrevista, considera Nahoum (1971) que há que criar no sujeito uma motivação que leve a que o sujeito responda às necessidades do investigador, ou seja, levar o sujeito a interessar-se pelo tema da investigação, o que no caso vertente considerámos facilitado, por se tratar de um tema que muito directamente lhes dizia respeito, uma vez que o nosso objectivo era compreender a trajectória delinquente do sujeito entrevistado.

Para Nahoum (1971), a entrevista pode ser caracterizada segundo o seu grau de standardização, em que as questões são previamente fixadas, como na entrevista standardizada ou no caso da entrevista não directiva, a que o autor chama entrevista clínica de investigação, em que as questões são deixadas à iniciativa do entrevistador.

Na tentativa de recolha de um certo vivido social, numa perspectiva muito próxima da etnografia, em que se pretende recolher o testemunho individual, optámos pela utilização de entrevista não directiva, expressão que resulta de um movimento em torno dos trabalhos de Carl Rogers e do desenvolvimento da psicanálise. Este método, a que Rogers (1970) também chama entrevista centrada no cliente, pressupõe uma atitude de interesse e disponibilidade por parte do entrevistador que constitua um encorajamento à expressão espontânea do entrevistado, uma atitude de não julgamento, de não directividade, e a descoberta do universo subjectivo do outro a par de um esforço para manter a objectividade e controlar a entrevista.

A entrevista semi-directiva, tipo intermédio pelo qual optámos, encontra-se entre as duas opções, numa tentativa de que o sujeito exprimisse livremente as suas opiniões e motivações, manifestando no quadro das suas experiências as suas tendências, sem se aperceber que subjacente à entrevista existe uma condução do entrevistador que o leva a abordar as zonas críticas do seu ciclo de vida, numa tentativa de controlar a situação, segundo as tendências espontâneas do sujeito. Ao privilegiar a não directividade, através de atitudes de compreensão, de empatia, de facilitação e de abertura ao outro, pretende-se que esta seja uma entrevista livre e aberta, em que o entrevistador orienta a narração, interroga, numa produção próxima da etnografia.

A entrevista guiada ou "centrada" (Poirier e col., 1995) está focalizada em situações vividas, em acontecimentos. O investigador tem à sua disposição um guia de inquérito previamente estabelecido, devendo, contudo, manter uma certa não

directividade no interior do guião, tendo este uma função de enquadramento, evitando, assim, que se saia do campo de pesquisa, e, por outro lado, não se perca a função de precisão, para que seja pedido ao entrevistado a informação que o sujeito não fornece espontaneamente.

Para que a entrevista conseguisse ser standardizada ao máximo, considerando que este máximo é muito relativo, por se tratar de uma entrevista semi-directiva, muito mais próxima da não directiva, optámos por criar o guião de entrevista, numa tentativa que os tópicos gerais nela contidos (anexo 1) fossem focados em forma de temas, ao longo da entrevista. Como se verifica pelo conteúdo das entrevistas (anexo 2), o nosso objectivo foi conseguido na generalidade, com algumas excepções, em que respeitámos a expressão da vontade do nosso interlocutor, também por considerarmos que o excesso de standardização limita as possibilidades de expressão do sujeito. No capítulo VII do nosso trabalho, segunda parte, utilizámos instrumentos standardizados que respondem a algumas questões que possam ser levantadas em relação à vertente qualitativa da nossa investigação.

A percepção que cada adolescente tem do tema em questão é o objectivo das entrevistas. A percepção de cada um decorre do aparelho mental, da personalidade e da dinâmica que cada um estabeleceu com o contexto. Quisemos respeitá-lo, permitindo que cada um se exprimisse livremente. Cada discurso obtido reflecte as reacções pessoais do sujeito ao tema, a sua personalidade e a sua experiência e filosofia de vida. Com as entrevistas semi-directivas consideramos ter obtido um resultado mais fecundo e interessante e mais consentâneo com os objectivos propostos.

Alguns temas, em que não havíamos pensado, foram introduzidos por alguns adolescentes. Foi nossa intenção que cada adolescente abordasse os temas como

quisesse, no tempo considerado adequado, sendo que cada entrevista não excedeu uma hora de conversação.

As entrevistas foram recolhidas nos diferentes Colégios de Acolhimento Educação e Formação do I.R.S., onde recolhemos parte dos dados da nossa investigação, num contexto formal, em salas disponibilizadas para esse fim. Estas foram realizadas individualmente e gravadas com o acordo dos sujeitos. Não discutimos opiniões, ouvimos e fomos introduzindo os temas. O que não quisemos, acima de tudo, foi "despejar" uma série de perguntas, "bombardeando" o adolescente, o que considerámos conduziria apenas à obtenção de uma série de respostas estereotipadas, superficiais, sem autenticidade, que não reflectiriam a percepção dos sujeitos.

Quanto às resistências por parte dos entrevistados, elas não foram notórias, na medida em que lhes explicámos o objectivo do estudo, e não havendo qualquer coacção a sua adesão foi facilitada. Alguns adolescentes não quiseram partilhar connosco algumas facetas íntimas da sua trajectória delinquente, o que é patente nalgumas entrevistas, e o que, obviamente, respeitámos. Pensamos que para uma adequada condução das entrevistas terá contribuído a ideia de respeito pelos adolescentes, sem intrusividade mas com tolerância, e tanto quanto possível estabelecendo uma relação empática que permitiu que ao outro lhe agradasse conversar connosco.

Por vezes angustiámo-nos, sentimos um enorme carinho por aquele/a adolescente ali à nossa frente, que nos transmitia tanto sofrimento. Houve momentos em que nos foi difícil conter as lágrimas, mas a tosse serviu-nos de bengala. Também tivémos receio, por exemplo, quando numa entrevista em que o tema era traficância, um adolescente se levantou e exaltado gritou "você é da Judiciária!!", levámos algum tempo a estabelecer a relação. Ou ainda, quando num outro colégio, fomos forçados a interromper a entrevista que fazíamos, porque no exterior dois adolescentes se

espancavam, porque não chegaram a acordo sobre quem seria o próximo a falar com a "psicóloga visitante".

4 - ESTUDO QUANTITATIVO

4.1 – OBJECTIVOS

Como já vem sendo delineado ao longo do trabalho, foi nosso intuito utilizar uma metodologia conjunta, qualitativa e quantitativa.

Tentando fazer face à falta de sistematização e rigor, críticas que são normalmente apontadas à investigação qualitativa, e pese embora a qualidade de dados e resultados que obtivémos na avaliação qualitativa, não quisemos deixar de tentar responder a algumas questões levantadas na avaliação qualitativa, a fim de podermos aprofundar ainda mais a compreensão da problemática da delinquência.

Neste sentido, e atendendo a que os temas (categorias e sub-categorias) mais assinaladas pelos adolescentes institucionalizados, na avaliação qualitativa, se referem às vertentes família e escola, optámos por aprofundar a nossa investigação nestas áreas, agora numa perspectiva quantitativa.

Efectivamente, as categorias que os adolescentes mais assinalam são de âmbito familiar, como seja a imagem materna, ou paterna, ou da família nuclear, a proximidade física do pai e da mãe e as fugas prolongadas de casa, que serviram de motivo à sua institucionalização, como se poderá verificar no capítulo VI.

Numa tentativa de avaliar quantitativamente estas premissas, optámos por utilizar instrumentos que avaliem a percepção da dinâmica familiar (adaptabilidade e coesão) e a percepção que estes adolescentes têm das práticas parentais dos seus progenitores.

A relação com o contexto escolar assim como com o grupo de pares são duas outras categorias bastante assinaladas e que sobressaem na análise qualitativa. Por este motivo, fomos avaliar quantitativamente a percepção que os professores têm do

desempenho escolar destes adolescentes e do seu comportamento na sala de aula, também na interacção que estabelecem com o grupo de pares.

4.2 - INSTRUMENTOS

Passamos agora a apresentar os diferentes instrumentos utilizados na investigação quantitativa:

4.2.1 - FAMILY ADAPTABILITY AND COHESION EVALUATION SCALE - FACES III

O Modelo Circumplexo do Sistema Familiar desenvolvido por David Olson (1979, 1982, 1985, 1986) pretendeu preencher um vazio existente entre a investigação, a teoria e a prática.

A FACES III – Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale (anexos 4 e 4A) foi usada em diferentes investigações por Olson e col. (1985), que relacionaram os sintomas e os tipos de sistemas familiares, ou avaliaram as mudanças verificadas na tipologia familiar após intervenções junto da família, ou mesmo no decurso do processo de intervenção terapêutica familiar.

Em Portugal a FACES III foi utilizada em diferentes estudos nomeadamente por Sampaio e Dantas (1990) no estudo intitulado "Alguns instrumentos para avaliação da família – sua aplicação em clínica geral", por Sampaio, Dantas, Abreu, Alves-Sá, Gonçalves, Lalanda, Legrant, Manso, Marques Ferreira, Neto e Silva (1993) no estudo "A percepção da família pelo adolescente em clínica geral – Aplicação de uma Escala de Avaliação da Família" e ainda por Curral, Dourado, Roma-Torres, Palha e Barros

(1998) no trabalho "Epilepsia e Disfunção Familiar –Contribuição para o seu estudo" e por Curral, Dourado, Roma-Torres, Barros, Palha e Almeida (1999) no trabalho "Coesão e adaptabilidade familiares numa amostra portuguesa: estudo com FACES III".

Ao utilizarmos a FACES III pretendemos avaliar o funcionamento das famílias dos adolescentes que fazem parte da amostra do nosso estudo. Como instrumento de medida foi utilizada a versão portuguesa de "Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale - Faces III" (Olson e col., 1985), de Curral e col. (1998), que avalia a coesão e a adaptabilidade da família de acordo com o Modelo Circumplexo de Olson e col. (1979).

O Modelo Circumplexo do Sistema Familiar tem subjacente dois conceitos – a Coesão e a Adaptabilidade. A Coesão familiar é definida pelas ligações afectivas que existem entre os vários elementos da família e a Adaptabilidade familiar pela mudança que o sistema opera na liderança, nos papéis e regras, em resposta a situações de stress ou crise familiar.

Nos estudos levados a cabo por Olson e col. (1979, 1982, 1985, 1986) sobre o Modelo Circumplexo, as dimensões Coesão e Adaptabilidade têm uma relação curvilinear com o funcionamento saudável da família. Os valores extremos são mais esperados em famílias disfuncionais, enquanto os valores médios serão indicadores de famílias saudáveis.

Os conceitos de coesão e adaptabilidade têm vindo a ser utilizados em diferentes estudos sobre a família. Diferentes autores que utilizam conceitos muito próximos de coesão e adaptabilidade:

Beavers e Voller (1983) descrevem as forças familiares centripta e centrífuga conceptualmente muito próximas da coesão. Epstein e col. (1978) apresentam o conceito de envolvimento afectivo equiparado a coesão e de controlo do comportamento

ou de resolução de problemas equiparado a adaptabilidade. Gottman cit. por Curral e col. (1998) utiliza o conceito de validação correspondente a coesão e de contraste correspondente a adaptabilidade. Kantor e Lehr (1975) afecto e poder, Lábate cit. por Curral (1998) intimidade e poder, Letf e Vaughn cit. por Curral e col. (1998) distância e resolução de problemas e Reiss (1981) coordenação e "closure", conceptualmente muito próximos de coesão e adaptabilidade, respectivamente.

A FACES III avalia a coesão e adaptabilidade da família de acordo com o modelo circumplexo de Olson e col. (1979). Tem como dimensões básicas a coesão e a adaptabilidade.

A coesão é definida como a ligação emocional que os membros da família têm entre si e o grau de autonomia individual que a pessoa experimenta no sistema familiar.

A adaptabilidade refere-se à capacidade do sistema familiar para mudar a estrutura de poder, as regras e os papéis em resposta às crises situacionais ou de desenvolvimento.

O Modelo Circumplexo do Sistema Familiar pressupõe, como já dissémos, duas dimensões centrais: a coesão e a adaptabilidade, que conjugadas em 4 níveis, identificam 16 tipos de sistemas familiares, que são por sua vez agrupados em 3 ou 4 tipos mais gerais. As duas dimensões são curvilíneas. As famílias que aparecem colocadas muito acima ou muito abaixo em ambas as dimensões surgem como disfuncionais, enquanto as que se encontram nas áreas centrais apresentam um funcionamento mais adequado.

A escala Faces III, que foi aplicada aos adolescentes e aos seus progenitores, permite determinar índices de coesão e adaptabilidade, a partir dos quais se caracterizam tipos de família em equilibradas, intermédias e extremas.

Em função deste modelo são definidos quatro graus de coesão familiar, variando de coesão mínima (família desligada) a coesão extrema (família emaranhada). Os dois grupos intermédios quanto a esta variável permitem definir famílias separadas e famílias ligadas. Assim, o grau de coesão familiar desligada refere-se a uma família com pouca ligação afectiva, falta de lealdade e grande independência; o grau de coesão familiar separada indica baixa a moderada ligação afectiva, pouca lealdade e mais independência que dependência; o grau de coesão familiar ligada indica uma ligação afectiva moderada a alta, alguma lealdade e mais dependência que independência; o grau de coesão familiar emaranhada indica uma ligação afectiva muito elevada, muita lealdade e muita dependência.

Em relação à adaptabilidade são definidos quatro graus que variam entre adaptabilidade mínima (família rígida) e adaptabilidade máxima (família caótica). Os dois grupos intermédios quanto a esta variável permitem definir famílias estruturadas e famílias flexíveis.

Quanto ao índice de adaptabilidade as famílias podem ser consideradas: rígidas, estruturadas, flexíveis e caóticas. Estes grupos são assim definidos: família rígida, quando o lider é autoritário, os papéis poucas vezes mudam, a disciplina é rigorosa e existe muito pouca mudança; família estruturada quando a liderança é por vezes compartilhada, os papéis são estáveis, existe alguma democracia na disciplina e mudança quando exigida; família flexível, quando a liderança é compartilhada, os papéis são compartilhados, a disciplina é democrática e existe mudança quando necessário; família caótica quando se verifica a ausência de liderança, a troca de papéis, a disciplina é irregular e acontecem demasiadas mudanças.

No tipo de família rígida verifica-se uma oscilação entre o estilo passivo e o agressivo, mas, ao contrário das famílias do tipo caótico, existe uma liderança

autoritária. A disciplina é autocrática com negociações limitadas, e rigidez nos papéis. Os papéis não são aceites pela família porque constituem estereótipos. As regras são rígidas, mais explícitas que implícitas e reforçadas com grande rigor.

No tipo de família caótica o estilo de afirmação oscila entre o passivo e o agressivo, não se verifica a existência de liderança, a disciplina em vigor é do tipo "laissez-faire", com negociações infindáveis, em que se verificam dificuldades na solução dos problemas que se colocam à família. As mudanças de papéis são assíduas, assim como a mudança de regras, quando estas existem. Normalmente, estas são mais implícitas que explícitas e contêm alguma arbitrariedade.

Nas tipologias médias familiares, consideradas por Olson e col. (1985), o tipo de família flexível é na generalidade afirmativo com um controlo igualitário, com mudanças fluídas em que a negociação é apresentada como uma boa solução para os problemas. Os papéis são partilhados e a mudança de papéis é também fluida. Verificam-se algumas mudanças de regras. Existem muitas regras implícitas que são bastantes vezes reforçadas.

Quanto à família estruturada, também um tipo intermédio, ela é em geral afirmativa, com uma liderança estável e democrática, pelo que a disciplina aplicada tem consequências previsíveis. As negociações ocorrem de forma estruturada resultando em boas soluções para os problemas. Verifica-se uma certa partilha de papéis e uma maior mudança a nível das regras explícitas que implícitas.

Para cada uma das dimensões (coesão e adaptabilidade) os graus intermédios estarão potencialmente mais de acordo com famílias funcionais. Os graus extremos estarão, por sua vez, mais de acordo com famílias disfuncionais. Assim, as famílias que partilham os graus extremos, quer na dimensão coesão, quer na dimensão adaptabilidade, tenderão a apresentar maiores dificuldades em crises situacionais e de

desenvolvimento que possam colocar-se à família. Para valores mais baixos ou mais altos de coesão e adaptabilidade serão encontrados tipos de família mais disfuncionais, o que traduz a relação curvilínea que existe nas dimensões coesão e adaptabilidade, segundo o modelo circumplexo de Olson e col. (1985).

Segundo Olson (1991), a tipologia da dinâmica familiar pode ser considerada uma função linear do nível de adaptabilidade e do nível de coesão de um determinado agregado. A operacionalização que o autor produz deste conceito é feita a partir dos dados resultantes da aplicação da escala Faces III.

Esta escala, constituída por 20 itens, permite-nos identificar uma sub-escala de coesão, de 10 itens, cujos valores variam entre 10 e 50, e uma escala de adaptabilidade de 10 itens, cujo intervalo de variação possível é também de 10 a 50.

Os valores obtidos em cada uma destas escalas são correspondentes a níveis, respectivamente de coesão e adaptabilidade.

A tipologia de dinâmica familiar que Olson e col. (1985) constroem é então definida através de uma combinação linear de dois níveis, de adaptabilidade e de coesão, de acordo com a expressão

$$\text{Tipo} = (\text{coesão} + \text{adaptabilidade}) / 2.$$

Esta tipologia é depois reclassificada numa escala de 1 a 4 correspondente aos diversos tipos familiares: extremo, mediano, moderadamente equilibrado e equilibrado, (Extrema, Mid-range, Moderada e Balanceada).

Para avaliação destas dimensões funcionais da família, Olson e col. (1985) desenvolveram dois instrumentos a Circumplex Rating Scale-CRS que exige uma cotação efectuada por um observador externo e a Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale – Faces que é uma escala de auto preenchimento.

O FACES III usado no nosso estudo é a terceira versão deste instrumento. Contém vinte perguntas de auto preenchimento, avaliados numa escala de *Likert* de 5 pontos (1 = quase nunca; 2= de vez em quando; 3 = às vezes; 4 = frequentemente; 5 = quase sempre). A escala pode ser aplicada a vários elementos da família.

Relativamente ao estudo da consistência interna, Olson e col. (1985) encontraram um valor de alpha de Cronbach de 0,77 e de 0,68 respectivamente para a coesão e adaptabilidade.

Em relação às intercorrelações entre as duas dimensões, os autores encontraram uma correlação de 0,03.

Os resultados da análise factorial evidenciam uma estrutura com dois factores (coesão e adaptabilidade) bem definidos.

A tradução portuguesa de Family Adaptability and Cohesion Scale - Faces III (Olson e col. 1985) foi aplicada por Curral e col. (1998) a uma amostra de três grupos diferenciados de sujeitos: um grupo constituído por doentes com diagnóstico confirmado de epilepsia (n=78), um grupo constituído por doentes com o diagnóstico confirmado de Esclerose Múltipla (n=80) e um grupo formado por sujeitos randomizados da população em geral, de duas freguesias da cidade do Porto (n=116), que devolveram o inquérito enviado pelo correio.

Em termos sócio-económicos e de escolaridade, a amostra é caracterizada da seguinte forma: no grupo I 50% dos sujeitos possuem como habilitação escolar a 4ª classe e apenas 17% têm escolaridade superior ao 9º ano. No grupo II 38% possuem a 4ª classe e 26% têm escolaridade superior ao 9º ano. No grupo III 22% possuem a 4ª classe e 53% têm escolaridade superior ao 9º ano.

Em termos sócio-económicos 78% dos sujeitos do grupo I , 61% dos sujeitos do grupo II e 34% dos sujeitos do grupo III situam-se num nível baixo.

O grupo III é formado exclusivamente por sujeitos de meios urbanos. A maioria dos sujeitos dos grupos I (68%) e II (56%) são igualmente provenientes de meios urbanos.

O grupo I é constituído por sujeitos tendencialmente menos escolarizados e de mais baixo nível económico.

Para validar o instrumento à população portuguesa, os autores procederam à análise dos itens, através do estudo da sua consistência interna (coeficiente de alpha) e da sua estrutura factorial. Os resultados apresentam um valor de consistência interna para a coesão de 0,80 e de 0,62 para a adaptabilidade.

Os valores de correlação entre as duas variaveis são de 0,39.

Os autores procederam posteriormente a uma análise factorial dos itens através das componentes principais, considerando apenas as saturações iguais ou superiores a .40.

Os resultados obtidos permitem afirmar uma melhor interligação dos itens, na dimensão da coesão (ímpares). Os itens da dimensão adaptabilidade (pares) mostram-se mais dispersos em termos factoriais, sendo que o factor II reúne os itens mais directamente relacionados com as regras, a responsabilidade e os castigos. O factor III reúne os itens referentes à participação dos filhos nas decisões familiares. O factor IV reúne os itens relacionados com o clima de maior permissividade/controlabilidade. O factor V agrupa os itens que apontam para a estruturação/desorganização familiar.

Em termos de estrutura factorial os itens distribuem-se por seis factores, em vez dos dois referidos por Olson e col. (1985), por causa da maior dispersão dos itens da sub-escala de adaptabilidade.

Segundo Curral e col. (1998), a escala de coesão apresenta uma boa consistência interna, quer na sub-escala de coesão quer na sub-escala de adaptabilidade, muito

embora o coeficiente alpha seja mais baixo nesta última sub-escala. Os índices encontrados tendem a permanecer, independentemente dos grupos avaliados, o que é positivo para o funcionamento da escala.

Ainda segundo os autores, a sub-escala de adaptabilidade parece ser menos consistente ou menos organizada em torno de um único factor.

Vários estudos têm sido levados a cabo no sentido de avaliar a hipótese colocada por Olson (1986), e que está subjacente ao seu modelo, de que as famílias de tipo intermédio funcionam mais adequadamente que as famílias de tipo extremo que apresentam mais dificuldades de funcionamento ao longo do ciclo de vida, e que as famílias que apresentam muito fraca ou excessiva coesão e adaptabilidade são consideradas disfuncionais.

Clarke (1984) estudou famílias com pacientes esquizofrénicos e neuróticos e famílias que tinham sido anteriormente sujeitas a terapia e um grupo de controlo de famílias que não tinham sido sujeitas a terapia. Encontrou um nível elevado de famílias de pacientes neuróticos e esquizofrénicos comparativamente ao grupo de controlo, com um nível significativamente elevado de famílias tipo balanceado.

Olson e Killorin (1985), num estudo em famílias alcoólicas em que o paciente identificado era o pai ou a mãe, encontraram diferenças estatisticamente significativas entre famílias dependentes e não dependentes. 21% das famílias alcoólicas apresentavam valores significativamente mais elevados de famílias tipo extrema, comparadas com as famílias não dependentes (4%). 65% das famílias não dependentes apresentavam-se mais balanceadas, comparativamente a 32% das famílias dependentes.

Carnes (1985), num estudo em que utilizou a Faces III, investigou os sistemas familiares em ofensores sexuais encontrando elevados níveis de famílias tipo extremo, quer nas suas famílias de origem, quer nas suas famílias actuais. 49% apresentavam

famílias de tipo extremo nas suas famílias de origem, 66% apresentavam famílias de tipo extremo nas suas famílias actuais e apenas 19% dos sujeitos não ofensores apresentavam famílias de tipo extremo.

Quanto ao tipo balanceado, 11% das famílias de origem dos sujeitos ofensores sexuais e 19% das suas actuais famílias apresentavam tipos balanceados comparativamente a 57% de famílias do tipo balanceadas encontradas nos sujeitos não ofensores.

Rodick, Henggeler e Hanson (1986) compararam famílias de díades mãe-filho com o pai ausente, das quais metade tinha um adolescente ofensor e outra metade não tinha adolescente com historial de detenções ou quaisquer referências psiquiátricas. Concluíram que apenas 7% das famílias dos delinquentes eram do tipo balanceada, enquanto que 93% das suas famílias era mid-range ou extrema.

Olson (1986) concluiu ainda que, por norma, os progenitores aspiram por uma maior coesão familiar, contudo, a mãe espera mais adaptabilidade e o pai menos. Quanto ao adolescente, deseja muito menos coesão e mais adaptabilidade, no sentido de uma maior flexibilidade.

Embora no nosso estudo não tenhamos avaliado as diferenças entre a família percepcionada e a desejada, o modelo de Olson permite fazê-lo, tendo o autor concluído que é o adolescente que manifesta maior discrepância nos resultados entre a família percepcionada e como gostaria que a sua família funcionasse.

Dundas (1994), ao relacionar o Faces III com outras medidas e indicadores do funcionamento familiar, encontrou uma relação linear entre o funcionamento familiar saudável e as variáveis coesão e adaptabilidade. Cluff, Hicks e Madsen (1994) rejeitaram também a ideia de que o modelo das duas dimensões coesão e adaptabilidade,

proposto por Olson e col. (1979), tenha uma relação mais curvilínea que linear com o funcionamento familiar.

Após alguns resultados não uniformes na investigação, Olson (in Thomas e Olson, 1994) admitiu que o Faces III pode não ser o instrumento adequado para operacionalizar correctamente o Modelo Circumplexo do Funcionamento Familiar, estando em curso a construção do Faces IV.

4.2.2 - PARENTAL BONDING INSTRUMENT - PBI

O PBI - Parental Bonding Instrument (anexo 5) foi descrito por Gordon Parker e col. (1979, in Rebelo e col. 1993) e destina-se a avaliar a percepção que os sujeitos têm da qualidade das práticas parentais, nos seus progenitores.

Nesta escala, a percepção da qualidade das práticas parentais nos progenitores é avaliada em dois tipos específicos de práticas parentais – a protecção e o carinho.

A escala é constituída por 25 itens para avaliar as práticas do pai e 25 itens para avaliar as práticas da mãe. Destes 25 itens, 13 são referentes ao carinho e 12 à protecção. Cada item é avaliado segundo uma escala de 4 pontos (1=raramente; 2= às vezes; 3= frequentemente; 4 = quase sempre). Os itens que sugerem carinho definem o estilo parental que pode ir do afecto à negligência; indicam afecto, empatia, calor emocional, ou, no pólo oposto, sugerem frieza emocional, indiferença e rejeição.

Os itens relacionados com protecção sugerem controlo parental, superprotecção, intrusão, contacto excessivo, infantilização e prevenção do comportamento independente (autonomia) e, no pólo oposto, sugerem promoção da independência e autonomia.

Estas duas dimensões carinho e protecção reflectem, na generalidade, as características parentais. Os itens têm relevância semelhante quer para os pais, quer para as mães.

Inicialmente, a escala desenvolvida por Parker e col. (1979, in. Rebelo e col. 1993) possuía 114 itens relacionados com atitudes e comportamentos, posteriormente grande parte desses itens foram rejeitados, porque não se encontraram distribuições adequadas nas análises finais. A escala foi reduzida para 25 itens, dos quais 12 relativos ao carinho e 13 relativos à superprotecção, como já referimos.

O primeiro factor era responsável por 28% de variância total e sugeria claramente que o constructo carinho era relativo aos itens que indicavam afecto, empatia, proximidade e emotividade, enquanto que os outros itens sugeriam frieza emocional, indiferença e rejeição. Este segundo factor, que era responsável por 17% de variância total, incluía itens como controlo parental, superprotecção, intrusão, contacto excessivo, infantilização e prevenção de comportamentos de independência.

A validade teste-reteste da escala foi feita com intervalo de três semanas e os resultados obtidos indicaram um coeficiente de correlação de Pearson de .76 ($p<.001$) para a sub-escala carinho e .73 ($p<.001$) para a sub-escala protecção.

A validade "split-half" da escala PBI foi também medida e obtiveram-se coeficientes de correlação de .88 e .67 (ambas com $p>.001$), respectivamente para as sub-escalas carinho e protecção.

Por forma a estimar a validade do PBI como uma medida de percepção de características parentais, foi executada uma matriz de correlação entre os scores de PBI e os scores de dois juízes independentes. Estes dois juízes independentes avaliavam o conteúdo de entrevistas, em que se avaliava o mesmo conteúdo da escala, e atribuíam

uma pontuação de 1 a 5 para os constructos carinho e protecção. Os coeficientes inter-juízes, nessas duas dimensões, eram de .85 e .69 respectivamente.

A matriz de correlação de Pearson para as duas medidas de carinho foi de .78 para o juiz 1 e .77 para o juiz 2. Para as duas medidas de protecção encontrou-se .50 para o juiz 1 e .48 para o juiz 2 (todos com p>.001).

Os autores utilizaram t-Student no tratamento dos dados. Para comparação de quatro grupos etários dos 15 aos 18 anos, os autores utilizaram a análise de variância a um factor (ANOVA). Relativamente ao efeito da variável idade, os autores verificaram que os alunos mais jovens avaliam os seus progenitores como mais carinhosos que os sujeitos com nível etário superior. Não existindo, no entanto, diferenças para o factor protecção.

Os autores encontraram diferenças significativas entre os géneros. Sendo que os rapazes vêem o pai como mais protector do que as raparigas o vêem. Não encontraram contudo, diferenças significativas entre a percepção de carinho e protecção da mãe e do carinho do pai.

A versão adoptada da escala é da responsabilidade do Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Rebelo, Machado e Alves, 1993), que a utilizaram numa população adolescente, de oito escolas secundárias da cidade de Lisboa (10º e 11º anos).

O PBI foi utilizado em diferentes estudos, nomeadamente em Sidney, na Austrália (1977/78),onde foram testadas as influências da idade, género e classe social no PBI. Em Oxford, Inglaterra, foi utilizado também, no sentido de avaliar influências demográficas numa outra cultura diferente da australiana.

Foi encontrada uma associação positiva entre a classe social elevada e o carinho maternal elevado. Subsequentemente, a possibilidade de interacção entre estas duas

variáveis foi examinada e o único efeito significativo encontrado foi a ligação entre os scores da classe social elevada e do carinho maternal elevado.

A hipótese de que o filho único, particularmente, corria riscos de superprotecção maternal, e que pudesse haver influências no tamanho da família, foi contrariada pelos resultados dos scores do PBI. Não é significativo que as mães do filho único sejam mais protectoras que as de vários filhos. Não existe, igualmente, relação significativa entre a protecção paternal e o tamanho da família.

Foram encontradas resultados semelhantes, quer nas populações de Oxford, quer na de Sydney, no que diz respeito ao carinho da mãe, sendo estas percepcionadas pelos filhos como mais carinhosas e protectoras que os pais.

Os autores não encontraram associação significativa entre o carinho maternal e a classe social, e a idade ou o sexo do adolescente.

4.2.3 - ESCALA DE AGRESSIVIDADE - CHILD BEHAVIOR CHECK - LIST

Para avaliar a percepção que os professores têm da agressividade dos adolescentes, foi utilizada a Escala de Agressividade extraída do Child Behavior Check-list, que foi desenhado por Craig Edelbrock e Thomas Achenbach (1984). Esta escala destina-se a medir a avaliação que os por professores fazem dos comportamentos dos seus alunos, da sua "performance" escolar e do seu funcionamento adaptativo.

A agressividade surge como um dos comportamentos anti-sociais que se manifestam em contexto escolar, sendo este um indicador objectivo do comportamento.

A ESCALA DE AGRESSIVIDADE do Child Behavior Check-list (anexo 6) é uma escala em que a avaliação do comportamento agressivo não é feita pelo próprio,

mas pelos seus professores. Ou seja, o comportamento agressivo dos alunos é medido através da avaliação que os professores fazem desse comportamento.

Dada a falta de instrumentos sobre agressividade adaptados à população portuguesa, e dada a necessidade dum instrumento adequado aos objectivos duma investigação mais alargada, procedeu-se à adaptação e validação de uma das escalas que fazem parte da Child Behavior Check-list - A ESCALA DE AGRESSIVIDADE (Carrilho, Rebelo e Fenha 1998).

Passamos a expor a metodologia seguida pelas autoras, na adaptação da escala, a saber: população, amostra, características do instrumento e procedimentos utilizados.

A ESCALA DE AGRESSIVIDADE que foi traduzida e adaptada à população portuguesa é constituída por 38 itens. Esta escala é a que apresenta o nível mais elevado de factores externos.

INSTRUMENTO

A ESCALA de AGRESSIVIDADE faz parte duma bateria de escalas que constituem o Child Behavior Check-list, que foi desenhado por Craig Edelbrock e Thomas Achenbach (1984) e destina-se a medir a avaliação que os professores fazem dos comportamentos dos seus alunos, do seu desempenho escolar e do seu funcionamento adaptativo.

A Child Behavior Check-list é formada por duas partes: a primeira contem uma informação demográfica e a segunda é constituída por uma série de escalas que avaliam o funcionamento comportamental adaptativo.

Este check-list subdivide-se em várias escalas, a saber:

1) - ansiedade

2) - retraimento social

3) - impopularidade

4) - auto-destruição

5) - obsessividade-compulsividade

6) - dispersão/falta de atenção

7) - hiperactividade

8) - agressividade

Os autores consideraram como factores internos, os que fazem parte das escalas de:

9) - ansiedade

10) - retraimento social,

e como factores externos, os que fazem parte das escalas de:

11) - dispersão

12) - hiperactividade

13) - agressividade

As restantes escalas:

14 - impopularidade

15 - auto-destruição

16 - obsessividade-compulsividade,

são consideradas escalas mistas.

A Child Behavior Check-list é utilizada na clínica, na investigação e na área escolar. Cada componente da bateria pode ser aplicado em separado, embora a aplicação total possa fornecer um pacote informativo muito detalhado, que permite a elaboração de um perfil sobre o comportamento da criança.

As escalas foram elaboradas e standartizadas separadamente para rapazes e raparigas com diferentes idades. Cada instrumento está normalizado para um exemplo representativo de crianças não referenciadas.

A ESCALA DE AGRESSIVIDADE é constituída por uma primeira parte, da qual fazem parte 7 questões referentes ao desempenho escolar do aluno. A segunda parte, constituída por 38 itens, avalia os comportamentos agressivos mediante uma escala de *Likert* de 3 pontos, em que a pontuação indica a frequência do comportamento (0 - frequência nula; 1 - baixa frequência; 2 - elevada frequência).

METODOLOGIA

A escala foi pré-testada em cerca de 80 adolescentes; os resultados permitiram a reformulação de itens que suscitavam dúvidas.

PROCEDIMENTO

Após autorização dos respectivos Conselhos Directivos das escolas, dependentes do Ministério da Educação e dos Directores dos Colégios de Acolhimento, Educação e Formação, dependentes do Ministério da Justiça, envolvidos nesta investigação, foi pedido aos Directores das turmas seleccionadas, que preenchessem a ESCALA DE AGRESSIVIDADE do CBC em relação a cada um dos alunos.

Foram efectuadas previamente reuniões conjuntas com os referidos Directores de turma, tendo-lhes sido explicado não só os objectivos da investigação, mas também o instrumento em si. Todos os professores convocados colaboraram de forma voluntária no projecto. Foram ainda informados, quer os professores, quer os alunos, da garantia de total confidencialidade dos resultados individuais. A dinâmica subjacente ao estudo foi a mesma em todas as escolas e colégios que participaram nesta investigação.

SUJEITOS

A população é formada por adolescentes de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 9 e os 21 anos, que frequentam o ensino público ou o ensino recorrente dos Colégios de acolhimento, educação e formação (CAEF's).

A recolha de dados foi feita nos distritos do Porto (concelho do Porto), de Leiria (concelho de Peniche) e de Lisboa (concelhos de Lisboa e de Oeiras).

A amostra foi retirada duma amostra mais alargada, que por não obedecer aos critérios utilizados, não faz parte deste estudo. Assim, esta amostra é constituída por 788 sujeitos adolescentes, sendo 404 do género masculino e 384 do género feminino (cfr. Quadro 5.1).

Quadro 5.1: Distribuição por género dos sujeitos

Género	N	%
Masculino	404	51,3
Feminino	384	48,7
Total	788	100,0
Total	788	100,0

Em cada concelho, Porto, Peniche, Lisboa e Oeiras foram seleccionadas as escolas que geograficamente se encontram mais próximas dos CAEF's dos referidos concelhos. De entre estas, procedeu-se ao sorteio das turmas em número de duas por cada ano escolar, nos diferentes estabelecimentos de ensino, num total de 64 turmas.

Os adolescentes institucionalizados nos CAEF's e que aí frequentam as suas aulas no ensino recorrente, foram incluídos no estudo, desde que não manifestassem patologia do foro psiquiátrico e que estivessem disponíveis para ser entrevistados.

Quadro 5.2: Distribuição dos sujeitos por tipo de estabelecimento de ensino

Tipo de estabelecimento de ensino	N	%
CAEF's	96	12,2
Escolas ensino oficial	692	87,8
Total	788	100,0
Total	788	100,0

Dos 788 adolescentes, 692 frequenta Escolas do ensino público e 96 estão institucionalizados nos CAEF's (cfr. Quadro 5.2).

Dos 96 adolescentes institucionalizados, 18,8% frequentam (do 1° ao 4° ano) o ensino básico, enquanto que os adolescentes não institucionalizados frequentam o ensino básico e complementar do 5° ao 12° ano. Não há, na nossa amostra, adolescentes institucionalizados nas CAEF'S a frequentarem o 10°/11°e12°anos.

RESULTADOS DA ESCALA DE AGRESSIVIDADE

Os dados recolhidos foram informatizados e submetidos a exploração estatística. Estudou-se o poder discriminativo dos itens, a fidelidade e validade dos resultados da escala.

A partir de uma análise factorial em componentes principais com rotação ortogonal (*varimax*), a escala de agressividade, originalmente composta por 38 itens, foi reduzida a 27 itens, os quais foram agrupados em 3 factores.

O primeiro factor – Comportamento apelativo – é composto por 12 itens, designadamente, "fala demasiado", "fala quando não é a sua vez", "dá nas vistas", "mostra-se irrequieto", "discute imenso", "incomoda os outros", "grita muito", "mostra-se desobediente", "troça dos outros", "mostra-se gabarola", "parece não se sentir culpado depois de se portar mal" e "é barulhento". Este factor apresenta uma variância de 47.30% e um valor próprio de 12.78. O coeficiente α de Cronbach calculado para este factor foi de .89.

O segundo factor – que designámos por Comportamento Agressivo – é composto por 7 itens, designadamente, "destrói as coisas", "ataca fisicamente as pessoas", "é cruel, intimida", "provocador", "ameaça", "rouba" e "destrói as suas coisas". Este factor é responsável por 7.80% da variância total, possui um valor próprio de 2.12. O coeficiente α de *Cronbach* calculado para este factor é de .90, o que revela um elevado índice de consistência interna da dimensão em análise.

Quadro 5.3: Análise factorial em componentes principais da Escala de Agressividade

(Edelbrock & Achenbach, 1984)

	Comportamento Apelativo	Comportamento Agressivo	Instabilidade
Valor próprio	12.78	2.12	1.79
% variância	47.30	7.80	6.60
% var acumulada	47.30	55.20	61.80
α de Cronbach	.89	.90	.89
Fala demasiado	.81	.10	.23
Fala quando não é a sua vez	.81	.17	.26
Dá nas vistas	.78	.14	.18
Mostra-se irrequieto	.70	.19	.34
Discute imenso	.68	.37	.29
Incomoda os outros	.67	.43	.24
Grita muito	.66	.44	.24
Mostra-se desobediente	.65	.39	.34
Troça dos outros	.64	.45	.21
Mostra-se gabarola	.62	.38	.22
Parece não se sentir culpado depois de se portar mal	.56	.38	.25
É barulhento	.41	-.09	.03
Destrói as coisas	.18	.81	.10
Ataca fisicamente as pessoas	.29	.76	.16
É cruel, intimida	.33	.75	.21
Provocador	.37	.71	.20
Ameaça	.40	.71	.27
Rouba	.17	.64	.21
Destrói as suas coisas	.14	.60	.28
Amua	.24	.14	.79
Sente-se perseguido	.16	.11	.78
Desanima facilmente	.11	.09	.75
Mostra-se desconfiado	.21	.26	.75
Tem mudanças rápidas de humor	.37	.27	.63
Mostra-se ciumento	.29	.22	.62
Tem dificuldades em relacionar-se	.14	.37	.61
Não é bem aceite pelos outros	.18	.47	.55

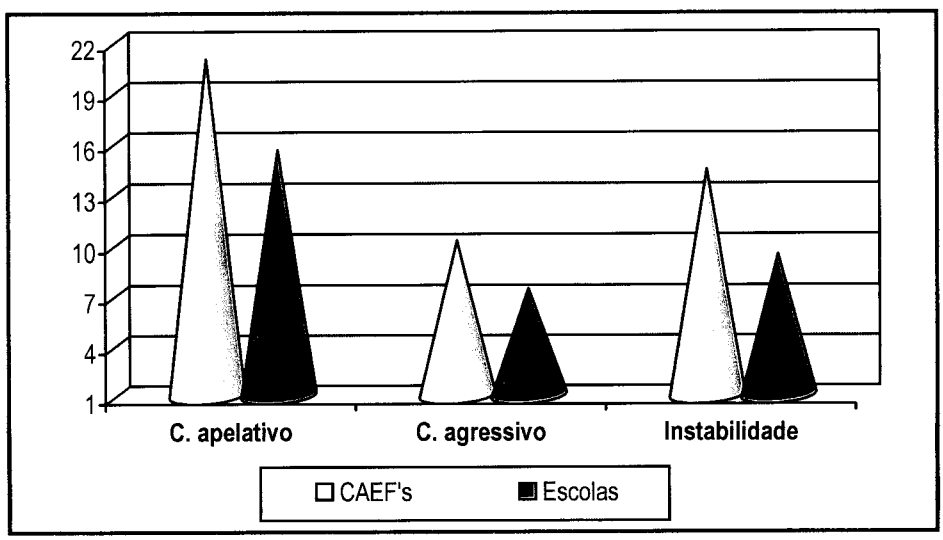
O terceiro e último factor – Instabilidade – é composto por 8 itens, nomeadamente, "amua", "sente-se perseguido", "desanima facilmente", "mostra-se desconfiado", "tem mudanças rápidas de humor", "mostra-se ciumento", "tem dificuldades em relacionar-se" e "não é bem aceite pelos outros". Este factor contribui para 6.60% da variância total explicada e revela um valor próprio de 1.79. O coeficiente α de *Cronbach* é de .89 e, tal como o anterior, apresenta um nível satisfatório de consistência interna.

No total, os três factores resultantes da análise factorial em componentes principais contribuem para uma variância total de 61.8%, o que significa um elevado nível de explicação do conceito – agressividade, tal como foi operacionalizado pela escala.

Em seguida, procedeu-se ao cruzamento dos três factores com duas das variáveis independentes consideradas – sexo dos sujeitos e tipo de estabelecimento de ensino.

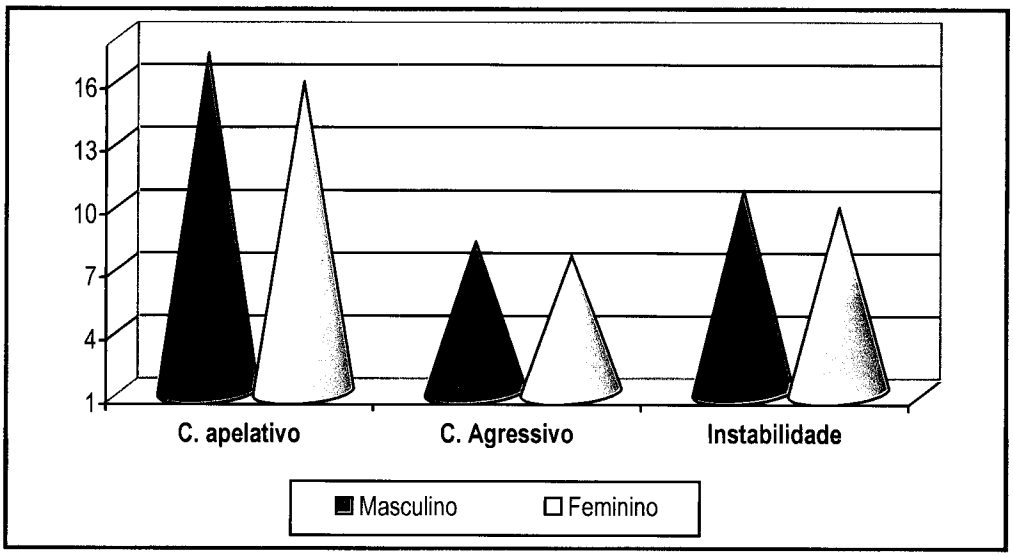
Os resultados desses cruzamentos apresentaram resultados estatisticamente significativas em ambas as variáveis analisadas.

Quadro 5.4: Diferenças entre os tipos de estabelecimento de ensino e as três sub-escalas da Escala de Agressividade



Assim, os adolescentes institucionalizados são percepcionados pelos seus professores como mais agressivos, mais instáveis e com mais comportamentos apelativos do que os adolescentes que frequentam as escolas do ensino público (cfr. Quadro 5.4).

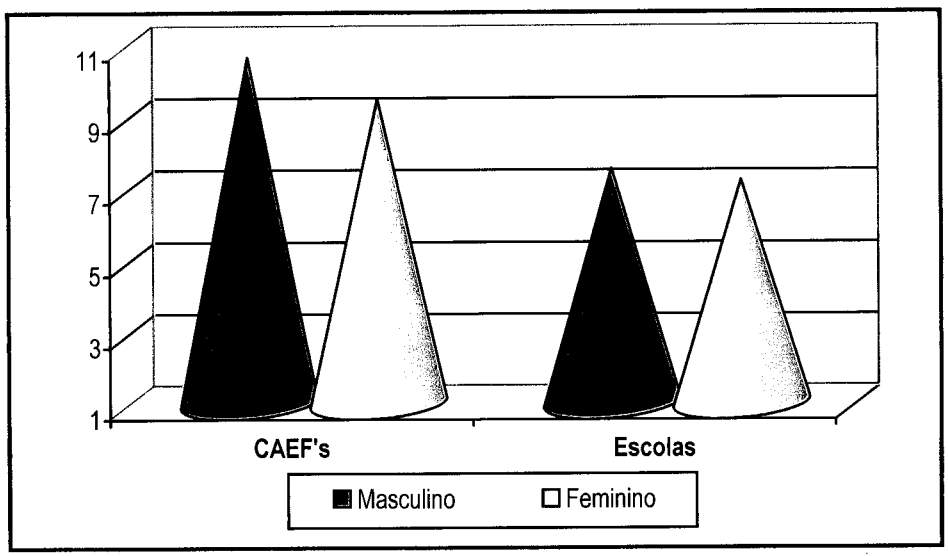
Quadro 5.5: Diferenças entre sexos relativamente às três sub-escalas da Escala de Agressividade



Relativamente à variável sexo, os rapazes são percepcionados pelos professores como mais agressivos, mais instáveis e com mais comportamentos apelativos do que as raparigas (cfr. Quadro 5.5).

A análise de variância realizada com as variáveis - sexo e tipo de estabelecimento -, apresenta um efeito de interacção estatisticamente significativo ($p \leq 0.05$). Assim, os rapazes institucionalizados são vistos pelos seus professores como mais agressivos do que as adolescentes que frequentam as escolas do ensino público (cfr. Quadro 5.6).

Quadro 5.6: Diferenças entre sexos e tipo de estabelecimento de ensino e comportamento agressivo



Os resultados obtidos indicam, relativamente às propriedades da escala, uma elevada consistência interna em todos os factores obtidos através da análise factorial em componentes principais. Para além destes resultados, podemos ainda afirmar que o instrumento estudado avalia adequadamente os comportamentos agressivos na adolescência.

A identificação de factores que discriminam eficazmente os adolescentes agressivos, pode permitir um trabalho que iniba esses factores, conduzindo a um decréscimo de comportamentos agressivos, e, consequentemente, poderá evitar a escalada na delinquência.

A intervenção preventiva pode inibir um jovem a enveredar pela trajectória delinquente, e o consequente processo que conduzirá, em última análise, a mais uma

institucionalização, com os elevados custos, quer no plano económico, para a sociedade, quer no plano individual, para o próprio adolescente.

Já em 1962 Glueck e Glueck sugeriam ser possível prever a delinquência aos 2,3 anos, mediante a aplicação da sua escala Glueck Social Prediction Table (SPT), Glueck e Glueck (1950).

Sendo a agressividade na criança um preditor de posteriores comportamentos delinquentes (Farrington, 1991; Huesmann Eron & Yarmel, 1987; Loeber, 1988; Loeber & Dishion, 1983), as crianças que manifestam comportamentos agressivos na infância têm um elevado risco de se tornarem subsquentemente envolvidos na delinquência juvenil, ou na criminalidade adulta (Farrington et col. 1990).

Os comportamentos agressivos que surgem principalmente antes dos 8 aos 10 anos de idade têm uma elevada relação com o comportamento anti-social na adolescência e na idade adulta (Robins, 1966).

Quanto mais grave, variado e frequente fôr o comportamento agressivo, maior é o risco que este se torne num comportamento anti-social e criminoso na adolescência ou na idade adulta (Blumstein, Farrington, & Moitra, 1985)

A agressividade nos rapazes, com idades compreendidas entre os 5 e os 7 anos, é preditiva de consumo de substâncias na adolescência e na idade adulta. Se o comportamento agressivo se mantém na adolescência torna-se um forte preditor de alcoolismo e de consumo de substâncias na idade adulta. (Loeber, 1988).

Farrington e col., num estudo efectuado em 1990, concluíram que os rapazes que os professores consideravam agressivos, quer na infância, quer na adolescência, tornaram-se em adultos mais fumadores, consumidores de álcool e de substâncias e cometeram mais crimes que os rapazes que foram considerados pelos professores como não agressivos.

Loeber e Dishion (1983) concluíram que 30% a 43% dos rapazes considerados com comportamentos agressivos e mal adaptados dos 4 aos 11 anos, continuaram a assumir o mesmo comportamento desviante durante os 9 anos seguintes. Os mesmos autores concluíram, também, que mais de metade dos rapazes considerados agressivos na infância continuam envolvidos em agressões ou numa escalada de comportamento delinquente.

Olweus (1984), numa revisão feita a vários estudos sobre agressividade, concluiu haver um coeficiente médio de estabilidade para a agressão masculina de .68.

5 – PROCEDIMENTOS GERAIS

Não estamos no nosso estudo a procurar as causas da delinquência, como já afirmámos, mas a tentar compreender as interferências a nível familiar e escolar, que podem ter-se verificado na trajectória delinquente, que levou à institucionalização.

Verifica-se que em Portugal os adolescentes são considerados institucionalizáveis por motivos tão diferentes, como vitimarem ou serem vítimas, embora saibamos que os primeiros, por norma, já foram também eles vitimados e que são institucionalizados de acordo com padrões em tudo semelhantes, no que diz respeito ao tipo de institucionalização e de práticas institucionais a aplicar ao adolescente.

Pelo exposto, apercebemo-nos que teríamos efectivamente uma tarefa árdua, se não impossível, se houvesse da nossa parte a tentativa de abordar em separado os adolescentes a quem possa ser feito um diagnóstico de perturbação do comportamento, ou personalidade psicopata, até porque na maior parte dos processos individuais dos adolescentes institucionalizados não consta avaliação psicológica.

Por isso, numa primeira fase da investigação, considerámos os adolescentes institucionalizados e fizemos uma abordagem qualitativa ao material (entrevistas, anexo 2) que recolhemos junto destes adolescentes, e que constitui o capítulo VI do nosso trabalho.

Porque consideramos, como já afirmámos, que os métodos quantitativos e qualitativos se complementam, optámos por avançar com uma metodologia quantitativa, tendo, para isso, considerado os adolescentes institucionalizados e o grupo de controlo de adolescentes não institucionalizados.

Como nesta fase da vida – adolescência - os processos de desenvolvimento sofrem alterações profundas, um adolescente de 10 anos é bem diferente de um adolescente de 18 anos, optámos, por isso, a partir de determinada fase da investigação,

por considerar três grupos de níveis etários em que os adolescentes foram subdivididos, dos 10 aos 12 anos, dos 13 aos 15 anos e dos 16 aos 18 anos e prosseguimos a nossa investigação com base neste pressuposto.

Como não sabemos quais eram os adolescentes delinquentes antes da institucionalização e os que se tornaram delinquentes depois da institucionalização, a única opção que nos pareceu viável, em determinada fase do processo de investigação, foi considerar os dois grupos, casos assistenciais e casos pré-delinquentes, de acordo com o motivo de internamento.

Sabíamos à partida que os resultados que obtivessemos poderiam não comprovar as hipóteses formuladas, por se nos levantarem reservas face à contaminação institucional. A convivência institucional com adolescentes com comportamentos delinquentes é, seguramente, aprendida pelos adolescentes que não eram delinquentes quando entraram na instituição. Acreditávamos, também, que esta modulação seria mais fácil, quanto mais novos forem os adolescentes. Ou seja, se a institucionalização do adolescente ocorrer numa fase precoce da sua vida, isso pode ser determinante na forma como o adolescente percepcionará o seu contexto familiar, as relações parentais, como reagirá em contexto escolar, proporcionando aos professores determinada percepção sobre a sua performance e comportamento.

Por tudo isto, consideramos numa 4ª fase do trabalho dois grupos de adolescentes institucionalizados: os adolescentes precoces, com institucionalização antes dos 12 anos e os adolescentes tardios, institucionalizados depois dos 12 anos.

Passaremos em seguida a explicitar a forma como procedemos para administrar os instrumentos seleccionados e que se explicitam no ponto 4.2.

Após autorização do Ministério da Justiça e dos Conselhos Directivos das respectivas escolas, dependentes do Ministério da Educação, foram administradas colectivamente as provas já referenciadas:

Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale - Faces III (Olson et col., 1985, in Curral e col. 1998), Parental Bonding Instrument (Parker et col., 1979, in Rebelo e col. 1993) e a Escala de Agressividade do CBC "Child Behaviour Check List (Edelbrock e Achenbach, 1984 in Carrilho e col., 1998), junto da população que é formada por adolescentes de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos.

Foi elaborada uma ficha de identificação (anexo 3) para a definição das variáveis sócio demográficas, que foi preenchida pelos directores de turma dos alunos do ensino oficial e dos alunos institucionalizados que frequentam o ensino oficial fora da instituição. No caso dos alunos institucionalizados. que frequentam o ensino dentro da instituição, esta grelha foi preenchida pelo professor que dá aulas ao aluno. No que diz respeito aos alunos institucionalizados, esta ficha foi complementada (anexo 3 A) com alguns dados referentes aos adolescentes e ao seu contexto familiar, recolhidos junto dos técnicos do I.R.S., do Ministério da Justiça, responsáveis pelos adolescentes institucionalizados, e de acordo com o conhecimento que têm de cada adolescente e apoiados no respectivo processo individual daquele. No ensino oficial não foi possível recolher este tipo de dados, porque eles não constam de qualquer processo individual a nível do Ministério da Educação.

A Escala de Agressividade do CBC "Child Behaviour Check List" (anexo 6) foi igualmente preenchida pelos mesmos professores que preencheram a ficha de identificação do aluno.

Adolescentes e progenitores completaram a versão portuguesa adaptada do Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale FACES III (Curral e col. 1998) (anexo 4). No caso dos adolescentes institucionalizados, o instrumento foi preenchido pelos adolescentes nos respectivos colégios. No caso dos adolescentes não institucionalizados, foi preenchido na sala de aula. Quer numa situação, quer noutra, estivemos sempre presente aquando do preenchimento do FACES III.

Em relação aos progenitores dos adolescentes não institucionalizados, o FACES III foi igualmente preenchido em contexto escolar, quando das reuniões de pais, em que estes eram convocados pelo director de turma. No caso dos progenitores dos adolescentes institucionalizados, deslocámo-nos às suas residências, desde Trás-os-Montes ao Minho, Beiras, Algarve e Madeira entre outros locais, e aí o FACES III foi preenchido na nossa presença, sendo fornecidos os esclarecimentos considerados oportunos.

O Parental Bonding Instrument – PBI (anexo 5) foi preenchido pelos adolescentes institucionalizados e não institucionalizados na mesma altura em que preencheram o Faces III.

Aos adolescentes institucionalizados foi feita uma entrevista semi-directiva de acordo com o guião que se apresenta em anexo 1.

Com a finalidade de se analisarem as entrevistas, recorreu-se à análise de conteúdo procedendo a uma análise temática do material recolhido. Esta técnica oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade (Compenhoudt e Quivy, 1992).

Para Krippendorf (1980) a análise de conteúdo é "uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto". A finalidade desta técnica é segundo Vala (1986a) "efectuar inferências, com base numa

lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas".

O material recolhido através das entrevistas realizadas foi organizado em torno de grandes temas-categorias e sub-categorias. Este processo designado por categorização permite organizar os dados de modo a procedermos posteriormente à sua análise. Esta análise descritiva permite-nos aceder à percepção que os sujeitos têm em relação a alguns dados pessoais (categoria A), à família (categoria B), ao contexto escolar (categoria C), ao contexto institucional (categoria D) e ao grupo de pares (categoria E).

Porque as questões demográficas e contextuais são importantes na caracterização de cada entrevistado e da amostra em que o estudo incide, para além dos blocos temáticos, também foram incluídas, na entrevista semi-directiva, questões de âmbito sociodemográfico, que permitem uma caracterização mais aprofundada, do que aquela que possuíamos, dos adolescentes institucionalizados, resultante dos dados recolhidos nos processos individuais e junto dos técnicos das diferentes instituições.

O tipo de análise utilizado é o de ocorrências, o qual "pretende revelar a atenção que o sujeito do discurso confere aos diferentes conteúdos inventariados" (Vala 1986a). Procedemos, em seguida, à inventariação das frequências com que os sujeitos referem as categorias e sub-categorias.

Às entrevistas efectuadas aos 104 adolescentes institucionalizados da nossa amostra, foi feita uma análise qualitativa, tendo por base a grelha atrás referida, que criámos, que permite a observação e a apresentação sintética e significante do conteúdo, e que apresentamos, com a respectiva explicitação, no capítulo VI.

Após autorização dos respectivos Conselhos Directivos das escolas e dos Directores dos Colégios do I.R.S., envolvidas nesta investigação, tomaram-se os seguintes procedimentos:

Em cada escola do ensino oficial procedeu-se ao sorteio das turmas, duas em cada ano escolar, tendo posteriormente a esta selecção feita com o Director de cada escola, sido convocados os directores de turma das respectivas turmas seleccionadas para posteriores reuniões.

Foram efectuadas reuniões conjuntas com os referidos Directores de turma, tendo-lhes sido explicado não só os objectivos da investigação, mas também os diferentes instrumentos utilizados nesta investigação.

Estas reuniões tiveram igualmente lugar com os professores e técnicos dos colégios do I.R.S. e com os respectivos directores.

Foi sempre indicado o objectivo da investigação, pedido o voluntariado dos participantes e garantida a total confidencialidade dos dados. Independentemente da instituição em que se procedeu à recolha de dados as instruções foram as mesmas.

Todos os professores convocados colaboraram de forma voluntária no projecto, à excepção de um professor de uma escola do concelho de Oeiras, pelo que foi substituído.

Foram ainda informados, quer os professores quer os alunos, da garantia de total confidencialidade dos resultados individuais.

A dinâmica subjacente ao estudo foi a mesma em todas as escolas e instituições que participaram nesta investigação.

Foram administradas provas a mil e duzentos adolescentes.

6 – CARACTERIZAÇÂO SOCIODEMOGRAFICA DA AMOSTRA

Por razões de operacionalização, aceita-se delimitar etáriamente a juventude entre os 15 e os 30 anos. Por isso, no nosso trabalho, optámos pela utilização do termo adolescência, que, consideramos, permite-nos considerar a delimitação da nossa amostra entre os 10 e os 18 anos, idades que correspondem ao período de institucionalização permitida segundo a lei portuguesa.

Como é sabido, a idade por si só não determina a passagem para a idade adulta, mas sim a organização de determinados acontecimentos que ocorrem no ciclo vital do sujeito e a que não são estranhas condições sociais como o prolongamento de estudos, o desemprego, a dependência familiar, pelo que, para além do nível etário, é necessário ter em conta alguns critérios sociais que definem a pertença à condição juvenil, a que optamos por designar por período da adolescência.

O conceito de delinquência referir-se-á, assim, no âmbito deste trabalho, e como já explicitámos atrás, aos adolescentes que do ponto de vista legal foram considerados institucionalizáveis, quer por motivos ligados ao desvio, à delinquência ou à criminalidade, que não podem ser considerados criminalmente imputáveis, pelo que lhe estão a ser aplicadas medidas tutelares, visando quer medidas de protecção, quer de educação. Os adolescentes institucionalizados a quem estão a ser aplicadas estas medidas, mas que não são abrangidos pela situação anterior de actos que cometeram, mas sim pela situação de vitimação de que foram alvo, optámos por aplicar-lhes o conceito de institucionalizados casos assistenciais.

De salientar que, como também já foi referido, os conceitos, delinquência e assistenciais sobrepõem-se pelo próprio processo de institucionalização, por isso, numa primeira fase do nosso trabalho, referir-nos-emos aos adolescentes, utilizando apenas a terminologia institucionalizados e não institucionalizados.

A população da nossa amostra é formada por adolescentes de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, com residência em diferentes zonas do país.

A amostra foi constituída por 606 adolescentes. Do total 104 adolescentes estão internados em Colégios de Acolhimento, Educação e Formação (CAEF), dependentes do Instituto de Reinserção Social/Ministério da Justiça e 502 adolescentes frequentam escolas do ensino oficial dependentes do Ministério da Educação. Destes foi extraída uma amostra aleatória de 104 adolescentes.

Para constituição da amostra, seleccionaram-se três localidades/distritos, Porto, Lisboa e Leiria, em que existem Colégios de Acolhimento, Educação e Formação do I.R.S. . Assim, os colégios seleccionados são:

Lisboa - Colégio da Infanta (Benfica)/ género feminino

Lisboa -Colégio Padre António de Oliveira (Caxias - Oeiras)/ género masculino

Porto - Colégio de Santo António / género feminino e masculino

Leiria - Colégio de S. Bernardino (Peniche)/ género masculino

Pretendeu-se que os alunos do ensino oficial fossem seleccionados nas mesmas localidades dos colégios do I.R.S.. Foram então seleccionadas as seguintes escolas de ensino oficial:

Lisboa - Escola EB 2,3 Delfim Santos (Benfica) alunos do 5º ao 9º anos

Escola Secundária José Gomes Ferreira (Benfica) alunos do 10º ao 12º anos

Escola EB 2,3 de Caxias (Caxias) alunos do 5º ao 9º anos

Escola Secundária Sebastião e Silva (Oeiras) alunos do 10º ao 12º anos

Leiria - Escola EB 2,3 D. Luís d' Ataíde (Peniche) alunos do 5º ao 9º anos

Escola Secundária de Peniche (Peniche) alunos do 10º ao 12º anos

Porto - Escola C+S Irene Lisboa (Porto) alunos do 5º ao 9º anos

Não nos foi possível seleccionar amostra no ensino secundário no Porto, porque a escola contactada não o autorizou.

Passamos a caracterizar sociodemograficamente a amostra dos adolescentes institucionalizados (N=104) em Colégios de Acolhimento, Educação e Formação(CAEF) dependentes do Ministério da Justiça e a amostra aleatória dos adolescentes não institucionalizados (N=104), que frequenta as escolas de ensino oficial dependentes do Ministério da Educação. Posteriormente, apresentaremos a caracterização sociodemográfica do total dos adolescentes (n=502) que frequenta as escolas de ensino oficial, que será comparada com o grupo seleccionado aleatóriamente.

6.1 – DIFERENÇAS ENTRE VARIÁVEIS PESSOAIS – COMPARAÇÃO ENTRE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS E ADOLESCENTES NÃO INSTITUCIONALIZADOS

Começamos por apresentar as variáveis que caracterizam o adolescente, como o género, a idade, o grupo étnico, o nível de escolaridade e o número de reprovações, o adulto com quem vive, o seu local de nascimento, o número de irmãos que o adolescente tem e as idades actuais dos seus progenitores.

Como era esperado, o género masculino surge em maior percentagem nos adolescentes institucionalizados (62,5%) comparativamente ao género feminino (37,5%), como se pode ver no quadro 5.7. Embora a delinquência feminina tenha hoje contornos diferentes, e mais próximos da masculina, continua ainda a ser maior a incidência de adolescentes institucionalizados do género masculino. Em relação às

escolas, passa-se o inverso, na nossa amostra como a nível geral do país, a frequência do género feminino supera a frequência do género masculino, ou seja, para a nossa amostra 49% dos adolescentes não institucionalizados são do género masculino e 51% são do género feminino. O teste de qui-quadrado aplicado neste cruzamento indica a existência de uma associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis ($\chi 2$=3.82; p=.05), cuja ilustração acabámos de referir (cfr. Quadro 5.7).

A média das idades dos adolescentes institucionalizados é de 14,6 e a dos adolescentes não institucionalizados é de 13,6, sendo esta diferença estatisticamente significativa (t=3.408; p=.001). Quando subdividimos a amostra em três grupos etários, dos 10 aos 12 anos, dos 13 aos 15 anos e igual ou maior de 16 anos, os resultados obtidos são: no grupo dos 10 aos 12 anos 11,5% estão institucionalizados e 35,6% não estão. Dos 13 aos 15 anos 54,8% estão institucionalizados e 45,2% não estão. No grupo com mais de 16 anos 33,7% estão institucionalizados e 19,2% não estão (cfr. Quadro 5.7). Como se pode verificar com o aumento da idade a percentagem de institucionalizações vai aumentando. É com mais de 16 anos que as institucionalizações ocorrem com maior facilidade, perante o acto desviante que o adolescente comete, ou ainda por motivos relacionados com situações de conflito familiar. Com idades mais precoces, a institucionalização dos adolescentes não ocorre com tanta frequência, porque, quer a família, quer outros familiares, ou não, recebem-nos no seu contexto familiar, com maior facilidade, evitando assim a institucionalização.

No que diz respeito ao grupo étnico, o maior índice vai para raça branca quer para os adolescentes institucionalizados (76,9%), quer para os adolescentes não institucionalizados (96,2%). Uma vez mais a associação entre estas duas variáveis revelou-se estatisticamente significativa ($\chi 2$=16.78; p=.001) (cfr. Quadro 5.7).

A percentagem de grupos étnicos não brancos (negros e ciganos) é bastante mais acentuada entre os adolescentes institucionalizados (20,2%) que nos adolescentes não institucionalizados (3,8%). Contudo, as proporções mantêm-se, o que aliás é justificável pelo maior grupo de indivíduos de raça branca existentes em Portugal comparativamente a outras raças. Não se encontram na nossa amostra indivíduos ciganos no grupo dos não institucionalizados, mas no grupo dos institucionalizados (2,9%) (cfr. Quadro 5.7).

Quanto ao número de irmãos, para os adolescentes institucionalizados a média é de 4,23 comparativamente a 1,24 para os adolescentes não institucionalizados. Esta diferença é estatisticamente significativa (t=8.841; p=.001) (cfr. Quadro 5.7). Conforme vários autores apontam, não só a fratria, mas também o lugar que nela se ocupa, pode constituir um preditor de comportamentos desviantes. Na nossa amostra, o número de irmãos dos adolescentes institucionalizados é em média bastante superior à média do número de irmãos dos adolescentes não institucionalizados.

Em relação ao nível etário actual do pai, para os adolescentes institucionalizados a média é de 27,31 comparativamente a 38,10 para os adolescentes não institucionalizados, sendo esta diferença estatisticamente significativa (t=4.27; p=.001) (cfr. Quadro 5.7).

Quanto ao nível etário actual da mãe, a média é de 31,85 para os adolescentes institucionalizados e de 37,77 para os adolescentes não institucionalizados, sendo esta diferença estatisticamente significativa (t=3.28; p=.001) (cfr. Quadro 5.7).

Como se pode verificar, os progenitores dos adolescentes institucionalizados são mais novos. Não só têm filhos mais precocemente, como têm um maior número de filhos, como se pode verificar pelo número de irmãos.

Este dado poderá levar-nos a conjecturar se o baixo nível etário dos progenitores, eventual equivalente de imaturidade, não terá estado presente na forma como estes administraram as práticas parentais, não tendo os pais dos adolescentes hoje institucionalizados, sabido adequar, em devido tempo, as práticas parentais então exigidas.

Os adolescentes institucionalizados apresentam uma média de 69,2% de frequência do 2°ciclo, e de 30,8% de frequência do 1° ciclo. Não existem, na nossa amostra de institucionalizados, adolescentes a frequentarem o 3° ciclo. Em contrapartida não existem, na nossa amostra, adolescentes não institucionalizados a frequentarem o 1° ciclo, até porque a recolha de dados não foi feita em escolas do primeiro ciclo. 74% dos adolescentes não institucionalizados frequentam o 2° ciclo e 26% frequentam o 3° ciclo (cfr. Quadro 5.7).

Enquanto os adolescentes institucionalizados frequentam entre o 2° e o 9° ano de escolaridade, o grupo não institucionalizado frequenta entre o 5° e o 12° anos, o que é compatível, no último caso, com a idade dos sujeitos.

Este item referencia também o elevado índice de insucesso escolar de que os sujeitos institucionalizados são portadores, como se pode verificar no item seguinte. Verifica-se uma associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis ($\chi 2$ =59,168; p=.001) (cfr. Quadro 5.7).

Dos adolescentes institucionalizados apenas 1% não tem reprovações comparativamente a 85,6% dos adolescentes não institucionalizados. 30,8% dos adolescentes institucionalizados já reprovaram uma a duas vezes e 13,5% reprovou três ou mais vezes. 13,5% dos adolescentes que frequentam escolas oficiais reprovaram uma a duas vezes e apenas 1% apresenta três reprovações. De salientar que destes adolescentes nenhum apresenta mais de três reprovações, enquanto que os adolescentes

institucionalizados apresentam até nove reprovações. Verifica-se uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos ($\chi 2$=161.143; p=.001) (cfr. Quadro 5.7).

Este item, intimamente ligado com o anterior, vem demonstrar que a frequência da escolaridade nos adolescentes institucionalizados é uma tarefa geradora de frustrações, na medida em que o insucesso escolar é elevado. Este é um dos itens que contribui seguramente para a trajectória delinquente.

No que diz respeito ao item adulto com quem o adolescente vive, verifica-se, que nos adolescentes não institucionalizados, 81,7% vive com os pais, comparativamente a 23,1% dos adolescentes institucionalizados que vivem com os pais.

40,4% dos adolescentes institucionalizados vive com a mãe comparativamente a 13,5% dos não institucionalizados.9,6% dos adolescentes institucionalizados vive com o pai e apenas 1% dos adolescentes não institucionalizados vive com o pai. 26,9% dos adolescentes institucionalizados vive com outros familiares, avós, tios ou até irmãos mais velhos, ou apenas conhecidos, pessoas que não são família, enquanto apenas 3,8% dos adolescentes não institucionalizados vivem com outros familiares, na generalidade avós ou tios. Não encontrámos, na nossa amostra, adolescentes não institucionalizados a viverem com outros que não fossem familiares. O resultado deste cruzamento é estatisticamente significativo ($\chi 2$=73.64;p=.001) (cfr. Quadro 5.7).

A estrutura familiar é outro item que afecta a trajectória delinquente. As diferenças francamente significativas que os dados revelam, vêm confirmar que, para uma mãe que assume sozinha a responsabilidade de um filho, vendo-se forçada a desempenhar o papel de pai e mãe, a tarefa não é fácil e os resultados nem sempre são os desejáveis.

Em relação ao local de nascimento podemos verificar que os adolescentes, quer no grupo institucionalizado, quer no grupo não institucionalizado, se distribuem por vários distritos. 67,7% dos adolescentes institucionalizados nasceu na área de Lisboa e Vale do Tejo, 22,6% no Norte e 9,7% no Centro. 53% dos adolescentes não institucionalizados nasceu em Lisboa e Vale do Tejo, 15% no Norte e 32% no Centro. O resultado deste cruzamento é estatisticamente significativo ($\chi 2$=50.64; p=.001) (cfr. Quadro 5.7).

De salientar que 5,8% dos adolescentes institucionalizados nasceu no estrangeiro, nomeadamente nos PALOP, o que pode eventualmente estar relacionado com a inadaptação de que são vítimas resultante da sua não integração.

Quadro 5.7 : Dados de caracterização do adolescente

		CAEF's	Escolas	Total	$\chi 2$	P
Género	Masculino	65 (62,5%)	51 (49,0%)	116 (55,8%)		
	Feminino	39 (37,5%)	53 (51,0%)	92 (44,2%)	3,820	.051
Idade	10-12 anos	12 (11,5%)	37 (35,6%)	49 (23,6%)		
	13 – 15 anos	57 (54,8%)	47 (45,2%)	104 (50,0%)		
	=> 16 anos	35 (33,7%)	20 (19,2%)	55 (26,4%)	17,808	.001
Grupo étnico	Branca	80 (76,9%)	100 (96,2%)	180 (86,5%)		
	Outra	24 (23,1%)	4 (3,8%)	28 (13,5%)	16,508	.001
Escolaridade	1° ciclo	32 (30,8%)	------	32 (15,4%)		
	2° ciclo	72 (69,2%)	77 (74,0%)	149 (71,6%)		
	3° ciclo	-------	27 (26,0%)	27 (13,0%)	59,168	.001
Reprovações	S/ reprovações	1 (1,0%)	89 (85,6%)	90 (43,3%)		
	1 – 2 reprovações	32 (30,8%)	14 (13,5%)	46 (22,1%)		
	=> 3 reprovações	71 (68,3%)	1 (1,0%)	72 (34,6%)	161,143	.001
Adulto com quem	Pais	24 (23,1%)	85 (81,7%)	109 (52,4%)		
Vive	Mãe	42 (40,4%)	14 (13,5%)	56 (26,9%)		
	Pai	10 (9,6%)	1 (1,0%)	11 (5,3%)		
	Outros	28 (26,9%)	4 (3,8%)	32 (15,4%)	73,501	.001
Local de nascimento	Lisboa/ Vale do Tejo	63 (67,7%)	53 (53,0%)	116 (60,1%)		
	Norte	21 (22,6%)	15 (15,0%)	36 (18,7%)		
	Centro	9 (9,7%)	32 (32,0%)	41 (21,2%)	14,530	.001
		CAEF's	Escolas		t	P
N° de irmãos	(média)	4.23	1.24		8.841	.001
Idade do pai	(média)	27.31	38.10		4,27	.001
Idade da mãe	(média)	31.85	37.77		3.28	.001

6.2 – DIFERENÇAS ENTRE VARIÁVEIS FAMILIARES – COMPARAÇÃO ENTRE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS E ADOLESCENTES NÃO INSTITUCIONALIZADOS

Após a apresentação das variáveis pessoais do adolescente, passamos agora a apresentar as variáveis familiares dos adolescentes, como a residência da família, profissão, estado civil, escolaridade e situação laboral dos progenitores.

Quanto ao local de residência, a distribuição dos adolescentes não institucionalizados reparte-se por todo o país, 69,7% residem em Lisboa e Vale do Tejo, 20,2% no Norte e 10,1% no Centro. Os adolescentes não institucionalizados, e pelos motivos atrás explicitados, de termos recorrido apenas a escolas situadas nas localidades de Leiria, Lisboa e Porto, distribuem-se por Leiria, Lisboa e Porto da seguinte forma: 50% Lisboa e Vale do Tejo, 15,4% no Norte 34,6% no Centro. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$= 17,416; p=.001) (cfr. Quadro 5.8).

Em relação à profissão do pai[5] não encontrámos adolescentes institucionalizados cujos pais tenham profissões de nível superior, apenas 7,6% dos seus pais têm profissões de nível intermédio, e 72,7% têm profissões de nível inferior e 19,7% têm profissões não qualificáveis De salientar que 21,2% têm profissão desconhecida e 8,7% estão desempregados.

No que diz respeito aos adolescentes não institucionalizados, 42,7% dos pais têm profissões de nível intermédio, e 27,1% têm respectivamente profissões de nível superior e inferior. Apenas 3,1% têm profissões não qualificáveis ou desconhecidas.

[5] A codificação das profissões exercidas pelos progenitores (pai e mãe) foi baseada na Classificação Nacional de Profissões do INE, tendo sido posteriormente agrupadas em três níveis: superior, intermédio e inferior.

A maior incidência da profissão dos pais dos adolescentes não institucionalizados vai para pessoal de serviços e vendedores (24%), logo seguida de especialistas intelectuais/científicas (22,1%). 2,9% dos pais destes adolescentes são quadros superiores/dirigentes. Não há na nossa amostra, e em relação ao grupo não institucionalizado, pais desempregados. O resultado do teste de associação entre estas duas variáveis revelou-se estatisticamente significativo($\chi 2$=63.590; p=.001) (cfr. Quadro 5.8).

Em relação à profissão da mãe dos adolescentes institucionalizados, 61,6% têm profissões de nível inferior e apenas 4,7% de nível intermédio. 41,3% têm profissões não qualificáveis. 25% destas mães estão desempregadas e 10,6% têm profissão desconhecida. No que diz respeito aos adolescentes não institucionalizados, 34% das mães têm uma profissão de nível intermédio, 25,2% de nível superior, 21,4% de nível inferior e 19,4% outras profissões não qualificáveis.17,3% destas mães estão desempregadas e a maior incidência de profissões verifica-se na categoria especialistas intelectuais/científicas (23,1%). De 1% desconhece-se a profissão. O resultado deste cruzamento revelou-se estatisticamente significativo ($\chi 2$=64.097; p=.001) (cfr. Quadro 5.8).

Verifica-se uma discrepância em relação à percentagem de desempregados, relativamente ao quadro das profissões, quer para os pais quer para as mães.

Se fizermos a avaliação da situação socio-económica familiar, através das profissões, os dados obtidos vêm confirmar ter a problemática da delinquência também um vector socio-económico.

41,8% dos pais dos adolescentes institucionalizados vivem com alguém do sexo oposto, casados ou não, que pode ser ou não, a mãe do adolescente. Ou seja, existe a hipótese de uma figura materna. 58,2% dos pais vive sem companheira. 92,9% dos pais

dos adolescentes não institucionalizados vivem com uma companheira, podendo esta ser, ou não, a mãe do adolescente.7,1% dos pais destes adolescentes não vivem com uma companheira.

O estado civil do pai é na sua maioria casado embora em proporções diferentes para os adolescentes não institucionalizados (87,5%) e para os adolescentes institucionalizados (27,9%). Os dois grupos apresentam a mesma percentagem de pais divorciados (27,9%). O resultado do teste de qui-quadrado revelou-se estatisticamente significativo ($\chi 2$=54.415; p=.001) (cfr. Quadro 5.8).

No que diz respeito ao estado civil da mãe, 35,1% das mães dos adolescentes institucionalizados vivem com um companheiro, que pode ser, ou não, o pai do adolescente. 64,9% das mães destes adolescentes não vivem com companheiro. 87,5% das mães dos adolescentes não institucionalizados vivem com um companheiro que pode ser, ou não, o pai do adolescente. 12,5% das mães dos adolescentes não institucionalizados não vive com um companheiro. Os resultados derivados deste cruzamento revelam-se estatisticamente significativos ($\chi 2$=57.907; p=.0001) (cfr. Quadro 5.8).

De salientar que, ainda em relação ao estado civil da mãe, e quando aprofundamos este item, se verifica que a maioria das mães é casada, no caso dos adolescentes não institucionalizados (87,5%), enquanto que para os adolescentes institucionalizados 26% das mães são casadas, logo seguida de 25% divorciadas.

Não valorizámos neste item o ser casado ou não, mas o ter companheira/o, porque nos parece ser fundamental para qualquer criança o estabelecimento da triangulação, que na ausência de uma segunda figura parental é mais difícil.

A possibilidade de viver numa família com uma estrutura, seja ela qual for, mas com a presença de uma figura materna e uma figura paterna, parece fazer muito sentido

face aos dados que aqui se apresentam, quer no que diz respeito ao estado civil do pai, quer ao da mãe.

Em relação à escolaridade do pai, as discrepâncias voltam a ser notórias. Dos pais dos adolescentes institucionalizados 23,9% são analfabetos, 60,6% têm o 1° ciclo, 11,3% o 2° ciclo e 4,2% o 3° ciclo como nível de escolaridade. Nenhum pai de adolescente institucionalizado possui habilitações médias ou superiores. Os pais dos adolescentes não institucionalizados não apresentam analfabetismo, 26,8% possui o 1° ciclo e o 2° ciclo respectivamente, 10,3% possui o 3° ciclo e 36,1% possui habilitações médias ou superiores. 24% licenciatura e 2,9% pós licenciatura, graus académicos que não aparecem nos resultados dos pais dos adolescentes institucionalizados. Este resultado revelou-se estatisticamente significativo ($\chi 2$=67.070; p=.001) (cfr. Quadro 5.8).

Em relação à escolaridade da mãe dos adolescentes institucionalizados, 29,9% é analfabeta, 56,3% tem o 1° ciclo e 13,8 o 2° ciclo. Na nossa amostra não encontrámos mães de adolescentes institucionalizados com o 3° ciclo ou com um curso médio ou superior. Estes números parecem-nos ainda mais preocupantes que os encontrados em relação aos pais. O mesmo sucede em relação aos adolescentes não institucionalizados, em que 1% das mães apresentam analfabetismo, o que não acontece em relação aos pais. 26,9% possui o 1° ciclo, 29,8% o 2° ciclo, 9,6% o 3° ciclo e 32,7% um curso médio ou superior.

De salientar que 22,1% das mães dos adolescentes não institucionalizados possui licenciatura e 1% pós-licenciatura, graus académicos, que tal com em relação aos pais, não aparecem nas mães dos adolescentes institucionalizados. Também para este cruzamento os resultados revelaram-se estatisticamente significativos ($\chi 2$=80,395; p=.001) (cfr. Quadro 5.8).

Quanto à questão da dependência do trabalho, quer os pais dos adolescentes institucionalizados com 58,6%, quer os pais dos adolescentes não institucionalizados com 73,7%, apresentam maior incidência em trabalho por conta de outrem.

11,4% dos pais dos adolescentes institucionalizados e 20% dos pais dos adolescentes não institucionalizados trabalham por conta própria.

30% dos pais dos adolescentes institucionalizados estão reformados ou no desemprego comparativamente a 6,3% dos pais dos adolescentes não institucionalizados. Os resultados obtidos foram estatisticamente significativos ($\chi 2$=16,994; p=.001) (cfr. Quadro 5.8).

48,9% das mães dos adolescentes institucionalizados e 70,2% dos adolescentes não institucionalizados, trabalham por conta de outrem.

12,2% das mães dos adolescentes institucionalizados trabalha por conta própria comparativamente a 5,8% das mães dos adolescentes não institucionalizados.

38,9% das mães dos adolescentes institucionalizados estão reformadas ou no desemprego comparativamente a 24% das mães dos adolescentes não institucionalizados. Os resultados deste cruzamento revelaram-se estatisticamente significativos ($\chi 2$=9,364; p=.001) (cfr. Quadro 5.8).

Quadro 5.8 : Dados de caracterização da família

		CAEF's	Escolas	Total	$\chi 2$	P
Residência	Lisboa/ Vale do Tejo	69 (69,7%)	52 (50,0%)	121 (59,6%)		
	Norte	20 (20,2%)	16 (15,4%)	36 (17,7%)		
	Centro	10 (10,1%)	36 (34,6%)	46 (22,7%)	17,416	.001
Profissão do pai	Nível superior	-------	26 (27,1%)	26 (16,0%)		
	Nível intermédio	5 (7,6%)	41 (42,7%)	46 (28,4%)		
	Nível inferior	48 (72,7%)	26 (27,1%)	74 (45,7%)		
	Outras	13 (19,7%)	3 (3,1%)	16 (9,9%)	63,590	.001
Profissão da mãe	Nível superior	-------	26 (25,2%)	26 (13,8%)		
	Nível intermédio	4 (4,7%)	35 (34,0%)	39 (20,6%)		
	Nível inferior	53 (61,6%)	22 (21,4%)	75 (39,7%)		
	Outras	29 (33,7%)	20 (19,4%)	49 (25,9%)	64,097	.001
Estado civil do pai	Juntos	33 (41,8%)	91 (92,9%)	124 (70,1%)		
	Não juntos	46 (58,2%)	7 (7,1%)	53 (29,9%)	54,415	.001
Estado civil da mãe	Juntos	33 (35,1%)	91 (87,5%)	124 (62,6%)		
	Não juntos	61 (64,9%)	13 (12,5%)	74 (37,4%)	57,907	.001
Escolaridade do pai	Analfabeto	17 (23,9%)	-----	17 (10,1%)		
	1° ciclo	43 (60,6%)	26 (26,8%)	69 (41,1%)		
	2° ciclo	8 (11,3%)	26 (26,8%)	34 (20,2%)		
	3° ciclo	3 (4,2%)	10 (10,3%)	13 (7,7%)		
	Médio/Superior	-------	35 (36,1%)	35 (20,8%)	67,070	.001
Escolaridade da mãe	Analfabeto	26 (29,9%)	1 (1,0%)	27 (14,1%)		
	1° ciclo	49 (56,3%)	28 (26,9%)	77 (40,3%)		
	2° ciclo	12 (13,8%)	31 (29,8%)	43 (22,5%)		
	3° ciclo	------	10 (9,6%)	10 (5,2%)		
	Médio/Superior	------	34 (32,7%)	34 (7,8%)	80,395	.001
Situação laboral do	Conta própria	8 (11,4%)	19 (20,0%)	27 (16,4%)		
Pai	Conta de outrem	41 (58,6%)	70 (73,7%)	111 (67,3%)		
	Reformado/desemp.	21 (30,0%)	6 (6,3%)	27 (16,4%)	16,994	.001
Situação laboral da	Conta própria	11 (12,2%)	6 (5,8%)	17 (8,8%)		
Mãe	Conta de outrem	44 (48,9%)	73 (70,2%)	117 (60,3%)		
	Reformada/desemp.	35 (38,9%)	25 (24,0%)	60 (30,9%)	9,364	.009

7 - ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O SUB-GRUPO E O GRUPO TOTAL DE ADOLESCENTES NÃO INSTITUCIONALIZADOS

A amostra que serviu de base ao nosso estudo é composta por 606 adolescentes de ambos os sexos, residentes em diferentes zonas do país, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos. Tendo já apresentado a caracterização sociodemográfica dos 104 adolescentes institucionalizados e dos 104 adolescentes não institucionalizados, que constituem o grupo de controlo extraído aleatoriamente do total dos adolescentes não institucionalizados, num total de 502, passamos agora a apresentar o estudo comparativo entre os adolescentes não institucionalizados.

7.1 – DIFERENÇAS ENTRE VARIÁVEIS PESSOAIS – COMPARAÇÃO ENTRE O SUB-GRUPO E O GRUPO TOTAL DE ADOLESCENTES NÃO INSTITUCIONALIZADOS

Começamos, tal como procedemos em relação ao estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados e não institucionalizados, por apresentar as variáveis que caracterizam o adolescente, como o género, a idade, o grupo étnico, o nível de escolaridade e o número de reprovações, o adulto com quem vive, o seu local de nascimento, o número de irmãos que o adolescente tem e as idades actuais dos seus progenitores.

O género masculino surge em maior percentagem. Do total dos adolescentes que fazem parte da amostra (n=606), 289 são do género feminino e 317 do género masculino.

No grupo de controlo 51 adolescentes, 49%, são do género masculino e 53 adolescentes, 51%, são do género feminino comparativamente ao grupo total, 238

adolescentes, 47,4%, são do género masculino e 264 adolescentes, 52,6%, são do género feminino.

Conforme já tínhamos assinalado, em relação às escolas passa-se o inverso do que acontece nos colégios dependentes do ministério da Justiça, assim, na nossa amostra, como a nível geral do país, a frequência do género feminino supera a frequência do género masculino. O teste de qui-quadrado aplicado indica não existir uma associação estatisticamente significativa entre os grupos de controlo e grupo total no que diz respeito à variável género ($\chi 2$=.092; p=n.s.) (cfr. Quadro 5.9).

Quanto ao nível etário, os adolescentes distribuem-se pelos grupos etários considerados da seguinte forma: para o grupo de controlo dos 10 aos 12 anos, 35,6% adolescentes, dos 13 aos 15 anos, 45,2% adolescentes e maiores de 16 anos, 19,2% adolescentes, comparativamente ao grupo total com 24,2% adolescentes, com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos, 44,4% adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos e 31,4% adolescentes maiores de 16 anos. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=8.623; p=.013), sendo os adolescentes do grupo de controlo mais novos (cfr. Quadro 5.9).

No grupo de controlo, 96,2% dos adolescentes são de raça branca e 3,8% de outra, comparativamente a 96,0% de raça branca e 4,0% de outra raça no grupo total. Uma vez mais a associação entre as variáveis grupo de controlo e grupo total revelou-se estatisticamente não significativa ($\chi 2$=.004; p=n.s.) (cfr. Quadro 5.9).

Quanto ao número de irmãos, para os adolescentes que fazem parte do grupo de controlo a média é de 1,2404 comparativamente a 1,2311 para os adolescentes que fazem parte do grupo total. Esta diferença não é estatisticamente significativa (t = .081; p = n.s.) (cfr. Quadro 5.9).

Em relação ao nível etário actual do pai, para os adolescentes que fazem parte do grupo de controlo a média é de 38,1058 comparativamente a 40,3327 para os adolescentes que fazem parte do grupo total, não sendo esta diferença, mais uma vez, estatisticamente significativa (t = -1,503; p = n.s.) (cfr. Quadro 5.9).

Quanto ao nível etário actual da mãe, a média é 37,7788 para os adolescentes que fazem parte do grupo de controlo e de 39,0179 para os adolescentes que fazem parte do grupo total, não sendo esta diferença estatisticamente significativa (t = -1,126; p = n.s.) (cfr. Quadro 5.9).

Não existem na nossa amostra, como já afirmámos anteriormente, adolescentes não institucionalizados a frequentarem o 1° ciclo, até porque a recolha de dados não foi feita em escolas do primeiro ciclo. Os adolescentes do grupo de controlo distribuem-se da seguinte forma: 74,0% frequentam o 2° ciclo e 26,0% frequentam o 3° ciclo. Quanto aos adolescentes do grupo total, 65,1% frequentam o 2° ciclo e 34,9% frequentam o 3° ciclo. Também para este item não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2 = 3.070$; p= n.s.) (cfr. Quadro 5.9).

Dos adolescentes do grupo de controlo, 85,6% não apresentam reprovações, 13,5% reprovaram uma a duas vezes e apenas 1,0% apresenta três reprovações. Quanto ao grupo total, 76,9% não apresenta reprovações, 19,9% apresentam 1 a 2 reprovações e 3,2% apresenta 3 ou mais reprovações. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2=4.261$; p= n.s.) (cfr. Quadro 5.9).

No que diz respeito ao item adulto com quem o adolescente vive, verifica-se que nos adolescentes do grupo de controlo, 81,7% vive com os pais, 13,5% vive com a mãe 1,0% vive com o pai e 3,8% vivem com outros familiares, avós, tios ou até irmãos mais velhos, comparativamente ao grupo total em que 78,9% vivem com os pais 16,9% vivem com a mãe, 1,2% vive com o pai e 3,0% vivem com outros familiares. Não

encontrámos na nossa amostra adolescentes não institucionalizados a viverem com outros que não fossem familiares, como já foi referido. O resultado deste cruzamento também não é estatisticamente significativo ($\chi 2$= .966; p = n.s.) (cfr. Quadro 5.9).

Em relação ao local de nascimento, podemos verificar que os adolescentes que constituem o grupo de controlo se distribuem da seguinte forma: 53,0% nasceu na área de Lisboa e Vale do Tejo, 15,0% no Norte e 32,0% no Centro. Quanto ao grupo total 56,5% nasceu em Lisboa e Vale do Tejo, 11,2% no Norte e 32,2% no Centro. O resultado deste cruzamento não é estatisticamente significativo ($\chi 2$= 1.180; p= n.s.) (cfr. Quadro 5.9).

Quadro 5.9 : Dados de caracterização do adolescente

		SUB-GRUPO	GRUPO TOTAL	Total	$\chi 2$	P
Género	Masculino	51 (49,0%)	238 (47,4%)	289 (47,7%)		
	Feminino	53 (51,0%)	264 (52,6%)	317 (52,3%)	.092	.762
Idade	10-12 anos	37 (35,6%)	121 (24,2%)	158 (26,2%)		
	13 – 15 anos	47 (45,2%)	222 (44,4%)	269 (44,5%)		
	=> 16 anos	20 (19,2%)	157 (31,4%)	117 (29,3%)	8.623	.013
Grupo étnico	Branca	100 (96,2%)	482 (96,0%)	582 (96,0%)		
	Outra	4 (3,8%)	20 (4,0%)	24 (4,0%)	.004	.948
Escolaridade	1° ciclo	------	------	32 (15,4%)		
	2° ciclo	77 (74,0%)	327 (65,1%)	404 (66,7%)		
	3° ciclo	27 (26,0%)	175 (34,9%)	202 (33,3%)	3.070	.087
Reprovações	S/ reprovações	89 (85,6%)	386 (76.9%)	475 (78,4%)		
	1 – 2 reprovações	14 (13,5%)	100 (19,9%)	114 (18,8%)		
	=> 3 reprovações	1 (1,0%)	16 (3,2%)	17 (2,8%)	4,261	.119
Adulto com quem	Pais	85 (81,7%)	396 (78,9%)	481 (79,4%)		
Vive	Mãe	14 (13,5%)	85 (16,9%)	99 (16,3%)		
	Pai	1 (1,0%)	6 (1,2%)	7 (1,2%)		
	Outros	4 (3,8%)	15 (3,0%)	19 (3,1%)	.966	.809
Local de nascimento	Lisboa/ Vale do Tejo	53 (53,0%)	272 (56,5%)	325 (55,9%)		
	Norte	15 (15,0%)	54 (11,2%)	69 (11,9%)		
	Centro	32 (32,0%)	115 (32,2%)	187 (32,2%)	1,180	.554
		GRUPO DE CONTROLO	GRUPO TOTAL		t	P
N° de irmãos	(média)	1.2404	1.2311		.081	.935
Idade do pai	(média)	38.1058	40,3327		-1.503	.133
Idade da mãe	(média)	37.7788	39,0179		-1,126	.261

7.2 – DIFERENÇAS ENTRE VARIÁVEIS FAMILIARES – COMPARAÇÃO ENTRE O SUB-GRUPO E O GRUPO TOTAL DE ADOLESCENTES NÃO INSTITUCIONALIZADOS

Após a apresentação das variáveis pessoais do adolescente, passamos agora a apresentar as variáveis familiares dos adolescentes, como a residência da família, profissão, estado civil, escolaridade e situação laboral dos progenitores.

Quanto ao local de residência, a distribuição dos adolescentes do sub-grupo é a seguinte: 50% residem em Lisboa e Vale do Tejo, 15,4% no Norte e 34,6% no Centro, comparativamente a 55% em Lisboa e Vale do Tejo, 10,6% no Norte e 34,5% no Centro, do grupo total.

Conforme já explicitado, os adolescentes não institucionalizados e uma vez que recorremos apenas a escolas situadas nas localidades de Leiria, Lisboa e Porto, distribuem-se por estes distritos. Também em relação a este item não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$= 2.158; p= n.s.) (cfr. Quadro 5.10).

Em relação à profissão do pai[6], no sub-grupo, encontrámos 27,1% adolescentes cujos pais têm profissões de nível superior, 42,7% com pais com profissões de nível intermédio, 27,5% com profissões de nível inferior e 3,1% com pais que têm profissões não qualificáveis.

No que diz respeito aos adolescentes do sub-grupo, 25,8% adolescentes têm pais com profissões de nível superior, 41,6% dos pais têm profissões de nível intermédio, 28,4% têm profissões de nível inferior, e 4,3% têm profissões não qualificáveis ou desconhecidas.

[6] A codificação das profissões exercidas pelos progenitores (pai e mãe) foi baseada na Classificação Nacional de Profissões do INE, tendo sido posteriormente agrupadas em três níveis: superior, intermédio e inferior.

O resultado do teste de associação entre estas duas variáveis também se revelou estatisticamente não significativo($\chi2$= .404; p= n.s.) (cfr. Quadro 5.10).

Em relação à profissão da mãe, os adolescentes do sub-grupo 25,2% das mães têm uma profissão de nível superior, 34,0% de nível intermédio, 21,4% de nível inferior e 19,4% outras profissões não qualificáveis. Em relação ao grupo total, 21,0% das mães têm uma profissão de nível superior, 36,3% de nível intermédio, 22,4% de nível inferior, e 20,4% mães têm outras profissões não qualificadas. O resultado deste cruzamento não se revelou estatisticamente significativo ($\chi2$= .923; p= n.s.) (cfr. Quadro 5.10).

Quanto ao estado civil do pai em relação ao sub-grupo, 92,9% dos pais estão juntos e 7,1% não estão juntos, comparativamente a 86,0% dos pais que estão juntos e 14% dos pais que não estão juntos, do sub-grupo. O resultado do teste de qui-quadrado revelou-se estatisticamente não significativo ($\chi2$=.3432; p= n.s.) (cfr. Quadro 5.10).

No que diz respeito ao estado civil da mãe, no grupo de controlo, 87,5% das mães destes adolescentes vivem com um companheiro (juntos), e 12,5% das mães destes adolescentes não vivem com companheiro. Quanto ao sub-grupo de adolescentes, 82,5% das mães destes adolescentes vivem com um companheiro que pode ser, ou não, o pai do adolescente, e 17,5% das mães destes adolescentes não vive com um companheiro. Os resultados derivados deste cruzamento revelam-se estatisticamente não significativos ($\chi2$= 1.573; p= n.s.) (cfr. Quadro 5.10).

Como já referimos atrás não valorizámos neste item o ser casado, ou não, mas o ter companheira/o.

Em relação à escolaridade do pai, os pais dos adolescentes do sub-grupo não apresentam analfabetismo, 26,8% possui o 1º ciclo, 26,8% o 2º ciclo, 10,3% o 3º ciclo e 36,1% habilitações médias ou superiores.

Quanto à escolaridade do pai, no grupo total de adolescentes não institucionalizados 0,4% são analfabetos, 32,6% têm o 1° ciclo, 22,3% o 2° ciclo e 10,9% o 3° ciclo e 34,1% habilitações médias ou superiores, como nível de escolaridade. Este resultado revelou-se, tal como outros, estatisticamente não significativo ($\chi 2$= 2.139; p= n.s.) (cfr. Quadro 5.10).

Em relação à escolaridade da mãe dos adolescentes do sub-grupo, 1% das mães apresenta analfabetismo, 26,9% possui o 1° ciclo, 29,8% o 2° ciclo, 9,6% o 3° ciclo e 32,7% um curso médio ou superior.

Em relação ao grupo total de adolescentes 0,8% apresentam analfabetismo, 34,8% tem o 1° ciclo, 25,7% o 2° ciclo, 11,0% o 3° ciclo e 27,7% um curso médio ou superior. Também para este cruzamento os resultados se revelaram estatisticamente não significativos ($\chi 2$=3.086; p= n.s.) (cfr. Quadro 5.10).

Quanto à questão da dependência do trabalho, 20% dos pais dos adolescentes do sub-grupo trabalham por conta própria, 73,7% por conta de outrem, e 6,3% dos pais estão reformados ou no desemprego.

Em relação ao grupo total de adolescentes não institucionalizados, 18,1% trabalham por conta própria, 76,1% trabalham por conta de outrem e 5,9 estão reformados ou no desemprego. Os resultados obtidos revelam-se estatisticamente não significativos ($\chi 2$=.255; p=n.s.) (cfr. Quadro 5.10).

No sub-grupo, 5,8% das mães destes adolescentes trabalham por conta própria, 70,2% trabalham por conta de outrem e 24,0% estão reformadas ou desempregadas.

Quanto ao grupo total 8,7% das mães dos adolescentes trabalha por conta própria, 65,3% por conta de outrem e 26% estão reformadas ou no desemprego. Os resultados deste cruzamento revelaram-se estatisticamente não significativos ($\chi 2$= 1.323; p= n.s.) (cfr. Quadro 5.10).

Quadro 5.10: Dados de caracterização da família

		SUB-GRUPO	GRUPO TOTAL	Total	$\chi 2$	P
Residência	Lisboa/ Vale do Tejo	52 (50,0%)	276 (55,0%)	328 (54,1%)		
	Norte	16 (15,4%)	53 (10,6%)	69 (11,4%)		
	Centro	36 (34,6%)	173 (34,5%)	209 (34,5%)	2.158	.340
Profissão do pai	Nível superior	26 (27,1%)	119 (25,8%)	145 (26,0%)		
	Nível intermédio	41 (42,7%)	192 (41,6%)	233 (41,8%)		
	Nível inferior	26 (27,5%)	131 (28,4%)	157 (28,1%)		
	Outras	3 (3,1%)	20 (4,3%)	23 (4,1%)	.404	.939
Profissão da mãe	Nível superior	26 (25,2%)	104 (21,0%)	130 (21,7%)		
	Nível intermédio	35 (34,0%)	180 (36,3%)	215 (35,9%)		
	Nível inferior	22 (21,4%)	111 (22,4%)	133 (22,4%)		
	Outras	20 (19,4%)	101 (20,4%)	121 (20,2%)	.923	.820
Estado civil do pai	Juntos	91 (92,9%)	411 (86,0%)	502 (87,2%)		
	Não juntos	7 (7,1%)	67 (14,0%)	74 (12,8%)	.3432	.064
Estado civil da mãe	Juntos	91 (87,5%)	409 (82,5%)	500 (83,3%)		
	Não juntos	13 (12,5%)	87 (17,5%)	100 (16,7%)	1.573	.210
Escolaridade do pai	Analfabeto	-----	2 (0,4%)	2 (0,4%)		
	1° ciclo	26 (26,8%)	152 (32,6%)	178 (31,6%)		
	2° ciclo	26 (26,8%)	104 (22,3%)	130 (23,1%)		
	3°ciclo	10 (10,3%)	51 (10,9%)	61 (10,8%)		
	Médio/Superior	35 (36,1%)	157 (33,7%)	192 (34,1%)	2.139	.710
Escolaridade da mãe	Analfabeto	1 (1,0%)	4 (0,8%)	5 (0,8%)		
	1° ciclo	28 (26,9%)	171 (34,8%)	199 (33,4%)		
	2° ciclo	31 (29,8%)	126 (25,7%)	157 (26,4%)		
	3° ciclo	10 (9,6%)	54 (11,0%)	64 (10,8%)		
	Médio/Superior	34 (32,7%)	136 (27,7%)	170 (28,6%)	3.086	.544
Situação laboral do	Conta própria	19 (20,0%)	85 (18,1%)	104 (18,4%)		
pai	Conta de outrem	70 (73,7%)	357 (76,1%)	427 (75,7%)		
	Reformado/desemp.	6 (6,3%)	27 (5,8%)	33 (5,9%)	.255	.880
Situação laboral da	Conta própria	6 (5,8%)	43 (8,7%)	49 (8,2%)		
Mãe	Conta de outrem	73 (70,2%)	324 (65,3%)	397 (66,2%)		
	Reformada/desemp.	25 (24,0%)	129 (26,0%)	154 (25,7%)	1.323	.516

8 - COMENTÁRIOS

Como se pode verificar, pelos dados que acabamos de apresentar, as duas populações apresentam características sociodemográficas diferentes, como era esperado.

A amostra de adolescentes institucionalizados e não institucionalizados apresenta diferenças estatisticamente significativas em relação a todas as variáveis de caracterização, quer pessoais, à excepção do género, quer familiares.

Os nossos resultados vão na mesma linha das investigações feitas por Gersão (1998) que afirma no tocante aos dados relativos aos adolescentes colocados em instituições de reeducação do Instituto de Reinserção Social: "mostram-nos adolescentes de famílias pobres e com má situação educativa, com muita frequência pertencentes às minorias africanas, residentes em bairros degradados e agentes, em regra, de infracções contra a propriedade".

Estamos, pois, em condições de continuarmos a nossa investigação em relação aos objectivos que nos propusemos, e referimo-nos à avaliação da percepção que os adolescentes têm sobre as relações familiares, sobre as práticas parentais e, por último, a percepção que os professores destes alunos têm sobre os seus comportamentos e se os qualificam em agressivos, instáveis ou apelativos.

Uma vez que estamos perante dois grupos com características tão diferentes é esperado que as influências familiares contribuam de forma diferente na precipitação da trajectória delinquente e provoquem impactos diferentes nos dois grupos.

O estudo comparativo entre o grupo total de adolescentes não institucionalizados e o sub-grupo aleatoriamente extraído daquela população, foi feito no sentido de se avaliar se este sub-grupo é efectivamente representativo da população de adolescentes não institucionalizados. Os resultados obtidos permitem-nos concluir, conforme era

esperado, a não existência de diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de controlo e o grupo total dos adolescentes no que se refere quer às variáveis pessoais quer ás variáveis familiares dos adolescentes, o que vem atestar não haver diferenças entre estes dois grupos quanto às variáveis sociodemográficas.

Assim, o sub-grupo seleccionado aleatoriamente é suficientemente representativo da amostra total de adolescentes não institucionalizados.

No capítulo que se segue, procederemos à apresentação dos resultados do estudo qualitativo que efectuámos junto dos adolescentes institucionalizados.

CAPÍTULO VI – QUEM SÃO E O QUE PENSAM OS ADOLESCENTES PORTUGUESES INSTITUCIONALIZADOS - ESTUDO QUALITATIVO

1 - INTRODUÇÃO

A instabilidade económica, social e cultural que presentemente se vive, proporciona uma insegurança sócio-económica que é favorável a que se verifique um aumento de comportamentos desviantes, nos grupos socialmente mais vulneráveis, como os emigrantes, os desempregados e os jovens.

As oportunidades de trabalho são mais escassas, e a assistência social é precária. Por outro lado, o aumento obrigatório da escolaridade, dificulta a inserção profissional, mais precocemente, e, consequentemente, a autonomia dos jovens. As famílias que contavam com a ajuda económica dos filhos, quando atingiam um determinado nível etário, deixaram de o poder fazer, agravando-se a dependência familiar daqueles até mais tarde.

A par dos problemas económicos já referidos, e que afectam as classes mais vulneráveis, e os adolescentes que nelas estão inseridos, o contexto escolar é por si só marginalizante. Os múltiplos mecanismos de controlo e exclusão que possui, acabam por tornar os estudantes um grupo dos mais vulneráveis, principalmente no caso dos que, concluindo a escolaridade obrigatória, não veêm abrir-se-lhes portas para uma progressão adequada.

As competências do Estado, após a escolaridade obrigatória, são transferidas para a comunidade, que não está preparada par integrar os jovens, voltando estes à dependência do Estado, enquanto protector social, ou noutros casos, como protector penal, no âmbito das medidas de protecção judiciária.

Entre as medidas de luta contra a delinquência juvenil está a repressão penal, nomeadamente na legislação específica para adolescentes com mais de 16 anos, e a criação de instituições apetrechadas com um maior controlo sobre os adolescentes, o que vem reflectir-se numa maior segurança.

A reorganização do sistema de Protecção de Menores, em Portugal, como noutros países da Europa, passa pela repenalização, embora se saiba que esta medida por si só, não vai responsabilizar os adolescentes. Ou seja, não é exclusivamente por se tomarem medidas mais penalizantes, para os adolescentes, que estes passarão a reflectir sobre o seu comportamento, compreendendo por isso, a gravidade dos actos que cometem.

A vida institucional não corresponde ao quotidiano de qualquer cidadão, não favorecendo, por isso, as aprendizagens sociais de que qualquer adolescente necessita.

Os adolescentes institucionalizados são, em simultâneo, objecto de medidas do âmbito da política social e da política penal. Contudo, a aplicação destas medidas em Portugal não tem obtido os resultados que seriam desejáveis, eventualmente porque o modelo de justiça, se tem sobreposto na institucionalização dos adolescentes, ao modelo terapêutico e à perspectiva de reinserção social que seria desejável. A ideia de punição tem-se sobreposto à ideia de tratamento, deixando de fazer sentido o trabalho terapêutico.

Pretende-se, em simultâneo, proteger os jovens da sociedade, e a sociedade dos jovens, o que efectivamente não é tarefa fácil, principalmente quando os critérios são equívocos e imprecisos. Os projectos que têm vindo a ser desenvolvidos e que pretendem identificar grupos vulneráveis, numa atitude pseudo-preventiva, não avançam além de um processo que apenas leva à etiquetagem e estigmatização desses

mesmos grupos. A adaptação voluntária por parte dos adolescentes aos padrões sociais vigentes, não ocorre, não se verificando, por isso, a sua inserção.

Quando o adolescente tem o primeiro contacto com as instituições judiciais, numa primeira fase, há a tendência a infantilizá-lo e a considerá-lo perturbado, carenciado, não o responsabilizando pelo acto cometido, porque é jovem, porque precisa de ser ajudado, apoiado por psicólogos e assistentes sociais.

Se há uma recidiva, o adolescente é considerado imaturo, não se tendo adaptado à instituição, havendo então que transferi-lo para outra instituição. Quando o adolescente continua sem responder, como era esperado, as expectativas dos técnicos e do juiz são desfeitas, sem que, porventura, se tenham interrogado sobre as verdadeiras potencialidades do adolescente. A partir desta fase, dificilmente a trajectória do adolescente será a da via da reinserção.

Por outro lado, as causas da delinquência não são perspectivadas socialmente, nem se tem considerado que muitas situações relativas à delinquência e à inadaptação se inscrevem numa problemática da personalidade, e são, por isso, susceptíveis de serem modificadas, mediante tratamento adequado.

A problemática da institucionalização não tem sido analisada num quadro económico, social e cultural, que permita intervenções sistémicas que abranjam estas diferentes vertentes. Este tipo de análise possibilitaria uma avaliação dos contributos da escola para a expansão da delinquência e a tomada de medidas preventivas. Paralelamente, novas formas de intervenção poderiam ser equacionadas.

É com agrado que constatamos que a lei relativa à Protecção de Menores tem sido objecto de estudo, nos últimos anos, verificando-se algumas melhorias nas alterações propostas. Consideramos urgente, com a saída do Decreto-Lei que vem regulamentar a Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, a clarificação das funções sociais e

judiciais, distinguindo de forma clara, qual deverá ser a acção da ajuda social e a acção da justiça e que adolescentes deverão ser abrangidos por uma, por outra ou por ambas. Estas medidas poderão evitar a entrada de grande número de adolescentes no sistema judiciário, evitando que adolescentes vitimados sejam tratados e considerados como delinquentes.

Neste capítulo propomo-nos falar dos adolescentes institucionalizados. Porque uma das amostras a que recorremos para a investigação foi seleccionada em colégios dependentes do Ministério da Justiça, antes de apresentarmos a análise qualitativa dos dados obtidos, procederemos a uma breve descrição do regime jurídico dos menores delinquentes em Portugal.

Esta análise permitirá compreender as características e funcionamento, normas e legislação que regem os Colégios de Acolhimento Educação e Formação que acolhem estes adolescentes.

2 – A LEGISLAÇÃO PORTUGUESA SOBRE MENORES

A legislação portuguesa, na área de protecção aos menores, tem sofrido um enriquecimento com a introdução de perspectivas psico-sociológicas na análise da problemática dos menores.

No séc. XIX surgem as primeiras reformas legais específicas para adolescentes. Estas reformas legais e sociais permitiram a separação do tribunal de menores do tribunal de adultos, tendo o primeiro tribunal de menores iniciado o seu funcionamento em Chicago em 1899. Embora à época estas reformas não tivessem sido aceites na generalidade, hoje em dia nos Estados Unidos a ideia de redução de pena, se os ofensores são jovens, é aceite, implicando este procedimento a redução da responsabilidade criminal de acordo com a idade.

Até ao início do séc. XX a delinquência juvenil foi considerada ligada exclusivamente às classes desprotegidas, em desvantagem, esquecendo os jovens que fazem parte de estratos sociais privilegiados e que, embora praticando comportamentos delinquentes, conforme o comprova o estudo de Fleming e col. (1992), não são presentes em tribunal, por isso, não etiquetados como delinquentes.

Nos nossos dias, embora os actos delinquentes possam ser observáveis em menores de todos os estratos sociais, no caso dos adolescentes pertencentes a classes estigmatizadas, a própria família constitui uma agravante ao desequilíbrio, o que podendo acontecer nas classes privilegiadas não apresenta os mesmos contornos, nomeadamente, no que diz respeito aos processos de institucionalização em colégios dependentes do Ministério da Justiça. Nas família com escassos meios económicos a via de encaminhamento é, com facilidade, a destes colégios.

Na idade média, a média da idade da delinquência era 24 anos, hoje é de 17 anos. Cada vez mais precocemente os comportamentos delinquentes são observáveis. O

início do envolvimento em comportamentos delinquentes, antes dos 12 anos, apresenta hoje uma incidência acentuada.

À altura, a protecção à criança e a assistência pública confundiam-se. A igreja era a entidade que dominava as diversas formas assistenciais, como os hospitais, as escolas e os reformatórios.

No séc. XIX, a delinquência juvenil era considerada como uma das formas de criminalidade, sendo, por isso, os jovens detidos em prisões como os adultos.

As reformas introduzidas no séc. XX nos diferentes países, sobre o direito de menores, permitiram a separação dos processos de crianças e adolescentes dos processos dos adultos. São, então, abertas instituições para os jovens que não deveriam entrar nas prisões, por não lhes ser imputada a culpa do acto, mas face à deterioração da personalidade, deveriam ficar a cargo do estado. Par tal, são criadas unidades, dentro de algumas prisões para adultos, funcionando aquelas como escolas reformatório. Os jovens presentes a tribunal davam entrada nas prisões, ficando instalados nestas unidades, separados dos adultos, mas com um regime semelhante.

A legislação inerente ao direito português consagra o nosso sistema como um sistema de protecção. O "modelo de protecção" foi introduzido em Portugal pela Lei de Protecção à Infância de 27 de Maio de 1911. Este modelo privilegia a intervenção do Estado na defesa do interesse do menor, sem que lhe seja formalmente reconhecido o estatuto de sujeito processual. A aplicação de medidas é exclusivamente a nível de assistência e educação, tendo em linha de conta prioritariamente o contexto de vida do sujeito. Este modelo tem subjacente o ideal educativo, sendo preponderante o papel do juiz que aplica as medidas. São tidas em conta, em primeira linha, a personalidade e condições de vida do menor, ficando o acto por este praticado em segundo plano.

Os novos modelos de justiça de menores fazem apelo à participação activa da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado. A justiça de menores investe agora na promoção e protecção dos direitos das crianças e dos jovens, numa atitude preventiva, muito mais consentânea com as necessidades actuais que superam a mera protecção.

Ao estabelecer um equilíbrio entre os direitos dos menores e dos seus responsáveis legais, concedendo àqueles o direito de participar nas decisões que lhe dizem respeito, o novo modelo de justiça pode permitir uma maior responsabilização dos adultos em relação aos menores, respeitando os seus direitos individuais, económicos, sociais e culturais.

O regime jurídico da tutela dos direitos dos menores recorta-se a partir da Constituição da República e da Convenção sobre os Direitos da Criança, que Portugal ratificou e vigora desde 21 de Outubro de 1990.

Face à Constituição da República Portuguesa, o menor é um sujeito de direitos, em pé de igualdade com os demais sujeitos. Segundo o Código Civil (artigo 122º), entende-se por menor "quem não tiver ainda completado 18 anos de idade".

Os direitos de que os cidadãos menores são titulares encontram-se dispersos e merecem tutela em diversas áreas de direito.

Constituindo a família o meio natural onde os direitos dos menores se exercem, o papel dos pais é determinante na sua efectivação. Assim sendo, o legislador constitucional conferiu aos pais o direito e o dever de educação e de manutenção dos filhos, consagrando que estes só podem ser separados daqueles com fundamento em não cumprimento dos seus deveres fundamentais e sempre mediante decisão judicial (artigo 36º, nºs 5 e 6).

A Constituição impõe ao Estado o dever de cooperar com os pais na educação dos filhos (atigos 67º e 68º).

"As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições, estando-lhes ainda vedado o trabalho em idade escolar" (Marreiros 1999).

Cabe ao Estado adoptar medidas legislativas que definam e permitam pôr em funcionamento mecanismos de protecção para os menores, e que contribuam para que os pais possam exercer os seus direitos e deveres.

A justiça tutelar de menores regulamenta situações com incidência na vida do menor que podem levar nomeadamente à limitação e inibição do poder paternal, à tutela, à adopção, ou à incriminação de certos comportamentos.

Esta intervenção, que pode implicar restrições a direitos fundamentais dos pais, designadamente o direito à educação e à manutenção dos filhos, nem sempre atinge os objectivos que seria desejável. Em muitos casos, os direitos e deveres acometidos aos pais e à família não estão a ser cumpridos. Ao contrário de promover os direitos das crianças e dos jovens, o funcionamento inadequado das medidas legislativas que actuam os mecanismos de protecção de menores, tem possibilitado a alguns progenitores que, abusivamente, não eduquem nem providenciem a manutenção dos seus filhos, coarctando-lhes a sua liberdade, escravizando-os, promovendo situações de mendicidade e de prostituição.

Parece-nos, pois, importante que o Estado encontre formas mais adequadas de efectivar os direitos destes menores.

Com a intervenção da justiça junto dos menores, pretende-se privilegiar a defesa da sociedade com respeito pelos direitos, liberdades e garantias daqueles.

Em Portugal, se por um lado se critica o pendor paternalista das intervenções junto dos menores, que não reconhece direitos processuais, tais como o direito de audição e do contraditório, por outro lado, o incremento da delinquência juvenil e a consequente insegurança dos cidadãos, tem propiciado exigências no sentido de defender a repenalização da justiça de menores, a diminuição da idade da imputabilidade penal e um controlo mais efectivo dos adolescentes institucionalizados.

Portugal é considerado como o primeiro país a concretizar uma reforma global das disposições penais relativas a menores, através da Organização Tutelar de Menores aprovada pelo Decreto-Lei nº44288, de 20 de Abril de 1962 e modificada pelo Decreto-Lei nº47727 de 23 de Maio de 1967 e revogado pelo Decreto-Lei nº 314/78 de 27 de Outubro.

A actual Organização Tutelar de Menores aprovada pelo Decreto-Lei nº 314/78 de 27 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 185/93, de 22 de Maio, bem como o Decreto-Lei nº 189/91 de 17 de Maio, e pela Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, que aguarda a saída do Decreto-Lei que a regulamente, regula a criação, competência e funcionamento das Comissões de Protecção de Menores.

A Proposta de Lei nº 265/VII, apresentada à Assembleia da República em 5 de Maio de 1999, foi aprovada como Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro), aguardando-se a saída do Decreto-Lei que a regulamente, reconhece as virtualidades da intervenção da comunidade na protecção de crianças em perigo.

A proposta de Lei nº 265/VII foi apresentada pela comissão de avaliação da actual situação do direito e da justiça de menores, criada por despacho do Ministro da

Justiça nº 20/MJ/96 de 30 de Janeiro, e tende "a instituir um sistema de intervenção junto de menores, jurídico-constitucionalmente legitimado, teleologicamente pré-ordenado à resolução dos problemas sociais e dotado de coerência dogmática e de eficácia funcional" (in Proposta de Lei nº265/VII). "Preside-lhe um ideário moldado por preocupações de prevenção e protecção, orientado no sentido de evitar situações de perigo que se acreditava conduzirem, naturalmente, ao desenvolvimento de condutas marginais. A intervenção, mesmo quando justificada por uma conduta delinquente, tinha como fim essencial a protecção da criança ou do jovem e não a punição, intimidação ou reprovação social"(in Proposta de Lei nº265/VII).

À comissão "tornou-se claro que a intervenção relativa aos menores infractores não pode ser idêntica à que se adequa às situações de menores em risco". Assim, a proposta de Lei nº 265/VII distingue "as situações de menores maltratados ou em perigo das situações em que o menor é agente de um facto com relevância jurídico-penal".

O conceito jurídico de "crianças e jovens em perigo", inspirado no artigo 1918º do Código Civil, é adoptado em detrimento do conceito mais amplo de "crianças em risco", limitando a intervenção às situações de risco que ponham em perigo a segurança, a saúde, a formação, a educação ou o desenvolvimento da criança ou do jovem.

A intervenção, por parte do Estado, junto de crianças e jovens, é fundamentada no artigo 69º da Constituição que confere à sociedade e ao Estado "o dever de os proteger contra todas as formas de abandono, de discriminação e opressão e contra o exercício abusivo de autoridade, com vista ao seu desenvolvimento integral".

De acordo com a Lei nº 147/99 de 1 de Setembro (artigo 3º-2), considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

a) Está abandonado ou vive entregue a si própria;

b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;

c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;

d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento;

e) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;

f) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

As linhas de força que têm vindo a inspirar as principais reformas empreendidas baseiam-se em instrumentos internacionais adoptados pelas Nações Unidas a que Portugal se encontra vinculado, como a Convenção sobre os Direitos da Criança assinada em 1989 e ratificada em1990, ou as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores -"Regras de Beijing"- recomendadas pelo VII Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes e aprovadas pela Resolução da Assembleia Geral nº 40/33 de 1985, e pela Resolução da Assembleia Geral nº 40/33 de 1985, e pela Resolução do Conselho da Europa adoptada pela Resolução (R) 87 20, de 1987 (in Proposta de Lei nº 266/VII que aprova a Lei Tutelar Educativa).

Actualmente em Portugal e segundo o Artigo 4º da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, os princípios orientadores de intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo são:

a) Interesse superior da criança e do jovem - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
b) Privacidade – a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
c) Intervenção precoce – a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
d) Intervenção mínima – a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo;
e) Proporcionalidade e actualidade – a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação em perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;
f) Responsabilidade parental – a intervenção deve ser efectuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;
g) Prevalência da família – na promoção de direitos e na protecção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a sua adopção;

h) Obrigatoriedade da informação – a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;

i) Audição obrigatória e participação – a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e de protecção;

j) Subsidiariedade – a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.

2.1 – REGIME JURÍDICO DOS MENORES DELINQUENTES

À época das Ordenações Afonsinas (1446), o direito penal de menores era bastante rudimentar. "O legislador aplicava o seu "livre arbítrio", não tendo em conta os fins das penas, nem a proporção dos delitos cometidos, incluindo os dos menores, o que determinava uma desigualdade, uma violência e crueldade neste sistema jurídico" (Martins 1998).

Segundo Martins (1998), as "Ordenações Manuelinas" e as "Filipinas" introduzem algumas alterações, nomeadamente, em relação aos menores. Indicam a maioridade penal no rapaz aos 20 anos e na rapariga aos 18 anos. Em relação ao menor delinquente com mais de 17 anos e menos de 20 anos de idade ficaria ao bom critério do

juiz aplicar-lhe a pena ou diminui-la. Os critérios de condenação dos delinquentes maiores de dezassete anos eram subjectivos, embora com escassas limitações. Por exemplo, se o delinquente tivesse menos de dezassete anos não poderia ser condenado à pena de morte, mesmo que o seu delito o merecesse. Por outro lado, os menores de sete anos eram inimputáveis por ser considerado que não eram capazes de cometer um delito. Este limite de idade era, por vezes, alargado até aos dez anos e meio para os rapazes e até aos nove anos e meio para as raparigas. Até aos catorze anos para os rapazes e aos doze anos para as raparigas, havia a presunção de irresponsabilidade, no entanto, esta poderia ser anulada se fosse provado que o menor tinha cometido o delito por malícia.

Todo o menor de 25 anos de idade podia solicitar recurso das sentenças que injustamente lhe fossem aplicadas Quando o jovem até catorze anos fosse condenado, cabia ao seu tutor responder por ele em juízo, ou era-lhe atribuído um tutor que o aconselhava nas respostas que lhe fossem dirigidas. Caso o tutor não fosse nomeado, mesmo que houvesse uma confissão por parte do jovem esta era considerada nula. Aos maiores de 14 anos, a situação do jovem era equiparada à dos adultos, passando a haver uma plena responsabilidade criminal.

Segundo as "Ordenações Afonsinas", os menores delinquentes reincidentes acusados de furto ou roubo eram sujeitos ao degredo. Como se pode verificar a protecção aos menores era escassa à época.

Anteriormente à codificação penal (1852), o direito penal de menores julgava irresponsável o menor pela pouca idade ou "falta de malícia", contudo, não o isentava das penas que não diferiam das que sofriam os adultos, não o reeducava, nem o reinseria socialmente.

Antes do séc. XIX não existiam estabelecimentos próprios para menores delinquentes, à excepção da Casa Pia de Lisboa, fundada em 1780 por Pina Manique e destinada a "regenerar, corrigir e educar os menores viciosos, vadios, mendigos e abandonados...". [7]

No reinado de D. Maria I (1787) é criada uma Junta (Decreto de 31 de Março de 1787) que organiza um Código Penal, que, aludindo à delinquência, distingue os delinquentes em agentes e cúmplices. Os fins das penas eram a segurança social, a recuperação social do ofensor e a coacção psicológica como modo atemorizador da pena.

Após a Revolução Liberal, as Cortes consideraram a necessidade de modificação da legislação e em 1852 no Código Penal questiona-se, pela primeira vez, a responsabilidade criminal dos menores.

O Código Penal de 1837 (Art. 85°) e o Código Penal de 1852 (art.23° n°5) prevêem um período de irresponsabilidade absoluta que vai até aos 7 anos de idade. No Código Penal de 1886 (art.42° n°1), este período é alargado até aos dez anos de idade, e, posteriormente, alargado para os catorze anos de idade. De salientar que no Código Penal de 1852 a atribuição de culpa era relacionada com a capacidade de discernimento e responsabilidade manifestadas pelo adolescente. A inovação deste Código consistia na possibilidade de entregar aos pais ou tutores o jovem delinquente, ou na impossibilidade de assim ser, interná-lo em estabelecimentos denominados casas de educação, e que mais tarde (Código Penal de 1886) seriam os estabelecimentos de correcção ou colónias penitenciárias (Martins 1998).

O Código Penal de 1852 previa a possibilidade da substituição de penas maiores por penas até dez anos de prisão com trabalho ou não. (art. 73°).

[7] In Regulamento Geral da Casa Pia de Lisboa 1948

Quando o jovem delinquente perfizesse sete anos de idade e o juiz concluísse que o adolescente possuía discernimento, era obrigado a aplicar-lhe uma pena. Esta deveria ser cumprida em cadeias comuns, no Aljube se tivesse uma idade inferior a catorze anos, no caso de ser superior deveria ser internado no Limoeiro. Eram sujeitos a pena de prisão correccional os jovens delinquentes condenados por mendicidade e vadiagem.

Em 1890, com o movimento liderado pela União Internacional de Direito Penal de Berne, a distinção entre menores com ou sem discernimento foi banida e rejeitado o regime repressivo, passando, então, o menor a ser estudado, para que a medida que lhe fosse aplicada respondesse às suas necessidades.

Portugal foi um dos primeiros países da Europa a adoptar os novos critérios, criando os Tribunais de Menores até 16 anos de idade, pela lei de protecção à infância de 27 de Maio de 1911. O primeiro tribunal é criado em Lisboa, posteriormente no Porto, em 1912, e em 1925 no resto do país.

O aumento de delinquentes menores presos em cadeias de adultos provocou uma medida legislativa para atenuar esta situação. Em 1872, com a lei de 15 de Junho, é criada para a Comarca de Lisboa a Casa de Detenção e Correcção para menores do sexo masculino, instalada inicialmente no Convento das Mónicas. Ali eram albergados os menores de 18 anos, presos preventivamente à ordem do juiz e da autoridade administrativa do Reino e condenados a qualquer pena; e os indisciplinados e incorrigíveis em relação aos quais os tutores pedissem o seu internamento (Martins 1998).

Com a adopção dos novos princípios de direito penal, deixa de ser aplicado aos menores o Código Penal e o processo criminal comum. Com a nova legislação, são

criados dois tipos de estabelecimentos destinados à regeneração de menores inadaptados:

- Os reformatórios, destinados a regenerar os menores, que por decisão das tutorias, nelas devessem ser internados por não se encontrarem ainda gravemente pervertidos, sendo, por isso, susceptíveis de se corrigirem através de trabalho profissional, educação moral e meios disciplinares adequados, acompanhados, ou não, do regime de detenção até 60 dias, seguidos ou alternados no espaço de um ano.
- As colónias correccionais, destinadas a corrigir os menores em adiantado grau de perversão, mas ainda com possibilidade de serem regenerados, através dos moldes anteriormente referidos ou ainda de detenção correccional por períodos variáveis e indeterminados.

Com base nos novos critérios do novo direito penal de menores, surgem três princípios fundamentais:

1 – O direito penal dos menores é preventivo: exerce a acção jurisdicional dos tribunais antes que o menor seja delinquente

2 – O direito penal dos menores é tutelar: procura defender o menor, transformá-lo, melhorá-lo e corrigi-lo

3 – O direito penal dos menores é predominantemente subjectivo: procura adoptar medidas adaptáveis à individualidade do menor.

Na actual Lei nº 147/99 de 1 de Setembro e segundo o artigo 34º - Finalidade, as medidas de promoção dos direitos e protecção das crianças e dos jovens em perigo visam:

a) Afastar o perigo em que estes se encontram;

b) Proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral;

c) Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

Estas medidas são as seguintes (Artigo 35° - Medidas)

a) Apoio junto dos pais;

b) Apoio junto de outro familiar

c) Confiança a pessoa idónea

d) Apoio para a autonomia de vida;

e) Acolhimento familiar;

f) Acolhimento em instituição.

De salientar que "as medidas de promoção e de protecção são executadas no meio natural de vida (a), b), c), d)) ou em regime de colocação (e), f)), consoante a sua natureza e podem ser decididas a título provisório.

Como se pode verificar, o apoio de natureza psicopedagógica e social ou a ajuda económica que se pretende com a medida de apoio junto dos pais (artigo 39°) vem privilegiar a manutenção da criança ou jovem junto do sistema familiar, o que nos parece muito adequado, sempre que seja possível esta medida, ou em alternativa o apoio junto de outro familiar (artigo 40°).

O artigo 41° - Educação parental, vem possibilitar que quando aplicadas estas medidas "os pais ou os familiares a quem a criança ou jovem sejam entregues podem beneficiar de um programa de formação visando o melhor exercício das funções parentais." Artigo este francamente inovador. Parece-nos que, pela primeira vez, é pensado a verdadeira integração da criança ou do jovem no contexto familiar, e a

hipótese de uma intervenção sistémica junto da família, nunca até aqui consignada na lei.

3 - ORGANIZAÇÃO TUTELAR DE MENORES

A Organização Tutelar de Menores criada pelo Decreto Lei nº44288 de 20 de Abril de 1962, que revogou a Lei de Protecção à Infância, reúne num único diploma as normas integradoras do regime jurídico dos menores delinquentes. Aquele diploma veio a ser alterado pelo Decreto-Lei nº 47727 de 23 de Maio e revogado pelo Decreto-Lei nº 314/78 de 27 de Outubro, igualmente revogado pelo nº1 do artigo 4º da Lei 147/99 de 1 de Setembro[8].

A revisão da Organização Tutelar de Menores introduziu profundas alterações à organização dos tribunais judiciais, nomeadamente, as que se referem à competência dos tribunais de família e dos tribunais de menores. Verificou-se uma repartição, entre os tribunais de menores e os tribunais de família, da competência tradicionalmente atribuída aos primeiros.

Com o Decreto-Lei nº314/78 de 27 de Outubro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei nº185/93 de 22 de Maio, o tratamento jurídico das questões relativas a menores, quer no âmbito das medidas tutelares, quer em matéria de natureza civil, passa a constar de um diploma único. Este abrange matérias da competência dos tribunais de menores e matérias cíveis relativas a menores da competência dos tribunais de família. O legislador refere pretender-se com este Decreto-Lei que a assessoria técnica tenha a operacionalidade "que nunca teve", acentuando o carácter protector assistencial e educativo que se pretende imprimir à jurisdição tutelar.

[8] A aplicação do regime previsto na Lei 147/99 de 1 de Setembro fica dependente da publicação da respectiva regulamentação.

Os menores que se submetem a esta jurisdição podem corresponder à categoria de menores com condutas desviantes ou à categoria de menores maltratados ou em risco. O tribunal pode aplicar as medidas tutelares aos menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos que "mostrem dificuldade séria de adaptação a uma vida social normal, pela sua situação, pelo seu comportamento ou pelas tendências que hajam revelado", ou que "se entreguem à mendicidade, vadiagem, prostituição, libertinagem, abuso de bebidas alcoólicas ou uso ilícito de estupefacientes" ou "sejam agentes de algum facto qualificado pela lei penal como crime ou contravenção" (artigo 13° da OTM).

De salientar que, durante o cumprimento das medidas é imposto ao estabelecimento a que o menor esteja confiado, o dever de informar periodicamente o tribunal da evolução da sua personalidade e comportamento, bem como a possibilidade que existe de o juiz contactar com o menor sempre que o entenda conveniente, para obviar, segundo pensamos, situações em que os adolescentes são "despejados" nas instituições sem que os seus processos sejam reanalisados.

3.1 – TRIBUNAL TUTELAR DE MENORES

De acordo com a legislação em vigor, os tribunais tutelares de menores têm como finalidade a protecção judiciária de menores, no domínio da prevenção criminal, através da aplicação de medidas de protecção, assistência e educação, bem como na defesa dos seus direitos e interesses.

Estes tribunais têm competências para decretar medidas relativamente aos menores que, tendo completado 12 anos e antes de perfazer 16 anos, se encontrem em

situação de paradelinquência ou mesmo já de delinquência, ou se encontrem em situação de perigo para a sua segurança, saúde, formação moral e educação.

O Tribunal Tutelar de Menores tem também competência (artigo 18°) para decretar medidas relativamente aos menores que, com mais de 16 anos, se mostrem inadaptados à disciplina da família, do trabalho ou do estabelecimento de ensino que frequentem. Para além das funções de "prevenção criminal", o Tribunal Tutelar de Menores tem também jurisdição em matéria cível, ou seja, para instaurar a tutela, regular o exercício do poder paternal, constituir o vínculo da adopção, fixar os alimentos devidos a menores, decretar a inibição do poder paternal e proceder à averiguação oficiosa da paternidade ou maternidade. Quando o menor atinge a idade de 18 anos, a competência destes tribunais cessa, transitando para os tribunais normalmente competentes.

Segundo a Proposta de Lei n° 265/VII, "a competência dos tribunais de menores abrange não só situações em que o menor é vítima de acções ou omissões que põem em causa o seu processo de socialização, mas também situações em que o comportamento do menor é resultado da sua desconformidade com os valores fundamentais da vida em comunidade".

As medidas tutelares educativas aplicáveis aos menores (Proposta de Lei n° 266/VII –Lei Tutelar Educativa Artigo 4°)são:

a) A admoestação;
b) A privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores;
c) A reparação ao ofendido;
d) A realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade;

e) A imposição de regras de conduta;

f) A imposição de obrigações;

g) A frequência de programas formativos;

h) O acompanhamento educativo;

i) O internamento em centro educativo.

De salientar, que a medida de internamento em centro educativo pode aplicar-se em regime aberto, semiaberto e regime fechado. Verifica-se que estas medidas assumem uma vertente pedagógica muito mais consentânea com o contexto actual, comparativamente às medidas tutelares de protecção, assistência e educação que os tribunais têm vindo a aplicar (Artigo 18° do Decreto-Lei de 27 de Outubro) e que passamos a enumerar:

a) Admoestação – esta medida é a mais leve, sendo aplicada perante situações de pouca gravidade. Pode ser aplicada juntamente com outro tipo de medidas.

b) Entrega aos pais, tutor ou pessoa encarregada da sua guarda – a aplicação desta medida pressupõe a interacção entre os vários intervenientes na situação, sensibilizando os pais para o aparecimento de novos aspectos nas relações e procurando que o seu comportamento facilite a aplicação da medida.

c) Imposição de determinadas condutas ou deveres – com esta medida faz-se apelo às capacidades do indivíduo para ultrapassar obstáculos. Esta imposição pode ser de carácter social, moral ou unitário (reparação de prejuízos ou pagamento de quantia a favor da instituição)

d) Acompanhamento educativo – para além das equipas do I.R.S., existem outro tipo de entidades que também poderão intervir nesta área, como é o caso das escolas, instituições de assistência e pessoas individuais

e) Colocação em família idónea – esta medida de carácter provisório visa a educação do menor, sendo o seu objectivo prioritário a reintegração na família biológica (também artigo 24° da OTM)

f) Colocação em estabelecimento oficial ou particular de educação – esta medida tem como objectivo a admissão do sistema de semi-internato, por forma a promover a educação do menor (também artigo 24° da OTM)

g) Colocação em regime de aprendizagem ou de trabalho junto de entidade oficial ou particular – esta medida poderá ser associada ao acompanhamento educativo (também artigo 24° da OTM)

h) Submissão a regime de assistência – esta medida destina-se apenas a menores que possuam anomalias psíquicas que conduzam ao internamento, com acompanhamento médico-psicológico

i) Colocação em lar de semi-internato – esta medida pressupõe a associação com a medida de acompanhamento educativo (artigo 18° d) da OTM), sendo aplicável em casos de desfavorecimento social do menor (artigos 30°, 43° e 69° da OTM)

j) Colocação em instituto médico-psicológico – destina-se a menores com problemas a nível de deficiência mental ou dificuldades de natureza psicológica

k) Internamento em estabelecimento de reeducação – esta medida só é aplicável a menores com mais de 9 anos (artigo 20º da OTM). É a medida mais grave aplicável a menores, destinando-se a menores que possuam comportamentos desviantes.

O diploma aprovado pelo Decreto-Lei nº314/78 delimita a competência dos tribunais de menores relativamente a menores entre doze e os dezasseis anos, determinando medidas para os menores que se encontrem em situação cujo processo seja determinado por inadaptação social grave, por situações próximas de marginalidade (mendicidade, vadiagem, prostituição e libertinagem). Acrescenta, ainda, o uso abusivo de bebidas alcoólicas e o consumo de estupefacientes, ou a prática de um crime ou contravenção (art.º 13º).

A competência dos tribunais de menores relativamente a menores até aos 18 anos permite-lhes decretar medidas relativamente aos menores vítimas de maus tratos ou em situação de abandono ou desamparo, capazes de pôr em perigo a sua saúde, segurança, educação ou moralidade. Relativamente a menores que tendo atingido os catorze anos, se mostrem gravemente inadaptados à disciplina da família, do trabalho ou do estabelecimento onde se encontram internados. E apreciar e decidir pedidos de protecção do tribunal por serem vítimas de exercício abusivo de autoridade na família ou nas instituições onde se encontram. (art.º 15º).

A aplicação de medidas a crianças com menos de 12 anos, que se encontrem numa situação em relação à qual o tribunal só a partir desse limite de nível etário pode intervir, é confiada às comissões de protecção quando estas existam.

A Proposta de Lei nº265/VII considera criança ou jovem a pessoa com menos de 18 anos, ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, o que eventualmente possibilitará uma intervenção

por parte quer das Comissões de Protecção, quer do Instituto de Reinserção Social mais dilatada no tempo.

Segundo a Lei nº 147/99 de 1 de Setembro "Compete ao tribunal da família e menores a instrução e o julgamento do processo. Fora das áreas abrangidas pela jurisdição dos tribunais da família e menores cabe ao tribunal da respectiva comarca conhecer das causas que àqueles estão atribuídas" (Artigo 101º Tribunal competente).

3.2 - REGIME ESPECÍFICO DOS 16 AOS 21 ANOS

Portugal foi um dos primeiros países da Europa a criar tribunais de menores e a considerar os menores de 16 anos inimputáveis à face da lei penal.

O código penal existente em 1886 incluía mecanismos de atenuação das penas consoante a idade. Com a aprovação do código penal de 1982 manteve-se a inimputabilidade penal fixada nos 16 anos, instituindo-se um regime penal especial para os jovens dos 16 aos 21 anos, através do Decreto-Lei nº 401/82 de 23 Setembro.

A recente Proposta de Lei nº 275/VII pretende aprovar um novo regime penal especial para jovens entre os 16 e 21 anos, em substituição do que se encontra em vigor.

O legislador esclarece que as motivações subjacentes a este regime resultam do aumento significativo da criminalidade depois da Segunda Guerra Mundial, nomeadamente a criminalidade juvenil. Na falta de indicadores em relação à situação portuguesa e face à dimensão social que o problema tem no nosso país, no que diz respeito aos jovens adultos, o direito aplicado aos jovens delinquentes parece ser insuficiente, pelo que deverão ser aplicadas soluções diferenciadas. O direito penal dos jovens adultos surge, assim, como categoria própria.

Considerando o ciclo de vida e o efeito de morosidade com que nas sociedades modernas os adolescentes têm acesso à idade adulta, contrariamente ao que se verificava há duas gerações atrás, em que a idade adulta era alcançada mediante ritos de passagem como o fim da escolaridade, o serviço militar ou o casamento, hoje em dia a fase de estruturação de autonomia em relação quer às figuras parentais, quer em relação ao contexto familiar é bastante mais morosa, pelo que o adolescente só mais tarde consegue integrar-se como adulto na sociedade, até porque também mais tarde consegue ter uma profissão estável que lhe possibilite atingir autonomia financeira.

Tendo presente as premissas de que o período de latência entre a adolescência e a idade adulta potencia os comportamentos delinquentes, e que "a ocorrência de transformações profundas nos modos de viver e nas relações intergeracionais, a modificação da estrutura familiar, com a perda de coesão e a crescente expressão da família monoparental" (in Proposta de Lei nº 266/VII), o legislador consagra duas ideias fundamentais na legislação actual:

A primeira consiste em assumir que os cidadãos maiores de 16 anos, sendo considerados imputáveis, estão sujeitos às normas penais e é perante elas que devem responder. A segunda é a de evitar, na medida do possível, a aplicação de penas de prisão a jovens adultos. Comprovada a natureza criminógena da prisão, sabe-se que os seus malefícios se exponenciam nos jovens adultos, quer pela vulnerabilidade dos próprios sujeitos, quer pelo agravamento que produz o afastamento do seu contexto, quando o que se pretende é a progressiva inserção do jovem.

Ao nível da pequena e da média criminalidade, o diploma vai no sentido da aplicação de penas de substituição, como penas de multa, de prestação de trabalho a favor da comunidade e de admoestação.

Com estas medidas, o legislador pretende evitar a aplicação da pena de prisão, ampliando o número de penas de substituição detentivas, e adequando-as às especificidades dos jovens adultos. Em vez da prisão por dias livres e do regime de semi-detenção, prevê-se a pena de colocação por dias livres em centro de detenção e a colocação em centro de detenção em regime de semi-internato.

Estas penas substituem uma pena de prisão aplicada, respectivamente, em medida não superior a seis meses e a três anos, consistindo a primeira num internamento descontínuo, por períodos correspondentes a fins-de-semana, e a segunda numa privação de liberdade, por forma a que o adolescente possa sair sem acompanhamento para exercer, no exterior, actividades escolares, laborais, formativas, culturais ou desportivas.

O internamento em centro de detenção substitui a pena de prisão aplicada em medida não superior a cinco anos.

Quando aplicada, a jovens adultos, a pena de prisão é, em qualquer caso, executada em estabelecimentos especificamente destinados a jovens ou em secções de estabelecimentos prisionais comuns afectados a esse fim. Estes centros de detenção deverão estar localizados em espaços urbanos e disseminados pelo País.

Pretende-se que, com estas medidas, possa haver uma reorientação da execução das penas no que respeita, nomeadamente, à alfabetização, à prossecução da escolaridade, à formação profissional e à iniciação da actividade laboral, assim como "o apoio e enquadramento psicológico a toxicodependentes e a constituição de comunidades de interesses". Parece ter sido esquecido pelo legislador o apoio psicológico estruturante, sem "enquadramento", aos sujeitos a quem a lei se aplica.

Mas como há um longo caminho a percorrer, entretanto, seria desejável, quanto a nós, que esta medida. que de alguma forma vem consignada em relação aos menores

com menos de 16 anos, viesse também a ser aplicada ao jovem agente que, à data da prática do acto, tem idade compreendida entre os 16 e os 21 anos.

3.3 - COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE MENORES

O Decreto-Lei nº 189/91 regula a criação, competência e funcionamento das Comissões de Protecção de Menores (CPM) de todas as Comarcas do país. De acordo com o Artigo 3º da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro "as actuais comissões de protecção de menores serão reorganizadas e passarão a funcionar de acordo com o disposto na lei de protecção de crianças e jovens em perigo, adoptando a designação de comissões de protecção de crianças e jovens. Estas comissões de protecção serão reorganizadas por portaria conjunta dos Ministros da Justiça e do Trabalho e Solidariedade.

As comissões de protecção de crianças e jovens têm como objectivo prevenir e pôr termo a situações que são susceptíveis de causar danos físicos ou morais a crianças ou jovens, ou de colocar em risco a sua inserção na família e/ou na comunidade. A actuação destas comissões decorre da necessidade de proteger socialmente crianças que se encontram privadas do seu meio familiar natural, quer devido a abandono, quer por incapacidade do uso do poder parental. Privilegiam as medidas que possam ser executadas na família e/ou comunidade, onde a criança/jovem esteja inserida.

Compete às comissões de protecção de crianças e jovens decidir da aplicação de medidas de protecção a menores que:

- antes de completarem 12 anos demonstrem sérias dificuldades de adaptação social, adoptem comportamentos desviantes, ou sejam agentes de factos qualificados pela lei penal como crime;

- independentemente da idade, sejam vítimas de maus tratos, de abandono ou de desamparo, ou se encontrem em situações susceptíveis de porem em perigo a sua saúde, segurança educação ou moral,

e ainda:

- acompanhar a execução das medidas;
- proceder à detecção dos factos que afectem os direitos e interesses dos menores;
- colaborar com os tribunais no estudo e encaminhamento dos casos que careçam de intervenção judiciária;
- cooperar com organismos públicos e privados em actividades de estudo e acção relacionadas com a promoção do bem-estar da criança, do jovem e da família e com a prevenção de situações de risco ou de desadaptação de crianças e jovens.

Como já foi dito, no caso dos adolescentes com idades compreendidas entre 16 e 21 anos que tenham cometido um acto qualificado como crime, é aplicável o decreto-lei nº 401/82. Este diploma não é, contudo, aplicável a jovens penalmente inimputáveis em virtude de anomalia psíquica. São consideradas unicamente como medidas de correcção, a admoestação, imposição de determinadas obrigações, multa ou internamento em centros de detenção, quando, tendo em conta a personalidade do jovem maior de 18 anos e menor de 21 anos, resulte que a pena de prisão até dois anos não é necessária nem conveniente à sua reinserção social. Este internamento em centro de detenção pode ter regime de internato ou semi-internato, ou regime de detenção de fim-de-semana, consoante for mais conveniente para o jovem, tendo em conta a sua situação pessoal.

Segundo a proposta de Lei nº265/VII, os princípios orientadores da reforma assentam no interesse da criança e do jovem, na privacidade, na intervenção precoce, na responsabilidade parental e na prevalência da família.

As comissões de protecção de menores, segundo esta proposta, passam a denominar-se "comissões de protecção de crianças e jovens", constituindo instituições oficiais não judiciárias que visam a protecção de crianças e jovens em perigo, com a participação dos principais agentes da comunidade.

De acordo com a proposta de Lei nº 265/VII Artigo 3º-1, as comissões de menores instaladas adoptarão a designação de comissões de protecção a crianças e jovens em perigo, a partir da data que for fixada por portaria conjunta dos Ministros da Justiça e do Trabalho e Solidariedade.

Estas comissões deverão ser dotadas de recursos humanos que visem a satisfação das suas necessidades, sem o que, como é prática usual, não poderão funcionar adequadamente.

As medidas aplicáveis pelas comissões de protecção e pelos tribunais serão as seguintes:

a) Apoio junto dos pais;

b) Apoio junto de outro familiar

c) Confiança a pessoa idónea

d) Apoio para a autonomia de vida

e) Acolhimento familiar

f) Acolhimento em instituição

As medidas deverão colher a adesão e incentivar a responsabilização dos pais e, preferencialmente, deverão ser executadas em contexto natural designado por meio natural de vida (alíneas a), b), c) e d)) ou em regime de colocação (alíneas e) e f)).

Com o objectivo de estudar o projecto de vida da criança ou jovem, dá-se preferência ao acolhimento de curta duração em casas de acolhimento temporário, que integram a rede nacional de centros de acolhimento temporário e de emergência dinamizados e financiados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

O Ministério Público é "o garante da boa articulação das comissões de protecção com os tribunais e do funcionamento harmónico, do regime de promoção de direitos e protecção das crianças e jovens em perigo e do processo tutelar educativo, nomeadamente de modo que as crianças e jovens que pratiquem factos qualificados pela lei como crimes, que estejam em situação de perigo, beneficiem das necessárias medidas de protecção e promoção de direitos."

A competência para os respectivos processos judiciais é atribuída a tribunais de família e menores e, fora das áreas abrangidas por esta jurisdição especializada, a tribunais de comarca, que passam a funcionar como tribunais de família e menores.

3.4 - INSTITUTO DE REINSERÇÃO SOCIAL (I.R.S.)

O conceito de Reinserção Social, que corresponde à expressão de origem anglo-saxónica "Probation" em sentido lato, é relativamente recente no nosso país, tendo adquirido consagração jurídica nos primeiros anos da década de 80. Por "Probation" entende-se a intervenção dos técnicos de reinserção social com vista à reinserção social dos delinquentes. Segundo esta definição de conceito de reinserção social, pretende-se criar condições que possibilitem ao pré-delinquente ou delinquente optar livremente por viver em sociedade sem infringir a lei.

A cobertura jurídica do termo é implantada em Portugal no código penal de 1982 e legislação complementar, bem como no novo código do Processo Penal em vigor a

partir de 1987 e ainda na legislação que regula a execução das penas privativas de liberdade e o funcionamento dos Tribunais de Execução de Penas da Direcção Geral dos Serviços Prisionais e do Instituto de Reinserção Social.

O Instituto de Reinserção Social (IRS) "é o orgão auxiliar da administração da Justiça que tem como missão assegurar a intervenção social com o objectivo de proteger os direitos e interesses dos menores, prevenir a marginalização social e a delinquência, contribuindo para uma vida jurídica e socialmente integrada de menores, jovens e adultos"(Lei nº 147/99 de 1 de Setembro Anexo B). É uma organização de direito público dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sob tutela do Ministério da Justiça.

Foi criado em 1982 pelo Decreto-Lei nº 319/82 de 11 de Agosto, regulado pelo Decreto-Lei nº 204/83, de 20 de Maio, e foi restruturado ao abrigo do Decreto-Lei nº 58/95 de 31 de Março, passando então a acolher as atribuições e meios afectos à Direcção Geral de Serviços Tutelares de Menores (DGSTM), que até à data coexistia com o IRS, como orgão auxiliar de administração de justiça. Esta alteração ficou a dever-se à perspectiva de que a separação rígida que existia na distinção clássica entre adultos e crianças, revelou-se incongruente, tratando-se de perspectivar acções conducentes à integração, apoio e desenvolvimento daqueles assim como à restruturação interna do IRS, de acordo com os princípios da nova Lei de Bases de Contabilidade Pública. É com esta restruturação que os estabelecimentos tutelares de menores passaram a designar-se colégios de acolhimento, educação e formação (CAEF).

Pretendeu-se, com as alterações já assinaladas, contribuir para uma melhor integração dos menores, jovens e adultos a nível judicial, social e psicológico. No que diz respeito à vertente judicial, este objectivo pode ter sido alcançado. No que diz

respeito às vertentes social e psicológica, pelo que nos foi possível observar a nível dos menores, ainda que possa ter havido algum avanço, estamos muito longe do que seria minimamente desejável, atendendo a que o Instituto de Reinserção Social tem como objectivos a intervenção social, defendendo a protecção dos direitos e interesses de menores, prevenindo a sua marginalização social e a delinquência.

De assinalar que, ainda hoje, os adolescentes vítimas (casos assistenciais) e os adolescentes "agentes de factos qualificados como crime" estão internados nas mesmas instituições, embora a Lei nº 147/99 de 1 de Setembro preveja a separação.

Coexistem nos colégios do I.R.S. adolescentes cujo internamento tem motivações muito diversas, proporcionando aos adolescentes considerados casos assistenciais, uma aprendizagem de comportamentos desviantes, que lhes é facultada pelos delinquentes e pré-delinquentes. Esta vai sendo assimilada, melhor que as aprendizagens previstas nos curricula escolares. Ao saírem da instituição, por vezes em fuga, também os adolescentes casos assistenciais estão aptos a serem "agentes de factos qualificados como crimes" e quando são de novo institucionalizados, por recidiva, já vêm etiquetados como delinquentes.

Segundo Figueiredo (1985), o principal objectivo do Instituto de Reinserção Social é o da prevenção criminal. Esta deve ser entendida em sentido amplo, abrangendo um conjunto de acções "que visem evitar que se cometam actos ilícitos, tipificados na lei penal, mas também evitar comportamentos que, não sendo ilícitos face á ordem jurídico-penal, são considerados desviantes perante determinada ordem socio-cultural".

A acção do IRS alicerça-se numa filosofia assente em valores de humanização e personalização, em que sobressai a preocupação em dar resposta aos problemas que se colocam face a crianças, adolescentes e adultos que por diferentes motivos se

confrontam com o sistema de administração da justiça, e tem como tarefa fundamental "assegurar a intervenção com o objectivo de proteger os direitos e interesses dos menores, prevenir a marginalização social e a delinquência, contribuindo para uma vida jurídica e social integrada de menores, jovens e adultos (...) " (Diário da República I-A Série, nº 77/95 de 31 de Março).

O Instituto desenvolve a sua actividade em articulação e cooperação com as Comissões de Protecção de Menores, dando-lhes a conhecer factos ou situações que, em concreto, afectem os direitos e interesses de menores.

As equipas do Instituto de Reinserção Social estão instaladas em três delegações regionais – Lisboa, Porto e Coimbra – que correspondem aos respectivos distritos judiciais, dando apoio técnico e administrativo aos núcleos de extensão, aos colégios de acolhimento, educação e formação e às equipas que estão na sua dependência.

Existem também seis núcleos de extensão – Lisboa, Açores, Faro, Caldas da Rainha, Porto e Braga que possuem serviços de ordem técnica e administrativa e equipas de reinserção. Dependentes das Delegações Regionais em função da área geográfica onde se situam, existem em funcionamento 14 Colégios de acolhimento, Educação e Formação (Portaria nº 689/95 de 30 de Junho) e 8 Unidades Residenciais Autónomas.

Existem, ainda, 95 equipas de reinserção social instaladas nos círculos judiciais, incluindo as Regiões Autónomas, nos estabelecimentos prisionais centrais e especiais e nos colégios de acolhimento, educação e formação (CAEF).

As atribuições do Instituto de Reinserção Social englobam áreas de competências como:

- contribuição para a definição de políticas de defesa e protecção de menores, de reinserção social e prevenção da marginalidade e delinquência
- contribuição para a elaboração de instrumentos de cooperação judiciária internacional e assegurar os procedimentos resultantes das convenções em que o instituto seja a autoridade central
- promoção de investigação técnica e estudos no âmbito das respectivas atribuições

As atribuições de natureza técnico-operativa do Instituto de Reinserção Social abrangem as seguintes áreas de intervenção:

- Assessoria técnica aos tribunais, nomeadamente no âmbito das jurisdições penal, de menores e família:

- Apoio a decisões judiciárias relativas a menores, jovens e adultos, através da elaboração de relatórios, perícias sobre a personalidade, informações e pareceres;
- Execução, na comunidade, de medidas aplicadas a menores;
- Execução de decisões judiciais de internamento de menores em Colégios de Acolhimento, Educação e Formação (CAEF) ou em Unidades Residenciais Autónomas (URA);
- Execução de penas e medidas não privativas de liberdade;
- Execução de penas e medidas privativas de liberdade em articulação com a administração prisional ou instituição de internamento;
- Execução de liberdades condicionais e de medidas de segurança na comunidade.

- Apoio psicossocial a menores, jovens e adultos intervenientes em processos judiciais, em articulação com as competentes entidades públicas e particulares
- Articulação entre o sistema de administração da justiça e a comunidade, designadamente através de apoio técnico e/ou financeiro a instituições particulares e grupos de cooperadores voluntários

Para a execução das suas atribuições, o Instituto de Reinserção Social dispõe de serviços centrais e serviços desconcentrados. Os primeiros englobam nove departamentos que coordenam o funcionamento holístico do instituto. Os serviços desconcentrados são constituídos pelas delegações regionais, núcleos de extensão e os colégios de acolhimento, educação e formação (C.A.E.F.). A actividade do I.R.S. é desenvolvida em articulação e cooperação com as comissões de protecção de menores.

3.5 – COLÉGIOS DE ACOLHIMENTO EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (C.A.E.F.)

A partir de 1871 são criados três estabelecimentos para menores delinquentes e vadios do sexo masculino, duas casas de detenção e correcção e uma colónia agrícola. Para o sexo feminino foi criada a casa de detenção e correcção do Distrito de Lisboa. Estas instituições eram grandes internatos, contudo, não tinham capacidade para receber todos os jovens delinquentes do país, pelo que, numa primeira fase, os jovens passavam pelas cadeias comuns até terem lugar naqueles estabelecimentos. Estas passagens pelas cadeias comuns, onde os adolescentes privavam com os adultos delinquentes e

criminosos, serviam uma aprendizagem, que em nada beneficiava o processo de reintegração do jovem.

Progressivamente, as medidas repressivas são substituídas por medidas menos severas contribuindo significativamente para a reeducação do adolescente. Em 1901 é criado o primeiro estabelecimento de recuperação social de menores delinquentes, e instalado então no convento das Mónicas, em Lisboa. Em 1903 seria transferido para o antigo Convento da Cartuxa de Laveiras, em Caxias, onde ainda hoje está. Em 1911 passa a chamar-se Escola Central de Reforma e em 1925 Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira. Já em 1962 é designado como Instituto de Reeducação.

Em 1895 é aberta a escola agrícola em Vila Fernando, que já havia sido autorizada em 1880. Destinada a receber e educar menores com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos de idade, condenados por vadiagem e mendicidade e desprotegidos (lei de 22 de Junho de 1880, art. 1°). Esta instituição recebia também os menores absolvidos por falta de discernimento não entregues aos pais e tutores e os condenados em pena de prisão correccional. Em 1901 a designação de escola agrícola é substituída por colónia correccional. Por decreto de 1925, que prevê que nas colónias correccionais se pratiquem trabalhos agrícolas e industriais, passa a designar-se Colónia Correccional de Vila Fernando. O decreto de 1962 passaria a designá-la por Instituto Vila Fernando.

Em 1903 é criada a Casa de Detenção e Correcção de Lisboa destinada a recolher, educar e regenerar jovens do sexo feminino. Esta instituição recebe adolescentes com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, de todas as comarcas do Distrito Judicial de Lisboa, tendo inicialmente a lotação para 50 raparigas. Inicialmente instalada no antigo Convento das Religiosas de Santo Agostinho Descalças

(Mónicas) é transferido em 1911 para a Costa do Castelo e em 1925 passa a designar-se Reformatório de Lisboa. Dirigido exclusivamente ao sexo feminino, em 1926 o estabelecimento é transferido para Benfica, onde ainda se encontra. Já em 1962 passa a designar-se Instituto S. Domingos de Benfica. Actualmente Colégio da Infanta.

Em 1911, por Decreto de 27 de Maio, são criadas as Tutorias Centrais de Infância de Lisboa, Porto e Coimbra, instituindo, junto de cada uma, estabelecimentos de detenção preventiva, "Os Refúgios", destinados à recolha temporária dos menores de ambos os sexos, com idades inferiores a 16 anos, considerados "delinquentes, indisciplinados e em situação de perigo"[9].

Em 1912 é inaugurada a Tutoria do Porto, secção masculina e, em 1927, entra em funcionamento a secção feminina, ambas instaladas na Quinta de Santo António da Boavista, chamada Quinta das Águas Férreas, no antigo palácio do Visconde de Veiros. Na mesma data é criado o Refúgio anexo à Tutoria Central de Lisboa, no edifício do extinto Recolhimento do Bom Pastor, na rua da Bela Vista à Graça.

Em 1919 é criada a escola Agrícola de Reforma, instalada na aldeia de Izeda, em Trás-os-Montes. Em 1925 passa a designar-se por Colónia Correccional de Izeda e em 1962 Escola Profissional de Santo António.

Em 1928 é criado o Reformatório Feminino de Viseu, instalado no edifício do Asilo Visience da Infância Desvalida. Em 1960 este estabelecimento é transferido de Viseu para a Freguesia do Campo. Em 1962 passa a designar-se por Instituto de São José. Em 1963 é autorizada a instalação de uma secção materno infantil nas instalações do Instituto, destinada a menores grávidas ou com filhos de tenra idade.

Em 1930 é criado o Instituto Doutor Navarro de Paiva, destinado à observação médico-psicológica e ao internamento de menores delinquentes indisciplinados do sexo

[9] In Memorando do Centro de Observação e Acção Social do Porto Direcção Geral dos Serviços Tutelares de Menores do Ministério da Justiça

masculino, mentalmente deficientes ou irregulares, sujeitos à Jurisdição do Tribunal de Menores, a funcionar como serviço especial auxiliar dos referidos tribunais.

Em 1962, pela legislação de 20 de Abril, os Refúgios passam a designar-se como Centros de Observação Anexos aos Tribunais Centrais de Menores, acentuando o seu carácter protector e educativo dos menores, fornecendo informações periódicas aos Tribunais relativamente à evolução de cada educando.

Pelo Decreto-Lei nº 314/78 de 27 de Outubro são criados os Centros de Observação e Acção Social, que têm por finalidade "o exercício da acção social sobre os menores e o seu meio, a sua observação, a aplicação de medidas de protecção a menores de 12 anos, apoio na execução de medidas tutelares decretadas pelos Tribunais e a colaboração com organismos públicos ou privados que se ocupem da protecção de menores" [9].

As equipas pluridisciplinares, formadas por Psicólogo, Médico, Assistente social, Educadores e Professores, que actuam nos C.O.A.S. têm como funções a observação de menores, cuja finalidade é "o diagnóstico e prognóstico de cada criança através do estudo das tendências e capacidades do menor, do seu carácter e das condições sócio-familiares. Tal estudo é feito em ambulatório, em regime de semi-internato e, só quando as condições sócio-familiares e os antecedentes da criança o aconselham, em internato."[9]

Actualmente, e de acordo com o Decreto-Lei nº 58/95 de 31 de Março, no âmbito de cada delegação regional, o Instituto de Reinserção Social tem actualmente colégios de acolhimento, educação e formação – os C.A.E.F. que existem em número de catorze:

. Colégio da Bela Vista, Lisboa

[9] idem
[9] idem

. Colégio da Infanta, Lisboa

. Colégio Navarro de Paiva, Lisboa

. Colégio Corpus Christi, Vila Nova de Gaia

. Colégio Dr. Alberto Souto, Aveiro

. Colégio do Mondego, Guarda

. Colégio dos Olivais, Coimbra

. Colégio Padre António de Oliveira, Oeiras

. Colégio de Santa Clara, Vila do Conde

. Colégio de Santo António, Porto

. Colégio de São Bernardino, Peniche

. Colégio de São Fiel, Castelo Branco

. Colégio de S. José, Viseu

. Colégio de Vila Fernando, Elvas

Compete-lhes assegurar o acolhimento e enquadramento educativo e formativo de menores, que cumpram no regime institucional medidas judiciais, e de outros menores que tenham sido confiados ao Instituto (casos assistenciais). Os Colégios de Acolhimento, Educação e Formação e as Unidades Residenciais Autónomas têm valências de carácter residencial, de aprendizagem e de formação, cujas atribuições são as seguintes:

. Executar medidas tutelares de internamento, aplicadas pelos tribunais de competência especializada ou de competência especializada mista;

. Realizar, em regime de acolhimento a tempo parcial ou integral, os diagnósticos e prognósticos (observação), solicitados por aqueles tribunais, quando seja de presumir a aplicação das referidas medidas de internamento;

. Recolher menores, agentes de facto qualificado pela lei penal como crime, a solicitação das autoridades policiais ou dos tribunais;

. Acolher outros menores mediante prévia autorização da entidade competente (progenitores, tribunal), ou outros jovens, com mais de 18 anos a pedido destes.

A criança e o jovem acolhidos em instituição têm, em especial, os seguintes direitos (artigo 58º), que constam do regulamento interno das instituições de acolhimento:

a) Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afectiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de protecção:
b) Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em actividades culturais, desportivas e recreativas;
c) Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação;
d) Receber dinheiro de bolso
e) A inviolabilidade da correspondência
f) Não ser transferidos da instituição, salvo quando essa decisão corresponda ao seu interesse
g) Contactar, com garantia de confidencialidade, a comissão de protecção, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado

Estes colégios têm nos seus quadros uma equipa de técnicos de reinserção social composta por elementos com diferentes formações na área das Ciências Sociais, preferencialmente nas áreas de direito, psicologia, serviço social, e sociologia. Os técnicos do I.R.S., que se encontram submetidos ao regime geral da função pública, têm como funções o apoio técnico aos tribunais bem como o apoio psico-social aos institucionalizados. Os coordenadores de equipa são escolhidos de entre os técnicos.

Atendendo a que a intervenção social da justiça é um domínio de actuação diverso e complexo, os técnicos confrontam-se com problemáticas variadas e complexas. A relação que o técnico estabelece com a família do adolescente institucionalizado é fulcral, dado o papel indispensável que a família assume no processo de reinserção social daquele.

Face à crescente tendência da justiça para envolver a comunidade na prevenção criminal, o Instituto de Reinserção Social tem vindo a desenvolver estratégias de participação activa nas redes sociais dos delinquentes. Todavia, o trabalho até aqui desenvolvido fica muito aquém do que seria desejável, na medida que continua a ser possível, actualmente, um adolescente dar entrada nesta instituição e não ser visitado durante meses por um único familiar, sem que sejam tomadas medidas que possibilitem a aproximação do adolescente ao seu contexto familiar, o que, como é obvio, constitui um "handicap" para a reinserção familiar ou mesmo social do adolescente.

Se cabe aos técnicos um papel importante na sensibilização comunitária e no interface entre a comunidade e os tribunais, e de acordo com o que está previsto nas atribuições dos técnicos de reinserção social, consideramos que o desempenho desejado, nesta função, não tem sido conseguido, na medida em que a aproximação à comunidade em determinados casos é escassa. Embora sem querer generalizar, quando, por todo o país, visitámos os familiares dos adolescentes institucionalizados, não raras vezes fomos

confundidos com técnicas do I.R.S., que os familiares apenas "conheciam" por terem falado com eles ao telefone.

O técnico de reinserção social tem, ainda, como funções a elaboração de diferentes documentos como relatórios sociais para julgamento (RSJ), para apoio técnico aos tribunais na aplicação e na execução de sanções criminais, fornecendo ao tribunal dados sobre a personalidade do arguido e eventualmente da vítima, incluindo a sua inserção familiar e sócio profissional (alínea g) artigo 1° do Código do Processo Penal). Pergunta-se que espaço fica para que os técnicos possam fazer um trabalho de prevenção secundária ou terciária, junto destes adolescentes que, depois de institucionalizados, não têm qualquer apoio psicológico, ou quando o têm em situações extremas, têm que se deslocar aos hospitais aos serviços de psiquiatria onde são seguidos na consulta.

Acresce que não é norma o intercâmbio entre técnicos e professores que, no caso destes, normalmente deslocados nos colégios (C.A.E.F.), o estão sem a mínima preparação pedagógica para trabalhar com alunos institucionalizados.

É compreensível que a um técnico licenciado em direito ou antropologia pode ser difícil atribuir-se-lhe a responsabilidade pelo apoio psicológico de um adolescente delinquente, mas porque "continuam a meter tudo no mesmo saco", se isso nem sequer é do agrado da maioria dos técnicos?

Os adolescentes da classe média não são institucionalizados nos colégios do Instituto de Reinserção Social. Os C.AE.F. destinam-se e foram criados para adolescentes abandonados pelos pais e familiares, ou quando estes não têm possibilidades económicas para colocarem os filhos em colégios internos sem que haja intervenção judicial.

As reformas são sempre, ou quase sempre, bem vindas, mas a separação dos adolescentes em casos delinquentes e casos assistenciais, como prevê a Lei 147/99 de 1 de Setembro, pouco contribuirá para a evolução do sistema, se os técnicos continuarem sem fazer um trabalho efectivo junto dos adolescentes institucionalizados e continuarem a estar sobrecarregados com burocracia.

Os princípios orientadores da intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo, (Lei nº147/99 de 1 de Setembro Artigo 4º), prevêem uma intervenção bastante mais activa dos técnicos, nomeadamente dos psicólogos, o que, quanto a nós, é bem patente em alguns destes princípios.

A intervenção precoce deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida. Sabemos que nem sempre assim tem acontecido e, não raras vezes, a criança ou adolescente assinalada como vítima de violação, por exemplo, é por decisão do Tribunal, reenviada para coabitar com o violador, enquanto não se verificam "disponibilidades" dos serviços competentes para a receberem.

A responsabilidade parental prevê que a intervenção deve ser efectuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem. Contrariamente ao que vem consignado na lei, tem-se vindo a assistir a uma desresponsabilização dos progenitores perante a passividade e, por vezes, permissividade das diferentes instituições, que, assim, não possibilitam a promoção e crescimento da própria família, o que vem de alguma forma consignado na lei que prevê a prevalência da família e onde se pode ler que, na promoção de direitos e na protecção da criança e do jovem, deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família, ou que promovam a sua adopção.

De salientar que, de acordo com o artigo 41º - Educação Parental é considerado que quando sejam aplicadas as medidas previstas nos artigos 39ª e 40ª, os pais ou os

familiares a quem a criança ou o jovem sejam entregues, podem beneficiar de um programa de formação, visando o melhor exercício das funções parentais.

Embora tenhamos algumas reservas em relação a cursos de formação parental, ministrados não sabemos por quem, e com a agravante de o conteúdo e a duração dos programas serem objecto de regulamento, elaborado não se sabe por quem, não deixa de ser inovador. A medida de apoio junto dos pais (artigo 39º) ou de outro familiar (artigo 40º) que consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica, social e, quando necessário, ajuda económica, parece-nos que melhor pode corresponder não só às necessidades do menor, como às do sistema familiar.

4 - PERCEPÇÕES DOS ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS - ANÁLISE QUALITATIVA

Neste ponto apresentaremos a análise de conteúdo efectuada às entrevistas que recolhemos junto dos adolescentes institucionalizados nos colégios de Acolhimento, Educação e Formação.

4.1 – METODOLOGIA QUALITATIVA

A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. Esta técnica implica, sem recusar a história de vida do sujeito como um instrumento favorável de observação da subjectividade, que vejamos nesta, não somente um instrumento que permite aceder às significações subjectivas desses factos, mas constitui também uma técnica que permite recolher testemunhos sobre as práticas sociais (Poirier e col. 1995).

"A análise de conteúdo não releva de princípios imutavelmente fixados, que bastaria aplicar concretamente, com maior ou menor facilidade, ao material recolhido num qualquer inquérito. A análise de conteúdo é tributária do "corpus" e dos fins que se procura atingir. Esta análise não é, pois, senão uma etapa de uma pesquisa que não se encerra com ela, da mesma forma que a sua realização não põe termo às possibilidades de novas análises." (Poirier e col. 1995).

Através desta técnica procura-se fornecer uma visão global sobre um grupo de indivíduos, no caso vertente, os adolescentes institucionalizados, a partir de uma montagem dos seus relatos. Não se trata de uma produção exclusivamente subjectiva do

consciente e do inconsciente, nem de um método quantitativo que trabalha a partir de estruturas de recolha de dados fixados à priori. O objectivo do estudo é reter a singularidade de cada entrevista, situando-a num conjunto, o do "corpus", ele próprio elemento de pesquisa.

O recurso a materiais biográficos como fonte de informação sobre a personalidade, motivações e atitudes dos indivíduos é prática da psicologia, nomeadamente com autores como Allport (1942). Hoje esta prática aparece com a designação de estudos de histórias de vida.

A expansão da análise de conteúdo não foi acompanhada por uma teoria capaz de articular o texto como estrutura e os objectos da psicologia e da sociologia (Vala 1986).

Na segunda metade da década de sessenta e nos primeiros anos de setenta, autores como Morin (1968) debruçam-se sobre estas questões. As propostas então apresentadas têm um impacto efémero e os estudos em que a análise de conteúdo é abordada baseiam-se, de novo, em autores como Osgood (1959).

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que permite "a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação" (Berelson, 1952). Cartwright (1953) cit por Vala (1986 a) propõe a extensão do âmbito da análise de conteúdo "a todo o comportamento simbólico". Para Krippendorf (1980) a análise de conteúdo é "uma técnica de investigação que permite fazer inferências válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto".

Ao restringir a análise de conteúdo ao conteúdo manifesto, Berelson tem a preocupação em preservar a análise de conteúdo de "influências ingénuas ou selvagens" (Vala 1986).

Acolhemos esta proposta, tendo optado no nosso trabalho por utilizar a técnica de análise de conteúdo apenas em relação ao conteúdo manifesto, não tendo feito, por isso, inferências sobre, por exemplo, os estados psicológicos dos adolescentes entrevistados, ou sobre o seu discurso latente.

As inferências são feitas em termos globais e após a apresentação dos resultados obtidos, e da inventariação e sistematização das características das mensagens produzidas pelos adolescentes.

O material sujeito à análise de conteúdo resulta de uma rede complexa, constituída pelos dados obtidos, que nos permitiu então passar às inferências.

Desmontámos o discurso e construímos, posteriormente, um discurso que resulta da atribuição de traços de significação a uma rede que foi elaborada de acordo com o discurso a analisar e ao modelo de análise numa interacção dinâmica.

A análise de conteúdo, sendo uma técnica de tratamento de informação, é privilegiada para tratar o material recolhido em entrevistas, em que se pretende reunir dados de forma controlada e sistematizada. Depois de organizado e classificado o material recolhido, através da técnica de análise de conteúdo, permitiu obter dados sobre a importância relativa atribuída pelos sujeitos a determinados temas, como a vida familiar, escolar, etc..

A análise avaliativa, a que procedemos, permitiu-nos calcular a frequência, as características ou atributos que lhe vêm associados, a intensidade positiva, negativa ou neutra das categorias e sub-categorias utilizadas e a associação ou dissociação entre os conteúdos, estrutura de relações entre as diferentes entrevistas dos adolescentes, em cada uma das entrevistas efectuadas.

À análise de conteúdo deverão estar subjacentes três direcções: a análise de ocorrências, a análise avaliativa e a análise associativa (Osgood 1959).

A vantagem da análise de conteúdo às entrevistas decorre de que esta é uma técnica não obstrutiva, ao contrário da investigação em que se recorre a escalas, testes ou outro tipo de instrumentos similares, em que os sujeitos que são fonte de informação, por vezes, fornecem respostas afectadas por enviesamento, porque têm maior consciência de que estão a ser testados, do que através de um instrumento indirecto de recolha de informação (Vala 1986 a) como, no caso presente, a entrevista. A análise de conteúdo é uma técnica que pode incidir sobre material não estruturado, como as entrevistas abertas, que constituem parte da metodologia da nossa investigação (anexo 2).

O "corpus" da análise da nossa investigação é constituído pelo material já referido, as entrevistas recolhidas junto dos adolescentes institucionalizados. Foram apenas consideradas as entrevistas dos adolescentes a quem foram aplicados os instrumentos de avaliação quantitativa e quando, e só quando, os seus progenitores ou substitutos se disponobilizaram a responder ao FACES III, dado que pretendíamos, após a análise qualitativa, proceder a uma avaliação quantitativa, o que viemos a fazer e se apresenta no capítulo VII.

A análise de conteúdo baseia-se na categorização do discurso que resulta da matriz do pensamento manifesto na linguagem de cada adolescente. As categorias são os diferentes elementos do discurso do adolescente, constituídos por segmentos de texto. Para que um segmento de texto possa ser incluído em determinada categoria, esse segmento deverá conter indicadores relativos à respectiva categoria.

A construção do sistema de categorias foi elaborada à posteriori, embora previamente à recolha das entrevistas tenhamos elaborado um sistema preliminar, de acordo com o quadro teórico subjacente, com a situação concreta em estudo e com o

nosso plano de hipóteses, que foi depois aferido e reformulado de acordo com o conteúdo global das entrevistas.

O "corpus" da nossa investigação é constituído por 3001 informações, agrupadas em 5 categorias, Identificação (1085), Família (1360), Contexto escolar (124), Contexto institucional (315) e Grupo de pares (117), que por sua vez se subdividem em 55 sub-categorias. Foi ainda feito um teste de validade interna, no sentido de prever a exaustividade e exclusividade das categorias, garantindo que todas as unidades de registo fossem colocadas numa das categorias e que uma mesma unidade de registo só pudesse caber numa categoria.

Optámos por considerar como unidades formais a frase (sujeito + predicado). Quanto à unidade de contexto, segmento mais largo de conteúdo, considerámos os contextos já enunciados como categorias.

A unidade de enumeração corresponde ao número de referências que o sujeito faz a determinada unidade/categoria, considerámos ainda a sua orientação nas sub-categorias em positivo, negativo e neutro, tentando não só avaliar a frequência da categoria, mas também a sua orientação.

Finalmente, procedemos à quantificação dos dados, mediante uma análise de ocorrências.

4.2 – GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

A grelha de análise de conteúdo (anexo 7), cuja explicitação a seguir se apresenta, foi construída com base nas entrevistas realizadas. Numa primeira fase, procedemos à organização do material, "corpus" da análise. Para tal, todas as entrevistas previamente gravadas foram transcritas; os erros ortográficos e as incorrecções de estilo

foram conservados. A tarefa de transcrever o texto oral, foi-nos facilitada, por ter sido o próprio inquiridor a recopiar a história recolhida, já que as entrevistas foram efectuadas, na íntegra por nós.

Após uma leitura inicial, elaborámos uma primeira grelha, com carácter provisório. Para a elaboração desta grelha, fizémos o recorte das entrevistas, numa primeira fase em blocos temáticos e, posteriormente, em função das questões que constituem cada um destes blocos. Todas as entrevistas foram analisadas e, após a identificação das unidades de registo, cada segmento específico do conteúdo foi caracterizado e colocado numa determinada categoria. Esta categorização propriamente dita tem como objectivo organizar o "corpus" de análise numa tentativa de, como propõe Vala (1986 a), simplificar para potenciar a apreensão e a explicação.

A elaboração da grelha de análise de conteúdo foi concluída após a certificação da exaustividade e exclusividade das categorias e sub-categorias, ou seja, de que todas as unidades de registo tinham sido colocadas numa das categorias ou sub-categorias que havíamos definido (exaustividade) e de que nenhuma unidade de registo tinha sido colocada em mais do que uma categoria ou sub-categoria (exclusividade). Para tal, foram mais uma vez cotadas todas as entrevistas e atribuído, a cada sub-categoria assinalada no texto, o seu código.

Foram consideradas cinco grandes categorias: A-IDENTIFICAÇÃO que compreende as sub-categorias que permitem identificar o adolescente; B-FAMÍLIA que diz respeito às sub-categorias que referenciam matérias relacionáveis com a família do adolescente; C-CONTEXTO ESCOLAR que compreende todas as referências que no texto podem ser categorizadas na área do contexto escolar; D-CONTEXTO INSTITUCIONAL que compreende todas as referências que dizem respeito às relações que o adolescente estabelece com os diversos dispositivos de normalização, como por

exemplo os Colégio ou o Tribunal; E-GRUPO DE PARES que compreende as sub-categorias em que são referenciadas relações interpessoais, imagens ou memórias relacionáveis com o grupo de pares.

Nestas categorias foram, por sua vez, consideradas sub-categorias que passamos a caracterizar:

Na categoria A-**IDENTIFICAÇÃO:**

A1 –sexo – identifica o género sexual do adolescente

A2 – idade – foram considerados três grupos etários: entre os 10 e os 12 anos, entre os 13 e os 15 anos e entre os 16 e os 18 anos.

A3 – trabalho infantil – é considerado nesta sub-categoria se o adolescente refere que trabalhou

ex: "Ia trabalhar no campo..." B16

A4 – motivo de internamento – é considerado nesta sub-categoria o que o adolescente percepciona ter sido o que motivou o seu internamento no I.R.S.

ex: "Eu vim para cá porque a minha mãe foi presa e o meu pai." B19

"eu portava-me mal na casa da minha avó..." B19

A5 – tipo de comportamento desviante – refere-se aos comportamentos desviantes que o adolescente assinala, que vão desde indisciplina e absentismo à escola a pequenos furtos, vandalismo, ou furtos contra a propriedade e contra pessoas

ex: "na escola faltava" SA3

"tinha faltas disciplinares" SA3

"...roubei dinheiro à minha tia" SA3

A6 – tipo de vitimação – esta sub-categoria refere o tipo de vitimação a que o adolescente esteve sujeito, nomeadamente maus tratos físicos e psicológicos, abandono, rejeição, abuso sexual intra e extra familiar

ex: "Bateu-me muito" A6

"Um dia eu acordei e ele estava na minha cama" I15

"...tirou-me a virgindade" SA23

A7 – idade de início dos comportamentos desviantes – esta sub-categoria refere a idade de início da trajectória desviante que é considerada precoce se o comportamento ocorre antes dos 10 anos e tardia se ocorre depois dos 10 anos

ex: "desde os 10 anos que fugia de casa, andava a roubar e com más companhias" B10

A8 – mudança de contexto – esta sub-categoria refere o número de vezes que o adolescente muda o contexto residencial, seja porque a família muda de residência, ou porque o adolescente muda o seu contexto familiar

ex: "...(a minha mãe) Foi para Espanha onde me teve. Viemos para Portugal e eu fiquei com a minha avó" SA4

A9 – consumo de substâncias – esta sub-categoria é atribuída se o adolescente refere o consumo de substâncias

ex: "o melhor amigo dele drogou-me com charro..." SA23

A10 – consumo de álcool – esta sub-categoria, na mesma linha da anterior, é atribuída se o adolescente refere o consumo de álcool.

ex: "Bebia muito vinho e whisky..." C8

A11 – início das práticas sexuais – esta sub-categoria refere se o início das práticas sexuais, quando assinalado, ocorreu antes dos 10 anos, entre os 10 e os 16 anos ou depois dos 16 anos.

ex: "Eu tinha treze anos quando tive a primeira vez relações sexuais" I6

A12 – práticas sexuais referidas – esta sub-categoria refere 4 tipos de práticas sexuais que podem ser assinaladas pelo adolescente: com o/a namorado/a, abuso sexual, violação sexual e prostituição.

ex: "O meu namorado tinha 17 anos" I6

A13 – idade da gravidez precoce – esta sub-categoria, dirigida ao género feminino, refere a idade em que a gravidez ocorreu, tendo sido consideradas as hipóteses antes ou com 15 anos e depois ou com 16 anos.

ex: "Quando eu entrei para o Colégio já vinha grávida" (tinha treze anos, quando vim para o Colégio) I5

A14 – perspectivas de futuro – esta sub-categoria refere as perspectivas que os adolescentes têm em relação ao futuro, como seja sair da Instituição, arranjar emprego, casar, tirar um curso, etc..

ex: "Não sei, acho que quando sair daqui vou estudar lá fora" I27

A15 – o que gostava que acontecesse – nesta sub-categoria são referidos os desejos do adolescente, quer de âmbito pessoal, familiar, profissional ou social.

ex: "o que vai acontecer...não sei, eu quero continuar a tirar o meu curso" I21

"Só peço a Deus, que quero ser feliz, ter o meu pai e a minha mãe e os meus irmãos perto de mim..." SA4

A categoria B – **FAMILIA** divide-se nas seguintes sub-categorias:

B1 – proximidade física da mãe – nesta sub-categoria são assinaladas as referências do adolescente à presença ou ausência física da mãe.

ex: " A minha mãe está com o meu padrasto no Algarve. Há cinco meses que não a vejo" B11

B2 – proximidade física do pai – nesta sub-categoria são assinaladas as referências do adolescente à presença ou ausência do pai.

ex: "Nunca vivi com o meu pai" SA2

"O meu pai está preso" I19

"Já não vejo o meu pai desde as férias da Páscoa" I21

B3 – fratria – nesta sub-categoria refere-se o tipo de fratria do adolescente. Grande se tem mais de 4 irmãos, média se são de 2 a 4 irmãos e pequena se tem 1 irmão ou é único filho.

ex: "Ela (mãe) tem mais três filhos para criar"SA2

"A minha mãe tem mais dezoito filhos" B24

B4 – situação dos pais – nesta sub-categoria são assinaladas as referências que o adolescente faz à situação dos progenitores, se estão juntos ou separados.

ex: "O meu pai nunca viveu com a minha mãe" B20

"Não vivi com os meus pais porque estavam separados" I30

B5 – actividade profissional da mãe – esta sub-categoria refere-se à actividade profissional da mãe, se o adolescente a assiná-la como tendo ou não.

ex: "A minha mãe trabalhava a dias" B20

"Ela (mãe) vendia roupa na feira do relógio em Lisboa" SA6

B6 – actividade profissional do pai – esta sub-categoria é assinalada quando o adolescente refere que o pai tem actividade profissional ou não tem.

ex: "o meu pai trabalhou sempre fora" SA8

"o meu pai é reformado" C3

B7 – consumo de substâncias e álcool – esta sub-categoria é assinalada quando o adolescente refere estes consumos em qualquer dos progenitores, irmãos ou parentes próximos.

ex: "Ainda por cima a minha mãe bebe" C8

"Os meus pais morreram no mesmo ano, da droga" I30

B8 – mortes na família – esta sub-categoria é assinalada quando o adolescente refere uma situação de morte relativa a qualquer familiar.

ex: "...o meu avô matou-se" SA4

"Os meus pais morreram..."I30

"A minha avó e o meu tio faleceram" SA3

B9 – relação com a mãe – esta sub-categoria refere o tipo de relação que o adolescente diz ter com a mãe e que pode ser negativa, neutra ou positiva.

ex: "Quando ela (mãe) for velhinha eu é que tenho de tomar conta dela" B24

"a minha mãe não sei onde é que ela está, não a conheço" B22

"a minha mãe é meiga, compreensiva..." C3

"...da minha mãe não sei quase nada" B8

B10 – relação com o pai – esta sub-categoria refere o tipo de relação que o adolescente diz ter com o pai e que pode ser negativa, neutra ou positiva.

ex: "o meu pai era toxicodependente, mas era bom pai..." I29

"o meu pai para mim é bom..." C4

B11 – relações interpessoais – esta sub-categoria refere o tipo de relação que o adolescente diz ter com outros familiares ou não, que não os progenitores e que pode ser negativa, neutra e positiva. Não estão incluídas nesta sub-categoria as relações específicas do contexto escolar, do contexto institucional ou do grupo de pares, que são assinaladas nas categorias correspondentes a estas áreas.

ex: "Foi a minha avó que me meteu aqui. Ela não me gramava e eu também nunca gostei dela" SA4

"A minha tia liga para cá de vez em quando" SA2

"...telefonei para a minha tia e perguntei se me podia aceitar. Ela mandou-me para baixo" SA3

B12 – relação com a madrasta – esta sub-categoria refere o tipo de relação que o adolescente diz ter com a pessoa com quem o pai teve, ou tem actualmente, uma relação e não é a mãe do adolescente.

ex: "Em casa dava-me mal com a minha madrasta. Ela armava-se em minha mãe..." B13

Depois o meu pai arranjou outra, ...ela tratava-me mal..." I26

B13 – relação com o padrasto – esta sub-categoria refere o tipo de relação que o adolescente diz ter com a pessoa com quem a mãe teve, ou tem actualmente, uma relação e não é o pai.

ex: "O meu padrasto é resmungão, mas no fundo até gosta de uma pessoa" C3

B14 – relação do casal com quem vive ou viveu – esta sub-categoria refere o tipo, violenta ou não, de relação que o adolescente atribui ao casal com quem viveu ou vive.

ex: "Ela (avó) começou a ralhar com ele (avô) e ele bateu à minha avó" SA6

B15 – imagem materna – nesta sub-categoria caem as referências feitas pelo adolescente à imagem materna, que podem ser negativas, neutras ou positivas.

ex: "A minha mãe é assim como a senhora, tem óculos, é simpática" B6

"A minha mãe, nenhuma mãe é igual aquela...é a melhor mãe do mundo" SA4

"A minha mãe, que não é mãe porque não tem nada a ver com mãe, é uma pessoa que não se pode dizer que é mãe" SA16

B16 – imagem paterna - nesta sub-categoria caem as referências feitas pelo adolescente à imagem paterna, que podem ser negativas, neutras ou positivas.

ex: "Ele (pai) batia à minha mãe" SA1

"Do meu pai é simpático, bebe de vez em quando" B8

B17 – imagem da família nuclear - nesta sub-categoria inserem-se as referências feitas pelo adolescente à sua família nuclear, que podem ser negativas, neutras ou positivas.

ex: "O meu avô queria-me matar com uma mangueira, machados, batia-me" SA6

" a minha avó nunca me fez feliz" SA4

" A minha irmã andava sempre em cima do meu pai. Ela foi ao hospital e não tinha nada..." SA1

B18 – imagem da reacção da mãe ao internamento - nesta sub-categoria são referidas as imagens que o adolescente tem da reacção que a mãe ou substituta teve quando do internamento do adolescente na instituição, que podem ser negativas, neutras ou positivas.

ex: "Foi a minha mãe é que pediu para vir para aqui"

"Os meus pais não queriam que eu viesse (para o Colégio)..." C5

B19 – imagem da reacção do pai ao internamento - nesta sub-categoria são referidas as imagens que o adolescente tem da reacção que o pai ou substituto teve quando do internamento do adolescente na instituição, que podem ser negativas, neutras ou positivas.

ex: "Os meus pais não queriam que eu viesse (para o Colégio)..." C5

B20 – memórias afectivas da mãe - esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente ao afecto da mãe, que podem ser negativas, neutras ou positivas.

ex: "A minha mãe nunca me bateu, nem nada, foi sempre boa." C5

"... a minha mãe mimou-me muito" I18

B21 – memórias afectivas do pai - esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente ao afecto do pai, que podem ser negativas, neutras ou positivas.

ex: "O meu pai às vezes é que cascava" C5

"sempre achei que o meu pai me dava mais atenção que ela (mãe) I21

B22 – memórias afectivas dos avós - esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente ao afecto dos avós, que podem ser negativas, neutras ou positivas.

ex: "o avô violou-me a mim" SA6

B23 – memórias afectivas dos tios - esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente ao afecto dos tios, que podem ser negativas, neutras ou positivas.

ex: " à noite o meu tio espancou-me" SA2

"...o meu tio avisou-me....O meu tio pegou e vim para aqui" SA3

B24 – memórias afectivas do contexto/residência - esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente às memórias afectivas que sejam relacionáveis com a residência, os vizinhos, a comunidade e que podem ser negativas, neutras ou positivas.

ex: " Não gosto de estar em casa porque é só drogados, naquele bairro, na Biquinha, e eu não gosto de estar lá" SA18

A Categoria C – **CONTEXTO ESCOLAR** divide-se nas seguintes sub-categorias:

C1 – nível de escolaridade obtida antes do internamento – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente ao nível de escolaridade que obteve antes da institucionalização e que podem ser: sem escolaridade, 1º, 2º, 4º, 5º e 9º ano.

ex: "...andava no 5º ano em Alcobaça" B7

C2 - relação com os professores – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente à relação que teve ou tem com os professores

ex: "A professora inventou que eu queria raptar a filha dela. Provou-se em tribunal que era mentira." C13

"Às vezes a minha professora batia-me, eu tinha preguiça de fazer as coisas" B30

C3 - relação com o contexto escolar – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente à relação que teve ou tem com os professores

ex: "Não ia para a escola, porque não tinha senhas para o autocarro e eu não queria ir a pé, faltava" SA4

"... não ia às aulas..." B7

"Deixei de ir à escola com 7 anos" B8

"Reprovei três vezes, não ia à escola..." B30

C4 - memórias afectivas dos professores – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente às memórias afectivas relacionáveis com os professores

ex: "Não gostava das professoras, eram chatas. Gritavam muito" C16

C5 - memórias afectivas da escola – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente às memórias afectivas relacionáveis com a escola

ex: " Não gosto da escola. Acho que aquilo é muito chato" I11

A Categoria D – **CONTEXTO INSTITUCIONAL** divide-se nas seguintes sub-categorias:

D1 – nível de escolaridade actual – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente ao nível de escolaridade actual, que pode ser: 1º, 2º, 4º, 5º e 9º ano

ex: "Ando na 3ª classe" I31

D2 - número de internamentos – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente aos diferentes internamentos. Foram consideradas as hipóteses: 1, 2, 3 vezes e mais de 3 vezes

ex: "Fui para o COAS, tinha sete anos. Estive lá cinco anos e fui transferido para aqui" B15

D3 – fugas da instituição – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente às fugas que concretizou na Instituição. Foram consideradas as hipóteses: não tem, uma ou duas vezes e mais de duas vezes

ex: "Reprovei porque fugia do Colégio muito tempo. Ficava fora seis meses" I12

D4 – visitas à família ou substitutos após internamento – esta sub-categoria refere a periodicidade com que o adolescente diz visitar a família ou quem a substitui. Foram consideradas as seguintes possibilidades: nunca, férias, irregularmente, quinzenalmente e semanalmente

ex: "Não vou passar o fim de semana a casa por causa dele (pai)" I9

"Não vou a casa aos fins de semana" I14

D5 – relação com os técnicos – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente à relação que teve ou tem com os técnicos

ex: "Foi a assistente social que me veio pôr aqui" B12

"O Director diz que está sempre ao telefone e as doutoras estão sempre ocupadas. Nunca falam connosco, não sabem... doutoras mas não tiraram o curso... Dizem que fazem reuniões e não fazem" B18

D6 - relação com a Instituição/Colégio – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente à relação que teve ou tem com a Instituição/Colégio

ex: "Olha agora eu gosto de cá estar" I31

"Já gostei de estar cá, agora isto não é vida para mim" B14

D7 - relação com o Juiz/Tribunal – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente quer a juizes, quer à instituição Tribunal

ex: "... perguntou-me se eu queria vir para cá e o juiz de Torres perguntou, e eu disse que sim" B32

"Eles foram a tribunal dar parte de mim e eu fui para o Colégio" SA17

D8 - relação com a polícia – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente à polícia, nomeadamente no acto de detenção

ex: "Depois fui para a esquadra, com a polícia e depois levaram-me a casa" B30

A Categoria E – **GRUPO DE PARES** divide-se nas seguintes sub-categorias:

E1 - relação com o grupo de pares no exterior – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente à relação que teve ou tem com o grupo de pares exterior à Instituição

ex: "eu também andava muito com uma miúda, que tem dezoito anos, ela é prostituta" B25

E2 – relação com o grupo de pares na Instituição – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente à relação que teve ou tem com o grupo de pares na Instituição

ex: "Quando os quartos estavam abertos, os mais velhos iam lá para o meu quarto à noite para me apalpar" B7

E3 - relação com o/a namorado/a – esta sub-categoria compreende as referências feitas pelo adolescente à relação que teve ou tem com o/a namorado/a

ex: "Conheci o pai do meu filho, engravidei com quinze anos" I12

"saí de casa e fui morar para casa do meu namorado" I21

4.3 – RESULTADOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Conforme já foi referido, a análise qualitativa refere-se apenas às entrevistas dos adolescentes institucionalizados, já que os adolescentes não institucionalizados não foram entrevistados.

Foram consideradas as categorias Identificação, Família, Contexto Escolar, Contexto Institucional e Grupo de Pares, conforme já assinalámos quando explicitámos a grelha de análise qualitativa.

Para garantir a clareza da apresentação, optámos por elaborar quadros relativos às diferentes categorias que referem os dados obtidos, relativamente às diferentes categorias e sub-categorias. Foi calculado o número de alusões emitidas por cada sujeito relativamente a cada categoria e os cambiantes de atitudes (anexo 8). A quantificação destas constitui outro momento da análise de conteúdo (anexo 8 A). A possibilidade de quantificar facilita a atribuição de um coeficiente de importância relativa a tal ou a tal categoria, que só é possível com um número suficiente de entrevistas.

O cálculo das frequências do aparecimento de um tema indica a fecundidade deste tema para a população estudada.

O inventário e a contagem das frequências das categorias e subcategorias vão permitir definir a abordagem exaustiva do "corpus".

Passaremos a apresentar apenas alguns dados de caracterização da amostra de adolescentes institucionalizados, já que a amostra já foi caracterizada atrás. Posteriormente, apresentaremos os resultados obtidos na análise avaliativa, que ilustraremos com algumas passagens retiradas das entrevistas feitas aos adolescentes. Alguns extractos destas entrevistas, para uma melhor compreensão do conteúdo do texto, excedem a categoria a que se referem, contudo, optámos por fazê-lo por considerarmos que a nossa exposição se torna, assim, mais compreensível.

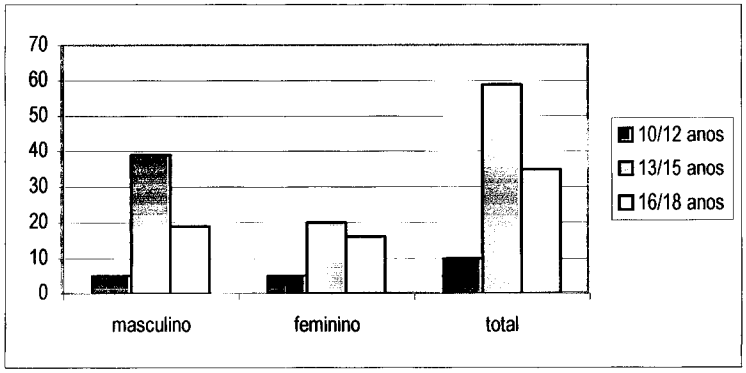
As entrevistas foram realizadas aos 104 adolescentes institucionalizados de ambos os sexos (cfr. Quadro 6.1).

Para o nível etário dos 10 aos 12 anos, entrevistámos 5 adolescentes do género masculino e 5 do género feminino, num total de 10.

Para o nível etário dos 13 aos 15 anos, entrevistámos 39 adolescentes do género masculino e 20 do género feminino, num total de 59.

Para o nível etário dos 16 aos 18 anos, entrevistámos 19 adolescentes do género masculino e 16 do género feminino num total de 35.

Quadro 6.1 – Nível etário e sexo dos adolescentes



Os estudos de comportamentos desviantes na adolescência referem jovens com idades entre os 10 e os 18 anos. É nesta fase que se verifica um rápido desenvolvimento biopsico-social. Neste período o jovem torna-se fisicamente mais forte, as suas competências cognitivas aumentam, torna-se sexualmente maduro, mais autónomo face aos adultos, daí que a supervisão destes diminua e o jovem se sinta mais livre. Tem acesso a uma mobilidade maior que não tinha até aí, enquanto estava mais dependente dos adultos e aprende melhor a satisfazer as suas necessidades. Aprende o que é prazer e como obtê-lo. Aumentam as suas oportunidades de expressar a agressividade.

Por outro lado, nem tudo lhe é facilitado. As pressões escolares, do grupo de pares e dos parceiros sexuais, colocam-nos numa situação ambivalente de que normalmente resulta a expressão no comportamento violento. Assim se explica o aumento de agressividade física e violenta e, consequentemente, o aumento de infracções ou mesmo de actos delinquentes.

É dos 11 aos 15 anos que o risco de integração em grupos desviantes aumenta (Tremblay e col. 1996) e como consequência o consumo de álcool e substâncias, assim como os actos delinquentes do tipo furto e vandalismo.

4.3.1 - SUB-CATEGORIAS DA CATEGORIA IDENTIFICAÇÃO

Na categoria **IDENTIFICAÇÃO** foram referidas pelos adolescentes institucionalizados as diferentes sub-categorias que constam da grelha de análise qualitativa das entrevistas dos adolescentes.

Apresentamos as sub-categorias mais assinaladas e começamos por fazê-lo em relação à categoria Identificação em que sobressaem as seguintes sub-categorias:

Trabalho infantil, Motivo de internamento, Tipo de comportamento desviante, Tipo de vitimação, Idade de início dos comportamentos desviantes, Mudança de contexto, Consumo de substâncias, Consumo de álcool, Idade de início das práticas sexuais, Práticas sexuais referidas, Idade da gravidez precoce, Perspectivas de futuro, O que gostava que acontecesse/Desejo.

TRABALHO INFANTIL

O aumento obrigatório da escolaridade dificulta a inserção profissional, mais precocemente, e, consequentemente, a autonomia dos jovens. As famílias que contavam com a ajuda económica dos filhos, quando atingiam um determinado nível etário, deixaram de o poder fazer, agravando-se a dependência familiar daqueles até mais tarde.

A par dos problemas económicos já referidos, e que afectam as classes mais vulneráveis e os adolescentes que nelas estão inseridos, o contexto escolar é, por si só, marginalizante para os estudantes mais vulneráveis socialmente, os quais, concluindo a escolaridade obrigatória, não vêem abrir-se-lhes portas para uma progressão adequada.

O trabalho infantil, quer na sobrecarga doméstica familiar, quer em processos que pressupõem a prestação de serviços a outrem, é susceptível de desencadear a

intervenção tutelar. A idade mínima permitida para o trabalho de menores e as condições da sua efectivação são aspectos a ter em conta naquela intervenção.

A primeira sub-categoria assinalada, e de acordo com a grelha das entrevistas é o trabalho infantil (cfr. Quadro 6.2).

A sub-categoria Trabalho infantil é referida 13 vezes pelos adolescentes, 8 vezes pelo género masculino e 5 vezes pelo género feminino. Estas referências tornam significativo que a experiência laboral prematura também faz parte das suas experiências.

SA1 de 15 anos refere como trabalhava quando foi detido pela polícia, o que levou à sua institucionalização: "Andava a trabalhar nas obras, ganhava dois contos por dia, fazia massa, carregava baldes..... tinha quinze anos quando comecei a trabalhar... Faltava às aulas porque tinha que trabalhar para a minha mãe comer."

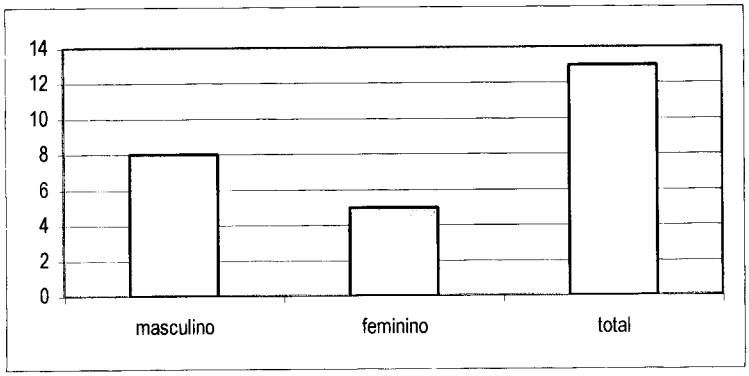
SA2 de 15 anos diz: "Eu já trabalhei. Vim de Arouca para casa dos meus tios com catorze anos. Trabalhava no restaurante... saí dum restaurante e fui trabalhar para outro."

SA15 de 12 anos diz: "Eu já andava a trabalhar, a chapiscar, pôr a massa na parede, com um senhor. Descobriram, a guarda e fomos a tribunal. Só fomos nós. Fizeram queixa de eu andar a trabalhar."

SA17 de 15 anos diz: "Eu andava a trabalhar desde os treze anos, com o meu pai na vinha, a deitar sulfato na vindima."

C1 de 16 anos diz: "Eu estava a trabalhar no Hotel Palmeiras, na manutenção do jardim, como monitor. Despedi-me porque abusavam nas horas de serviço."

Quadro 6.2 – Sub-categoria Trabalho infantil



Verifica-se uma maior incidência de referências a trabalho infantil em adolescentes oriundos do norte do país, quer trabalhando com a família, quer para estranhos, em profissões bastante diversificadas, como a construção civil, a restauração ou na lavoura.

É de salientar os resultados a que Farrington (1990) chegou, e referentes a rapazes com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, que demonstram que estes cometem mais infracções que envolvem benefícios financeiros como furto, roubo, assalto e fraude, enquanto desempregados, do que quando estão empregados. Daí a importância, quanto a nós, de ser possibilitado, aos adolescentes de mais de 16 anos, atendendo à lei, que não pretendem prosseguir a escolaridade, um contexto profissional que os ocupe e realize. Farrington (1990) concluiu igualmente que o efeito de desemprego não se verifica relativamente a infracções do tipo violência, vandalismo, ou uso de drogas. O desemprego tem um efeito criminogénico principalmente em adolescentes que apresentam maior potencial para cometer infracções.

MOTIVO DE INTERNAMENTO

A defesa dos direitos dos menores reveste especial importância quando estes são maltratados pelos pais ou pela sociedade, ou quando eles próprios entram em conflito com a sociedade, não respeitando os valores que o direito penal tutela.

Acontece, por vezes, a resolução directa entre a vítima de violência e os progenitores do jovem delinquente, que negociando entre si a resolução do problema, não envolvem as autoridades na situação, deixando, portanto, esta de ser assinalada, independentemente da natureza do acto ou da idade do jovem que o comete. Estas situações de negociação ocorrem com maior frequência em famílias mais diferenciadas, que as que fazem parte da amostra aqui presente.

Segundo a percepção dos adolescentes institucionalizados os motivos que os levam à institucionalização foram relacionados com o contexto escolar, nomeadamente pela indisciplina e pelo absentismo à escola, os actos desviantes, nomeadamente o furto contra a propriedade e os pequenos furtos, e motivos relacionados com o contexto familiar, como as fugas prolongadas da residência ou a falta de apoio familiar e/ou negligência (cfr. Quadro 6.3).

De salientar que os motivos relacionados com a escola são bastante mais assinalados pelo género masculino que pelo género feminino. O mesmo acontece em relação ao furto contra a propriedade, em que os rapazes o assinalam bastante mais vezes que as raparigas. Estas, por seu turno, assinalam mais quer as fugas prolongadas, quer a falta de apoio familiar e a negligência.

Como se pode verificar, os adolescentes apresentam vários motivos para justificarem o seu internamento, por exemplo B 19 de 14 anos diz: "Se o meu pai e a

minha mãe não tivessem sido presos, eu não estava aqui". B 20 de 15 anos diz: "Se tivesse ido à escola, não tinha vindo aqui parar."

A persistência em actividades delinquentes, como os furtos, quando detectadas, leva à institucionalização, mas é muitas vezes a vadiagem e a consequente detenção pela polícia, com posteriores averiguações que levam a compreender o percurso desviante a que o adolescente aderiu. B 22 de 13 anos diz: "Eu andava a roubar tanta coisa, já nem sei.... comida no supermercado. Muitas vezes não ia a casa. Ia para a escola e não ia para casa, às vezes não dormia em casa. Andava na rua, a dar voltas e a ver se o tempo passava. Fumava "chamon" às vezes... se eu não roubasse, não estava cá."

As fugas de casa quando são relatadas pelos progenitores à polícia podem igualmente levar à institucionalização. Ainda B22 de 13 anos refere: "A minha mãe, a primeira vez que eu fugi, foi à esquadra, escreveu lá o meu nome, para quando me apanhassem, me levarem a casa. A polícia apanhou-me e levou-me para o COAS, porque eu não tinha condições de estar lá em casa.

A prostituição também constitui motivo de internamento como assinala B25 de 16 anos: "Eu também andava na prostituição na Zona Velha".

B27 de 13 anos considera que a sua institucionalização se deve à falta de apoio dos pais: "Para eu não estar aqui, tinha que acontecer muita coisa.... os pais estar em casa...Os pais dão mais companhia aos filhos, falam mais com eles, estão mais perto deles. O meu pai nunca vinha para casa, estava sempre a passear."

Muitas vezes a institucionalização vem pôr fim a uma trajectória delinquente de que o adolescente tem vindo a ser vítima dos adultos, como é o caso de AS 3 de 15 anos que diz: "Eu às vezes queria ir para a escola e não acordava, andava nas tascas com ele (tio); eu não bebia, andava com ele."

SA 6 de 11 anos explica o motivo do seu internamento: "Por causa do meu avô. Eu estava no Porto, estava a jogar com as minhas primas, ele chamou-me e eu fui lá e julguei que a minha avó estava lá. Ele atou-me as mãos, os pés, tapou-me a boca e ele deitou-se comigo. O avô violou-me a mim ..... tinha nove anos quando fui violada. Deu uma trombose à minha avó e foi para o hospital e o avô fez-me outra vez mal..."

SA 13 de 16 anos considera que não estaria institucionalizada ".... se talvez o meu avô não me tivesse tentado violar, eu não estava aqui."

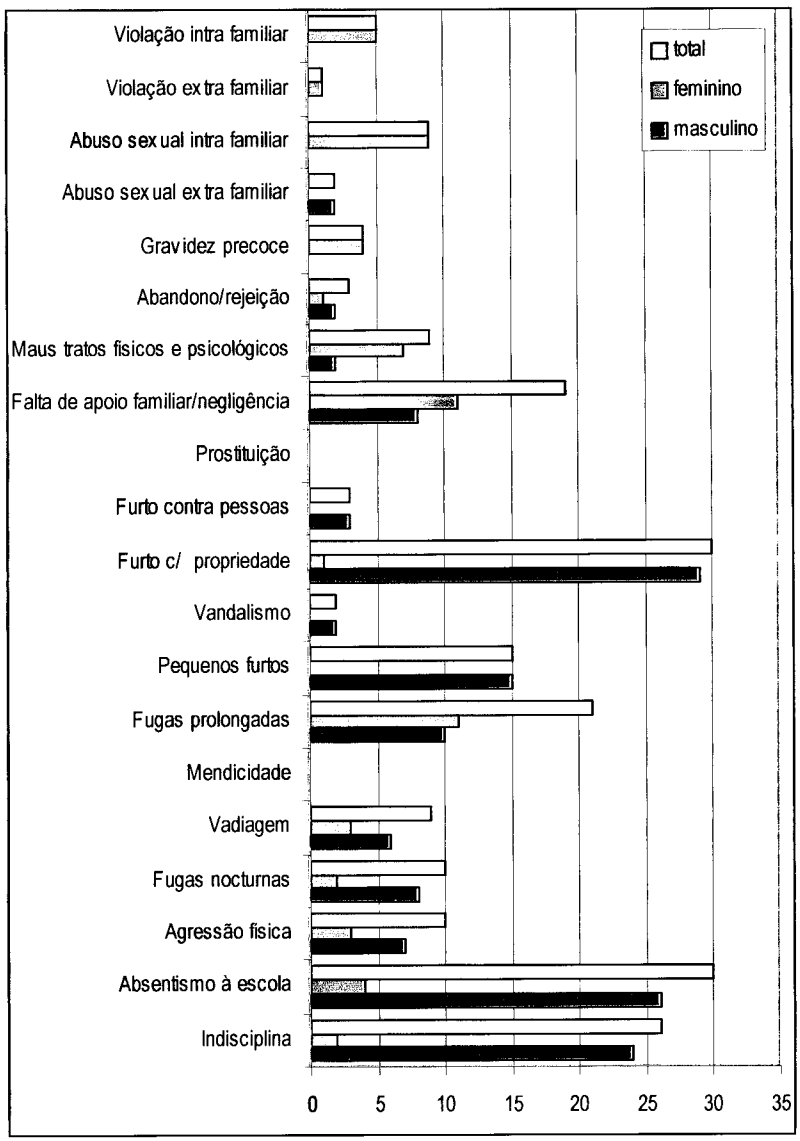
Coexistem na institucionalização adolescentes cujos motivos de internamento são graves com outros que nos parecem bastante menos graves ou que são nitidamente casos assistenciais e que nem sequer tiveram alguma vez contactos com a polícia ou com o tribunal.

Como C12 de 15 anos: "Acho que foi o meu pai que me pôs cá. Eu tinha catorze anos quando a minha mãe morreu. Andava na quarta classe na escola de Campolide, quando deixei de estudar. Tinha dez anos. Em casa dos meus tios não ia á escola, não me apetecia.... Nunca fugi do colégio. Nem fui à polícia, nem ao tribunal."

Ou como C14 de 14 anos que diz: "... Sei que fui ao tribunal falar com uma juíza. Fui lá três vezes. À terceira vez mandaram-me ir para o COAS e transferiram-me para aqui. Não sei porquê, nunca roubei, nunca fiz nada disso. Falaram da minha mãe ter morrido e do meu pai nunca mais me ter ligado."

SA 22 de 11 anos explica como pensa que veio parar ao Colégio:" Vim para cá por matar um gato. Eu era para mandar um tiro à eira, depois estava lá o gato e matei o gato. Depois a mulher começou a ralhar comigo. Disse que eu ia sair de casa e ia morar para aqui. Depois a polícia um dia trouxe-me para aqui. Era uma pressão de ar. Era do meu pai. Eu fazia muitas asneiras, partia vidros. Roubei uma bicicleta a um senhor..."

Quadro 6.3 – Sub-categoria Motivo do internamento



Embora tenhamos considerado as sub-categorias mendicidade e prostituição, elas não são percepcionadas pelos adolescentes como motivo de internamento.

TIPO DE COMPORTAMENTO DESVIANTE

Os média veiculam a informação de que a juventude actual está mais violenta. Suportam a sua argumentação com relatos de situações em que as vítimas de violência são-no pelos comportamentos violentos praticados pelos jovens que, são hoje, independentemente do seu género, sujeitos activos na criminologia do quotidiano. A população está mais receosa e existe a percepção de que o contexto, principalmente nos meios urbanos, é menos seguro.

A mendicidade, a vadiagem, a prostituição, ou o tráfico de menores, o consumo de substâncias, entre outros comportamentos desviantes, são fenómenos que fazem apelo aos mecanismos próprios do direito tutelar de menores.

Em relação à sub-categoria Tipo de comportamento desviante, os adolescentes institucionalizados referem com maior incidência os seguintes comportamentos: fugas prolongadas, furto contra a propriedade, absentismo à escola, vadiagem, indisciplina, pequenos furtos e fugas nocturnas (cfr. Quadro 6.4).

Os comportamentos desviantes referidos pelo género masculino e feminino diferem, mais uma vez os rapazes referem mais o furto contra a propriedade, a vadiagem e o absentismo à escola que as raparigas que, por sua vez, referem mais as fugas prolongadas que os rapazes.

Desde bem cedo que B2 de 16 anos lembra os comportamentos desviantes que levaram à institucionalização: "Vim para cá porque fugia de casa e ía para o Rossio e para o Bairro Alto... Roubava carteiras, fios de ouro, o dinheiro das máquinas dos cafés. Desde os catorze anos que roubava e fugia de casa. Os "camones" era com facas. Os fios era ao puxão. Nos cafés pedia um copo de água, ele ia buscar e íamos à máquina. Ou nas padarias, um entrava para a casa da massa, a mulher ia atrás e outro roubava.

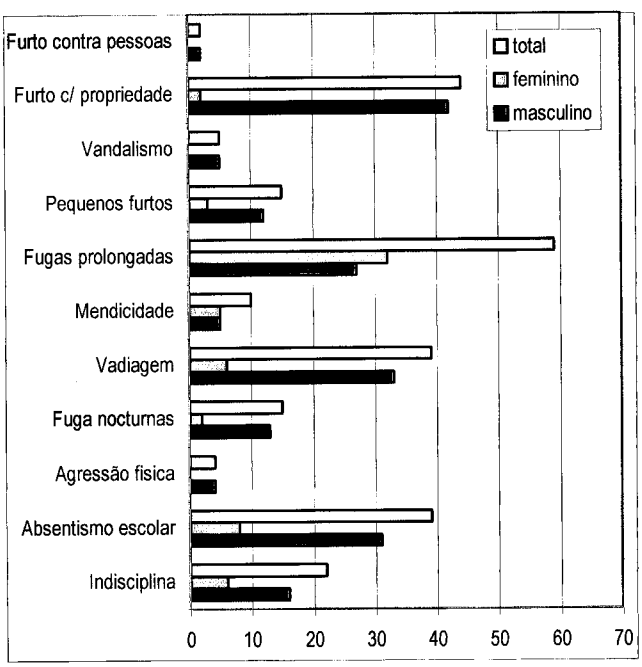
Ao abordar o mesmo tema B3 diz: "Roubava os miúdos, os *betos*: relógios, dinheiro, ténis. Lojas, cafés. Partia os vidros e roubava com os meus amigos, à noite... lojas de desporto no Rossio, Campo Grande..."

B8 com 17 anos lembra o que fazia com dez anos: "Desde os dez anos que eu fugia de casa, não ia à escola e partia os vidros do café e roubava a s bicicletas.... Deixei de ir à escola com 7 anos..."

B21 de 15 anos iniciou a sua trajectória delinquente em casa: "...roubava em casa, dinheiro ao meu irmão mais velho. Roubei uma vez na missa, no peditório... fiquei com o dinheiro... Estraguei a vida a roubar."

SA 23 de 17 anos recorda como se iniciou na prostituição aos onze anos, sem sucesso para o seu cliente: "Fomos para uma pensão e eu fui para um quarto com um rapaz, mas como não queria fazer nada, fiquei sentada no chão, e ele não me fez nada, então roubou-me um sapato."

Quadro 6.4– Sub-categoria - Tipo de comportamento desviante



TIPO DE VITIMAÇÃO

Em 1985 a violência familiar foi declarada uma epidemia nacional nos Estados Unidos, onde vários segmentos da população, principalmente mulheres e crianças, são vítimas de abuso e violência (APA, 1996). Entre 1.4 e 2.3 milhões de crianças nos Estados Unidos foram batidas na sua infância, por um progenitor. Em Portugal, quantas crianças são maltratadas, abusadas e negligenciadas, quer física, quer psicologicamente? Estas crianças serão os delinquentes de amanhã e aqueles que cometerão os crimes violentos.

A relação entre abuso, negligência e comportamento agressivo é muito estreita. Os abusados e negligenciados iniciam, normalmente, a sua trajectória delinquente, abusando e apresentam um comportamento idêntico aquele de que foram vítimas.

Os maus tratos podem assumir diversas formas: abandono, abuso sexual, agressão física (ofensas corporais) e psicológica (culpabilização, falta de afecto, rejeição), negligência (quanto à alimentação, à vigilância em geral e à vigilância médica em especial e à higiene) todas elas susceptíveis de desencadear a intervenção tutelar.

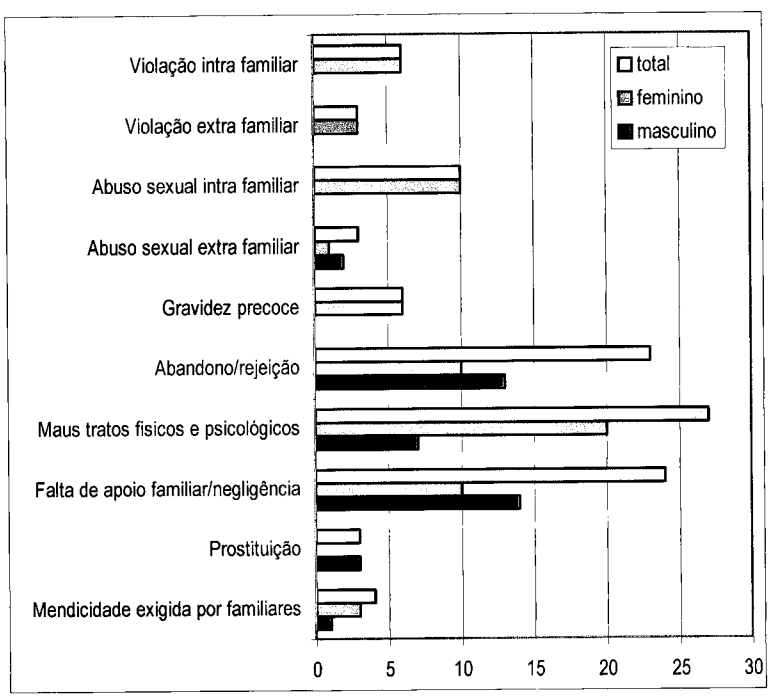
Quanto ao tipo de vitimação (cfr. Quadro 6.5), a Falta de apoio familiar/negligência é assinalada 14 vezes pelo género masculino e 10 vezes pelo género feminino, num total de 24 vezes. A sub-categoria Maus tratos é assinalada 7 vezes pelo género masculino e 20 vezes pelo género feminino, num total de 27 vezes. A sub-categoria Abandono/rejeição é assinalada 13 vezes pelo género masculino e 10 vezes pelo género feminino, num total de 23 vezes. Os maus tratos, quer físicos, quer psicológicos, são notoriamente mais assinalados pelos adolescentes institucionalizados. Também com acentuada incidência são as sub-categorias falta de apoio familiar, negligência e rejeição, embora com algumas diferenças entre os géneros, enquanto o

género feminino apresenta maior incidência nos maus tratos físicos e psicológicos, o género masculino apresenta maior incidência no abandono/rejeição e na falta de apoio familiar/negligência.

As sub-categorias abuso sexual intra familiar, assim como as violações intra e extra familiar, actos punidos com pena de prisão de 1 a 8 anos, no caso de "acto sexual de relevo" e de 3 a 10 anos "se o agente tiver cópula, coito anal ou coito oral", segundo o Artigo 172º (Secção II) do Código Penal, são assinaladas apenas pelo género feminino, mas com alguma incidência, assim como a gravidez precoce.

O abuso sexual extra familiar, embora assinalado pelos dois géneros, é-o com maior frequência pelo género masculino.

Quadro 6.5 – Sub-categoria Tipo de vitimação



Tremblay e col. (1996), ao procurarem compreender que factores estão em jogo no desenvolvimento de um estilo de vida agressivo, concluíram da transmissão da agressividade de uma geração para a seguinte.

A vitimação nas famílias dos adolescentes institucionalizados é vulgar. B10 com 17 anos fala do assunto nestes termos; "O homem com quem ela (mãe) está, já lhe deu tareias que ela vai parar ao hospital."

Ou como refere B18 de 16 anos "O meu pai batia na minha mãe. Nunca batia à nossa frente, mandava a gente ir para o quarto, ou para a rua."

A vitimação da família acaba por precipitar os adolescentes na trajectória delinquente, como refere B17 de 14 anos "O meu pai batia-me e eu fugi. Andava na rua, na Cruz de Pau, quase um ano. Dormia num carro abandonado. Ia pedir comida em cafés, e almoçava com um homem que me convidava."

Muitas vezes os familiares exploram e vitimam estes adolescentes. SA2 com 15 anos relata: "... o meu tio espancou-me. E no dia seguinte eu fugi, e fui ter ao restaurante e contei tudo à minha patroa. Eu fui para o hospital, estive lá dois dias."

Por vezes os avós são autênticos pais e substituem-nos na tarefa de "maternage" como SA2 explica: "A minha avó criou-me até aos doze anos, porque a minha mãe trabalhava num bar. Por isso é que eu tenho mais amor à minha avó que à minha mãe."

SA3 de 15 anos sente-se rejeitado pela mãe desde muito cedo: "a minha mãe desde que eu nasci, não queria que eu nascesse, não me queria ter. A minha mãe disse que se eu ficasse com ela, que me matava."

Os maus tratos físicos e psicológicos constituem um tipo de vitimação que pode levar à institucionalização se for denunciado. SA9 de 11 anos diz: "Vim para cá por causa do meu pai, porque o meu pai era mau para mim. Batia a nós os quatro, menos à

minha irmã, porque ela era pequena... Foi a minha mãe que quis que eu viesse, para o meu pai não me bater mais."

SA11 de 12 anos fala da violação de que foi vítima : "O meu pai violou-me. Tinha dez anos... Dizia tudo o que ele estava-me a fazer, para eu não contar à minha mãe. Eu tinha medo que a minha mãe, não ficasse do meu lado."

Também SA13 de 16 anos fala da forma como o avô a vitimava: "... Tirava-me a roupa e batia-me, se eu não deixasse fazer tudo o que ele queria..."

SA23 de 17 anos conta como um rapaz que conheceu quando ela precisava de ajuda, a convidou a ir para casa dele: "Ele levou-me para casa da mãe dele, eu contei à mãe dele, e ela ficou com pena de mim. Dormi lá e fiquei lá algum tempo na casa dele. Tinha onze ou doze anos. Depois o melhor amigo dele drogou-me, com charro, levou-me para casa dele, tirou-me a virgindade".

I 9 de 15 anos diz: "Vim para cá porque fiquei grávida. Os meus pais não queriam discussão em casa e puseram-me na rua. Fiquei grávida quando tinha doze anos. O meu primo tinha dezanove anos. Eu já andava com ele desde os onze anos. Ele tinha outra mulher e ficou grávida na mesma altura que eu."

I 26 de 15 anos diz: "Eu estou aqui porque fui violada e passava noites fora. Foi por um homem que tem cara de ser guineense. Eu, a minha prima e uma amiga íamos na rua, depois corremos, eu caí e o homem levou-me para casa dele, no Prior Velho. A casa dos nossos amigos era ao pé. As minhas amigas começaram a atirar pedras para casa dele e ele deixou-me sair."

Entre os tipos de vitimação considerados estão a prostituição que é assim assinalada por B25 de 16 anos: "Eu tinha que ir para sustentar as minhas irmãs... Eu também andava muito com uma miúda que tem dezoito anos. Ela é prostituta. Ela ia com uns e eu ia com outros."

IDADE DE INÍCIO DOS COMPORTAMENTOS DESVIANTES

É esperado que os adolescentes se tornem socialmente mais adaptados com o aumento da idade e com o consequente aumento de nível de maturação. Espera-se que com a socialização, se tornem menos agressivos nas suas interacções sociais.

A agressão física em idades precoces foi identificada como um dos melhores preditores de posterior comportamento desviante. Farrington (1991,1994) mostrou que os rapazes, que manifestavam comportamentos agressivos com idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos, tinham maiores probabilidades de se tornarem delinquentes em adultos.

Tremblay e col. (1996) demonstraram que rapazes agressivos, ainda no jardim de infância, apresentam características individuais e familiares específicas e alto risco de praticarem comportamentos delinquentes durante a adolescência.

Vários estudos longitudinais sugerem a estabilidade dos comportamentos desviantes, no próprio e através de gerações (Robins, West e Herjanic, 1975).

As relações estabelecidas, ainda na infância, teriam tendência a perpetuar-se pela adolescência, o que interferiria na forma como estruturariam a sua conduta. Assim, teriam preocupações em obter uma boa reputação no sentido em que este termo é aplicado na teoria do controlo social de Hirschi (1969). Seria como se, na ausência de motivos de ordem afectiva e relacionados com os progenitores, que justificassem a assunção de uma determinada conduta, os jovens assumissem comportamentos delinquentes. Estes comportamentos constituem uma auto-apresentação do jovem à sociedade, e a necessidade de uma certa visibilidade negativa, pois como é sabido, na base da delinquência está uma forma muito particular de relação com a autoridade

formal. Por outro lado, é mais fácil adquirir uma má reputação que boa e, uma vez aquela adquirida, é difícil substitui-la.

A sub-categoria Idade de início do comportamento desviante é assinalada 18 vezes quando o comportamento desviante teve início antes dos 10 anos, 16 vezes pelo género masculino e 2 vezes pelo género feminino. Quando o comportamento teve início depois dos 10 anos, a categoria é assinalada 5 vezes pelo género masculino e 3 vezes pelo género feminino num total de 8 vezes (cfr. Quadro6.6).

Como se pode verificar, é maior a frequência de adolescentes com inicio dos comportamentos desviantes numa fase precoce da sua vida, o que, efectivamente, constitui um bom preditor para a trajectória delinquente.

Esta situação parece bastante mais notória para o género masculino.

Alguns adolescentes agora institucionalizados iniciaram a sua trajectória delinquente bastante cedo. B15 hoje com 16 anos lembra que foi para o COAS, tinha sete anos porque " De vez em quando não ia dormir a casa. Andava com amigos... a pedir..."

B18 de 16 anos refere: Desde os nove anos que comecei a fumar, a deixar de ir à escola, a roubar chocolates e bonecos nos supermercados."

B27 de 13 anos diz: "... andava fora de casa, quando tinha oito anos , a roubar bicicletas, em casa das pessoas, na garagem.

SA5 de 14 anos refere o início da sua trajectória desviante assim: "Vim para cá com onze anos. Tinha nove anos quando comecei a portar-me mal."

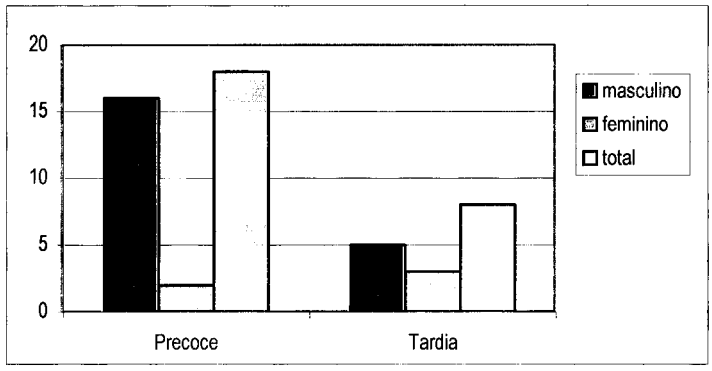
SA6 de 11 anos diz: "...desde os nove anos que estou internada."

C2 de 14 anos lembra: "Aos oito ou sete anos, roubava os miúdos da escola, eles saiam da aula, eu entrava, verificava as mochilas. Só uma vez, quase descobriram, ameaçaram e eu disse que não era eu."

C7 de 16 anos fala das suas fugas de casa: "A primeira vez tinha quatro anos, fui para a Costa da Caparica. A polícia agarrou-me e eu fugi. Queria conhecer. Fui com mais quatro. Tínhamos quatro ou cinco anos, fomos de comboio e barco."

C15 de 15 anos diz: ".... andava com facas e pistolas de chumbo. Desde que fui para a escola, com seis anos. Com facas e pistolas a partir dos nove anos. A minha mãe tirou-ma, mas eu apanhei-a outra vez. Comprei a uma cigana."

Quadro 6.6 – Sub-categoria Idade de início dos comportamentos desviantes



MUDANÇA DE CONTEXTO

A sub-categoria Mudança de contexto é assinalada da seguinte forma: quando a mudança ocorreu 1 vez é assinalada 4 vezes pelo género masculino e 10 vezes pelo género feminino, num total de 14 vezes; quando a mudança ocorreu 2 ou 3 vezes é assinalada 14 vezes pelo género masculino e 10 vezes pelo género feminino, num total de 24 vezes; quando a mudança ocorreu 4 ou 5 vezes é assinalada 7 vezes pelo género masculino e 9 vezes pelo género feminino, num total de 16 vezes; quando a mudança ocorreu mais de 6 vezes é assinalada 2 vezes pelo género masculino, 3 vezes pelo

género feminino, num total de 5 vezes. Como se pode verificar esta categoria é assinalada 27 vezes pelo género masculino e 32 vezes pelo género feminino num total de 59 vezes (cfr. Quadro 6.7), o que vem reafirmar a grande mobilidade das famílias destes adolescentes, o que dificulta, seguramente, a estruturação de raízes e a possibilidade de estabelecer vínculos, quer com o meio, quer com o grupo de pares. A mudança de contexto é igualmente considerado como um preditor da delinquência.

No relato de B10 com 17 anos é bem patente a instabilidade que o excesso de mudanças de contexto pode induzir: "Estive na ama dos cinco aos doze anos e fugia. Fui para um lar em Santarém. Depois para a Remar e depois para o Porto, para a Azambuja e Penafiel.

B11 com 13 anos, agora institucionalizado no Colégio de S. Bernardino, diz: "Estive no Colégio Nuno Álvares em Tomar, depois fui para o COAS um ano, depois estive um ano em Castelo Branco, depois três dias em Caxias e estou cá no Colégio há um ano."

B17 com 14 anos diz: "Os meus pais separaram-se quando eu tinha um ano. Fui para casa da minha tia, irmã da minha mãe e depois para casa da minha avó, mãe da minha mãe, até aos dez anos. Morava com o meu pai e com a minha madrasta até vir para aqui, tinha doze anos."

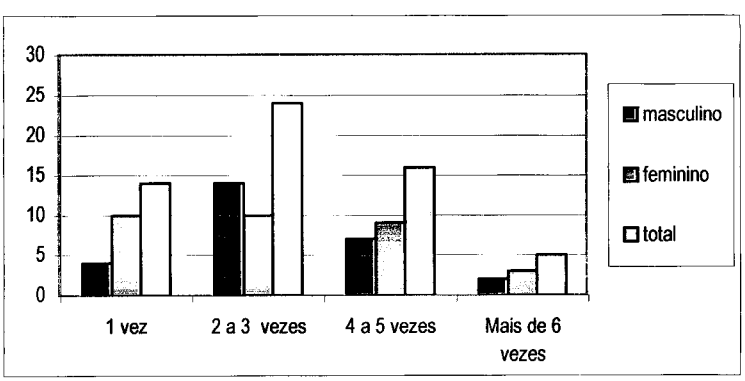
SA2 de 15 anos lembra o tempo em que vivia com a avó e depois: "A minha mãe foi-me lá buscar para eu vir para a beira dela, depois fui para uma ama e depois para os meus tios."

C2 de 14 anos diz: "Quando a minha mãe morreu, fiquei a viver com a minha prima. Quando a minha mãe morreu o meu pai estava preso. Depois fui viver com a minha madrasta, até o meu pai sair da prisão. Casaram e ficámos a viver todos juntos. Depois o meu pai foi viver com outra pessoa, divorciaram-se. Eu fiquei a viver com a

minha madrasta dois ou três anos. Fomos para Alfama, eu a minha madrasta e o filho mais novo..... O meu pai quis que eu viesse para cá para o Colégio. Não queria que eu vivesse com a minha madrasta."

I 7 de 12 anos fala das mudanças de contexto de que foi vítima após a separação dos pais: "Os meus pais separaram-se, quando eu tinha três meses. Fiquei em casa da minha avó até aos três anos. Depois a minha mãe arranjou casa, juntou-se com um homem e fui para lá aos sete anos. Depois fui para a minha tia, porque levava muita porrada da minha mãe. Estive lá um ano na minha tia. A minha mãe fazia muita chantagem e então fui viver com ela. Fiquei lá até aos nove anos e ouve uma confusão com o meu avô, e a minha mãe começou-me a bater e eu fugi para casa dos meus tios. Depois fui passar férias com o meu pai no Algarve e aos onze anos voltei para a minha mãe. Confiei que ela não me batia. Fugi de casa porque a minha mãe me batia e fiquei com a minha tia. A minha mãe fazia escândalos e então o tribunal decidiu que eu vinha para este Colégio."

Quadro 6.7 – Sub-categoria Mudança de contexto



CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS

Os sinais precoces de dificuldades a nível de "coping" podem igualmente permitir que, numa atitude preventiva, se tome em consideração os sinais precoces de risco de percurso delinquente.

A agressividade detectada entre os cinco e os sete anos é preditora de abuso de substâncias na adolescência. Se o comportamento agressivo persiste na adolescência, estamos perante um forte preditor de alcoolismo e abuso de substâncias (Loeber, 1988).

A sub-categoria Consumo de substâncias é assinalada 19 vezes pelo género masculino e 3 vezes pelo género feminino, num total de 22 vezes, o que indicia que estes adolescentes em grande parte consumiram e continuam a consumir substâncias (cfr. Quadro 6.8).

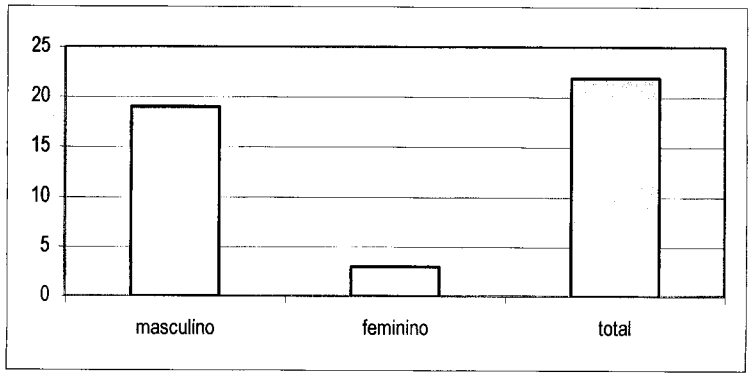
O consumo de substâncias é referido bastantes vezes pelos adolescentes. B16 de 15 anos diz: "só sei que andava na rua até às tantas... andava lá na droga... drogo-me com charros... eu andava na terceira classe, deixei de ir à escola... tinha catorze anos, tinha chumbado muitas vezes, uma data delas... Ia trabalhar no campo e com o dinheiro comprava um conto de reis de droga e depois fumava."

B18 de 16 anos diz: "Desde os nove anos que comecei a fumar.... Já andei, andei a injectar-me com cavalo, um ano."

C13 de 15 anos em determinada fase da sua vida também consumiu substâncias: "Tomei os comprimidos da minha mãe Prozac e Lorenin. Estive em coma no hospital do Barreiro. Depois tentei outra vez, em Fevereiro, quando fugi do Colégio."

SA1 de 15 anos diz: "Não me drogo, bebia às vezes em casa vinho."

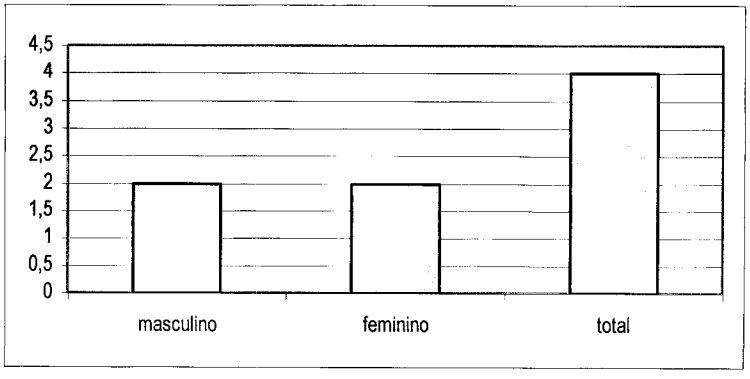
Quadro 6.8 – Sub-categoria Consumo de substâncias



CONSUMO DE ÁLCOOL

A sub-categoria Consumo de álcool é assinalada 2 vezes por ambos os géneros respectivamente, num total de 4 vezes (cfr. Quadro 6.9). Embora possamos acreditar que existem maiores índices de consumo de álcool nesta população, não é um assunto que parece preocupá-los, uma vez que o referem tão poucas vezes.

Quadro 6.9 – Sub-categoria Consumo de álcool



SA18 de 14 anos refere-se ao consumo de álcool lembrando: "Eu fiquei todo tonto. O meu colega apanhou uma moca. Eu via muitas pessoas. Fui para o hospital..."

C8 de 17 anos diz: "Bebi muito vinho e whisky, a minha mãe tinha lá, ou quando íamos roubar os supermercados."

I 1 de 17 anos diz: "Na passagem do ano, bebi muito e fui parar ao hospital e então a minha mãe mandou-me para cá. Eu tinha dezasseis anos."

IDADE DE INÍCIO DAS PRÁTICAS SEXUAIS

A iniciação sexual precoce é um indicador de dificuldades de adaptação. Estudos levados a cabo por Tremblay e col. (1996) comprovam que, rapazes assinalados como disruptivos na pré-escolaridade, apresentam, entre os 13 e os 15 anos, mais comportamentos sexuais precoces, comparativamente aos adolescentes não assinalados como disruptivos na pré-escolaridade.

O início das práticas sexuais é referido 3 vezes pelo género feminino como tendo início antes dos 10 anos. O género masculino refere o início das práticas sexuais entre os 10 e os 16 anos apenas 1 vez enquanto o género feminino refere 15 vezes (cfr. Quadro 6.10). Como se pode verificar, esta categoria apresenta uma maior incidência junto do género feminino, assim, este é um tema que preocupa mais as raparigas que a maioria dos rapazes, eventualmente por vir associado, na generalidade, ao tipo de vitimação já atrás assinalado, também pelo género feminino, de violação, abuso sexual ou gravidez precoce, e que, por sua vez, encontram complementaridade na sub-categoria práticas sexuais referidas. Não é referenciado por nenhum adolescente o início das práticas sexuais depois dos 16 anos.

SA6 de 11 anos diz: "Tinha nove anos quando fui violada."

SA11 de 12 anos diz: "O meu pai violou-me. Tinha dez anos.

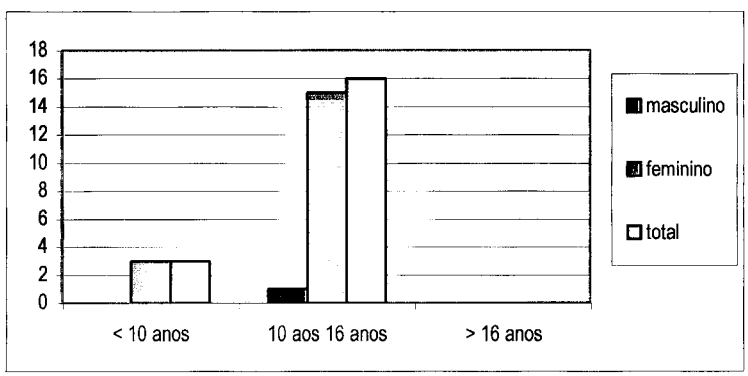
SA21 de 15 anos diz: "Foi o meu pai que me violou ... eu tinha catorze anos."

I5 de 16 anos ficou grávida aos treze anos: "Eu tenho um filho de dois anos. É filho dum rapaz que eu conheci por acaso."

I 12 de 17 anos diz: " Estou cá por abuso sexual, por parte do pai .... A minha mãe saiu uma manhã, os meus irmãos também saíram para o trabalho e eu estava sozinha com um irmão de seis anos. E eu estava a dormir e o meu pai abusou de mim. Rasgou-me a roupa á força. E eu fui retirada de casa. Nos colégios eu fugia muito e comecei a ser transferida de colégio para colégio. Conheci o pai do meu filho, engravidei com quinze anos. Ele tinha dezassete anos. Quando vim para aqui, já tinha o meu filho."

I 14 de 17 anos refere-se às práticas sexuais de que foi vítima: "O meu padrasto começou a abusar de mim, eu ainda tinha para aí onze ou doze anos. Eu nem tinha peitos."

Quadro 6.10 – Sub-categoria Idade de início das práticas sexuais



PRÁTICAS SEXUAIS REFERIDAS

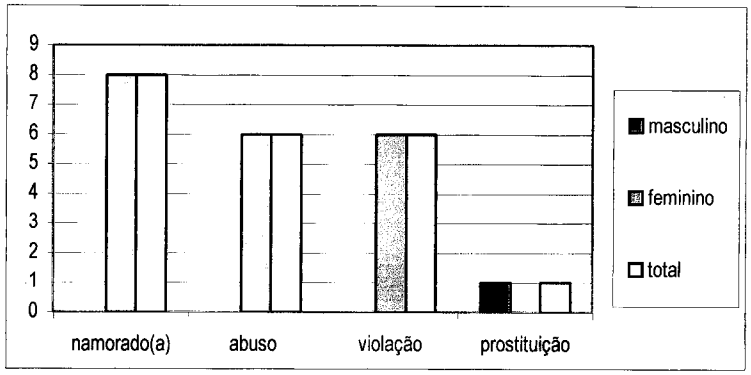
As práticas sexuais referidas são: abuso sexual, referida 6 vezes pelo género feminino, violação, referida 6 vezes pelo género feminino, e prostituição referida 1

vezes pelo género masculino. A maior incidência das práticas sexuais referidas vai para com o namorado. De salientar que apenas a prostituição é referida pelo género masculino(cfr. Quadro 6.11).

Entre as práticas sexuais referidas pelos adolescentes figura também a prostituição, assim referida por B25 de 16 anos: "Ia com portugueses de vinte e dois, dezanove anos. Às vezes, num fim de semana, tirava vinte, trinta contos. De sexta para sábado com os "camones". Há "camones" que são ricos. Às vezes só para fazer companhia. Às vezes ia com a Rainha Esmeralda e eu a Princesa Diana. Ele era o mais velho lá na zona. Eu era porque era o mais novo e mais jeitoso. Às vezes a Rainha Esmeralda, às vezes ia e fazia o serviço e eu recebia metade. Às vezes era punheta, outras vezes anais."

I 20 de 12 anos foi vítima de violação pelo pai, tinha dez anos: "Nós estávamos a morar no campo, eu era muito acriançada. No princípio o meu pai não teve logo relações sexuais. Ele beijava-me. Eu disse à minha mãe e ela dizia "ele é teu pai". Quando ele teve relações sexuais comigo eu fiz queixa ao meu tio. Ele disse que se eu gritasse ele me batia... e como ele me batia... Eu tenho autorização para sair, tenho namorado e aconteceu... o Marco fez dois meses..... Ele (namorado) tem trinta e cinco anos. É segurança numa empresa...."

Quadro 6.11 – Sub-categoria Práticas sexuais referidas



IDADE DA GRAVIDEZ PRECOCE

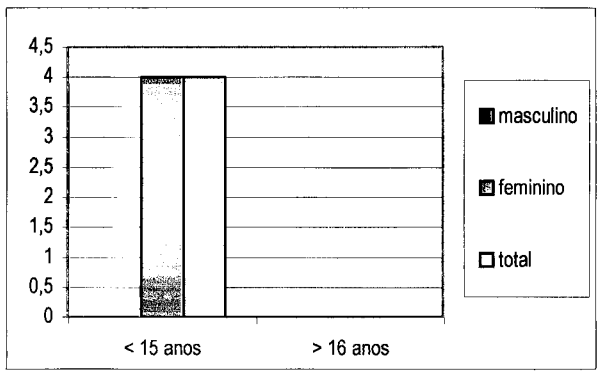
A idade da gravidez precoce é apenas referida pelo género feminino, como tendo a gravidez ocorrido antes dos 15 anos. A ocorrência de gravidez antes dos 15 anos é referida 4 vezes pelo género feminino (cfr. Quadro 6.12).

Algumas das adolescentes institucionalizadas engravidaram em idades muito precoces, como I 5 de 16 anos que engravidou aos 13 anos: "Eu tenho um filho de dois anos. É filho de um rapaz que eu conheci por acaso. Quando eu entrei para o colégio já vinha grávida. Fiquei grávida porque eu não sabia nada. A minha mãe não me ensinava nada, era desleixada."

I 12 de 17 anos diz: "Conheci o pai do meu filho, engravidei com quinze anos. Ele tinha dezassete anos. Quando vim para aqui, já tinha o meu filho. Estava em Vila Nova de Gaia, no colégio quando engravidei. Fugia e era para ficar junto do pai do meu filho .... O que podia ser diferente era eu não ter filho, porque sou muito nova e o que eu gostava não era de estar em lar ou colégio. Aconteceu por o meu pai me ter feito mal."

I 18 de 18 anos diz: "Tive o meu filho com quinze anos. Fui viver com o meu companheiro e fiquei grávida outra vez."

Quadro 6.12 – Sub-categoria Idade da gravidez precoce



PERSPECTIVAS DE FUTURO

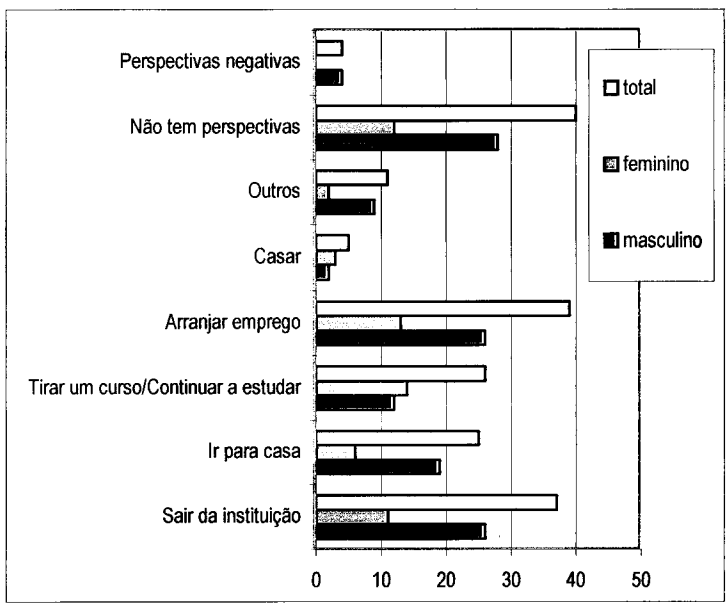
Face aos quadros já apresentados não será de estranhar que as perspectivas de futuro que estes adolescentes apresentam sejam reduzidas. Em relação à sub-categoria Perspectivas de futuro a hipótese de Sair da Instituição é referida 26 vezes pelo género masculino e 11 vezes pelo género feminino, num total de 37 vezes. Ir para casa é referido 19 vezes pelo género masculino e 6 vezes pelo género feminino, num total de 25 vezes. Tirar um curso é referido 12 vezes pelo género masculino e 14 vezes pelo género feminino, num total de 26 vezes. Arranjar emprego é referido 26 vezes pelo género masculino e 13 vezes pelo género feminino, num total de 39 vezes. Casar é referido 2 vezes pelo género masculino e 3 vezes pelo género feminino, num total de 5 vezes. Os adolescentes do género masculino referem 28 vezes e os adolescentes do

género feminino referem 12 vezes, num total de 40 vezes, não terem quaisquer perspectivas em relação ao futuro (cfr. Quadro 6.13).

Parece-nos interessante que os adolescentes refiram pretender arranjar emprego, ou mesmo tirar um curso/estudar, com o pragmatismo que é apanágio destes adolescentes. Estas referências levar-nos-iam a pensar que se a reinserção social destes adolescentes fosse feita após a saída da instituição, poderíamos ter um menor número de recidivas.

De salientar que sair da instituição e ir para casa são, igualmente, bastantes vezes assinaladas, o que transmite bem a ideia de quão difícil será para estes adolescentes a situação de institucionalização.

Quadro 6.13 – Sub-categoria Perspectivas de futuro



Outras perspectivas foram ainda assinaladas mas poucas vezes, por isso não surgem no quadro. Casar apresenta ainda valores significativos, mas muito além dos

itens mais assinalados, o que nos parece compreensível, na medida em que estes adolescentes não terão uma boa imagem do casamento.

O QUE GOSTAVA QUE ACONTECESSE/DESEJO

Em relação à sub-categoria O que gostava que acontecesse, os adolescentes referem: estar com a mãe ou com a família 8 vezes no género masculino, 11 vezes no género feminino, num total de 19 vezes, uma situação relacionada com o campo profissional 5 vezes no género masculino e 3 vezes no género feminino, num total de 8 vezes, uma situação de carácter pessoal 16 vezes pelo género masculino e 11 vezes pelo género feminino, num total de 27 vezes, e, por último, de carácter social 1 vez quer pelo género masculino, quer pelo género feminino num total de 2 vezes (cfr. Quadro 6.14).

Como se pode verificar em termos de desejos, os adolescentes assinalam mais os desejos de carácter pessoal, especificando o estar com a mãe e com a família que também apresenta alguma frequência.

Alguns adolescentes institucionalizados ainda conseguem imaginar o futuro e ter algumas perspectivas, como B 8 com 17 anos que diz: "No futuro acho que vou trabalhar em jardinagem e trabalhar com barcos como o meu pai."

Para outros, como B10 com 17 anos, o futuro afigura-se-lhes cinzento: "O que é que vai acontecer... não sei... complicações, tristezas; não posso contar com a minha família, quando sair daqui. A ver se tiro um curso... para ver se organizo a minha vida."

B20 de 15 anos tem as seguintes perspectivas: "queria ver se tirava a escola, para arranjar um trabalho, tirar um curso cá."

Alguns adolescentes atribuem à Instituição um poder desmesurado que lhes permita mudar toda a sua situação; progressivamente apercebem-se que essa atribuição

é ilusória. B30 de 13 anos ainda está na primeira fase deste processo: "Quando sair daqui, vou ficar bom, mais inteligente e vou arranjar emprego." SA12 de 14 anos diz: "O que vai acontecer .... não sei... quero portar-me direito. Vou melhorar na escola, não roubar mais ninguém na escola, assim às pessoas, aos miúdos. Não à educação à minha mãe, ao meu padrasto. Quando tiver dezasseis anos, vou sair para a escola lá de fora."

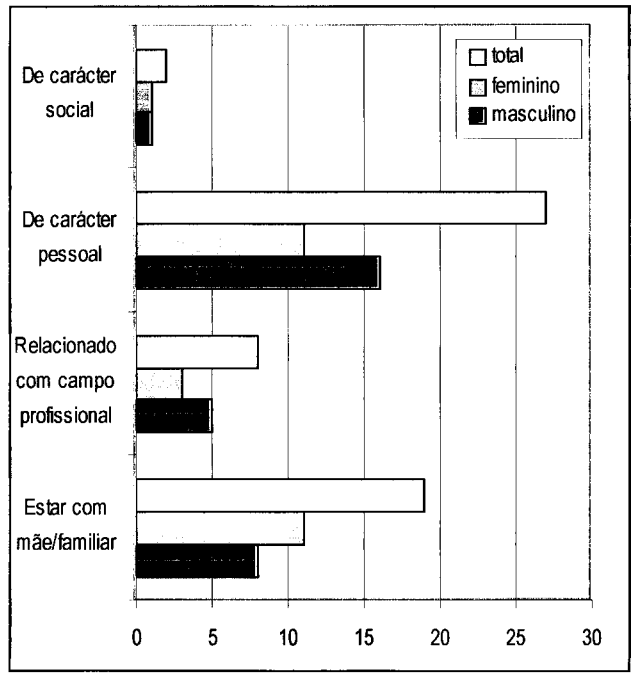
I 19 de 16 anos, que teve uma filha aos quinze anos, diz: "Eu acho que quando sair daqui, vou logo ter que arranjar um emprego, para arranjar roupa e comida para a minha filha e depois para ela ir para a escola aprender alguma coisa."

SA1 de 15 anos diz: "Gostava de trabalhar num café, a servir as pessoas, e ganhava dinheiro. Um dia mais tarde, se arranjar uma mulher podia-me casar."

SA4 de 14 anos verbaliza assim o que gostava que acontecesse: "Só peço a Deus, que quero ser feliz, ter o meu pai e a minha mãe e os meus irmãos perto de mim..."

C4 de 15 anos prefere não pensar no que vai acontecer: "O que vai acontecer... não sei... estou aqui, quem me dera saber o que vai acontecer. Não penso nada."

Quadro 6.14 – Sub-categoria O que gostava que acontecesse/Desejo



4.3.2 - SUB-CATEGORIAS DA CATEGORIA FAMÍLIA

Em relação à categoria **FAMÍLIA** as sub-categorias mais assinaladas pelos adolescentes institucionalizados são:

Proximidade física da mãe e do pai, fratria, situação conjugal dos pais, actividade profissional da mãe e do pai, consumo de substâncias e álcool na família, mortes na família, relação com a mãe e com o pai, relações interpessoais, relação com a madrasta e com o padrasto, relação violenta do casal com quem vive ou viveu, imagem materna, paterna e da família nuclear, reacção da mãe e do pai ao internamento, memórias afectivas da mãe, do pai, dos avós, de outros familiares e do contexto.

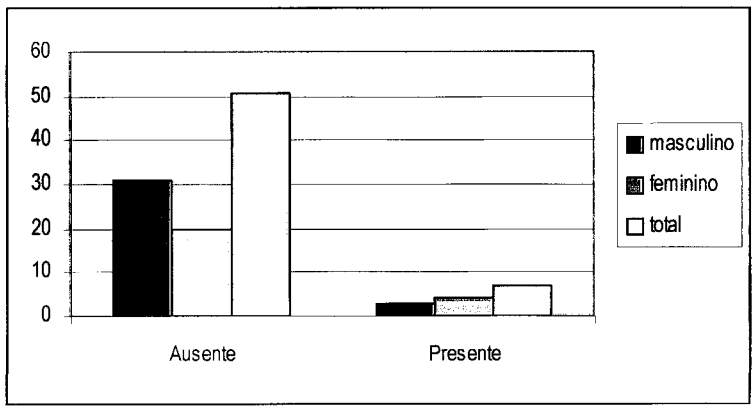
Estas sub-categorias relativas à inserção e composição familiar, são assinaladas pelos adolescentes com bastante mais frequência, que as sub-categorias das outras categorias.

PROXIMIDADE FÍSICA DA MÃE

Um dos factores que tem sido analisado, contribuindo para a compreensão dos comportamentos delinquentes na adolescência, é a destruturação familiar. Estes processos familiares induzem stress e problemas de disciplina relacionados com a supervisão parental, que não pode ser exercida com a mesma eficácia face à ausência de um progenitor.

A sub-categoria Proximidade física da mãe é assinalada pelos adolescentes do género masculino 31 vezes e pelo género feminino 20 vezes, num total de 51 vezes, como percepcionando a mãe ausente. Comparativamente à percepção que os adolescentes têm da mãe presente, referida 3 vezes pelo género masculino e 4 vezes pelo género feminino, num total de 7 vezes, os resultados obtidos parecem-nos elucidativos, estas mães são percepcionadas pelos adolescentes como mães ausentes (cfr. Quadro 6.15).

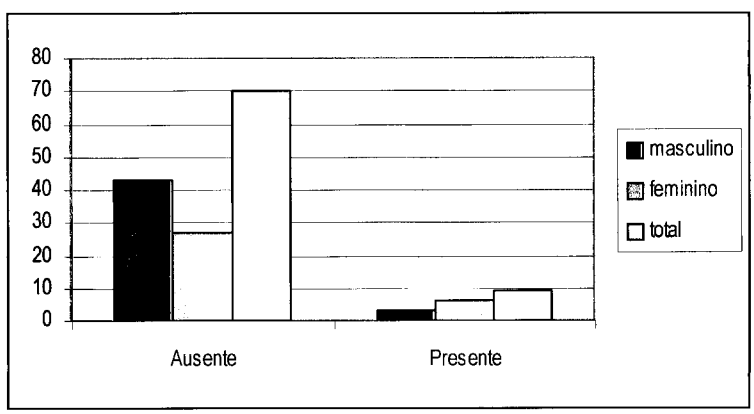
Quadro 6.15 – Sub-categoria Proximidade física da mãe



PROXIMIDADE FÍSICA DO PAI

A sub-categoria Proximidade física do pai é referida 43 vezes pelo género masculino e 27 vezes pelo género feminino como ausente, num total de 70 vezes e apenas 3 vezes pelo género masculino e 6 vezes pelo género feminino, num total de 9 vezes, como sendo uma figura presente (cfr. Quadro 6.16). À semelhança dos resultados em relação à mãe, também em relação ao pai, os adolescentes têm a percepção de que este é uma figura ausente como se pode verificar pelos resultados obtidos. Esta ausência dos progenitores, sentida pelos adolescentes, tem seguramente repercussões a nível da problemática da delinquência.

Quadro 6.16 Sub-categoria Proximidade física do pai



FRATRIA

A generalidade dos autores, entre os quais Farrington e col. (1990), aceita como um dos preditores da delinquência a família numerosa.

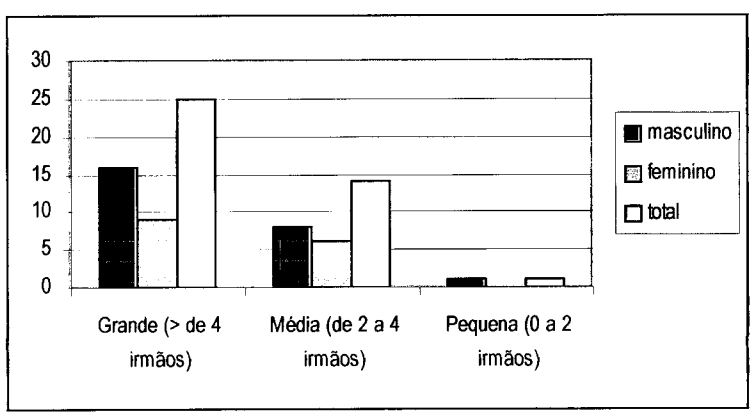
A sub-categoria Fratria grande é assinalada 16 vezes pelo género masculino e 9 vezes pelo género feminino, num total de 25 vezes (cfr. Quadro 6.17). A fratria grande é considerada, como já referimos anteriormente, um preditor de delinquência.

Os adolescentes institucionalizados pertencem, em acentuada percentagem, a grandes fratrias, B22 de 13 anos diz: "Tenho dois irmãos verdadeiros da parte da minha mãe e do meu pai... Tenho mais irmãos, uns da parte do pai e outros da parte da mãe."

B24 de 12 anos diz: "A minha mãe tem mais de dezoito filhos." O fazer parte de uma grande fratria não significa partilhar das vivências com os irmãos, como explica B27 de 13 anos diz: "Tinha dez irmãos, morreu um ficou nove. Uns estão em Setúbal com a minha avó. Um está na tropa. Uma irmã está em França... Está cá outro irmão... O meu irmão mais pequenino está com a minha mãe".

B30 de 13 anos diz: Somos doze irmãos, mas só vivo com oito.", enquanto SA12 de 14 anos diz: "Tenho para aí dez ou treze irmãos" e C9 de 16 anos diz: "Tenho mais dezasseis irmãos do meu pai e da minha mãe. Vivo com a minha mãe, a minha irmã Edna e o meu irmão Oscar, Na Pedreira dos Húngaros."

Quadro 6.17 Sub-categoria Fratria



SITUAÇÃO CONJUGAL DOS PAIS

A ruptura com a instituição familiar, nas formas estruturais habituais, tem sido profunda, assinalando os indicadores a acentuada quebra das taxas de nupcialidade, o aumento do número de divórcios, o aumento do nascimento dos filhos fora do casamento, e das famílias reconstruídas. "Portugal tem assinalado, ainda que com atraso relativamente ao conjunto dos países do centro europeu e norte-americano, um significativo crescimento desses indicadores (Almeida e col. 1998 in Sarmento 1999).

A sub-categoria Situação conjugal dos pais como não juntos é referida 23 vezes pelo género masculino e 9 vezes pelo género feminino, num total de 32 vezes (cfr. Quadro 6.18). Esta situação remete-nos para as dificuldades que a mãe, normalmente quem fica a prestar os cuidados à criança no caso de separação conjugal, possa ter, dificultando-lhe a aplicação de práticas parentais adequadas.

Os progenitores são muitas vezes assinalados no discurso dos adolescentes como ausentes, como no caso de B19 de 14 anos que diz: "Eu vim para cá porque a minha mãe foi presa e o meu pai... Os meus pais estão presos. A minha mãe em Tires e o meu pai em Alcoentre, porque vendiam droga."

B22 de 13 anos diz: "Eu morava numa aldeia SOS. Eu quando fui para lá acho que ía fazer três anos... O meu pai conheço, mora em Paio Pires. A minha mãe não sei onde é que ela está, não a conheço... Eu penso que a minha mãe mora em Lisboa, a minha avó disse que ela foi para Lisboa, mas que não sabe onde ela mora..."

B23 de 16 anos é o único filho que não partiu com a família. "Os meus pais (mãe e padrasto) estão em França..... (oito irmãos) Estão em França com a minha mãe.

Eu não fui com a minha mãe porque estava no COAS", mas também não vê o pai: "... O meu pai está no Porto, não sei nada dele... Nunca conheci o meu pai..."

B24 de 12 anos refere: "O meu pai está em Cabo Verde há três anos, ele é de lá, mas só que agora só lá está a trabalhar.... não conheço os meus pais verdadeiros. Deixaram-me no hospital em Santarém e esta família adoptou-me com um mês. A minha mãe é diabética e não pode ter filhos, por isso é que me adoptaram. Teve dois filhos que morreram."

SA16 de 17 anos diz: "Não sei onde estão os meus pais. Eles deixaram-me em casa da minha avó. Não vejo a minha mãe, para aí há uns cinco ou seis anos. O meu pai há três anos. Veio cá quando eu tinha catorze anos, e nunca mais veio."

I 6 de 15 anos diz: "A última vez que vi a minha mãe tinha onze anos.... A minha mãe está em Espanha na prostituição."

I 7 de 12 anos diz: "Eu vivi um ano no Algarve com o meu pai e ele agora foi para o Brasil ..."

I 26 de 15 anos diz: "Eu nunca vivi com a minha mãe, porque ela é uma senhora da vida.... Eu vivi com a minha madrasta desde os sete meses. A minha madrasta foi-me buscar. A minha mãe não tinha condições. Eu quando nasci fiquei no hospital porque tinha sarna."

Alguns destes adolescentes nunca tiveram a experiência de viver com o pai e a mãe, como por exemplo B20 com 15 anos que afirma: "O meu pai nunca viveu com a minha mãe". SA2 de 15 anos diz: "A minha mãe não se casou. Nunca vivi com o meu pai, vi-o uma vez."

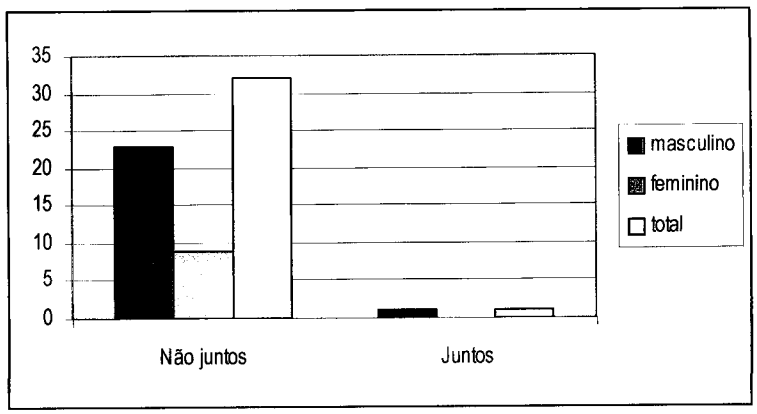
B24 de 12 anos justifica a separação dos pais com a sua conduta desviante: "Eles chatearam-se por causa de mim. O meu pai para não me bater saiu de casa. Eu andava a

portar-me mal, andava com más companhias, faltava à escola, de vez em quando roubar alguma coisita..."

B26 de 15 anos sintetiza a separação dos pais nestes termos: "A minha mãe não estava no Funchal. Veio para Lisboa. O meu pai às vezes diz à minha irmã para cuidar dos meus irmãos..."

A separação dos pais, nalguns casos, é percepcionada como destruturante para a família, como assinala B29 com 16 anos: "Tinha seis anos, quando fui para a família de acolhimento. Os meus pais separaram-se. O meu pai ficou com a gentes quatro e o meu pai não conseguia sustentar todos. Estão três numa família de acolhimento e uma noutra. Há dez anos que não vejo a minha mãe. O meu pai morreu não sei de quê..."

Quadro 6.18 - Sub-categoria situação conjugal dos pais



ACTIVIDADE PROFISSIONAL DA MÃE

No que diz respeito à ocupação profissional dos pais, melhor indicativo da classe social, parece haver uma ligeira associação entre classe social e comportamento

delinquente, nomeadamente em sujeitos em contextos de exclusão social (Henggeler e col. 1985).

Segundo Tremblay e col. (1996), o nível sócio-económico dos pais vem associado aos níveis de agressão dos filhos. Quer os rapazes, quer as raparigas de meios sócio-económicos mais baixos apresentam níveis mais elevados de agressão física.

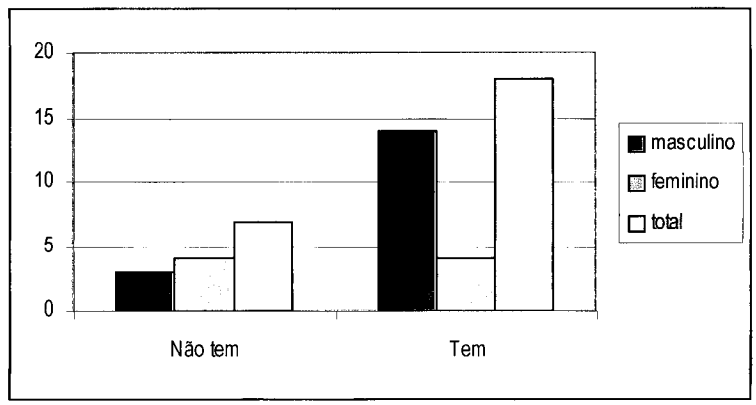
A sub-categoria Actividade profissional da mãe é referida 25 vezes pelo total dos adolescentes, das quais 14 vezes pelo género masculino e 4 vezes pelo género feminino, como tendo as mães uma actividade profissional (cfr. Quadro 6.19).

A actividade profissional dos pais é referida pelos adolescentes muitas vezes como justificativo do início da trajectória delinquente. B15 de 16 anos refere: "O que aconteceu... uma parte eu ficava sempre sozinho, em casa eu não tinha nada que fazer... a minha mãe tinha que ir trabalhar..."

Por vezes é referida como penalizante para as relações afectivas familiares, como por exemplo no caso de B18 de 16 anos que refere: Ela (mãe) trabalha desde as cinco e meia da manhã à meia noite, em limpezas e não podia dar apoio. Ela trabalha para não faltar nada aos filhos. Mas falta apoio."

B30 de 13 anos refere-se à incapacidade da mãe para trabalhar: "A minha mãe não trabalha, não consegue, dói-lhe a coluna, fica constipada... é ajudada pelos filhos."

Quadro 6.19 - Sub-categoria Actividade profissional da mãe

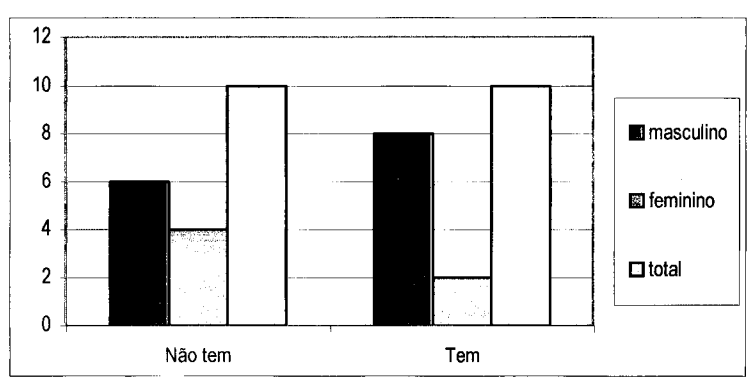


ACTIVIDADE PROFISSIONAL DO PAI

A sub-categoria Actividade profissional do pai é referida 20 vezes pelos adolescentes das quais 8 pelos adolescentes do género masculino e 2 pelos adolescentes do género feminino, como tendo o pai uma actividade profissional (cfr. Quadro 6.20).

SA10 de 15 anos fala da profissão do pai: "Não trabalhava em nada. É reformado da construção civil. Não dava o dinheiro que devia aos outros.

Quadro 6.20 - Sub-categoria Actividade profissional do pai



CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS E ÁLCOOL NA FAMÍLIA

A sub-categoria Consumos de substâncias e álcool na família é uma das mais assinaladas. Esta sub-categoria é referida 26 vezes pelo género masculino e 21 vezes pelo género feminino, num total de 47 vezes, indicador de que no contexto familiar destes adolescentes a prática de consumos, seja de álcool seja de substâncias, ocorre bastante (cfr. Quadro 6.21).

Os consumos de substâncias e álcool pelos seus progenitores são também assinalados pelos adolescentes institucionalizados, como, por exemplo, B16 de 15 anos: "O meu pai às vezes bebe..." ou B11 de 13 anos: "O meu pai é toxicodependente..." ou B10 de 17 anos: "A minha mãe é alcoólica. Quando está bêbeda chama nomes às pessoas ...." ou por B28 de 13 anos "O meu pai fumava chamon".

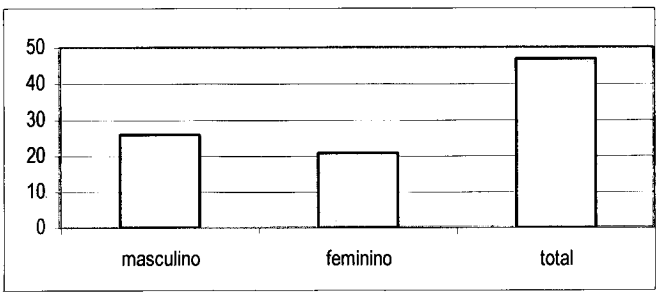
B27 de 13 anos diz do irmão. "O meu irmão meteu-se a "snifar" cola que comprava na drogaria". E SA1 de 15 anos refere o alcoolismo dos pais assim: "A minha mãe, estávamos a morar numa casa e ela não bebia, e o meu pai fechava a adega. Noutra casa ele não fechou e ela pimba, pimba... tratava mal as pessoas que lhe chamavam borracha. O meu pai, só foi disso da minha irmã. Também bebia e chagava a casa e batia-nos." E acrescenta demonstrando que também ele seguiu o exemplo dos pais: "bebia às vezes em casa vinho."

SA6 de 11 anos fala do consumo de substâncias pelo irmão: "O meu irmão Néné, morreu por causa da droga. Injectava-se."

I 6 de 15 anos diz: "O meu pai começou com haxixe e depois foi para o cavalo na prata e depois já se injectava com heroína. Há catorze anos. A minha mãe só fumava na prata. Os meus tios ainda se drogam."

C10 de 17 anos fala dos consumos de álcool na sua família e das medidas que preconiza para o país: "O meu pai é alcoólico..... A minha tia, irmã da minha mãe também bebe. Deviam acabar com o álcool em Portugal. Os presidentes, esses gajos todos, se quiserem acabam. Se fosse eu já tinha acabado há anos."

Quadro 6.21 - Sub-categoria Consumo de substâncias e álcool na família



MORTES NA FAMÍLIA

A sub-categoria Mortes na família é assinalada 20 vezes pelo género masculino e 11 vezes pelo género feminino, num total de 31 vezes (cfr. Quadro 6.22). Esta é também uma das sub-categorias que povoa o discurso dos adolescentes institucionalizados, ou porque nestas famílias ocorrem mais mortes do que é habitual, ou porque face à insegurança que vivem, estes adolescentes têm maiores preocupações em relação a este tema.

O tema das mortes na família está muito presente no discurso dos adolescentes institucionalizados, ainda que com diferentes conotações.

B18 de 16 anos diz: "Foi a partir da morte do meu pai que a coisa piorou. Eu andava na escola, mas só ia de vez em quando.... andava a vadiar com os outros. Andava a curtir..."

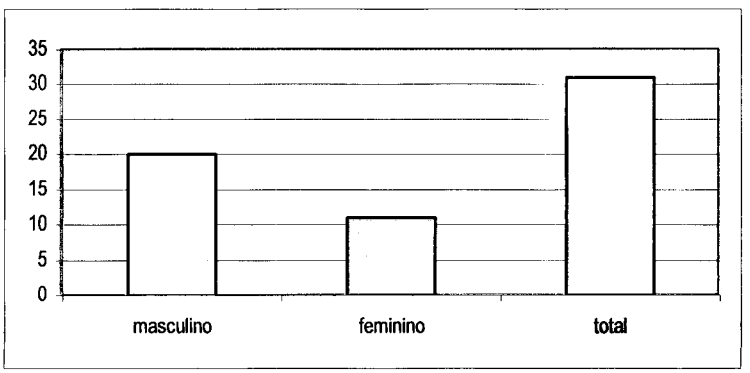
B25 de 16 anos atribui à morte da mãe a sua entrada na prostituição: "Depois da minha mãe morrer, é que eu fui para esta vida. Se a minha mãe não morresse, eu não tinha entrado nesta vida. Ela era forte, morreu dum ataque de coração, nos meus braços, era muito minha amiga..."

B29 de 16 anos, com os pais separados, vivia com o pai, quando este faleceu; ainda não se refez da situação: "O meu pai morreu não sei de quê. Telefonaram para minha casa a dizer que ele tinha morrido, atropelado a atravessar a estrada."

SA12 de 14 anos diz: "O meu pai morreu, há sete anos. Eu ia fazer sete anos."

SA13 de 16 anos relata: "O meu pai morreu quando eu tinha um ano, num desastre de moto, e a minha mãe também, de carro, vinha do trabalho. Eu tinha onze anos."

Quadro 22 - Sub-categoria Mortes na família



RELAÇÃO COM A MÃE

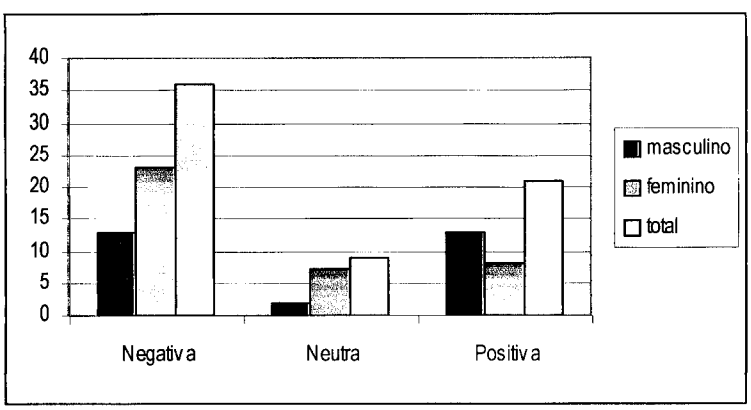
A intervenção precoce a nível do treino com pais e do treino com crianças, no sentido de melhorar a função parental, é importante uma vez que a prática de uma função parental "pobre" constitui um dos preditores da delinquência (Tremblay e col.

1996). É importante que quer o sub-sistema parental, quer o sub-sistema filho tentem adequar as suas interacções as necessidades dos dois subsistemas, o que nas famílias de delinquentes é de gestão difícil, como se pode verificar pelos depoimentos dos adolescentes.

De entre as sub-categorias relativas às relações dos adolescentes com os seus familiares e outros, surge a sub-categoria Relação com a mãe, que é assinalada como negativa13 vezes pelo género masculino e 23 vezes pelo género feminino, num total de 36 vezes. Esta sub-categoria é assinalada como positiva 13 vezes pelo género masculino e 8 vezes pelo género feminino, num total de 21 vezes (cfr. Quadro 6.23). A sub-categoria é referenciada também, sem que lhe possa ser atribuída uma conotação positiva ou negativa, por isso é assinalada como neutra.

Estes resultados parecem-nos evidenciar a problemática das dificuldades de relação com a figura materna. Nesta fase da vida dos adolescentes, esta relação teria forçosamente que ser positiva, e constatamos que não o é, com acentuada suspeição de que alguma vez o tenha sido.

Quadro 6.23 – Sub-categoria Relação com a mãe



A relação com a mãe é assinalada muitas vezes como pouco afectiva, é o caso de B 18 com 16 anos que diz: "Se eu tivesse mais apoio, quem me desse mais atenção.... a minha mãe ter mais tempo para mim. Ela trabalha desde as cinco e meia da manhã à meia noite, em limpezas e não podia dar apoio. Ela trabalha para não faltar nada aos filhos. Mas falta apoio."

Outras vezes, porém, verifica-se o contrário, B 24 de 12 anos diz: "Quando ela (mãe) for velhinha eu é que tenho de tomar conta dela."

Como se pode verificar, alguns adolescentes na relação que estabelecem com a mãe funcionam como seus protectores, face a um pai ausente ou agressor. B28 de 13 anos diz: "A minha mãe punha-se a chorar, porque não tinha dinheiro, e eu ia pedir para a rua e comprava as fraldas para as minhas irmãs."

SA23 de 17 anos recorda: "A minha mãe não tinha dinheiro e teve que ir viver para a vida fácil. E queria-me pôr também a mim, eu não quis e ela abandonou-me, à beira do Rossio, numa casa grande cheia de cabinas. Eu tinha onze anos."

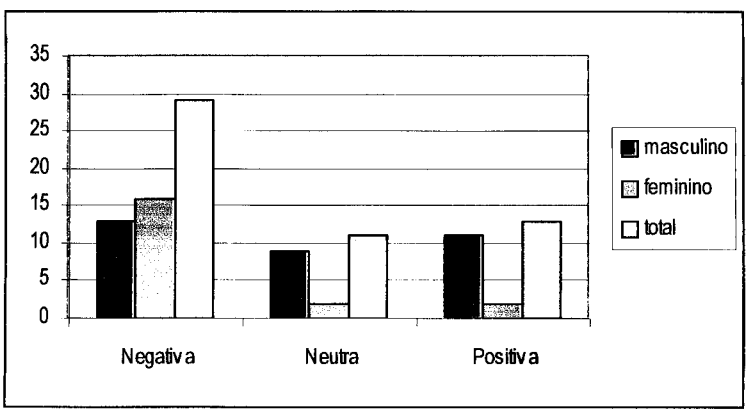
I 14 de 17 anos diz da mãe: "Ela só telefona à filha, quando a filha está de fuga... Nunca vou a casa aos fins de semana. A minha mãe quando eu vou lá, mete sempre coisas na cabeça: foge lá para vires viver com a mãe. A minha mãe não é sincera. Para mim não vale nada..... Eu andava a pedir na rua e os meus irmãos. Ela dizia: a estas horas quero-te cá em casa. O dinheiro que ela dava não chegava para a comida. Passava fome, andávamos a pedir de porta em porta."

RELAÇÃO COM O PAI

A sub-categoria Relação com o pai é assinalada como negativa 13 vezes pelo género masculino e 16 vezes pelo género feminino, num total de 29 vezes, e como positiva 11 vezes pelo género masculino e 2 vezes pelo género feminino, num total de 13 vezes (cfr. Quadro 6.24).

À semelhança da sub-categoria anterior, também nesta, os adolescentes referem a relação com o pai prioritariamente como negativa. Os rapazes, ainda assim, conseguem assinalar mais vezes a relação positiva ou neutra com o pai, que as raparigas.

Quadro 6.24 – Sub-categoria Relação com o pai



C1 de 16 anos fala da relação que tinha com o pai, que faleceu: "O meu pai confiava em mim."

C 2 de 14 anos diz: "O meu pai é teimoso, irrita-se facilmente, só sabe resolver as coisas a mal, nunca ouve, só sabe fazer tudo à maneira dele."

C4 de 15 anos diz: "O meu pai para mim é bom, não sei para os outros."

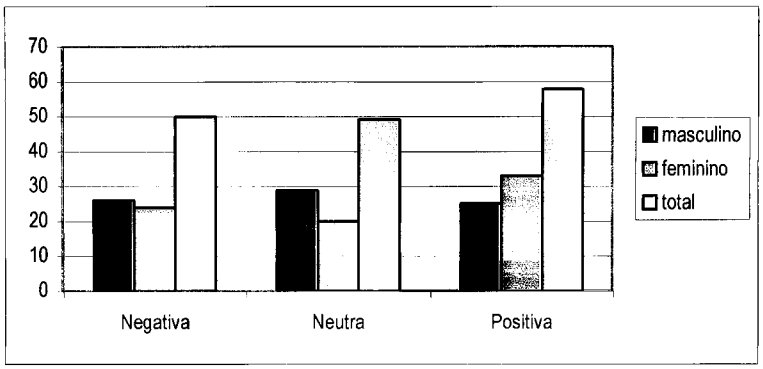
I6 de 15 anos diz: "O meu pai é que me foi buscar a casa do meu namorado. Bateu-me e eu falei aos meus tios."

RELAÇÕES INTERPESSOAIS COM FAMILIARES OU OUTROS

A sub-categoria Relações interpessoais com familiares ou outros é assinalada como negativa 26 vezes pelo género masculino e 24 vezes pelo género feminino, num total de 50 vezes, como neutra 29 vezes pelo género masculino e 20 vezes pelo género feminino num total de 49 vezes e como positiva 25 vezes pelo género masculino e 33 vezes pelo género feminino num total de 58 vezes (cfr. Quadro 6.25).

As dificuldades que estes adolescentes manifestam no estabelecimento de relações interpessoais é bem patente neste quadro. Ainda que possa haver uma acentuada incidência nas relações interpessoais positivas, à semelhança de outras relações, estas são também suficientemente ambivalentes, por isso, estamos em crer, obtivemos este perfil quanto aos resultados obtidos em relação a esta sub-categoria.

Quadro 6.25 – Sub-categoria Relações interpessoais com familiares ou outros



Nem sempre as relações com os familiares que substituem os progenitores são adequadas. SA2 de 15 anos refere: "Vinha almoçar a casa dos meus tios e não tinha nada e comprei uma pizza e pão na mercearia. À noite o meu tio espancou-me".

Quando SA 23 de 17 anos tinha onze anos viu-se sózinha e foi ter com a tia "..... tive que ir a pé para a Brandoa e cheguei lá e reconheci a casa. A minha tia disse que não me podia lá ter. Eu peguei e fui-me embora. Segui o caminho de ferro e chegou a noite e fiquei no jardim. E eu não sabia, era um jardim das mulheres da vida fácil. Um senhor chamou-me e percebeu e pediu desculpa. Eu tinha fome e frio e estava a chorar. Foi lá um preto e eu estava a chorar e ele disse: o que é que se passa? E disse depois que me podia ajudar e levou-me para uma discoteca e apresentou-me uma rapariga, a Crisanta, que levava as raparigas para Espanha."

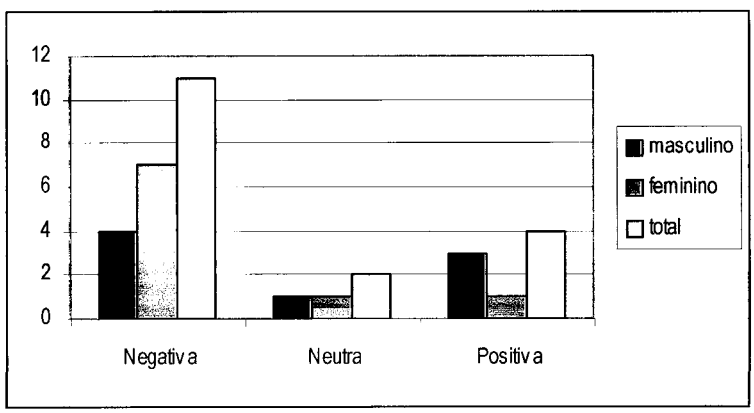
C2 de 14 anos diz: "A tia Fernanda é a pessoa que eu gosto mais na família, mora em Cascais."

A ausência dos pais leva a que o seu lugar seja preenchido com afecto, mas por vezes sem controlo, por outros familiares, na maioria os avós. C11 de 16 anos fala disso: "Desde os cinco anos que estou sempre com os meus avós. Eles gostaram mais de mim. Vim para o Colégio com catorze anos. Fazia furtos. Saía de casa pelo quintal e às sete da manhã regressava. Os meus avós não davam por nada. Ia com os amigos da rua. Assaltávamos cafés, lojas, roubávamos dinheiro, chocolates, tabaco. Aparecia a polícia, interrogava e levavam a casa. Os meus avós não faziam nada. Falavam comigo, só que não me batiam."

RELAÇÃO COM A MADRASTA

Esta sub-categoria é referida como negativa 4 vezes pelo género masculino e 7 vezes pelo género feminino, num total de 11 vezes. Como neutra 1 vez por cada género num total de 2 vezes e como positiva 3 vezes pelo género masculino e 1 vez pelo género feminino, num total de 4 vezes (cfr. Quadro 6.26). Também nesta categoria a relação negativa apresenta maior incidência, independentemente do género, ainda que no género feminino o seja mais acentuadamente, como seria de esperar face à rivalidade que estas relações assumirão na disputa do pai.

Quadro 6.26 Sub-categoria Relação com a madrasta



B27 de 13 anos refere-se nestes termos à relação que tem com a madrasta: "Nós (ele e os irmãos) batemos na minha madrasta, porque ela e os filhos dela, batiam no meu pai, porque pensam que mandam lá em casa..."

C 2 de 14 anos deixou de viver com a madrasta depois do pai se ter separado desta: "O meu pai quis que eu viesse cá para o Colégio. Não queria que eu vivesse com

a minha madrasta. Não vou a casa aos fins de semana. Já fui visitar a minha madrasta. O meu pai não."

I 26 de 15 anos diz: "A minha madrasta morreu ontem com cancro nos intestinos. Como ela é teimosa, o meu pai quis levá-la ao hospital e ela não quis.... Ela tratava-me mal, o meu pai batia-me por causa dela."

RELAÇÃO COM O PADRASTO

Esta sub-categoria é referida como negativa 5 vezes pelo género masculino e 11 vezes pelo género feminino, num total de 16 vezes. Como neutra 5 vezes pelo género masculino e 2 vezes pelo género feminino, num total de 7 vezes, e como positiva apenas 2 vezes pelo género feminino (cfr. Quadro 6.27). Tal como na sub-categoria anterior, também com o padrasto a maior incidência de referências vai para a relação negativa, mais acentuadamente para o género feminino. Contudo, o género masculino não assinala nunca uma relação positiva com o padrasto. Ela ou é neutra ou negativa, o que se compreende pela relação que o rapaz estabelece, por norma, com a mãe e que, neste caso, é "dificultada" pelo padrasto.

B2 de 16 anos refere-se à relação de conflito com o padrasto assim: "A primeira vez que fugi de casa foi porque o meu padrasto me bateu e a minha mãe também. Eles batiam-me e eu comecei a fugir de casa e vi um grupo de negros e pedi se podia ficar com eles.

O meu padrasto disse que se eu fugisse me metia a mão no fogo e eu fugi outra vez", ressaltando que não podia contar com o apoio da mãe, o que terá precipitado não só as fugas mas também a associação a um grupo de pares com práticas desviantes.

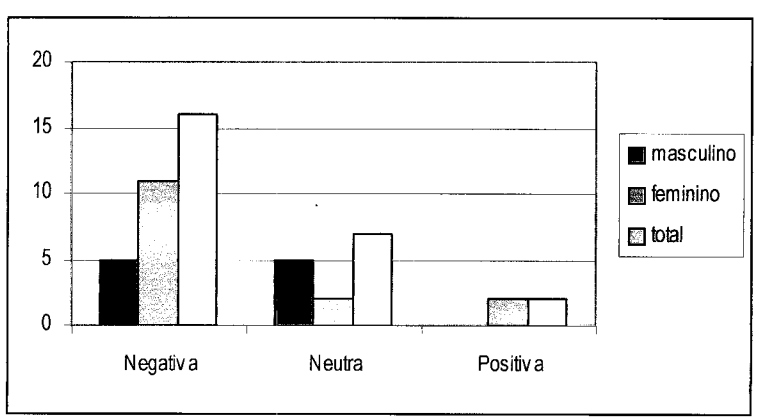
SA6 de 11 refere-se assim ao padrasto: "Ele é tão mau para a minha mãe, deu com uma cadeira à minha mãe quando ela estava grávida."

SA23 de 17 diz do padrasto: "O meu padrasto tentou-me violar e violou a minha irmã."

C 3 de 15 anos diz: "O meu padrasto é resmungão mas no fundo até gosta duma pessoa."

I 2 de 15 anos diz: "O pai dos meus irmãos violou-me. Ele é que me perfilhou.... ele vivia com a minha mãe. Eu tinha sete anos. Eu estava deitada no chão e os meus irmãos adormeceram e ele foi lá e começou-me a fazer... a minha mãe já não vivia lá em casa, tinha ido para a Musgueira. Ele levou-nos para outro bairro, escondeu-nos e pôs-nos a pedir e se a gente não levássemos dinheiro dava-nos porrada..... Foi ele que meteu a minha mãe na prostituição. Quando a minha mãe foi para o pé dele, já estava grávida de mim e ele quis-me matar. Quando ele me violava, eu até dava beliscões ao meu irmão, para ver se ele me ajudava. Mas ele fingia que estava a dormir."

Quadro 6.27 – Sub-categoria Relação com o padrasto



I 22 de 18 anos fala assim da sua relação com o padrasto: "Eu vim cá parar por causa do meu padrasto. Quando eu era pequena ele gostava de mim, mas depois chamava-me puta e vaca e passado aí eu não liguei. Um dia quando a minha mãe foi trabalhar, eu queria passar a ferro e ele tirou-me o ferro da mão e mete-me na rua. Estava a chover e eu fiquei doente. Por causa que eu tentei matar o meu padrasto, porque houve uma confusão entre mim e a minha irmã Elisa, e ele meteu-se e disse se eu encontrasse veneno se punha na comida. E eu então pus. Pus 605 FORTE. Não comprei, roubei duma horta ao pé da minha casa. Pus na cachupa para matar. Antes de eu fazer isso também ele disse que me ia matar. O meu padrasto, ai senhora, é o inferno! Um diabo completo que anda por aí."

RELAÇÃO VIOLENTA DO CASAL COM QUEM VIVE OU VIVEU

De acordo com os dados americanos, o abuso da mulher é praticado em 30% dos casamentos e a violência pesada crónica ocorre em 13% dos casamentos (APA, 1996).

A agressão física entre os membros da família proporciona a aprendizagem do comportamento agressivo (Bandura e Walters 1976). As crianças aprendem a violência por imitação do comportamento dos adultos. A transmissão transgeracional da violência é bem patente na avaliação de progenitores abusadores, adultos criminosos ou com comportamentos violentos, que foram, também eles, crianças abusadas, rejeitadas e negligenciadas.

A exposição, desde tenra idade, a cenas de violência, no contexto familiar, com o envolvimento dos progenitores é um factor preditor de futuros comportamentos agressivos na adolescência (Huesmann e col., 1987).

A sub-categoria Relação violenta do casal com quem o adolescente viveu ou vive é assinalada 14 vezes pelo género masculino e 18 vezes pelo género feminino, num total de 32 vezes (cfr. Quadro 6.28). Estes resultados levam-nos a considerar haver alguma constância nas relações violentas nos casais, daí, eventualmente, a dificuldade dos adolescentes em fantasiarem uma relação de casal diferente da que têm por referência.

Os relatos da relação do casal com quem os adolescentes institucionalizados viveram, são por vezes muito violentos, como, por exemplo, no caso de B 25 com 16 anos que diz: "O meu pai é um pouco mau, violento. Ele jogava facas para a minha mãe, quando ele estava bêbado. A gente fugia com ela. A gente estava sempre protegendo-a dele."

B 27 de 13 anos diz que o pai "Às vezes bebe e batia na minha mãe. A minha mãe ia para a cama, ia-se deitar..."

SA1 de 15 anos refere-se à relação dos pais, abordando também a relação do pai com a irmã: "A minha irmã andava sempre em cima do meu pai... Ele batia à minha mãe."

Depois de explicitar como foi violada pelo avô, SA6 de 11 anos explica o que aconteceu entre os avós, com quem vivia à altura: "Chegou a minha avó, e eu contei tudo á minha avó. Ela começou a ralhar com ele e ele bateu à minha avó."

SA8 de 13 anos fala da relação dos pais assim: "O meu pai e a minha mãe às vezes andam em brigas."

C3 de 15 anos diz: "O meu padrasto antes não era como é, nunca bateu à minha mãe, mas refila por tudo e por nada. Eu nunca gostei de discussões. Era sempre, quase todos os dias."

Quadro 6.28 – Sub-categoria Relação do casal com quem vive ou viveu

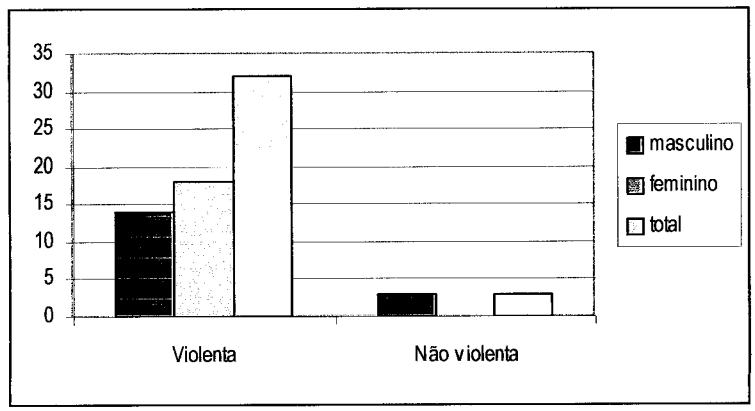


IMAGEM MATERNA

Se o auto-controlo não for aprendido até aos 3 anos de idade, a criança será vítima de um efeito de "boomerang" em que a rejeição do grupo, do professor e dos pais justifica, cada vez mais, as suas reacções agressivas. As mães são neste período crítico quem proporciona à criança o principal afecto, de que precisa para aprender o auto-controlo e a gestão das interacções pro-sociais. Não raras vezes, elas actuam como um tampão perante um pai inadequado. Quando a mãe tem uma história de perturbações de adaptação não tem capacidade para funcionar como continente-conteúdo, segundo a perspectiva de Bion (1962, in Amaral Dias e Fleming, 1998).

Se a imagem que o adolescente tem dos seus progenitores é uma imagem pouco propiciadora de envolvimento, dificilmente esta contribuirá como um factor protector da delinquência.

A sub-categoria imagem materna é referida como negativa 27 vezes pelo género masculino e 48 vezes pelo género feminino, num total de 75 vezes, como neutra 9 vezes pelo género masculino e 3 vezes pelo género feminino, num total de 12 vezes e como positiva 65 vezes pelo género masculino e 49 vezes pelo género feminino, num total de 114 vezes (cfr. Quadro 6.29). A sub-categoria imagem materna, embora com frequências mais elevadas como positiva, apresenta índices elevados também como imagem negativa. Estes valores são inflacionados pelo género feminino.

B1 com 15 anos refere-se à imagem de uma mãe que parte para o Luxemburgo, como se fosse ali ao virar da esquina: "...a minha mãe foi para o Luxemburgo. A minha mãe deu-me um beijinho e foi-se embora com os meus irmãos..." e explica mais à frente, quando fala da escola: "... depois comecei a faltar... Ia para o Jumbo roubar brinquedos.... gostava de estar com a minha mãe."

B 10 com 17 anos refere que a mãe é alcoólica e que "quando está bêbeda chama nomes às pessoas: drogado, *paneleiro, maricas*" e atribui-lhe culpas pela sua institucionalização. " Isto tudo aconteceu por causa da minha mãe. Ela foi presa, quando eu tinha quatro anos. Apanhou doze anos porque matou a amante do pai do meu irmão."

SA4 de 14 anos idealiza a imagem da mãe com quem vive de vez em quando, assim: "A minha mãe teve o filho e deixou-o. Foi para Espanha onde me teve. Viemos para Portugal e eu fiquei com a minha avó... Faziam-me a cabeça contra a minha mãe. Quem me dá a minha mãe, dá-me tudo..... A minha mãe, nenhuma mãe é igual aquela... é a melhor mãe do mundo, não distingue os filhos, o que dá a um, dá a outro."

SA5 de 14 anos lembra: "A minha mãe tentava envenenar-se, tomava comprimidos, foi parar muitas vezes ao hospital..... Mãe igual à minha não existe. Pode haver igual à minha, mas melhor não existe."

C 1 de 16 anos diz da mãe: "Ela é reformada de acidente. Estava sentada na linha... tentou matar-se, tinha dezoito anos. Ela é muito nervosa, sofre de nervos."

I 5 de 16 anos sintetiza assim a imagem da mãe: "A minha mãe é péssima. É egoísta, só quer tudo para ela. É cínica."

I 6 de 15 anos fala da mãe que está em Espanha: "Eu nem a conheci como deve ser. É simpática, mas muito má às vezes. Bate muito."

I 12 de 17 anos foi institucionalizada por ter sido vítima de abuso sexual, por parte do pai, fala assim da mãe: "Talvez ... se calhar mesmo sem o meu pai me ter feito aquilo, eu vinha parar aqui.... com o ambiente que há lá em casa. O meu pai é muito alcoólico e bate na minha mãe. Uma mãe digna, ou deixava, ou separava-se do pai. Um pai que faz isso... não é uma mãe digna. A minha mãe é uma má mãe, não é responsável. Dá desprezo, não dá apoio."

I 24 de 14 anos percebeu que viver com um homem não é como brincar com bonecos: "A minha mãe é assim um bocadinho coisa.... Eu também fugi de casa e pedi à minha mãe se aceitava lá em casa um rapaz e ela aceitou. Mas eu não gostava dele, porque gostava de outro. Eu tinha treze anos e eu não ia aguentar e eu mandei-lhe embora."

Quadro 6.29 Sub-categoria Imagem materna

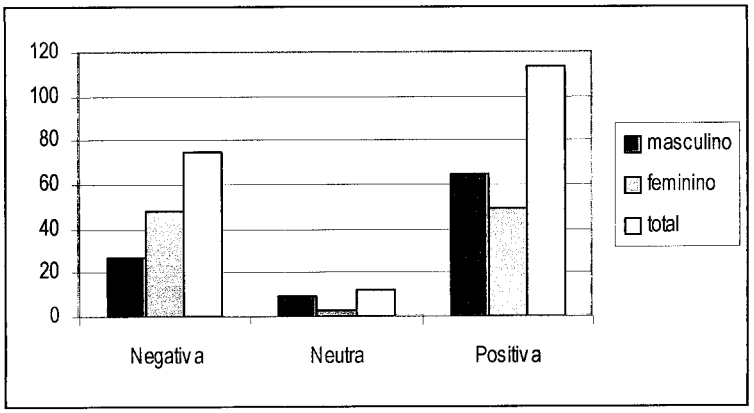


IMAGEM PATERNA

A sub-categoria imagem paterna é referida como negativa 40 vezes pelo género masculino e 39 vezes pelo género feminino, num total de 79 vezes, como neutra 15 vezes pelo género masculino e 7 vezes pelo género feminino, num total de 22 vezes e como positiva 41 vezes pelo género masculino e 30 vezes pelo género feminino, num total de 71 vezes (cfr. Quadro 6.30).

Referida, aproximadamente as mesmas vezes como negativa e como positiva esta sub-categoria é reveladora das diferentes imagens que os adolescentes percepcionam do pai, ou da ambivalência que estes têm em relação à imagem paterna.

B11 com 13 anos lembra o pai: "O meu pai foi preso, deu três facadas a um homem, mas já tinha sido preso por tráfico de droga.... Desde que eu tinha cinco anos que o meu pai foi preso... O meu pai é toxicodependente e traficante."

B 21 de 15 anos refere-se ao pai, embora não querendo falar do assunto: "É um homem mais ou menos. O meu pai também já matou. Foi preso. Não sei mais."

B 32 de 12 anos refere-se ao pai criticando-o: "O meu pai é alcoólico, eu acho que é mal."

SA19 de 14 anos fala do pai e diz: "O meu pai já esteve preso por matar a mãe dele, por volta dos trinta e um, quando matou a mãe. Para aí dois anos esteve preso, mas eu não sei népia."

A imagem que SA21 de 15 anos tem do pai é de que: "Foi o meu pai que me violou." E acrescenta mais à frente: "Vim para cá (Colégio) para me protegerem do meu pai.... O problema dele era esse (álcool) e meter-se comigo."

I 5 de 16 anos diz do pai: "O meu pai é bom, é simpático a dar as coisas, pronto a dividir com os outros."

I 12 de 17 anos violada pelo pai diz: "O meu pai nem tenho nada a dizer. Só a palavra ódio. Não é pai, não é nada. Considero um bicho de mato."

I 20 de 12 anos diz: "O meu pai abusou de mim... No princípio é aquele escândalo "ai a minha filha...", depois parece que é a coisa mais normal do mundo "ele é teu pai..." é como se eu não fosse filha dele..... O meu pai, eu conheço pouco o meu pai. Ele é muito calado e não diz praticamente nada. Acho que uma pessoa que faz isso deve ter uma doença enorme."

Quadro 6.30 –Sub-categoria Imagem paterna

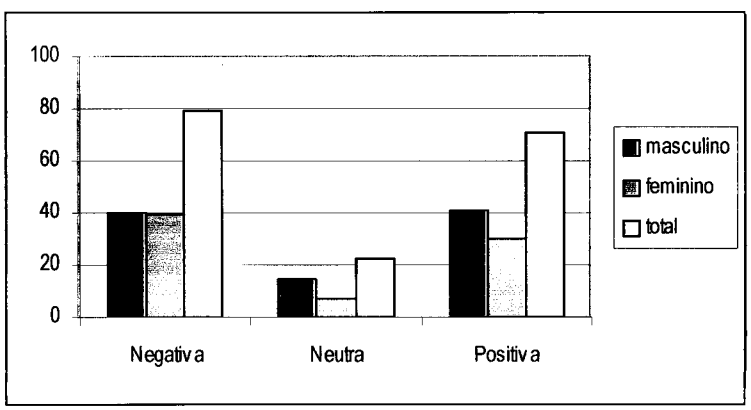


IMAGEM DA FAMÍLIA NUCLEAR

A família tem uma influência determinante no comportamento desviante na adolescência (Tremblay e col. 1996). Esta influência é ainda mais notória, segundo os autores, em famílias com baixo nível sócio-económico. Quando o adolescente tem da família uma imagem negativa, ela não pode constituir um bom modelo de identificação, ainda que os seus sub-sistemas possam constituir modelos a que o adolescente se identifique.

A sub-categoria Imagem da família nuclear é assinala como negativa 19 vezes pelo género masculino e 37 vezes pelo género feminino, num total de 56 vezes, como neutra 7 vezes pelo género masculino, num total de 7 vezes e como positiva 7 vezes pelo género masculino e 1 vez pelo género feminino, num total de 8 vezes (cfr. Quadro 6.31).

Esta sub-categoria não suscita dúvidas, para ambos os géneros a imagem da família nuclear é francamente negativa.

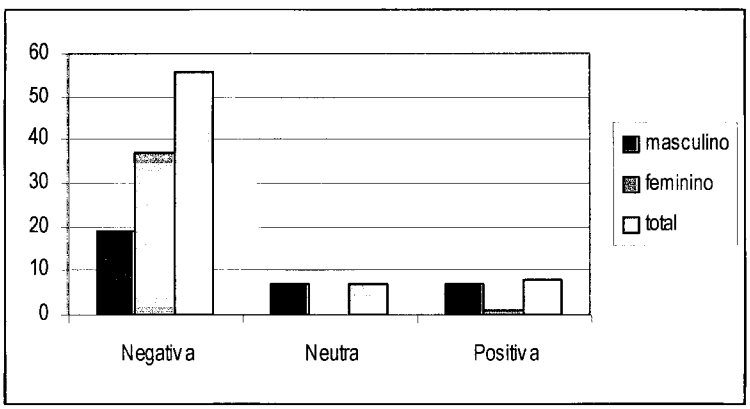
A imagem que SA7 de 13 anos guarda da família nuclear é a de uma mãe que denuncia o pai: "O meu pai andava na droga e bebia muito. Quando ía para casa a minha mãe disse à polícia e ele foi preso, por traficante, dois anos."

C 10 de 17 anos diz: "O meu pai é alcoólico, dava maus tratos e eu não suportei. Pedi para vir para o colégio. A minha mãe metia-se à frente, levava também. Aos meus irmãos já não bate, porque eu falei com ele e disse que quero que os meus irmãos tenham um futuro diferente do que eu tive."

I 10 de 15 anos diz: "O meu pai deu três filhos. Vendeu-os. A gente passava fome, levávamos porrada dos meus pais. Para não ser isso ele deu-os. A mim internou-

me aqui no colégio, desde os treze anos. O meu pai quando vinha bêbado começava a bater à gente. Quando o meu pai batia na minha mãe, ela ia connosco para casa do pai dela."

Quadro 6.31 Sub-categoria Imagem da família nuclear



REACÇÃO DA MÃE AO INTERNAMENTO

A sub-categoria Reacção da mãe ao internamento é assinalada como negativa 8 vezes pelo género masculino, 2 vezes pelo género feminino, num total de 10 vezes, como neutra 7 vezes pelo género masculino e 2 vezes pelo género feminino, num total de 9 vezes e como positiva 17 vezes pelo género masculino e 4 vezes pelo género feminino, num total de 21 vezes (cfr. Quadro 6.32).

Como se pode verificar, para os adolescentes de ambos os géneros a reacção da mãe ao internamento é positiva, embora mais acentuadamente no caso do género masculino. A percepção de que a mãe concorda com um processo de institucionalização, que lhes é desagradável na maior parte das vezes, tem seguramente

repercussões no relacionamento entre os filhos que assim o percepcionam e as respectivas mães.

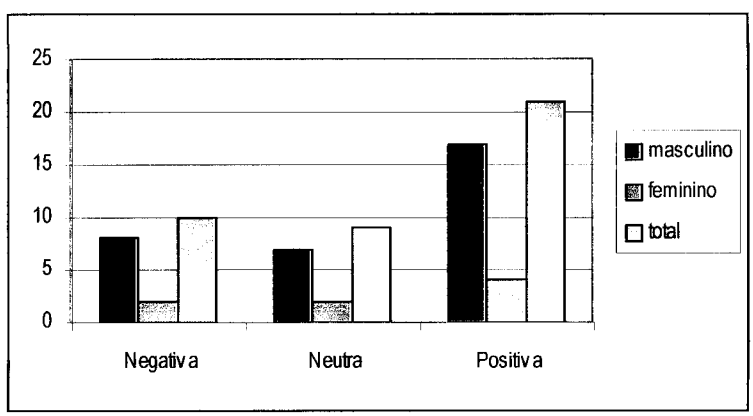
A reacção dos pais ao internamento, embora diferindo, é normalmente de aceitação ou passividade. Raros são os relatos dos adolescentes institucionalizados que falam da resistência por parte dos progenitores ao internamento.

B 27 de 13 anos diz: "Os meus pais não fizeram nada, quando o tribunal disse que eu vinha para cá."

SA8 de 13 anos diz: "Os meus pais acharam bem eu ter vindo para cá. Eu posso sair daqui, como um homem."

C 10 de 17 anos diz: "A minha mãe não gostou que eu viesse para o colégio, o meu pai não gostou mas eu vim."

Quadro 6.32 – Sub-categoria Imagem da reacção da mãe ao internamento



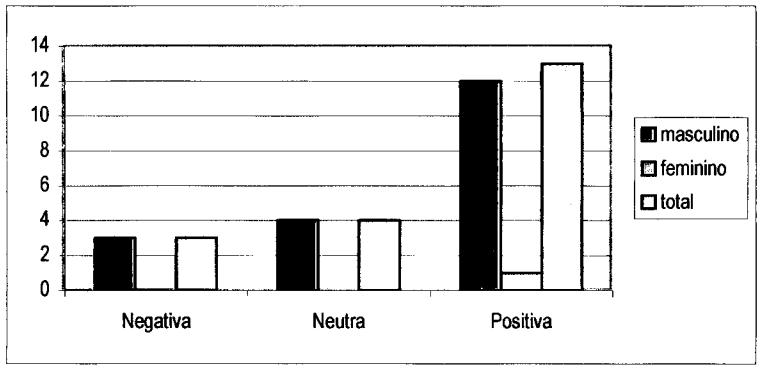
REACÇÃO DO PAI AO INTERNAMENTO

A sub-categoria reacção do pai ao internamento é referida como negativa 3 vezes pelo género masculino, como neutra 4 vezes pelo género masculino e como positiva 12 vezes pelo género masculino e 1 vez pelo género feminino, num total de 13 vezes (cfr.

Quadro 6.33). Para os adolescentes a reacção do pai ao internamento é positiva, bastante mais acentuadamente no caso do género masculino.

Por vezes, os pais têm uma relação ambivalente em relação à institucionalização como o pai de C 13 de 15 anos: "O meu pai já tentou tirar-me daqui. Mas às vezes diz que é bem feito eu estar aqui."

Quadro 6.33 – Sub-categoria Imagem da reacção do pai ao internamento



MEMÓRIAS AFECTIVAS DA MÃE

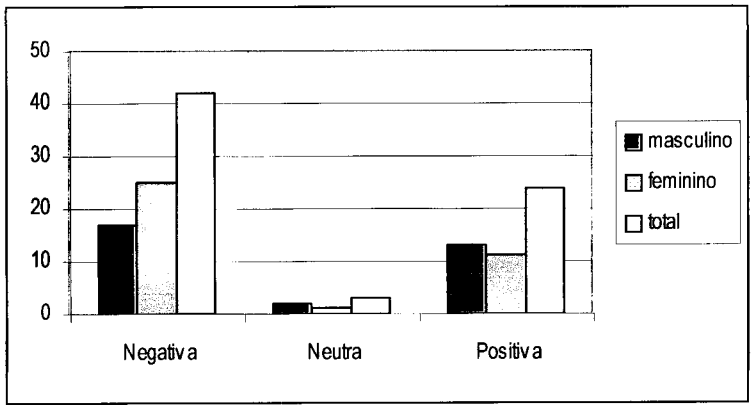
No que diz respeito à sub-categoria memórias afectivas da mãe, ela é assinalada como negativa 17 vezes pelo género masculino e 25 vezes pelo género feminino, num total de 42 vezes, e é assinalada como positiva 13 vezes pelo género masculino e 11 vezes pelo género feminino num total de 24 vezes. É assinalada como neutra apenas 1 vez pelo género feminino e 2 vezes pelo género masculino (cfr. Quadro 6.34).

Como o nome indica, e já atrás foi explicitado, esta sub-categoria refere as memórias do afecto materno que os adolescentes institucionalizados têm da mãe. Elas são, na sua maioria, negativas, para ambos os géneros.

C 1 de 16 anos lembra o afecto da mãe assim: "A minha mãe se eu faltava à escola, era logo porrada nos cornos."

I 24 de 14 anos diz: "A minha mãe também bebe... Eu só quero que ela fique bem. Ela é boa pessoa, gosto dela.... Ela deu-me muito carinho, só que eu não queria receber..."

Quadro 6.34 – Sub-categoria Memórias afectivas da mãe



MEMÓRIAS AFECTIVAS DO PAI

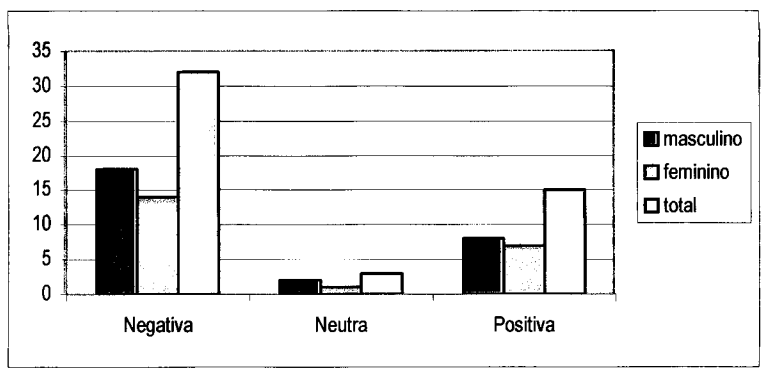
A sub-categoria Memórias afectivas do pai é assinalada como negativa 18 vezes pelo género masculino, 14 vezes pelo género feminino, num total de 32 vezes. Esta sub-categoria é assinalada como positiva 15 vezes, sendo que 8 vezes pelo género masculino e 7 vezes pelo género feminino, e como neutra 2 vezes pelo género masculino e 1 vez pelo género feminino, num total de 3 vezes (cfr. Quadro 6.35). À semelhança da sub-categoria anterior, também esta aparece referenciada prioritariamente como negativa, com as repercussões que esta percepção terá nos adolescentes, nomeadamente na trajectória delinquente.

Bem viva parece a memória afectiva que SA1 com 15 anos tem do pai quando diz: "O meu pai às vezes anda a correr connosco no campo..."

SA8 de 13 anos tem do afecto do pai a seguinte memória: "Esteve na Alemanha, e não nos dava atenção nenhuma, nem dá agora.... O meu pai.... se nós temos algum problema, ele leva tudo à porrada. Ele não gosta de mim. Ele sempre foi contra eu."

C 11 de 16 anos diz: "Lembro-me muito pouco do meu pai. Só me lembro dele no Jardim Zoológico. Lembro-me dele a bater à minha mãe."

Quadro 6.35 – Sub-categoria Memórias afectivas do pai



MEMÓRIAS AFECTIVAS DOS AVÓS

Os avós são, em muitos casos, e principalmente para estes adolescentes, os substitutos dos pais ausentes, por isso, consideramos importante a percepção que os adolescentes deles possam ter. Esta sub-categoria é referida como negativa 1 vez pelo género masculino e 5 vezes pelo género feminino, num total de 6 vezes e como positiva 3 vezes pelo género masculino e 9 vezes pelo género feminino, num total de 12 vezes e 2 vezes pelo género masculino e 1 vez pelo género feminino como neutra (cfr. Quadro 6.36). Como se pode verificar, as referências a esta sub-categoria não são muitas. Ainda

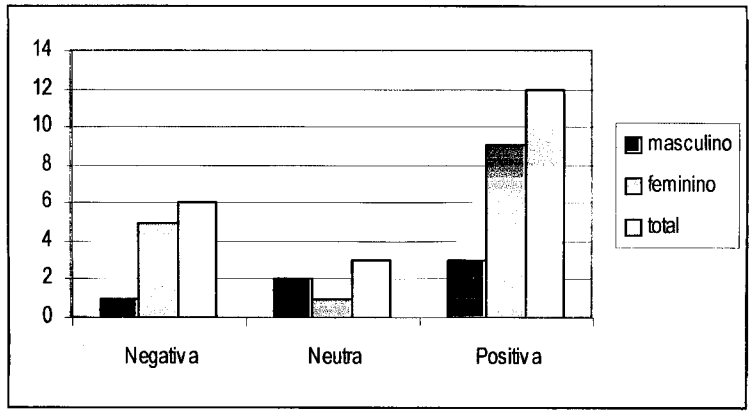
assim, é de assinalar que as raparigas fazem mais referências a esta sub-categoria que os rapazes, talvez porque estejam, na generalidade, mais dependentes dos avós que os rapazes, e no caso de algumas raparigas, porque a sua institucionalização fica a dever-se aos avós, por exemplo na caso de violação pelo avô, como se pode verificar nas entrevistas em anexo.

Nem sempre as memórias afectivas dos avós são positivas, a demonstrá-lo a forma como SA4 de 14 anos se refere à avó: "Foi a minha avó que me meteu aqui. Ela não me gramava e eu também nunca gostei dela.... O meu avô foi preso, por causa da política. A minha avó abandonou os filhos e o meu avô matou-se..... nunca mais vi a minha avó, nem quero."

SA5 de 14 anos lembra a avó dizendo: "Ela sempre foi contra o casamento dos meus pais."

SA6 de 11 anos que tem memórias bem diferentes do avô e da avó lembra assim: "O avô violou-me a mim...." e continua, dizendo da avó: "....Começou a ralhar com ele e ele bateu à minha avó." , acrescenta ainda que mais tarde quando a avó foi hospitalizada "...o avô fez-me outra vez mal, e a minha avó ia a brigar com o meu avô e morreu. Fiquei com o meu avô... o meu avô queria-me matar com mangueiras, machados, batia-me."

Quadro 6.36 – Sub-categoria Memórias afectivas dos avós



MEMÓRIAS AFECTIVAS DE OUTROS FAMILIARES

Atribuímos à sub-categoria Memórias afectivas de outros familiares valor idêntico à sub-categoria anterior, pelos mesmos motivos já assinalados; na ausência dos pais são muitas vezes outros familiares que desempenham o papel de progenitores para estes adolescentes.

Esta sub-categoria é assinalada como negativa 3 vezes pelo género masculino e 9 vezes pelo género feminino, num total de 12 vezes, e como positiva 2 vezes pelo género masculino e 7 vezes pelo género feminino, num total de 9 vezes. Não há referências neutras a esta sub-categoria (cfr. Quadro 6.37).

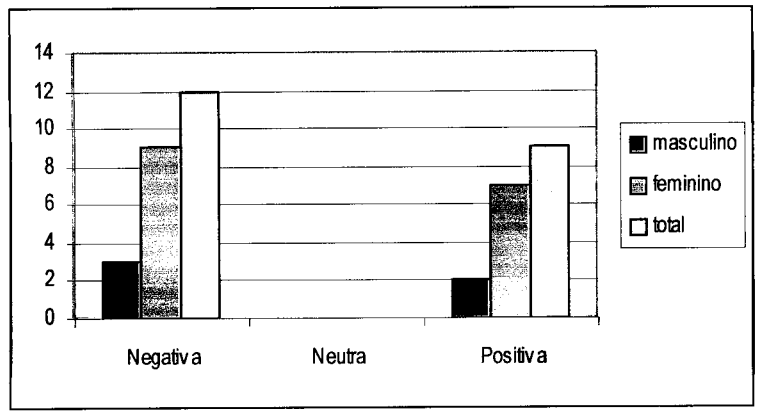
Mais uma vez as referências observadas são inferiores às que esperávamos, o que pensamos decorrer de uma falta de ligação afectiva que estes adolescentes, na realidade, estabeleceram com os seus familiares, mesmo quando estes substituíram os seus progenitores.

SA2 de 15 anos lembra quando morava em casa dos tios: "Eu estava em casa dos meus tios na Maia. Andava a trabalhar ..... Vinha almoçar a casa dos meus tios e não tinha nada e comprei uma pizza e pão na mercearia. À noite o meu tio espancou-me.

SA3 de 15 anos diz: "A minha avó estava no hospital, teve uma trombose. Eu tinha treze anos, andava no quinto ano. Então telefonei para a minha tia e perguntei se me podia aceitar. Ela mandou-me para baixo..... Portava-me mal, o meu tio avisou-me, se faltasse vinha para este colégio."

C 13 de 15 anos diz: "A minha irmã mais velha também me ajuda."

Quadro 6.37 – Sub-categoria Memórias afectivas de outros familiares



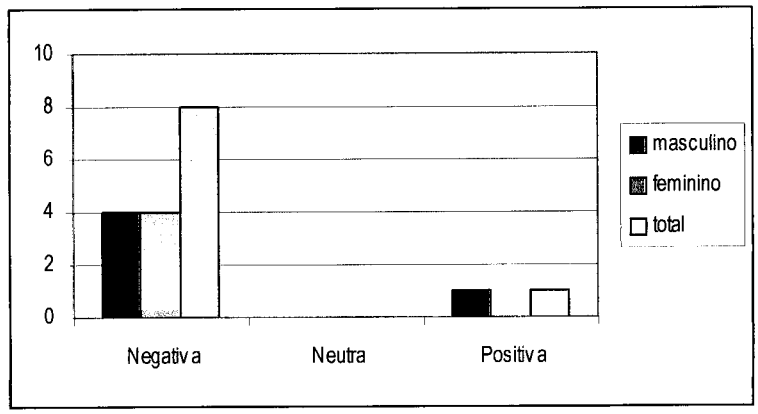
MEMÓRIAS AFECTIVAS DO CONTEXTO

A sub-categoria Memórias afectivas do contexto é a última sub-categoria considerada na categoria FAMÍLIA, mais uma vez é reveladora de que tudo o que é relacionado com o contexto familiar não é percepcionado pelos adolescentes institucionalizados com uma conotação positiva, mas sim prioritariamente negativa. Esta sub-categoria é referida como negativa 4 vezes por cada um dos géneros respectivamente e 1 vez como positiva pelo género masculino (cfr. Quadro 6.38).

As memórias que SA5 de 14 anos tem do contexto, em que residiu são: "era mau ambiente em casa da minha avó."

SA18 de 14 anos diz do contexto da residência: "Não gosto de estar em casa porque é só drogados, naquele bairro, na Biquinha, e eu não gosto de estar lá."

Quadro 6.38 – Sub-categoria Memórias afectivas do contexto



4.3.3 - SUB-CATEGORIAS DA CATEGORIA CONTEXTO ESCOLAR

A negligência disciplinar que se vive nas escolas, a acessibilidade a drogas, ao álcool, a par da ineficácia na aplicabilidade das leis referentes aos jovens, são promotoras de comportamentos delinquentes, principalmente em adolescentes que apresentam uma maior vulnerabilidade e que acabam por ser vítimas ao serem excluídos do contexto escolar. A existência de escolas com "tolerância zero" nos regulamentos em relação às drogas, e violência, e a possibilidade da existência de um corpo docente que se preocupe com o desenvolvimento social e académico dos seus alunos constituem alguns dos factores protectores da delinquência (Kakar 1998).

Verifica-se uma tendência para os adolescentes considerados mais disruptivos serem integrados em escolas com maiores taxas de delinquência e, por sua vez, as taxas de delinquência nas escolas reflectem as suas admissões (Farrington e col., 1990).

O comportamento anti-social na escola é considerado um dos preditores da delinquência (Farrington, 1991). A agressividade física crónica instala-se nos primeiros anos de vida, ainda no pré-escolar, pelo que é necessário que as intervenções ocorram o mais cedo possível ainda durante o processo de desenvolvimento da criança. A intervenção precoce junto de crianças entre os 3 e os 5 anos pertencentes a famílias desfavorecidas tem um impacto a longo prazo no que respeita ao comportamento anti-social e outras formas de inadaptação social. Quanto mais cedo e mais compreensível fôr a intervenção, maior será o impacto na vida futura (Tremblay e col. 1996).

Em relação à categoria **CONTEXTO ESCOLAR** as sub-categorias mais assinaladas pelos adolescentes institucionalizados são:

Nível de escolaridade antes do internamento, relação com os professores, relação com o contexto escolar, memórias afectivas dos professores e da escola.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE ANTES DO INTERNAMENTO

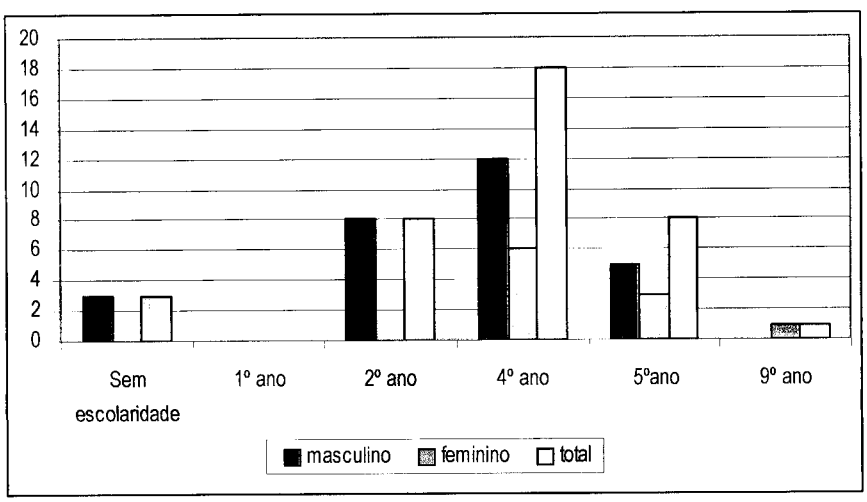
A sub-categoria Nível de escolaridade antes do internamento é assinalada18 vezes, fazendo referência ao 4º ano como nível de escolaridade adquirido antes do internamento, 12 vezes pelo género masculino e 6 vezes pelo género feminino. De assinalar que 3 vezes o género masculino assinala não possuir qualquer nível de escolaridade antes de ingressar na instituição, o que significa que sendo adolescentes de mais de 10 anos, não frequentaram o ensino escolar obrigatório. Por outro lado é bem patente que o 5º ano de escolaridade constitui a fasquia que só alguns adolescentes conseguem transpor (cfr. Quadro 6.39).

SA3 de 15 anos fala da escola e refere-se ao nível de escolaridade que frequentava: "Eu tinha treze anos, andava no quinto ano"

SA7 de 13 anos diz: "Estava no quinto ano em Ermesinde. Reprovei duas vezes."

C 2 de 14 anos lembra: "Faltava à escola... Andava no sétimo ano da Josefa de Óbidos. Reprovei por faltas."

Quadro 6.39 – Sub-categoria Nível de escolaridade obtido antes do internamento



RELAÇÃO COM OS PROFESSORES

A sub-categoria Relação com os professores é referida como negativa 14 vezes pelo género masculino e 1 vez pelo género feminino, num total de 15 vezes. Esta sub-categoria é referida como positiva 4 vezes, só mencionada pelo género feminino. Nunca é referida como neutra (cfr. Quadro 6.40). Estamos em crer que na maioria das trajectórias delinquentes, elas têm o seu início no contexto escolar, diríamos mesmo na

incapacidade no estabelecimento de uma relação, que por vezes se pretende reparadora de uma relação precoce não adequada, entre o professor e aluno.

As relações com os professores quando não são gratificantes facilitam o absentismo. B 24 de 12 anos diz: "Comecei a faltar à escola ..... tinha nove anos..... Foi o primeiro ano na terceira classe. Eu também não gostava da professora, era parva. Dava mais atenção aos outros do que a mim."

B 30 de 13 anos diz: "Fiz a quarta classe, no meu bairro. Reprovei três vezes, não ía à escola, não queria fazer nada. Às vezes a minha professora batia-me, eu tinha preguiça de fazer as coisas."

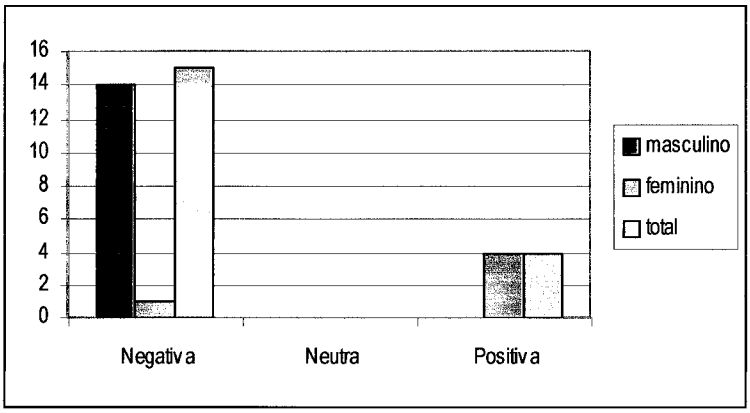
B 32 de 12 anos lembra assim a sua relação com os professores: "Eu não ía à escola, chamava nomes aos professores. Ameacei com uma cadeira ao professor."

C 5 de 15 anos diz: "Tratava mal os professores. Chateavam-me a mim também, chateava a eles...."

C 13 de 15 anos relata a sua relação com uma professora: "Desisti da escola. A professora inventou que eu queria raptar a filha dela. Provou-se em tribunal que era mentira. Eu tinha doze anos e andava no quinto ano. Ela apresentou queixa na polícia. O conselho directivo não me expulsou."

Por vezes os professores são os adultos mais próximos em quem se pode confiar: I 9 de 15 anos ficou grávida quando tinha doze anos e os pais, como diz: "...puseram-me na rua... Fui para a escola e contei às professoras. Falaram entre elas e chamaram o meu pai e elas encontraram o Colégio."

Quadro 6.40 – Sub-categoria Relação com os professores



RELAÇÃO COM O CONTEXTO ESCOLAR

A sub-categoria Relação com o contexto escolar é referida como negativa 42 vezes pelo género masculino e 11 vezes pelo género feminino, num total de 53 vezes, e como neutra 1 vez pelo género masculino. Esta sub-categoria é referida como positiva, 1 vez pelo género feminino e 2 vezes pelo género masculino (cfr. Quadro 6.41).

Estes resultados vêm reforçar os resultados obtidos na sub-categoria anterior.

B3 de 14 anos fala da sua relação com a escola da seguinte forma: "Eu não ia à escola.... Desde a 3ª classe, com oito anos já não voltei à escola. Eu ia e depois fugia."

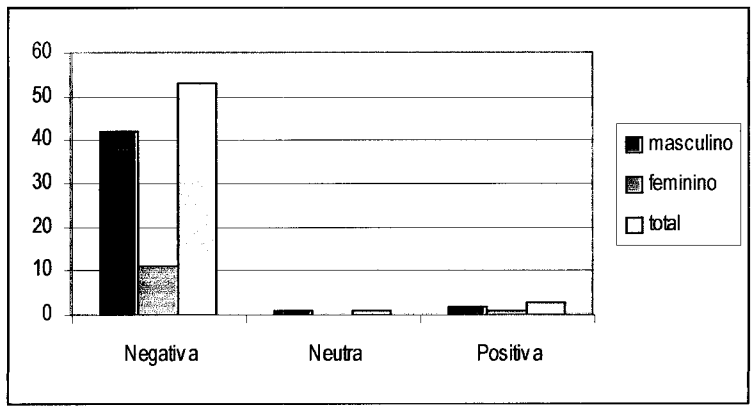
B 12 de 11 anos atribui à escola o motivo da sua institucionalização "Eu estou cá por causa da escola. Na terceira classe saltava da escola, dava porrada na professora. Chumbei quatro ou cinco vezes."

A relação com a escola e a auto exclusão da mesma vêm muito associadas à trajectória delinquente. B 14 de 17 anos lembra: "Eu fazia furtos, comida em supermercados, faltava à escola, nem ia, andava na rua. Com dez anos ainda estava na primeira classe."

Para B 20 com 15 anos o absentismo à escola teve o seu início muito cedo: "Eu não ia à escola, logo no princípio na primeira classe..... Não gostava de aprender, o que eles queriam ensinar.... Deixei de ir à escola."

C 5 de 15 anos diz que tratava mal os professores e não só: "... Fui expulso .... Na escola eu andei à porrada, e a partir daí os outros é que faziam e eu é que pagava. O Conselho Directivo dava suspensões porque eu batia nos mais pequenos.... A escola é chata, nunca gostei da escola. Estou ali horas e horas fechado numa sala. Às vezes não percebo nada das perguntas das professoras e elas continuam..."

Quadro 6.41 – Sub-categoria Relação com o contexto escolar



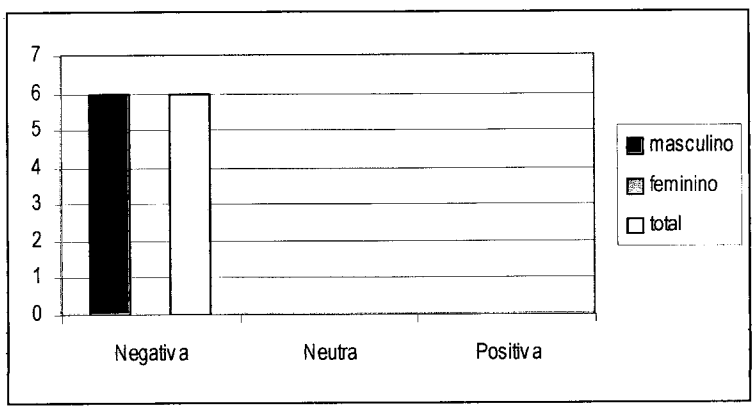
MEMÓRIAS AFECTIVAS DOS PROFESSORES

A sub-categoria Memórias afectivas dos professores é referida como negativa 6 vezes pelo género masculino, não apresentando quaisquer outras referências, o que mais uma vez confirma o peso que a problemática escolar tem no processo da trajectória delinquente (cfr. Quadro 6.42).

SA7 de 13 anos lembra assim o contexto escolar e os professores: "Eu faltava à escola, porque não gostava. As *soutôras* eram chatas."

SA18 de 14 anos lembra o que aconteceu na escola que frequentava antes de ser institucionalizada: "Virei-me ao *soutôr* do Conselho Directivo, na escola de Matosinhos. Ele deu-me duas chapadas. Isto não é assim à toa! Ele não é meu pai para me bater! Eu comecei-lhe a dar pontapés, socos. Ele chamou a polícia, e a polícia levou-me, a mim e ao meu colega, e fomos a tribunal e viemos aqui parar. Porque eu não ia às aulas. Mas se ele me pertencesse, mas não é... se eu também chegasse à beira do filho dele e pumba, pumba, o matasse de porrada, ele também não gostava."

Quadro 6.42 – Sub-categoria Memórias afectivas dos professores



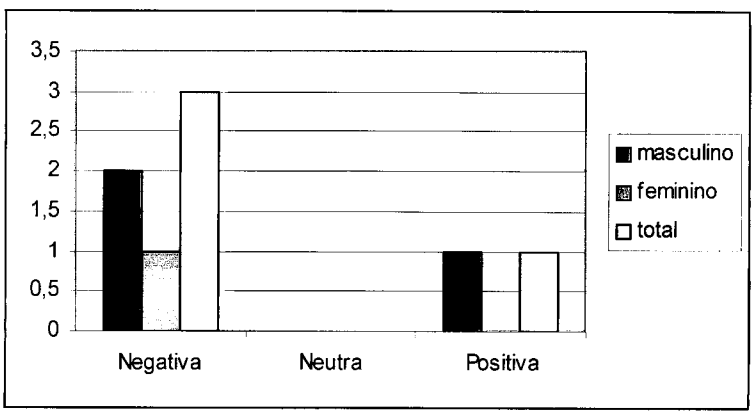
MEMÓRIAS AFECTIVAS DA ESCOLA

A sub-categoria memórias afectivas da escola é referida como negativa 2 vezes pelo género masculino e 1 vez pelo género feminino, e como positiva apenas 1 vez pelo género masculino (cfr. Quadro 6.43).

A relação que estes adolescentes estabeleceram com a escola é francamente desprovida de afecto, por isso não lhe foi gratificante e da sua permanência neste contexto guardam memórias negativas.

SA8 de 13 anos lembra o que se passava na escola: "Só me portava mal, virava-me aos colegas e perturbava as aulas e depois vinha cá para fora."

Quadro 6.43 –Sub-categoria Memórias afectivas da escola



4.3.4 - SUB-CATEGORIAS DA CATEGORIA CONTEXTO INSTITUCIONAL

Farrington e col.(1990), no estudo de Cambridge analisando os efeitos da condenação no comportamento delinquente, concluíram que se as condenações tiverem um efeito desencorajante ou reformativo, o comportamento delinquente do sujeito deverá diminuir, depois de aplicada a sanção. Se a condenação tiver um efeito estigmatizante ou contaminador, o que, estamos em crer, se verifica na maioria dos casos dos adolescentes institucionalizados em Portugal, o comportamento delinquente do indivíduo aumentará depois deste ser condenado.

O autor testou estas hipóteses, através do estudo de auto-relatos de infracções

antes e depois dos sujeitos serem condenados pela primeira vez, tendo concluído que os rapazes condenados pela primeira vez, entre as idades de 14 e 18 anos, aumentaram, mais tarde, o seu auto-relato de infracções em comparação com a situação anterior à institucionalização e comparativamente a um grupo de infractores não condenados.

O mesmo resultado foi obtido com rapazes em que as primeiras condenações ocorreram entre os 18 e os 21 anos.

Face ao avançado estado do estudo sobre os preditores da delinquência, parece-nos que fácil será concluir que a aplicação de programas de prevenção deverá incidir nestes preditores, nomeadamente na privação económica, através da assistência social, no insucesso escolar, mediante uma intervenção no contexto escolar e nos comportamentos parentais através de programas de intervenção junto dos pais e no contexto familiar.

Em relação à categoria **CONTEXTO INSTITUCIONAL** as sub-categorias mais assinaladas pelos adolescentes institucionalizados são:

Nível de escolaridade actual, número de internamentos, fugas da instituição, visitas à família após internamento, relação com os técnicos, relação com a Instituição/Colégio, com o Juiz/Tribunal e com a Polícia.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE ACTUAL

Os adolescentes institucionalizados encontram-se entre os "perdedores" da nossa sociedade, quer do ponto de vista económico, quer social. Serão excluídos do mercado de trabalho, dadas as poucas qualificações que possuem, e a comprová-lo o nível de

escolaridade que estes adolescentes possuem, quer quando são institucionalizados, quer quando atingem a idade adulta. A sua reinserção social será feita com base em "handicaps" como não terem graus académicos, não terem experiência profissional, nem influência política.

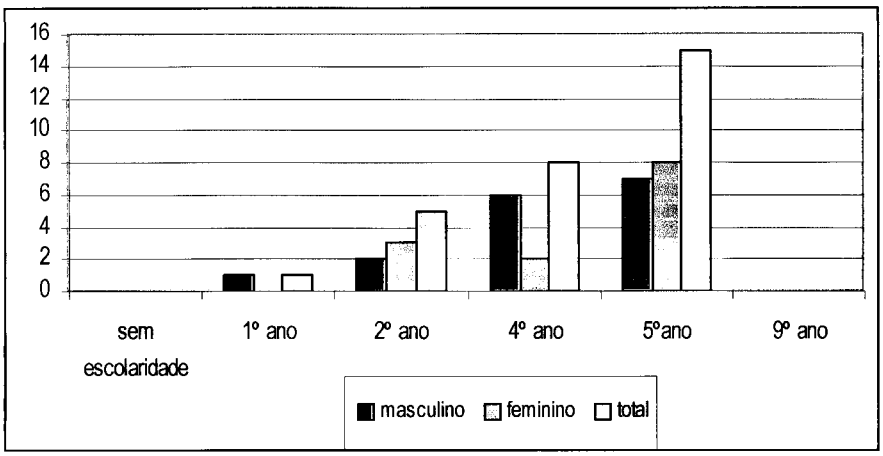
A sub-categoria Nível de escolaridade actual é referida pelo género masculino 1 vez como frequentando actualmente o 1º ano, 2 vezes o 2º ano e 6 vezes o 4º ano e 7 vezes o 5º ano. O género feminino refere o 2º ano 3 vezes, o 4º ano 2 vezes e o 5º ano 8 vezes. Este ano é assinalado mais vezes por ambos os géneros num total de 15 vezes. Verifica-se que, depois de darem entrada na instituição, os adolescentes vão transitando de ano, ainda que as referências para além do 5º não se verifiquem (cfr. Quadro 6.44).

SA5 de 14 anos refere-se ao nível de escolaridade que possui actualmente: "Fiz o sexto ano cá dentro. O sétimo lá fora, aqui não há. Na Irene Lisboa."

SA 13 de 16 anos diz: "Cá no colégio estou no ensino recorrente. Estou a tirar um curso de cozinha e pastelaria."

C 7 de 16 anos refere o nível de escolaridade actual: "Eu ando no primeiro ano do ciclo. Aos dez anos reprovei e não fui mais à escola. Eu nem dinheiro tinha para os livros. A minha mãe não quis pedir, não tinha tempo para ir."

Quadro 6.44 – Sub-categoria Nível de escolaridade actual



NÚMERO DE INTERNAMENTOS

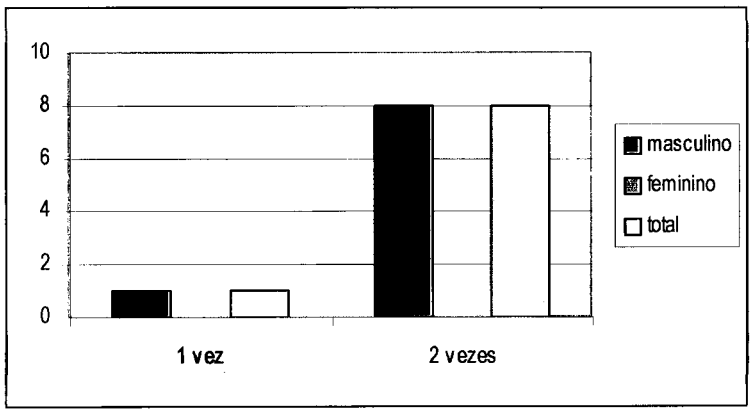
Quanto à sub-categoria Número de internamentos, o género masculino refere 1 internamento 1 vez. As outras referências a internamentos são sempre em relação a 2 ou mais internamentos, no caso do género masculino 8 vezes, o género feminino não faz qualquer referência ao número de internamentos (cfr. Quadro 6.45). Esta sub-categoria permite-nos verificar que, no caso dos rapazes, as recidivas ocorrem com frequência.

C 3 de 15 anos vai no segundo internamento: "Estive três dias no COAS, e depois vim para aqui. Lá em cima batiam-me e eu era bem comportado, mandaram-me para aqui."

C 5 de 15 anos diz: "Fui para um colégio no COAS, quatro dias. E depois vim para aqui..."

A mobilidade inter-colégios é grande, C 14 de 14 anos diz; "Vim para cá há quinze dias. Estive no Colégio da Bela Vista uma semana e três dias."

Quadro 6.45 – Sub-categoria Número de internamentos



FUGAS DA INSTITUIÇÃO

À questão da reincidência vem associada a das condenações e da eventual reinserção social. O processo de reincidência inicia-se ainda no período de intitucionalização, o que é patente nas fugas constantes, quer dos rapazes, quer das raparigas, como se pode verificar pelos resultados obtidos na sub-categoria Fugas da Instituição.

Esta sub-categoria surge assinalada 4 vezes pelo género masculino e 1 vez pelo género feminino como não tendo fugas, e 5 vezes pelo género masculino e 4 vezes pelo género feminino como tendo fugido 1 ou 2 vezes da instituição. Quanto às fugas mais de 2 vezes, o género masculino refere-as 6 vezes e o género feminino 5 vezes. Como se pode verificar num total de 11 vezes são referidas fugas mais de duas vezes da Instituição (cfr. Quadro 6.46). Para além de ser uma prática destes adolescentes a fuga quando ainda não estavam institucionalizados, tendo o internamento em alguns casos ocorrido precisamente por esse motivo, não deixa de parecer estranho a facilidade com que parece ser possível a ocorrência destas fugas.

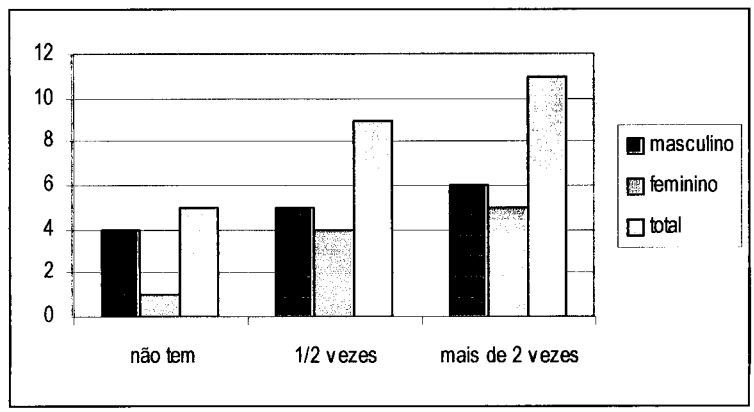
B 24 de 12 anos diz: "Já fugi daqui dez vezes. Eu não gosto de estar aqui. Mas agora já não fujo mais, só agravo. Quantos mais papéis de fugas forem para o meu processo, mais pior é..... Eu andava sempre a fugir. Vou daqui a Lisboa. Na Lourinhã apanho boleia para Torres e depois peço uma moedinha, meto-me no expresso para Santarém. A minha casa é ao pé da rodoviária. Este ano como fugi muito, chumbei...."

SA20 de 13 anos diz: "Já fugi duas vezes, não gostava de aqui estar. Fui para a minha avó. Ela disse ao meu pai e ele veio-me cá trazer."

C 5 de 15 anos não estava preparado para aceitar as normas do Colégio: "Cá no Colégio, porque não me deixavam ir passar o fim de semana, então eu fugia..."

I 6 de 15 anos logo a pós a institucionalização iniciou um processo de fugas: "Eu vim para cá com catorze anos, há um ano. Estive de fuga dez meses."

Quadro 6.46 – Sub-categoria Fugas da Instituição



VISITAS À FAMÍLIA/SUBSTITUTOS APÓS INTERNAMENTO

Quanto à sub-categoria Visitas à família após internamento, verifica-se que o género feminino apresenta um nível elevado, 8 vezes, em nunca visita a família. O

género masculino apresenta valores mais elevados, 11 vezes para a visita semanal, embora também haja rapazes que referem, 5 vezes, nunca visitarem a família (cfr. Quadro 6.47). Consideramos que as visitas à família são essenciais ao processo de reintegração social e familiar do adolescente, pelo que estes resultados se nos afiguram preocupantes.

As visitas à família e a sua periodicidade apresentam uma grande variação nestes jovens. B 19 de 14 anos que vivia com a avó, porque os pais estão presos, diz: "A minha avó está doente, está internada no hospital, não tem visitas. Ao fim de semana vou a casa da minha tia que é irmã da minha mãe."

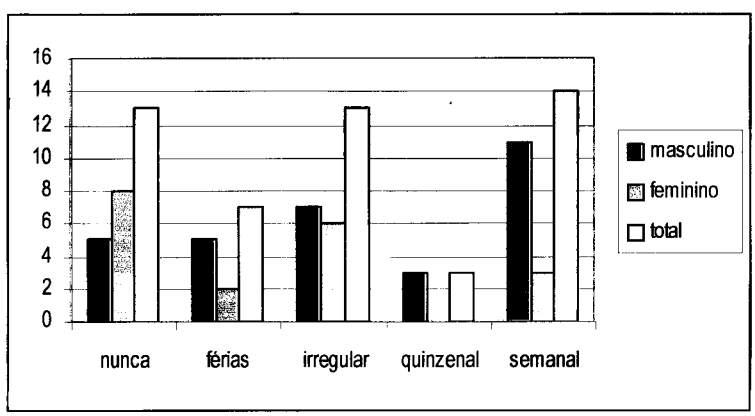
B 20 de 15 anos diz: "Eu vou a casa nos fins de semana ou de quinze em quinze dias."

B 28 de 13 anos diz: "Nunca vou a casa. A minha mãe veio ao Colégio duas vezes. Não vou passar os fins de semana a lado nenhum."

SA9 de 11 anos só vai a casa nas férias: "Só vou a casa nas férias. Aos fins de semana fico cá. Quando é férias vou a casa da minha mãe e das minhas tias."

SA11 de 12 anos diz: "A minha mãe vem cá ao domingo. Nunca vou a casa."

Quadro 6.47 – Sub-categoria Visitas à família/substitutos após internamento



RELAÇÃO COM OS TÉCNICOS

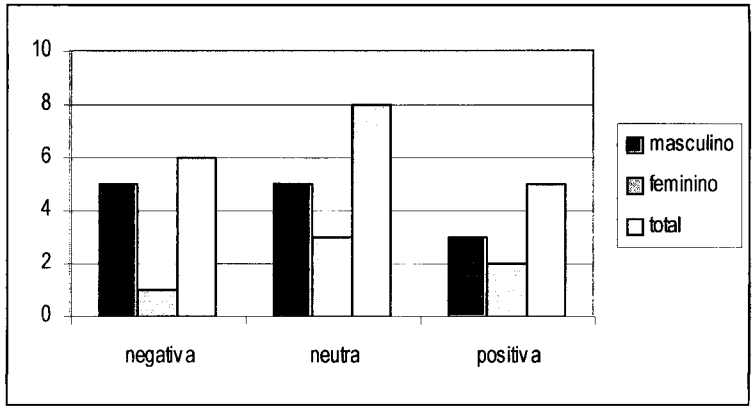
A sub-categoria Relação com os técnicos é assinalada como negativa 5 vezes pelo género masculino e 1 vez pelo género feminino, num total de 6 vezes. Como neutra 5 vezes pelo género masculino e 3 vezes pelo género feminino, num total de 8 vezes. E como positiva 3 vezes pelo género masculino e 2 vezes pelo género feminino, num total de 5 vezes. O género masculino refere mais esta sub-categoria e também o faz mais de forma negativa que o género feminino(cfr. Quadro 6.48).

Embora fosse desejável que os adolescentes estabelecessem relações positivas com os técnicos, parece-nos que os resultados não são, na generalidade, muito negativos.

SA16 de 17 anos diz que queria sair de casa e por isso veio para o Colégio e acrescenta: "Eu não gosto de falar isso com ninguém, só com uma pessoa, a doutora Isabel."

B 18 de 16 anos fala dos diferentes técnicos da instituição: "O Director diz que está sempre ao telefone e as doutoras estão sempre ocupadas. Nunca falam connosco, não sabem.... doutoras mas não tiraram o curso... Dizem que fazem reuniões e não fazem...."

Quadro 6.48 – Sub-categoria Relação com os técnicos



RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO/COLÉGIO

A sub-categoria Relação com a Instituição que é assinalada como negativa 22 vezes pelo género masculino e 9 vezes pelo género feminino, num total de 31 vezes. Esta sub-categoria é assinalada como positiva 20 vezes pelo género masculino e 8 vezes pelo género feminino, num total de 28 vezes (cfr. Quadro 6.49).

Como se pode verificar, existe uma grande ambivalência em relação à Instituição/Colégio. Se por um lado os adolescentes não gostam de estar institucionalizados, por outro lado compreenderão, nalguns casos, que é preferível esta situação a estarem como estavam, com as suas famílias

B 2 justifica as suas fugas do Colégio com os problemas que ali encontra: "Já fugi do Colégio muitas vezes... Às vezes estou farto de estar aqui, vou vadiar... Às vezes há problemas aqui...."

O período de institucionalização funciona, não raras vezes, como uma fase de aprendizagem de condutas delinquentes. B 13 de 15 anos demonstra-o ao afirmar: "A roubar comecei quando vim para aqui, às vezes aos colegas, coisas, dinheiro... assaltava casas daqui ao pé, roubava dinheiro, se lá houvesse, e coisas valiosas. Vendo numa

ourivesaria. O dinheiro é para me orientar, para tabaco e por aí fora..... Haxe fumo lá em casa, nos fins de semana. Uns amigos arranjam-me. Ou quando os colegas daqui trazem de fim de semana e me chamam para fumar com eles." Estas aprendizagens facilitam o processo de integração no grupo de pares institucionalizado, potencializando, muitas vezes, o grau de perigosidade das condutas delinquentes.

B 18 de 16 anos fala da sua relação com o colégio nestes termos: "Já fugi. Vou para casa, outras vezes entrego-me.... Quando volto não me acontece nada.... cortam a semanada. Isto qualquer dia é uma prisão.... fecham as portas. Tá bem que alguns portam-se mal.... mas esses é que deviam ter castigo. "

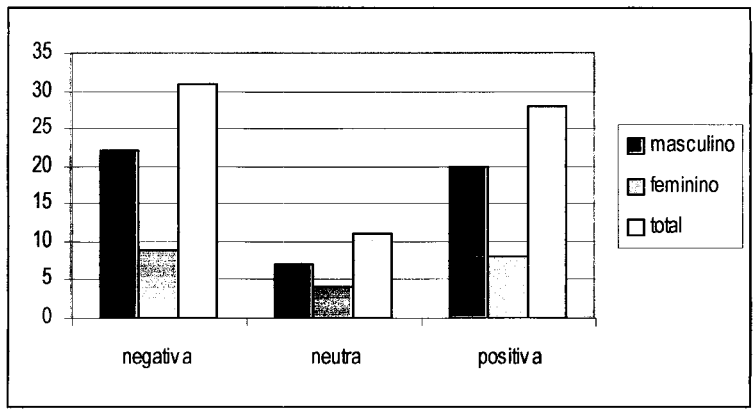
Progressivamente os adolescentes institucionalizados vão interiorizando as normas e aprendendo a funcionar com a dinâmica institucional. B 24 de 12 anos diz: "Já fugi daqui dez vezes. Eu não gosto de estar aqui. Mas agora já não fujo mais, só agravo. Quantos mais papéis das fugas forem para o meu processo, mais pior é. Eu se me portar bem, posso-me ir embora aos 16 anos, se não só aos 18 anos."

Alguns tentam tirar partido da situação, como B 24 que ainda acrescenta: "Se eu tiver aqui, ganho futuro e emprego e aprendo mais coisas. Aqui posso aprender várias coisas e sair daqui com futuro."

B 25 de 16 anos parece ter sido "apanhado" pela instituição: "Eu pedi par vir estudar. Só. E agora quero-me ir embora e eles não me deixam. Eu não gosto destes colégios, só se aprende maus vícios. A roubar, a fumar droga. Só quem está cá é que sabe o que se passa, o sofrimento..."

C 1 de 16 anos transmite-nos a relação que tem com o colégio na pergunta que nos faz: "A senhora alguma vez punha o seu filho num colégio?"

Quadro 6.49 – Sub-categoria Relação com a Instituição/Colégio



RELAÇÃO COM O JUIZ/TRIBUNAL

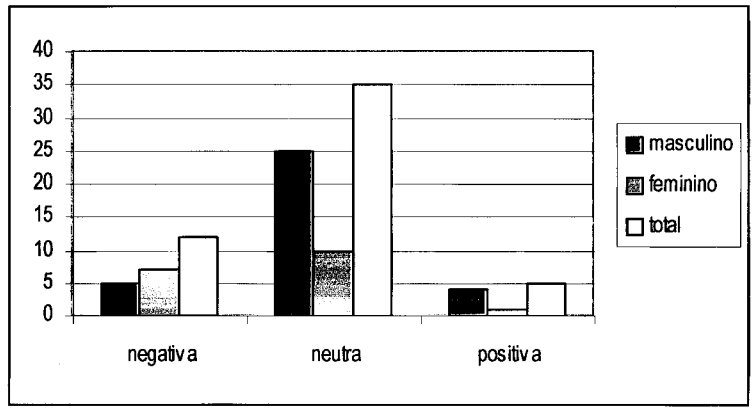
A sub-categoria Relação com o juiz/Tribunal é assinalada como negativa 5 vezes pelo género masculino e 7 vezes pelo género feminino, num total de 12 vezes. Como neutra 25 vezes pelo género masculino e 10 vezes pelo género feminino, num total de 35 vezes. Como positiva 4 vezes pelo género masculino e 1 vez pelo género feminino, num total de 5 vezes (cfr. Quadro 6.50). É interessante verificar a percepção neutra que os adolescentes têm em relação ao Juiz/Tribunal, percebendo que é a entidade que detém o poder, para os manter, ou não, institucionalizados.

B 10 com 17 anos lembra: "...andei num colégio na Remar (instituição para tratamento de toxicodependentes), porque se enganaram e puseram-me lá, durante dois ou três anos. O tribunal enganou-se, ou não tinham sítios e para eu não andar na rua..."

SA7 de 13 anos gostaria de ir para outro colégio, tal como os seus pais, mas segundo ele o tribunal não quer. "Os meus pais querem que eu vá para Vila do Conde, mas o tribunal não quer."

SA12 de 14 anos diz: "A minha mãe não queria que eu viesse, foi a Dr.ª Juíza que disse para eu ficar."

Quadro 6.50 – Sub-categoria Relação com o juiz/Tribunal



RELAÇÃO COM A POLÍCIA

Embora as detenções policiais não sejam um bom indicador de comportamento delinquente na adolescência, porque, por vezes, não se é detido pelos actos transgressivos mais graves que se cometeram, e adolescentes há que são detidos sem terem cometido transgressões graves, contudo, existe uma associação entre as detenções e a frequência e gravidade do comportamento delinquente (Hindelang, Hirschi & Weiss, 1981).

A sub-categoria Relação com a Polícia é assinalada como negativa 12 vezes pelo género masculino e 2 vezes pelo género feminino, num total de 14 vezes. Como neutra 28 vezes pelo género masculino e 14 vezes pelo género feminino, num total de 42 vezes. E como positiva 2 vezes pelo género masculino e 3 vezes pelo género feminino, num total de 5 vezes (cfr. Quadro 6.51).

Tal como em relação à sub-categoria anterior, a neutralidade em relação à Polícia também nos parece um dado interessante.

Vários são os adolescentes que referem a sua relação com a polícia. B2 explicitando como procede a polícia quando o detem nas fugas que faz do colégio, diz: "A polícia algema-nos e leva-nos para a esquadra. O subchefe depois é que sabe... se tiver 16 anos vai para julgamento. Se não tiver, vai os meus pais buscar ou venho para o colégio."

B 3 com 14 anos diz: "A Judiciária pôs-me no Governo Civil, meteram-me na cela e no dia seguinte fui para o tribunal de menores e depois para o colégio."

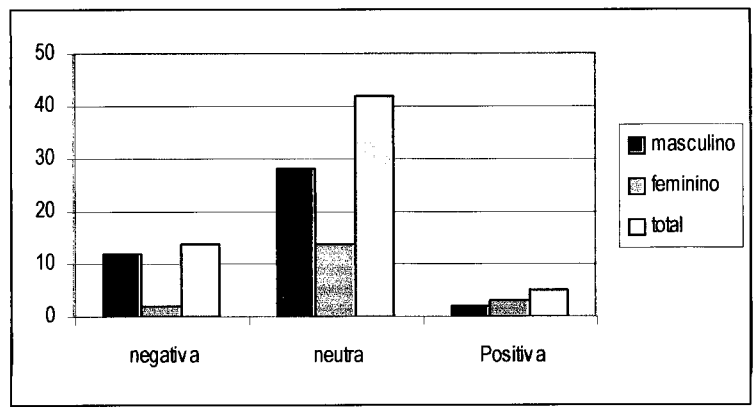
B 9 com 14 anos relata o que ocorreu quando foi detido pela polícia: "... foram a minha casa e levaram-me para o posto. Começaram lá a dizer o que é que eu tinha roubado. Foi várias vezes, às vezes batiam-me com o cacetete."

Alguns adolescentes consideram que têm algumas "contas" a ajustar com a polícia, como B 14 de 17 anos que diz: "Fui apanhado pela polícia, mas mandavam-me embora. Batiam-me. Ainda há um que eu quero apanhá-lo, não o esqueço. Batiam com cacetete."

Outros lembram como diversão algumas passagens em que foram intervenientes juntamente com a polícia, como SA18 de 14 anos: "O meu primo era assim "vamos embora assaltar". Eu ficava sempre cá fora, no Continente é que nada. No café, aparece a "bófia", e nós fugimos por ali a baixo, e não largámos os sacos. A polícia chegou a caçar um saco, nós tínhamos cinco sacos." E recorda também como foi quando assaltou uma garagem: "Eu fiquei todo tonto. O meu colega apanhou uma moca. Eu via muitas pessoas. Fui para o hospital e a polícia levou-nos a casa. E avisaram que tinhamos processo já na tutoria."

C 18 de 13 anos relata: "Foram os polícias que me trouxeram. Apanharam-me com haxixe nos bolsos. Eu tinha encontrado no bairro e ia vender. Fizeram uma rusga e apanharam mais um. O outro já vinha do tribunal, no outro dia pegaram e levaram para o tribunal outra vez."

Quadro 6.51 – Sub-categoria Relação com a Polícia



4.3.5 - SUB-CATEGORIAS DA CATEGORIA GRUPO DE PARES

Sendo a adolescência uma fase da vida com importantes mudanças sociais e biológicas, é habitual, nesta fase, surgirem comportamentos de experimentação que podem ser etiquetados como comportamentos delinquentes.

Assim se explica o aumento de agressividade física e violenta, em jovens adolescentes, e, consequentemente, o aumento de infracções ou mesmo de actos delinquentes.

A interacção com outros anti-sociais aumenta o risco de futuros comportamentos delinquentes (Farrington, 1991).

O envolvimento com grupos de pares cuja conduta pressupõe a persistência de um comportamento delinquente propicia ao adolescente uma entrada fácil na

delinquência, ou seja, a interacção com pares ou adultos anti-sociais promove o envolvimento de adolescentes, especialmente com traços de agressividade, na delinquência.

Não esqueçamos, contudo, que embora o grupo de pares do adolescente tenha um espaço privilegiado, nesta fase de desenvolvimento, quanto menos efectiva for a presença dos progenitores, mais o espaço deixado por estes será invadido por aqueles, e mais propícia se torna a potencialização do envolvimento na delinquência.

A associação a companheiros sem cadastro criminal parece funcionar como um factor de diminuição de comportamentos delinquentes.

Por seu turno, o afastamento dos centros urbanos parece ser igualmente propício à recessão de comportamentos desviantes no adolescente, eventualmente pelo afastamento do grupo de delinquentes.

Em relação à categoria **GRUPO DE PARES** as sub-categorias mais assinaladas pelos adolescentes institucionalizados são as seguintes:

Relação com o grupo de pares no exterior, relação com o grupo de pares na Instituição e relação com namorado (a).

RELAÇÃO COM O GRUPO DE PARES NO EXTERIOR

A sub-categoria Relação com o grupo de pares no exterior é assinalada 70 vezes. Pelo género masculino como negativa 15 vezes, como neutra 4 vezes e como positiva 31 vezes. O género feminino não assinala esta sub-categoria, nem como negativa, nem como neutra apenas como positiva 20 vezes(cfr. Quadro 6.52).

É na referência ao grupo de pares no exterior que melhor se compreende como estas relações eram gratificantes para a generalidade dos adolescentes institucionalizados, ainda que na maioria dos casos fossem também elas que motivaram a institucionalização.

As fugas da instituição vêm normalmente propiciar a reaproximação a grupos desviantes, B 13 de 15 anos diz: "Fiquei fugido durante um ano, vivia numa casa velha em Lisboa com cinco amigos. Andávamos a pedir."

É também do grupo de pares que os adolescentes institucionalizados sentem a falta, por isso o seu discurso é povoado de referências aos amigos. B 30 de 13 anos diz: "...do meu grupo só um amigo é que atendia clientes no Parque Eduardo VII."

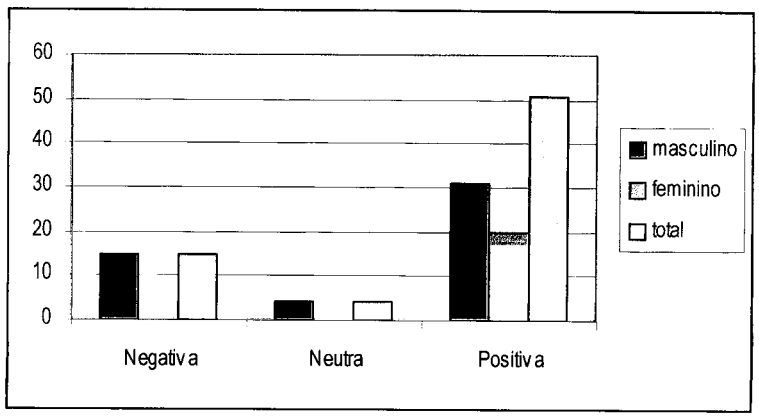
SA11 de 12 anos institucionalizada por ter sido violada aos 10 anos pelo pai nunca vai a casa, mas lembra a melhor amiga: "A minha melhor amiga chama-se Esperança."

SA20 de 13 anos diz: "Andava com más companhias. Andava a fumar tabaco. Muitas vezes dormia em casa *duns* colegas meus, do bairro do Viso..... Se eu não me juntasse às más companhias...."

C 2 de 14 anos faltava à escola: "... ia passear com amigos, era as companhias."

C 6 de 15 anos lembra: "Andava na rua até à meia noite, ia para o pé da namorada e dos amigos nas Laranjeiras. Jogava à bola ou estava com amigos do bairro, mais velhos a conversar, ao pé da discoteca."

Quadro 6.52 – Sub-categoria Relação com o grupo de pares no exterior



RELAÇÃO COM O GRUPO DE PARES NA INSTITUIÇÃO

A sub-categoria Relação com o grupo de pares na Instituição é assinalada como negativa 6 vezes pelo género masculino e 2 vezes pelo género feminino, num total de 8 vezes, como neutra 2 vezes apenas pelo género masculino e como positiva 9 vezes pelo género masculino e 6 vezes pelo género feminino, num total de 15 vezes (cfr. Quadro 6.53). Como se pode verificar, as relações que os adolescentes estabelecem na instituição, com os seus pares, não são referenciadas como tão gratificantes, como aquelas que estabeleceram no exterior, antes da institucionalização.

Na institucionalização as relações com o grupo de pares nem sempre são fáceis, à semelhança do que se passa noutros colégios internos, para onde vão os meninos das "boas famílias".

B 4 com 12 anos diz: "Há aqui gajos que abusam, começam-me a bater, dão-me socos."

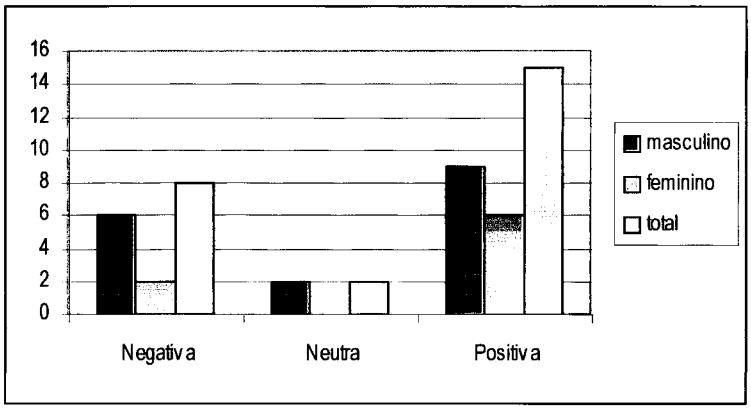
B 7 com 14 anos diz: "Quando os quartos estavam abertos, os mais velhos íam lá para o meu quarto à noite para me apalpar..... Era só apalpar, mais nada...."

C 4 de 15 anos tem dificuldades em perceber a amizade: "Todos os que estão cá dentro, são meus amigos. Amigos, amigos não é bem... Ao pé de minha casa tenho amigos. Amigos.... só eu mesmo."

C 17 de 16 anos diz: "Quando vim para cá comecei a fumar charros. Eu andava sempre com os mesmos, são de Laveiras e eles fumam e eles diziam que eu ia *"chibar"* e fumei."

I 1 de 17 anos diz: "Quando entrei para aqui, as miúdas batiam-me muito. Quando fui a casa já não vim.... não voltei ao colégio, durante oito meses..."

Quadro 6.53 – Sub-categoria Relação com o grupo de pares na Instituição



RELAÇÃO COM NAMORADO (A)

A sub-categoria Relação com o namorado(a) é referida como neutra 1 vez pelo género masculino e 2 vezes pelo género feminino e como negativa 9 vezes pelo género feminino, e 10 vezes como positiva pelo género feminino num total de 22 vezes (cfr. Quadro 6.54). Como se pode verificar, as raparigas fazem referências negativas ao namorado, que, não raras vezes, é o pai dos seus filhos, num processo de repetição transgeracional de vivências familiares.

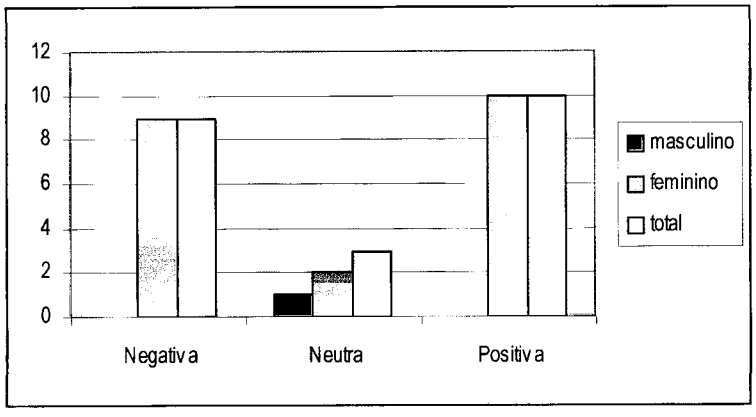
I 5 de 16 anos fala da relação que tem com o namorado: "Eu passo os fins de semana na casa do meu namorado, que vive com o irmão .....Saio no dia vinte cinco de Junho. Vou trabalhar e viver com o meu namorado. Vamos para Castro d'Aire trabalhar as terras."

I 1 de 17 anos diz: "Já namoro há tempos, ele é primo da minha amiga. Por isso vou pedir para ir passar o fim de semana a casa dele. Eu namorei dois anos com outro, mas acabámos. Agora namoro há seis meses."

I 18 de 18 anos teve um filho com quinze anos: "Fui viver com o meu companheiro e fiquei grávida outra vez. Houve uma zanga entre a minha família e a dele e fomos ele para casa dos pais e eu para casa da minha mãe..... Víamos às vezes, mas como estávamos muito separados, zangámo-nos. Ele deixou de dar coisas para os bebés."

I 14 de 17 anos diz: "Eu juntei-me com um rapaz de trinta e dois anos e esse rapaz queria-me levar para Espanha. Ele queria-me levar para a prostituição. Vivia com ele há dois anos. Não engravidei porque eu não tinha o período. Só me veio com dezasseis anos, este ano. Ele veio viver para minha casa, tinha eu catorze anos. Ele trabalhava nas obras. Vivia com a minha mãe e os meus irmãos..... A minha mãe andou com esse rapaz, com quem eu estava, depois de eu ser internada aqui."

Quadro 6.54 – Sub-categoria Relação com namorado(a)



5 - COMENTÁRIOS

A delinquência não apresenta uma única causa e os delinquentes exibem uma variedade de défices a nível social e psicológico. Estes défices, a que chamamos factores de risco, podem ser encontrados em diferentes domínios como a família, as relações de vizinhança, a escola, o grupo de pares e certas características individuais. As influências familiares, escolares, de vizinhança e do grupo são factores decididamente significantes na correlação com a delinquência na adolescência (Hawkins e col., 1992).

No que diz respeito aos comportamentos delinquentes, relacionados com o género, existem diferenças significativas na prevalência e incidência dos comportamentos delinquentes de acordo com o género. Os rapazes implicam-se em comportamentos delinquentes mais graves que as raparigas. Pelo que o próprio género constituiria um preditor da delinquência, uma vez que os adolescentes do sexo masculino expressam mais atitudes negativas em relação à autoridade que as adolescentes do sexo feminino (Emler & Reicher, 1995).

Nas características dos adolescentes que foram relacionadas com a delinquência incluem-se os factores cognitivos, tais como Q.I. (Azevedo 1981), o juízo moral, a competência social e a auto-estima (Zieman e Benson, 1983). A delinquência vem associada a um Q.I. verbal baixo, a um estádio baixo de raciocínio moral, a um défice nas competências sociais e de competências de resolução de problemas (Rosenthal e Lani, 1981). No que diz respeito à auto-estima, à percepção de si próprio, das suas competências, sucesso e potencialidades, estas características podem ser consideradas causas determinantes do comportamento delinquente, se aceitarmos que o adolescente entra no processo delinquente numa tentativa de aumentar a sua auto-estima, embora a baixa auto-estima nos adolescentes delinquentes constitua, não raras vezes, uma

avaliação realista das suas experiências negativas de vida, e, concomitantemente, das suas falhas.

A distribuição da delinquência apresenta realidades diferentes consoante as fontes de referência:

- as oficiais revelam-nos a população juvenil que representa uma reduzida parte do universo adolescente que entrou em contacto com as instituições, como a polícia ou os tribunais, vocacionadas para a prevenção, controlo e repressão da delinquência,
- as que resultam da delinquência auto-revelada, ou dos inquéritos de vitimação, que se referem à população adolescente e juvenil em sentido geral.

Segundo Ferreira (1997), o grupo de adolescentes que entrou em contacto com as instituições apresenta perfis sócio-económicos bem definidos, menos diferenciados, e comportamentos mais gravosos. O autor, abordando a distribuição da delinquência, encontrou uma tendência para um decréscimo da delinquência após o início da maioridade, com a aproximação da idade adulta. É excepção a esta tendência o grupo delinquente reincidente, que tende a prolongar a prática da delinquência.

O autor considera que embora as diferenças intersexuais sejam menos significativas no conjunto da população, a delinquência continua a ser um fenómeno masculino.

Em relação à origem social, as fontes oficiais assinalam uma presença quase exclusiva dos jovens pertencentes às classes socialmente mais desprotegidas; a delinquência medida em termos da população juvenil revela uma influência menos acentuada da classe social. Em relação à posição geográfica, os dados oficiais revelam uma ligação mais forte da delinquência ao espaço urbano.

Embora a delinquência decorra também duma falha nos investimentos na área escolar, ela não é apenas isso; essencialmente ela decorre duma orientação específica face ao sistema e das consequentes falhas em atingir os objectivos, nomeadamente na instituição escolar.

As orientações que os adolescentes tomam face ao sistema institucional reflectem-se na forma como estes se relacionam com o sistema legal. Na generalidade, e por princípio, os adolescentes rejeitam o sistema em vigor, optando por uma alternativa de um sistema de regulação social mais informal. Alguns adolescentes têm, contudo, uma atitude de cumplicidade com a lei e com a autoridade, embora a maioria se manifeste ambivalente face ao sistema institucional.

Esta atitude torna-se compreensível se considerarmos que os adolescentes são, actualmente, as maiores vítimas de crime na nossa sociedade. (trabalho infantil, prostituição, violação, etc.). Por outro lado, encontram-se entre os "perdedores" na nossa sociedade, do ponto de vista económico e social, pela forma como são excluídos do mercado de trabalho, dadas as poucas qualificações que possuem. Não têm graus académicos, não têm experiência profissional, nem influência política.

A reacção social à delinquência juvenil apresenta dois pólos extremados: os que amplificam demasiado o fenómeno, reforçando o sentimento de insegurança e contribuindo para legitimar reacções de defesa imediatas, enquanto no outro pólo, assistimos a um discurso desresponsabilizante em relação aos adolescentes, culpabilizante para os adultos, que por sua vez tem subjacente a permissividade a que, por vezes, se assiste.

A protecção das crianças e adolescentes tem sido abordada do ponto de vista jurídico, como uma sobreposição entre o que é do âmbito judicial e do âmbito social. O

que conduz a uma confusão de papéis, a que se assiste actualmente, sendo que os adolescentes agentes e vítimas coexistem no processo de institucionalização.

Novas formas de intervenção, que passam, nomeadamente, pela desinstitucionalização, são propostas, assim como a intervenção junto das famílias, da escola e do próprio jovem no sentido de o habilitar estruturalmente a fazer face aos problemas que o meio envolvente lhe coloca.

A institucionalização, que deveria constituir uma medida última, continua a ser adoptada pela justiça para responder a situações sociais prementes, na medida em que não existem outras alternativas. Permitir que adolescentes desde idades muito precoces andem na vadiagem, se prostituam ou molestem outros cidadãos, também não constitui solução. A reintegração destes adolescentes é extremamente difícil, e a responsabilização dos progenitores não parece ter sido possível, pelo menos no campo jurídico e, eventualmente, porque não foram em simultâneo tomadas medidas psicossociais adequadas.

A vida institucional não corresponde à vida real, como já afirmámos, pelo que não favorece as aprendizagens sociais, sendo que todas as acções que possam ser tomadas em meio aberto, como por exemplo em comunidades, sem se recorrer à institucionalização, serão seguramente mais produtivas, no sentido em que podem possibilitar ao adolescente a estruturação de uma autonomia que não lhe foi possível e que, por isso, o levou à trajectória delinquente.

É fundamental a distinção entre as acções judicial e social. Correspondendo a esta premissa as propostas de lei que pretendem despenalizar a protecção de menores e contribuir para que os adolescentes tenham o menor contacto possível com o sistema judicial, substituindo-o por outras instâncias na resolução dos conflitos que, hoje em dia, levam os adolescentes ao sistema judicial.

Assiste-se hoje a uma atitude nova face à protecção de menores adolescentes. Algumas propostas vão no sentido de ser possibilitado a apoio jurídico real aos adolescentes, nomeadamente se estes pretenderem instaurar processos contra os adultos que os colocam na mendicidade, na prostituição, ou que os vitimam sem que isso se venha a saber. Esta medida implica o reconhecimento de que o adolescente tem direito a apoio jurídico real, que não é mais do que uma forma de reconhecer os direitos dos adolescentes.

Como se pode verificar, da análise de conteúdo que acabamos de apresentar as sub-categorias mais assinaladas relacionam-se com a categoria Família.

Os resultados obtidos permitem-nos acompanhar a trajectória delinquente, através do que é dito pelo adolescente. Assim, a imagem materna positiva é a categoria mais assinalada, 114 vezes pelo adolescente. Como se, e eventualmente agravado pela institucionalização, o adolescente sentisse maior necessidade de uma boa imagem materna, que o ajudasse a superar a depressão, que sem dúvida o processo de institucionalização vem agravar. Contudo, a ambivalência é patente, daí a imagem negativa materna, assinalada 75 vezes, surgir em segundo lugar nas sub-categorias mais referenciadas, tal como a imagem paterna negativa, assinalada 79 vezes, com os mesmos valores, acompanhada de muito perto pela imagem positiva paterna assinalada 71 vezes.

As referências ao contexto familiar, e muito especificamente aos progenitores, não se ficam por aqui. Os adolescentes assinalam sub-categorias como pai ausente, 70 vezes e imagem da família nuclear negativa, 56 vezes, o que vem confirmar que a trajectória delinquente começa com o mal estar, sentido pelo adolescente, ou ainda criança, no seio familiar. As memórias afectivas negativas da mãe, assinaladas 42 vezes, viriam confirmar a importância do estabelecimento de uma relação afectiva com a

primeira figura objectal, que, na generalidade, nestes adolescentes não foi conseguida, como vem comprová-lo a relação negativa com a mãe assinalada 36 vezes. Esta situação tem repercussões nas relações interpessoais que o adolescente estabelece com outros, sejam familiares ou não, que são, na sua maioria, negativas, assinaladas 50 vezes.

O contexto familiar é assinalado com consumos de álcool e substâncias com alguma incidência, 47 vezes. Um outro dado que constitui um preditor de delinquência, a mudança de contexto, é assinalada 59 vezes, pelos adolescentes institucionalizados.

A trajectória delinquente que começa a delinear-se no contexto familiar, com diferentes tipos de comportamento desviante, como o absentismo à escola, assinalado 39 vezes e as fugas prolongadas, assinaladas 59 vezes, vai-se agravando, daí que uma das sub-categorias mais assinaladas, seja furto contra a propriedade, 44vezes, o que indicia ser uma prática comum entre os adolescentes institucionalizados . Aliás, é esse o motivo de internamento mais assinalado, 30 vezes, a par da indisciplina na escola, também 26 vezes, imediatamente a seguir ao absentismo à escola, assinalada 30 vezes, como motivo de internamento.

Efectivamente, a relação com o contexto escolar é assinalada como negativa 53 vezes pelos adolescentes.

Neste quadro de relações negativas estabelecidas pelos adolescentes, agora institucionalizados, com os diferentes contextos, como se o seu mundo fosse povoado de representações negativas, uma imagem persiste positiva, a relação com o grupo de pares no exterior da instituição, que é assinalada 51 vezes como positiva pelos adolescentes. Afinal, para estes jovens, eram os seus companheiros os únicos que compreendiam o seu mal estar, porque também eles, com idênticas trajectórias, não se sentiam bem.

CAPITULO VII – ESTUDO QUANTITATIVO – Análise de variáveis familiares e escolares na trajectória delinquente

1 – INTRODUÇÃO

Já em 1950 os Glueck consideravam que "os delinquentes provêm de contextos familiares onde existe criminalidade, imoralidade e alcoolismo". Nestas famílias, segundo os autores, as relações são pouco harmoniosas entre os pais. Diferentes factores, como a coesão familiar, a relação com a mãe e a relação como pai, interagindo neste contexto, seriam determinantes da delinquência.

Berzonsky (1981) conclui, sobre as famílias de delinquentes, que os adolescentes com pais rejeitantes e rigorosos tendem a ser hostis. A rejeição parental assim como a disciplina permissiva leva a que os adolescentes "passem ao acto", assumindo um comportamento anti-social agressivo.

Embora não haja uma ligação directa entre práticas autoritárias e delinquência, os comportamentos delinquentes nos adolescentes estão ligados às práticas parentais e ao comportamento anti ou pró-social que os pais têm.

A ausência do pai é outro factor que vem associado à delinquência, pelo peso que o papel do pai tem , no desenvolvimento psicossocial do rapaz, como modelo adulto do mesmo sexo. Embora a mãe, na ausência do pai, possa compensar esta situação encorajando um comportamento masculino na criança.

Estas e outras questões levantadas em diferentes estudos, e que já tivemos oportunidade de enunciar atrás, pareceram-nos muito em sintonia com os dados obtidos no estudo qualitativo. Concluída a análise qualitativa às entrevistas efectuadas aos adolescentes institucionalizados, os resultados então obtidos levaram-nos a considerar a necessidade de aprofundamento dos mesmos, através de uma abordagem quantitativa.

Uma vez que as sub-categorias mais assinaladas se relacionam com a categoria família, pretendemos com a análise quantitativa que se segue, avaliar o funcionamento destas famílias e compará-lo com o funcionamento de famílias em que os filhos não estão institucionalizados, e a quem não é atribuída uma trajectória delinquente, para compreendermos, em que medida o funcionamento familiar, no que diz respeito à adaptabilidade e à coesão, interferem na trajectória delinquente.

A falta de apoio familiar e a negligência são apontados pelos adolescentes como um dos motivos de internamento, assim como os maus tratos que ocorrem em contexto familiar, ou mesmo o abuso sexual intra-familiar.

Quisémos avaliar a percepção que os adolescentes e os seus progenitores têm das suas famílias e compará-la com a percepção que os adolescentes não institucionalizados e os seus progenitores têm das suas famílias. Assim, aplicámos aos adolescentes e aos seus progenitores a escala de Adaptabilidade e Coesão Familiar (FACES III) de Olson e col. (1985) que avalia as dimensões adaptabilidade e coesão familiares.

A imagem que os adolescentes têm da família é a que lhes é transmitida pela própria família na sua dinâmica. A imagem que os adolescentes institucionalizados têm da sua família nuclear é francamente negativa. Interiorizaram a imagem que a sua família não presta.

No que diz respeito às relações com a família, verificámos, no capítulo anterior, que os adolescentes institucionalizados consideram os seus progenitores ausentes e as relações afectivas, quer com a mãe, quer com o pai, ou os substitutos destes, prioritariamente negativas, com algum agravamento em relação à mãe, ou como alguns se apercebem, na relação que têm com os seus progenitores ou os substitutos destes, e pode ver-se nas entrevistas que nos forneceram, da falta de protecção dada pelos seus

pais, o que segundo eles, muitas vezes está na base do motivo de internamento nas instituições. Assim, e tomando em consideração as conclusões obtidas por Schaefer (1965) sobre a importância do estudo das percepções parentais como metodologia a utilizar na investigação no âmbito da relação pais-filhos, considerámos igualmente pertinente avaliar a percepção que estes adolescentes têm sobre o carinho e a protecção quer da mãe, quer do pai.

Por outro lado, e ainda considerando as referências feitas pelos adolescentes na análise avaliativa, quer em relação à imagem materna, quer à imagem paterna, o que constatamos é que a percepção que os adolescente têm da imagem materna surge prioritariamente com uma avaliação positiva embora com uma avaliação negativa elevada. O mesmo acontece em relação à imagem paterna, o que nos levaria a pressupor uma certa ambiguidade em relação às figuras parentais. De salientar que, ainda segundo Schaefer (1965), os adolescentes delinquentes apresentam níveis de autonomia em relação quer ao pai, quer à mãe com valores mais elevados que os adolescentes não delinquentes e que, ainda segundo o autor, a mãe do adolescente delinquente é descrita como mais positiva e dando mais afecto e o pai como menos positivo e dando menos afecto que no grupo dos adolescentes não delinquentes.

Estes resultados levaram-nos a avaliar a relação que estes adolescentes estabeleceram com os progenitores, comparativamente aos adolescentes não institucionalizados. Para isso, aplicámos a escala Parental Bonding Instrument -PBI de Parker e col.(1979) que avalia a percepção que os adolescentes têm das práticas parentais.

Não esquecemos que as referências ao início da trajectória delinquente, são atribuídas pelos adolescentes ao contexto familiar, mas também ao contexto escolar, pois como já assinalámos, é, não raras vezes, com o absentismo à escola que a

trajectória delinquente destes jovens é oficializada. As referências que fazem ao contexto escolar e que acabámos de apresentar, levaram-nos a questionar-nos sobre o impacto que os comportamentos desviantes destes adolescentes têm em contexto escolar, e como, por isso, os seus professores os percepcionam, uma vez mais comparativamente aos adolescentes não institucionalizados.

Porque o absentismo à escola e a indisciplina em contexto escolar são sub-categorias que apresentam igualmente uma incidência relevante no discurso dos adolescentes institucionalizados, tentámos compreender qual a inserção destes adolescentes na sala de aula, comparativamente aos adolescentes não institucionalizados. Por isso, optámos pelo terceiro nível de avaliação quantitativa. Considerámos que haveria que ouvir os professores destes alunos, pelo que aplicámos a Escala de Agressividade do Child Behavior Check-list de Edelbrock e Achenbach (1986), versão para professores, que avalia a percepção dos professores sobre os comportamentos, performance escolar e funcionamento adaptativo dos seus alunos.

Como se assinalou no capítulo anterior, de entre os comportamentos desviantes mais referidos pelos adolescentes, estão as fugas prolongadas e a vadiagem, o absentismo à escola e a indisciplina em contexto escolar, o furto contra a propriedade, os pequenos furtos e a agressão física, sendo estes resultado do agir do adolescente face ao seu mal estar. O que pretendemos compreender é o motivo deste mal estar, que os leva a agir, com as consequentes repercussões, nomeadamente a entrada na trajectória delinquente.

As fugas prolongadas e a vadiagem inserem-se num processo de "acting out", próprio de adolescentes com a estrutura de personalidade "border line" que envereda pela desviância. A questão que se nos coloca é: De que fogem estes adolescentes? Do contexto familiar, de si próprios?

Consideramos que quando na adolescência há uma fuga, ela é resultado de um agir, que não é mais que o fugir da sua própria realidade, de si, com os objectos "bons" e "maus" que estão em si, e que por não serem suficientemente bons não impedem a fuga. A vadiagem é andar perdido, em busca daquilo que não se encontra em nós, veja-se o adolescente que vadiava, e que nos diz: "Andava na rua, a dar voltas e a ver se o tempo passava" (B22-13 anos), sem sentido, talvez num desejo inconsciente de encontrar "uma boa mãe".

Aquilo que somos, mesmo que elaborado à posteriori, resulta da identificação que foi feita às figuras parentais, num determinado contexto a que chamamos familiar. Se este contexto é rejeitado, foi sentido como rejeitante ainda no processo de identificação.

Face aos resultados obtidos no capítulo VI e após a sua análise, optámos por aplicar outros instrumentos, que nos permitem inferir alguns dos pressupostos ali analisados, agora através duma avaliação quantitativa.

Fomos analisar se as diferentes representações apresentadas pelos adolescentes variam em função do motivo da institucionalização do adolescente e da idade de início do comportamento delinquente, já que em função de variáveis de caracterização como o género verificámos existirem algumas variações.

Estabelecemos as hipóteses que passamos a enunciar:

Hipótese 1 – A percepção da adaptabilidade e coesão familiar está relacionada com a institucionalização na adolescência.

Hipótese 2 - A percepção das práticas parentais está relacionada com a institucionalização na adolescência.

Hipótese 3 - A percepção que os professores têm sobre o desempenho escolar e o comportamento dos seus alunos na sala de aula está relacionada com a institucionalização na adolescência.

Hipótese 4 - A percepção que os adolescentes institucionalizados têm da adaptabilidade e coesão familiar está relacionada com o nível etário do adolescente.

Hipótese 5 - A percepção que os adolescentes institucionalizados têm das práticas parentais está relacionada com o nível etário do adolescente.

Hipótese 6 - A percepção que os professores têm sobre o desempenho escolar e o comportamento na sala de aula, dos alunos institucionalizados, está relacionada com o nível etário do adolescente.

Hipótese 7 - A percepção da adaptabilidade e coesão familiar difere, nos adolescentes institucionalizados, conforme são institucionalizados por motivos assistenciais ou pré-delinquentes.

Hipótese 8 - A percepção das práticas parentais difere, nos adolescentes institucionalizados, conforme são institucionalizados por motivos assistenciais ou pré-delinquentes.

Hipótese 9 - A percepção que os professores têm sobre o desempenho escolar e o comportamento dos seus alunos na sala de aula difere, nos adolescentes institucionalizados, conforme estes são institucionalizados por motivos assistenciais ou pré-delinquentes.

Hipótese 10 - A percepção da adaptabilidade e coesão familiar difere, nos adolescentes institucionalizados, conforme a fase precoce ou tardia da vida do adolescente, em que ocorreu a institucionalização (antes ou depois dos 12 anos).

Hipótese 11 - A percepção das práticas parentais difere, nos adolescentes institucionalizados, conforme a fase precoce ou tardia da vida do adolescente, em que ocorreu a institucionalização (antes ou depois dos 12 anos).

Hipótese 12 - A percepção que os professores têm sobre o desempenho escolar e o comportamento dos seus alunos na sala de aula difere, nos adolescentes institucionalizados, conforme a fase precoce ou tardia da vida do adolescente, em que ocorreu a institucionalização (antes ou depois dos 12 anos).

Em relação às variáveis do nosso estudo e considerando que para que a variável independente cause a variável dependente deverão ser feitas as seguintes exigências:

1 – A variável independente e a variável dependente estão associadas estatisticamente.

2 – A variável independente precede a variável dependente numa ordem causal.

3 – A associação entre a variável independente e a variável independente e a variável dependente, não deixa de existir, quando se suprimem os efeitos de outras variáveis que precedem estas na ordem causal.

Se estes três critérios forem respeitados, então a variável independente causa a variável dependente.

No nosso estudo considerámos as variáveis independentes:

a) Institucionalização versus não institucionalização
b) Idade dos adolescentes
c) Adolescentes institucionalizados – adolescentes assistenciais versus adolescentes pré-delinquentes

d) Adolescentes institucionalizados – precocidade da institucionalização – adolescentes institucionalizados precocemente e adolescentes institucionalizados tardiamente.

Considerámos como variáveis dependentes:

e) A percepção da adaptabilidade e da coesão familiar

f) A percepção do carinho e afecto dos progenitores

g) A percepção dos professores sobre o desempenho escolar e comportamento do aluno.

A análise da associação entre variáveis e entre as duas amostras contrastantes foi efectuada utilizando as medidas estatísticas do teste t-Student e teste de $\chi 2$, para avaliar se existe associação estatística entre as variáveis.

Os resultados estão calculados (SPSS) para o número total de sujeitos, excluindo as não-respostas.

Neste capítulo utilizaremos uma avaliação quantitativa que abrangerá não só os adolescentes institucionalizados, mas os adolescentes não institucionalizados, ou seja a amostra que tivémos oportunidade de caracterizar no capítulo V. Procedemos a uma análise dos contributos que a escola fornece para a institucionalização, ao que se seguirá uma análise da delinquência juvenil em contexto escolar. Abordaremos aspectos como os factores de socialização, a vulnerabilidade de certos grupos face ao insucesso escolar e alguns preditores de delinquência.

Assim, a avaliação quantitativa que se apresenta em seguida debruçar-se-á sobre a percepção que os adolescentes e os seus progenitores têm sobre a estrutura familiar e sobre a percepção que os adolescentes têm sobre o carinho e o afecto dos progenitores. Esta avaliação é feita em relação aos adolescentes institucionalizados e não institucionalizados, e de entre estes em função de três níveis etários (10 aos 12 anos; 13

aos 15 anos; e igual ou superior a 16 anos). Especificamente em relação aos adolescentes institucionalizados, foram considerados o grupo dos adolescentes casos assistenciais e o grupo dos adolescentes casos pré-delinquentes. Ainda em relação aos adolescentes institucionalizados, foram considerados dois grupos de acordo com a idade da institucionalização do adolescente (precoce 10-12 anos e tardia >12 anos).

Para todos estes grupos de adolescentes institucionalizados e não institucionalizados foi ainda avaliada a percepção que os seus professores têm sobre os seus comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo, mediante a aplicação da Escala de Agressividade do Child Behavior Check-list (Achenbach e Edelbrock, 1986) em que os professores são os avaliadores dos adolescentes da nossa amostra.

Nesta fase da nossa investigação pretendemos analisar alguns dos contributos que a escola fornece para a trajectória delinquente e consequente institucionalização do menor.

2 – ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS E NÃO INSTITUCIONALIZADOS

Iniciaremos a avaliação quantitativa por um estudo comparativo entre os adolescentes institucionalizados e não institucionalizados, no referente à percepção que quer estes adolescentes, quer os seus progenitores têm sobre a estrutura familiar, depois avaliaremos a percepção que estes adolescentes têm sobre o carinho e afecto dos seus progenitores e, por último, avaliaremos a percepção que os professores têm sobre os comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo destes alunos.

2.1 PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E DOS PROGENITORES SOBRE A ESTRUTURA FAMILIAR

Para Ferreira (1997) "a delinquência é produto da incapacidade das estruturas de socialização família e escola". O autor atribui a delinquência "à demissão do mundo adulto" das suas responsabilidades em relação à geração mais nova. Estas instituições de socialização, não acompanhando adequadamente o desenvolvimento infantil e juvenil, seriam responsáveis pela eclosão dos comportamentos desviantes, justificando a intervenção de outras instituições de controlo social no processo educativo na adolescência.

A incapacidade dos controlos da família, da escola e da comunidade para assegurarem a conformidade em relação às regras, consideradas adequadas à socialização das crianças e adolescentes, leva a que sejam criadas instituições directamente vocacionadas para lidar com a delinquência na adolescência.

A delinquência na adolescência é, em sentido amplo, todo o tipo de infracção criminal que ocorre nesta fase de desenvolvimento. Por vezes, as infracções são cometidas pela reputação que o sujeito ganha junto do grupo de pares, ou por solidariedade em relação a estes. O papel que as instituições familiar e escolar desempenham na sua génese, controlo e prevenção é decisivo na potencialização, ou não, da trajectória delinquente.

Os adolescentes delinquentes não são muito diferentes dos adolescentes não delinquentes, se considerarmos que se distribuem por um contínuum entre a falta de controlo e o auto-controlo. Uns apresentam capacidade para formularem projectos, exercendo domínio sobre os acontecimentos na sua trajectória de vida, são os não delinquentes. No pólo oposto estão um número reduzido de adolescentes que não apresentam qualquer auto-controlo sobre as suas vidas, são os delinquentes crónicos. Entre estes dois pólos encontramos a maioria dos adolescentes, para quem a adolescência constitui uma experiência esporádica e transitória e não uma trajectória de vida.

O desenvolvimento da trajectória delinquente está intimamente ligado a dois factores: o controlo a que o adolescente está sujeito, que é exercido por instituições como a família ou a escola, e a exposição a determinados contextos facilitadores de condutas que não expressam conformidade. Se as influências culturais afectam a natureza dos controlos sociais, as práticas educacionais e de socialização são determinantes na inibição e prevenção das manifestações delinquentes.

É esperado que progressivamente se assista, no percurso de desenvolvimento da criança, a uma desvinculação das figuras parentais. Esta diminuição da influência da família é compensada pela procura de relações alternativas e pela redefinição do adolescente na relação com os outros, nomeadamente com o grupo de pares. Se o

processo de desvinculação à família, que é uma etapa fundamental no desenvolvimento, não decorrer de forma harmoniosa, o próprio processo pode ser precipitante na trajectória delinquente, que pode iniciar-se com as dificuldades que a criança pode apresentar no estabelecimento de laços afectivos em contexto escolar, com dificuldades de relacionamento, quer com os adultos, professores e auxiliares de acção educativa, quer com os colegas.

No referente à percepção que quer os adolescentes, quer os seus progenitores têm da sua estrutura familiar, aplicado o FACES III (Olson et col., 1985), às duas populações, adolescentes institucionalizados e não institucionalizados e respectivos progenitores, os resultados permitem concluir que, em relação à diferença de médias, os resultados obtidos são estatisticamente significativos, quer para o índice de adaptabilidade, quer para o índice de coesão.

A adaptabilidade é definida como a capacidade do sistema familiar para mudar a estrutura de poder, as regras e os papéis em resposta às crises situacionais ou de desenvolvimento. A coesão definida como a ligação emocional que os membros da família têm entre si e o grau de autonomia individual que a pessoa experimenta no sistema familiar.

Os adolescentes institucionalizados apresentam um índice de adaptabilidade com média de 23,43 comparativamente a um nível médio de 29,18 apresentado pelos adolescentes não institucionalizados ($t=-7,390$; $p=.001$), conforme descrito no quadro 7.1. Estes resultados traduzem a percepção que os adolescentes não institucionalizados têm de que a sua família apresenta uma maior capacidade de adaptabilidade, para mudar a estrutura de poder, as regras e os papéis em resposta às crises situacionais ou de desenvolvimento, do que a percepção que os adolescentes institucionalizados têm sobre a capacidade de adaptabilidade das suas famílias.

Os progenitores dos adolescentes institucionalizados apresentam um nível de adaptabilidade com uma média de 22,36 comparativamente à média de 27,65 de índice de adaptabilidade apresentado pelos progenitores dos adolescentes não institucionalizados (cfr. Quadro 7.1). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-7,435; p=.001). Estes resultados levar-nos-iam a concluir na mesma linha de pensamento já avançada em relação aos adolescentes. Ou seja, os progenitores dos adolescentes não institucionalizados têm a percepção de que a sua família apresenta uma maior capacidade de adaptabilidade, para mudar a estrutura de poder, as regras e os papéis em resposta às crises situacionais ou de desenvolvimento, comparativamente à percepção que os progenitores dos adolescentes institucionalizados têm sobre a capacidade de adaptabilidade das suas famílias.

Os adolescentes institucionalizados apresentam um índice de coesão com média de 32,75 comparativamente à média de 40,45 de índice de coesão apresentada pelos adolescentes não institucionalizados (cfr. Quadro 7.1). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=7,08; p=.001), o que revela que os adolescentes não institucionalizados têm a percepção de que nas suas famílias existe uma forte ligação emocional que os membros da família têm entre si, assim como um adequado grau de autonomia individual que a pessoa experimenta no sistema familiar.

Os progenitores dos adolescentes institucionalizados apresentam um índice de coesão com média de 33,79 comparativamente aos progenitores dos adolescentes não institucionalizados que apresentam um índice com média de 42,10 (cfr. Quadro 7.1). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t = -8,314; p=.001). Tal como em relação aos adolescentes, também os progenitores dos adolescentes não institucionalizados percepcionam as suas famílias com um grau de

coesão superior à percepção que os progenitores dos adolescentes institucionalizados têm sobre as suas famílias.

Quadro 7.1 –PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E DOS PROGENITORES SOBRE A ESTRUTURA FAMILIAR (ADAPTABILIDADE E COESÃO)

Estrutura familiar	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Índice de adaptabilidade (adolescente)	**CAEF's**	104	23,43	5,75		
	Escolas	104	29,18	5,45	-7,39	.001
Índice de adaptabilidade (progenitores)	**CAEF's**	104	22,36	5,33		
	Escolas	104	27,65	4,91	-7,43	.001
Índice de coesão (adolescente)	**CAEF's**	104	32,75	9,37		
	Escolas	104	40,45	5,91	-7,08	.001
Índice de coesão (progenitores)	**CAEF's**	104	33,79	8,95		
	Escolas	104	42,10	4,85	-8,31	.001

Quer os adolescentes não institucionalizados, quer os seus progenitores apresentam médias superiores às dos adolescentes institucionalizados e às dos seus progenitores. Sabendo que, de acordo com o modelo de Olson, as dimensões Coesão e Adaptabilidade têm uma relação curvilinear com o funcionamento saudável da família, os valores extremos são mais esperados em famílias disfuncionais, enquanto os valores médios serão indicadores de famílias saudáveis. Em relação ao nosso estudo, tal como noutros estudos já referidos, a curvilinearidade não foi encontrada.

2.1.1 – PERCEPÇÃO SOBRE A TIPOLOGIA FAMILIAR

Em determinada fase da vida do ciclo familiar, a família pode estar a funcionar com um estilo mais ou menos rigidificado ou mais ou menos flexível pelo que não quisémos deixar de apresentar a percepção que os adolescentes e os seus progenitores têm do seu tipo de funcionamento familiar, tal como o conceito é compreendido no Modelo de Olson que temos vindo a aplicar.

Uma vez que Curral e col. (1998) não aferiram para a população portuguesa a tipificação das famílias, optámos, no nosso estudo, por adoptar a proposta de Olson e col. (1985).

Em relação à tipologia de família, 42,3% dos adolescentes institucionalizados percepciona a sua família como "mid-range" (intermédia). 42,3% dos adolescentes não institucionalizados percepciona a sua família como balanceada (equilibrada) (cfr. Quadro 7.2). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de adolescentes (χ^2 =45,365; p=.001).

51% dos progenitores dos adolescentes institucionalizados percepciona a sua família como "mid-range" (intermédia), enquanto 50% dos progenitores dos adolescentes não institucionalizados percepciona a sua família como moderada.

A percentagem de progenitores de adolescentes não institucionalizados (33,7%) que percepciona a sua família como balanceada é francamente superior à percentagem de progenitores de adolescentes institucionalizados (6,7%), que também percepciona a sua família como balanceada. Estas diferenças são igualmente patentes para o tipo de família extrema, com valores de 16,3% para os progenitores dos adolescentes institucionalizados e de 1% para os progenitores de adolescentes não institucionalizados

(cfr. Quadro 7.2). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de adolescentes (χ^2 =60,641; p=.001).

Quadro 7.2 –PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E PROGENITORES SOBRE A TIPOLOGIA DE FAMILIA

		CAEF's	Escolas	TOTAL	χ2	p
Tipologia de família (adolescentes)	**Extrema**	18 (17,3%)	1 (1,0%)	19 (9,1%)		
	Mid-range	44 (42,3%)	25 (24,0%)	69 (32,2%)		
	Moderada	34 (32,7%)	34 (32,7%)	68 (32,7%)		
	Balanceada	8 (7,7%)	44 (42,3%)	52 (25,0%)		
	TOTAL	104 (100%)	104 (100%)	208 (100%)	45,365	.001
Tipologia de família (progenitores)	**Extrema**	17 (16,3%)	1 (1,0%)	18 (8,7%)		
	Mid-range	53 (51,0%)	16 (15,4%)	69 (33,2%)		
	Moderada	27 (26,0%)	52 (50,0%)	79 (38,0%)		
	Balanceada	7 (6,7%)	35 (33,7%)	42 (20,2%)		
	TOTAL	104 (100%)	104 (100%)	208 (100%)	60,641	.001

Diferenças idênticas tinham-se verificado em relação aos adolescentes.

A adaptabilidade, ou seja a capacidade do sistema familiar mudar a estrutura de poder, as regras e os papéis em respostas às crises situacionais ou de desenvolvimento, que se apresenta com índices com médias inferiores quer para os adolescentes institucionalizados, quer para os seus progenitores, vem confirmar a hipótese levantada de que as famílias dos adolescentes institucionalizados não respondem adequadamente às crises situacionais. Por isso se torna compreensível a forma inadequada como os adolescentes oriundos destas famílias respondem, noutros contextos, nomeadamente no escolar, a exigências de cumprimento de regras, ou ao respeito pelo desempenho de papéis.

Estas famílias apresentam, por norma, alterações profundas no sistema familiar, nomeadamente nas constantes alterações dos papéis parentais, que ora são assumidos

por um adulto, ora por outro, ou até por um irmão com pouca diferença de idade, o que dificulta ao adolescente a interiorização da própria estrutura de poder.

Nas famílias dos adolescentes não institucionalizados, a eventual partilha de poder, permitindo a assunção de papéis partilhados por ambos os progenitores, mesmo quando o casal não vive junto, pode possibilitar ao adolescente directivas mais consistentes a nível das regras, e uma interiorização mais adequada dos papéis e dos próprios limites destes, o que vem, posteriormente, a ser praticado pelo adolescente em contextos extra-familiares, nomeadamente no escolar em que por ter interiorizado quais os seus limites, se mostra mais contido nos seus comportamentos, evitando, assim, a etiquetagem de que os seus colegas, que não têm o mesmo comportamento, são vítimas.

O facto de o adolescente viver em famílias intactas ou separadas influencia, segundo Parish e Wigle (1985), as suas percepções sobre a sua família. Os autores concluíram que os sujeitos de famílias intactas tendem a avaliar as suas famílias de forma mais positiva que os sujeitos de famílias separadas.

2.1.2 - COMENTÁRIOS

O índice de coesão familiar, ou seja a ligação emocional que os membros da família têm entre si, e o grau de autonomia individual que o sujeito experimenta no sistema familiar, é, como se compreende, fundamental para um adequado desenvolvimento psicossocial do adolescente.

A exemplificar algumas tipologias de famílias de adolescentes institucionalizados temos a referência que B 3 com 14 anos faz da dinâmica familiar

"Quando vou para casa durmo em casa da minha mãe, eu e os meus irmãos durante o dia estamos em casa do meu pai, jantamos com o meu pai... é conforme queremos." O que viria a ser confirmado pelo pai, quando com ele estivemos, ao dizer-nos: "os meninos fazem como querem...", exemplo de como estas famílias apresentam uma enorme, diríamos excessiva, capacidade para se "reorganizarem" face à desestruturação.

Como se pode verificar pelos resultados obtidos, a percepção que, quer os adolescentes institucionalizados, quer os seus progenitores têm sobre o índice de coesão familiar, resulta em valores médios inferiores aos dos adolescentes não institucionalizados e dos seus progenitores.

O alheamento que algumas famílias manifestam em relação aos seus adolescentes ou crianças, não é estranho à percepção que estes adolescentes têm do funcionamento da sua família e das práticas parentais dos seus progenitores.

A ligação emocional à família é um bom preditor de inibição de comportamentos desviantes. Quantas vezes o adolescente não se inibe de um comportamento socialmente menos aceite, por não querer "magoar" os pais, com as consequências que daquele adviriam. Se a ligação emocional não existe ou é fraca, o que impede o adolescente de ter um comportamento socialmente menos adequado, numa fase de desenvolvimento em que o self não está estruturado, por forma a que os movimentos resultem de opções autónomas?

Por outro lado, é esta ligação emocional, que funcionando como sistema afectivamente envolvente/continente, possibilita ao adolescente o grau de autonomia/maturidade que lhe permite a avaliação dos comportamentos que pode ou não ter.

Nos adolescentes institucionalizados verifica-se um excesso de autonomia, nalguns casos resultado de situações abandónicas, que não possibilitaram o crescimento/maturação, que lhes permita a adequada avaliação de situações.

Não tendo desenvolvido competências sociais adequadas, estes adolescentes são portadores de um agir actuado, que vem constituir a essência da sua trajectória delinquente.

A conflitualidade nestas famílias, não raras vezes resultante de práticas parentais menos adequadas, ou de um clima familiar com pouca capacidade de adaptabilidade e coesão, com a consequente desestruturação familiar, resulta em prejuízo para os adolescentes, que atribuem muitas vezes à família e ao seu funcionamento, o motivo da sua institucionalização.

2.2 - PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O CARINHO E AFECTO DOS PROGENITORES

A experiência de não conformidade, no decurso da adolescência, pode desempenhar um papel positivo no desenvolvimento do adolescente, assim ele saiba interiorizar experiências que lhe permitam clarificar os limites dos comportamentos, atribuir-lhes significados, adequando-se aos valores e às normas, antevendo os processos sancionais que decorrem do não cumprimento das mesmas. Ou seja, estruturando um processo de auto-controlo que lhe permita adequar-se ao contexto e às normas instituídas pelos adultos, que, por vezes, aprovam comportamentos bem mais delinquentes que os que alguns adolescentes actuam.

A não conformidade é, por norma, projectada no contexto familiar e para com os progenitores. É este processo que permite ao jovem questionar-se sobre as práticas

parentais dos seus progenitores.

Nesta fase da nossa investigação procederemos à avaliação da percepção que os adolescentes têm da qualidade das práticas parentais, dos seus progenitores, mediante a aplicação do Parental Bonding Instrument – PBI (Parker, 1979).

Os resultados obtidos permitem concluir que, numa escala de 1 a 4, as médias obtidas são baixas para todos os adolescentes. Ainda assim, os adolescentes institucionalizados percepcionam o carinho do pai e da mãe assim como a protecção do pai e da mãe com médias mais elevadas, comparativamente aos adolescentes não institucionalizados. Esta diferença de médias é estatisticamente significativa, quer para o pai, quer para a mãe, no que diz respeito à protecção e para a mãe no que diz respeito ao carinho. Exceptua-se o carinho do pai em que a diferença não se apresenta estatisticamente significativa.

Quando aplicamos o qui-quadrado os resultados obtidos são diferentes, já que nunca se verificam resultados estatisticamente significativos entre os dois grupos a não ser no que diz respeito à percepção que os adolescentes têm sobre o carinho da mãe, item onde se verificam diferenças estatisticamente significativas.

Os adolescentes institucionalizados percepcionam o carinho do pai com uma média de 2,68, enquanto que os adolescentes não institucionalizados o percepcionam com uma média de 2,60 (cfr. Quadro 7.3). Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,387; p= n.s.).

Os adolescentes institucionalizados percepcionam o carinho da mãe com uma média de 2,58, enquanto os adolescentes não institucionalizados o percepcionam com uma média de 2,48 (cfr. Quadro 7.3). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=2,306; p= .022).

Quanto à protecção do pai, os adolescentes institucionalizados percepcionam-na com uma média de 2,91 comparativamente à média de 2,77 com que os adolescentes não institucionalizados percepcionam a protecção do pai (cfr. Quadro 7.3). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=2,704; p=.008).

Os adolescentes institucionalizados percepcionam a protecção da mãe com uma média de 2,80, enquanto que os adolescentes não institucionalizados a percepcionam com uma média de 2,68 (cfr. Quadro 7.3). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas (t=2,151; p=.033).

Como se pode verificar no quadro 7.3, a diferença de médias é estatisticamente significativa, quer para o pai (t=2,704; p=.008), quer para a mãe (t=2,151; p=.033) no que diz respeito à protecção, e para a mãe no que diz respeito ao carinho (t=2,306; p=.022). Exceptua-se o carinho do pai em que a diferença de médias não se apresenta estatisticamente significativa (t=1,387; p=n.s.).

Quadro 7.3 – PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O CARINHO E O AFECTO DOS PROGENITORES

Percepção dos adolescentes sobre o carinho e o afecto dos progenitores	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Carinho Pai	**CAEF's**	90	2,6898	,5081		
	Escolas	99	2,6027	,3475	1,387	.167
Carinho Mãe	**CAEF's**	96	2,5894	,3429		
	Escolas	104	2,4832	,3086	2,306	.022
Protecção Pai	**CAEF's**	90	2,9145	,4139		
	Escolas	99	2,7708	,3021	2,704	.008
Protecção Mãe	**CAEF's**	96	2,8037	,4323		
	Escolas	104	2,6879	,3147	2,151	.033

Os itens que sugerem carinho, definem o estilo parental que pode ir do afecto à negligência. Os adolescentes da nossa amostra, quer estejam institucionalizados ou não, apresentam níveis de 2,6, numa escala de 1 a 4 relativamente à percepção que têm do

carinho do pai, o que pressupõe uma imagem de um estilo parental com afecto relativo, não se verificando diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos.

No que diz respeito à percepção que os adolescentes têm do carinho da mãe, os valores de 2,5 e 2,4 apresentam-se próximos da média entre a negligência e o afecto.

Embora possamos aceitar haver, no caso dos adolescentes institucionalizados, uma certa contaminação da fantasia da "boa" mãe, se nos reportarmos à análise qualitativa, em que os adolescentes consideravam prioritariamente quer o pai, quer a mãe como ausentes, o que seria facilitador desta fantasia, isto justificaria, por sua vez, os valores obtidos serem mais elevados para estes adolescentes (2,5), comparativamente aos valores obtidos pelos adolescentes não institucionalizados (2,4). Contudo, é-nos difícil compreender porque é que os adolescentes não institucionalizados apresentam valores com níveis tão baixos (2,4) em relação ao carinho da mãe. Saliente-se que é o valor mais baixo, em relação a todos os itens.

Embora sabendo que não é por as mães terem ocupação profissional que manifestam, ou não, mais afecto para com os filhos, se voltarmos aos dados da caracterização destas famílias, verifica-se que há uma maior percentagem de mães de adolescentes não institucionalizados profissionalmente ocupadas. Esta situação poderia levar o adolescente a percepcionar como indisponibilidade afectiva a falta de disponibilidade de tempo manifestada pela mãe face à eventual sobrecarga de tarefas profissionais e familiares.

Em relação à coabitação dos pais dos adolescentes, verifica-se uma maior percentagem de mães de adolescentes institucionalizados que não vivem com companheiro (64,9%). A percentagem de mães de adolescentes não institucionalizados que não vive com companheiro (12,5%), embora inferior à das mães dos adolescentes institucionalizados, é inferior à percentagem de pais de adolescentes não

institucionalizados que vive sem companheira (7,1%), conforme assinalámos no capítulo V, quadro 5.8 pág 362. A questão que se nos levanta é a seguinte: será que, para além de ser em percentagem mais elevada, estas mães se deprimem mais com a solidão que acarreta uma vida sem companheiro, que os pais que vivem sem companheira? Daí que aquelas apresentem uma incapacidade maior em transmitir afecto aos seus filhos, que assim as percepcionam menos afectivas que os pais?

Ambert e Saucier (1983) verificaram, por seu turno, que os adolescentes percebem os pais separados ou divorciados mais negativamente que os pais viúvos ou casados. Quanto às mães, a percepção dos adolescentes é menos favorável para as mães viúvas, seguidas das mães separadas e mais favorável para as mães das famílias intactas.

Estas questões que se levantam, em relação às mães dos adolescentes não institucionalizados, nomeadamente em relação à ocupação profissional, ao nível de habilitações, ou à eventual dependência afectiva de um companheiro, poderiam por sua vez, jogar a favor dos resultados referentes às mães dos adolescentes institucionalizados, podendo não ser os valores médios apresentados em relação à percepção que os adolescentes institucionalizados têm sobre as práticas parentais das suas mães, nomeadamente em relação ao carinho, resultado de uma idealização da mãe, com a consequente sobrevalorização dos afectos positivos.

Quanto à percepção que os adolescentes têm da protecção dos seus progenitores, e sabendo que os itens que estão relacionados com protecção sugerem controlo parental, superprotecção, contacto excessivo, infantilização e, no pólo oposto, sugerem promoção da independência e autonomia, não podemos esquecer que, tratando-se a nossa amostra de adolescentes, é esperado que o excesso de controlo e a superprotecção sejam assinalados pelos adolescentes, em relação aos seus progenitores, de forma ampliada. Haverá seguramente uma oscilação desta percepção, de acordo com os níveis etários

dos adolescentes, aspecto que abordaremos no ponto 3 deste capítulo. Por agora, ficar-nos-emos pela percepção que os adolescentes institucionalizados e não institucionalizados têm das práticas parentais.

2.2.1 - COMENTÁRIOS

Como se pode verificar, os adolescentes institucionalizados consideram que os seus progenitores, ou os substitutos destes, têm para com eles um excesso de protecção, atendendo a que os valores médios obtidos, quer para o pai, quer para a mãe, se apresentam mais próximos de nível 3 (frequentemente), com desvios padrão de .4139 e .4323 respectivamente.

No pólo oposto, os itens relacionados com a protecção sugerem promoção da independência e autonomia, o que não se verifica neste grupo. Embora os adolescentes não institucionalizados não apresentem resultados que possam indiciar que percepcionem este comportamento por parte dos pais de forma declarada, o que não seria de esperar nesta fase da adolescência, todavia verifica-se uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos. Os adolescentes não institucionalizados não percepcionariam a protecção dos progenitores de forma tão intrusiva como os adolescentes institucionalizados.

A percepção que estes adolescentes têm, na generalidade, sobre as práticas parentais, traduz o conflito interno na interacção com os seus progenitores.

Segundo Jaworoska (1981), as diferenças de percepção entre pais e filhos quanto aos afectos são mais notórias na intensidade da atitude que na direcção e a congruência

perceptiva entre pais e filhos é maior quando se refere a aspectos negativos, quer na dimensão do afecto, quer no controlo (Brook e col., 1980)

As transações parentais mais permissíveis, com aceitação elevada e baixo controlo, parecem mais correlacionadas com o desenvolvimento do carácter moral, em crianças pequenas, contudo, se o controlo pode ser um facilitador do carácter moral nas crianças pequenas, já nos adolescentes pode tornar-se contraproducente (Hower e Edwards, 1979).

Os adolescentes que apresentam comportamentos desviantes, nomeadamente comportamentos de fuga de casa, percepcionam os pais como rejeitantes, punitivos e negligentes (Wolk & Brandon, 1977).

Se o conflito de gerações pressupõe, como já abordámos, oposição às figuras parentais, estamos em crer que, face aos resultados que aqui se obtêm, o processo de desidealização, e consequente autonomia, não terá ocorrido, no caso vertente, de forma adequada.

Não raras vezes os pais que maltratam são adultos em sofrimento, vítimas eles mesmos da maior desordem interna, e que, na maioria, foram também eles vítimas de violência na infância e adolescência e alguns continuam a sê-lo em adultos.

2.3 - PERCEPÇÃO QUE OS PROFESSORES TÊM SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

A criança é o principal veículo de interacção entre a escola e a família. É através dela que as mensagens circulam entre os dois sistemas. A relação que a escola e a família estabelecem é, por seu turno, fundamental para o sucesso ou insucesso da criança em contexto escolar.

As mensagens que os progenitores transmitem à criança sobre o contexto escolar são facilitadoras, ou não, de uma adequada relação que a criança possa estabelecer com a escola e, consequentemente, com os professores. A imagem que a criança tem dos professores, das instituições, é pré-construída, de acordo com as mensagens veículadas pelo sistema parental. A consequente elaboração que a criança e o adolescente fazem destas imagens em confronto com o objecto da relação, neste caso o professor, e também com outros "inputs" do meio envolvente, nomeadamente do grupo de pares, é que vai permitir-lhe estruturar uma imagem a que, por sua vez, se adaptará ou não.

A projecção desta imagem no próprio professor vai, por seu turno, criar neste uma imagem do aluno que lhe é devolvida nas interacções que na sala de aula ocorrem entre professor e alunos. Destas interacções resulta aquilo a que chamamos a percepção que o professor tem do aluno, que é função do que é manifesto por este e do que a capacidade afectiva do professor lhe permite captar.

As discrepâncias entre o sistema familiar e o sistema escola, que por vezes existem, levam a que ao aluno sejam transmitidas mensagens não congruentes, dado que o que é pedido na escola e o que é pedido na família, por vezes, está em contradição. O que o professor espera do aluno não é o que os progenitores dele esperam e o conflito está instalado, num círculo em que a criança ou adolescente é mediador entre os adultos. A competitividade que se instala entre os dois sistemas, família e escola, porque as funções não estão suficientemente delimitadas, ao contrário de beneficiar o desenvolvimento do aluno, só o prejudica.

Muitos dos adolescentes institucionalizados iniciaram a sua trajectória anti-social na escola. Por vezes vítimas da incompreensão do sistema escolar, ou mesmo do excesso de expectativas parentais sobre os seus resultados escolares, a que não conseguiram corresponder, enveredam por uma resposta distorcida, que, na

generalidade dos casos, não é compreendida quer pelo sistema escolar, quer pelo sistema familiar.

A escola é o local privilegiado para a formação de grupos etariamente homogéneos, que partilham representações e interesses comuns, sendo, por isso, considerada a segunda instituição de socialização depois da família.

O grupo de pares constitui a área de sociabilidade alternativa à que a família propõe. A socialização no contexto escolar é possibilitada não só na sala de aula, mas também nos espaços de lazer e para além do próprio espaço escolar.

A escola pode proporcionar, através de laços afectivos, quer aos professores, quer à própria instituição ou aos colegas, o controlo que promove a conformidade. Um outro vector fundamental na promoção de conformidade tem a ver com o grau de empenho em relação aos objectivos educacionais. As atitudes positivas em relação à escola e aos professores, bem como a participação em actividades escolares, correlacionam-se negativamente com as práticas delinquentes. O empenhamento na prossecução de objectivos educacionais também se correlacciona negativamente com os comportamentos delinquentes, assim como o tempo gasto nos trabalhos de casa e a percepção da relevância do currículo académico, segundo Hawhins e Lishner (1987). Os autores concluem ainda que os problemas disciplinares estão mais presentes nos alunos que não se ajustam à escola e que raramente participam nas actividades escolares.

Estas conclusões vão na mesma linha daquilo que se verifica com os alunos que apresentam um baixo desempenho escolar e de competência académica, que acabam por se auto-excluir do contexto escolar, ou que são rejeitados pela escola, contribuindo para o aumento de comportamentos delinquentes, quando estes adolescentes se associam à subcultura de oposição escolar, como resposta às rejeições que sentem.

Sabendo que a associação a grupos delinquentes, que vigoram na subcultura de

oposição escolar, é um dos preditores da delinquência, não é de estranhar que o grosso dos adolescentes que constituem estes grupos de delinquentes tenha uma representação negativa da escola.

Se outrora os adolescentes abandonavam a escola e entravam no mercado de trabalho, hoje por questões que se prendem, quer com o aumento de escolaridade obrigatória, quer com a recessão a nível de postos de trabalho, ou mesmo com o melhor controlo sobre o trabalho infantil, a integração no mundo do trabalho, pelos jovens adolescentes que abandonam precocemente a escola, é dificultada. Assim sendo, a via desses adolescentes, que normalmente apresentam insucesso escolar, fraco desempenho escolar e sentimentos de frustração, é a da prática de comportamentos desviantes.

Um dos aspectos que sobressai desta subcultura de rejeição escolar é um estilo comportamental de oposição. A manifestação desta subcultura de rejeição encontra, não raras vezes, eco nos contextos familiares em que os próprios progenitores abraçaram, em determinada fase da sua vida, esta subcultura, não tendo sido integrados afectivamente pela escola, constituindo, assim, esta rejeição, um processo transgeracional.

Se a socialização primária centrada na família é fundamental para a compreensão da génese da delinquência, a socialização secundária baseada na escola e nas relações grupais não terá um papel menos importante na compreensão do processo delinquencial. Daí a importância do papel que a escola tem ao proporcionar ao adolescente identificações e integrações positivas, reforçando as orientações convencionais nos adolescentes que tiveram a oportunidade de uma socialização primária no seio da família, ou orientando os adolescentes que não tiveram oportunidades de orientação familiar no sentido do reforço de conformidade.

Com a aplicação da Escala de Agressividade do Child Behavior Check-list (Edelbrock e Achenbach, 1984), fomos medir a avaliação que os professores fazem dos comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo dos seus alunos que fazem parte da nossa amostra.

2.3.1 - PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS E DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

A inadaptação escolar faz igualmente parte do quadro do jovem delinquente, sendo os seus resultados académicos fracos. Estes jovens são percepcionados pelos professores como absentistas, indisciplinados, agitadores e perturbadores (Hirschi 1969).

Rutter e Giller (1983) consideram existir meios escolares que propiciam uma melhor prevenção da delinquência que outros. Segundo os autores, a característica da escola que tem maior influência sobre a delinquência é o equilíbrio intelectual da sua população escolar. A escola produz mais delinquentes se maior número de alunos subdotados tiver. Ou seja, numa escola com uma boa percentagem de bons alunos, o clima é mais propício a que se assumam condutas adequadas e se estude. Nas escolas com maior incidência de alunos com dificuldades intelectuais, o clima seria destabilizado por estes. Para os autores, uma outra característica que está relacionada com o sucesso das escolas na prevenção da delinquência é o clima que se vive na escola, e que passa por uma dinâmica pedagógica que dinamiza o trabalho escolar, onde há deveres (trabalhos de casa), um sistema de recompensa para motivar os alunos a trabalhar e a ter uma boa conduta e onde há medidas disciplinares firmes e equitativas.

Se o jovem tem uma predisposição para a delinquência, porque, por exemplo, é oriundo de uma família criminogénea, os riscos de enveredar pela delinquência baixarão, se encontrar um meio escolar com uma atmosfera que lhe propicie outro percurso. Se, pelo contrário, a escola marginaliza estes jovens e se verifica o abandono, sem hipóteses de integração no mundo do trabalho, até pela impreparação e falta de qualificações, as probabilidades da escalada delinquente aumentam.

Fréchtte e LeBlanc (1987) demonstraram que uma adequada inserção no mundo do trabalho é essencial para a prevenção da delinquência. Segundo os autores, o número médio de delitos diminui duas vezes entre os jovens que encontraram emprego estável à saída da escola, comparativamente com os que não o encontraram.

Os desvios comportamentais dos jovens são frequentes quando os adultos não os preparam para o desempenho dos papéis que a sociedade espera que eles desempenhem. Se a agravar esta situação, a escola não estiver preparada para o receber e não mantiver com ele uma relação afectiva que o motive a continuar nesse contexto, então os desvios aumentarão e as institucionalizações também.

2.3.1.1 – CONHECIMENTO DO ALUNO

Em relação à primeira parte da escala de Agressividade, como se pode ver no quadro 7.4, no que diz respeito ao item "Tempo de conhecimento do aluno" (I), não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre o conhecimento que os professores dos alunos institucionalizados e os professores dos alunos não institucionalizados dizem ter dos seus alunos. De assinalar que numa escala de 0 a 4 a

média é de 2,1 quer para o grupo de professores dos alunos institucionalizados, quer para o grupo de professores dos alunos não institucionalizados (t= -.194; p=n.s.).

Também em relação ao item "Grau de conhecimento do aluno" (III), em que se verifica haver dois valores em falta, que por lapso não foram preenchidos pelos professores, não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=.000; p=1.000), numa escala de 0 a 4 as médias obtidas pelos respectivos grupos são de 1,9.

Estes resultados levar-nos-iam a pensar que embora os professores dos alunos institucionalizados estejam mais tempo com os alunos na sala de aula, semanalmente, (média de 2,2), comparativamente aos professores dos alunos não institucionalizados (média de 1,0), conforme se pode verificar no item "Tempo semanal que o aluno está com o professor na aula" (II), que apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=15,072; p=.001), esta diferença não seria significativa para os professores dos alunos institucionalizados conhecerem melhor os seus alunos.

2.3.1.2 – DESEMPENHO ESCOLAR DO ALUNO

Já no que diz respeito à percepção que os professores têm sobre o comportamento e desempenho escolar dos alunos, verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos em relação a todos os itens.

No que diz respeito aos itens "Afinco com que o aluno trabalha" (VI), "Comportamento na sala de aula" (VI-2), "Aprendizagem do aluno" (VI-3) e "Realização das tarefas escolares" (VII), os professores dos alunos institucionalizados

percepcionam-nos sempre com médias inferiores às médias com que os professores dos alunos não institucionalizados percepcionam os seus alunos. Verificando-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos para estes itens, (t=-6,258; p=,001; t= -4,809; p=,001; t= -5,702; p=,001; e t= -10,328; p=,001 respectivamente)

Quadro 7.4 - PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS E DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

Percepção dos professores sobre os comportamentos desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	P
Tempo de conhecimento do aluno (I)	CAEF's	104	2,1442	1,1858		
	Escolas	104	2,1731	,9496	-,194	,847
Tempo semanal que o aluno está com o professor na aula (II)	CAEF's	102	2,2549	,8288		
	Escolas	104	1,0096	9,806	15,072	,001
Grau de conhecimento do aluno (III)	CAEF's	104	1,9231	,6184		
	Escolas	104	1,9231	,5156	,000	1,000
Afinco com que o aluno trabalha (VI)	CAEF's	104	3,0385	1,5699		
	Escolas	104	4,4135	1,5986	-6,258	,001
Comportamento do aluno na sala de aula (VI-2)	CAEF's	104	3,8077	1,6726		
	Escolas	104	4,8654	1,4947	-4,809	,001
Aprendizagem do aluno (VI-3)	CAEF's	104	3,1538	1,5996		
	Escolas	104	4,3654	1,4619	-5,702	,001
Realização das tarefas escolares (VII)	CAEF's	104	2,3077	1,1154		
	Escolas	104	3,8462	1,0313	-10,328	,001

2.3.2– ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

Uma vasta literatura mostra a relação entre insucesso escolar e delinquência juvenil. Autores como Vettenburg e Walgrave (1983); Vettenburg, Walgrave e Van Kerckvoorde (1984); Phillips (1974) e Frase (1973) cit. por Walgrave (1986), consideram a experiência do insucesso escolar, mais precisamente as reprovações, como

factores determinantes na trajectória delinquente.

Boundon (1974), cit. por Walgrave (1986), considera que os adolescentes das classes inferiores aproveitam menos, tiram menos partido das ofertas escolares e abandonam mais o meio escolar que os adolescentes das classes médias ou superiores. Esta situação é, por norma, atribuída à discrepância entre a cultura dominante que se pratica nos meios escolares e a realidade cultural destes extractos sociais, que está muito longe de poder ser identificada à cultura de poder, às suas normas, valores, pressupostos e estereótipos.

As condições de vida e os papéis sociais interferem nos sistemas culturais, introduzindo variantes importantes, sendo que a cultura das classes privilegiadas não é a mesma das classes desfavorecidas. A escola reproduz a cultura de poder, esta cultura é transmitida pelos professores nas interrelações que estabelecem com os alunos, na disciplina que imprimem ao contexto escolar e nas práticas pedagógicas que utilizam (Girard, 1965; Hurrelman, 1974; Querrien, 1976; Bernstein, 1972 cit. por Walgrafve 1986).

Para os adolescentes oriundos de meios mais marginalizados, as diferenças culturais sentidas constituem uma verdadeira clivagem, o que constitui, por seu turno, um contributo para que o adolescente não consiga atingir os objectivos propostos. Que fazer então? Alguns adaptam as suas aspirações ao leque que lhes parece possível e reavaliam as suas expectativas escolares e profissionais (Gold, 1965; Downes, 1966; Kelly, 1971; Chamboredon, 1971 cit. por Walgrave 1986). Esta situação é, por vezes, complementada pela falta de estimulação por parte dos professores, que perante a "retirada" dos alunos os estimulam menos.

Estes adolescentes são, por norma, oriundos de famílias em que os pais também tiveram experiências negativas com a escola e com outras instituições, como se os laços

intra-familiares que se estabelecem fossem transmissores da negatividade do contexto escolar. Esta ausência de relatos positivos e vivências próprias, também elas não frustrantes, no contexto escolar, são consideradas como a charneira essencial entre a marginalidade ocasional e a delinquência persistente, que ocorre quando os laços negativos face às instituições se instalam, anulando os laços positivos que poderiam existir entre o sujeito e as instituições.

Contudo, as experiências escolares não existem dissociadas da família e da organização social, pelo que a escola constitui apenas um indicador do contexto social global. O sistema de ensino decorre, por seu turno, da organização social. A escola acaba por ser o aparelho ideológico do Estado, uma vez que veicula os modelos necessários para a manutenção do sistema sócio-económico em vigor.

A escola propicia as condições necessárias ao sucesso social, se os seus alunos aceitarem as condições do sistema, aliás, como na generalidade das instituições. Na escola, essas condições passam pela aceitação do ritmo de trabalho, do sistema hierárquico, da concorrência, da cultura, dos interesses e mesmo dos modelos que são os professores.

Os alunos que aceitam estas condições têm grandes possibilidades de obterem sucesso, no mínimo transitando de ano, e obtendo um diploma, ainda que, por vezes, com poucos conhecimentos adquiridos. Os outros alunos, os que não correspondem às condições que o sistema exige, vêem-se confrontados com um controlo mais apertado, com sanções, e, não raras vezes, são vítimas de comportamentos persecutórios por parte dos adultos. Aqui se inicia, frequentemente, a discriminação a que muitos adolescentes respondem, envolvendo-se em actos desviantes com que pretendem demonstrar o seu mal estar, mas que acabam por assumir proporções imparáveis, que vão conduzi-los a uma trajectória delinquente, onde os contactos com a polícia e os meios judiciais farão

parte do processo, que envolve a própria trajectória delinquente.

A vulnerabilidade destes adolescentes vai continuar a sentir-se, mais tarde, no mercado de trabalho, onde são explorados, condicionando os contextos familiares, que eles próprios constituíram e que, por sua vez, produzirão crianças com vulnerabilidade social idêntica, tornado-se eles também vítimas do sistema, como os seus pais já o haviam sido. Por isso, esta situação é vivida como uma problemática familiar transgeracional, como já afirmámos atrás.

Alguns grupos e indivíduos têm riscos acrescidos no contacto com as instituições. Estes riscos decorrem da sua falta de ligação ao poder social, que lhes causa uma vulnerabilidade social. "Esta vulnerabilidade resume-se essencialmente numa carência de autoridade para participar de forma significativa na formulação da cultura dominante" (Walgrave 1986).

Os grupos vulneráveis não dispõem nem de poder, nem de autoridade necessários para fazer valer os seus interesses, necessidades, valores e estilos de vida. Veja-se a forma como é feita a integração social, quando se transferem as pessoas dos bairros degradados, para bairros camarários, que nos parece um bom exemplo da falta de participação dos interessados, a quem não são reconhecidas as necessidades, valores, ou estilos de vida, ou quando o são, o são de forma demagógica, acabando as equipas "pluridisciplinares" por tomar decisões que consideram as mais adequadas, obviamente de acordo com a cultura social a que pertencem.

Estes adolescentes portadores desta vulnerabilidade são aqueles que encontramos nas instituições dependentes do Ministério da Justiça. Vítimas de estereótipos negativos, os seus contactos com as instituições não lhes permite tirar benefícios face à sua vulnerabilidade social. Após contactos com as autoridades, mais ou menos assíduos, o encaminhamento destes adolescentes é feito para os Colégios de

Acolhimento, Educação e Formação (CAEF's).

2.3.2.1 – ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL

Quanto ao item IV da Escala de Agressividade, "Alunos indicados para ensino especial", 59,6% dos professores dos alunos institucionalizados dizem que o aluno não foi indicado para ensino especial e 30,8% dos professores afirmam desconhecerem-no. Quanto aos alunos não institucionalizados, 90,4% dos professores afirmam não terem os alunos sido indicados para o ensino especial e 7,7% dos professores dizem não saber se os alunos foram indicados para ensino especial (cfr. Quadro 7.5). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (χ^2=26,297; p=.001).

Nos grupos socialmente vulneráveis, como os desempregados, os emigrantes de países oriundos do terceiro mundo e as famílias destes, encontram-se os adolescentes que maiores dificuldades de adaptação às exigências sociais e escolares apresentam. Iniciam o seu processo de inadaptação, bem cedo, na escola, quando pouco familiarizados com as matérias ministradas, que não constituem tema nos seus contextos familiares, começam a apresentar dificuldades a nível da aprendizagem, desmotivando-se e engrossando a lista dos portadores de insucesso escolar. As reprovações de ano não permitem que concluam o ensino escolar obrigatório, ou quando o fazem é com dificuldades acrescidas, tardiamente, e sem qualquer preparação para o mundo do trabalho.

As condições de acesso à formação profissional e consequente colocação, também não são facilitadas, fechando-se o ciclo do desemprego num contexto que

nunca deixou de ser de vulnerabilidade.

Os mecanismos de controlo e exclusão que a escola utiliza para com estes adolescentes, são francamente facilitadores da ligação à trajectória delinquente. O desinteresse que os professores manifestam por estes alunos, considerando que nada podem fazer para os ajudar, ignorando-os, por vezes, ou fazendo-lhes exigências, quer de ordem social, quer de ordem cognitiva, para que não estão preparados, continuando a ignorá-los, assim como aos seus antecedentes, leva-os a terem comportamentos reactivos, que funcionam como o início do processo de exclusão.

Esta dinâmica é bem patente em situações em que os professores não conseguem minorar a "décalage" entre a sua realidade e a dos seus alunos, fantasiando que estes têm que ser como os alunos da sua época, fazendo-lhes exigências como as que noutros tempos se fizeram, ou pelo contrário, entrando num "facilitismo", este motivado por uma grande insegurança por parte do professor, chegando ao ponto de perca de controlo. Alguns professores têm mesmo medo dos seus alunos e dos comportamentos que estes possam ter, o que tem, obrigatoriamente, que prejudicar o exercício das suas funções enquanto professores.

É uma realidade que, por vezes, os professores se vêem confrontados com comportamentos delinquentes, dos alunos, que transcendem aquilo que pode ser considerado normal. Todavia, estes casos esporádicos não poderão ser generalizados a toda uma população que, porque adolescente, se encontra numa fase do seu ciclo de vida em que determinados actos desviantes esporádicos são considerados fenómenos normais.

2.3.2.2 – REPROVAÇÕES DO ALUNO

Quanto ao item V "Reprovações do aluno", 83,7% dos professores dos alunos institucionalizados referem que o aluno reprovou, enquanto que 83,7% dos professores dos alunos não institucionalizados referem que o aluno nunca reprovou (cfr. Quadro 7.5). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (χ^2=131,294; p=.001).

Embora nas características dos adolescentes relacionadas com a delinquência sejam incluídas, entre outras, factores cognitivos tais como o Q.I., colocamos algumas dúvidas se será este factor decisivo neste item, das reprovações e não outros, como por exemplo a competência social que problematiza as suas relações com os professores ou o défice de auto-estima, ou até, porque não, o preconceito dos professores em relação a estes adolescentes.

Quadro 7.5 – ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

		CAEF's	Escolas	TOTAL	χ2	p
Alunos indicados para Ensino especial (IV)	**Sim**	10 (9,6%)	2 (1,9%)	12 (5,8%)		
	Não	62 (59,6%)	94 (90,4%)	156 (75%)		
	Não sei	32 (30,8%)	8 (7,7%)	40 (19,2%)		
	TOTAL	104 (100%)	104 (100%)	104 (100%)	26,297	.001
Reprovações/ aluno (V)	**Sim**	87 (83,7%)	14 (13,5%)	101 (48,6%)		
	Não	5 (4,8%)	87 (83,7%)	92 (44,2%)		
	Não sei	12 (11,5%)	3 (2,9%)	15 (7,2%)		
	TOTAL	104 (100%)	104 (100%)	104 (100%)	131,294	.001

2.3.3- PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Em contexto escolar, na sala de aula, o adolescente delinquente prefere passar despercebido, para que a sua falta de preparação escolar e o seu desinteresse não seja notado quer pelos colegas, quer pelo professor.

Perante as insistências dos professores em tentarem cativá-lo, estimulando-o para o ensino, é natural que o adolescente responda negativamente porque o sujeito não está interessado nas matérias versadas. Se, excepcionalmente, estas o interessarem, pode durante um período escasso, implicar-se na aprendizagem. Mas ao exigir a si próprio resultados imediatos e face à fraca resistência à frustração, que normalmente manifesta, o desinteresse e o desinvestimento sobrepõem-se de novo ao interesse pelas actividades.

Algumas análises às carreiras escolares de jovens delinquentes assinalam deficiências intelectuais e dificuldades de aprendizagem (Yochelson e Samenow 1976). Mais do que as capacidades cognitivas do adolescente, o que está em causa no processo de aprendizagem, nestes casos, é o processo de investimento.

Estes adolescentes aprendem com facilidade aquilo que é importante para eles. A falha na aprendizagem escolar resulta da falta de interesse e não de um défice intelectual ou orgânico.

O problema que se coloca, está também relacionado com a forma como estes adolescentes se integram no contexto escolar, fazendo esforços no sentido de criar alguma instabilidade no próprio contexto, quer perturbando as aulas e impossibilitando os outros alunos de aprenderem, quer criando um clima de "terror", face aos furtos ou agressões aos próprios colegas. Por vezes, o vandalismo é praticado apenas pelo grau de excitação que proporciona, o que leva à destruição de equipamento e instalações causando o pânico entre os outros alunos e entre professores e funcionários da acção

educativa.

Os adolescentes que cometem actos delinquentes fazem-no, por norma, acompanhados de um companheiro ou com um grupo, daí que o contexto escolar seja um local privilegiado para recrutamento dos parceiros que, com o adolescente, assumem os comportamentos delinquentes.

Yochelson e Samenow (1976) consideram três grupos de violação de padrões sociais: os que envolvem a propriedade, os que têm como objectivo o assalto e por último os relacionados com o sexo. A trajectória delinquente inicia-se, segundo os autores, com pequenos furtos de dinheiro aos familiares, com quem o adolescente reside. Na escola os furtos incidem sobre os colegas e os professores.

Depois o processo evolui para os furtos de bicicletas, que estão nos quintais, onde se entra indevidamente. Seguem-se as lojas, actualmente os grandes super-mercados, onde os doces que são furtados são muitas vezes deitados fora, porque o furto funciona, nesta fase, como um jogo em que o adolescente testa a sua capacidade.

O vandalismo, nomeadamente a automóveis, riscando-os, partindo os vidros ou furtando partes do mesmo, como antena, rádio, logotipos, etc. constitui uma etapa significativa da trajectória delinquente. Nesta escalada, seguem-se os assaltos a escolas, edifícios onde, por vezes, nada é furtado, porque o que está em jogo é somente o acto de vandalismo. Posteriormente, outros contextos são abrangidos, e aí o assalto pode já estar presente, e o uso de arma é, então, já mais frequente.

A escola não pode fornecer a estes adolescentes a excitação que eles requerem. Na impossibilidade de se tornarem o centro das atenções, pelos bons resultados escolares, até porque o seu investimento é quase nulo, sendo, por isso, também dificultados os processos de aprendizagem, e consequentemente fracos os resultados obtidos, o adolescente delinquente opta pela via do desvio, tornando-se o herói pela

negativa.

2.3.3.1 – COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Em relação à segunda parte da escala de Agressividade que avalia a percepção do comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos, verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre a percepção dos professores dos alunos institucionalizados e a percepção dos professores dos alunos não institucionalizados, respectivamente em relação aos seus alunos, como se pode ver no quadro 7.6.

Na sub-escala de Apelatividade, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam-nos, numa escala de 1 a 3 em 38 itens, com uma média de 20,9, comparativamente à média de 15,4 com que os professores dos alunos não institucionalizados percepcionam os seus alunos. Este resultado é estatisticamente significativo (t=7,236; p=.001).

Na sub-escala de Agressividade, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam-nos, numa escala de 1 a 3 em 38 itens, com uma média de 10,1, comparativamente aos 7,2 com que os professores dos alunos não institucionalizados percepcionam os seus alunos. Este resultado é estatisticamente significativo (t=7,5; p=.001).

Na sub-escala de Instabilidade os professores dos alunos institucionalizados percepcionam-nos, numa escala de 1 a 3 em 38 itens, com uma média de 14,3 comparativamente à média de 9 com que os professores dos alunos não

institucionalizados percepcionam os seus alunos. Este resultado é estatisticamente significativo (t=11,9; p=.001).

Quadro 7.6 - PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Sub-escala de Apelatividade	**CAEF's**	104	20,9423	6,3641		
	Escolas	104	15,4904	4,3062	7,236	.001
Sub-escala de Agressividade	**CAEF's**	104	10,1923	3,7934		
	Escolas	104	7,2981	1,0228	7,512	.001
Sub-escala de Instabilidade	**CAEF's**	104	14,36	4,1616		
	Escolas	104	9,0096	1,8669	11,963	.001

2.3.4 - COMENTÁRIOS

A disrupção infantil dos 8 aos 10 anos avaliada pelos professores e colegas aparece como um dos melhores preditores da delinquência (Farrington 1991,1994).

Reiss & Roth (1993) associaram ao comportamento agressivo as características familiares, as relações com os pares, o insucesso escolar e as características individuais, tais como o temperamento, o Q.I. e o sistema hormonal. O comportamento agressivo seria estável durante o desenvolvimento individual e a agressividade reproduzida transgeracionalmente, ou seja, reproduzida de uma geração para a seguinte e assim sucessivamente.

A agressão física foi identificada como um dos melhores preditores de posterior comportamento desviante.

A manifestação de comportamentos agressivos, particularmente antes dos oito anos, foi associada por Robins (1966) aos elevados níveis e à severidade de comportamentos anti-sociais na adolescência e na idade adulta. Quanto mais sério ou grave, variado e frequente, fôr o comportamento agressivo precoce, maior o risco dos comportamentos anti-sociais e criminosos se instalarem, e da continuidade destes na adolescência e na idade adulta (Blumstein, Farrington & Moitra, 1985).

Os padrões comportamentais que emergem ainda na pré-escolaridade são fortes discriminadores das crianças que podem estar em risco de subsequente comportamento delinquente, ou, pelo contrário, manifestam potencialidades para uma adequada adaptação ao contexto, capacidade para controlar e regular o seu comportamento, para se autonomizarem e para se envolverem em processos de aprendizagem.

As crianças em risco de subsequente comportamento delinquente, ao contrário das outras, manifestam dificuldades em adaptar-se aos desafios que lhe são colocados a nível escolar ou em matérias do quotidiano.

Os adolescentes assinalados pelos professores como agressivos na infância, ou no início da adolescência, têm maiores probabilidades de apresentarem durante a adolescência mais comportamentos do tipo fumar, beber excessivamente, consumir substâncias e praticar actos criminosos do tipo ofensa aos adultos, que os adolescentes que não foram assinalados pelos professores como agressivos (Farrington, 1991).

Autores como Olweus (1984) e Loeber e Dishion (1983) comprovaram que o comportamento agressivo se mantém estável ao longo do tempo. Contudo, adolescentes há, que entram na escalada delinquente e outros não, eventualmente, pela presença ou ausência de determinados preditores durante o seu desenvolvimento.

Westman, Rice e Berman (1967) in Spivack e Cianci (1987) concluíram, num estudo que efectuaram, que as relações que a criança estabelece com os professores e

com os pares, ainda no jardim escola, estão relacionadas com o seu subsequente funcionamento adaptativo.

Perry, Guidebaldi e Kehle (1979), cit. por Spivack e Cianci (1987) concluíram que as classificações de disruptividade/conformidade dos professores, sobre as crianças no jardim de infância, assim como sobre a aceitação pelos pares, interesse escolar e actividade académica, eram preditores de futura adequação, ou não, ao contexto escolar.

Kellam, Ensminger e Simon (1980), igualmente citados por Spivack e Cianci (1987), avaliaram a preditividade da avaliação que os professores fazem dos sinais comportamentais no primeiro nível de escolaridade, e o subsequente ajustamento social e escolar em crianças de meios urbanos e de famílias pobres. Concluíram que, para ambos os sexos, as crianças consideradas pelos professores como mais agressivas, dez anos mais tarde estavam, de acordo com os seus auto-relatos, mais relacionadas com o abuso de drogas e, nos caso dos rapazes, mais agressivos, quebrando as normas sociais e legais e manifestando sentimentos de frustração.

Gibson e West (1970 in. Spivack e Cianci, 1987) estudaram rapazes com 8/9 anos e seguiram-nos durante 5/6 anos. Concluíram que as variáveis estatuto sócio-económico e inteligência estão independentemente (cada uma por si) relacionadas com o subsequente comportamento delinquente.

Segundo Spivack e Cianci (1987), a relação entre agressividade e outros comportamentos ajuda a clarificar o sentido de agressividade em crianças. Por outro lado, a possibilidade de tão precocemente serem detectados estes, ou outros comportamentos, que constituem indicadores de futura delinquência, permite-nos uma actuação preventiva cada vez mais precoce. Para além do contexto familiar, onde estes comportamentos são analisáveis pelos pais, na escola aos professores e aos técnicos é possibilitada uma avaliação mais consistente e segura.

Para os autores é evidente que os sinais precoces de agressividade em excesso, ou comportamentos anti-sociais, são sinais de alto risco de posterior comportamento anti-social e delinquência.

Os resultados obtidos na aplicação da Escala de Agressividade do CBC, de Edelbrock e Achenbach (1984), permitem-nos concluir que a avaliação que os professores fazem quer dos comportamentos, quer do desempenho escolar e do funcionamento adaptativo dos alunos institucionalizados apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, de adolescentes institucionalizados e não institucionalizados.

Embora os professores dos alunos institucionalizados estejam mais tempo com os alunos na sala de aula, semanalmente, comparativamente aos professores dos alunos não institucionalizados, esta diferença não constitui uma mais valia para os professores destes alunos, uma vez que não conhecem melhor os seus alunos comparativamente aos professores dos alunos não institucionalizados.

Os professores dos alunos institucionalizados percepcionam-nos como trabalhando e aprendendo pouco, não realizando as tarefas escolares e com um comportamento desajustado na sala de aula.

Os alunos institucionalizados apresentam, segundo a percepção dos professores, índices superiores de reprovações e são, percentualmente, mais indicados para o ensino especial comparativamente aos alunos não institucionalizados. Ainda em relação à percepção do comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos, os adolescentes institucionalizados são percepcionados pelos professores como significativamente mais apelativos, agressivos e instáveis que os adolescentes não institucionalizados.

3 – ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS E NÃO INSTITUCIONALIZADOS EM FUNÇÃO DE NÍVEIS ETÁRIOS

Pretendemos avançar um pouco mais sobre os resultados obtidos no ponto anterior e porque a questão dos níveis etários foi considerada premente, decidimos abordá-la, tentando compreender eventuais diferenças que se verifiquem e que sejam estatisticamente significativas, quando entramos em linha de conta com os diferentes níveis etários dos adolescentes.

Independentemente de todos os adolescentes que constituem a nossa amostra se encontrarem na fase da adolescência, dada a variação de idades e a grande abrangência dos níveis etários, dos 10 aos 18 anos, os adolescentes encontram-se em períodos diferentes na fase de desenvolvimento, uns numa fase mais precoce, enquanto outros numa fase mais tardia, mais próximos da idade adulta. As percepções que terão, serão diferentes, nomeadamente no que diz respeito às práticas parentais e à dinâmica familiar, pelo que são esperados resultados também diferentes, em função dos níveis etários considerados.

É também esperado que os professores tenham percepções diferentes dos seus alunos de acordo com os diferentes níveis etários, não só no referente ao comportamento, como em relação à "performance" escolar e ao funcionamento adaptativo. Um aluno com um nível etário inferior, por exemplo, será percepcionado pelo professor num nível superior da sub-escala de apelatividade comparativamente a um aluno com um nível etário superior. Quanto aos alunos institucionalizados, a situação será idêntica?

No intuito de aprofundarmos estas questões trabalhámos os resultados obtidos em função dos níveis etários.

Considerados os três níveis etários: adolescentes com idades dos 10 aos 12 anos; adolescentes com idades dos 13 aos 15 anos; e adolescentes com idade igual ou mais de 16 anos, fomos verificar a variabilidade dos resultados face a estes três níveis etários e em relação à percepção que os adolescentes e progenitores têm da sua estrutura familiar, à percepção que os adolescentes têm do carinho e protecção dos seus progenitores, e, por fim, em relação à percepção que os professores têm sobre os comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo dos seus alunos.

3.1 – CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA EM FUNÇÃO DOS NÍVEIS ETÁRIOS

Passamos a apresentar alguns dados de caracterização específicos destes grupos.

Como já foi referido (capítulo V, pag. 357, quadro 5.7), em relação ao género, verifica-se que o género masculino surge em maior percentagem nos adolescentes institucionalizados 62,5%, comparativamente a 37,5% do género feminino.

Em relação aos adolescentes não institucionalizados passa-se o inverso, ou seja, 51% dos adolescentes são do género feminino e 49% são do género masculino. Contudo, esta proporção varia consoante o grupo etário, sendo que a maior diferença, se verifica entre os 10 e os 12 anos, atenuando-se no grupo igual ou superior a 16 anos e anulando-se no grupo dos 13 aos 15 anos que é composto por 50% de rapazes e 50% de raparigas (cfr. Quadro 7.8).

O teste do qui-quadrado aplicado neste cruzamento indica que não existe uma associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis ($\chi 2 = 5{,}121$; p = n. s.).

Conforme também já anteriormente referimos (capítulo V, pag. 357, quadro 5.7), na nossa amostra a distribuição dos adolescentes pelos três níveis etários considerados, tem maior incidência no nível entre os 13 e os 15 anos, sendo a percentagem de adolescentes institucionalizados de 54,8% e de 45,2% de adolescentes não institucionalizados (cfr. Quadro 7.8).

No nível etário dos 10 aos 12 anos a percentagem de adolescentes não institucionalizados é de 75,5% e a de adolescentes institucionalizados é de 24,5%. Verifica-se o inverso no grupo do nível etário igual ou maior que 16 anos em que o número de adolescentes institucionalizados (63,6%) é superior ao número de adolescentes não institucionalizados (36,4%).

O teste do qui-quadrado aplicado neste cruzamento indica a existência de uma associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis ($\chi 2$=17,808; p=.001).

Quadro 7.8 - Dados de caracterização do adolescente

		10-12 anos	13-15 anos	> 16 anos	Total
Género	Masculino	34 (69,4%)	52 (50,0%)	30 (54,5%)	116 (55,8%)
	Feminino	15 (30,6%)	52 (50,0%)	25 (45,5%)	92 (44,2%)
	Total	49 (100%)	104 (100%)	55 (100%)	208 (100%)
Instituição	CAEF's	12 (24,5%)	57 (54,8%)	35 (63,6%)	104 (50%)
	Escolas	37 (75,5%)	47 (45,2%)	20 (36,4%)	104 (50%)
	Total	49 (100%)	104 (100%)	55 (100%)	208 (100%)

Estes dados levar-nos-iam a pensar que as probabilidades de institucionalização dos adolescentes são maiores quando o nível etário destes aumenta. Esta situação será ainda mais notória quando as instituições separarem os casos assistenciais dos casos pré-delinquentes ou delinquentes, porque estes últimos abrangem os níveis etários mais elevados.

3.2 - PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E DOS PROGENITORES SOBRE A ESTRUTURA FAMILIAR

3.2.1 - NÍVEL ETÁRIO ENTRE OS 10 E OS 12 ANOS

No que diz respeito à percepção que os adolescentes e os seus progenitores têm da sua estrutura familiar, e de acordo com os níveis etários considerados, verifica-se que, como se pode ver no quadro 7.9 no primeiro nível etário (10 aos 12 anos), os adolescentes institucionalizados percepcionam a adaptabilidade da sua família com uma média de 24,6667 e os adolescentes não institucionalizados com uma média de 28,2973. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-1,927; p = n.s.), embora apresente um valor de .060, um nível considerado "border line".

Os progenitores dos adolescentes com o nível etário compreendido entre 10 e 12 anos, institucionalizados, percepcionam o índice de adaptabilidade da sua família com uma média de 22,4167, enquanto que a média dos progenitores dos adolescentes não institucionalizados é de 27. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-2,683; p=.010).

Quanto ao índice de coesão familiar, os adolescentes institucionalizados percepcionam a coesão familiar com uma média de 34,7500 enquanto os adolescentes não institucionalizados apresentam uma média de 41,6486. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-2,405; p=.032).

Ainda em relação ao índice de coesão familiar os progenitores dos adolescentes institucionalizados percepcionam as suas famílias com uma média de 34,7500 enquanto os progenitores dos adolescentes não institucionalizados percepcionam as suas famílias

com uma média de 42,3784. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-2,820; p=.014).

QUADRO 7.9 – PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E DOS SEUS PROGENITORES SOBRE A ESTRUTURA FAMILIAR (ADAPTABILIDADE E COESÃO)

Percepção dos adolescentes e dos seus progenitores sobre a estrutura familiar (adaptabilidade e coesão)	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	P
Índice de adaptabilidade (adolescente)	**CAEF's**	12	24,6667	6,2716		
	Escolas	37	28,2973	5,4765	-1,927	,060
Índice de adaptabilidade (progenitores)	**CAEF's**	12	22,4167	3,7528		
	Escolas	37	27,0000	5,4975	-2,683	,010
Índice de coesão (adolescente)	**CAEF's**	12	34,7500	9,5644		
	Escolas	37	41,6486	4,7271	-2,405	,032
Índice de coesão (progenitores)	**CAEF's**	12	34,7500	8,9861		
	Escolas	37	42,3784	4,6688	-2,820	,014

Como se pode verificar, no primeiro nível etário considerado, dos 10 aos 12 anos, no referente ao índice de adaptabilidade, quer os adolescentes institucionalizados, quer os não institucionalizados, apresentam diferenças de médias que não são estatisticamente significativas. O que significa que, neste nível etário, as percepções sobre a adaptabilidade familiar não diferem nos dois grupos. De salientar que os adolescentes institucionalizados estão há pouco tempo nesta condição, uma vez que a institucionalização não ocorre antes dos 10 anos, o que pode ter influência nestes resultados. Não menosprezamos, contudo, a imaturidade destes adolescentes, que pode impedi-los de fazer outro tipo de leituras que aos adolescentes mais velhos é possível.

Já no que diz respeito à coesão familiar, e porque os itens compreendidos neste índice podem ser mais facilmente interpretados pelo adolescente com estes níveis etários, verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, sendo que o grupo não institucionalizado percepciona as suas famílias com um índice de

coesão com médias superiores, comparativamente ao grupo institucionalizado.

Quanto à percepção dos progenitores, quer para o índice de adaptabilidade, quer para o índice de coesão, os progenitores dos adolescentes não institucionalizados percepcionam as suas famílias com níveis médios mais elevados que os progenitores dos adolescentes institucionalizados.

Assim, mais uma vez é patente que quer os adolescentes não institucionalizados, quer os seus progenitores percepcionam as suas famílias com uma maior capacidade de mudança a nível da liderança, papéis e regras (adaptabilidade) e com melhores ligações afectivas entre os seus elementos (coesão), exceptuando-se o índice de adaptabilidade para os adolescentes, o que interpretamos como atribuível ao nível etário, como já assinalámos.

3.2.1.1 - PERCEPÇÃO SOBRE A TIPOLOGIA DE FAMÍLIA

No nível etário entre os 10 e os 12 anos, em relação à tipologia de família, como se pode ver no quadro 7.10, os adolescentes institucionalizados consideram as suas famílias em igual percentagem (33,3%) como "mid-range" (intermédia) e balanceada (equilibrada).

Já os adolescentes não institucionalizados consideram a sua família em 53,1% dos casos moderada (intermédia) e em 40,5% dos casos balanceada (equilibrada). Estas diferenças, entre os dois grupos, são estatisticamente significativas (χ^2= 7,575; p= .056).

Também para este nível etário, 58,3% dos progenitores dos adolescentes

institucionalizados consideram as suas famílias "mid-range" (intermédias), enquanto 45,9% dos progenitores dos adolescentes não institucionalizados consideram as suas famílias moderadas (intermédio) e 35,1% balanceadas (equilibrada). Nenhum progenitor dos adolescentes institucionalizados com este nível etário considera a sua família balanceada (equilibrada). As diferenças entre os progenitores dos dois grupos de adolescentes com este nível etário são estatisticamente significativas (χ^2 =11,315; p=.010).

Quadro 7.10 – PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E PROGENITORES SOBRE A TIPOLOGIA DE FAMÍLIA

		CAEF's	Escolas	TOTAL	$\chi 2$	p
Tipologia de família (adolescentes)	**Extrema**	2 (16,7%)	----	2 (4,1%)		
	Mid-range	4 (33,3%)	9 (24,3%)	13 (26,5%)		
	Moderada	2 (16,7%)	13 (53,1%)	15 (30,6%)		
	Balanceada	4 (33,3%)	15 (40,5%)	19 (38,8%)		
	TOTAL	12 (100%)	37 (100%)	49 (100%)	7,575	,056
Tipologia de família (progenitores)	**Extrema**	1 (8,3%)	1 (2,7%)	2 (4,1%)		
	Mid-range	7 (58,3%)	6 (16,2%)	13 (26,5%)		
	Moderada	4 (33,3%)	17 (45,9%)	21 (42,9%)		
	Balanceada	-----	13 (35,1%)	13 (26,5%)		
	TOTAL	12 (100%)	37 (100%)	49 (100%)	11,315	,010

Como se pode verificar, no nível etário entre os 10 e os 12 anos, os progenitores dos adolescentes não institucionalizados têm a percepção, em relação à tipologia de família, de que a sua família é mais equilibrada, comparativamente à percepção que os progenitores dos adolescentes institucionalizados têm da sua família.

Os resultados obtidos para o índice de adaptabilidade e de coesão têm repercussões na tipologia familiar, já que esta resulta do cruzamento daqueles dois índices. Assim, no que diz respeito à tipologia familiar e para os adolescentes com o nível etário entre 10 e 12 anos não se verificam diferenças quanto à forma como

percepcionam as suas famílias ($\chi 2$ =7,575; p=,056, nível considerado "border line"). O mesmo já não sucede em relação aos progenitores, uma vez que os progenitores dos adolescentes não institucionalizados percepcionam as suas famílias com um funcionamento mais equilibrado que o percepcionam os progenitores dos adolescentes institucionalizados, verificando-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$ =11,315; p=,010).

3.2.2 - NÍVEL ETÁRIO ENTRE OS 13 E OS 15 ANOS

No nível etário dos 13 aos 15 anos, como é ilustrado no quadro 7.11, os adolescentes percepcionam a adaptabilidade da sua família com uma média de 23,4035 enquanto os adolescentes não institucionalizados obtêm uma média de 30,4468. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-6,689; p=.001).

Os progenitores dos adolescentes com o nível etário compreendido entre os 13 e os 15 anos, institucionalizados, percepcionam o índice de adaptabilidade da sua família com uma média de 22,5263, enquanto a média dos progenitores dos adolescentes não institucionalizados é de 27,8085. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-4,721; p=.001).

Quanto ao índice de coesão familiar, os adolescentes institucionalizados percepcionam este índice com uma média de 33,9298, enquanto os adolescentes não institucionalizados apresentam uma média de 40,6596. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-4,796; p=.001).

Os progenitores dos adolescentes institucionalizados com o nível etário compreendido entre os 13 e os 15 anos percepcionam a coesão familiar com uma média de 34,0702, enquanto os progenitores dos adolescentes não institucionalizados apresentam uma média de 42,2340. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-5,704: p=.001).

QUADRO 7.11 – PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E DOS SEUS PROGENITORES SOBRE A ESTRUTURA FAMILIAR (ADAPTABILIDADE E COESÃO)

Percepção dos adolescentes e dos seus progenitores sobre a estrutura familiar (adaptabilidade e coesão)	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Índice de adaptabilidade (adolescente)	**CAEF's**	57	23,4035	5,2674		
	Escolas	47	30,4468	5,4366	-6,689	,001
Índice de adaptabilidade (progenitores)	**CAEF's**	57	22,5263	6,2824		
	Escolas	47	27,8085	4,8438	-4,721	,001
Índice de coesão (adolescente)	**CAEF's**	57	33,9298	8,3961		
	Escolas	47	40,6596	5,1637	-4,796	,001
Índice de coesão (progenitores)	**CAEF's**	57	34,0702	8,8416		
	Escolas	47	42,2340	4,6728	-5,704	,001

Quando passamos ao nível etário dos 13 aos 15 anos , as diferenças entre a percepção que os adolescentes institucionalizados têm sobre o seu funcionamento familiar, já não suscita dúvidas, pois difere substancialmente da percepção que os adolescentes não institucionalizados têm das suas famílias.

Estes percepcionam as suas famílias com maior capacidade de mudança a nível da liderança, dos papéis e regras e com melhores ligações afectivas entre os seus elementos, comparativamente aos adolescentes institucionalizados.

Em relação aos progenitores verifica-se o mesmo, o que, aliás, já se tinha verificado no nível etário dos 10 aos 12 anos.

3.2.2.1 – PERCEPÇÃO SOBRE A TIPOLOGIA DE FAMÍLIA

No nível etário dos 13 aos 15 anos, em relação à tipologia da família, como se pode ver no quadro 7.12, os adolescentes institucionalizados consideram as suas famílias moderadas (43,9%) e "mid-range" (40,4%), ambas consideradas intermédias.

48,9% dos adolescentes não institucionalizados, neste nível etário, consideram as suas famílias balanceadas (equilibradas). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, neste nível etário (χ^2= 35,760; p=.001).

Em relação aos progenitores dos adolescentes compreendidos no nível etário dos 13 aos 15 anos, 47,4% dos progenitores dos adolescentes institucionalizados considera as suas famílias "mid-range" (intermédia), enquanto 55,3% dos progenitores dos adolescentes não institucionalizados considera as suas famílias moderadas (intermédia), tipo mais próximo do tipo balanceado (equilibrada). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, também para os progenitores (χ^2= 33,027; p=.001).

Quadro 7.12 –PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E PROGENITORES SOBRE A TIPOLOGIA DE FAMÍLIA

		CAEF's	Escolas	TOTAL	χ2	p
Tipologia de família (adolescentes)	**Extrema**	8 (14,0%)	-----	8 (7,7%)		
	Mid-range	23 (40,4%)	10 (21,3%)	33 (31,7%)		
	Moderada	25 (43,9%)	14 (29,8%)	39 (37,5%)		
	Balanceada	1 (1,8%)	23 (48,9%)	24 (23,1%)		
	TOTAL	57 (100%)	47 (100%)	104 (100%)	35,760	,001
Tipologia de família (progenitores)	**Extrema**	11 (19,3%)	----	11 (10,6%)		
	Mid-range	27 (47,4%)	6 (12,8%)	33 (31,7%)		
	Moderada	15 (26,3%)	26 (55,3%)	41 (39,4%)		
	Balanceada	4 (7,0%)	15 (31,9%)	19 (18,3%)		
	TOTAL	57 (100%)	47 (100%)	104 (100%)	33,027	,001

As diferenças que se verificaram em relação aos índices de adaptabilidade e de coesão vêm reflectir-se na tipologia familiar. No nível etário entre os 13 e os 15 anos, quer os adolescentes não institucionalizados, quer os seus progenitores, percepcionam as suas famílias mais próximas do tipo equilibrado que os adolescentes institucionalizados e os seus progenitores. Estes consideram mesmo as suas famílias no limite extremo, o que não se verifica em relação quer aos adolescentes não institucionalizados, quer em relação aos seus progenitores.

3.2.3 - NÍVEL ETÁRIO ENTRE OS 16 E OS 18 ANOS

No terceiro nível etário, igual ou superior a 16 anos, como se pode ver no quadro 7.13, os adolescentes institucionalizados percepcionam a adaptabilidade da sua família com uma média de 23,0571, enquanto os adolescentes não institucionalizados percepcionam a adaptabilidade da sua família com uma média de 27,8500. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-2,858; p=.006).

Os progenitores dos adolescentes com um nível etário igual ou superior a 16 anos, institucionalizados, percepcionam a adaptabilidade familiar com uma média de 22,0857, enquanto os progenitores dos adolescentes não institucionalizados percepcionam a adaptabilidade familiar com uma média de 28,5000. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-5,708; p=.001).

Quanto ao índice de coesão familiar, os adolescentes institucionalizados com nível etário igual ou superior a 16 anos percepcionam a coesão familiar com uma média de 30,1429, enquanto que os adolescentes não institucionalizados dentro deste nível

etário percepcionam a coesão familiar com uma média de 37,7500. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-2,766; p=.008).

Ainda em relação ao índice de coesão familiar, os progenitores dos adolescentes institucionalizados, com nível etário igual ou superior a 16 anos, percepcionam o índice de coesão familiar com uma média de 33,0286, enquanto que os progenitores dos adolescentes não institucionalizados com este nível etário percepcionam a coesão familiar com uma média de 41,3000. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-3,587; p=.001).

QUADRO 7.13 – PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E DOS SEUS PROGENITORES SOBRE A ESTRUTURA FAMILIAR (ADAPTABILIDADE E COESÃO)

Percepção dos adolescentes e dos seus progenitores sobre a estrutura familiar (adaptabilidade e coesão)	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	T	p
Índice de adaptabilidade (adolescente)	**CAEF's**	35	23,0571	6,4304		
	Escolas	20	27,8500	5,0812	-2,858	,006
Índice de adaptabilidade (progenitores)	**CAEF's**	35	22,0857	4,0538		
	Escolas	20	28,5000	3,9270	-5,708	,001
Índice de coesão (adolescente)	**CAEF's**	35	30,1429	10,4688		
	Escolas	20	37,7500	8,5093	-2,766	,008
Índice de coesão (progenitores)	**CAEF's**	35	33,0286	9,3384		
	Escolas	20	41,3000	5,7225	-3,587	,001

No último nível etário considerado, entre os 16 e os 18 anos, os resultados obtidos continuam na mesma linha dos referentes aos adolescentes com níveis etários entre os 13 e os 15 anos.

Também no nível etário entre os 16 e os 18 anos, os adolescentes não institucionalizados consideram as suas famílias com maior capacidade de mudança a nível da liderança, dos papéis e regras e com melhores ligações afectivas entre os seus elementos, comparativamente aos adolescentes institucionalizados.

Estas percepções verificam-se de forma idêntica nos progenitores dos adolescentes não institucionalizados e institucionalizados respectivamente.

3.2.3.1 - PERCEPÇÃO SOBRE A TIPOLOGIA DE FAMÍLIA

No nível etário dos 16 aos 18 anos, em relação à tipologia de família, como se pode ver no quadro 7.14, 48,6% dos adolescentes institucionalizados percepciona as suas famílias no tipo "mid-range" (intermédio), enquanto 35% dos adolescentes não institucionalizados percepciona a sua família como moderada, 30% como "mid-range" e 30% como balanceada.

Embora neste nível etário já se verifique haver uma maior percentagem de adolescentes não institucionalizados a percepcionarem as suas famílias tipo "mid-range" ou extrema, o que não se verificava nos outros níveis etários, mesmo assim verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (χ^2=8,226;p=.042). Os adolescentes institucionalizados continuam a percepcionar as suas famílias como mais equilibradas. Uma certa aproximação dos resultados dos adolescentes institucionalizados de uma percepção de tipologia familiar mais próxima das extremidades, de acordo com o modelo circumplexo de Olson (19), com um funcionamento menos equilibrado, poderia ser explicado pela maior conscencialização que os adolescentes institucionalizados, com níveis etários entre os 16 e 18 anos, têm do inadequado funcionamento da sua família.

Em relação aos progenitores, 54,3% dos progenitores dos adolescentes institucionalizados percepciona a sua família como tipo "mid-range" (intermédio)

comparativamente a 45% dos progenitores dos adolescentes não institucionalizados que percepciona a sua família como moderada (intermédio), tipo mais próximo do equilibrada.

Nenhum progenitor dos adolescentes não institucionalizados percepciona a suas família como extrema, contrariamente ao que acontece com os progenitores dos adolescentes institucionalizados. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de progenitores (χ^2= 13,343; p=.004) também neste nível etário.

Quadro 7.14 –PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E PROGENITORES SOBRE A TIPOLOGIA DE FAMÍLIA

		CAEF's	Escolas	TOTAL	χ2	p
Tipologia de família (adolescentes)	**Extrema**	8 (22,9%)	1 (5,0%)	9 (16,4%)		
	Mid-range	17 (48,6%)	6 (30,0%)	23 (41,8%)		
	Moderada	7 (20,0%)	7 (35,0%)	14 (25,5%)		
	Balanceada	3 (8,6%)	6 (30,0%)	9 (16,4%)		
	TOTAL	35 (100%)	20 (100%)	55 (100%)	8,226	,042
Tipologia de família (progenitores)	**Extrema**	5 (14,3%)	----	5 (9,1%)		
	Mid-range	19 (54,3%)	4 (20,0%)	23 (41,8%)		
	Moderada	8 (22,9%)	9 (45,0%)	17 (30,9%)		
	Balanceada	3 (8,6%)	7 (35,0%)	10 (18,2%)		
	TOTAL	35 (100%)	20 (100%)	55 (100%)	13,343	,004

3.2.4 - COMENTÁRIOS

Em termos globais, verifica-se que em relação ao nível etário inferior, dos 10 aos 12 anos, os adolescentes, institucionalizados ou não, têm idêntica percepção sobre a adaptabilidade da sua família. Já em relação ao índice de coesão as diferenças começam a assinalar-se, com significância estatística, sendo que os adolescentes não institucionalizados percepcionam o nível de coesão familiar com níveis médios

superiores comparativamente aos adolescentes institucionalizados.

Os progenitores dos adolescentes institucionalizados percepcionam quer o nível de adaptabilidade, quer o nível de coesão nas suas famílias, com valores médios inferiores comparativamente aos progenitores dos adolescentes não institucionalizados.

No nível etário dos 13 aos 15 anos verificam-se diferenças estatisticamente significativas, para os dois grupos. Os adolescentes institucionalizados percepcionam quer a adaptabilidade, quer a coesão, nas suas famílias, com níveis inferiores comparativamente aos adolescentes não institucionalizados.

Idêntica situação se verifica em relação aos progenitores destes adolescentes, na medida em que os progenitores dos adolescentes institucionalizados percepcionam, quer o nível de adaptabilidade, quer o nível de coesão nas suas famílias, com níveis inferiores comparativamente aos progenitores dos adolescentes não institucionalizados.

No nível etário dos 16 aos 18 anos, quer para o nível de adaptabilidade, quer para o nível de coesão, os adolescentes percepcionam as suas famílias com níveis médios inferiores aos níveis médios com que os adolescentes não institucionalizados percepcionam as suas famílias. De salientar que, em relação ao nível de adaptabilidade, os valores aproximam-se nos dois grupos, não sendo tão notória a diferença, como a que se verificou no nível etário dos 13 aos 15 anos.

Em relação aos progenitores, tal como nos grupos anteriores, os progenitores dos adolescentes institucionalizados percepcionam, quer o nível de adaptabilidade, quer o nível de coesão nas suas famílias, com níveis inferiores, comparativamente aos progenitores dos adolescentes não institucionalizados.

Com a divisão da amostra em diferentes sub-grupos etários pretendemos verificar as diferenças de percepção, consoante os grupos, sobre a estrutura familiar nas vertentes adaptabilidade e coesão.

Efectivamente verifica-se que quanto mais baixo é o nível etário, menos diferenças se constatam em relação à percepção da estrutura familiar, independentemente do adolescente estar ou não institucionalizado.

Com o aumento do nível etário verifica-se que as diferenças de percepção que os adolescentes institucionalizados e não institucionalizados têm sobre a estrutura familiar se acentuam.

Estamos em crer que o processo de consciencialização do inadequado funcionamento familiar nos adolescentes com trajectórias desviantes, constitui um contributo para a própria trajectória. Uma vez que as ligações afectivas às instituições podem constituir um inibidor dos comportamentos desviantes, no caso dos adolescentes institucionalizados, se esta vinculação, estes laços afectivos não existem ou são precários, ao contrário dos adolescentes não institucionalizados que vão estruturando laços afectivos com a sua família, torna-se compreensível a facilidade com que se envolvem na trajectória delinquente.

3.3 - PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O CARINHO E O AFECTO DOS PROGENITORES

Prosseguindo na linha de investigação já delineada, fomos verificar se, à semelhança do que se passa em relação à percepção que os adolescentes têm sobre a estrutura familiar, também em relação à percepção sobre o carinho e afecto dos progenitores se verificam diferenças introduzindo a variável nível etário.

3.3.1 - NÌVEL ETÁRIO ENTRE OS 10 E OS 12 ANOS

Quanto à percepção que os adolescentes têm da qualidade das práticas parentais dos seus progenitores, os adolescentes com o nível etário compreendido entre os 10 e os 12 anos, institucionalizados, como se pode ver no quadro 7.15, percepcionam o carinho do pai com uma média de 2,5152. Os adolescentes não institucionalizados percepcionam o carinho do pai com uma média de 2,4265. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=.722; p=n.s.). De salientar que, para a amostra global, não se encontraram diferenças significativas de médias quanto à percepção do carinho do pai, entre os grupos de adolescentes institucionalizados e não institucionalizados.

O carinho da mãe é percepcionado pelos adolescentes institucionalizados com uma média de 2,6736, enquanto os adolescentes não institucionalizados, com este nível etário, percepcionam o carinho da mãe com uma média de 2,3694. Neste item já se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=2,654; p=.011).

Em relação à protecção do pai, e para este nível etário, os adolescentes institucionalizados obtêm uma média de 2,7273 e os adolescentes não institucionalizados obtêm uma média de 2,7149. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=.100; p=n.s.).

A protecção da mãe é percepcionada pelos adolescentes institucionalizados, neste nível etário, com uma média de 2,7436 e pelos adolescentes não institucionalizados deste nível etário, com uma média de 2,7069. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=.319; p=n.s.).

Em relação à protecção quer do pai, quer da mãe, os resultados agora obtidos

levam-nos a considerar que a variável nível etário joga, neste caso, um papel importante.

QUADRO 7.15 – PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE AS PRÁTICAS PARENTAIS

Percepção dos adolescentes sobre o carinho e o afecto dos progenitores	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Carinho Pai	**CAEF's**	11	2,5152	,3834		
	Escolas	34	2,4265	,3450	,722	,474
Carinho Mãe	**CAEF's**	12	2,6736	,4226		
	Escolas	37	2,3694	,3177	2,654	,011
Protecção Pai	**CAEF's**	11	2,7273	,4581		
	Escolas	34	2,7149	,3166	,100	,921
Protecção Mãe	**CAEF's**	12	2,7436	,4561		
	Escolas	37	2,7069	,3049	,319	,751

Como se pode verificar, neste nível etário apenas em relação ao carinho da mãe se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos institucionalizado e não institucionalizado.

Interpretamos este resultado como o confronto do adolescente com o afastamento da mãe, motivado pela institucionalização e que é sentido como abandónico. Ou seja, para o adolescente, a mãe que permite este afastamento não é carinhosa. Esta realidade é vivida pelo adolescente de forma tão intensa que os seus mecanismos de defesa o levam à denegação da situação. Por isso os resultados que obtemos, em que os adolescentes institucionalizados, com níveis etários entre os 10 e os 12 anos, apresentam uma média superior, para o item carinho da mãe, aos adolescentes não institucionalizados.

3.3.2 -NÍVEL ETÁRIO ENTRE OS 13 E OS 15 ANOS

No segundo nível etário, entre os 13 e os 15 anos, como se pode ver no quadro 7.16, os adolescentes institucionalizados percepcionam o carinho do pai com uma média de 2,7614 e os adolescentes não institucionalizados com uma média de 2,6359. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,281; p=n.s.).

O carinho da mãe é percepcionado neste nível etário pelos adolescentes institucionalizados com uma média de 2,5700 e pelos adolescentes não institucionalizados com uma média de 2,4805. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,511; p= n.s.).

A protecção do pai é percepcionada neste nível etário pelos adolescentes institucionalizados com uma média de 3,0000 e pelos adolescentes não institucionalizados com uma média de 2,7809. Neste item verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=3,195; p=.002).

A protecção da mãe é percepcionada neste nível etário pelos adolescentes institucionalizados com uma média de 2,8077 e pelos adolescentes não institucionalizados com uma média de 2,6841. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1.602; p=n.s.).

QUADRO 7.16 – PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE AS PRÁTICAS PARENTAIS

Percepção dos adolescentes sobre o carinho e o afecto dos progenitores	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Carinho Pai	**CAEF's**	51	2,7614	,5956		
	Escolas	46	2,6359	,3100	1,281	,203
Carinho Mãe	**CAEF's**	50	2,5700	,3009		
	Escolas	47	2,4805	,2814	1,511	,134
Protecção Pai	**CAEF's**	51	3,0000	,3790		
	Escolas	46	2,7809	,2837	3,195	,002
Protecção Mãe	**CAEF's**	50	2,8077	,4396		
	Escolas	47	2,6841	,3027	1,602	,112

Neste nível etário, verifica-se que os adolescentes institucionalizados percepcionam a protecção do pai com uma média superior comparativamente aos adolescentes não institucionalizados.

Estamos em crer que este sentimento de excesso de protecção vem repercutir-se nos comportamentos reactivos, de "acting-out", facilitadores da trajectória delinquente.

3.3.3 - NÌVEL ETÁRIO ENTRE OS 16 E OS 18 ANOS

No terceiro nível etário, igual ou maior que 16 anos, como se pode ver no quadro 7.17, os adolescentes institucionalizados percepcionam o carinho do pai com uma média de 2,6280 e os adolescentes não institucionalizados com uma média de 2,8377. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-2,235; p=.030).

O carinho da mãe é percepcionado neste nível etário pelos adolescentes institucionalizados com uma média de 2,5882 e pelos adolescentes não institucionalizados com uma média de 2,7000. Não se verificam diferenças

estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-1,189, p=n.s.).

A protecção do pai é percepcionada neste nível etário pelos adolescentes institucionalizados com uma média de 2,8324 e pelos adolescentes não institucionalizados com uma média de 2,8462. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-.119; p=n.s.).

A protecção da mãe é percepcionada neste nível etário pelos adolescentes institucionalizados com uma média de 2,8190 e pelos adolescentes não institucionalizados com uma média de 2,6615. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,378; p=n.s.).

QUADRO 7.17 – PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE AS PRÁTICAS PARENTAIS

Percepção dos adolescentes sobre o carinho e o afecto dos progenitores	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Carinho Pai	**CAEF's**	28	2,6280	,3368		
	Escolas	19	2,8377	,2812	-2,235	,030
Carinho Mãe	**CAEF's**	34	2,5882	,3760		
	Escolas	20	2,7000	,2424	-1,189	,240
Protecção Pai	**CAEF's**	28	2,8324	,4311		
	Escolas	19	2,8462	,3161	-,119	,906
Protecção Mãe	**CAEF's**	34	2,8190	,4242		
	Escolas	20	2,6615	,3705	1,378	,174

3.3.4 - COMENTÁRIOS

Quanto à percepção que os adolescentes têm sobre as práticas parentais, no que diz respeito à percepção do carinho do pai, apenas no nível etário dos 16 aos 18 anos se verificam diferenças estatisticamente significativas, entre os níveis médios apresentados pelos adolescentes institucionalizados e não institucionalizados. Contrariamente aos grupos dos 10 aos 13 anos e dos 13 aos 15 anos, em que os adolescentes

institucionalizados percepcionam o carinho do pai com níveis médios superiores, o que indica que percepcionam por parte do progenitor mais afecto, empatia e calor emocional, nos adolescentes não institucionalizados, no nível etário dos 16 aos 18 anos, o processo inverte-se e a média obtida pelos adolescentes institucionalizados é inferior à obtida pelos adolescentes não institucionalizados. Os adolescentes institucionalizados percepcionam uma maior frieza emocional, indiferença e rejeição por parte do progenitor que os adolescentes não institucionalizados que percepcionam mais afecto, empatia e calor emocional.

Quanto à percepção que os adolescentes têm sobre o carinho da mãe, apenas no grupo dos 10 aos 12 anos se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os adolescentes institucionalizados e não institucionalizados.

De salientar que, quer no grupo dos 10 aos 12 anos, quer no grupo dos 13 aos 15 anos, os adolescentes institucionalizados obtêm níveis médios superiores, comparativamente aos adolescentes não institucionalizados. Este processo inverte-se no grupo dos 16 aos 18 anos, em que os adolescentes não institucionalizados percepcionam o carinho da mãe com níveis médios superiores comparativamente aos níveis médios obtidos pelos adolescentes institucionalizados.

É como se os adolescentes institucionalizados entrassem, nesta fase da adolescência, num processo de rotura com os seus progenitores, enquanto os adolescentes não institucionalizados, nesta fase da adolrescência, entrassem num processo de maior aceitação dos progenitores, o que poderia estar ligado aos processos maturativos que eventualmente estes adquiriram, possibilitando-lhes superar a conflitualidade da relação, o que aos outros adolescentes ainda não é possível.

Estes valores poderiam estar inflaccionados por a amostra apresentar um número superior de adolescentes institucionalizados nestes níveis etários, e, eventualmente,

nestes haver um maior número de raparigas que de rapazes , o que poderia agravar este nível de conflitualidade, quer em relação ao pai, quer em relação à mãe, o que aliás é patente nos resultados do estudo qualitativo anteriormente apresentado.

A percepção que os adolescentes têm da protecção do pai não apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os adolescentes institucionalizados e não institucionalizados, quer no nível etário entre os 10 e os 12 anos e o nível etário entre os 16 e os 18 anos. Já no nível entre os 13 e os 15 anos, os adolescentes institucionalizados apresentam níveis médios superiores, relativamente aos níveis apresentados pelos adolescentes não institucionalizados. Ou seja, os adolescentes institucionalizados percepcionam um maior controlo parental, com superprotecção e intrusão, comparativamente aos adolescentes não institucionalizados, o que como já assinalámos, pode levá-los aos comportamentos reactivos que se inscrevem na trajectória delinquente.

Em relação à percepção que os adolescentes têm da protecção da mãe, em nenhum nível etário se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, embora os níveis médios obtidos pelos adolescentes institucionalizados sejam superiores aos níveis médios obtidos pelos adolescentes não institucionalizados, que, como já assinalámos, consideramos poder ser atribuído a um mecanismo de defesa por parte dos adolescentes institucionalizados. A percepção que os adolescentes têm do controlo parental, quando exercido pela mãe, seja com superprotecção e intrusão ou no pólo oposto, promovendo a independência e a autonomia, não é, segundo os dados obtidos, influenciada pelo nível etário do adolescentes.

3.4 - PERCEPÇÃO QUE OS PROFESSORES TÊM SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Considerámos também importante tomar em consideração os três níveis etários estabelecidos e avaliar em que medida a percepção dos professores se altera, com a introdução desta variável.

3.4.1 - NÍVEL ETÁRIO ENTRE OS 10 E OS 12 ANOS

3.4.1.1– PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

Em relação à percepção que os professores têm sobre os comportamentos, desempenho escolar e conhecimento dos alunos, os resultados obtidos junto dos professores dos adolescentes, no nível etário dos 10 aos 12 anos e para a primeira parte da Escala de Agressividade, como se pode ver no quadro 7.18, permitem concluir que, em relação aos itens:

Tempo de conhecimento do aluno - a média obtida neste item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 1,5833 e para os professores dos alunos não institucionalizados é de 1,8919. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos para este item (t=-,847; p=n.s.);

Tempo semanal que o aluno está com o professor na aula - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 24,8333 e para os alunos não institucionalizados é de 3,8649. Os professores dos alunos institucionalizados estão

mais tempo com o aluno na sala de aula. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=24,266; p=.001);

Grau de conhecimento do aluno - a média obtida neste item para os professores dos alunos institucionalizados é de 2,0000 e para os professores dos alunos não institucionalizados é de 1,9459. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=.299; p=n.s.). O estar mais tempo com o aluno na sala de aula não aumenta o grau de conhecimento que o professor tem do aluno;

Afinco com que o aluno trabalha - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 3,5000 comparativamente à média obtida pelos professores dos alunos não institucionalizados que é de 3,8919. Não se verificam diferenças de médias estatisticamente significativas (t=-,692; p=n.s.);

Comportamento na sala de aula – a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 3,5833 e de 4,1622 para os professores dos alunos não institucionalizados. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-1,040; p=n.s.);

Aprendizagem do aluno – a média obtida neste item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 3,5833 e de 3,9730 para os professores dos alunos não institucionalizados. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-,706; p=n.s.);

Realização das tarefas escolares – a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 2,5000 e de 3,8378 para os professores dos alunos não institucionalizados. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t= -3,756; p=.001).

QUADRO 7.18– PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

Percepção dos professores sobre os comportamentos e desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Tempo de conhecimento do aluno	CAEF's	12	1,5833	1,3790		
	Escolas	37	1,8919	,9940	-,847	,401
Tempo semanal que o aluno está com o Professor na aula	CAEF's	12	24,8333	4,9513		
	Escolas	37	3,8649	1,1586	24,266	,001
Grau de conhecimento do aluno	CAEF's	12	2,0000	,4264		
	Escolas	37	1,9459	,5747	,299	,766
Afinco com que o aluno trabalha	CAEF's	12	3,5000	1,3817		
	Escolas	37	3,8919	1,7917	-,692	,492
Comportamento do aluno na sala de aula	CAEF's	12	3,5833	1,3790		
	Escolas	37	4,1622	1,7562	-1,040	,304
Aprendizagem do aluno	CAEF's	12	3,5833	1,4434		
	Escolas	37	3,9730	1,7238	-,706	,484
Realização das tarefas escolares	CAEF's	12	2,5000	,7977		
	Escolas	37	3,8378	1,1429	-3,756	,001

3.4.1.2– ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

Quanto aos alunos indicados para ensino especial, neste nível etário, a maioria dos alunos, quer institucionalizados, quer não institucionalizados, não foi indicada para ensino especial. Todavia, 25% dos professores dos alunos institucionalizados desconhece se o aluno foi ou não indicado para ensino especial (cfr. Quadro 7.19). Daí que se verifiquem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=13,430; p=.001).

Em relação ao item reprovações do aluno (cfr. Quadro 7.19), 100% dos alunos institucionalizados com este nível etário, segundo os professores, já reprovou, comparativamente a 8,1% de alunos não institucionalizados, que os professores dizem já terem reprovado. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$ =36,022; p=,001).

Quadro 7.19 – ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

		CAEF's	Escolas	TOTAL	$\chi 2$	p
Alunos indicados para Ensino especial (IV)	**Sim**	1 (8,3%)	----	1 (2,0%)		
	Não	8 (66,7%)	37 (1000%)	45 (91,8%)		
	Não sei	3 (25,0%)	-----	3 (6,1%)		
	TOTAL	12 (100%)	37 (100%)	49 (100%)	13,430	.001
Reprovações/ aluno (V)	**Sim**	12 (100%)	3 (8,1%)	15 (30,6%)		
	Não	----	34 (91,9%)	34 (69,4%)		
	Não sei	----	-----	-----		
	TOTAL	12 (100%)	37 (100%)	49 (100%)	36,022	.001

3.4.1.3 – PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

No que diz respeito às escalas da escala de agressividade, os resultados obtidos para estes níveis etários, como se pode ver no quadro 7.20, são os seguintes:

Na sub-escala de apelatividade, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 20,6667, enquanto que os professores dos alunos não institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 17,4324. Ainda assim, não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,513; p=.137).

Na sub-escala de agressividade, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 10,0833, enquanto que os alunos não institucionalizados são percepcionados com uma média de 7,6757. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=2,854; p=.006).

Na sub-escala de instabilidade, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 13,7500, enquanto que os alunos não institucionalizados são percepcionados com uma média de 9,0270. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=5,543; p=.000).

QUADRO 7.20 – PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Sub-escala de Apelatividade	**CAEF's**	12	20,6667	8,2168		
	Escolas	37	17,4324	5,7809	1,513	,137
Sub-escala de Agressividade	**CAEF's**	12	10,0833	4,4814		
	Escolas	37	7,6757	1,5102	2,854	,006
Sub-escala de Instabilidade	**CAEF's**	12	13,7500	4,0480		
	Escolas	37	9,0270	1,8928	5,543	,001

3.4.2 - NÍVEL ETÁRIO ENTRE OS 13 E OS 15 ANOS

3.4.2.1 - PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

Para o nível etário entre os 13 e os 15 anos, os resultados obtidos para a primeira parte da Escala de Agressividade são, como se pode ver no quadro 7.21, os seguintes em relação aos itens:

Tempo de conhecimento do aluno - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 2,0702 e de 2,2340 para os professores dos alunos não institucionalizados. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-,760; p=n.s.);

Tempo semanal que o aluno está com o professor na aula - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 16,3214 e de 3,4255 pelos professores dos alunos não institucionalizados. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=9.178; p=.001);

Grau de conhecimento do aluno - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 1,7544 e de 1,9362 pelos professores dos alunos não institucionalizados. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (-1,781; p=n.s.);

Afinco com que o aluno trabalha - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 2,7544 e de 4,8298 para os professores dos alunos não institucionalizados. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-7,654; p=.001);

Comportamento na sala de aula - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 3,5614 e de 5,1915 para os professores dos alunos não institucionalizados. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-5,617; p=.001);

Aprendizagem do aluno - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 2,9649 e de 4,6809 para os professores dos alunos não institucionalizados. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas em relação aos dois grupos (t=-6,313; p=.001);

Realização das tarefas escolares – a média obtida par este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 2,2807 e de 4,0000 para os professores dos alunos não institucionalizados. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-8,200; p=.001).

QUADRO 7.21 – PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

Percepção dos professores sobre os comportamentos e desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	P
Tempo de conhecimento do aluno	**CAEF's**	57	2,0702	1,2080		
	Escolas	47	2,2340	,9375	-,760	,449
Tempo semanal que o aluno está com o professor na aula	**CAEF's**	56	16,3214	9,6146		
	Escolas	47	3,4255	,4998	9,178	,001
Grau de conhecimento do aluno	**CAEF's**	57	1,7544	,5757		
	Escolas	47	1,9362	,4376	-1,781	,078
Afinco com que o aluno trabalha	**CAEF's**	57	2,7544	1,5152		
	Escolas	47	4,8298	1,1854	-7,654	,001
Comportamento do aluno na sala de aula	**CAEF's**	57	3,5614	1,6799		
	Escolas	47	5,1915	1,1729	-5,617	,001
Aprendizagem do aluno	**CAEF's**	57	2,9649	1,5694		
	Escolas	47	4,6809	1,1054	-6,313	,001
Realização das tarefas escolares	**CAEF's**	57	2,2807	1,1765		
	Escolas	47	4,0000	,9089	-8,200	,001

3.4.2.2 – ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

Os alunos neste nível etário (13-15 anos) não foram, segundo os professores, na maioria indicados para ensino especial, quer para os adolescentes institucionalizados (93,6%), quer para os adolescentes institucionalizados (59,6%) (cfr. Quadro 7.22). Contudo, 33,3% dos professores dos alunos institucionalizados afirma desconhecer se os alunos foram ou não indicados para ensino especial, o que leva a que se verifiquem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2=16,031$; p=.001).

Quanto às reprovações do aluno, 93,6% dos alunos não institucionalizados não tem reprovações, comparativamente a 84,2% dos alunos institucionalizados que tem reprovações (cfr. Quadro 7.22). Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2=81,449$; p=.001).

Quadro 7.22 – ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

		CAEF's	Escolas	TOTAL	$\chi 2$	p
Alunos indicados para Ensino especial (IV)	**Sim**	4 (7,0%)	1 (2,1%)	5 (4,8%)		
	Não	34 (59,6%)	44 (93,6%)	78 (75,0%)		
	Não sei	19 (33,3%)	2 (4,3%)	21 (20,2%)		
	TOTAL	57(100%)	47 (100%)	104 (100%)	16,031	.001
Reprovações/ aluno (V)	**Sim**	48 (84,2%9	2 (4,3%)	50 (48,1%)		
	Não	3 (5,3%)	44 (93,6%)	47 (454,2%)		
	Não sei	6 (10,5%)	1 (2,1%)	7 (6,7%)		
	TOTAL	57 (100%)	47 (100%)	104 (100%)	81,449	.001

3.4.2.3 – PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

No que diz respeito às escalas da Escala de Agressividade, os resultados obtidos para os níveis etários dos 13 aos 15 anos são, como se pode ver no quadro 7.23, os seguintes:

Na sub-escala de apelatividade, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 21,2982, enquanto que os professores dos alunos não institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 14,7234. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=6,989; p=.001).

Na sub-escala de agressividade, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 10,5263, enquanto que os professores dos alunos não institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 7,1277. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas em relação aos dois grupos (t=6,322; p=.001).

Na sub-escala de instabilidade, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 13,9474, enquanto que os professores

dos alunos não institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 8,9574. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas em relação aos dois grupos (t=8,243; p=.001).

QUADRO 7.23 – PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Sub-escala de Apelatividade	**CAEF's**	57	21,2982	5,7909		
	Escolas	47	14,7234	3,1187	6,989	.001
Sub-escala de Agressividade	**CAEF's**	57	10,5263	3,6406		
	Escolas	47	7,1277	,6121	6,322	.001
Sub-escala de Instabilidade	**CAEF's**	57	13,9474	3,8192		
	Escolas	47	8,9574	1,7810	8,243	.001

3.4.3 - NÍVEL ETÁRIO ENTRE OS 16 E OS 18 ANOS

3.4.3.1 – PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

Para os níveis etários iguais ou superiores a 16 anos (entre 16 e 18 anos), os resultados obtidos para a primeira parte da Escala de Agressividade, como se pode ver no quadro 7.24, são os seguintes para os itens:

Tempo de conhecimento do aluno - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 2,6000 e para os alunos não institucionalizados é de 2,7000. Não se verificam diferenças estatisticamente

significativas entre os dois grupos (-,297; p=n.s.);

Tempo semanal que o aluno está com o professor na aula - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 12,2059, enquanto que para os professores dos alunos não institucionalizados é de 3,7000. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=4,137; p=.001);

Grau de conhecimento do aluno - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 2,1714 e pelos professores dos alunos não institucionalizados é de 1,8500. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,800; p= n.s.);

Afinco com que o aluno trabalha - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 3,3429 e de 4,4000 para os professores dos alunos não institucionalizados. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-2,180; p=.034);

Comportamento na sala de aula - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 4,2857 e de 5,4000 pelos professores dos alunos não institucionalizados. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-2,600; p=.012);

Aprendizagem do aluno - a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 3,3143 e de 4,3500 para os professores dos alunos não institucionalizados. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-2,241; p=.029);

Realização das tarefas escolares, a média obtida para este item pelos professores dos alunos institucionalizados é de 2,2857 e de 3,500 para os professores dos alunos não institucionalizados. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-3,938; p=.001).

QUADRO 7.24 – PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

Percepção dos professores sobre os comportamentos e desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	P
Tempo de conhecimento do aluno	**CAEF's**	35	2,6000	1,2649		
	Escolas	20	2,7000	1,0809	-,297	,768
Tempo semanal que o aluno está com o professor na aula	**CAEF's**	34	12,2059	9,1247		
	Escolas	20	3,7000	1,0311	4,137	,001
Grau de conhecimento do aluno	**CAEF's**	35	2,1714	,6636		
	Escolas	20	1,8500	,5871	1,800	,078
Afinco com que o aluno trabalha	**CAEF's**	35	3,3429	1,6617		
	Escolas	20	4,4000	1,8468	-2,180	,034
Comportamento do aluno na sala de aula	**CAEF's**	35	4,2857	1,6903		
	Escolas	20	5,4000	1,1877	-2,600	,012
Aprendizagem do aluno	**CAEF's**	35	3,3143	1,6938		
	Escolas	20	4,3500	1,5652	-2,241	,029
Realização das tarefas escolares	**CAEF's**	35	2,2857	1,1265		
	Escolas	20	3,5000	1,0513	-3,938	,001

3.4.3.2 – ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

Quanto aos alunos indicados para ensino especial, 57,1% dos adolescentes institucionalizados e 65% dos alunos não institucionalizados não foram indicados para ensino especial (cfr. Quadro 7.25).

O desconhecimento dos professores em relação a este item aumenta comparativamente aos grupos etários anteriores. 28,6% dos professores dos alunos institucionalizados e 30% dos professores dos alunos não institucionalizados dizem não saber se o aluno foi indicado para ensino especial. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas em relação aos dois grupos (t=1,146; p=n.s.).

Em relação às reprovações do aluno, 77,1% dos alunos institucionalizados já reprovou, comparativamente a 45% dos alunos não institucionalizados que reprovou e 45% que não reprovou (cfr. Quadro 7.25). Verificam-se diferenças estatisticamente

significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=12,277; p=.002).

Quadro 7.25 – ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

		CAEF's	Escolas	TOTAL	$\chi 2$	p
Alunos indicados para Ensino especial (IV)	Sim	5 (14,3%)	1 (5,0%)	6 (10,9%)		
	Não	20 (57,1%)	13 (65,0%)	33 (60,0%)		
	Não sei	10 (28,6%)	6 (30,0%)	16 (29,1%)		
	TOTAL	35 (100%)	20 (100%)	55 (100%)	1,146	.564
Reprovações/ aluno (V)	Sim	27 (77,1%)	9 (45,0%)	36 (65,5%)		
	Não	2 (5,7%)	9 (45,0%)	11 (20,0%)		
	Não sei	6 (17,1%)	2 (10,0%)	8 (14,5%)		
	TOTAL	35 (100%)	20 (100%)	55 (100%)	12,277	.002

3.4.3.3 – PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

No que diz respeito às sub-escalas da Escala de Agressividade, os resultados obtidos para os níveis etários entre os 16 e os 18 anos, como se pode ver no quadro 7.26, são os seguintes:

Na sub-escala de apelatividade, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 20,4571 enquanto os professores dos alunos não institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 13,7000. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=4,439; p=.001).

Na sub-escala de agressividade, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 9,6857, enquanto os professores dos alunos não institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 7;0000. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=3,108;

p=.003).

Na sub-escala de instabilidade, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 15,2571, enquanto os professores dos alunos não institucionalizados percepcionam os seus alunos com uma média de 9,1000. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=5,542; p=.001).

QUADRO 7.26 – PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	P
Sub-escala de Apelatividade	**CAEF's**	35	20,4571	6,7185		
	Escolas	20	13,7000	1,2183	4,439	,001
Sub-escala de Agressividade	**CAEF's**	35	9,6857	3,8484		
	Escolas	20	7,0000	,0000	3,108	,003
Sub-escala de Instabilidade	**CAEF's**	35	15,2571	4,6926		
	Escolas	20	9,1000	2,1001	5,542	,001

3.4.4 - COMENTÁRIOS

Como se pode verificar, com o aumento do nível etário as diferenças de médias obtidas pelos dois grupos tornam-se estatisticamente significativas.

Enquanto que no nível etário dos 10 aos 12 anos apenas na realização das tarefas escolares se verificam diferenças entre os dois grupos, a situação vai-se modificando, consoante o nível etário dos adolescentes vai aumentando.

Verifica-se um acentuado desconhecimento por parte dos professores dos alunos institucionalizados, de dados referentes aos alunos, nomeadamente se foram ou não

indicados para ensino especial, o que não se compreende, na medida em que estes alunos possuem um processo na instituição que deverá conter todos estes dados, sendo que, alguns deveriam ser facultados pelos técnicos aos professores do aluno. A troca recíproca de informações viria facilitar o trabalho quer do professor quer do próprio técnico.

Também se nos afigura estranho, como é que estando os professores tantas horas semanalmente com os alunos, apresentem um baixo grau de conhecimento em relação aos mesmos. Será este um dado que vem realçar a desmotivação que alguns professores que são colocados nos Colégios dependentes do Ministério da Justiça apresentam?

Os itens que referem o afinco com que o aluno trabalha, a aprendizagem e a realização das tarefas escolares, vêm fornecer-nos um panorama deprimente do que representará o contexto escolar para os alunos institucionalizados.

Exceptuando o nível etário dos 10 aos 12 anos, em que não se verificam diferenças estatisticamente significativas nestes itens, assim como no comportamento na sala de aula, e em que só a nível da realização das tarefas escolares se verificam diferenças significativas, para os níveis etários dos 13 aos 15 anos e dos 16 aos 18 anos em todos os itens, os professores percepcionam os alunos institucionalizados como trabalhando, aprendendo e realizando menos tarefas comparativamente aos professores dos alunos não institucionalizados.

Obviamente que face a estes resultados, pergunta-se: então o que fazem estes alunos na sala de aula, se não trabalham, não aprendem, nem realizam as tarefas que deveriam realizar fora dos tempos lectivos? A resposta é: agridem-se, insultam-se, ou marcam presença física, por isso as diferenças estatisticamente significativas que se verificam em relação aos dois grupos, institucionalizados e não institucionalizados, no que diz respeito ao comportamento do aluno na sala de aula.

Se nos diferentes itens da primeira parte da Escala de Agressividade não se verificam acentuadas discrepâncias, na percepção dos professores dos alunos institucionalizados e não institucionalizados, no nível etário entre os 10 e os 12 anos, já nas sub-escalas de Apelatividade, Agressividade e Instabilidade o mesmo não acontece. Embora não se verifiquem diferenças estatisticamente significativas, no que diz respeito à sub-escala de Apelatividade, ou seja nesta fase todos os adolescentes, salvo raras excepções, falam demasiado, são irrequietos, incomodam os outros, já na mesma escala e para os níveis etários dos 13 aos 15 anos e dos 16 aos 18 anos, os professores percepcionam os adolescentes institucionalizados como apresentando mais comportamentos apelativos comparativamente à percepção que os professores dos alunos não institucionalizados têm sobre os seus alunos, relativamente aos itens desta escala.

Quanto à sub-escala de Instabilidade, que refere comportamentos na sala de aula como amuar, sentir-se perseguido, desanimar, mostrar-se desconfiado, ciumento, ou ter mudanças rápidas de humor, em todos os níveis dos 10 aos 18 anos, os professores dos alunos institucionalizados percepcionam níveis mais elevados comparativamente aos níveis percepcionados pelos professores dos alunos não institucionalizados.

Quanto à sub-escala de Agressividade, que refere comportamentos na sala de aula como destruir, atacar, ser provocador, ameaçar, roubar, destruir as suas próprias coisas, comportamentos muito próprios de um agir, dentro de um quadro já com alguma patologia, os professores dos alunos institucionalizados, percepcionam níveis mais elevados para os seus alunos, comparativamente à percepção que os professores dos alunos não institucionalizados têm dos seus alunos.

4 - ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS CASOS ASSISTENCIAIS E CASOS PRÉ-DELINQUENTES

Dadas as conclusões obtidas quer no estudo qualitativo, quer na caracterização socio-demográfica dos adolescentes institucionalizados e não institucionalizados, quisemos avaliar eventuais diferenças que possa haver entre os adolescentes institucionalizados. Para tal, optámos por considerar os adolescentes institucionalizados em dois grupos, de acordo com o motivo de internamento.

Assim, e especificamente em relação à amostra da população institucionalizada (n=104), foram considerados os adolescentes que, de acordo com o motivo de internamento, podem ser considerados casos pré-delinquentes e casos assistenciais.

Embora o critério subjacente ao motivo de internamento seja definido pela Instituição (I.R.S.), consideramos importante comparar dois grupos que apresentam características diferentes, sendo que uns são vítimas e outros agressores.

Como se verificou no estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados e não institucionalizados (ponto 2), embora com variações de acordo com os níveis etários conforme o estudo comparativo entre os adolescentes institucionalizados e não institucionalizados em função dos níveis etários (ponto 3), os adolescentes institucionalizados percepcionam a sua estrutura familiar, a nível de adaptabilidade e coesão como pouco equilibrada e, por isso, não estruturante e têm uma percepção negativa das práticas parentais dos seus progenitores. Assim, tentámos compreender se entre os adolescentes institucionalizados haveria diferenças nos resultados obtidos. Para tal, consideramos os adolescentes institucionalizados por motivos de internamento do âmbito assistencial/vítimas e os adolescentes institucionalizados por práticas delinquentes ou pré-delinquentes.

Esta separação dos adolescentes institucionalizados em casos assistenciais e casos pré-delinquentes, de acordo com o motivo de internamento, esteve igualmente subjacente na avaliação da percepção que os professores têm sobre os comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo destes alunos, que sabemos ser muito negativa em relação à generalidade dos alunos institucionalizados, mas que esperamos com variações entre os casos considerados assistenciais e pré-delinquentes.

4.1 - CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DA AMOSTRA

Especificamente em relação à amostra da população institucionalizada, e de acordo com os dados oficiais, recolhidos nos processos referentes aos adolescentes, verifica-se, como se pode ver no quadro 7.27, que 26% dos pais, 6,7% das mães e 1,9% dos irmãos dos adolescentes institucionalizados apresentam antecedentes judiciais, o que significa que por diferentes motivos estiveram relacionados com a justiça, como arguidos.

4,8% dos pais , 3,8% das mães e 24% dos irmãos foram sujeitos à institucionalização. De salientar o elevado número de irmãos com institucionalizações.

Quanto à vitimação, e ainda de acordo com os dados oficiais que nos foram facultados, 2,9% dos pais, 27,9% das mães e 18,3% dos irmãos dos adolescentes institucionalizados que fazem parte da nossa amostra são ou foram vítimas de violência. Mais uma vez os valores sobem em relação aos irmãos dos adolescentes e neste caso também e de forma significativa em relação às mães.

Quanto aos consumos de substâncias e álcool, os resultados oficiais apontam para 30,8% para os pais, 11,5% para as mães e 3,8% para os irmãos.

Quadro 7.27 : DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FAMILIAR DOS ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Antecedentes judiciais do pai	SIM	27 (26%)
	NÃO	77 (74%)
Antecedentes judiciais da mãe	SIM	7 (6,7%)
	NÃO	97 (93,3%)
Antecedentes judiciais dos irmãos	SIM	2 (1,9%)
	NÃO	102 (98,1%)
Internamentos do pai	SIM	5 (4,8%)
	NÃO	99 (95,2%)
Internamentos da mãe	SIM	4 (3,8%)
	NÃO	100 (96,2%)
Internamentos dos irmãos	SIM	25 (24%)
	NÃO	79 (76%)
Vitimação do pai	SIM	3 (2,9%)
	NÃO	101 (97,1%)
Vitimação da mãe	SIM	29 (27,9%)
	NÃO	75 (72,1%)
Vitimação dos irmãos	SIM	19 (18,3%)
	NÃO	85 (81,7%)
Consumo de substâncias e álcool do pai	SIM	32 (30,8%)
	NÃO	72 (69,2%)
Consumo de substâncias e álcool da mãe	SIM	12 (11,5%)
	NÃO	92 (88,5%)
Consumo de substâncias/álcool dos irmãos	SIM	4 (3,8%)
	NÃO	100 (96,2%)

Ainda especificamente em relação a esta população, e de acordo com as informações fornecidas pelos técnicos ou com os pareceres técnicos, recolhidos nos processos individuais das respectivas instituições em que os adolescentes estão internados, apenas 27,9% dos adolescentes institucionalizados foi sujeito a avaliação psicológica, sendo que alguns destes adolescentes estão institucionalizados há anos (cfr. Quadro 7.28).

Quanto às recidivas, verifica-se que 25% dos adolescentes estão em segundo, terceiro ou mais internamentos (cfr. Quadro 7.28).

De salientar que a maior percentagem de adolescentes internados e que fazem parte da amostra (27,9%) deu entrada nas instituições no ano de 96, ou seja um/dois anos antes da recolha do material (1997/8).

Quadro 7.28 : DADOS DE CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO ADOLESCENTE

Avaliação psicológica	SIM	29 (27,9%)
	NÃO	75 (72,1%)
Recidivas	SIM	26 (25%)
	NÃO	78 (75%)

4.1.1 - MOTIVO DE INTERNAMENTO

Considerando as limitações impostas, no critério de atribuição do motivo de internamento (cfr. Quadro 7.29), passamos a indicar quais os motivos encontrados: 44 casos assistenciais, dos quais 17 casos de abuso sexual, 15 casos de falta de apoio familiar, 5 casos de prostituição, 3 casos de vítima de maus tratos e 2 casos de mendicidade e 2 casos de vítima de abandono. Dos 60 casos de pré-delinquência, e de acordo com o motivo de internamento expresso nos processos individuais dos adolescentes, 38 casos são por furto, 6 casos de fugas prolongadas e 6 casos de vadiagem, 4 casos de comportamentos de risco, 2 casos de vandalismo e 2 casos de traficância, 1 caso de absentismo à escola e 1 caso de fugas nocturnas de casa.

Quadro 7.29 - MOTIVO DE INTERNAMENTO

Motivos do internamento	Casos assistenciais	Casos pré-delinquência	TOTAL
Absentismo	0	1 (1,7%)	1 (1,0%)
Fugas nocturnas	0	1 (1,7%)	1 (1,0%)
Fugas prolongadas	0	6 (10,0%)	6 (5,8%)
Vandalismo	0	2 (3,3%)	2 (1,9%)
Falta de apoio familiar	15 (34,1%)	0	15 (14,4%)
Mendicidade	2 (4,5%)	0	2 (1,9%)
Abusado sexualmente	17 (38,6%)	0	17 (16,3%)
Prostituição	5 (11,4%)	0	5 (4,8%)
Furto	0	38 (63,3%)	38 (36,5%)
Vítima de maus tratos	3 (6,8%)	0	3 (2,9%)
Vítima de abandono	2 (4,5%)	0	2 (1,9%)
Vadiagem	0	6 (10,0%)	6 (5,8%)
Comportamentos de risco	0	4 (6,7%)	4 (3,8%)
Traficante	0	2 (3,3%)	2 (1,9%)
TOTAL	**44 (100%)**	**60 (100%)**	**104 (100%)**

Aos comportamentos desviantes que o adolescente apresenta, como a fuga à escola, ou de casa, a utilização excessiva de álcool e drogas, condutas suicidiárias ou perversas, como furtos ou a destruição de bens, vem associada a interrupção da vida escolar e a consequente marginalização com o afastamento da vida familiar.

Nas famílias economicamente diferenciadas, se um adolescente apresenta comportamentos delinquentes, uma série de fenómenos dinâmicos ocorre na família, sobressaindo a preocupação de preservar a imagem social, da respeitabilidade familiar. O adolescente pode ser estigmatizado no seio familiar, mas é preservado das etiquetagens exteriores ao contexto familiar. Ainda assim, e como as diferenças de estilos educativos parentais resultam em grande parte da função da classe social (Relvas 1996), os padrões de resposta parental à trajectória anti-social do adolescente são também diferentes.

Num primeiro momento a família minimiza, oculta, o que tem como efeito

incomodar o adolescente, que pretende ver reconhecido o seu comportamento transgressor. Numa segunda fase o adolescente é entregue aos cuidados dum psicólogo, a quem pedem que mude o adolescente, porque a família não pretende mudar nada, e muito menos pensar em recorrer à magistratura ou ao poder judicial.

4.1.2 – DIFERENÇAS ENTRE VARIÁVEIS PESSOAIS – COMPARAÇÃO ENTRE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS CONSIDERADOS CASOS ASSISTENCIAIS E CASOS PRÉ-DELINQUENTES

À semelhança do que foi feito em capítulos anteriores, começamos por apresentar as variáveis que caracterizam o adolescente, como o género, a idade, o grupo étnico, o nível de escolaridade e o número de reprovações, o adulto com quem vive, o seu local de nascimento, o número de irmãos que o adolescente tem e as idades actuais dos seus progenitores, como se pode ver no quadro 7.30.

Dos 44 casos assistenciais, 38,6% são do género masculino e 61,4% do género feminino.

Dos 60 casos de pré-delinquência, 80% são do género masculino e 20% são do género feminino. De realçar que, de acordo com a nossa amostra, o género masculino tem como motivo de internamento comportamentos que se aproximam mais da delinquência que o género feminino, que, por seu turno, tem mais como motivo de internamento a problemática assistencial. Estas diferenças são estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2=18,531;p=.001$).

Não se verificam diferenças significativas nas médias relativamente ao nível etário dos dois grupos, sendo que para os casos assistenciais é de 14,75 e nos casos de pré-delinquência é de 14,50 (t=.726; p=n.s.).

Considerados os três grupos etários dos 10 aos 12 anos, dos 13 aos 15 anos e igual ou maior que 16 anos, a maior incidência verifica-se no nível dos 13 aos 15 anos, quer para os casos assistenciais (52,3%),quer para os casos pré-delinquentes (56,7%). Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (χ 2=.258; p=n.s.).

Quanto à raça, verifica-se que 81,8% dos casos assistenciais são de raça branca tal como 73,3% dos casos de pré-delinquência

A raça branca apresenta valores mais elevados nos casos assistenciais comparativamente com os casos pré-delinquentes. O mesmo não acontece na raça negra ou na etnia cigana em que os valores de pré-delinquência (26,7%) são superiores aos dos casos assistenciais (18,2%). Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (χ2=1.029; p=n.s.).

Quanto à escolaridade, 68,2% dos adolescentes institucionalizados considerados casos assistenciais frequenta o 2° ciclo comparativamente a 70% dos adolescentes considerados pré-delinquentes. 31,8% dos casos assistenciais e 30% dos adolescentes pré-delinquentes frequentam o 1° ciclo. Não há, na nossa amostra, adolescentes institucionalizados a frequentar o 3° ciclo, como já anteriormente assinalámos. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (χ2 =.039; p= n.s.).

Verifica-se que os casos assistenciais apresentam 65,9% de mais de 3 reprovações comparativamente a 70% nos casos pré-delinquentes. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (χ2=1.069;p=n.s.).

Quer os adolescentes considerados casos assistenciais com 40,9%, quer os adolescentes considerados casos de pré-delinquência com 40%, vivem prioritariamente

com a mãe. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=.479; p=n.s.).

No que diz respeito ao local de nascimento, 68,4% dos casos assistenciais e 67,3% dos casos de pré-delinquência são oriundos de Lisboa e Vale do Tejo. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=.119; p=n.s.).

Apesar de apenas 27,9% dos adolescentes institucionalizados terem sido sujeitos a avaliação psicológica, a todos os adolescentes foi feita uma avaliação técnica, por psicólogo, assistente social, jurista ou outro técnico do Instituto de Reinserção Social, quando na entrada na Instituição, de que resulta a atribuição do motivo de internamento.

Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=18,531;p=.000)

Do grupo dos adolescentes assistenciais, 31,8% foi abusado sexualmente. Do grupo dos adolescentes pré-delinquentes 1,7% foi abusado sexualmente.

Como se pode verificar, é nos casos assistenciais que o abuso sexual é relatado com maior incidência. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, relativamente ao abuso sexual ($\chi 2$=18,697; p=.000). Não esquecendo os abusos sexuais não declarados, que fazem parte da violência escondida, ainda assim, consideramos os valores obtidos bastante elevados.

Não se verificam diferenças significativas nas médias, relativamente ao número de irmãos em que para os casos assistenciais é de 4,27 e para os casos de pré-delinquência é de 4,20 (t=.110; p=n.s.).

Não se verificam diferenças significativas entre os dois grupos quanto à idade actual do pai cuja média é de 24,70 para os casos assistenciais e 29,23 para os casos de pré-delinquência (t=-,1,062; p=n.s.). Quanto à idade actual da mãe a média de idade é

de 31,79 para os casos assistenciais e 31,9 para os casos de pré-delinquência (t=-,034, p=n.s.). De assinalar apenas as diferenças de idades entre os progenitores; em termos médios os pais têm níveis etários mais baixos que as mães.

Quadro 7.30 – DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DO ADOLESCENTE

		Assistenciais	Pré-delinquentes	Total	$\chi 2$	P
Género	Masculino	17 (38,6%)	48 (80,0%)	65 (62,5%)		
	Feminino	27 (61,4%)	12 (20,0%)	39 (37,5%)	18,531	.001
Idade	10-12 anos	5 (11,4%)	7 (11,7%)	12 (11,5%)		
	13 – 15 anos	23 (52,3%)	34 (56,7%)	57 (54,8%)		
	> 16 anos	16 (36,4%)	19 (31,7%)	35 (33,7%)	.258	.879
Grupo étnico	Branca	36 (81,8%)	44 (73,3%)	80 (76,9%)		
	Outra	8 (18,2%)	16 (26,7%)	24 (23,1%)	1.029	.310
Escolaridade	1º ciclo	14 (31,8%)	18 (30%)	32 (30,8%)		
	2º ciclo	30 (68,2%)	42 (70%)	72 (69,2%)		
	3º ciclo	-------	------	-------	.039	.843
Reprovações	S/ reprovações	------	1 (1,7%)	1 (1,7%)		
	1 – 2 reprovações	15 (34,1%)	17 (28,3%)	32 (30,8%)		
	> 3 reprovações	29 (65,9%)	42 (70%)	71 (68,3%)	1.069	.586
Adulto com quem	Pais	9 (20,5%)	15 (25%)	24 (23,1%)		
Vive	Mãe	18 (40,9%)	24 (40%)	42 (40,4%)		
	Pai	5 (11,4%)	5 (8,3%)	10 (9,6%)		
	Outros	12 (27,3%)	16 (26,7%)	28 (26,9%)	.479	.924
Local de nascimento	Lisboa/ Vale do Tejo	26 (68,4%)	37 (67,3%)	63 (67,7%)		
	Norte	8 (21,1%)	13 (23,6%)	21 (22,6%)		
	Centro	4 (10,5%)	5 (9,1%)	9 (9,7%)	.119	.924
Aval. Psicológica	Sim	12 (27,3%)	17 (28,3%)	29 (27,9%)		
	Não	32 (72,7%)	43 (71,7%)	75 (72,1%)	.014	.905
Vitima de abuso sexual	Sim	14 (31,8%)	1 (1,7%)	15 (14,4%)		
	Não	30 (68,2%)	59 (98,3%)	89 (85,6%)	189,697	.001
		Assistênciais	Pré-delinquentes		T	P
Nivel etário	(média)	14,75	14,50		.726	.470
Nº de irmãos	(média)	4.27	4,20		.110	.912
Idade do pai	(média)	24.70	29.23		1,062	.291
Idade da mãe	(média)	31.79	31.90		,034	.973

4.1.2.1 - RECIDIVAS DOS ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Os adolescentes institucionalizados apresentam, entre o ano de 1990 e 1997, e de acordo com os dados disponíveis nos seus processos individuais, um índice de recidivas idêntico nos casos assistenciais e nos casos pré-delinquentes (cfr. Quadro 7.31), não se verificando diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=9.222; p=n.s.).

De salientar que é no ano de 1995 que se verificam um maior número de recidivas para os adolescentes institucionalizados, considerados casos assistenciais (27,3%), enquanto que para os casos de adolescentes institucionalizados considerados casos pré-delinquentes, é no ano de 1996 que se verifica uma maior incidência de recidivas (33,3%) (cfr. Quadro 7.31). Estes dados poderão resultar de determinações governamentais, como, por exemplo, a determinação de que adolescentes sem abrigo que vagueiem pelas ruas sejam institucionalizados, ou que as malhas policiais se tornem mais apertadas em determinado ano em relação aos comportamentos delinquentes juvenis, o que pode incrementar o número de internamentos, sem que isso possa significar que, estes ou aqueles adolescentes, cometem mais actos delinquentes depois de terem alta do Colégio. O que pudemos observar é que as fugas dos Colégios são muitas, e que, eventualmente, os adolescentes considerados casos assistenciais, com pouca experiência de internamento, apresentam menos fugas e são mais detectados, porque ainda não aprenderam estratégias tão elaboradas como os adolescentes considerados casos pré-delinquentes, que chegam a andar fugidos da instituição durante vários meses, sem que a polícia os consiga deter.

Quadro 7.31 - RECIDIVAS DOS ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS CASOS ASSISTENCIAIS E CASOS PRÉ-DELINQUENTES

Ano do segundo internamento	Casos assistenciais	Casos pré-delinquência	TOTAL
1990	1 (9,1%)	----	1 (3,8%)
1991	------	1 (6,7%)	1 (3,8%)
1992	2 (18,2%)	------	2 (7,7%)
1993	------	2 (13,3%)	2 (7,7%)
1994	2 (18,2%)	1 (6,7%)	3 (11,5%)
1995	3 (27,3%)	2 (13,3%)	5 (19,2%)
1996	2 (18,2%)	5 (33,3%)	7 (26,9%)
1997	1 (9,1%)	4 (26,7%)	5 (19,2%)
TOTAL	11 (100%)	15 (100%)	26 (100%)

4.1.3 – DIFERENÇAS ENTRE VARIÁVEIS FAMILIARES – COMPARAÇÃO ENTRE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS CONSIDERADOS CASOS ASSISTENCIAIS E CASOS PRÉ-DELINQUENTES

Após a apresentação das variáveis pessoais do adolescente, no ponto anterior, passamos agora a apresentar algumas variáveis familiares dos adolescentes institucionalizados, nomeadamente a residência da família, a profissão, o estado civil, a escolaridade e a situação laboral dos progenitores, os antecedentes judiciais, os internamentos em instituições, consumo de substâncias e vítimas na família nuclear, conforme se pode ver no quadro 7.32.

Quanto ao local de residência, a distribuição dos adolescentes reparte-se por todo o país. Quer os casos assistenciais com 69%, quer os casos de pré-delinquência com 70,2% residem maioritariamente na zona de Lisboa e Vale do Tejo, seguindo-se a Zona Norte com 23,8% casos assistenciais e 17,5% casos de pré-delinquência, centros

urbanos onde a exclusão social e os comportamentos marginais encontram contexto mais adequado à sua expansão.

7,1% dos adolescentes casos assistenciais e 12,3% dos adolescentes considerados casos pré-delinquentes têm a sua residência no centro do país. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=1.106; p=n.s.).

No que diz respeito à profissão do pai, em 65,4% nos casos assistenciais a profissão dos pais é de nível inferior, comparativamente a 77,5% nos casos de pré-delinquência. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=1.456, p=n.s). De assinalar o número de células 33,3% que excede os 20% desejados.

48,6% das mães dos casos assistenciais ocupa prioritariamente profissões de nível inferior, e 48,6% estão desempregadas ou não exercem qualquer profissão. 70,6%das mães dos casos pré-delinquentes exerce profissões de nível inferior. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=5.901; p=.052). De assinalar, contudo, a existência de células (33,3%) que excedem os 20% desejados.

Quer para os pais dos adolescentes casos assistenciais com 56,3%, quer para os pais dos adolescentes pré-delinquentes com 59,6%, os dados encontrados apresentam maior incidência nos pais não juntos. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=.087; p=n.s.)

Nos casos de pré-delinquência, os valores encontrados para o estado civil da mãe são de 69,1% para não vivendo juntas com o pai e de 59% para os casos assistenciais em que prioritariamente as mães também não estão juntas com o pai do adolescente.

Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi2$=1.025;p=n.s.).

Para ambos os grupos de adolescentes, casos assistenciais, com 51,9% e casos pré-delinquentes, com 63,9%, o pai tem como habilitações o 1° ciclo. Para a mãe em 63,9% dos casos assistenciais e em 51% nos casos pré-delinquentes o nível de escolaridade é também o primeiro ciclo. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi2$=2,179; p=n.s.).

Para ambos os grupos de adolescentes, casos assistenciais com 44,4% e pré-delinquentes com 67,4%, o pai trabalha por conta de outrem. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos em relação a este item ($\chi2$= 3.629; p=n.s.)

Para os adolescentes casos assistenciais, 50% das mães ou estão reformadas ou desempregad[illegible]caso dos adolescentes pré-delinquentes 51,9% das mães trabalha por conta de [illegible]. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi2$=4,926; p=n.s.).

Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, no que diz respeito aos antecedentes judiciais do pai ($\chi2$=.068; p=n.s.). Quer para o grupo de casos assistenciais em que 27,3%, quer para o grupo de casos de pré-delinquência com 25% em que existem antecedentes judiciais.

O mesmo acontece em relação à mãe, em que se encontram antecedentes judiciais em 9,1% para o grupo de casos assistenciais e em 5% para o grupo dos casos pré-delinquentes, não se verificando diferenças estatisticamente significativas ($\chi2$=677; p=n.s.).

Os resultados obtidos para os irmãos vão no mesmo sentido, 2,3% dos casos assistenciais e 1,7% dos casos de pré-delinquência apresentam antecedentes judiciais.

Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=.049; p=n.s.)

6,8% dos pais do grupo dos casos assistenciais e 3,3% dos pais do grupo dos casos pré-delinquentes têm referenciado internamento durante a adolescência em instituições dependentes do Ministério da Justiça. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=,674; p=n.s).

4,5% das mães do grupo dos casos assistenciais e 3,3% do grupo dos casos pré-delinquentes têm internamentos nas instituições tutelares de menores. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($\chi 2$=,101; p=n.s.).

Quanto aos irmãos dos adolescentes, 22,7% do grupo dos casos assistenciais e 25,0% do grupo pré-delinquente foram institucionalizados. Verifica-se que a percentagem de internamentos dos irmãos comparativamente à dos pais aumentou francamente. Em relação à institucionalização dos irmãos, também não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=,072; p=n.s.).

Quanto aos consumos de álcool e substâncias, os resultados obtidos também apontam para que se verifiquem índices mais elevados para não consumos quer para o pai, quer para a mãe ou para os irmãos.

O pai, ainda assim, é o que apresenta valores mais elevados nos consumos, 31,8% no caso dos pais dos adolescentes casos assistenciais e 30,0% no caso dos adolescentes considerados pré-delinquentes. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=,039; p=n.s.).

Em relação à mãe, 11,4% das mães dos casos assistenciais consome álcool ou substâncias comparativamente a 11,7% de mães de adolescente do grupo pré-delinquente que são consumidoras. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$= ,002; p=n.s.)

Em relação aos irmãos, 4,5% dos irmãos dos adolescentes casos assistenciais, comparativamente a 3,3% dos irmãos dos adolescentes casos pré-delinquentes, consome álcool ou substâncias. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=,101; p=n.s.).

Quanto à área da vitimologia, são as mães que apresentam índices mais elevados quanto ao terem sido vitimadas: 31,8% nos casos assistenciais e 25,0% nos casos pré-delinquentes.

Não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($\chi 2$=,587; p=n.s.).

Os pais apresentam valores da ordem dos 4,5% para o grupo dos adolescentes considerados casos assistenciais e de 1,7% no caso do grupo de adolescentes considerados casos pré-delinquentes. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=,751; p=n.s.).

Quanto aos irmãos, os valores relativos à vitimação são de 22,7% para os irmãos dos adolescentes considerados casos assistenciais e de 15,0% para os irmãos dos adolescentes considerados casos pré-delinquentes. Também não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=1,015; p=n.s.).

Quadro 7.32 – DADOS DE CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR DOS ADOLESCENTES

		Assistenciais	Pré-delinquentes	Total	$\chi 2$	P
Residência	Lisboa/ Vale do Tejo	29 (69,0%)	40 (70,2%)	69 (69,7%)		
	Norte	10 (23,8%)	10 (17,5%)	20 (20,2%)		
	Centro	3 (7,1%)	7 (12,3%)	10 (10,1%)	1.106	.575
Profissão do pai	Nível superior	-------	------	------		
	Nível intermédio	2 (7,7%)	3 (7,5%)	5 (7,6%)		
	Nível inferior	17 (65,4%)	31 (77,5%)	48 (72,7%)		
	Outras	7 (26,9%)	6 (15%)	13 (19,7%)	1.456	.483
Profissão da mãe	Nível superior	-------	------	-------		
	Nível intermédio	1 (2,9%)	3 (5,9%)	4 (4,7%)		
	Nível inferior	17 (48,6%)	36 (70,6%)	53 (61,6%)		
	Outras	17 (48,6%)	12 (23,5%)	29 (33,7%)	5.901	.052
Estado civil do pai	Juntos	14 (43,8%)	19 (40,4%)	33 (41,8%)		
	Não juntos	18 (56,3%)	28 (59,6%)	46 (58,2%)	.087	.474
Estado civil da mãe	Juntos	16 (410%)	17 (30,9%)	33 (35,1%)		
	Não juntos	23 (59,0%)	38 (69,1%)	61 (64,9%)	1.025	.214
Escolaridade do pai	Analfabeto	8 (29,6%)	9 (20,5%)	17 (23,9%)		
	1° ciclo	14 (51,9%)	29 (65,9%)	43 (60,6%)		
	2° ciclo	3 (11,1%)	5 (11,4%)	8 (11,3%)		
	3° ciclo	2 (7,4%)	1 (2,3%)	3 (4,2%)		
	Médio/Superior	-------	-----	------	2,179	.536
Escolaridade da mãe	Analfabeta	10 (27,8%)	16 (31,4%)	26 (29,9%)		
	1° ciclo	23 (63,9%)	26 (51,0%)	49 (56,3%)		
	2° ciclo	3 (8,3%)	9 (17,6%)	12 (13,8%)		
	3° ciclo	------	-----	-----		
	Médio/Superior	------	-----	------	2.043	.360
Situação laboral do	Conta própria	4 (14,8%)	4 (9,3%)	8 (11,4%)		
Pai	Conta de outrem	12 (44,4%)	29 (67,4%)	41 (58,6%)		
	Reformado/desemp.	11 (40,7%)	10 (23,3%)	21 (30%)	3.629	.163
Situação laboral da	Conta própria	2 (5,3%)	9 (17,3%)	11 (12,2%)		
Mãe	Conta de outrem	17 (44,7%)	27 (51,9%)	44 (48,9%)		
	Reformada/desemp.	19 (50%)	16 (30,8%)	35 (38,9%)	4,926	.085
Anteced. Judiciais	Pai	12 (27,3%)	15 (25,0%)	27 (26%)	.068	.484
	Mãe	4 (9,1%)	3 (5,0%)	7 (6,7%)	677	.331
	Irmãos	1 (2,3%)	1 (1,7%)	2 (1,9%)	.049	.670
Internam. Instituc.	Pai	3 (6,8%)	2 (3,3%)	5 (4,8%)	.674	.355
	Mãe	2 (4,5%)	2 (3,3%)	4 (3,8%)	,101	.566
	Irmãos	10 (22,7%)	15 (25,0%)	25 (24,0%)	,072	.488
Consumo substânc.	Pai	14 (31,8%)	18 (30,0%)	32 (30,8%)	,039	.505
	Mãe	5 (11,4%)	7 (11,7%)	12 (11,5%)	,002	.608
	Irmãos	2 (4,5%)	2 (3,3%)	4 (3,8%)	,101	.566
Vitimolog. Família	Pai	2 (4,5%)	1 (1,7%)	3 (2,9%)	,751	.384
	Mãe	14 (31,8%)	15 (25,0%)	29 (27,9%)	,587	.292
	Irmãos	10 (22,7%)	9 (15,0%)	19 (18,3%)	1,015	.226

4.1.4 – PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS SOBRE A RELAÇÃO DA FAMÍLIA COM OS ADOLESCENTES

Quanto à percepção que os técnicos têm da relação da família com o adolescente, obtivemos, como se pode ver no quadro 7.33, os seguintes resultados: para os casos assistenciais, 11,4% é amado, 72,7% é negligenciado e 40,9% é rejeitado. Para os casos pré-delinquentes, 31,7% é amado, 70,0% é negligenciado e 38,3% é rejeitado. Os resultados obtidos não são estatisticamente significativos quer para o item negligenciado ($\chi 2$ =,071; p= n.s.). quer para o item rejeitado ($\chi 2$=,092; p= n.s.). O mesmo já não se verifica em relação ao item amado em que os resultados obtidos referem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de adolescentes institucionalizados considerados casos assistenciais e os adolescentes considerados casos pré-delinquentes, considerados estes últimos mais amados pela família, comparativamente aos outros ($\chi 2$ =5,895; p=.013). Diríamos que os técnicos preferem utilizar o termo negligenciado a rejeitado. É, contudo, evidente a percepção, por parte dos técnicos, de um processo com pouco afecto, que aliás foi patente ao longo da administração das escalas e na realização das entrevistas.

Quadro 7.33 – DADOS SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DA FAMÍLIA COM OS ADOLESCENTES

		Assistenciais	Pré-delinquentes	Total	$\chi 2$	P
Relação família adolescente						
	Amado	5 (11,4%)	19 (31,7%)	24 (23,1%)	5,895	,013
	Negligenciado	32 (72,7%)	42 (70,0%)	74 (71,2%)	,092	,468
	Rejeitado	18 (40,9%)	23 (38,3%)	41 (39,4%)	,071	,474

4.2 - PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E DOS PROGENITORES SOBRE A ESTRUTURA FAMILIAR

Procurou-se ainda avaliar se a percepção que os adolescentes vitimados (casos assistenciais) e os seus progenitores têm sobre a sua estrutura familiar, difere da percepção que os adolescentes pré-delinquentes e os seus progenitores têm sobre a sua estrutura familiar.

Os resultados obtidos, conforme se pode ver no quadro 7.34, permitem concluir que em relação à diferença de médias não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos. No índice de adaptabilidade, os adolescentes considerados casos assistenciais obtêm a média de 23,4545 e os adolescentes considerados casos pré-delinquentes obtêm a média de 23,4167. (t=.033; p=n.s.).

Em relação ao mesmo índice, os progenitores dos adolescentes considerados casos assistenciais obtêm uma média de 21,8639 e os adolescentes considerados casos pré-delinquentes obtêm uma média de 22,7333 (t=-,821; p=n.s.).

Em relação ao índice de coesão, os adolescentes considerados casos assistenciais obtêm uma média de 31,1818 e os adolescentes considerados casos pré-delinquentes obtêm uma média de 33,9000 (t=-1,470; p=n.s.).

Ainda em relação ao índice de coesão, os progenitores dos adolescentes casos assistenciais obtêm uma média de 33,1591 e os progenitores dos adolescentes casos pré-delinquentes obtêm uma média de 34,2667 (t=-,621; p=n.s.).

Quadro 7.34 - PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E DOS PROGENITORES SOBRE A ESTRUTURA FAMILIAR (ADAPTABILIDADE E COESÃO)

Estrutura familiar	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Índice de adaptabilidade (adolescente)	**Assistenciais**	44	23,45445	6,0673		
	Pré-delinquência	60	23,4167	5,5732	,033	,974
Índice de adaptabilidade (progenitores)	**Assistenciais**	44	21,8636	5,4243		
	Pré-delinquência	60	22,7333	5,2782	-,821	,414
Índice de coesão (adolescente)	**Assistenciais**	44	31,1818	9,4137		
	Pré-delinquência	60	33,9000	9,2493	-1,470	,145
Índice de coesão (progenitores)	**Assistenciais**	44	33,1591	9,2358		
	Pré-delinquência	60	34,2667	8,7988	-,621	,536

4.2.1 – PERCEPÇÃO SOBRE A TIPOLOGIA FAMILIAR

Em relação à tipologia de família, 45,5% dos adolescentes institucionalizados, casos assistênciais, comparativamente a 40% dos adolescentes considerados pré-delinquentes consideram a sua família tipo mid-range (cfr. Quadro 7.35). Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de adolescentes casos assistênciais e o grupo de adolescentes casos pré-delinquentes ($\chi 2$= 3,170; p=n.s.).

O mesmo se passa em relação aos progenitores dos adolescentes, em que 45,5% dos casos assistênciais e 55% dos casos pré-delinquentes considera a sua família tipo mid-range (cfr. Quadro 7.35). Não se verificam diferenças estatisticamente significativas, também entre os grupos dos progenitores ($\chi 2$ = 1,900; p=n.s.).

Quadro 7.35 –PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E PROGENITORES SOBRE A TIPOLOGIA DE FAMÍLIA

		Assitenciais	Pré-delinquentes	TOTAL	$\chi 2$	p
Tipologia de família (adolescentes)	**Extrema**	8 (18,2%)	10 (16,7%)	18 (17,3%)		
	Mid-range	20 (45,5%)	24 (40,0%)	44 (42,3%)		
	Moderada	15 (34,1%)	19 (31,7%)	34 (32,7%)		
	Balanceada	1 (2,3%)	7 (11,7%)	8 (7,7%)		
	TOTAL	44 (100%)	60 (100%)	104 (100%)	3,170	,366
Tipologia de família (progenitores)	**Extrema**	9 (20,5%)	8 (13,3%)	17 (16,3%)		
	Mid-range	20 (45,5%)	33 (55,0%)	53 (51,0%)		
	Moderada	11 (25,0%)	16 (26,7%)	27 (26,0%)		
	Balanceada	4 (9,1%)	3 (5,0%)	7 (6,7%)		
	TOTAL	44 (100%)	60 (100%)	104 (100%)	1,900	,593

4.3 - PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O CARINHO E AFECTO DOS PROGENITORES

Pretendeu-se também avaliar se a percepção que os adolescentes vitimados (casos assistenciais) e os adolescentes considerados pré-delinquentes têm sobre as práticas parentais (carinho e afecto) dos seus progenitores apresenta variações.

Os resultados, conforme se pode ver no quadro 7.36, permitem concluir que não se verificam diferenças de médias estatisticamente significativas entre os dois grupos.

Em relação à percepção do carinho do pai, a média obtida pelos adolescentes casos assistenciais é de 2,6216 e a média obtida pelos adolescentes casos de pré-delinquência é de 2,7374 (t=-1,065; p=n.s.).

Em relação à percepção do carinho da mãe, a média obtida pelos adolescentes casos assistenciais é de 2,6083 e a média obtida pelos adolescentes casos pré-delinquentes é de 2,5759 (t=,455; p=n.s.).

Quanto à percepção que os adolescentes têm da protecção do pai, nos casos assistenciais, a média obtida é de 2,9252 e nos casos pré-delinquentes é de 2,9071 (t=,202; p=n.s.).

Em relação à percepção que os adolescentes têm da protecção da mãe, nos casos assistenciais a média obtida é de 2,8577 e nos casos de pré-delinquência é de 2,7651 (t=1,035; p=n.s.).

Quadro 7.36 - PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O CARINHO E O AFECTO DOS PROGENITORES

Percepção dos adolescentes sobre o carinho e o afecto dos progenitores	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	P
Carinho Pai	**Assistenciais**	37	2,6216	,3002		
	Pré-delinquência	53	2,7374	,6114	-1,065	,290
Carinho Mãe	**Assistenciais**	40	2,6083	,3264		
	Pré-delinquência	56	2,5759	,3565	,455	,650
Protecção Pai	**Assistenciais**	37	2,9252	,4128		
	Pré-delinquência	53	2,9071	,4184	,202	,840
Protecção Mãe	**Assistenciais**	40	2,8577	,4656		
	Pré-delinquência	56	2,7651	,4066	1,035	,303

4.4 - PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Procurou-se ainda avaliar as diferenças existentes entre a percepção que os professores têm dos comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo dos adolescentes institucionalizados, considerados casos assistenciais e casos pré-delinquentes.

4.4.1 – PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

Em relação à primeira parte da Escala de Agressividade, os resultados, conforme se pode ver no quadro 7.37, são os seguintes:

Em relação ao tempo de conhecimento do aluno, os professores dizem ter um conhecimento médio dos seus alunos, quer para os adolescentes considerados casos assistênciais, com uma média de 2,4545, quer para os adolescentes considerados casos pré-delinquentes com uma média de 2,0000. Não se verificam diferenças de médias estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,812; p=n.s.).

Em relação ao tempo semanal que o aluno está com o professor na aula, para os adolescentes casos assistenciais a média é de 15,6279 e para os adolescentes casos pré-delinquentes a média é de 16,1864. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-,285; p=n.s.).

Quanto ao grau de conhecimento que o professor tem do aluno, nos casos assistenciais a média obtida é de 2,0227 e nos casos de pré-delinquência a média obtida é de 1,8500. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,414; p=n.s.).

Afinco com que o aluno trabalha – a média obtida pelos alunos casos assistenciais é de 3,4545 comparativamente à média de 2,7333 dos casos pré-delinquentes. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=2,366; p=.020).

Comportamento na sala de aula – a média obtida pelos alunos casos assistenciais é de 4,4318 comparativamente à média de 3,3500 obtida pelos alunos casos pré-

delinquentes. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=3,424; p=.001).

Aprendizagem – a média obtida pelos alunos casos assistenciais é de 3,4545 comparativamente à média de 2,9333 obtida pelos casos pré-delinquentes. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,656; p=n.s.).

Realização das tarefas – a média obtida pelos alunos casos assistenciais é de 2,5455 comparativamente à média de 2,133 obtida pelos casos pré-delinquentes. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,884; p=n.s.).

Quadro 7.37 – PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

Percepção dos professores sobre os comportamentos e desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	P
Tempo de conhecimento do aluno	**Assistenciais**	44	2,4545	1,3021		
	Pré-delinquência	60	2,0000	1,2351	1,812	,073
Tempo semanal que o aluno está com o Professor na aula	**Assistenciais**	43	15,6279	9,2968		
	Pré-delinquência	59	16,1864	10,0815	-,285	,776
Grau de conhecimento do aluno	**Assistenciais**	44	2,0227	,6283		
	Pré-delinquência	60	1,8500	,6058	1,414	,160
Afinco com que o aluno trabalha	**Assistenciais**	44	3,4545	1,6907		
	Pré-delinquência	60	2,7333	1,4126	2,366	,020
Comportamento do aluno na sala de aula	**Assistenciais**	44	4,4318	1,7307		
	Pré-delinquência	60	3,3500	1,4824	3,424	,001
Aprendizagem do aluno	**Assistenciais**	44	3,4545	1,6629		
	Pré-delinquência	60	2,9333	1,5279	1,656	,101
Realização das tarefas escolares	**Assistenciais**	44	2,5455	1,1902		
	Pré-delinquência	60	2,1333	1,0328	1,884	,062

4.4.2 - ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

Quanto aos alunos indicados para ensino especial, 65,9% dos alunos casos assistenciais e 55% dos alunos casos pré-delinquentes não foram indicados para ensino especial (cfr. Quadro 7.38). Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$=1,430; p=n.s.). Mais uma vez, os professores revelam um acentuado desconhecimento em relação aos dados dos alunos, 30,8% dos professores desconhece se os alunos foram alguma vez indicados para ensino especial, sendo este desconhecimento de 27,3% em relação aos casos assistenciais e de 33,3% em relação aos casos pré-delinquentes, em que os professores não sabem se os alunos foram ou não indicados para ensino especial (cfr. Quadro 7.38).

No que diz respeito às reprovações do aluno, 77,3% dos alunos casos assistenciais e 88,3% dos casos pré-delinquência tiveram reprovações. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$= 3,299; p = n.s.).

Quadro 7.38 – ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

		Assistenciais	Pré-delinquência	TOTAL	$\chi 2$	p
Alunos indicados para Ensino especial (IV)	**Sim**	3 (6,8%)	7 (11,7%)	10 (9,6%)		
	Não	29 (65,9%)	3 (55,0%)	62 (59,6%)		
	Não sei	12 (27,3%)	20 (33,3%)	32 (30,8%)		
	TOTAL	44 (100%)	60 (100%)	104 (100%)	1,430	.489
Reprovações/ aluno (V)	**Sim**	34 (77,3%)	53 (88,3%)	87 (83,7%)		
	Não	2 (4,5%)	3 (5,0%)	5 (4,8%)		
	Não sei	8 (18,2%)	4 (6,7%)	12 (11,5%)		
	TOTAL	104 (100%)	104 (100%)	104 (100%)	3,299	.192

4.4.3 – PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Em relação às diferentes escalas da Escala de Agressividade, como está descrito no quadro 7.39, os resultados obtidos são os seguintes:

Na sub-escala de apelatividade, os alunos casos assistenciais são percepcionados pelos professores com uma média de 19,9773 comparativamente à média de 21,6500 para os casos pré-delinquentes. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-1,329; p=n.s.).

Na sub-escala de agressividade, os alunos casos assistenciais são percepcionados pelos professores com uma média de 9,4318 comparativamente à média de 10,7500 para os casos pré-delinquentes. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,769; p=n.s.).

Na sub-escala de instabilidade, os alunos casos assistenciais são percepcionados pelos professores com uma média de 13,5455 comparativamente à média de 14,9667 para os casos pré-delinquentes. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-1,735; p=n.s.).

Quadro 7.39– PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos	Instituição	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Sub-escala de Apelatividade	**Assistenciais**	44	19,9773	6,3043		
	Pré-delinquência	60	21,6500	6,3668	-1,329	,187
Sub-escala de Agressividade	**Assistenciais**	44	9,4318	3,5594		
	Pré-delinquência	60	10,7500	3,8910	1,769	,080
Sub-escala de Instabilidade	**Assistenciais**	44	13,5455	4,2066		
	Pré-delinquência	60	14,9667	4,0671	-1,735	,086

4.5 - COMENTÁRIOS

Contrariamente ao que era esperado, não se verificam diferenças estatisticamente significativas em relação aos níveis médios de percepção que os adolescentes casos assistenciais e os adolescentes casos pré-delinquentes têm sobre os índices de adaptabilidade e coesão das suas famílias. O mesmo se verifica em relação à percepção dos respectivos progenitores.

Estes dados levam-nos a crer que as famílias destes jovens são, na generalidade, fragilizadas, ainda que eventualmente por motivos diferentes. Se nos casos assistênciais estamos perante a delinquência dos adultos, progenitores, ou não, que vitimizam os adolescentes, quer com maus tratos, abandono quer colocando-os na mendicidade ou na prostituição ou abusando sexualmente deles, ou não lhes dando o apoio familiar de que necessitam, nos casos considerados de pré-delinquência estamos perante os comportamentos delinquentes dos próprios adolescentes, que, não raras vezes, já foram vitimizados.

Parece-nos, pois, que a situação não pode ser analisada univocamente, mas do ponto de vista sistémico. Estas famílias apresentam uma concorrência de factores de âmbito socio-económico que produz o sintoma delinquência, seja o portador deste sintoma um adulto ou um adolescente. Há, efectivamente, um elemento do sistema familiar que é portador da disfunção do sistema.

Os resultados que se obtêm sobre a percepção das práticas parentais vêm na mesma linha de pensamento que acabámos de formular. Se a família está doente, os elementos do sistema são afectados, ainda que em maior ou menor grau, de forma diferente.

A percepção dos adolescentes sobre as práticas parentais não difere entre os grupos de institucionalizados casos assistenciais e casos pré-delinquentes. Ambos percepcionam as práticas parentais com frieza emocional, indiferença e rejeição e com um controlo parental mais próximo do intrusivo que da promoção da independência e autonomia.

Quanto à percepção que os professores têm sobre os comportamentos, performance escolar e funcionamento adaptativo dos alunos, seria de esperar que os adolescentes vitimados fossem avaliados pelos professores de forma diferente que os alunos pré-delinquentes, todavia isso não se verifica.

Embora o tempo de conhecimento do aluno, o tempo semanal que o aluno está com o professor na aula, assim como o grau de conhecimento do aluno, não apresentem diferenças significativas, o que era esperado, já em relação ao afinco com que o aluno trabalha se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, assim como em relação ao comportamento na sala de aula, como era esperado.

A percepção que os professores têm sobre os adolescentes casos assistenciais apresenta níveis médios superiores para os dois itens. Os professores percepcionam os adolescentes casos assistenciais mais trabalhadores e melhor comportados que os adolescentes casos pré-delinquentes.

Quanto ao item realização das tarefas escolares, o mesmo não se verifica, porque não parece haver sempre uma obrigatoriedade de realizar as tarefas extra aula, pelo que eventualmente, neste caso os alunos casos assistenciais serão "contaminados" pelos alunos casos pré-delinquentes, como o serão em muitos dos comportamentos que terão ao longo da sua permanência na instituição, aproximando-se ou entrando na trajectória delinquente, após a institucionalização.

Quanto ao item aprendizagem do aluno, não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, o que consideramos ocorrer, não só pelo nível desmotivacional que estes alunos normalmente manifestam, como já atrás focámos, mas pela falta de preparação instalada, a que não são estranhas as reprovações que nos dois grupos se fazem igualmente sentir.

Em relação aos resultados obtidos nas escalas de Apelatividade, Agressividade e Instabilidade, os resultados esperados seriam de que o grupo dos adolescentes casos assistenciais manifestariam níveis menos elevados de agressividade, o que não se verifica.

Não se encontram diferenças estatisticamente significativas para os dois grupos em nenhuma das escalas. Questionamo-nos se nos adolescentes vitimados não se operará, depois da institucionalização, um processo de identificação em relação aos adolescentes pré-delinquentes. Ou se, quando se é vitimado, "empurrado" para a mendicidade, para a prostituição, para a vadiagem, violado sexualmente, vítima de maus tratos e de abandono, felizmente se manifesta irrequietude, se passa a ser desobediente, se incomoda os outros, se é barulhento, se destrói, se é cruel, provocador, se ameaça, ou rouba, sinal que ainda se está vivo e com forças para reagir a um contexto que lhe foi tão hostil. Natural é sentir-se perseguido, mostrar-se desconfiado, ciúmento e com dificuldades em relacionar-se.

Mais preocupante parecer-nos-ía se não reagissem, acomodando-se à situação, o que muitas vezes acontece. Se pensarmos no que lhes fizeram, e recordando aquela adolescente que foi violada aos 11 anos, pelo avô e dizia, fantasiando com as forças que lhe restavam, porque delas precisava para sobreviver "O meu pai, quando sair da cadeia, vai matar o meu padrasto e vai viver com a minha mãe", talvez possamos compreender o funcionamento psicológico destes adolescentes.

5 - ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS DE ACORDO COM O INTERNAMENTO PRECOCE OU TARDIO

Não quisemos concluir este capítulo sem averiguar se haveria diferenças no grupo dos adolescentes institucionalizados, tomando como referência a idade de internamento do adolescente.

Especificamente em relação à amostra da população institucionalizada (n=104), foram considerados os adolescentes de acordo com o nível etário em que ocorreu o internamento, tendo sido considerados casos precoces se o internamento ocorreu antes dos 12 anos, e casos tardios se o internamento ocorreu depois dos 12 anos.

Consideramos importante comparar estes dois grupos por sabermos como é determinante para a trajectória delinquente a fase a do ciclo de vida do sujeito em que os contactos com as instituições judiciais ocorrem, uma vez que quanto mais precoce for a institucionalização mais difícil se torna o estabelecimento de laços ou ligações significativas, nomeadamente à família. Conforme constataram LeBlanc e Fréchette (1987), os jovens institucionalizados apresentam um nível de socialização diferente dos seus pares não institucionalizados. Naqueles jovens, constataram os autores, existe uma falha no estabelecimento dos laços sociais ou das ligações significativas.

Por seu turno, a interacção com outros anti-sociais, aumenta o risco de futuros comportamentos delinquentes (Farrington, 1991). A institucionalização vem possibilitar esta interacção, facilitando, em determinados casos, o acesso a experiências a que o adolescente não teria.

Quisemos compreender se os adolescentes que iniciam a sua trajectória institucional mais precocemente têm percepções da adaptabilidade e da coesão familiares, assim como do carinho e protecção dos progenitores, diferentes dos

adolescentes que são institucionalizados mais tardiamente, neste caso depois dos 12 anos.

Procurou-se também avaliar se a percepção dos professores dos adolescentes institucionalizados, difere em função do internamento precoce (dos 10 aos 12 anos) ou tardio (maiores de 12 anos).

5.1 - CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DA AMOSTRA

Encontramos na nossa amostra de 104 sujeitos institucionalizados, 37 (35,6%) adolescentes que foram institucionalizados antes dos 12 anos e 67 (64,4%) que foram institucionalizados depois dos 12 anos (cfr. Quadro 7.40).

5.1.1 - DIFERENÇAS ENTRE VARIÁVEIS PESSOAIS – COMPARAÇÃO ENTRE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS EM IDADE PRECOCE OU TARDIA

Apresentamos algumas variáveis que caracterizam o adolescente e o seu contexto mais próximo, como género, nível etário, grupo étnico, adulto com quem vive e número de irmãos, como se pode ver no quadro 7.40.

Dos casos com comportamento desviante, com institucionalização precoce entre os 10 e os 12 anos, 67,6% são do género masculino e 32,4% do género feminino.

Dos casos com comportamento desviante tardio, com institucionalização depois dos 12 anos, 59,7% são do género masculino e 40,3% do género feminino. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2 = .629$; p= n.s.).

Considerados os dois grupos etários, precoce dos 10 aos 12 anos e tardio maior que 12 anos, na nossa amostra de 104 sujeitos institucionalizados, a maior incidência de adolescentes verifica-se no nível tardio, superior a 12 anos, 64,4% comparativamente aos 35,6% dos casos precoces.

Se considerarmos três grupos de níveis etários, dos 10 aos 12 anos, dos 13 aos 15 anos e acima dos 16 anos, verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos (χ 2 =23,434; p=.001). Assim, dos adolescentes institucionalizados até aos 12 anos, 56,8% tem entre 13 e 15 anos de idade, 29,7% menos de 12 anos e 13,5% mais de 16 anos. Dos adolescentes institucionalizados depois dos 12 anos 53,7% tem actualmente entre 13 e 15 anos, 44,8% tem mais de 16 anos e 1,5% mais de 12 anos, não tendo ainda completado 13 anos.

Estes dados revelam que nos últimos anos têm sido institucionalizados adolescentes em idades mais precoces, por isso uma minoria dos adolescentes institucionalizados até aos 12 anos atingiu mais de 16 anos. Em contrapartida verifica-se uma maior incidência de adolescentes com mais de 16 anos que foram institucionalizados com mais de 12 anos. Coloca-se ainda a hipótese de os adolescentes institucionalizados mais precocemente terem abandonado, em maior número, a instituição antes dos 16 anos, o que não parece ser prática comum, dadas as dificuldades de reinserção familiar destes adolescentes.

Quanto ao grupo étnico a que os adolescentes pertencem, no grupo dos 10 aos 12 anos (precoce) 73,0% pertence à raça branca comparativamente a 27,0% que pertence a outros grupos étnicos. No grupo tardio (> 12 anos) a proporção é idêntica ao grupo dos adolescentes internados mais precocemente, 79,1% pertence à raça branca e 20,9% a outros grupos étnicos. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (χ2= .505; p=.477).

Para o grupo precoce, institucionalizados até aos 12 anos, 43,2% vive só com a mãe, 24,3% com os pais, 21,6% com outros familiares ou conhecidos e 10,8% com o pai.

Para o grupo de adolescentes tardio, internados depois dos 12 anos, 38,8% vive com a mãe, 22,4% com os pais, 29,9% com outros familiares ou conhecidos e 9,0% com o pai.

Como se pode verificar a distribuição é idêntica nos dois grupos. Os adolescentes institucionalizados vivem prioritariamente só com a mãe (40,4%), depois com outros familiares e conhecidos (26,9%) e só uma percentagem de 23,1% vive com os dois progenitores. Só 9,6% vive só com o pai.

Os adolescentes do grupo precoce, ou seja institucionalizados até aos 12 anos, vivem prioritariamente com a mãe e com os pais e só depois com outros familiares ou conhecidos, o que não se passa em relação aos adolescentes do grupo tardio (> 12 anos), que vivem prioritariamente com a mãe (38,8%) e depois com outros familiares e conhecidos em maior percentagem (29,9%) que com os pais (22,4%). Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2$ =.840; p= n.s.).

O afastamento dos progenitores e a dificuldade em residir com eles parece confirmar-se na trajectória delinquente, consoante o adolescente avança na idade. Por outro lado, viver com os pais não parece constituir um factor de protecção à institucionalização em idades precoces, pelo menos para as crianças destes estratos sociais.

O elevado número de irmãos é apontado em vários estudos como associado aos comportamentos delinquentes. A média de irmãos que o grupo precoce apresenta 4,35 comparativamente à média de 4,16 no grupo tardio não parece indiciar diferenças entre os dois grupos. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois

grupos (T=.276; p=n.s.). Embora a média seja elevada nos dois grupos não parece haver relação entre a institucionalização precoce ou tardia e o número de irmãos.

Como se pode verificar, quanto aos dados pessoais dos adolescentes, não se verificam diferenças significativas quando introduzimos a variável institucionalização precoce (10-12 anos) ou tardia (> 12 anos). Exceptua-se o item nível etário, em que a maior incidência de adolescentes se encontra no nível de institucionalização tardio, ou seja superior a 12 anos. Dos 104 adolescentes institucionalizados 64,4% (67) foram-no depois dos 12 anos e 35,6% (37) antes dos 12 anos.

Entre estes dois grupos de adolescentes verificam-se diferenças em relação ao nível actual de idades, constatando-se que nos últimos anos têm sido institucionalizados adolescentes com idades mais precoces.

Quadro 7.40 - DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DO ADOLESCENTE

Internamento		Precoce (10-12 anos)	Tardio (> 12 anos)	Total	χ 2	P
Género	Masculino	25 (67,6%)	40 (59,7%)	65 (62,5%)		
	Feminino	12 (32,4%)	27 (40,3%)	39 (37,5%)	.629	.428
Nível etário	[illegible] anos	11 (29,7%)	1 (1,5%)	12 (11,5%)		
	[illegible] os	21 (56,8%)	36 (53,7%)	57 (54,8%)		
	[illegible]	5 (13,5%)	30 (44,8%)	35 (33,7%)	23,434	.001
Total		37 (100%)	67 (100%)	104 (100%)		
Grupo étnico	[illegible]a	27 (73,0%)	53 (79,1%)	80 (76,9%)		
	Outra	10 (27,0%)	14 (20,9%)	24 (23,1%)	.505	.477
Adulto com quem vive	Pais	9 (24,3%)	15 (22,4%)	24 (23,1%)		
	Mãe	16 (43,2%)	26 (38,8%)	42 (40,4%)		
	Pai	4 (10,8%)	6 (9,0%)	10 (9,6%)		
	Outros	8 (21,6%)	20 (29,9%)	28 (26,9%)	.840	.840
					t	P
Nº de irmãos	(média)	4,3514	4,1642	-----	.276	.783

5.2 - PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E DOS PROGENITORES SOBRE A ESTRUTURA FAMILIAR

Fomos avaliar se a percepção que os adolescentes institucionalizados precocemente e os seus progenitores têm sobre a sua estrutura familiar, difere da percepção que os adolescentes institucionalizados depois dos 12 anos e os seus progenitores têm sobre a sua estrutura familiar.

Os resultados obtidos, descritos no quadro 7.41, permitem concluir que em relação à diferença de médias não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos. No índice de adaptabilidade, os adolescentes considerados casos precoces obtêm a média de 24,48 e os adolescentes considerados casos tardios obtêm a média de 22,85 (t=1.339; p=n.s.).

Em relação ao mesmo índice, os progenitores dos adolescentes considerados casos precoces obtêm uma média de 22,56 e os dos adolescentes considerados casos tardios obtêm uma média de 22,25 (t=-,286; p=n.s.).

Em relação ao índice de coesão, os adolescentes considerados casos precoces obtêm uma média de 34,91 e os adolescentes considerados casos tardios obtêm uma média de 31,55 (t=1,772; p=n.s.).

Ainda em relação ao índice de coesão, os progenitores dos adolescentes casos precoces obtêm uma média de 32,89 e os progenitores dos adolescentes casos tardios obtêm uma média de 34,29 (t=-,765; p=n.s.).

Quadro 7.41 – PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E DOS PROGENITORES SOBRE A ESTRUTURA FAMILIAR (ADAPTABILIDADE E COESÃO)

Estrutura familiar	Internamento	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Índice de adaptabilidade (adolescente)	**Precoce**	37	24,4865	5,6648		
	tardio	67	22,8507	5,7689	1,393	.167
Índice de adaptabilidade (progenitores)	**Precoce**	37	22,5676	4,7932		
	tardio	67	22,2537	5,6390	0,286	.775
Índice de coesão (adolescente)	**Precoce**	37	34,9189	9,2147		
	tardio	67	31,5522	9,3083	1,772	.079
Índice de coesão (progenitores)	**Precoce**	37	32,8919	9,8905		
	tardio	67	34,2985	8,4370	-,765	.446

5.2.1 – PERCEPÇÃO DA TIPOLOGIA FAMILIAR

Em relação à tipologia de família, (cfr. Quadro 7.42), 35,1% dos adolescentes institucionalizados precocemente percepciona a sua família no tipo "mid-range" comparativamente a 46,3% dos adolescentes institucionalizados mais tarde (depois dos 12 anos). Apenas 1,5% dos adolescentes com institucionalização tardia percepciona a sua família como balanceada, comparativamente a 18,9% dos adolescentes institucionalizados em idades precoces.

Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de adolescentes institucionalizados precoce e tardiamente ($\chi 2 = 10,302$; p=.016).

Quanto aos progenitores dos adolescentes, 54,1% dos progenitores do grupo institucionalizado em idade precoce percepciona a sua família no tipo "mid-range", comparativamente a 49,3% dos progenitores dos adolescentes institucionalizados em idade mais tardia. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de progenitores dos adolescentes precoces e tardios ($\chi 2 =.565$; p=n.s.).

Quadro 7.42 – PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E PROGENITORES SOBRE A TIPOLOGIA DE FAMÍLIA

		Precoce	Tardio	TOTAL	$\chi 2$	P
Tipologia de família (adolescentes)	**Extrema**	6 (16,2%)	12 (17,9%)	18 (17,3%)		
	Mid-range	13 (35,1%)	31 (46,3%)	44 (42,3%)		
	Moderada	11 (29,7%)	23 (34,3%)	34 (32,7%)		
	Balanceada	7 (18,9%)	1 (1,5%)	8 (7,7%)		
	TOTAL	37 (100%)	67 (100%)	104 (100%)	10,302	,016
Tipologia de família (progenitores)	**Extrema**	5 (13,5%)	12 (17,9%)	17 (16,3%)		
	Mid-range	20 (54,1%)	33 (49,3%)	53 (51,0%)		
	Moderada	10 (27,0%)	17 (25,4%)	27 (26,0%)		
	Balanceada	2 (5,4%)	5 (7,5%)	7 (6,7%)		
	TOTAL	37 (100%)	67 (100%)	104 (100%)	,565	,904

5.3 - PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O CARINHO E AFECTO DOS PROGENITORES

Examina-se neste ponto se a percepção que os adolescentes institucionalizados precocemente e os adolescentes institucionalizados numa fase etária mais tardia têm sobre as práticas parentais (carinho e afecto) dos seus progenitores apresenta variações.

Os resultados que se apresentam no quadro 7.43 permitem concluir que não se verificam diferenças de médias estatisticamente significativas entre os dois grupos.

Em relação à percepção do carinho do pai, a média obtida pelos adolescentes casos precoces é de 2,55 e a média obtida pelos adolescentes casos tardios é de 2,76 (t=-1,935; p=n.s.).

Em relação à percepção do carinho da mãe, a média obtida pelos adolescentes casos precoces é de 2,53 e a média obtida pelos adolescentes casos tardios é de 2,62 (t=-1,161; p=n.s.).

Quanto à percepção que os adolescentes têm da protecção do pai, nos casos precoces a média obtida é de 2,89 e nos casos tardios é de 2,92 (t=,411; p=n.s.).

Em relação à percepção que os adolescentes têm da protecção da mãe, nos casos precoces a média obtida é de 2,80 e nos casos tardios é também de 2,80 (t=,033; p=n.s.).

Quadro 7.43 - PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O CARINHO E O AFECTO DOS PROGENITORES

Práticas parentais	Internamento	N	Média	Desvio Padrão	T	P
Carinho do pai	**Precoce**	34	2.5588	.3679		
	Tardio	56	2.7693	.5652	-1,935	.056
Carinho da mãe	**Precoce**	36	2.5370	.3976		
	Tardio	60	2.6208	.3047	-1,161	.248
Protecção do pai	**Precoce**	34	2.8914	.4534		
	Tardio	56	2.9286	.3916	-.411	.682
Protecção da mãe	**Precoce**	36	2.8056	.4915		
	Tardio	60	2.8026	.3969	.033	.975

5.4 - PERCEPÇÃO QUE OS PROFESSORES TÊM SOBRE OS COMPORTAMENTOS, DESEMPENHO ESCOLAR E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Fomos avaliar as diferenças existentes entre a percepção que os professores têm dos comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo dos adolescentes institucionalizados, considerados casos precoces e casos tardios.

5.4.1 - PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS E DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

Em relação à primeira parte da Escala de Agressividade, os resultados conforme descritos no quadro 7.44, são os seguintes:

Em relação ao tempo de conhecimento do aluno, os professores dizem ter um conhecimento médio dos seus alunos, quer para os adolescentes considerados casos precoces, com uma média de 2,37, quer para os adolescentes considerados casos tardios, com uma média de 2,08. Não se verificam diferenças de médias estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,050; p=n.s.).

Em relação ao tempo semanal que o aluno está com o professor na aula, para os adolescentes casos precoces a média é de 18,05 e para os adolescentes casos tardios a média é de 14,75. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,664; p=n.s.).

Quanto ao grau de conhecimento que o professor tem do aluno, nos casos precoces a média obtida é de 2,05 e nos casos tardios a média obtida é de 1,85. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,726; p=n.s.).

Afinco com que o aluno trabalha – a média obtida pelos alunos casos precoces é de 2,91 comparativamente à média de 3,10 dos casos tardios. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-,575; p=n.s.).

Comportamento na sala de aula – a média obtida pelos alunos casos precoces é de 3,48 comparativamente à média de 3,98 obtida pelos alunos casos tardios. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos(t=-1,463; p=n.s.).

Aprendizagem – a média obtida pelos alunos casos precoces é de 3,13 comparativamente à média de 3.16 obtida pelos casos tardios. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-,088; p=n.s.).

Realização das tarefas – a média obtida pelos alunos casos precoces é de 2,18 comparativamente à média de 2,37 obtida pelos casos tardios. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=-,804; p=n.s.)

Quadro 7.44 - PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS COMPORTAMENTOS E DESEMPENHO ESCOLAR E CONHECIMENTO QUE TÊM DOS ALUNOS

Percepção dos professores sobre os comportamentos e desempenho escolar e conhecimento que têm dos alunos	Internamento	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Tempo de conhecimento do aluno	**Precoce**	37	2.3784	1,4211		
	Tardio	67	2.0896	1,1900	1,050	,298
Tempo semanal que o aluno está com o Professor na aula	**Precoce**	37	18.0541	9.5392		
	Tardio	65	14.7538	9.6825	1,664	,099
Grau de conhecimento do aluno	**Precoce**	37	2.0541	.5242		
	Tardio	67	1.8507	.6572	1,726	,088
Afinco com que o aluno trabalha	**Precoce**	37	2.9189	1.4977		
	Tardio	67	3.1045	1.6156	-,575	,566
Comportamento do aluno na sala De aula	**Precoce**	37	3.4865	1.6094		
	Tardio	67	3.9851	1.6922	-1,463	,146
Aprendizagem do aluno	**Precoce**	37	3.1351	1.5664		
	Tardio	67	3.1642	1.6292	-,088	,930
Realização das tarefas escolares	**Precoce**	37	2.1892	1.1508		
	Tardio	67	2.3731	1.0987	-,804	,423

5.4.2 - ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

Quanto aos alunos indicados para ensino especial, 30,0% dos alunos casos precoces e 70,0% dos alunos casos tardios foram indicados para ensino especial (cfr. Quadro 7.45). Como se pode verificar uma elevada percentagem de alunos, para ambos

os grupos, foi indicada para ensino especial, não se verificando diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2=1,520;p=.468$).

Levanta-se apenas a questão dos resultados que este encaminhamento terá tido, uma vez que não parece ter constituído uma medida preventiva de insucesso escolar. A comprová-lo o número de reprovações dos alunos que nos casos precoces é de 40,2% e nos casos tardios é de 59,8%. Embora não se verifiquem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi 2=5,237$; $p=.073$), é, contudo, de assinalar que 91,7% dos professores do grupo dos alunos institucionalizados tardiamente desconhece se estes foram, ou não, indicados para ensino especial, o que vem comprovar a falta de dados que os professores possuem sobre os alunos, o que dificulta o conhecimento dos mesmos, e, consequentemente, a possibilidade de um apoio mais efectivo (cfr. Quadro 7.45).

Quadro 7.45 – ALUNOS INDICADOS PARA ENSINO ESPECIAL E REPROVAÇÕES DO ALUNO

		CAEF's	Escolas	TOTAL	$\chi 2$	p
Alunos indicados para Ensino especial (IV)	**Sim**	3 (30,0%)	7 (70,0%)	10 (100%)		
	Não	25 (40,3%)	37 (59,7%)	62 (100%)		
	Não sei	9 (28,1%)	23 (71,9%)	32 (100%)		
	TOTAL	37 (35,6%)	67 (64,4%)	104 (100%)	1,520	.468
Reprovações/ aluno (V)	**Sim**	35 (40,2%)	52 (59,8%)	87 (100%)		
	Não	1 (20,0%)	4 (80,0%)	5 (100%)		
	Não sei	1 (8,3%)	11 (91,7%)	12 (100%)		
	TOTAL	37 (35,6%)	67 (64,4%)	104 (100%)	5,237	.073

5.4.3 – PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Em relação às diferentes escalas da Escala de Agressividade, conforme é descrito no Quadro 7.46, os resultados obtidos são os seguintes:

Na sub-escala de apelatividade, os alunos casos precoces são percepcionados pelos professores com uma média de 22,56 comparativamente à média de 20,04 para os casos tardios. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=1,846; p=n.s.).

Na sub-escala de agressividade, os alunos casos precoces são percepcionados pelos professores com uma média de 11,29 comparativamente à média de 9,58 para os casos tardios. Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=2,038; p=.046).

Na sub-escala de instabilidade, os alunos casos precoces são percepcionados pelos professores com uma média de 14,67 comparativamente à média de 14,19 para os casos tardios. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (t=.563; p=n.s.).

Quadro 7.46 –PERCEPÇÃO DE COMPORTAMENTO E FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO DOS ALUNOS

Percepção de comportamento e funcionamento adaptativo dos alunos	Internamento	N	Média	Desvio Padrão	t	p
Sub-escala de Apelatividade	**Precoce**	37	22,5676	7,1241		
	tardio	67	20,0448	5,7641	1,846	,070
Sub-escala de Agressividade	**Precoce**	37	11,2973	4,5391		
	tardio	67	9,5821	3,1869	2,038	,046
Sub-escala de Instabilidade	**Precoce**	37	14,6757	3,5438		
	tardio	67	14,1940	4,4898	,563	,575

5.5 - COMENTÁRIOS

Contrariamente ao que esperávamos, não se verificam diferenças de percepção sobre a estrutura familiar entre os adolescentes institucionalizados antes dos 12 anos e os adolescentes institucionalizados depois dos 12 anos.

Esperaríamos que os adolescentes institucionalizados antes dos 12 anos tivessem uma percepção da família mais idealizada que os adolescentes institucionalizados depois dos 12 anos, que na generalidade viveram mais tempo com a sua família, uma vez que a institucionalização é mais tardia. Efectivamente, quanto aos itens adaptabilidade e coesão familiares não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre as médias obtidas pelos dois grupos. Contudo, em relação às tipologias de famílias já se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, como demonstrámos atrás. Os adolescentes institucionalizados, numa idade mais precoce, percepcionam as suas famílias mais balanceadas que os adolescentes institucionalizados há menos tempo, portanto mais próximo de desequilíbrio.

Há que tomar em consideração, ainda assim, que os adolescentes, na generalidade, têm contactos com as suas famílias quer nas visitas semanais, quinzenais ou mesmo quando vão só de férias. Este contacto deverá permitir uma moldagem da percepção face às vivências actuais, o que poderá explicar não existirem diferenças entre os dois grupos para todos os itens da escala que avalia a percepção da estrutura familiar.

Por outro lado, os adolescentes que nunca visitam a família e que ficam na instituição, mesmo em período de férias, não terão, até pela vivência de rejeição que

todo este processo de institucionalização contem, uma percepção de uma família coesa com capacidade para mudar face às crises.

Dificilmente estes adolescentes percepcionarão carinho e protecção por parte dos seus progenitores, o que é patente nos resultados obtidos na aplicação do P.B.I., não se verificando igualmente diferenças significativas entre os dois grupos, no que diz respeito à percepção dos adolescentes sobre o carinho e afecto dos seus progenitores.

Aos adolescentes institucionalizados mais precocemente ter-lhes-à sido permitido estabelecer relações mais profundas e mais envolventes com alguns técnicos, uma vez que também estes exercem a sua profissão há anos na mesma instituição. Este facto pode permitir aqueles adolescentes comparar o estilo de relações parentais estabelecido com os técnicos, após a institucionalização, com aquelas que tinham e mantêm, quando é o caso, com os seus progenitores. Os estilos de relação são, seguramente, diferentes, porque nada indica que os progenitores, entretanto, tenham mudado as suas práticas parentais.

Esta análise remete-nos para uma situação que consideramos crucial e que passa pela intervenção junto das famílias destes adolescentes, que consideramos urgente ser feita. Para além de todos os processos psicoterapêuticos a que estes adolescentes possam ser sujeitos, e que tanto quanto nos apercebemos, quando é feito é-o esporadicamente, por apenas alguns técnicos, as suas famílias terão que ter um suporte mais efectivo, também em termos terapêuticos. Corremos o risco, na ausência desta medida, de estarmos perante um processo de funcionamento de formas díspares de dois sub-sistemas do sistema familiar, quando se processa a tentativa de reintegração do adolescente no sistema. Esta tentativa que deveria ser progressiva, não raras vezes só ocorre na altura em que o adolescente está para abandonar a instituição, passados anos

de institucionalização, em que a disfunção das partes se encontra mais acentuada, prejudicando a hipotética reintegração que poderia ocorrer.

Se analisarmos a percentagem de recidivas destes adolescentes, no estudo comparativo entre os adolescentes institucionalizados casos assistenciais e casos pré-delinquentes (quadro 3 do ponto 4), compreenderemos que, após a saída da instituição, o processo não decorre como seria desejável.

Acresce que, não cabe aos técnicos, com quem o adolescente estabeleceu durante largos anos uma relação, e que por isso constituíram o objecto continente, em quem poderiam encontrar um suporte afectivo, face às dificuldades encontradas no seu processo de reintegração familiar, apoiar o adolescente e a família, no processo de reintegração depois do adolescente ter saído da instituição. São outros técnicos que o fazem com as dificuldades óbvias que se colocam numa situação assim gerida.

Em relação aos resultados obtidos na aplicação da Escala de Agressividade a estes dois grupos de adolescentes institucionalizados, não se verificam igualmente diferenças entre eles em relação às sub-escalas de Apelatividade e de Instabilidade. Exceptuam-se os resultados obtidos na sub-escala de Agressividade, em que os adolescentes institucionalizados precocemente apresentam valores médios de agressividade, mais elevados que os adolescentes internados depois dos 12 anos. Sendo estas diferenças estatisticamente significativas, o que mostra que os adolescentes institucionalizados em idades mais precoces apresentam, segundo a percepção dos seus professores, comportamentos mais agressivos, como destruir, atacar, ser cruel e intimidar, ameaçar e roubar. Pergunta-se então o que tem sido feito durante os anos de institucionalização para que, no mínimo, esta situação não se agrave, que parece ser, o que vem acontecendo. De acordo com estes resultados, seria talvez preferível para o adolescente, a ter que ser institucionalizado, que o fosse o mais tardiamente possível?

Sabemos que isto não é possível porque há que preservar a sociedade da delinquência, por isso há que tomar medidas, que em alguns casos passam, seguramente, pela institucionalização. Mas se estas situações não são trabalhadas do ponto de vista psicoterapêutico, social e económico, que acontecerá a estes adolescentes quando atingirem a idade de deixar a instituição? O que se pretende, afinal, com a institucionalização?

Para muitos adolescentes, o início da trajectória delinquente tem raízes no contexto escolar. Neste contexto se estruturam os sentimentos de rejeição, assinalados pelos adolescentes nas entrevistas que nos forneceram e que apontam para uma relação negativa com o contexto escolar, assim como com os professores. Diríamos que, com a institucionalização e a percepção que os professores destes alunos têm deles, as memórias afectivas negativas que estes alunos tinham quer dos professores, quer do contexto escolar, só podem ser reforçadas pela negativa.

A falta de reconhecimento, por parte de alguns professores, das capacidades intelectuais de alguns destes alunos, parece-nos que seria facilmente superável se os técnicos tivessem uma relação mais estreita entre si, que possibilitasse um trabalho conjunto. Referimo-nos a professores, psicólogos, assistentes sociais e outros técnicos que trabalham com os adolescentes institucionalizados.

O reconhecimento das capacidades do aluno facilita o estabelecimento de uma relação mais empática entre aluno e professor. O aluno que se sente reconhecido terá, por seu turno, um comportamento disciplinar mais aceitável e a sua participação nas tarefas escolares melhorará, porque o aluno se encontra mais motivado.

Parece-nos, contudo, que estes pressupostos não serão atingíveis se os conteúdos programáticos das disciplinas ministradas a estes alunos continuarem a não ter qualquer identificação com as expectativas e interesses daqueles.

Se já é difícil motivar os alunos do ensino oficial, com matérias que não estão no âmbito dos interesses mais prementes destes alunos, como pode pensar-se em motivar os alunos institucionalizados, que na, generalidade, apresentam uma ampla experiência social de risco, com matérias com as quais não se identificam minimamente e não consideram tão aliciantes como algumas experiências que tiveram oportunidade de viver?

CAPITULO VIII-CONCLUSÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, num primeiro eixo do trabalho, procedemos à análise das diferentes teorias relacionadas com a delinquência.

Na primeira parte, constituída pelos capítulos I, II, III e IV, definimos os objectivos, analisámos os conceitos com que trabalhámos e procedemos ao enquadramento teórico do tema, ao debruçarmo-nos sobre as diferentes perspectivas de abordagem da delinquência.

As questões levantadas na segunda parte do nosso trabalho e centradas nos estudos efectuados constituem o segundo eixo desta dissertação.

Da segunda parte da dissertação, constituída pelo trabalho empírico, fazem parte os capítulos V, VI e VII. No capítulo V definiu-se a metodologia e debateu-se sobre a complementaridade dos métodos qualitativo e quantitativo. Explicitaram-se os objectivos, o método e os instrumentos utilizados nos estudos qualitativo e quantitativo, apresentaram-se os procedimentos da investigação e caracterizou-se a amostra utilizada.

No capítulo VI, antes de apresentarmos o primeiro estudo, reflectimos sobre os contextos jurídico e institucional dos adolescentes portugueses numa tentativa de compreensão do seu processo institucional e da legislação que lhe está subjacente. Posteriormente, apresenta-se o estudo qualitativo, tema central deste capítulo, no qual nos debruçamos sobre quem são e o que pensam os adolescentes institucionalizados.

No capítulo VII apresentámos os estudos quantitativos efectuados que se debruçam sobre a influência da família na trajectória delinquente e sobre o papel do professor na interacção com os adolescentes que já iniciaram a trajectória delinquente. Apresentados que foram os diferentes estudos, procedeu-se à reflexão que os mesmos suscitaram.

Embora ao longo do nosso trabalho tenhamos tido uma atitude reflexiva em relação a cada capítulo, gostaríamos de acrescentar algumas considerações conclusivas, que constituem o presente capítulo e que resultam de questões/conclusões que se nos foram colocando na reflexão feita ao longo da realização deste trabalho.

1 – COMPREENSÃO DA DELINQUÊNCIA

No capítulo I apresenta-se a evolução das concepções sobre o crime e a delinquência. Após uma breve perspectiva histórica criminológica, abordamos os conceitos essenciais à nossa investigação. Conforme salientámos, o conceito de delinquência tem subjacente a organização de determinados acontecimentos que ocorrem no ciclo vital do sujeito. Estes acontecimentos podem levar à assunção de comportamentos desviantes e a que o adolescente seja presente ao sistema de justiça, o que pode levar à sua institucionalização.

No capítulo II abordámos as perspectivas sociológicas sobre a delinquência. As teorias sociológicas, numa primeira fase da abordagem do comportamento desviante, consideram-no como um atributo inerente ao sujeito, aceitando a existência de traços biológicos ou características mentais específicas no sujeito delinquente. Ao determinismo das teorias sociológicas clássicas opõem-se os que consideram as motivações biológicas e psicológicas do sujeito e as condições em que o acto delinquente ocorreu.

Os sociólogos da escola sociológica tradicional encontram normalmente factores causais para explicar o comportamento delinquente. Entre estes factores estão as

pressões sociais que certas estruturas exercem nos indivíduos, induzindo certas pessoas a adoptar uma conduta inconformista, apresentando comportamentos delinquentes (Merton 1938). Estas pressões sociais parecem estar localizadas em áreas geográficas específicas, (Shaw e McKay, 1942), produzindo os efeitos (desorganização social) hoje bem patentes nos bairros degradados, ou reconvertidos, cujos moradores ainda não tiveram o necessário período de adaptação ao novo contexto. A Escola de Chicago privilegia, assim, o conceito de desorganização e a localização geográfica da delinquência, o seu carácter urbanístico intersticial, numa perspectiva ecológica, considerando a delinquência como resultado do desenvolvimento incontrolado de uma sociedade onde se conjugam forças diversas.

Gottfredson e Hirschi (1990) viriam explicar que esta desorganização social contribui menos directamente para a explicação da delinquência que os laços sociais que o adolescente estabelece com os pais, a escola, a comunidade e o grupo de pares.

A Escola Funcionalista (Merton, Cloward e Ohlin) privilegia o conceito de anomia. Enquanto a teoria da anomia (Merton, 1938) refere condições sociais na generalidade e explica a delinquência cometida por sujeitos que se encontram a si próprios em desvantagem relativamente às actividades económicas legítimas, levando-os à frustração e a participar em actos delinquentes, a teoria da desorganização social analisa condições institucionais localizadas. A importância do contexto mais restrito é igualmente assinalada por Cloward e Ohlim (1960), ao considerarem que a especificidade da delinquência adolescente depende das características de vizinhança do contexto em que o adolescente reside e das associações ao grupo de pares com quem ele interage.

Na mesma linha de Merton (1938), Cohen (1955) fala da frustração do estatuto que os adolescentes da classe baixa experienciam quando, em contexto escolar,

competem com os adolescentes das classes média e alta e que os leva a criarem uma subcultura delinquente, como forma de lidar e fazer face aos requisitos do contexto. A Escola Culturalista (Cohen) privilegia o conceito de sub-cultura. A existência de uma sub-cultura, que não é utilitária, constitui o fenómeno principal da delinquência.

Sutherland (1939) considera que o comportamento delinquente, como outros, é aprendido numa primeira fase no contexto familiar e, posteriormente, noutros sistemas com que o adolescente interage. O autor chega mesmo a propor uma perspectiva pré-sistémica na análise transgeracional do crime, quando aborda a problemática da tradição do crime e a associação que o sujeito faz a diferentes sistemas, considerando que os comportamentos criminosos são aprendidos em interacção com outros sujeitos, num processo de comunicação, particularmente com os pais. Segundo a teoria da associação diferencial, quanto mais ideias criminosas forem interiorizadas pelo adolescente, mais vulnerável ele se torna à hipótese de apresentar condutas delinquentes.

A partir dos anos sessenta, a perspectiva sociológica da abordagem da delinquência debruça-se sobre os sistemas de controlo, nomeadamente a Escola Interaccionista (Matza, 1969) privilegiando o conceito de reacção social. Os investigadores preocupam-se em investigar a legitimidade dos que fazem a etiquetagem e as consequências que daí advêm para os que são etiquetados. É com a Escola de Criminologia americana que a ideia de crime é reconduzida à categoria de comportamento desviante, assimilando-o ao conceito genérico de facto social.

Parece-nos adequada uma prática preventiva mais objectiva e mais próxima da perspectiva da escola sociológica moderna, que considera que o comportamento desviante por si só não tem características intrínsecas, resultando o acto delinquente de uma etiquetagem que leva ao comportamento delinquente. Conforme já assinalámos, esta perspectiva de coexistência e até de alguma circularidade no processo parece-nos

adequada à explicação do desenvolvimento da trajectória delinquente, contudo, aceitamos a premissa que o acto desviante é prévio à etiquetagem, podendo esta ser qualitativa e quantitativamente inadequada na sua atribuição. Ou seja, o comportamento ocorre antes da etiquetagem, pode, contudo, ter sido atribuída uma excessiva importância à natureza intrínseca do acto desviante, o que é determinante para a trajectória delinquente do adolescente.

O sujeito não é etiquetado sem praticar um primeiro acto, mas a etiquetagem na inexistência de actos subsequentes e com importância que justifique serem considerados como actos desviantes, pode constituir agravante para a trajectória delinquente.

Actualmente, as investigações em delinquência, abandonando os sinais anatómicos ou estigmas biológicos ou morais, que constituíram preocupações noutras épocas, procuram compreender a estrutura e funcionamento específico diferenciado do sujeito (Santos 1998) e a sua trajectória delinquente, tendo subjacente uma perspectiva sistémica e transdisciplinar. Não dispensam, por isso, a análise das relações parentais, familiares e escolares, como contributo para a compreensão dos comportamentos delinquentes na adolescência.

As correlações entre estas condutas nos adolescentes e o excesso de permissividade ou de punição por parte dos progenitores, ou a falha a nível dos modelos parentais como modelos de identificação, ou ainda o funcionamento familiar, têm sido feitas, e as conclusões que daí advêm têm constituído objecto de diferentes estudos na área da delinquência.

O estudo das percepções das atitudes parentais revelou-se um excelente indicador para o estudo das relações pais–filhos. A importância da percepção que o adolescente tem sobre as práticas parentais é de extrema importância, dado que, embora o comportamento dos pais seja um acontecimento objectivo do mundo real, o que afecta

o desenvolvimento do ego da criança é a forma como o comportamento dos pais é percepcionado por aquela (Ausubel e col. 1954).

Por outro lado, as práticas educativas podem ser medidas com maior validade, através da interpretação do adolescente do comportamento parental, do que pelos próprios fenómenos em si. A importância da percepção que o filho tem dos seus pais, quer quanto às práticas educativas, quer enquanto gestores do contexto familiar é de extrema importância para a compreensão do desenvolvimento da sua personalidade.

O essencial para um desenvolvimento psicológico harmonioso é muito mais a forma como o sujeito se sente amado e valorizado, que o afecto real que os pais possam dar, embora possa existir uma alta correlação entre o sentimento de ser amado e o afecto parental dado.

Aceitamos que, para além das motivações biológicas e psicológicas, o contexto sócio-económico e cultural com que o sujeito interage é outra vertente importante a considerar na análise da trajectória delinquente. Por isso, preocupámo-nos, no nosso trabalho, em avaliar os acontecimentos que contribuem para a trajectória delinquente ou para o processo de vitimação, nomeadamente os relacionados com a família e com a escola.

No capítulo III apresentámos as perspectivas psicológicas sobre a delinquência. Abordámos as concepções causalistas (Pinatel, 1962 e Eysenck, 1947), as concepções processuais (De Greeff, 1932-1950), as perspectivas fenomenológica e cognitivista debruçando-nos sobre as teorizações de Yochelson e Samenow (1976-1986) sobre o processamento de informação e o funcionamento cognitivo do delinquente, sobre as teorias de aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo e moral do adolescente (Kohlberg, 1963).

Numa tentativa de compreensão dos processos que constituem as etapas da trajectória delinquente, abordámos, segundo a perspectiva desenvolvimental, as perspectivas de LeBlanc e Fréchette (1987), de Farrigton (1991) e de Loeber e Dishion (1983).

Ao debruçarmo-nos sobre os grandes paradigmas da compreensão do fenómeno criminal e das concepções sociológicas e psicológicas sobre o comportamento delinquente, compreende-se a necessidade em superar o determinismo das teorizações sociológicas mais clássicas.

A avaliação do adolescente delinquente não pode ser feita exclusivamente em função do acto cometido que levou à violação da lei, mas recorrendo a uma abordagem que integre envolventes sociais, culturais e temporais. A prática do comportamento desviante pressupõe que o próprio acto do sujeito introduza, num processo dinâmico, alterações ao contexto em que o acto ocorre. Para a compreensão da dinâmica subjacente à prática do comportamento desviante, consideramos importante o contributo de diferentes perspectivas:

A teoria psicodinâmica, que, pela primeira vez, aborda as determinantes psicológicas, o papel do inconsciente e das suas simbolizações na área da delinquência (Anna Freud 1949), a importância da precocidade dos traumatismos vividos na primeira infância, nomeadamente a frustração e agressão (Aichorn, 1935; Friedlander, 1945; Klein, 1948; Winnicott, 1956), a privação precoce materna (Ainsworth, 1962; Bowlby, 1969), a inconstância da relação de objecto, face à inexistência de um objecto interno suficientemente estável, porque não foi internalizado, a intolerância à frustração e a incapacidade de suportar a ansiedade (Coimbra de Matos, 1978) e a impossibilidade em elaborar as percas, conduzindo à passagem ao acto (Amaral Dias e col., 1984). Passagem ao acto que resulta da transposição, para o comportamento, das dificuldades e

conflitos internos, permitindo ao adolescente lidar de forma defensiva com as suas pulsões e experimentar um sentimento de omnipotência face a um ego fragilizado ou até ameaçado de fragmentação (Fleming, 1992).

A perspectiva psico-moral, que se debruça sobre o estudo sistemático do domínio moral nos delinquentes (De Greeff 1932-1950), valorizando os acontecimentos no ciclo de vida e a multiplicidade dos processos nela envolvidos. Ao abordar o papel da disfuncionalidade dos contextos familiares, como estando na base do sentimento de injustiça vivido por estes adolescentes, fornece um contributo decisivo para a compreensão da problemática da trajectória delinquente.

A perspectiva desenvolvimental, que salienta a importância dos factores sócio-económicos e familiares, nas etapas de desenvolvimento da actividade delinquente, chamando a atenção para a dimensão processual-temporal e para o papel da história de vida do indivíduo na estruturação da sua personalidade e identidade. A caracterização das etapas de desenvolvimento da actividade na trajectória delinquente, assim como os processos que lhe estão subjacentes (LeBlanc e Fréchette 1987, 1988), a par da determinação de alguns preditores da delinquência (Loeber e Dishion 1983), constituem contributos importantes no avanço da investigação em delinquência.

A análise da trajectória delinquente, ou dos cursos de evolução da actividade transgressiva, pressupõe que se tome em consideração as evoluções que se verificam temporal, quantitativa e qualitativamente no ciclo vital do sujeito. Até porque a actividade transgressiva pode ser estimulada ou prevenida através de processos que ocorrem no ciclo de vida do sujeito e que são susceptíveis de influenciar o curso do agir transgressivo.

Não são factores causais, perspectivados de forma linear, que explicam o comportamento delinquente, como por exemplo: pais divorciados, famílias desfeitas,

pertença à classe baixa, privações económicas, mas sim a forma como o sujeito psicológico interage com factores que constituem preditores da delinquência.

A forma como o sujeito lida com os factores predisponentes à actividade transgressiva é, afinal, a forma como o sujeito lida no quotidiano com os sub-sistemas envolventes. A consciencialização desta interacção é que pode permitir ao sujeito a mudança, influenciando o seu agir transgressivo.

Se o acto desviante é uma experiência subjectiva, é enquanto acto praticado pelo sujeito psicológico que a conduta tem que ser analisada, através do que o sujeito pensa, sente e como vive o processo.

Se a conduta delinquente é um processo de interacção simbólica, é importante compreender como é que o sujeito reage, sente e vivencia a etiquetagem que lhe é feita, porque é esta vivência que pode potenciar a actividade transgressiva do sujeito. Como já referimos, para analisar a actividade transgressiva do sujeito delinquente há que compreender como o sujeito se percepciona e se interpreta a si próprio e aos sistemas com que interage, nomeadamente o familiar.

Para analisar a actividade transgressiva do sujeito parece-nos importante compreender o seu funcionamento psíquico, nomeadamente a especificidade do dinamismo psíquico do delinquente, caracterizado pela não elaboração mental da frustração imposta pela realidade e que o leva a consumir a energia pulsional no agir.

O microsistema destes adolescentes, entendido enquanto sistema de relação na díade e depois triangulado, apresenta-se, normalmente, perturbado, o que implica que as relações interpessoais a nível do mesosistema (escola, grupo de pares, vizinhança, vida social) surjam igualmente perturbadas, como verificámos no capítulo VI, nas referências feitas pelos adolescentes institucionalizados às relações interpessoais.

O contexto do sujeito na sua interacção com os outros é, seguramente, afectado pela forma como o sujeito vivenciou os cenários envolventes, pelo que os processos de reabilitação deverão ter em conta os diferentes sistemas de interacção do sujeito.

É na interacção entre a dinâmica estrutural das classes sociais a que pertencem estes adolescentes e o sistema de normas e valores impostos pelos grupos sociais normativos, que se inicia o processo da trajectória delinquente, dado que é nesta fase que o adolescente sente a inadaptação social, a desigualdade, a marginalização e a exclusão social.

Os adolescentes delinquentes não diferem, em termos significativos, do resto da população, quanto à inteligência, condições físicas e traços de personalidade. Contudo, reagindo ao seu mal estar, aprenderam um comportamento delituoso.

2 – INFLUÊNCIAS FAMILIARES NA TRAJECTÓRIA DELINQUENTE

No capítulo IV apresentámos a perspectiva sistémica sobre as influências familiares na trajectória delinquente.

A socialização primária é fundamental na explicação do comportamento desviante, que é determinado por factores que operam desde o passado infantil do sujeito. As instâncias socializadoras que influenciam e configuram o processo de socialização nos primeiros tempos de vida, estão na família. A interacção entre a criança e o mundo circundante estabelece-se em termos de mútua influência, estando a família como mediadora neste processo. A criança interioriza os elementos socio-culturais do seu meio ambiente, o que irá influenciar a estruturação da sua personalidade. Esta, por

seu turno, proporcionará um agir do adolescente que terá repercussões no contexto envolvente.

As instâncias socializadoras mais significativas na influência no processo de socialização são o ambiente familiar, a escola e o grupo de pares.

A família é não só o primeiro agente socializador, mas também marco de referência da conduta social, critério de acção e meio para a transmissão de valores socio-culturais.

A escola como instância socializadora tem uma importância determinante nos fenómenos de desviância. É na escola que a criança modela e ajusta o seu comportamento, aprendendo normas e condutas socialmente desejáveis.

O impacto do grupo de pares na trajectória delinquente do adolescente foi sobejamente comprovado, sem esquecermos que é no vazio deixado pela família que o grupo de pares se impõe.

Como verificámos ao longo do nosso trabalho, a delinquência não apresenta uma única causa e os delinquentes exibem uma variedade de défices a nível social e psicológico. Estes défices, a que chamamos factores de risco, podem ser encontrados em diferentes domínios como a família, as relações de vizinhança, a escola, o grupo de pares e as características individuais.

A importância que o papel da família tem na evolução da delinquência ficou patenteada pelos resultados dos nossos estudos. A associação entre vários aspectos na família e o comportamento delinquente é inegável.

Aspectos como a coesão familiar baixa, a fraca adaptabilidade familiar, um clima familiar percepcionado como pouco afectivo e com acentuada conflitualidade, constituem contributos familiares para a trajectória delinquente. A interacção mútua entre o comportamento dos pais e do adolescente, influenciando-se reciprocamente,

constitui o pano de fundo da rede de interacções familiares, no processo de desenvolvimento da trajectória delinquente.

A conflitualidade é própria no período da adolescência. O agir desta conflitualidade para fora da família tem como consequência a prática de comportamentos desviantes.

Como ficou patente nos resultados dos diferentes estudos apresentados ao longo deste trabalho, verifica-se uma associação entre determinadas características das famílias dos adolescentes e a institucionalização. Entre estas características salientam-se a insuficiência dos papéis parentais, a delegação da parentalidade e a fraca delimitação dos sub-sistemas, o que dificulta os processos de identificação nestes adolescentes.

A inconsistência das regras organizativas do dia-a-dia, as transações percepcionadas como pouco afectivas ou até abandónicas, a agressividade agida, prejudicam o adequado funcionamento familiar, que é percepcionado por estes adolescentes e pelos seus progenitores como disfuncional.

Os aspectos sócio-demográficos que apresentamos no capítulo V permitem-nos concluir que a população de adolescentes institucionalizados possui características sociodemográficas diferentes da população de adolescentes não institucionalizados. Especificamente em relação aos adolescentes institucionalizados, o número de adolescentes do género masculino é superior ao do género feminino, sendo a média das suas idades de 14,6.

A média do número de irmãos dos adolescentes institucionalizados (4,23) apresenta uma diferença estatisticamente significativa comparativamente à média do número de irmãos (1,24) dos adolescentes não institucionalizados.

O nível etário dos pais dos adolescentes institucionalizados é significativamente inferior ao nível etário dos pais dos adolescentes não institucionalizados.

Em relação à inserção escolar, os adolescentes institucionalizados apresentam níveis de frequência e de sucesso escolar significativamente inferiores aos dos adolescentes não institucionalizados. Verifica-se um elevado índice de insucesso escolar nos adolescentes institucionalizados.

De salientar que é significativa a diferença entre adolescentes institucionalizados que vivem só com a mãe ou com outros, familiares ou não, comparativamente aos adolescentes não institucionalizados que vivem na sua maioria com os pais.

Dos dados do contexto familiar, verifica-se que quer em relação à profissão, quer em relação à escolaridade dos progenitores é bem patente a diferença de nível entre os dois grupos, o que tem implicações não só a nível sócio-económico, com repercussões nas condições sócio-económicas que são facultadas, ou não, ao adolescente, mas também em relação à possibilidade de acompanhamento que pode, ou não, ser feito ao adolescente por parte dos pais. Embora o fenómeno da delinquência não seja exclusivo dos meios sócio-económicos desfavorecidos, a delinquência revelada, que leva à institucionalização, é relacionável com o estatuto sócio-económico.

Como Gersão (1998) assinala, os adolescentes institucionalizados em Portugal pertencem às famílias pobres e às minorias. Estas famílias são portadoras de um conjunto de factores de risco para a trajectória delinquente do adolescente, como a frágil situação económica, a dependência de álcool e substâncias, o analfabetismo, a grande dimensão da família e a separação dos progenitores, na mesma linha das conclusões de Azevedo (1981), no estudo efectuado sobre a delinquência juvenil em Portugal. Outros dados como o envolvimento de familiares (pai e/ou irmãos) com a justiça, que a autora também sublinha, vão igualmente de encontro aos nossos resultados no estudo quantitativo, capítulo VII ponto 4, referentes à caracterização do sistema familiar dos adolescentes institucionalizados em que se apresentam não só as referências aos

antecedentes judiciais dos pais e irmãos, mas também às institucionalizações (internamentos em colégios), que na nossa amostra têm algum peso.

O estudo qualitativo, que se apresenta no capítulo VI, permite-nos concluir que os adolescentes institucionalizados apresentam diferenças significativas na prevalência e incidência dos comportamentos delinquentes de acordo com o género, implicando-se os rapazes em comportamentos delinquentes mais graves que as raparigas. Estes adolescentes têm, na generalidade, e independentemente do género, uma percepção negativa das práticas parentais. A falta de protecção que lhes foi dispensada é, segundo estes adolescentes, um dos motivos que vêm proporcionar o seu internamento.

A percepção que os adolescentes institucionalizados têm das imagens materna e paterna é, segundo o estudo qualitativo, muito ambivalente.

No discurso dos adolescentes, referindo-se à sua trajectória delinquente ou de vitimação, perpassa uma série de comportamentos desviantes, como as fugas prolongadas, a vadiagem, o absentismo e a indisciplina em contexto escolar, os furtos, as agressões, indicadores do mal estar destes adolescentes, que os leva a apresentarem estes comportamentos de "acting-out", como manifestação da inadaptação vivida neste período de crise desenvolvimental do seu ciclo vital e que, segundo Fleming (1992), se inscreve num processo de experimentação dos limites pessoais e sociais em busca de novas referências, nalguns casos, sinais de uma perturbação mais profunda da personalidade.

A estes processos está associado um desenvolvimento psicológico não harmonioso. É bem patente nos relatos dos adolescentes institucionalizados a dicotomização nos "bons" e nos "maus" e a dificuldade em expressarem-se de outra forma, dado que não adquiriram um nível de socialização moral mais elevado e adequado ao seu nível etário (Kholberg, 1963).

Se as relações com as figuras parentais revelam uma acentuada conflitualidade, a imagem que estes adolescentes guardam da escola é uma continuidade do processo conflitual encetado no contexto familiar, onde teve início o processo de rejeição que é sentido na escola. As referências ao início da trajectória delinquente vêm também associadas ao contexto escolar.

Na continuidade do estudo qualitativo e dos resultados nele obtidos, partimos para os estudos quantitativos. De acordo com os resultados dos estudos quantitativos que se apresentam no capítulo VII, verificamos que as hipóteses previamente colocadas se confirmam, na generalidade.

Assim sendo, segundo a hipótese 1 de que a percepção da adaptabilidade e coesão familiar está relacionada com a institucionalização na adolescência, verifica-se que de acordo com os resultados obtidos, os adolescentes institucionalizados percepcionam as suas famílias com fraca capacidade de adaptabilidade e de coesão familiar. Esta percepção vai no mesmo sentido, quando auscultamos os progenitores destes adolescentes, que percepcionam as suas famílias como mais disfuncionais, comparativamente à forma como os progenitores dos adolescentes não institucionalizados percepcionam as suas famílias.

Os elementos dos sistemas familiares dos adolescentes institucionalizados percepcionariam as suas famílias com valores mais próximos da disfuncionalidade, porque mais extremos, comparativamente aos elementos dos sistemas familiares dos adolescentes não institucionalizados. Não esqueçamos que as dimensões Coesão e Adaptabilidade têm, segundo o Modelo Circumplexo de Olson (1986), uma relação curvilinear com o funcionamento saudável da família, sendo os valores extremos mais esperados em famílias disfuncionais, enquanto os valores médios serão indicadores de famílias saudáveis.

As famílias dos adolescentes institucionalizados são percepcionadas quer pelos seus adolescentes, quer pelos progenitores destes como com menor capacidade para mudar a estrutura de poder, as regras e os papéis, assim como para responder a situações de stress ou crise familiar (adaptabilidade). Por seu turno, as ligações afectivas entre os vários elementos da família (coesão) apresentam-se mais difusas comparativamente aos níveis apresentados na percepção das famílias dos adolescentes não institucionalizados, quer por estes, quer pelos seus progenitores.

O excesso de autonomia de que são portadores muitos dos adolescentes institucionalizados, resulta, não raras vezes, de situações abandónicas, que assim são percepcionadas pelo adolescente. Embora enquanto actua os comportamentos desviantes, lhe seja agradável este excesso de autonomia, nalguns casos, o adolescente reconhece, à posteriori, o quanto isso lhe foi prejudicial e como isso contribuiu para a sua trajectória delinquente. Efectivamente, e segundo a hipótese 2 de que a percepção das práticas parentais está relacionada com institucionalização na adolescência, os resultados obtidos no estudo sobre a percepção dos adolescentes sobre o carinho e o afecto dos progenitores permitem-nos concluir que, quanto à percepção das práticas parentais, os adolescentes institucionalizados apresentam níveis idênticos aos dos níveis obtidos pelos adolescentes não institucionalizados, no que diz respeito à percepção das práticas parentais.

O carinho do pai é percepcionado com afecto relativo, nos dois grupos. Já a percepção que os adolescentes têm do carinho da mãe, se apresenta com níveis mais próximos da negligência, principalmente no grupo dos adolescentes não institucionalizados.

Atribuímos estes resultados, no que diz respeito aos adolescentes não institucionalizados, à eventual ausência das mães junto dos filhos, por motivos

profissionais, ou por estilo de vida. No que diz respeito aos adolescentes institucionalizados, colocamos a hipótese de que possa haver, por parte destes, uma idealização da mãe, com a consequente sobrevalorização dos afectos positivos.

Quanto à protecção, os adolescentes institucionalizados percepcionam as práticas parentais dos seus progenitores com controlo, superprotecção, intrusão, contacto excessivo, infantilização, o que não seria facilitador de um processo de independência e autonomia, a que, eventualmente, os adolescentes reagiriam actuando alguns comportamentos desviantes.

A hipótese 4 retoma o estudo da percepção dos adolescentes sobre a adaptabilidade e coesão familiar, agora relacionada com o nível etário do adolescente.

O estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados em função dos níveis etários, permite-nos concluir que a percepção sobre a estrutura familiar aproxima-se entre os adolescentes institucionalizados e não institucionalizados nos níveis etários inferiores (10-12 anos). Contudo, os adolescentes não institucionalizados com níveis etários baixos, percepcionam a coesão familiar com níveis médios superiores comparativamente aos adolescentes institucionalizados.

No que diz respeito aos progenitores, a aproximação entre os dois grupos já não se verifica, apresentando os progenitores dos adolescentes institucionalizados valores médios inferiores aos valores dos progenitores dos adolescentes não institucionalizados, como aliás para os restantes grupos.

Já os adolescentes institucionalizados com o nível etário entre os 13 e os 15 anos apresentam resultados significativamente diferentes, percepcionando as suas famílias com níveis inferiores, quer em relação à adaptabilidade, quer em relação à coesão familiar. Idêntica situação é obtida no que diz respeito aos adolescentes com níveis etários entre os 16 e os 18 anos.

Assim, quanto mais baixo é o nível etário, menos diferenças se constatam em relação à percepção que os adolescentes têm da estrutura familiar. Ainda assim, em relação ao índice de coesão verificam-se algumas diferenças. Os adolescentes não institucionalizados percepcionam o nível de coesão familiar com níveis médios superiores comparativamente aos adolescentes institucionalizados.

Com o aumento do nível etário, as diferenças de percepção que os adolescentes institucionalizados e não institucionalizados têm sobre a estrutura familiar acentuam-se. Estas diferenças são mais notórias para o grupo etário entre os 13 e os 15 anos. Os adolescentes institucionalizados percepcionam as suas famílias com níveis de adaptabilidade e coesão inferiores comparativamente aos adolescentes não institucionalizados.

No nível etário entre os 16 e os 18 anos, a percepção que quer os adolescentes institucionalizados, quer os não institucionalizados têm das suas famílias, são indicadas por valores que voltam a aproximar-se especialmente no que diz respeito à adaptabilidade. Contudo, embora as diferenças entre os dois grupos não sejam tão notórias, como no nível etário dos 13 aos 15 anos, elas existem.

Quanto aos progenitores dos adolescentes institucionalizados, percepcionam quer o nível de adaptabilidade, quer o nível de coesão das suas famílias com valores médios inferiores comparativamente aos progenitores dos adolescentes não institucionalizados.

No que diz respeito aos progenitores dos adolescentes institucionalizados com níveis etários entre os 13 e os 15 anos, eles percepcionam quer o nível de adaptabilidade quer o nível de coesão nas suas famílias com níveis inferiores comparativamente aos progenitores dos adolescentes não institucionalizados. O mesmo se passa em relação

aos progenitores dos adolescentes com níveis etários compreendidos entre os 16 e os 18 anos.

Este estudo permite-nos concluir que com o aumento do nível etário os adolescentes institucionalizados entram num processo de conscencialização do inadequado funcionamento familiar, e que por o mesmo não lhes ser gratificante, produz um afastamento afectivo, que é facilitador da escalada na trajectória delinquente.

Efectivamente, a percepção que os adolescentes institucionalizados têm da adaptabilidade e coesão familiar está relacionada com o nível etário do adolescente, como o foi colocado na hipótese 4.

Colocada a hipótese 5 de que a percepção que os adolescentes institucionalizados têm das práticas parentais está relacionada com o nível etário do adolescente, verifica-se que nos níveis etários dos 10 aos 12 anos e dos 13 aos 15 anos, esta hipótese não é confirmada pelos resultados que obtivemos no referido estudo. Para o nível etário dos 16 aos 18 anos, os valores médios obtidos pelos adolescentes institucionalizados são inferiores aos valores médios obtidos pelos adolescentes não institucionalizados.

Assim sendo, e no referente à percepção que os adolescentes têm das práticas parentais, os adolescentes institucionalizados apresentam níveis médios idênticos aos adolescentes não institucionalizados. No nível etário entre os 10 e os 12 anos apenas em relação ao carinho da mãe se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, sendo que os adolescentes institucionalizados percepcionam o carinho da mãe com níveis mais elevados que os adolescentes não institucionalizados, o que, como já referimos atrás, resulta de uma expressão da denegação da situação abandónica vivida pelo adolescente.

Já no nível etário entre os 13 e os 15 anos se verificam apenas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, para o índice protecção do pai, sendo que os adolescentes institucionalizados percepcionam as práticas parentais dos seus progenitores com um excesso de protecção. Estes resultados viriam na mesma linha de conclusões de Farrington (1990) que concluiu que o comportamento parental pobre, nomeadamente a disciplina rígida e autoritária, que pode ser percepcionado pelo adolescente como um excesso de protecção, constitui um factor de risco, considerado como um dos mais importantes como contributo para uma futura trajectória delinquente.

No nível etário dos 16 aos 18 anos verifica-se uma inversão dos valores que têm vindo a ser obtidos até este nível etário, no que diz respeito à percepção do carinho do pai. Assim sendo, neste nível etário os adolescentes não institucionalizados têm a percepção do carinho do pai com mais afecto, empatia e calor emocional, que a percepção que os adolescentes institucionalizados têm do carinho do pai. Conforme foi referido oportunamente, atribuímos estes resultados às vivências de rotura com a família por parte dos adolescentes institucionalizados, enquanto os adolescentes não institucionalizados entrariam nesta fase do seu ciclo de vida num processo de maior aceitação dos seus progenitores, dada a maturidade que já possuem e que lhes permite superar a conflitualidade da relação parental e o estabelecimento de uma relação menos hierarquizada e mais equalitária, nomeadamente com o pai, já que em relação à percepção que os adolescentes têm da protecção da mãe, em nenhum nível etário se verificam diferenças estatisticamente significativas entre adolescentes institucionalizados e não institucionalizados.

A hipótese 7, de que a percepção da adaptabilidade e coesão familiar difere nos adolescentes institucionalizados conforme são institucionalizados por motivos assistenciais ou pré-delinquentes, não se verifica. Contrariamente ao esperado, não se

verificam diferenças estatisticamente significativas em relação aos níveis médios de percepção que os adolescentes casos assistenciais e casos pré-delinquentes têm sobre os índices de adaptabilidade e coesão das suas famílias.

Estes resultados remetem-nos para a problemática subjacente à família dos adolescentes institucionalizados, em que uma série de factores de ordem social, económica e psicológica concorrem para afectar o sistema familiar, independentemente da forma como o adolescente age o mal estar vivido no sistema familiar. Uns actuando comportamentos delinquentes, outros inconscientemente reforçando a sua trajectória de vitimação.

Se a família está doente, os elementos do sistema são afectados, em maior ou menor grau, de forma diferente, daí que os resultados que se obtêm sobre a percepção dos adolescentes sobre as práticas parentais não difiram entre os dois grupos. Assim, a hipótese 8, de que a percepção das práticas parentais difere nos adolescentes institucionalizados, conforme são institucionalizados por motivos assistenciais ou pré-delinquentes, não se verifica.

Quer os adolescentes institucionalizados, casos assistenciais, quer os casos pré-delinquentes percepcionam as práticas parentais com frieza emocional, indiferença e rejeição e com um controlo parental mais próximo do intrusivo que da promoção da independência e autonomia.

Segundo a hipótese 10, colocada no último estudo efectuado, a percepção da adaptabilidade e coesão familiar difere, nos adolescentes institucionalizados, conforme a fase precoce ou tardia da vida do adolescente, em que ocorre a institucionalização (antes ou depois dos 12 anos). De acordo com os resultados, não se verificam diferenças na forma como os adolescentes institucionalizados numa fase mais precoce ou numa fase mais tardia percepcionam a adaptabilidade e a coesão familiares. O mesmo se

verifica em relação aos respectivos progenitores. Contudo, em relação às tipologias de famílias, os adolescentes já apresentam percepções diferentes, sendo que os adolescentes institucionalizados numa idade mais precoce percepcionam as suas famílias como mais desequilibradas comparativamente aos adolescentes institucionalizados mais tardiamente, que percepcionam as suas famílias como menos desequilibradas. Também para este item não se verificam diferenças significativas entre os progenitores dos dois grupos de adolescentes.

A hipótese 11, de que a percepção das práticas parentais difere nos adolescentes institucionalizados, conforme a fase precoce ou tardia da vida do adolescente em que ocorreu a institucionalização (antes ou depois dos 12 anos), não se verifica. Quer os adolescentes institucionalizados numa fase precoce, quer numa fase mais tardia do seu ciclo de vida e, eventualmente, da sua trajectória delinquente, percepcionam as práticas parentais dos seus progenitores mais próximas da frieza emocional, da indiferença e da rejeição, não possibilitando a promoção da independência e da autonomia.

Nos nossos dias, as investigações em delinquência introduzem as relações parentais e correlacionam os comportamentos agressivos com o excesso de permissividade ou de punição por parte dos progenitores, ou ainda com a falha dos modelos parentais de identificação, por os progenitores não constituírem exemplos adequados que possibilitem este movimento de identificação.

Os modelos parentais de identificação de que os progenitores dos adolescentes institucionalizados constituem, na generalidade, exemplos de acentuada inadequação, prejudicando os movimentos de identificação por parte dos adolescentes, vêm igualmente correlacionados com a delinquência.

3 – INFLUÊCIAS DA ESCOLA NA TRAJECTÓRIA DELINQUENTE

Outras instituições, para além da familiar, são introduzidas neste campo de investigação

A escola é outra instituição que está presente na maioria dos estudos sobre delinquência, pela correlação que é feita entre insucesso escolar e delinquência. Na realidade, o insucesso escolar e a delinquência vêm associados a outras vertentes do sistema do adolescente, como a auto-estima, cujo défice a escola promove, principalmente em estudantes das classes sócio-económicas mais desfavorecidas.

A escola actuando como promotora do défice de auto-estima, nomeadamente no reforço da falha, principalmente para os estudantes das classes sócio-económicas mais desfavorecidas, está a contribuir para a organização de trajectórias delinquentes e para a exclusão desses alunos.

As hipóteses que havíamos colocado, relativamente à percepção que os professores têm sobre os comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo dos alunos institucionalizados, são demonstrativas das influências da escola na trajectória delinquente.

A hipótese 3, de que a percepção que os professores têm sobre o desempenho escolar e o comportamento dos seus alunos na sala de aula está relacionada com a institucionalização na adolescência, é comprovada pelos resultados obtidos na aplicação da Escala de Agressividade. Assim, a avaliação que os professores fazem quer dos comportamentos, quer do desempenho escolar e do funcionamento adaptativo dos alunos institucionalizados é a de que estes alunos trabalham e aprendem pouco, não realizam as tarefas escolares e têm um comportamento desajustado na sala de aula.

Estes alunos que apresentam índices de reprovações superiores aos adolescentes não institucionalizados, assim como mais indicações para o ensino especial, são percepcionados pelos professores como significativamente mais apelativos, agressivos e instáveis que os adolescentes não institucionalizados.

Quanto à hipótese 6, de que a percepção que os professores têm sobre o desempenho escolar e o comportamento na sala de aula, dos alunos institucionalizados, está relacionada com o nível etário do adolescente, verifica-se que com o aumento do nível etário as diferenças entre os dois grupos se tornam significativas. Enquanto no nível etário entre os 10 e os 12 anos apenas na realização das tarefas escolares se verificam diferenças entre os dois grupos, a situação vai-se modificando, consoante o nível etário dos adolescentes vai aumentando.

Continua a constatar-se um acentuado desconhecimento por parte dos professores dos alunos institucionalizados em relação aos seus alunos, ainda que os percepcionem como trabalhando, aprendendo e realizando menos tarefas comparativamente à percepção dos professores dos alunos não institucionalizados. Exceptuam-se os alunos entre os 10 e os 12 anos, faixa etária em que não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de adolescentes institucionalizados e não institucionalizados. De realçar que os professores dos alunos institucionalizados, com níveis etários compreendidos entre os 13 e os 18 anos, os percepcionam como apresentando mais comportamentos apelativos, uma maior instabilidade e agressividade na sala de aula, comparativamente à percepção que os professores dos alunos não institucionalizados têm dos seus alunos.

A hipótese 9, de que a percepção que os professores têm sobre o desempenho escolar e o comportamento dos seus alunos na sala de aula difere, nos adolescentes

institucionalizados, conforme estes são institucionalizados por motivos assistenciais ou pré-delinquentes, não se verifica.

Embora fosse esperado que a percepção que os professores têm sobre os comportamentos, performance escolar e funcionamento adaptativo dos alunos fosse avaliada de forma diferente pelos professores dos alunos vitimados e dos alunos pré-delinquentes, isso não se verifica. A questão que voltamos a colocar é a de que, se após a institucionalização, não se operará um processo de identificação por parte dos adolescentes vitimados em relação aos adolescentes pré-delinquentes, uma aprendizagem social, feita no grupo, que possibilitará ao adolescente actuar, agora, o mal estar resultante da vitimação.

Por fim em relação à hipótese 12, de que a percepção que os professores têm sobre o desempenho escolar e o comportamento dos seus alunos na sala de aula difere, nos adolescentes institucionalizados, conforme a fase precoce ou tardia da vida do adolescente em que ocorreu a institucionalização (antes ou depois dos 12 anos), concluímos que apenas no referente à agressividade, e de acordo com os resultados da sub-escala de agressividade, se verificam diferenças entre os adolescentes institucionalizados precocemente e tardiamente, na medida em que os primeiros apresentam, segundo a percepção dos seus professores, comportamentos mais agressivos que os segundos. É como se a institucionalização, quanto mais precoce, contrariamente à reabilitação, promovesse o agravamento da trajectória delinquente.

Concluiríamos, face aos resultados obtidos nos diferentes estudos efectuados, que em relação à percepção que os adolescentes e os seus progenitores têm da estrutura familiar, quer a nível de adaptabilidade, quer a nível de coesão, é no nível etário dos 13 aos 15 anos que maiores discrepâncias se verificam nas percepções de adolescentes institucionalizados e não institucionalizados. Estas diferenças tornam-se mais ténues,

embora ainda com alguma expressividade nos adolescentes dos 16 aos 18 anos, deixando de ter significância estatística entre os dois grupos no nível etário dos 10 aos 13 anos. Este processo não é tão patente no que diz respeito aos progenitores, já que se verificam sempre diferenças estatisticamente significativas entre os grupos dos progenitores dos adolescentes institucionalizados e não institucionalizados, quer para os valores médios do índice de adaptabilidade, quer do índice de coesão.

Os resultados obtidos em relação à percepção do tipo de protecção que os progenitores manifestam nas suas práticas parentais, leva-nos a crer que, na generalidade, a ideia de controlo parental é atribuída com maior frequência pelos adolescentes institucionalizados aos seus progenitores, que pelos adolescentes não institucionalizados.

Esta atribuição é feita com maior frequência ao pai que à mãe, nos adolescentes a partir dos 13 anos.

No nível etário dos 10 aos 12 anos, esta atribuição não sofre diferenças entre o pai e a mãe. Contrariamente aos adolescentes com níveis etários superiores que rejeitam qualquer tipo de controlo parental, que conotam como tentativas de infantilização e como movimentos que pretendem cercear a sua independência, os adolescentes com níveis etários inferiores parecem aceitar e não conotar de forma negativa o controlo parental, o que é próprio nesta fase de desenvolvimento.

Quanto à percepção que os professores têm sobre os comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo dos alunos, como já anteriormente verificámos, os adolescentes institucionalizados têm uma carga horária escolar superior aos alunos não institucionalizados, por isso, têm mais tempo semanal com o professor na aula, comparativamente aos alunos não institucionalizados, independentemente do nível etário.

As diferenças que se obtêm em relação às tarefas escolares, surgem com agravamento, ou seja, os adolescentes institucionalizados cumprem menos de acordo com o aumento de nível etário.

Verifica-se igualmente que os adolescentes institucionalizados, e de acordo com o aumento do nível etário, segundo a percepção dos seus professores, trabalham menos, realizam menos tarefas, aprendem menos e o seu comportamento é pior na sala de aula, comparativamente aos adolescentes com os mesmos níveis etários e não institucionalizados.

Os professores dos alunos institucionalizados percepcionam-nos mais apelativos, instáveis e agressivos comparativamente à percepção que os professores dos alunos não institucionalizados têm destes.

As famílias dos adolescentes institucionalizados não respondem adequadamente às crises situacionais. Apresentam, por norma, alterações profundas no sistema familiar, nomeadamente nas alterações dos papéis parentais.

Os papéis, as normas e os limites do sistema são confusos e instáveis, impossibilitando ao adolescente a interiorização dos papéis.

A ligação emocional entre os subsistemas familiares, nestas famílias, é frágil, estruturando no adolescente uma grande insegurança que se reflecte no défice de auto-conceito de que estes adolescentes são portadores. Sendo a ligação emocional à família um bom preditor de inibição de comportamentos desviantes, compreende-se que, também nesta área, os adolescentes institucionalizados estão penalizados.

Os adolescentes institucionalizados consideram que os seus progenitores, ou os substitutos destes, têm para com eles um excesso de protecção e de intrusividade que é reflectido na interacção entre os sub-sistemas parental e filial.

A avaliação que os professores fazem dos comportamentos, desempenho escolar e funcionamento adaptativo dos alunos institucionalizados é de que estes alunos não trabalham, não aprendem, não realizam as tarefas escolares e o seu comportamento na sala de aula é desajustado, denotando instabilidade, com comportamentos apelativos e com elevada incidência de agressividade. Por isso, se torna compreensível a elevada percentagem destes adolescentes que apresentam um elevado número de reprovações, num quadro de inadaptação escolar, com resultados academicamente fracos, conforme a hipótese 3 : A percepção que os professores têm sobre o desempenho escolar e o comportamento dos seus alunos na sala de aula, está relacionada com a institucionalização na adolescência.

Como Hirschi (1969) considerou, estes adolescentes são percepcionados pelos professores como absentistas, indisciplinados, agitadores e perturbadores.

O processo de rejeição, que agudiza a estigmatização, leva a que o sujeito, como processo de compensação psicológica, se identifique com o sub-sistema de valores e atitudes das sub-culturas desviantes e entre no processo de desvio secundário, formalizando a entrada na trajectória delinquente.

A estigmatização feita ao adolescente, por professores, ou por outros sistemas, é decisiva no processo da trajectória delinquente. A percepção de que não se é suficientemente amado, constitui uma auto-rotulagem determinante para o auto-conceito do adolescente e para aquela trajectória.

Se o adolescente tem a percepção de ser "mal amado", numa relação com os pais conotada como pouco afectiva e carinhosa e excessivamente controlada ou, no pólo oposto, desinvestida, a natureza dos laços afectivos nesta rede familiar tem forçosamente que ser frágil, e consequentemente a natureza dos laços que o sujeito estabelece com outros sistemas sociais, outras instituições, não será suficientemente

forte para se constituir, como Hirschi (1969) assinalou, como bom preditor da trajectória delinquente.

É a interacção com os diferentes sistemas do quotidiano do adolescente, e a forma como o adolescente gere esta interacção, de acordo com as suas possibilidades afectivas, que propiciam, ou não, a prática de comportamentos desviantes.

Se os progenitores, os professores, os adultos com quem o adolescente interage, não se constituirem como marcos facilitadores das interacções afectivas no ciclo de vida do adolescente, como poderá ele construir uma identidade que não se aproxime do percurso desviante? Um primeiro passo facilitador, quanto a nós, desta interacção, é a escuta. Ouvir os adolescentes, foi o que fizemos.

Uma vez que o adolescente tenha entrado no mundo do crime, torna-se mais difícil qualquer intervenção ser bem sucedida, pelo que há que envidar todos os esforços para prevenir o envolvimento do adolescente em actividades que possibilitem o início da trajectória delinquente.

Quando o adolescente investe na trajectória delinquente rejeita os atributos da escola e da família.

A escola passa a ser local, não de aprendizagem, mas um contexto sentido pelo adolescente como frustrante, enquanto a família funciona como rede conflitual e não uma fonte de carinho, afecto e suporte.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS – IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS PARA A INTERVENÇÃO NA DELINQUÊNCIA

O acesso ao mundo da delinquência requer um considerável gasto de tempo e esforços, nem sempre com resultados objectivos. Atendendo a este facto, optámos por recorrer a uma amostra de adolescentes institucionalizados.

Embora gostássemos de ter aprofundado a análise, no que diz respeito aos adolescentes delinquentes, no terreno e fora das instituições, como o fizemos com as suas famílias, tentando assim construir uma antropologia do quotidiano dos universos delinquentes, não nos foi possível fazê-lo senão aceitando as barreiras que se levantam na investigação, dentro das instituições.

Esta opção não esmoreceu a vontade que temos de escutar os delinquentes na rua, no seu contexto e em interacção com a sua sub-cultura.

Algumas questões ficaram por explorar. Teria sido importante avaliar a delinquência escondida, em relatos recolhidos junto dos adolescentes não institucionalizados e verificar qual a correlação entre as trajectórias delinquentes relativas à delinquência escondida e a influência familiar nestas, e, por sua vez, comparar estes processos com os resultados obtidos nos nossos estudos.

Hoje a perspectiva de ressocialização do delinquente apresenta-se teoricamente com uma abordagem que se pretende como preventiva para a sociedade e de "tratamento" do delinquente. Quanto a nós, em Portugal, não têm sido atingidos os objectivos teóricos a que se propõem as instituições responsáveis.

A ressocialização do delinquente não é, na generalidade, feita e, consequentemente, após o período de internato as formas de delinquência que apresenta

são mais gravosas, porque o período de internamento permitiu-lhe uma melhor aprendizagem nestas matérias, pelo que, salvo algumas excepções, a escalada na trajectória delinquente se mantem com agravamento e com prejuízos acrescidos, para o próprio e para a sociedade.

A institucionalização, que deveria constituir uma medida última, continua a ser adoptada pelas instituições governamentais para responder a situações sociais prementes, na medida em que não existem respostas sociais alternativas suficientes às necessidades.

É compreensível que não se permita que crianças e adolescentes vagueiem pelas cidades, prostituindo-se ou molestando outros cidadãos. A reintegração destes adolescentes é extremamente difícil. A responsabilização dos progenitores não parece ser possível estritamente pela via jurídica. O apoio psicossocial subjacente às medidas jurídicas é fundamental.

A institucionalização sem medidas adequadas associadas não promove a recuperação. A punição, enquanto encarceramento sem medidas complementares, foi globalmente rejeitada por promover o recidivismo, tornando-se a reabilitação mais difícil, e por se acreditar que o delinquente deve ser auxiliado no processo de mudança.

Os processos de reabilitação têm tido diferentes aproximações, algumas com fracassos comprovados, nomeadamente as intervenções orgânicas cirúrgicas. As intervenções a nível da terapia individual e de grupo obtiveram mais sucesso.

A proposta de mudança a ser feita ao delinquente deverá sê-lo numa fase de vulnerabilidade, para que o sujeito a possa aceitar. O técnico tem forçosamente que ter um conhecimento detalhado do processo de pensamento do adolescente em causa, do seu contexto familiar e das suas relações de vizinhança. O processo de reabilitação

deverá pressupor não só a intervenção no sistema familiar, mas também intervenções comunitárias paralelas.

As estratégias de prevenção e intervenção na delinquência juvenil deverão centrar-se na redução de factores de risco na família, vizinhos e comunidade.

O controlo dos factores de risco e a valorização dos factores inibidores do comportamento delinquente, atributos e condições que protegem os adolescentes da exposição ao risco de cometerem actos delinquentes, pode ser determinante no desenvolvimento da trajectória delinquente na adolescência.

Entre os factores inibidores do comportamento delinquente estão, como verificámos nos nossos estudos, o envolvimento afectivo com a família, como o frisaram Hawkins e col. (1992), e com a escola com o consequente sucesso escolar, conforme já haviam preconizado Rutter (1985) e Catalano e Hawkins (in press).

De acordo com os princípios orientadores da intervenção junto dos adolescentes institucionalizados, e de acordo com a Proposta de Lei nº 265/VII 98/99 artigo 4º (Lei 147/99 de 1 de Setembro), os técnicos serão chamados no contexto de uma intervenção mais actuante, e para tal deverão estar preparados.

A legislação portuguesa tem sido enriquecida, no referente à área de protecção de menores, contudo, há que regulamentar e aplicar a lei, para que se obtenham resultados práticos.

Numa sociedade em que impera o primado do êxito pessoal e da corrida desenfreada ao sucesso económico, sem limites éticos ou deontológicos, em que para tal a competitividade e a intolerância se sobrepõem a outros valores, nomeadamente aos humanistas e culturais, não admira que os adolescentes tenham captado a mensagem e que, por isso, considerem quaisquer meios legítimos admissíveis para atingir quaisquer fins.

A marginalização e a exclusão social constituem uma constante na nossa sociedade. O baixo rendimento familiar, a par de problemas de ordem social parecem ser uma constante nos quadros familiares dos adolescentes institucionalizados, sendo por isso, importante actuar na área da melhoria das condições económicas nestes contextos familiares.

O insucesso escolar, presente no grupo dos adolescentes institucionalizados do nosso estudo, vem reforçar resultados obtidos noutros estudos e contribuir para a ideia de que os programas pré-escolares deverão incidir também sobre as áreas que versam temas como a sociabilização e a ligação às instituições.

Face às conclusões da nossa investigação, que vêm confirmar aquilo com que nos deparamos na nossa prática, nas intervenções que quotidianamente levamos a cabo, no trabalho comunitário que fazemos, é com maior convicção que afirmamos hoje que a prevenção da delinquência tem, forçosamente, que passar pela reinserção do adolescente no seu contexto, introduzindo uma nova dinâmica nos sistemas familiar, escolar e na comunidade, nomeadamente a nível das relações de vizinhança e da ocupação de tempos livres para adolescentes e para a família.

Quanto aos adolescentes institucionalizados, considera-se urgente, que, para além do que possa vir consignado na lei, se possa passar à prática. Há que mudar mentalidades e introduzir uma nova dinâmica na reinserção de menores em Portugal.

Não nos parece possível a reinserção social de adolescentes sem a participação do seu sistema familiar, seja este constituído pelos progenitores do adolescente, ou pelos substitutos destes. Não chega que a legislação proponha, nos princípios orientadores de intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo, que a intervenção seja efectuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem (Artigo 4° f) da Lei 147/99 de 1 de

Setembro, e que deve ser dada prevalência às medidas que integrem o jovem na sua família (Artigo 4º g) da Lei 147/99 de 1 de Setembro.

A intervenção junto dos adolescentes institucionalizados tem que ser jurídica, psicossociológica e sistémica, introduzindo mudanças na rede.

Quanto à intervenção junto dos progenitores destes adolescentes, sabemos ser a tarefa mais árdua, mas consideramo-la urgente e em sintonia com a intervenção que é feita com os adolescentes. As competências parentais, no que respeita à disciplina que oscila entre a rigidez e o excesso de permissividade, as atitudes negligentes, cruéis ou passivas, e a fraca ou excessiva supervisão, os conflitos ou a violência do casal com quem o adolescente vive, são igualmente preditores da delinquência, como vimos ao longo do nosso trabalho.

Face à desresponsabilização que alguns destes pais e mães assumem, urge, quanto a nós, uma intervenção.

Se aos pais forem facultadas técnicas educativas mais apropriadas, poderão lidar de forma mais adequada com os adolescentes, nomeadamente fazê-los sentir-se mais amados.

É patente, no nosso estudo, a elevada frequência dos adolescentes que apresentam comportamentos delinquentes em que a relação objectal precoce é perturbada, e em que a negligência, a violência e, por vezes, o abuso sexual estão presentes.

Os nossos adolescentes sentem-se muito afastados da família, ressentem-se da falta de envolvimento afectivo familiar. Há que quebrar o ciclo, em que as crianças crescem afastadas dos pais, em berçários que funcionam de manhã à noite, ou em amas ou avós que funcionam à semana, impedindo, decididamente, à criança e aos pais, o

privilégio que é a interacção mútua nos primeiros anos de vida da criança e que possibilita, ou não, uma mais adequada relação na fase da adolescência.

Há que promover nos adolescentes a necessidade de partilharem, com autonomia, as suas experiências com a família, e para tal, tem que ser dada oportunidade à família de funcionar como tal. Não é possível funcionar-se como família, quando o grupo reúne apenas para ver a telenovela.

Se à cultura do mérito, aos valores humanistas e culturais continuarem a sobrepor-se os valores da sociedade de consumo, o poder e a capacidade de realização financeira, não esperemos que seja quebrado o ciclo delinquencial que se instalou na nossa sociedade, dos bancos da escola às poltronas dos lugares de decisão.

Este trabalho é o nosso contributo para que alguma coisa possa mudar, numa sociedade que também ajudamos a construir, sem esquecer que os pais e as mães podem escolher ter ou não ter filhos. Há que responsabilizar/penalizar os pais que não o sabem ser, nem querem sequer tentá-lo, porque afinal os filhos não tiveram oportunidade de escolher o pai e a mãe que têm.

BIBLIOGRAFIA

Achenbach, T., & Edelbrock, C. (1979). The child behavior profile: Boys aged 12 to 16 and girls aged 6 to 11 and 12 to 16. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 41,* 223-233.

Achenbach, T. M., & Edelbrock, C. S. (1981). *Behavioral problems and competencies reported by parents of normal and disturbed children aged four through sixteen.* Monographs of the society for Research in Child Development, 46 (188).

Achenbach, T. M. & Edelbrock, C. S. (1983). *Manual for the Child Behavior Checklist and Revised Child Behavior Profile.* Burlington, V. T. University Associates in Psychiatry.

Achenbach, T. (1985). *Assessment and taxonomy of child and adolescent psychopathology.* Beverly Hills, CA: Sage.

Achenbach, T., & Edelbrock, C (1986). *Manual for the teacher's report form and teacher version of the Child Behavior Profile.* Burlington: University of Vermont, Department of Psychiatry.

Achenbach, T. (1991). *Manual for the Child Behavior Checklist/4-18 and 1991 Profile.* Burlington, VT: University of Vermont, Department of Psychology.

Agra, C. (1992). Instituições para jovens delinquentes no Québec, Canada. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 2,* 227-246.

Aichhorn, A.(1935). *Wayward Youth.* New York: Viking.

Aichhorn, A.(1964). *Delinquency and Child Guidance Selected Papers.* Ed. By Otto Fleischmann, Paul Kramer and Helen Ross International Universities Press, Inc. New York.

Ainsworth, M. (1962). Les répercussions de la carence maternelle: controverses dans la stratégie des recherches, in la carence de soins maternels; réévaluation de ses effets. *Cahiers de l'OMS, 14,* 95-100.

Ainsworth, M. (1969). *Come Contemporary patterns of mother-infant interactioon in the feeding situation.* Academic Press New York.

Ainsworth, M. (1969). Relações objectais, dependência e vinculação: uma análise teórica das relações da criança com a mãe. In M. S: Ainsworth., J. Bowlby, H. Harlow, H. Hoffman, et al. (eds)., *As ligações infantis* (155-220) Amadora: Livraria Bertrand, Colecção Teorema, 1976.

Ainsworth, M. (1985). Patterns of attachment. *Clinical Psychologist, 38, 2,* 27-29.

Alarcão, M. (2000). *(des) Equilíbrios Familiares.* Quarteto Editora Coimbra.

Albers, L., Doane, J., Mintz, J. (1986). Social Competence and Family Environment: 15-Year Follow-Up of Disturbed Adolescents. *Family Process 25*: 379-389.

Alexander, J. (1973). Defensive and supportive communication in normal and deviant families. Journal of Consulting and Clinical Psychology 40: 223-231.

Alexander, J., & Barton, C. (1976). Behavioral systems therapy with delinquent families. In D. H. Olson (ed.), *Treating relationships*. Lake Mittes: Graphic Press.

Alexander, J., Barton, C. , Schiavo, R., & Parsons, B. (1977). Systems-behavioral intervention with families of delinquents: Therapist characteristics, family behavior and outcome. *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 44: 656-664.

Alexander, J., & Parsons, R. (1977). Short term behavioral intervention with delinquent families: Impact on family process and recidivism. *Journal of Abnormal Psychology* 44: 656-664.

Allport, G. (1937). *Personality. A psychological interpretation.* New York: H. Holt Co.

Allport, G. (1942). *The Use of Personal Documents in Psychological Science.* New York, Social Science Research Council.

Amaral Dias, C. (1982). Os modelos de angústia e depressão na problemática da adolescência. *Psicologia III, 1e 2*: 183-192.

Amaral Dias, C., & Nunes Vicente, T. (1984). *A depressão no adolescente*. Porto: Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem.

Amaral Dias, C. e Fleming, M. (1998). *A Psicanálise em tempo de mudança Contribuições teóricas a partir de Bion.* Edições Afrontamento, Porto.

Ambert, A., Saucier, J. (1983). Adolescent's perceptions of their of their parents and parent's marital status. *Journal of Social Psychology, 120*, 101-110.

American Psychiatric Association (1996). *DSM-IV Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais.* 4ª edição Climepsi editores, Lisboa.

American Psychological Association (1996). *Violence and the Family – Report of the American Psychological Association Presidential Task Force on Violence and the Family.* Washington.

Anderson, S. & Gavazzi, S. (1990). A Test of the Olson Circumplex Model: Examining Its Curvilinear Assumption and the Presence of Extreme Types. *Family Process 29*: 309-324.

Andrée M. (1983). *Sociologia da Família e do casamento.* RÉS-Editora Lda., Porto.

Andolfi, M., e al., (1981). A interacção nos sistemas rígidos: um modelo de intervenção na família com paciente esquizofrénico. *Psicologia II,* 29-46.

APPORT Associação dos Psicólogos Portugueses (1999). Avaliação Psicológica: Formas e Contextos (Volume VI). Braga, Lusografe.

Aquilino, W. (1991). Family structure and leaving home: A further specification of the relationship. *Journal of Marriage and the Family, 53,* 999-1010.

Ariès, P. (1980). La Famille, in *Philosopher,* C. Delacampagne, R. Maggiori, Fayard. Paris.

Ariès, P. (1988). *A criança e a vida familiar no Antigo Regime.* Lisboa: Relógio d'Água.

Ausloos, G. (1976-77). Adolescence, délinquence et famille. Expériences de thérapie familiale. *Annales de Vaucresson, nº14,* 79-89.

Azevedo, M. (1981). Delinquência Juvenil. *Infância e Juventude, Abril/Junho,* 7-47.

Baldwin, D. and Skinner (1989). Structural Model for Antisocial Behavior: Generalization to Single-Mother Families. *Development Psychology, Vol 25, Nº 1,* 45-50.

Bandura, A., & Walters, R. (1963). *Social learning and personality development.* Holt, Rinehart & Winston, New York.

Bandura, A.(1973). *Aggression: a social learning analysis.* Prentice-Hall, Englewood Cliffs, New Jersey.

Bandura, A., & Walters, R. (1976). *Adolescent aggression: A study of the influences of child training practices and family interrrelationships.* New York: Ronald Press.

Bates, J., Bayles, K., Bennett, D., Ridge, B. & Brown, M. (1991). Origins of externalizing behavior problems at eight years of age. In D. J. Pepler & K. H. Rubin (Eds), *The development and treatment of childhood agression* (pp.93-120). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Baumrind, D. (1983). *Why adolescents take chances-and why they don't.* Paper presented at the National Institute for Child Health and Human Development, Bethesda, MD.

Bawin-Legros, B. (1996). *Sociologie de La Famille Le Lien familial sous questios.* Bruxelles: De Boeck & Larcier.

Beavers, W. & Voeller, M. (1983). "Family Models: Comparing and Contrasting the Olson Circumplex Model with the Beavers Sistems Model" *Family Process* 22 (85 - 98).

Beccaria, Cesare 1963 (1764). *On Crimes and Punishments.* New York: Bobbs-Merrill.

Becker, H. (1963). *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance.* New York: Free Press.

Behar, D., & Stewart, M. (1982). Agressive conduct disorder of children. *Acta Psychiatrica Scandinavica, 65*, 210-220.

Beleza, T. (1984). Direito Penal (dois volumes). Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito.

Beleza dos Santos, J. (1949). *Lições de Direito Criminal,* Coligidas por Fausto Gaitto Coimbra.

Beman, D. (1995). Risk Factors Leading to Adolescent Substance Abuse, *Adolescence, Vol. 30, No. 117,* 201-208.

Bentham, Jeremy 1970 (1789). *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* London: The Athlone Press.

Berelson, B. (1952). *Content Analysis in Communication Research*, New York, Free Press.

Bernabeu, E. (1958). Underlying Ego Mechanisms in Delinquency *Psychoanalytic Quarterly* 383-396.

Bertalanffy, L. von (1968). *General systems therapy: Foundation, development, applications*. New York: Braziller.

Berzonsky, M. (1978). Ausubel's satellization Theory: Application to some research on adolescents. *Adolescence, Vol XIII No. 49,* Libra Publishers, Inc. N.Y.

Berzonsky, M. (1981). *Adolescent Development.* Macmillan Publishing Co., Inc., New York.

Bianchi, S. (1987). *Living at home: Young adults' living arrangements in the 1980s.* Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association, Chicago (August).

Bion, W. (1962). Uma teoria sobre o processo de pensar. In: *Estudos psicanaliticos revisados (secound thoughts).* Rio de Janeiro. Imago, 1975.

Bion, W. (1963). *Elementos de Psicanálise*. Rio de Janeiro. Imago, 1991.

Bloom, B. & Naar, S. (1994). Self-Report Measures of family Functioning: Extensions of a Factorial Analysis. *Family Process 33*: 203-216.

Blumstein, A., Farrington, D., & Moitra, S. (1985). Delinquent careers: Innocents, desisters, and persisters. In M. Tonry & N. Morris (Eds), *Crime and justice: An annual review* (Vol.6, pp. 187-219). Chicago: University of Chicago Press.

Blumstein, A., Cohen, F., Roth, J. & Visher, C. (1986). *Criminal careers and "career criminals"* (Vol 1). Washington, D.C: National Academy Press.

Born, M. (1983). *Jeunes déviants ou délinquants juvéniles?* Pierre Mardaga, éditeur Bruxelles.

Bowen, M. (1966). The use of family theory in clinical practice. *Comprehensive Psychiatry, 7* 345-374.

Bowen, M. (1976). Theory and practice of psychoterapy. In P. J. Guerin (Ed.), *Family therapy: Theory and practice* (pp42-90). New York: Gardner Press.

Bowen, M. (1978). Family therapy in *Clinical Practice*. Jason Aronson Inc., New York (U.S.A.).

Bowlby, J. (1958). A natureza da ligação da criança com a mãe. In M. S: Ainsworth., J. Bowlby, H. Harlow, H. Hoffman, et al. (eds)., *As ligações infantis* Amadora: Livraria Bertrand, Colecção Teorema, 1976.

Bowlby, J. (1961). *Soins maternels et santé mentale*, Genéve, OMS.

Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss*, Vol. I: Attachment. New York: Basic Books.

Bowlby, J. (1973). *Attachment and Loss*, Vol. II: Separation, London: The hogarth Press. Trd. Francesa: Attachement et Perte. Vol. 2: La separation. Paris, P.U.F., 1978.

Brand, E., Clingempeel, W., Colyar, J., Hetherington, E. (1992). Children's relationships with maternal grandparents: a longitudinal study of family structure and pubertal status effects. *Child Development, 63,* 1404-1422.

Brazelton, T. (1983). *La naissance d'une famille*. Paris, Stock.

Bridgman, F. (1996). L'enfant acteur de son écosystéme *Thérapie familiale, Vol. 17, No 2,* pp 279-286.

Broadwin, I. (s/data). Delinquência Juvenil in *A Moderna Psicanálise.* Direcção Sandor Lorand, Ed. Brasileira, Editora Rio de Janeiro.

Brofenbrenner, U. (1986). Ecology of the Family as a Context for Human Development: Research Perspectives. *Developmental Psychology, Vol. 22, No.6,* 723-742.

Brofenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Brook, J., Gordon, A., Whiteman, M., Cohen, P. Brenden, C., Jinishian, A.(1980). Relationship of maternal and adolescent perceptions of maternal child-rearing pratices. *Perceptual and Motor Skills, 51, 3,* 1043-1046.

Brook, J., Whiteman, M., Gordon, A., (1983). Stages of Drug Use in Adolescence: Personality, Peer, and Family Correlates. *Development Psychology, Vol. 19, No 2,* 269-277.

Brook, J., Gordon, A., Whiteman, M., Cohen, P. (1986). Dynamics of Childhood and Adolescent Personality Traits and Adolescent Drug Use. *Developmental Psychology, Vol.22, No.3,* 403-414.

Brown, S. (1984). Social class, child maltreatment, and delinquent behavior. *Criminology, 22,* 259-278.

Brown, S. (1998). *Understanding youth and crime – Listening to youth?* Open University Press Philadelphia.

Burchard, J. e Burchard, S. (Eds) (1987). *Prevention of Delinquent Behavior* Beverly Hills: Sage Publications.

Burgess, E. (1942). "Introduction" in Shaw C. and McKay H. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press.

Burgess, R., and Akers, R. (1966). A Differential Association-Reinforcement Theory of Criminal Behavior *Social Problems* 14: 128-147.

Burguiére, A. e Lebrun, F. (1986). *História da Família 3º volume I Choque das Modernidades: Ásia, África, América, Europa* Colin, A. Ed. 1ª edição portuguesa: Terramar.

Burr, W., Day, R. & Bahr, K. (1993). *Family Science*. Pacific Grove, CA: Brooks/Cole.

Cairns, R. and Cairns B. (1994*). Lifelines and Risks Pathways of Youth in Our Time* Harvester Wheatsheaf New York.

Caldwell, R. e Black, J. (1971). *Juvenile Delinquency* The Ronald Press Company New York.

Campenhoudt, L. & Quivy, R. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Canter, R. (1982). Family correlates of male and female delinquency. *Criminology,* 20, 149-167.

Capaldi, D. and Patterson G. (1991). Relation of Parental Transitions to Boys'Adjustment Problems: I. A Linear Hypothesis. II. Mothers at Risk for Transitions and Unskilled Parenting *Developmental Psychology, Vol 27, N° 3,* 489-504.

Capaldi, D. and Patterson G. (1996). Can Violent Offenders Be Distinguished From Frequent Offenders: Prediction From Childhood to Adolescence *Journal of Research and Crime Delinquency,* Vol 33 N° 2 206-231.

Cario, R. e Favard, M. (1991). *La personalite Criminelle - Actes des Journées Pinatel* Editions Erés Toulouse.

Carnes, P. (1985). *Counseling sexual abusers.* Minneapolis, Minnesota: CompCare Publications.

Carrilho, L. (1995). *Meia Laranja - o que os jovens pensam da toxicodependência.* Porto, Ed. Afrontamento.

Carrilho, L.; Rebelo, M.; Fenha, M. (1998). ESCALA DE AGRESSIVIDADE do Child Behavior Checklist de Craig Edelbrock e Thomas M. Achenbach - Adaptação Portuguesa e Validação, *1° Congresso de Criminologia - Uma perspectiva bio-psico-social.*

Carrilho, L. (1998). A percepção dos adolescentes sobre as práticas parentais in *A PSICOLOGIA na viragem do século* Actas do IV Encontro Nacional dos Psicólogos, 1998 Sindicato Nacional dos Psicólogos Climepsi Editores, pp123-127.

Carrilho, L.; Rebelo, M.; Fenha, M. (1999). Escala de Agressividade do Child Behavior Checklist de Craig Edelbrock e Thomas M. Achenbach: Adaptação portuguesa e validação, in *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos (Volume VI)* APPORT Associação dos Psicólogos Portugueses Braga 404-412.

Catalano, R. & Hawkins, J. (in press). The social development model: A theory of antisocial behavior. In J. D. Hawkins (Ed), *Some current theories of delinquency and crime.* New York: Springer-Verlag.

Cernkovich, S. & Giordano, P. (1987). Family relationships and delinquency. *Criminology, 25,* 295-321.

Chambliss, W. (1969). *Crime and the Legal Process.* New York: McGraw-Hill.

Chaplin, J. (1981). *Dicionário de Psicologia.* Ed. D. Quixote.

Chartier, J. et L. (1986). *Délinquants et Psychanalystes Les Chevaliers de Thanatos.* Hommes & Groupes éditeurs Paris.

Christen, M. (1997). De la participation des victimes à leur victimisation. *Thérapie familiale, Genève, Vol. 18, No 2*, pp. 99-107.

Cirillo, S., Rangone, G., Selvini, M. (1998). L'Adolescent Antisocial: Le Sous-Group de Familles "Régulières" *Thérapie familiale, Genève Vol. 19, Nº 4*, pp 323-334.

Clarke, J. (1984). *The family types of schizophrenics, neurotics and "normals".* Unpublished doctoral dissertation. Family Social Science, University of Minnesota, St. Paul, Minnesota.

Cloward, R. and Ohlin; L. (1960). *Delinquency and Opportunity: A Theory of Delinquent Gangs.* Glencoe, III. : Free Press.

Cluff, R. & Hicks, M. (1994). Rejoinder Superstition Also Survives: Seeing Is Not Always Believing. *Family Process 33*: 479-482.

Cluff, R., Hicks, M. & Madsen, C. (1994). Beyond the circumplex model: I. A Moratorium on Curvilinearity. *Family Process 33*: 455-470.

Códigos para Classificação da Freguesia, Concelho e Distrito LNEC – Proc. 71/0/9141

Cohen, A. (1955). *Delinquent Boys: The Culture of the Gang.* Glencoe, III.: Free Press.

Coimbra de Matos, A. (1976). Psiquiatria Forense e Delinquência. Separata do *"Jornal do Médico" XCII (1723)*: 355, Porto.

Coimbra de Matos, A. (1978). Mudança de objecto e mudança de objectivos na adolescência. Separata do *"Jornal do Médico" XCVIII (1822):* 767-768, Dezembro, Porto.

Coimbra de Matos, A. (1978). Notas sobre a Delinquência Juvenil. Separata do *"Jornal do Médico" XCVII (1793):* 210-211, Abril, Porto.

Coimbra de Matos, A. (1980). Inibição da Líbido e Recrutamento da Agressividade. Separata de *"O Médico" Nº 1486 pp321, Ano 31, Vol. 94,* Porto.

Coimbra de Matos, A. (1982). A Propósito da Identificação ao Agressor. Separata de *"O Médico" Nº 1601 ANO 33 Vol. 104,* Porto.

Coimbra de Matos, A. (1982). A deflexão da agressividade. Separata do *"Jornal do Médico" CVIII (1875)*: 831-839, Porto.

Coimbra de Matos, A. (1986). A delinquência- perspectiva psicodinâmica. *Alter-Ego, 2,* 75-83.

Coimbra de Matos, A. (1986). Notas sobre a adolescência II. *Jornal do Médico, 2198* (121), 801-802. Porto.

Coimbra de Matos, A. (1994). Estados-Limite: Etiopatogenia, Patologia e Tratamento. *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria nº 6,* 7-24.

Coimbra de Matos, A. (1996). A Depressão na Infância e Adolescência. Conferância no *"VII Encontro Nacional de Pedopsiquiatria"*, Beja.

Coimbra de Matos, A. (1997). Narcisismo e Depressão. *Revista Portuguesa de Psicanálise, nº 16,* 19-25.

Colaço, N. (1995). A articulação entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação. *Infância e Jventude 95.4 Out/Dez.*

Collomp, A. (1990). Familias, Habitações e Coabitações in Ariés, P. *Histórias da Vida Privada (vol. 3)* Do Renascimento ao Século das Luzes. Edições Afrontamento, Porto.

Collomp, A. (1997). Les formes de famille. Approche historique In Singly, F. *La famille l'état des savoirs.* Editions la Découvert Paris pp 13-21.

Cook, W., Strachan, A., Goldstein, M. & Miklowitz, D. (1989). Expressed Emotion and Reciprocal Affective Relationships in Families of Disturbed Adolescents. *Family Process,* 28, 337 - 348.

Cordeiro, D. (1979). *O adolescente e a família.* Lisboa: Moraes Editores.

Correia, E., Pimentel, J., Ribeiro, M., Rocha, M., Alvim, F., Barreiros, J., Seabra, A., Negreiros, M., Beleza, T., Rodrigues, A. (1983). *Cidadão delinquente : reinserção social?* Instituto de Reinserção Social, Lisboa.

Cruz, M. e Reis, M. (1983). *Criminalidade e delinquência juvenil em Portugal.* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Curral, R.; Dourado, F.; Roma Torres, A.; Palha, A.; Barros, H. (1998). "Epilepsia e Disfunção Familiar - Contribuição para o seu estudo" *Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental Faculdade de Medicina do Porto e Hospital de S. João.*

Curral, R.; Dourado, F.; Roma Torres, A.; Barros, H., Palha, A. & Almeida, L. (1999). Coesão e adaptabilidade familiares numa amostra portuguesa: estudo com FACES III. *Psiquiatria Clínica nº 20, 3,* 213-217.

Cusson, M. (1974). *La resocialisation du jeune dèlinquant.* Presses de l' Université de Montréal.

Cusson, M. (1983). *Le contrôle social du crime.* Paris: P.U.F.

Cusson, M., (1985). *Delinquants porquoi?* Ville LaSalle: Hurtubise H M H Cahiers du Quebec n°64.

Cusson, M. (1990*). Croissance et dècroissance du crime.* Paris: P.U.F..

Dadds, M. (1987). Families and the Origins of Child Behavior Problems. *Family Process, 26,* 341 - 354.

Dalgard, O.and Kringlen, E. (1978). Criminal Behavior in Twins. in Leonard D. Savitz and Norman Johnston (eds.), pp. 292-307, *Crime in Society.* New York: Wiley.

Davies, D.; Fernades, J.; Soares, J.; Lourenço, L.; Costa, L.; Vilas-Boas, M.; Vilhena, M.; Oliveira, M.; Dias, M.; Silva, P.; Marques, R.; Lima R. (1989). *As Escolas e as Famílias em Portugal: realidade e perspectivas.* Livros Horizonte, Lisboa.

De Greef, E. (1932). L'Homme chez le criminel. *Revue de Driot Pénal et Criminologie,* 1-43.

De Greef, E. (1938). L'état de danger avant le crime. *Revue de Droit Pénal et de Criminologie.* Université de Louvain.

De Greef, E. (1946). *Introduction à la criminologie.* Bruxelles: Van den Plas.

De Greef, E. (1947). *Les instincts de défense et de sympathie.* Paris P.U.F.

De Greef, E. (1950). *Criminogénese.* Actes do IIéme Congrés International de Criminologie. Paris: P.U.F..

De Troy, C., Tulkens, F.; Kerchove, M. (1986). *Délinquance des jeunes. Politiques et interventions.* E. Story-Scientia editions juridiques et fiscales, Bruxelles.

Dias, J. & Andrade, M. (1997). *Criminologia - O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena.* Coimbra: Coimbra Editora.

Di Tullio, B. (1967). *Principes de Criminologie Clinique.* P.U.F. Paris.

Diatkine, R. (1984). Agression et Violence. *Revue Française de Psychanalise, 4* , 937.

Dickerson, V. & Zimmerman, J. (1992). Families with Adolescents: Escaping Problem Lifestyles. *Family Process, 31,* 341 - 353.

Dishion, T. and Andrews, D. (1995). Preventing Escalation in Problem Behaviors With High-Risk Young Adolescents: Immediate and 1-Year Outcomes. *Journal os Consulting and Clinical Psychology, Vol. 63, N° 4,* 538-548.

Dishion, T., Capaldi, D., Spracklen, K. and Li, F. (1995). Peer ecology of male adolescence drug use. *Development and Psychopathology, 7,* 803-824. Cambridge University Press.

Dishion, T., Patterson, G., Stoolmiller, M. and Skinner, M. (1991). Family, School, and Behavioral Antecedents to Early Adolescent Involvement With Antisocial Peers. *Developmental Psychology, Vol. 27, No. 1,* 172-180.

Doane, J. (1978). Family interaction and communication deviance in disturbed and normal families: A review of research. *Family Process, 17,* 357-376.

Dobkin, P., Tremblay, R., Mâsse, L. and Vitaro, F. (1995). Individual and Peer Characteristics in Predicting Boys'Early Onset of Substance Abuse: A Seven-Year Longitudinal Study. *Child Development, 66,* 1198-1214.

Dollard, J. , Miller, N., Doob, L., Mowrer, O. e Sears, R. (1939). *Frustration and Agression.* Yale University Press. New Haven.

Dornbusch, S., Carlsmith, J., Bushwall, S., Ritter, P., Leiderman, H., Hastorf, A., & Gross, R. (1985). Single parents, extended households, and control of adolescents. *Child Development, 56,* 326-341.

Douglas, J. (1970). *Deviance and Respectability.* New York: Basic Books.

Dryfoos, J. (1990). *Adolescents at Risk Prevalence and Prevention.* New York Oxford University Press.

Dundas, I. (1994). The Family Adaptability and Cohesion Scale III in a Norwegian Sample. *Family Process, 33*: 191-202.

Durkheim, E. (1933 publicado em 1893). *The Division of Labor in Society.* London: Free Press of Glencoe.

Durkheim, E. (1951 publicado em 1897). *Suicide.* New York: Free Press.

Edelbrock, C.; Achenbach, T. (1984). The Teacher Version of the Child Behavior. *Journal of Consulting and Clinical Psychology Vol.52, No. 2,* 207 –217.

Edman, S., Cole, D. & Howard, G. (1990). Convergent and Discriminant Validity of FACES-III: Family Adaptability and Cohesion. *Family Process 29:* 95-103.

Elliott, D., and Voss, H. (1974). *Delinquency and Dropout.* Lexington, Mass.:D. C. Heath

Emler, N. e Reicher, S. (1995). *Adolescence and Delinquency.* Blackwell Publishers Ltd Oxford.

Epstein, N., Bishop, D., & Levin, S. (1978). The McMaster Model of Family Functioning. *Journal of Marriage and Family Counseling 4:* 19-31.

Erikson, E. (1972). *Adolescence et crise.* Paris, Flammarion.

Eron, L. (1990). Understanding agression. *Bulletin of International Society for Research on Agression*, 12, 5-9.

Eysenck, H. J. (1947). *Dimensions of personality.* London: Routledge & Kegan Paul, London.

Eysenck, H. J. (1953). *The structure of human personality.* London: Methuen.

Eysenck, H. J. (1964). *Crime and Personality.* Routledge & Kegan Paul LTD, London.

Eysenck, H. J. & Eysenck, S. B. (1968). A factorial study of psychoticism as a dimension of personality. *Multivariate Behavior Research, all-clinical special issues*, 15-31.

Eysenck, H. J. & Eysenck, S. B. (1976). *Psychoticism as a dimension of personality.* London: Hodder & Ttoughton.

Fagot, B. e Leve, L. (1998). Teacher Ratings of Externalizing Behavior at School Entry for Boys and Girls: Similar Early Predictors and Different Correlates. *Journal Child Psychology and Psychiatry Vol. 39, No. 4*, pp. 555-566.

Farnworth, M. (1984). Family structure, family attributes, and delinquency in a sample of low-income, minority males and females. *Journal of Youth and Adolescence, 13*, 349-364.

Farnworth, M. (1984). Male – female differences in delinquency in a minority-group sample. *Journal of Research in crime and Delinquency*, 21, 191-212.

Farnworth, M. and Leiber, M. (1989). Strain Theory Revisited: Economic Goals, Educational Means, and Delinquency. *American Sociological Review* 54: 263-274.

Farrell, A., Danish, S. and Howard, C. (1992). Risk Factors for Drug Use in Urban Adolescents: Identification and Cross-Validation. *American Journal of Community Psychology, Vol. 20, No 3,* 263-286.

Farrington, D. (1978). *The family backgrounds of agressive youths.* In L.A. Hersov, M. Berger, & D. Shaffer (eds.), Agression and anti-social behavior in childood and adolescence. Oxford: Pergamon.

Farrington, D. (1979). Experiments on deviance with special reference to dishonesty *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol 12.

Farrington, D. and West, D. (1980). The Cambridge study in delinquent development. In S.A Mednick and A.E. Baert (eds) *Prospective Longitundinal Research: An Empirical Basis for the Primary Prevention of Psychosocial Disorder*. Oxford: Oxford University Press.

Farrington, D. P.; Biron, L. & LeBlanc, M. (1982). Personality and delinquency in London and Montréal. In J. Gunn & D. P. Farrington (Eds). *Abnormal offenders, delinquency and the criminal justice systems.* Chichester: Wiley & Sons.

Farrington, D.P.; Ohlin, L. E. & Wilson, J. Q. (1986*). Understanding and controlling crime, a new research strtegy*. New York: Spring-Verlag.

Farrington, D. P.; Loeber, R.; Elliott, D.; Hawkins, J.; Kandel, D.; Klein, M.; McCord, J.; Rowe, D. & Tremblay, R. (1990). Advancing knoweledge about the onset of delinquency and crime. In B.B. Lahey & A. E. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology* (Vol. 13, pp. 283-342). New York: Plenum Press.

Farrington, D. P. (1991). Childhood agression and adult violence: Early precursors and later life outcomes. In D. J. Pepler & K. H. Rubins (Eds.), *The development and treatment of chilhood agression* (pp 5-29). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Farrington, D. P. (1994). Childhood, adolescent, and adult features of violent males. In L. R. Huesman (Ed.), *Agressive behavior: Current perspectives* (pp.215-240). New York: Plenum.

Feldhusen, J., Thurston, J.,& Benning, J. (1973). A longitudinal study of delinquency and other aspects of children's behavior. *International Journal of Criminology and Penology, 1*, 341-315.

Félix, A., Nazareth, J., Ribeiro, M., Duarte, D. (1994). *Traços da Família Portuguesa* Ministério do Emprego e da Segurança Social Direcção-Geral da Família.

Fernandes, J. (1958). *Monografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira (1871-1958).*

Ferreira, P., Garcia, L., e Vala, J.. (1991). *Delinquência e Criminalidade Recenseadas dos Jovens em Portugal (1980-1989),* Lisboa, ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Ferreira, P. (1997). "Delinquência juvenil", família e escola *Análise Social, vol.XXXII* (143), (4°-5°), 913-924.

Fleming, M. (1983). A separação Adolescente-Progenitores. *Análise Psicológica, 4 (III),* 521-542.

Fleming, M. (1986). Imaginário Adolescente Sobre A Saída De Casa. *Revista Portuguesa de Psicanálise, 4 Dez.,* 133-142.

Fleming, M. (1988). A saída de casa e o processo de individuação na adolescência tardia. Comunicação apresentada no *Simpósio Internacional de Psiquiatria do Desenvolvimento,* Lisboa 18-20 Julho 1988.

Fleming, M. (1988). *Autonomia Comportamental na Adolescência e Percepções das Atitudes Parentais.* Dissertação de Candidatura ao Grau de Doutor em Ciências Médicas, especialidade de Psicologia Médica, apresentada ao instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto.

Fleming, M., Maia, A. e Sousa, A. (1992). Adolescência e Perturbações do Comportamento: a passagem ao acto sob a forma de "roubo" e "destruição". *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação, 3/4*: 67-82.

Fleming, M. (1992 a). Autonomia adolescente e atitudes dos pais. *Psicologia VIII, 3*: 301-315.

Fleming, M. (1992 b). A saída de casa e o processo de autonomia em jovens universitários e seus pais. *Psicologia VIII, 3*: 329-337.

Fleming, M. (1993). *Adolescência e Autonomia – O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais.* Porto: Edições Afrontamento.

Fleming, M. (1995). *Família e Toxicodependência.* Porto, Ed. Afrontamento.

Figueiredo, E. (1985). Mudança de valores e conflito de gerações em Portugal. *Análise Social,* vol.XXI (87-88-89) 1985 3º - 4º - 5 – 1005-1020.

Fontaine, P., Reynaert, C. et Janne, P., (1991). De La Circularité Dans Le Modèle Circomplexe D'Olson. *Thérapie familiale,* Genève, Vol.12, N0 3, pp. 211-223.

Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir - Histórias da Violência nas Prisões.* Editora Vozes, Petrópolis.

Frankel-Howard, D. (1989). *La violence familiale: Examen des écrits théoriques et clinique,* Ministre des Approvisionnements et Services Canada.

Fréchette, M. et LeBlanc M. (1987). *Delinquances et Délinquants*. Montreal, Gaetan Morin éditeur.

Freud, A. (1958). Adolescence in *Psychoanalitic Study of the Child, 13,* 255-278, New York: International Universities Press.

Freud, A. (1965). *Writings of Anna Freud Vol. VI Normality and Pathology in Childhood: Assessments of Development.* New York International Universities Press.

Freud, A. (1966). *The Ego and the Mechanisms of Defense*. New York: International Universities Press, 1936.

Freud, A. (1968). Certain Types and Stages of Social Maladjustment. in *Writings of Anna Freud Vol. IV: Indications for child analysis and other papers (1945-1956).* New York International Universities Press (75-94), (1949).

Freud, S. (1980). Personnages psychopathiques sur la scène. *Revue Française de Psychanalise vol. 44 n°1,* 177-194.

Friedlander, K. (1945). Formation of the antisocial character. *Psychoanal. Study Child, 1,* 189-203.

Friedlander, K. (1949). Latent delinquency and ego development. In Ed. K. R. Eissler (ed): *Searchlights on Delinquency. New Psychoanalytic Studies* New York: International Universities Press, Inc. 205-215.

Fuchs,V., e Reklis, D. (1992). America's children: Economic perspectives and policy options. *Science,* 255, 41-46.

Furstenberg, F., Brooks-Gunn, J., & Morgan, P. (1987). *Adolescent mothers in later life* New York: Cambridge University Press.

Gameiro, J. (1992). *Voando Sobre a Psiquiatria.* Porto ed. Afrontamento.

Gameiro, J. (1997). *Os Meus, os Teus, e os Nossos - novas formas de família.* Lisboa, Ed. Terramar.

Garmezy, N. (1991). Resiliency and vulnerability to adverse developmental outcomes associated with poverty. *American Behavioral Scientist.* 34, 416-430.

Garrett, D. (1995). Violent Behaviors Among African-American Adolescents. *Adolescence, Vol 30, No. 117* 209-216.

Geismar, L., & Wood, K. (1986). *Family and delinquency: Resocializing the young offender*. New York: Human Sciences Press.

Gelles, R. (1995). *Contemporary families: A sociological view*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Gersão, E. (1998). A violência nos comportamentos juvenis e a revisão da organização tutelar de menores. *Infância e Juventude* nº 4/98 Outubro-Dezembro.

Gersão, E. e Lisboa, M. (1994). The self-report delinquency study inPortugal, in Josine Juger-Tas, Ger-Jan Terlouw e Malcolm W. Klein, *Delinquent Behavior among Young People in the Western World,* Amsterdão, Holanda, Kugler Publications.

Gersão, E. (2000). As Novas Leis de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e de Tutela Educativa – Uma Reforma Adequada Aos Dias de Hoje. *Infância e Juventude* nº 2/00 Abril-Junho.

Ghiglione, R. e Matalon, B. (1997). *O Inquérito Teoria e Prática.* Celta Editora 3º edição.

Gillmore, M., Catalano, R., Morrison, D., Wells, E., Iritani, B., & Hawkins, J. (1990). Racial differences in acceptability and availability of drugs and early initiation of substance abuse. *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse, 16* (3/4), 185-206.

Glaser, D. (1956). Criminality Theories and Behavioral Images. *American Journal of Sociology* 61: 433-444.

Glover, E. (1949). Outline of the investigation and treatment of delinquency in Great Britain: 1912-1948, in *Searchlights on Delinquency New Psychoanalytic Studies* Ed. K. R. Eissler International Universities Press, Inc. 433-454.

Glueck, S., & Glueck, E. (1950). *Unraveling juvenile delinquency* Harvard: Harvard University Press.

Glueck, S., & Glueck, E. (1952). *Delinquents in the making.* New York: Harper & Row.

Glueck, S., & Glueck, E. (1962). *Family environment and delinquency.* Boston: Houghton Mifflin.

Glynn, T. (1981). From Family to Peer: A Review of Transitions of Influence Among Drug-Using Youth *Journal of Youth and Adolescence, Vol. 10, No. 5,* 363-383.

Gonçalves, M. Maia (1999). *Código Penal Português: Anotado e Comentado e Legislação complementar.* Almedina Coimbra.

Gottfredson, M. e Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime.* California: Stanford University Press.

Gove, W., e Crutchfield, R. (1982). The family and juvenile delinquency. *Sociological Quarterly, 23,* 301-319.

Green, R., Harris, R., Forte, J. & Robison, M. (1991). Evaluating FACES III and the Circumplex Model: 2, 440 Families *Family Process 30:* 55-73.

Green, R., Harris, R., Forte, J. & Robison, M. (1991). The Wives Data And FACES IV: Making Things Appear Simple *Family Process 30:* 79-83.

Grotevant, H. and Carlson, C. (1989). *Family Assessment.* The Guildford Press New York

Gullotta, T., Adams, G., Montemayor, R., editors (1998). *Delinquent Violent Youth Theory and Interventions.* Sage Publications, Inc..

Haapasalo, J., and Tremblay, R. (1994). Physically Agressive Boys From Ages 6 to 12: Family Background, Parenting Behavior, and Prediction of Delinquency. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, Vol. 62, N° 5,* 1044-1052.

Haley, J. (1976). *Problem-solving therapy.* San Francisco: Jossey-Bass.

Hamilton, E., Jones, M. & Hammen, C. (1993). Maternal Interaction Style in Affective Disordered, Physically III, and Normal Women. *Family Process, 32* 329 - 340.

Hanson, C., Henggeler, S., Haefele,W. & Rodick, J. (1984). Demographic, individual, and family relationship correlates of serious and repeated crime among adolescents and their siblings. *Journal of Consulting and Clinical Psychology,* 52, 528-538.

Harbin, H. & Madden, D. (1983). Assaultive Adolescents: Family Decision-Making Parameters. *Family Process 22* (109 - 118).

Harlow, H. (1958). A natureza do amor. In M. S: Ainsworth., J. Bowlby, H. Harlow, H. Hoffman, et al. (eds)., *As ligações infantis* Amadora: Livraria Bertrand, Colecção Teorema, 1976.

Hawkins, J., Lishner, D. (1987). Schooling and delinquency, in Elmer H. Johnson (ed.), *Handbook on Crime and Delinquency Prevention*, New York, Greenwood Press, pp. 179-222.

Hawkins, J., Catalano, R. & Associates. (1992). *Communities that care: Action for drug abuse prevention.* San Francisco: Jossey-Bass.

Hawkins, J., Catalano, R., Morrison, M., O'Donnell, J., Abbott, R.; & Day, L. (1992). The Seattle Social Development Project: Effects on the first years on protective factors and problem behaviors. In J. McCord & R. Tremblayy (Eds.), *The prevention of antisocial behavior in children* (pp.139-161). New york: Guildford Press.

Henggeler, S., Hanson, C. Borduin, C., Watson, S., & Brunk, M. (1985). *Dimensions of parent-adolescent interaction in healthy and delinquent families.* Unpublished manuscript.

Henggeler, S. (1989). *Delinquency in Adolescence.* Newbury Park, CA: Sage Publications

Hernandez, D. (1988). Demographic trends and the living arrangements of children. In E.M. Hetherington & J. D. Arasteh (Eds), *Impact of divorce, single-parenting and step-parenting on children* (pp 3-22). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Herpin, N. (1982). *A Sociologia Americana – Escolas, Problemáticas e Práticas.* Porto Edições Afrontamento.

Hersov, L., Berger, M. & Shaffer, D. (1978). *"Aggression & Anti-Social Behaviour in Childhood & Adolescence"* Pergamon Press, Oxford.

Hetherington, E., Stouwie, R. & Ridberg, E. (1971). Patterns of family interaction and childrearing attitudes related to three dimensions of juvenile delinquency. *Journal of Abnormal Psychology* 78: 160-176.

Hetherington, E., & Martin, B. (1979). Family interaction. In H. C. Quay & J.S. Werry (eds), *Psychopathological disorders of childhood* (2nd ed.) New York: McGraw-Hill.

Hetherington, E., & Martin, B. (1986). Family factors and psychopatology in children. In H.C. Quay & J. S. Werry (Eds), *Psychopathological disorders of childhood.* New York: John Wiley.

Hindelang, M. (1973). Causes of delinquency: A partial replication. *Social Problems*, 20 471-487.

Hindelang, M. J.; Hirschi, T.; & Weis, J. G. (1981). *Measuring delinquency.* Beverly Hills, CA: Sage.

Hirschi, T. (1969). *Causes of Delinquency.* Berkeley, CA: University of California Press.

Hirschi, T. & Selvin, H., (1975). *Recherches en Délinquance principes de l'analyse quantitative* Mouton & Co., Paris.

Hirschi, T., & Hindelang, M. (1977). Intelligence and delinquency: A revisionist review. *American Sociological Review, 42*, 571-587.

Hood, R. et Sparks, R. (1970). *La Délinquance.* Hachette Paris.

Hower, J., Edwards, K. (1979). The relationship between moral character and adolescent' perception of parental behavior. *The Journal of Genetic Psychology, 135 (1)*, 23-32.

Hoyt S. and Scherer, D. (1998). Female Juvenile Delinquency: Misunderstood by the Juvenile Justice System, Neglected by Social Science. *Law and Human Behavior*, Vol. 22, No. 1 (81-107).

Huesmann, L.; Eron, L.; & Yarmel, P. (1987). Intellectual functioning and agression. *Journal of Personality and Social Psychology*, 20, 232-240.

Jackson, D. (1965). Family rules: Marital grip pro quo. *Archives of General Psychiatry,* 12, 589-594.

Jacob, T. (1975). Family interaction in disturbed and normal families: A metodological and substantive review. *Psychological Bulletin, 82*, 33-65.

Jaworowska, A.(1981). Parental behavior as perceeived by parents and their children. *Polish Psychological Bulletin, 12, (3),* 177-186.

Jennings, W.; Kilkenny, R. & Kohlberg, L. (1983). Moral-development theory and practice for youthful and adult offenders. In W.S. Laufer & J. M. Day (Eds.), *Personality Theory, Moral Development, and Criminal Behavior.* Lexington: Lexington Books.

Jenkins, R., NurEddin, E., & Shapiro, I. (1969). Children's behavior syndromes and parental responses. *Genetic Psychology Monographs* 74: 261-329.

Johnson, A., & Szurek, S. (1952). The genesis of antisocial acting out in children and adults. *Psychoanalytic Quarterly* 21: 232-343.

Johnson, T. (1973). Treating the juvenile offender in his family. *Juvenile Justice* 24: 34-41.

Johnson, R. (1979). *Juvenile delinquency and its origins.* New York: Cambridge University Press.

Johnson, R. (1987). Mother's versus Father's role in causing delinquency. *Adolescence*, Vol XXII No. 86, Summer 1987 Libra Publishers, Inc, San Diego.

Johnstone, J., & Jonhstone, N. (1980). Families, communities and rebellious adolescents. In M. Sugar (ed.), *Responding to adolescent needs*. New York: Medical and Scientific Books.

Kakar, S. (1998). Delinquency Prevention Through Family and Neighborhood Empowerment *Studies on Crime and Crime Prevention,* Vol. 7 no. 1 1998 National Council for Crime Prevention.

Kantor, D., & Lehr, W. (1975). *Inside the family.* San Francisco: Jossey-Bass.

Kaplan, H. (1975). Increase in self-rejection as na antecedent of deviant responses. *Journal of Youth and Adolescence, 4,* 281-292.

Kaplan, H. et al. (1977). *Compêndio de Psiquiatria, Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clinica,* 7ª ed.. Artes Médicas. Porto Alegre.

Kazdin, A. (1987). *Conduct Disorders in Childhood and Adolescence,* Thousand Oaks: Sage Publications.

Kennedy, G. (1990). College students' expectations of grandparents and grandchild role behaviors. *The Gerontologist, 30 (1),* 43-48.

Kennedy, B., Konstantareas, M., and Homatidis, S. (1987). A Behavior Profile of Polydrug Abusers *Journal of Youth and Adolescence, Vol 16, No 2,* 115-127.

Kerr, M., Tremblay, R., Pagani-Kurtz, L. & Vitaro, F. (in press). Boys' behavioral inhibition and the risk of later delinquency *Archives of General Psychiatry.*

Killorin, E., & Olson, D. (1984). The chaotic flippers in treatment. In Kaufman (Eds.), *Power to change: Alcoholism.* Gardner Press, Inc..

Klein, M. (1946). Notes on some Schizoid mechanisms. *Int. J. Psycho-Anal., 27,* 34-46.

Klein, M. (1948). *Contributions to Psychoanalysis, 1921-1945.* London, Hogart Press.

Klein, M. (1975). Amor, Culpa e Reparação e Outros Trabalhos. Volume I in *Obras Completas de Melanie Klein* Ed. Roger Money-Kyrle. Imago Editora Ltda, 1996, Brasil.

Kohlberg, L. (1963). The development of children's orientations toward a moral order. I: Sequence in the development of human thought. *Vita Humana, 6,* 11-33.

Kohlberg, L. (1969). Stage and sequence: The cognitive developmental approach to socialisation. In D. A., Goslin (ed.) *Handbook of Socialisation Theory and Research.* Chicago: Rand McNally.

Kohlberg, L. (1979). *Measuring Moral Judgement.* Worrcester, Mass: Clarck University Press.

Kohlberg, L. (1981). *Essays on Moral Development Vol. 1: The Philosophy of Moral Development.* New York: Harper & Row.

Kohlberg, L. (1984). *Essays on Moral Development. Vol. 2: The Psychology of Moral Development* New York: Harper & Row.

Koudou, O. (1996). Les evénements de vie familiale: leurs caractéristiques et effets sur le développement des comportements inadaptés sociaux chez lénfant de 8 à 14 ans en Côte d'Ivoire *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique, 1,* 94-104.

Kovach, J., and Glickman, N. (1986). Levels and Psychosocial Correlates of Adolescent Drug Use, *Journal of Youth and Adolescence, Vol.15, No 1,* 61-77.

Kretschmer, E. (1921). *Physique and Character* New York: Cooper Square Publishers.

Krippendorf, K. (1980). *Content Analysis, na Introduction to its Methodology*, Londres, Sage.

Lahey, B. e Kazdin, A. (1989). *Advances in clinical child psychology.* Plenum Press, New York.

Laplanche, J. e Pontalis, J. (1967). *Vocabulário de Psicanálise.* 3ª ed., 1976, Lisboa: Moraes editores.

Lapsley, D., Milstead, M., Quintanaq, S., Flannery, D. and Buss, R. (1986). Adolescent Egocentrism and Formal Operations: Tests of a Theretical Assumption. *Developmental Psychology, Vol. 22, No. 6,* 800-807.

LaRossa, R. (1986). *Becoming a parent*, Beverly Hills, CA: Sage.

Lattimore, P., Visher, C. & Linster, R. (1995). Predicting rearrest for violence among serious youthful offenders. *Journal of Research in Crime and Delinquency, Vol. 32, N° 1,* 54-83.

Lavigueur, S., Tremblay, R., Saucier, J. (1995). Interactional Processes in Families with Disruptive Boys: Patterns of Direct and Indirect Influence. *Journal of Abnormal Child Psychology, Vol. 23,* N° 3 359-378.

Leahy, R. (1981). Parental Practices and the Development of Moral Judgment and Self-Image Disparity During Adolescence. *Developmental Psychology, Vol. 17, N° 5,* 580-594.

LeBlanc, M. (1986). Pour une approche intégrative de la condute déliquante des adolescents. *Criminologie*, XIX, 1, 73-96.

LeBlanc, M. & Fréchette, M. (1987). Le syndrome de personalité délinquente. *Revue International de Criminologie e de Police Technique*, 2, 133-146.

LeBlanc, M. & Fréchette, M (1988). Les mécanismes du développement de láctivité delictueuse. *Revue Internationale de Criminologie et e de Police Technique,* 2, 143-164.

LeBlanc, M. & Fréchette, M (1989). *Male Criminal activity from childhood to adulthood: multilevel and developmental perspectives.* New York: Springer – Verlag.

LeBlanc, M. (1991). La personalité délinquante: la contribution de Jean Pinatel et une perspective développemental In R. Cario & ª M. Favard (Eds). *La personalité criminelle,* Toulouse: Éres.

LeBlanc, M. (1994). La conduite délinquante des adolescents et ses facteurs explicatifs. In D. Szabo & M. Le Blanc (Eds). *Traité de Criminologie Empirique.* Montréal: Les Presses de Lúniversité de Montréal.

Lebovici, S., Diatkine, R., Soulé, M. (1985). *Traité de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent (Tome I).* Presses Universitaires de France.

Lebovici, S., Diatkine, R., Soulé, M. (1985). *Traité de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent (Tome II).* Presses Universitaires de France.

Lebovici, S., Diatkine, R., Soulé, M. (1985). *Traité de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent (Tome III).* Presses Universitaires de France.

Lebovici, S. (1991). Agressivité et violence chez lénfant et adolescent *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*, no 2 69-78.

Lemert, E. (1972). *Human Deviance, Social Problems, and Social Control.* 2ª ed. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.

Lemert, E. (1981). Issues in the Study of Deviance. *The Sociological Quarterly* 22: 285-305.

Le Play, F. in Andrée, M. (1983). *Sociologia da familia e do casamento* Paris: Presses Universitaires de France.

Levy, A. (1965). *Psychologie Sociale* Dunod, Paris.

Lewis, D., Shanok, S., Pincus, J., & Glaser, G. (1979). Violent juvenile delinquents: Psychiatric, neurological, psychological, and abuse factors. *Journal of the American Academy of Child Psychiatry, 18*, 307-319.

Lidz, T. (1974). The Family: The Developmental Setting in S. Arieti (Ed) *American Handbook of Psychiatry Vol. 1.* The foundations of Psychiatry. New York Basic Books, 252-263.

Loeber, R. (1982). The stability of antisocial and delinquent child behavior: A review. *Child Development,53,* 1431-1446.

Loeber, R. & Dishion, T. (1983). Early Predictors of Male Delinquency: A Review. *Psychological Bulletin, 94, Nº 1,* 68-99.

Loeber, R., e Dishion, T. (1984). Boys who fight at home and school: Family conditions influencing cross-setting consistency. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52, 759-768.

Loeber, R. (1988). Natural histories of conduct problems, delinquency, and associated substance use: Evidence for developmental progressions. In B.B. Lahey & A.E. Kazdin (Eds), *Advances in clinical child psychology* (Vol 2, pp. 73-124). New York: Plenum Press.

Loeber, R. (1990). Development and risk factors of juvenil antisocial behavior and delinquency. *Clinical Psychology Review*, 10, 1-41.

Loeber, R.; Wung, P.; Keenan, K.; Giroux, B.; Stouthamer-Loeber, M.; Kammen, W. B. e Maughan, B. (1993). Developmental pathways in disruptive child behavior. *Development and Psychopathology*, 5, 103-133.

Loeber, R., e Stouthamer-Loeber, M. (1998). Development of Juvenile Aggression and Violence - Some Common Misconceptions and Controversies. *American Psychologist Vol.53, No 2,* 242-259.

Lombroso, C. (1876). *L'Uomo Delinquente*. Milan: Hoepli.

Lourenço, O. (1992). *Psicologia do Desenvolvimento Moral – Teoria, dados e implicações.* Livraria Almedina, Coimbra.

Macquet, C. (1991). Typologies de Familles ou Structurations des Formes de Sociation? *Thérapie familiale,* Genève, Vol 12, no 3, pp 205-210.

Maccoby, E., e Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In E. M. Hetherington (Ed.), *Handbook of Child Psychology: Socialization, personality, and social development*. New York: John Wiley.

McCord, J. (1992). The Cambridge-Sommerville Study: A pioneering longitudinal-experimental study of delinquency prevention. In J. McCord & R. Tremblay (eds.) *Preventing antisocial behavior: Interventions from birth to adolescence.* New York: Guilford Press 196-209.

Malpique, C. (1990). *Ausência do Pai.* Celeste Malpique e Edições Afrontamento.

Marreiros, G. (1999). O Regime Jurídico da tutela dos direitos dos menores em Portugal. *Infância e Juventude* nº 2/99 Abril-Junho.

Martens, P. (1997). Parental Monitoring and Deviant Behaviour Among Juveniles Studies on *Crime and Crime Prevention, Vol. 6 No. 2* 224-244.

Martins, E. (1998). Menores Delinquente e Marginalizados (evolução da Política Jurídico-penal e Sociopedagógica até à 1ª República*) Infância e Juventude 98.4* I.R.S. Outubro – Dezembro.

Martin, M. A. (1982). *Sistema de valores, personalidade y delincuencia juvenil.* Universidad de Santiago de Compostela, tese de doutoramento.

Mason, C., Cauce, A., Gonzales, N. & Hiraga, Y. (1994). Adolescent Problem Behavior: The Effect of Peers and the Moderating Role of Father Absence and the Mother-Child Relationship. *American Journal of Community Psychology, 22* (723 - 743).

Mâsse, L., Tremblay, R. (1997). Behavior of Boys in Kindergarten and the Onset of Substance Use During Adolescence. *Archives of General Psychiatry, 54*: 62-68.

Masten, A., Morison, P.,Pellegrini, D., & Tellegen, A. (1990). Competence under stress: Risk and protective factors. In J. Rolf (Ed.), *Risk and protective factors in the development of psychopathology.* (pp. 236-256). New York: Cambridge University Press.

Matos, M. (1996). Adolescer e delinquir. *Análise Psicológica, 1 (XIV):* 23-29.

Matos, M. (1998), Acidentes de moto nos adolescentes e algumas configurações psíquicas. *Análise Psicológica, 4 (XVI):* 647-653.

Matza, D. (1969). *Becoming Deviant.* Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

Matza, D. (1964). *Delinquency and Drift.* New York: Wiley.

Maykut, P. & Morehouse, R. (1994). Beginning qualitative research: A philosophic and pratical guide. London: The Falmer Press.

Mazerolle, P. (1997). Delinquent Definitions and Participation Age: Assessing the Invariance Hypothesis. *Studies on Crime and Crime Prevention* Vol. 6 No 2 1997 National Council for Crime Prevention.

McCord, J. (1993). Conduct disorder and antisocial behavior: Some thoughts about processes. *Development and Psychopathology, 5*, 321-329.

McKeganey, N. (1995). Quantitative and qualitative research in the addictions: na unhelpful divide in *Addiction Volume 90, Number 6,* 749-752.

McKeganey, N. (1995). The added value of combining methods: McKeganey's reply. in *Addiction Volume 90, Number 6,* 759-760.

Mckenry, P., Price-Bonham, S., O'Bryant, S. (1981). Adolescent discipline: Different family members' perception. *Journal of Youth and Adolescence, 10, 9,* 327-337.

Mednick, S.; Moffit, T. & Stack, S. (1987). *The causes of crime. New biological approaches.* Cambridge: Cambridge University Press.

Mendes, J. & Sousa, M. (1990/1991). *Direito da Família* Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

Merton, R. (1938). Social Structure and "Anomie" *American Sociological Review*, 3: 672-682.

Merton, R. (1957). *Social Theory and Social Structure* Rev. And enl.ed New York: Free Press.

Miles, M. e Huberman, A. (1984). *Qualitative Data Analysis*. Sage Publications London.

Minuchin, S., Montalvo, B., Guerney, B., Rosman, B., & Schumer (1967). *Families of the slums: Na exploration of their structure and treatment*. New Yor: Basic Books.

Minuchin, S. (1974). *Families and Family Therapy.* Londres, Tavistock.

Minuchin, S.; Fishman, H. (1981). *Family Therapy Techniques*. London, Harvard Press.

Minuchin, S. (1982). *Familias Funcionamento & Tratamento.* Editora Artes Médicas, Porto Alegre,

Moffitt, T. (1990). Juvenile Delinquency and Attention Deficit Disorder: Boys' Developmental Trajectories from Age 3 to Age 15. *Child Development, 61*, 893-910.

Moffitt, T. (1993). Adolescence-limited and life-course persistent antisocial behavior: A development taxonomy. *Psychological Review, 100*, 674-701.

Moita, V. (1985). Identidade, identificação e delinquência: contributos para uma compreensão psicológica e clínica da agressão e do comportamento delinquente. *Infância e Juventude,* 25-52.

Monteiro, M.B. (1981). A personalidade agressiva nos pré-adolescentes: um estudo empírico. *Psicologia* (1981) II, 4:319-328.

Monteiro, M.B. (1985). Os heróis mágicos do ecran violento. *Infância e Juventude nº2,* 81-85.

Morin, E. (1968). Nouveaux courants dans l'étude des communications de masse, in F. Balle e G. Padioleau, *Sociologie de l'Information – Textes Fondamentaux.* Paris , Larrousse

Morse, J. (Ed.) (1992). *Qualitative Health Research.* Newbury Park, CA, Sage Publications.

Mucchielli, R. (1965). *Personalidade da criança sua formação do nascimento até ao fim da adolescência.* Clássica Editores.

Mucchielli, R. (1975). *L'Entretien de Face a Face dans la relation d'aide.* Les Editions ESF Paris.

Mulhern, R., e Passman, R. (1981). Parental Discipline as Affected by the sex of the parent, the Sex of the Child, and the Child's Apparent Responsiveness to Discipline. *Development Psychology, Vol. 17, No 5,* 604-613.

Nahoum, C. (1971). *L'Entretien Psychologique.* P.U.F. Paris.

Needle, R., Susan, S., Doherty, W., Lavee, Y. and Brown, P., (1988). Familial, Interpersonal, and Intrapersonal Correlates of Drug Use: A Longitudinal Comparison of Adolescents in Treatment, Drug-Using Adolescents Not in Treatment, and Non-Drug-Using Adolescents *The International Journal of the Addictions, 23 (12),* 1211-1240.

Negreiros, J. (1990). Comportamentos desviantes, in Universidade Aberta (Ed.), *Psicologia do Desenvolvimento e Eduacação De Jovens.* Lisboa.

Negreiros, J. (1997). Menores e delinquência: Que intervenção? *Colóquio Jurisdição de Menores: Reforma-Revolução-Reacção.* Lisboa 1997.

Negreiros, J. (1998). Continuidade e Mudança na Delinquência. *Psiquiatria na Prática Médica,* Vol. 11, N°4, 5-15.

Negreiros, J. (1998). *A prevenção do abuso de alcoól e drogas nos jovens toxicodependentes.* Ed. Radicário, Braga.

Newcomer, S., & Udry, J. (1987). Parental marital status effects on adolescent sexual behavior. *Journal of Marrige and the Family, 49,* 235-240.

Nichols, M. (1984). *Family therapy: Concepts and methods.* New York: Gardner Press.

Norris, J. & Trindale, J. (1994). *Among generations: The cycle of adult relationships.* New York: W. H. Freeman and Company.

Nye, F. (1976). *Role structure and analysis of the family.* Beverly Hills: Sage Publications.

Nye, F. (1958). *Family Relationships and Delinquent Behavior.* New York: Jonh Wiley & Sons.

O'Donnell, J.; Hawkins, J.D.; Abbott, R.D. (1995). Predicting Serious Delinquency and Substance Use Among Aggressive Boys. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, Vol. 63, No 4,* 529-537.

Ogborn, A. (1995). Unhelpful divide but important distinction in *Addiction Volume 90, Number 6,* 755-756.

Olson, D., Sprenkle, D. & Russell, C. (1979). Circumplex Model of marital and family systems: Cohesion and adaptability dimensions, family types, and clinical applications. *Family Process 18*: 3-28.

Olson, D., Portner, T. & Bell, R. (1982). FACES II: Family adaptability and cohession evaluation scales. In D.H. Olson et al. (Eds), *Family inventories used in a national survey of families across the family life cycle.* St. Paul: University of Minnesota, Family Social Science.

Olson, D., & Killorin, E. (1985). Chemically dependent families and the Circumplex Model. Unpuplished manuscript. University of Minnesota.

Olson, D.; Portner, J.; Lavee, Y (1985). FACES III, *Family Social Sciences.* University of Minnesota.

Olson, D. (1986). Circumplex Model VII: Validation Studies and FACES III. *Family Process, 25,* 337-351.

Olson, D. (1991). Commentary: Three-Dimensional (3-D) Circumplex Model and Revised Scoring od FACES III. *Family Process 30*: 74-79.

Olson, D. (1994). Commentary Curvilinearity Survives: The World Is Not Flat. *Family Process 33*: 471-478.

Olweus, D. (1979). Stability of agressive reaction patterns in males; a review. *Psychological Bulletin, 86,4* 852-875.

Olweus, D., Matttsson, A., Schalling, D. & Low, H. (1980). Testosterone, agression, physical, and personality dimensions in normal adolescent males. *Psychosomatic Medecine, 42,* 253-269.

Olweus, D. (1984). Stability in agressive and withdrawn, inhibited behavior patterns. In R. M. Kaplan, V. J. Knoecni, & R. W. Novaco (Eds.), *Agression in children and youth* (pp.104-137). The Hague, The Netherlands: Nijhoff.

Olweus, D. (1991). Bully/victim problems among school children: Basic facts and effects of a school based intervention program. In D. J. Pepler & K. H. Rubin (eds.), *The development and treatment of chilhood agression* 411-448. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum.

Organização Mundial de Saúde (1993). *Classificação Internacional de Doenças e de Problemas relacionados com a Saúde CID-10. Descrição Clinica e Directrizes Diagnósticas.* Artes Médicas, Porto Alegre.

Osgood, C. (1959). The representational model and relevant research methods, in I. de S. Poll (eds.), *Trends in Content Analysis*, Urbana, University of Illinois Press.

Pagani, L., Tremblay, R. Vitaro, F. Kerr, M., McDuff, P. (1998). The Impact of Family Transition on the Development of Delinquency in Adolescent Boys: A 9-year Longitudinal Study. *Journal Child Psychology Psychiatry, Vol. 39, No 4*, 489-499.

Parish, T., Wigle, S. (1985). Longitudinal study of the impact of parental divorce on adolescent's evaluations of self and parents. *Adolescence, 20,* 239-244.

Parker, G. (1983). *Parental Overprotection - A Risk Factor in Psychosocial Development* Grune & Stratton Inc., New York.

Patterson, G., McNeal, S., Hawkins, N., & Phelps, G. (1967). Reprogramming the social environment. *Journal of Child Psychology and Psychiatry.* 8: 181-195.

Patterson, G., & Brodsky, G. (1976). A behavior modification programme for a child with multiple problem behaviors. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 7: 277-295.

Patterson, G. (1982). *A Social Learning Approach: Vol. 3. Coercive Family Process.* Eugene, OR: Catilia.

Patterson, G., e Stouthamer-Loeber, M. (1984). The correlation of family management practices and delinquency. *Child Development, 55*, 1299-1307.

Patterson, G. (1986). Performance Models for Antisocial Boys. *American Psychologist, Vol. 41, No. 4,* 432-444.

Patterson, G. & Dishion, T. (1988). Multilevel family process models: Traits, interactions, and relationships. In R. Hinde & J. Stevenson-Hinde (Eds), *Relationships within families*: Mutual influences (pp.283-310). Oxford, England: Oxford University Press.

Patterson, G., Debaryshe, B. & Ramsey, E. (1989). A Developmental Perspective on Antisocial Behavior. *American Psychologist 44* (329 - 335).

Patterson , G., Bank, L. and Stoolmiller, M. (1990). The Preadolescent's Contributions to Disrupted Family Process in *From Childhood to Adolescence: a transitional period*? Ed. Raymond Montemayor, Gerald R. Adams, Thomas P. Gullotta Sage Publications, Inc.

Pearson, G. (1995). The quantitative-qualitative dispute: na unhelpful divide, but one to be lived with in *Addiction Volume 90, Number 6,* 759-760.

Penaud, J. (1996). Interaction du Champ Social et du Champ Judiciaire. *Thérapie familiale,* Genéve, Vol. 17, No.1, 19-29.

Perez, J. (1978). *The family roots of adolescent delinquency.* New York: Van Nostrand-Reinhold Co..

Perosa, L. & Perosa, S. (1990). The Use of a Bipolar Item Format for FACES III: A Reconsideration. *Journal of Marital and Family Therapy Vol. 16, Nº 2,* 187-199.

Pestana, R. (1961). Corrupção de Menores. *Separata da Revista de Direito e de Estudos Sociais Anos X e XI.* Coimbra.

Peters, R. e McMahon, R. (Eds) (1996). *Preventing Childhood Disorders, Substance Abuse, and Delinquency.* California: Sage Publications.

Piaget, J. (1932). *Le jugement moral chez l'enfant.* Paris: Presses Universitaires de France.

Piaget, J. (1950). *The Psychoology of Intelligence.* London: Routledge and Kegan Paul.

Pinatel, J. (1962). Le concept de personnalité criminelle. *Revue de science criminelle,* 129-138.

Pinatel, J. (1975). Criminologie . In P. Bouzat & J. Pinatel (Coord.), *Traité de Droit Pénal et de Criminologie – Tome III.* Paris: Dalloz (3ª ed.).

Pinel in Esquirol, J. (1839*). Des maladies mentales.* Paris, Frénésie Éditions, 1989.

Poirier, J. Clapier-Valladon, S. Raybaut, P. (1995). *Histórias de vida Teoria e Prática.* Celta Editora.

Pratt, D. & Hansen, J. (1987). A Test of the Curvilinear Hypothesis With FACES II AND III. *Journal of Marital and Family Therapy, Vol. 13, Nº 4,* 387-392.

Pulkkinen, L. & Tremblay, R.E. (1992). Patterns of boys'social adjustment in two cultures and at different ages: A logitudinal perspective. *International Journal of Behavioural Development*, 15, 527-553.

Quay, H. (1993). The psychobiology of undersocialized agressive conduct disorder: A theoretical perspective. *Development and Psychopathology, 5,* 165-180.

Quinney, R. (1970). *The Social Reality of Crime* Boston: Little, Brown.

Quinton, D., Rutter, M., & Gulliver, L. (1990). Continuities in psychiatric disorders from childhood to adulthood in the children of psychiatric patients. In L. N. Robins e Rutter (eds), *Straight and devious pathways from childood to adulthood* (pp.259-278). Cambridge University Press.

Raffin, C. (1996). Famille Reconstituée Relations et promesses difficiles à gérer analyséees dans une optique systémique. *Thérapie familiale*, Genève, Vol. 17, No 1, pp 85-105.

Ramalho, G. e Monteiro, V. (1996/97). *Seminário Psicologia Educacional.* I.S.P.A.

Raymond, C., Benbow, C. (1986). Gender Differences in Mathematics: A Function of Parental Support and Student Sex Typing? *Developmental Psychology, Vol. 22, No.6,* 808-819.

Rebelo, M., Machado, P. e Alves (1983). *Adolescência e Relações Interpessoais em Meio Urbano.* Câmara Municipal de Lisboa e Laboratório Nacional de Engenharia Civil – Grupo de Ecologia Social.

Reckless, W. (1973). *The Crime Problem.* 5ªed. New York: Appleton-Century-Crofts.

Redl, F. (1945). The Psychology of Gang Formation and the Treatment of Juvenile Delinquents. *Psychoanal. Study Child,1*, 367-377.

Reiss, A. J. & Roth, J. A. (Eds) (1993). *Understanding and preventing violence.* Washington, DC: National Academy Press.

Reiss, D. (1971). Varieties of consensual experience: II. Dimensions of a family's experience of its environment. *Family Process 10*: 28-35.

Reiss, D. (1981). *The family's construction of reality.* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Relvas, A. (1996). *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistémica.* Porto, Afrontamento.

Roberts, T. (1994). *A Systems perspective of Parentig - The Individual, the Family, and the Social Network.* California: Brooks/Cole Publishing Company.

Robins, L. (1966). *Deviant Children Grown Up.* Baltimore, Md: The Williams & Wilkins Company.

Robins, L., West, P., & Herjanic, B. (1975). Arrests and delinquency in two gwenerations: A study of Black urban families and their children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry,* 14, 77-87.

Robins, L., & Rutter, M. (Eds.). (1990). *Straight and devious pathways from childhood to adulthood.* Cambridge: Cambridge University Press.

Rodick, J., Henggeler, S., & Hanson, C. (1986). An evaluation of the Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales and the circumplex model. *Journal of Abnormal Child Psychology,* 14, 77-87.

Roditi-Buhler, D. (1987). Na Analytic Experience with a delinquent Teenager, *Bull. Anna Freud Centre 10,* 267-287.

Roff, M., Robins, L. & Pollack, M. (1972). *Life History Research in Psychopathology* volume 2. The University of Minnesota Press, Minneapolis.

Rogers, C. (1970). *La relation d'aide et la psychothérapie*, trad. Francesa Paris, ESF.

Rosenbaum, J. (1989). Family Dysfunction and Female Delinquency. *Crime & Delinquency,* 35:31-44.

Rosenthal, P., Mosteller, S., Wells, J. & Rolland, R. (1974). Family therapy with multiproblem multichildren families in a court clinic setting. *Journal of the American Academy of Child Psychiatry 13*: 126-142.

Rosenthal, R. e Lani, F. (1981). Selective attention and self control in delinquent adolescents. *Journal of Youth and Adolescence, 10,* 21.

Ruben, M. (1957). Delinquency, a defense against loss of objects and reality in *Psychoanalitic Study of Child Vol. 12* Int. University Press New York, 335-355.

Rutter, M., & Giller, H (1983). *Juvenile delinquency: Trends and perspectives.* New York: Penguin.

Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry, 147,* 598-611.

Sampaio, D. (1985). Algumas reflexões sobre as famílias de jovens delinquentes. *Infância e Juventude, nº 2,* 65-68.

Sampaio, D. e Gameiro, J. (1985). *Terapia Familiar.* Ed. Afrontamento, Porto.

Sampaio, D. e Dantas, A. (1990). Alguns instrumentos para avaliação da família - sua aplicação em clínica geral e medicina familiar. *Revista Portuguesa de Clínica Geral,* Julho 1990 Vol. 7 nº 7.

Sampaio, D., Dantas, A., Abreu, M., Alves-Sá, J., Gonçalves, G., Lalanda, O., Legrant, M., Manso, M., Ferreira, A., Neto, L., Silva, M. (1993). A Percepção da Família pelo Adolescente em Clínica Geral Aplicação de uma Escala de Avaliação da Família. *Revista Portuguesa de Clínica Geral,* Novembro/Dezembro 1993 (Vol. 10, nos 11-12).

Santos, C. (1998). *Auto-Organização Psicológica e Transgressão: análise empirico-critica de duas figuras do comportamento desviante: criminosos e consumidores de drogas.* Dissertação de candidatura ao grau de Doutor Universidade do Porto Faculdade de Psicolgia e de Ciências da Educação Centro de Ciências do Comportamento Desviante.

Santrock, J., Warshak, R., e Elliott, G. (1982). Social development and parentchild interaction in father custody and stepmother families. In M. E. Lamb (Ed.) *Nontraditional families: Parenting and child development* (pp. 289-315). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Sarmento, M. (1999). Percursos de exclusão e de inclusão social das gerações jovens. *Infância e Juventude* nº 2/99 Abril-Junho.

Schaal, B., Tremblay, R., Soussignan, R., and Susman, E. (1996). Male Testosterone Linked to High Social Dominance but Low Physical Agression in Early Adolescence *J.American Academy of Child and Adolescent Psychiatry.*

Schaefer, E. (1965). Children's reports of parental behavior: an inventory. *Child Development, 36,* 413-424.

Schoenberg, R. (1975). *A structural model of delinquency.* Doctoral dissertation, University of Washington, Seattle.

Schweinhart, L., & Weikart; D. (1988). The High/Scope Perry preschool program. In R. H. Price, E. L. Cowen, R. P. Lorion, & J. Ramos-McKay (Eds.) *14 ounces of prevention: A casebook for practitioners* (pp.53-66). Washington, D.C.: American Psychological Association.

Séguin, J., Pihl, R., Boulerice, B., Tremblay, R., and Harden, P. (1996). Pain Sensitivity and Stability of Physical Agression in Boys *J. Child Psychology and Psychiatry, Vol. 37, Nº 7,* 823-834.

Séguin, J., Pihl, R., Harden, P., Tremblay, R., and Boulerice, B., (1995). Cognitive and Neuropsychological Characteristcs of Physically Agressive Boys *Journal of Abnormal Psychology, Vol. 104. No. 4,* 614-624.

Sellin, T. (1938). *Culture Conflit and Crime.* New York: Social Science Research Council.

Selosse, J. (1983). Déliquances et déliquants. Reflexion sur l'articulation entre psychologie criminelle et psychologie judiciaire. *Bulletin de Psychologie, XXXVI, 358,* 209-216.

Shostok, D. (1978). Family versus individual oriented behavior therapy as treatment approaches to juvenile delinquency. *Dissertation Abstracts International 38:* 3474-3475 B.

Shaw, C., and McKay, H. (1942). *Juvenile Delinquency and Urban Areas* Chicago: University of Chicago Press.

Sheldon, W. (1944). *Constitutional Factors in Personality.* Pp 526-549 in J. McV. Hunt (ed.), Personality and the Behavior Disorders, Vol.1. New York: Ronald Press.

Shoemaker, D. (1996). *Theories of Delinquency* New York: Oxford University Press 3ª ed.

Short, J. and Strodtbeck, F. (1965). *Group Process and Gang Delinquency Chicago*: University of Chicago Press.

Shostok, D. (1978). Family versus individual oriented behavior therapy as treatment approaches to juvenile delinquency. *Dissertation Abstracts International 38*: 3474-3475B.

Siegel, J. and Shaughnessy, M., (1995). There's a First Time for Everything: Understanding Adolescence, *Adolescence, Vol. 30, No. 117,* 217-221.

Sigman, M., Cohen, S., Beckwith, L., and Parmelee, A. (1986). Infant Attention in Relation to Intellectual Abilities in Childhood, *Developmental Psychology, Vol. 22, No 6,* 788-792.

Simcha-Fagan, Ora and Joseph Schwartz (1986). Neighborhood and Delinquency: An Assessment of Contextual Effects *Criminology 24*. 667-703.

Singer, M. (1974). Delinquency and family disciplinary configurations: Na elaboration of the superego lacunae concept. *Archives of General Psychiatry 21*: 795-798.

Singer, M. (1975). The Borderline Delinquent: The Interlocking of Intrapsychic and Interactional Determinants *Int. Ver. Psycho-Anal. 2,* 429-440.

Sousa, J. (1991). *Direito da família.* Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

Spitz, R. (1965). De la naissance à la parole, Paris, P.U.F. (1968).

Spivack, G. e Cianci, N. (1987). High-risk early behavior pattern and later delinquency, In *Prevention of Delinquent Behavior* (Eds) John Burchard, e Sara Burchard sage publications.

Stimson, G. (1995). Never mind the quality, feel the width in *Addiction Volume 90, Number 6,* 757-758.

Tagner, R. (1976). Traits are relevant: theoretical analysis of empirical evidence, in Endler, N. S. & Magnusson, D. (eds), *Interactional Psychology and Personality*, John Wiley & Sons, New York.

Thomas, V. & Olson, D. (1994). Circumplex model: Curvilinearity using clinical rating scale (CRS) and FACES III. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families, 2 (1),* 36-44.

Stattin, H., & Magnusson, D. (1989). The role of early agressive behabior in the frequency, seriousness and types of later crime. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 57,* 710-718.

Staub, E. (1974). in *Experimental Social Psychology* ed. Leonard Berkowitz Vol. 7 Academic Press New York 294-339.

Steinberg, L. & Silverberg, S. (1986). The vicissitudes of autonomy in early adolescence. *Child Development, 57,* 841-851.

Steinberg, L. (1987). Single parents, stepparents, and the susceptibility of adolescents to antisocial peer pressure. *Child Development, 58,* 269-275.

Stern, D. (1985). *Le monde interpersonnel du nourrisson,* Paris P.U.F. (1989).

Stern, D. (1992). Bebé mãe: primeira relação. Lisboa: Salamandra.

Stern, M., Northman, J., & Van Slyck, M. (1984). Father-absence and adolescent "problems behaviors": Alcohol consumption, drug use, and sexual activity. *Adolescence,* 19 301-312.

Sutherland, E. (1924). *Criminology* Philadelphia: Lippincott.

Sutherland, E. (1939). *Principles of Criminology.* Philadelphia: Lippincott.

Sutherland, E., and Cressey, D. (1978). *Criminology.* 10ª ed. Philadelphia: Lippincott.

Szabo, D., Gagne, D., Parizeau, A. (1972). *L'adolescent et la société.* Dessart et Mardaga, editeurs, Bruxelles.

Tannenbaum, F. (1938). *Crime and the Community.* Boston: Ginn.

Teixeira, A. (1983). A personalidade anti-social. *Psicologia Clínica, 4,* 123-137.

Thio, A. (1983). *Deviant Behavior.* Boston: Houghton Mifflin Company 2ª ed..

Thomas, D. (1974). *Family socialization and the adolescent: determinants of self-concept, conformity, religiosity, and counterculture values.* Lexington Books- XVII.

Thomson, E., McLanahan, S., & Curtin, R. (1992). Family structure, gender, and parental socialization. *Journal of Marriage and the Family, 54,* 368-378.

Thornton, D. & Reid, R. (1982). Moral reasoning and type of criminal offense. *British Journal of Social Psychology, 21 (3),* 231-238.

Tolan, P., e Lorion, R. (1988). Multivariate approaches to the identification of delinquency-proneness in adolescent males. *American Journal of Community Psychology, 16,* 547-561.

Tolan, P.,Cromwell, R. & Brasswell, M. (1986). Family Therapy with Delinquents: A Critical Review of the literature. *Family Process 25,* 619 - 650.

Toman, W (1987). *Constellations fraternelles et structures familiales. Leurs effects sur la personalité et le comportement.* Paris, ESF.

Tremblay, R.; Masse, B.; Perron, D.; Leblanc, M.; Schwartzman, A., e Ledingham, J. (1992). Early Disruptive Behavior, Poor School Achievement, Delinquent Behavior, and Delinquent Personality: Longitudinal Analyses. *Journal of Consulting and Clinical Psychology* , Vol. 60, No 1, pp 64-72.

Tremblay, R., Pihl R., Vitaro, F. & Dobkin, P. (1994). Predicting Early Onset of Male Antisocial Behavior From Preschool Behavior. *Archives of General Psychiatry Vol. 51,* 732-739.

Tremblay, R., Pagani-Kurtz, L., Mâsse, L., Vitaro, F. & Pihl R. (1995). A Bimodal Preventive Intervention for Disruptive Kindergarten Boys: Its Impact Through Mid-Adolescence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, Vol. 63, N° 4,* 560-568.

Tremblay, R., Boulerice, B., Harden, P., McDuff, P., Pérusse, D., Pihl, R. & Zoccolillo, M. (1996). Do children in Canada become more agressive as they approach adolescence? *National Longitudinal Survey of Children and Youth.* (pp. 127-137) Ottawa: Statistics Canada.

Tremblay, R., Mâsse, L., Pagani-Kurtz, L. & Vitaro, F. (1996). From Childhood physical agression to adolescent maladjustment: The Montreal Prevention Experiment. In R. De V. Peters & R. J. McMahon (Eds.). *Preventing chilhood disorders, substance abuse & delinquency* (pp.268-298). Thousand Oaks, CA: Sage.

Trepanier, J. (1994). Les Jeunes Delinquants et Leurs Familles. Exposé pour le *14e Congrès international de l' Association internationale des magistrats de la Jeunesse et de la Famille,* Bremen 119-142.

Turk, A. (1969). *Criminality and Legal Order.* Chicago: Rand McNally.

Vala, J. (1985). Contribuições para uma análise psicossocial de delinquência. *Infância e Juventude, 2,* 53-64.

Vala, J. (1986). Representações Sociais dos Jovens: Valores, Identidade e Imagens da Sociedade Portuguesa. Vol XI. *Inquérito I.E.D. Situação, Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal,* I.E.D., Lisboa.

Vala, J. (1986 a). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (eds), *Metodologia das ciências sociais.* (pp101-128). Edições Afrontamento.

Vander Borght, C. (1998). N'est-ce pas, ma chérie, que tu ne veux pas voir ton papa? Intervention systémique à portée thérapeutique dans le champ psycho-juridique *Thérapie familiale, Vol. 19, No 1* Genève, 13-20.

Vandvik, I. & Eckblad, G. (1993). FACES III and the Kvebaek Family Sculpture Technique as Measures of Cohesion and Closeness. *Family Process 32*: 221-233.

Venezia, P. (1971). Delinquency prediction: A critique and suggestion. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 8*, 108-117.

Veneziano, C. & Veneziano, L. (1992). A Typology of Family Social Environments for Institutionalized Juvenile Delinquents: Implications for Research and Treatment. *Journal of Youth and Adolescence 21* (593 - 607).

Ventura, J. (1998). Revisitar a delinquência Juvenil: Dos factores precipitantes ao sistema sancionatório. *Temas Penitenciários, Série II, 1*, 55-64.

Vitaro, F., Tremblay, R., Kerr, M. Pagani, L., Bukowski, W., (in press) Friends' Characteristics, and Delinquency *Child Development.*

Volume 44 of the Nebraska Symposium on Motivation (1997). *Motivation and Delinquency* D. Wayne Osgood, editor, University of Nebraska Press.

Vuchinich, S., Bank, L. e Patterson, G. (1992). Parenting, Peers, and the Stability of Antisocial Behavior in Preadolescent Boys. *Development Psychology Vol. 28, no 3,* 510-521.

Wahler, R., & Dumas J. (1986). Maintenance factors in coercive mother-child interactions: The compliance and predictability hypotheses. *Journal of Applied Behavior Analysis, 19,* 13-22.

Walgrave, L. (1980). Prevenção da delinquência juvenil: O papel da escola numa sociedade em evolução. *Infância e Juventude, 82/1*, pp7-47.

Walgrave, L. (1986). La vulnerabilité sociétale: Une tentative théorique pour comprendre la delinquence grave et persistent de certains jeunes. Bruxelas: E. Story-Scientia.

Watzlawick, P., Beavin, J., Sikorski, L., & Mecia, B. (1970). Protection and scapegoating in pathological families. *Family Process 9:* 27-39.

Wells, L., e Rankin, J. (1986). The broken homes model of delinquency: Analitic issues. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 23, 68-93.

Wells, L., e Rankin, J. (1995). Juvenile Victimization: Convergent Validation of Alternative Measurements. *Journal of Research and Crime Delinquency, Vol 32 Nº 3* 287-307.

Werner, E. (1987). Vulnerability and Resiliency in Children at Risk for Delinquency: A longitudinal Study from Birth to Young Adulthood In *Prevention of Delinquent Behavior* (Eds) John Burchard, e Sara Burchard sage publications.

West, D., e Farrington, D. (1973). *Who becomes delinquent?* London: Heinmann.

West, D., e Farrington, D. (1977). *The Delinquent Way of Life*. London: Heinemann.

West, D. (1982). *Delinquency Its Roots, Careers and Prospects.* Heinemann Educational Books, Great Britain.

White, M., e Tsui, A. (1986). A panel study of family-level structural change. *Journal of Marriage and the family*, 48, 435-446.

Windell, J., & Windell, E. (1977). Parent group training programs in juvenile courts: A national survey. *Family Coordinator 26*: 450-483.

Winnicott, D. (1956). De la pèdiatrie à la Psychanalyse. Paris: Payot, 1969.

Wirt R., Hampton A., e Seat P. (1972). *The Psychometric Prediction of Delinquency*, New York.

Wolfe, D. (1985). Child-abusive parents: An empirical review and analysis. *Psychological Bulletin, 97*, 462-482.

Wolk, S., Brandon, J. (1977). Runaway adolescent's perceptions of parents and self. *Adolescence, 12, 46,* 175-187.

Wynne, L. Editor (1988). *The State of the Art in Family Therapy Research: Controversies and Recommendations.* Family Process Press, New York.

Yeh, L., Hedgespeth, J. (1995). A Multiple Case Study Comparison Of Normal Private Preparatory School and Substance Abusing/Mood Disordered Adolescents And Their Families. *Adolescence 30* (413 - 428).

Young, C. (1987). *Young people leaving home in Australia.* (Australian Family Information Project, Monograph No 9). Melbourne: Australian Institute of Family Studies.

Yochelson, S. and Samenow, S. (1976*). The Criminal Personality Volume I: A Profile for Change.* Janson Aronson Inc. London.

Yochelson, S. and Samenow, S. (1985*). The Criminal Personality Volume II: The Change Process* Janson Aronson Inc. London.

Yochelson, S. and Samenow, S. (1986). *The Criminal Personality Volume III: The Drug User*. Janson Aronson Inc. London.

Zieman, G. e Benson, G. (1983). Delinquency: the role of self-esteem and social values. *Journal of Youth and Adolescence, 12*, 489-501.

Zoccolillo, M. (1993). Gender and the development of conduct disorder. *Development and Psychopathology, 5*, 65-78.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA:

Decreto-Lei nº 314/78 de 27 de Outubro: Revê a Organização Tutelar de Menores.

Decreto-Lei nº 58/95 de 31 de Março: Aprova a nova Lei Orgânica do Instituto de Reinserção Social.

Proposta de Lei Nº 265/VII – Aprovada na lei de protecção das crianças e jovens em perigo.

Proposta de Lei Nº266/VII – Aprovada na lei tutelar educativa.

Proposta de Lei Nº275/VII – Aprova o regime penal especial para jovens entre os 16 e 21 anos.

Lei nº 147/99 de 1 de Setembro: Lei de protecção de crianças e jovens em perigo.

Lei nº 166/99 de 14 de Setembro: Aprova a Lei Tutelar Educativa.

ERRATA

	Onde se lê	**Deve ler-se**
Pag. 16 linha 23	sejas	**sejam**
Pag. 18 linha 19	positiva	**positivista**
Pag. 24 linha 10	á	**à**
Pag. 39 linha 11	pode	**podem**
Pag. 49 linha 18	arrobar	**arrombar**
Pag. 93 linha 24	os	**o**
Pag. 96 linha 9	pôr	**por**
Pag. 118 linha 22	vitimização	**vitimação**
Pag. 231 linha 15	sistema O sistema	**sistema. O sistema**
Pag. 247 linha 14	funcionamemntos	**funcionamentos**
Pag. 332 linha 8	encontradas	**encontrados**
Pag. 332 linha 18	os por professores	**os professores**
Pag. 341 linha 10	rapazes	**adolescentes**
Pag. 341 linha 11	as	**os**
Pag. 363 linha 17	($\chi2$=9,364; p=.001)	**($\chi2$=9,364; p=.009)**
Pag. 365 linha 19	género masculino	**género feminino**
Pag. 365 linha 20	feminino	**masculino**
Pag. 365 linha 21	masculino	**feminino**
Pag. 371 linha 3	34,1%	**33,7%**
Pag. 371 linha 17	5,9%	**5,8%**
Pag. 548 linha 14	adolescência	**actividade delinquente**
Pag. 584 linha 12	pag. 357	**pag. 358**
Pag. 585 linha 1	pag. 357	**pag. 358**
Pag. 590 linha 9	adolescentes **institucionalizados**	**adolescentes**
Pag. 604 linha 20	adolrescência	**adolescência**
Pag. 628 linha 11	verificam-se diferenças	**não se verificam diferenças**
Pag. 628 linha 12	($\chi2$ = 18,531; p= .000)	**($\chi2$ = .014; p= .905)**

Pag. 628 linha 17	(χ2 = 18,697; p= .000)	**(χ2 = 18,697; p= .001)**
Pag. 633 linha 4	63,9%	**65,9%**
Pag. 633 linha 7	(χ2 = 2,179; p= n.s.) **2,043; p= n.s. respectivamente)**	**(χ2 = 2,179; p= n.s. e χ2 =**
Pag. 637 linha 8	negligenciado ..... rejeitado	**rejeitado ..... negligenciado**

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO DESVIANTE



INFLUÊNCIAS FAMILIARES NO DESENVOLVIMENTO DE TRAJECTÓRIAS DESVIANTES EM ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Luisa Maria Gentil Ferreira Carrilho

2000

ANEXOS

ANEXOS

1 – Guião de entrevista.

2 – Entrevistas dos adolescentes institucionalizados.

3 – Ficha de identificação.

3 A – Ficha de identificação complementada.

4 – Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale – FACES III.

4 A - Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale – FACES III (PAIS).

5 – Parental Bonding Instrument – PBI.

6 - Escala de Agressividade do Child Behavior Checklist.

7 – Grelha de análise de conteúdo das entrevistas dos adolescentes institucionalizados.

8 – Análise de conteúdo das entrevistas.

8 A – Quantificação das categorias da análise de conteúdo das entrevistas.

ANEXO 1

GUIÃO DE ENTREVISTA

- DADOS PESSOAIS

- GENOGRAMA

- COMO É QUE VEIO PARAR AQUI

- COMO ANALISA A SUA SITUAÇÃO

- COMO REAGIU A MÃE

- COMO REAGIU O PAI

- RELAÇÃO ENTRE A DINÂMICA FAMILIAR E O INTERNAMENTO

- QUANDO E PORQUE COMEÇARAM OS PRIMEIROS COMPORTAMENTOS DESVIANTES

- CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS

- IMAGEM DA FAMÍLIA/PERCEPÇÃO DA FAMÍLIA

- COMO DESCREVE A MÃE

- COMO DESCREVE O PAI

- O QUE PENSA QUE MOTIVOU A SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

- O QUE VAI ACONTECER QUANDO SAIR DAQUI

ANEXO 2

ENTREVISTAS DOS ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

As entrevistas que se seguem foram recolhidas nos Colégios de Acolhimento, Educação e Formação, instituições dependentes do Ministério da Justiça, onde fizemos a recolha da nossa amostra.

Como se pode verificar as entrevistas estão codificadas, sendo que a letra significa a instituição onde o adolescente se encontra institucionalizado, seguida de o número de ordem da entrevista da idade do adolescente.

Os diferentes códigos atribuídos ás instituições são os seguintes:

B- Colégio de S. Bernardino em Peniche

SA - Colégio de Santo António no Porto

C – Colégio Padre António em Caxias

I – Colégio da Infanta em Benfica

B1 - 15A

A minha mãe está no Luxemburgo, já fui lá, andei de avião.

O meu pai está em Benfica, já não sei onde ele mora.

A minha mãe está com o André (12A) a Claudia (3A) e o Fábio (6M). Somos 6 irmãos.

Quando os meus pais se separaram fiquei com o meu tio, depois fui para o COAS um ano e depois vim para aqui.

O meu tio é pintor (solteiro), trabalhava das 7 horas às 18 e 30.

Dos 7 aos 10 anos fiquei com a minha mãe e aos 10 anos fui para o meu tio (materno), porque a minha mãe foi para o Luxemburgo.

A minha mãe deu-me um beijinho e foi-se embora com os meus irmãos para o Luxemburgo.

Andei na escola de Alfragide até à 3º classe, depois comecei a faltar. Já estava com o meu tio e morava no Zambujal.

Ia para o Jumbo roubar brinquedos mais 4 amigos.

Gosto de estar cá no colégio, mas gostava de estar com a minha mãe. Acho que ela vai vir no ano de 1999.

A minha mãe é gorda, de cabelo preto aos caracóis, baixa. De feitio é muito complicada... eu quando venho para cá, já não me lembro de como é ela...tem 39 anos.

O meu pai não o vejo desde os 8 anos. É educado, muito simpático. Se alguém se meter com ele é que ele começa a ralhar. É alcoólico.

Batia com a vassoura na minha mãe e *amandava* as coisas que estavam à frente.

A minha madrasta eu visito. Mas o meu pai não quero ver.

B2 - 16A

Andava na escola da Alameda D. Afonso Henriques na 3ª classe. Na 4ª classe fui para a Curraleira e chumbei.

Fiz a 4ª classe no Colégio e agora estou no 6º ano.

Vim para cá porque fugia de casa e ia para o Rossio e para o Bairro Alto...

Roubava carteiras, fios de ouro, o dinheiro das máquinas dos cafés e os produtos dos cafés.

Desde os 14 anos que roubava e fugia de casa.

Os *camones* era com facas. Os fios era ao puxão.

Nos cafés pedia um copo de água, ele ia buscar e íamos à máquina. Ou nas padarias, um entrava para a casa da massa, a mulher ia atrás e outro roubava.

Já fui apanhado no Bairro Alto, Rossio, Amoreiras... A última vez fui apanhado no Casal Ventoso com um carro roubado.

A polícia algema-nos e leva-nos para a esquadra. O subchefe depois é que sabe...se tiver 16 anos vai para julgamento. Se não tiver, vai os meus pais buscar ou venho para o Colégio.

Já fugi do Colégio muitas vezes... Às vezes estou farto de estar aqui, vou vadiar... às vezes há problemas aqui...

A primeira vez que eu fugi de casa foi porque o meu padrasto me bateu e a minha mãe também. Eles batiam-me e eu comecei a fugir de casa e vi um grupo de negros e pedi se podia ficar com eles.

O meu padrasto disse que se eu fugisse me metia a mão no fogo e eu fugi outra vez.

Eu estou aqui, no Colégio, porque fazia coisas incorrectas e os outros rapazes não.

As coisas de andar sempre de casa em casa, ajudou... e porque se a minha mãe se zangava com o meu padrasto..

Tinha que roubar para comer, se estava fugido... e para os vícios: tabaco e *chamon*, haxixe...

Só vou ao Casal Ventoso comprar droga.

O que vai acontecer... não sei... vai ser como deve ser; vou trabalhar, arranjo uma mulher e caso-me.

A minha mãe é baixinha, tem cabelos pretos, é amiga. Não vem cá ver-me, ela é doente do coração e é alcoólica desde que eu nasci.

O meu padrasto é baixinho de bigode, tem umas entradas... é amigo.

B3 - 14A

Eu fartava-me de dormir fora de casa. Eu ia sempre para o pé do meu irmão.

Roubava os miúdos, os *betos*: relógios, dinheiro, ténis. Lojas, cafés. Partia os vidros e roubava com os meus amigos, à noite... lojas de desporto no Rossio, Campo Grande...

A Judiciária pôs-me no Governo Civil, meteram-me na cela e no dia seguinte fui para o tribunal de menores e depois para o Colégio.

A minha mãe não disse nada. Já não podia fazer mais nada. Eu não ia à escola... Desde a terceira classe, com 8 anos já não voltei à escola. Eu ia e depois fugia.

Portei-me mal...

Quando vou a casa durmo em casa da minha mãe, eu e os meus irmãos durante o dia estamos em casa do meu pai, jantamos com o meu pai... é conforme queremos.

O que vai acontecer , não sei... acho que vai correr bem...fiquei com o meu pai na casa da minha avó e ia todos os dias à minha mãe. A minha mãe esteve internada com tuberculose.

O meu pai é uma boa pessoa.

B4 - 12A

Eu portava-me mal e não ia às aulas. Não dava vontade de ir às aulas. Eu andava no 5º ano, na escola da Pontinha. Ficava no recreio.

A minha mãe dizia para eu não faltar... fui ao tribunal, perguntaram-me se eu queria ir às aulas, ou para o Colégio. Depois no mesmo dia mandaram-me para o Colégio da Bela Vista, numa 5ª feira. Estive lá dois dias e depois vim para cá. Estou cá há 5 meses.

Há aqui gajos que abusam, começam-me a bater, dão-me socos.

O meu pai está em Cabo Verde. Eu vim de lá com 9 anos e aos 11 andava na 4ª classe e comecei a portar-me mal. Batia nos miúdos e reprovei duas vezes.

Roubei no 5º ano ...dinheiro... aos miúdos da aula .

Sou eu quem tem a culpa de estar neste Colégio, portava-me mal em casa...

A minha mãe acha bem, ter vindo para cá, é melhor estar aqui que na Pontinha. Às vezes chegava tarde a casa, aqui estou dentro do Colégio. Vou a casa de 15 em 15 dias.

Acho que vai acontecer... não sei... e não adivinho. Gostava de sair daqui para ir para casa.

A minha mãe é baixinha, tem a minha cor, castanha, é boazinha.

O meu padrasto é de cor, preto, é baixinho.

Às vezes dava-me calduços.

(Gostas dele?) Eu? Não!

B5 - 13A

O meu irmão andava a roubar e eu ia sempre com ele e depois eu ia roubando algumas coisas. Depois o meu irmão pediu para eu vir para o Colégio e eu disse ao Juiz que sim.

Eu pensava que ia para o Colégio da Bela Vista onde o meu irmão está, mas vim para aqui.

A minha mãe disse para eu me portar bem, deixar de roubar e cumprir as ordens que as senhoras dizem. E o meu pai disse o mesmo e para eu ser um homenzinho.

Quando eu roubava, os meus pais metiam-me de castigo no quarto. O meu pai às vezes puxava-me as orelhas.

Eu ia à escola e quando saía nos tempos livres, roubava. Fui a uma escola, a um café e nas ruas quando os quintais estavam abertos. Roubava carrinhos, bolas...

O meu irmão é que me pedia. Eu agora nunca mais quero roubar.

O que vai acontecer... vou ter uma vida boa, o Juiz vai-me chamar, e eu vou sair, acho que é aos 16 ou 18 anos.

O meu pai é bom para mim, dá-me coisas, trabalha e às vezes dá-me comida. Quando a gente não tem pede à minha tia. O meu pai tem que fazer comida, a minha mãe só folga à 4ª feira.

A minha mãe é boa, dá-me às vezes cem escudos, para comprar gelados, bolos, rebuçados. Faz o comer...às vezes faz a cama...

B6 - 13A

Estive dois dias na Bela Vista e depois vim para cá. Faltava à escola... Estou cá há 6 meses.

Andava a roubar botas de fuzileiros no edifício da tropa. Tinha um vidro partido e eu e os outros fomos lá. Um cortou-se e viram sangue.

Aparece um carro lá em minha casa e fui ao tribunal da tropa, lá ao pé do Belenenses.

Fui ao tribunal de menores e vim para cá.

A minha mãe disse que ia fazer bem... eu vim para cá, porque roubei uma coisa do Estado, e isso é mais grave...

O que me vai acontecer... vou estudar e se tiver bom comportamento saio daqui aos 16 anos e vou trabalhar.

A minha mãe é assim como a senhora, tem óculos, é simpática...

(O que é que gostas mais na tua mãe?)

É carinho.

O meu pai era simpático, morreu quando eu tinha 12 anos com trombose. Só bateu uma vez à minha mãe.

B7 - 14A

Eu ainda era pequenino e a minha mãe foi arranjar um relógio e eu fui ver o Colégio no COAS, e estavam lá uns miúdos pequeninos e eu disse que gostava de Colégios e pedi à assistente social para vir.

Já andava aí... fugia de casa, não ia às aulas, não era bem fugir... era passear sem autorização.

Não gostava das aulas... andava no 5 º ano em Alcobaça.

Agora estou a ver se consigo melhorar os pontos...

Roubei uma vez no supermercado, coisas para brincar. Tinha em casa, mas gostava de ter mais.

Os meus pais não souberam...

Se eu não tivesse fugido de casa e faltado à escola não tinha vindo para cá.

Os meus pais não disseram nada de eu vir para cá. Gostaram, para eu aprender melhor as coisas.

Vou a casa de 15 em 15 dias.

O que vai acontecer... vai ficar na mesma... gosto de estar mais em casa, se eu não fizer o 6º ano, não saio daqui...

Quando os quartos estavam abertos, os mais velhos iam lá para o meu quarto à noite para me apalpar. Foi só uma vez e eu disse ao Sr. monitor. Fiz queixa, e eles nunca mais foram. Era só apalpar, mais nada...

Se eu me portasse bem e fosse às aulas os meus pais dizem que eu ganhava uma coisa boa...

A minha mãe é uma pessoa normal, simpática, gosta de ajudar as outras pessoas. É doente, tem dores de cabeça...

O meu pai gosta de ajudar os outros. Bebe mas é pouco.

B8 - 17A

O meu pai está no hospital a ser operado ao coração. Ele já cá veio visitar-me duas vezes.

Nas férias eu vou ver a minha mãe. Os meus pais separaram-se quando eu tinha 13 anos.

Desde os 10 anos que eu fugia de casa, não ia à escola e partia os vidros do café e roubava as bicicletas.

Deixei de ir à escola com 7 anos. Os meus pais punham-me de castigo, levavam-me e eu fugia outra vez. Não gostava dos colegas. Eles chateavam-me.

Corri três escolas e só ia à primeira vez.

Cá no Colégio estou no 5º ano.

No futuro acho que vou trabalhar em jardinagem, e trabalhar com barcos como o meu pai.

Da minha mãe não sei quase nada.

Do meu pai é simpático, bebe de vez em quando.

Eu dou-me bem com a minha madrasta. Os meus irmãos é que não.

B9 - 14A

Vim para cá porque andava a roubar carros e casas.

Tiraram as impressões digitais, foram a minha casa e levaram-me para o posto. Começaram lá a dizer o que é que eu tinha roubado.

Foi várias vezes , às vezes batiam-me com o cacetete.

Um dia fui para o posto e depois fui a tribunal.

Os meus pais disseram-me porque é que eu tinha roubado e depois disseram para eu não roubar mais.

Eu roubava na Costa Nova, com um grupo de amigos.

O meu irmão está no Colégio da Guarda e o outro casou.

Acho que estar aqui não tem a ver com os pais.

O que vai acontecer... não sei, depende se eu me portar bem...

A minha mãe é baixinha, boa pessoa, não sei mais...

O meu pai é alto, gordo... é boa pessoa.

B10 - 17A

Desde os dez anos que fugia de casa, andava a roubar e com más companhias. Tirava carteiras, mas nunca fiz assaltos. Roubava roupas dos estendais.

A minha mãe é alcoólica. Quando está bêbeda chama nomes às pessoas: drogado, *paneleiro,* maricas.

O meu padrasto quando se embebeda dá-me tareias. E eu fugia de casa.

Eu andava com drogados, mas não me droguei.

Andei num colégio, na Remar, porque se enganaram e puseram-me lá, durante dois ou três anos. O tribunal enganou-se, ou não tinham sítios e para eu não andar na rua...

Estive na ama do cinco aos doze anos e fugia. Fui para um lar em Santarém. Depois para a Remar e depois para o Porto, para a Azambuja e Penafiel.

Vim para este colégio com 14 anos. Fugi muitas vezes. Há dois meses que não fujo.

O que é que vai acontecer... não sei... complicações, tristezas; não posso contar com a minha família, quando sair daqui. A ver se tiro um curso... para ver se organizo a minha vida.

Isto tudo aconteceu por causa da minha mãe. Ela foi presa, quando eu tinha quatro anos. Apanhou doze anos porque matou a amante do pai do meu irmão. Ele tinha uma amante e um dia a minha mãe encontrou-os e matou a amante dele. Ele que é GNR em Sacavém, prendeu-a doze anos em Tires.

E eu fui para um lar.

Só conheço a minha mãe na minha família.

Ela uma parte é compreensiva e porreira. O problema é quando ela está alcoólica, fica bruta.

O homem com quem ela está, já lhe deu tareias que ela vai parar ao hospital.

B11 - 13A

Antes vivia com a minha irmã e com o meu cunhado e com a filha deles.

A minha mãe está com o meu padrasto no Algarve. Há cinco meses que não a vejo.

O meu pai foi preso, deu três facadas a um homem, mas já tinha sido preso por tráfico de droga.

O meu pai estava separado da minha mãe.

Eu vivia com ele e com a minha avó que ficou connosco.

Desde que eu tinha cinco anos, que o meu pai foi preso e a minha mãe deixou de me ir ver.

Foi viver com outro homem, ela trabalha num café a aviar.

O meu pai é toxicodependente e traficante.

Eu faltava à escola e depois começava a portar-me mal. Ia para os supermercados roubar doces, chocolates... Fui apanhado e fui à esquadra. E o meu cunhado foi-me lá buscar.

Estive no Colégio Nuno Álvares em Tomar, depois fui para o COAS um ano, depois estive um ano em Castelo Branco, depois três dias em Caxias e estou cá no Colégio há um ano.

Eu vou aproveitar uma oportunidade que uma senhora já me deu, que é adoptar.

Vou todos os fins de semana para casa dela, desde Janeiro.

Os meus pais separaram-se, depois o meu pai foi preso, ninguém tomava conta de mim...

A minha mãe é simpática, é baixa, ela também é toxicodependente.

O meu pai é alto, também é toxicodependente.

B12 - 11A

Estou cá por causa da escola. Na terceira classe saltava da escola, dava porrada na professora. Chumbei quatro ou cinco vezes.

Foi a assistente social que me veio pôr aqui.

Quando fizer a quarta classe eu vou para casa.

A minha mãe não disse nada. O meu pai foi ao tribunal dizer que queria que eu ficasse aqui, até fazer a quarta classe, para eu não mudar de colégio.

Eu fugia por causa do meu pai. Ele foi buscar dinheiro, que lhe estavam a dever. Ia quase morrendo. Partiu o osso e o sangue ia misturado com o cérebro.

Não sei bem, foi nessa altura... o meu pai ficou um bocadinho doido. Foi aí que eu comecei a fazer disparates.

Andava à porrada com os outros lá da escola, batia a todos. Alguns metiam-se comigo...

A minha mãe é um bocadinho alta, é boa.

O meu pai é alto, tem assim umas cicatrizes na cara, do acidente.

O que vai acontecer... não sei... acho que daqui a três anos vou sair daqui.

B13 - 15A

Eu estou cá por fugir de casa, e não ir à escola.

Morava com o meu pai. Os meus pais viviam juntos, depois separaram-se. Até aos três anos eu vivia com a minha mãe. O meu pai às escondidas levou-me. Eu estava em casa da minha avó, a mãe da minha mãe a brincar no jardim. Fiquei sozinho com o meu pai, até aos dez anos, quando o meu pai arranjou mulher. O meu pai deixava-me ir passar fins de semana com a minha mãe, mas depois ela deixou de me ir buscar.

Em casa dava-me mal com a minha madrasta. Ela armava-se em minha mãe...

Eu fugia para Lisboa. Fui apanhado pela polícia aos dez anos e fui para o COAS. Fugi e reprovei outra vez o quinto ano. Fiquei fugido durante um ano, vivia numa casa velha abandonada em Lisboa com cinco amigos. Andávamos a pedir.

A roubar comecei quando vim para aqui, às vezes aos colegas, coisas, dinheiro... assaltava casas daqui do pé, roubava dinheiro, se lá houvesse, e coisas valiosas.

Vendo numa ourivesaria. O dinheiro é para me orientar, para tabaco e por aí fora...

Já me droguei com cola e haxixe... A cola foi na altura em que estava no COAS de Lisboa.

Às vezes quando fugíamos comprávamos nos supermercados.

Haxe fumo lá em casa, nos fins de semana. Uns amigos arranjam-me. Ou quando os colegas daqui trazem do fim de semana e me chamam para fumar com eles.

Podia não ter fugido de casa, para não ter vindo parar aqui...

O meu pai disse que era bem feito. A minha mãe pensa também que é bem feito, porque acha que eu estou cá melhor do que com o meu pai.

O meu pai é um senhor baixo, uma pessoa que gosta de conviver com os amigos, é alcoólico e fumador.

A minha mãe não a vejo há um ano, também fuma. É baixinha, cabelo ondulado, é uma pessoa simpática.

O que eu acho que vai acontecer... em princípio não espero nada. Espero que venha a melhorar, sair daqui, não fazer mais porcaria nenhuma, estar em casa a trabalhar ou estudar.

B14 - 17A

Eu fazia furtos, comida em supermercados, faltava à escola, nem ia, andava na rua. Com dez anos ainda estava na primeira classe. Andava na vadiagem... ia sempre dormir a casa. Um senhor das Caldas é que me arranjou para vir para o Colégio aos treze anos. Já gostei de estar cá, agora isto não é vida para mim.

Na família nunca me deram apoio, por isso vim para aqui.

Acho que ter vindo para aqui teve a ver com a família. Fui apanhado pela polícia, mas mandavam-me embora. Batiam-me. Ainda há um que eu quero apanhá-lo, não o esqueço. Batiam com o cacetete.

A minha mãe não tenho nada a dizer...

O meu pai também não... O meu pai não o vejo há um ano e pouco. A minha mãe vou lá às vezes...

B15 - 16A

Eu andava fugido de casa a passear até ao Rossio...

Nunca roubei. Fui apanhado pela polícia, ia a passar na rua, no Rossio, chamaram-me, levaram-me para a esquadra, não tinha identificação...

De vez em quando não ia dormir a casa. Andava com os amigos, íamos para as piscinas da Damaia. Alguns andavam a pedir e arranjávamos dinheiro... íamos de comboio até Cascais e voltávamos para trás.

Até que fui para o COAS, tinha sete anos. Estive lá cinco anos e fui transferido para aqui. Gosto mais ou menos de estar cá.

Ando a tirar o curso de jardineiro.

Fiz o quinto ano. Este ano já chumbei. Vou para o ano outra vez.

O que aconteceu... uma parte eu ficava sempre sozinho, em casa eu não tinha nada que fazer... a minha mãe tinha que ir trabalhar...

A minha mãe é uma pessoa igual a todas as outras. O meu pai também...

O que vai acontecer... não sei. Quando sair do colégio vou trabalhar para o emprego que arranjar... Só no Verão é que vou a casa...

B16 - 15 A

Eu não sei... só sei que andava na rua até às tantas...andava lá na droga, o meu pai veio a saber e disse: vou-te meter num colégio.

Drogo-me com charros, um colega vendia...

Eu andava na terceira classe, deixei de ir à escola... tinha catorze anos, tinha chumbado muitas vezes, uma data delas...

Ia trabalhar no campo e com o dinheiro comprava um conto de reis de droga e depois fumava.

A minha mãe disse para eu ter juízo e o meu pai também...

A minha mãe porta-se bem e anda a trabalhar...

O meu pai às vezes bebe, mas não é sempre... fazia-me isto, dizia que me batia... ele batia-me...

O que vai acontecer... eu já estou a recuperar, já me porto melhor quando vou a casa, já me deito cedo. Tive a ajudar o meu pai a semear batata...

B17 - 14A

Os meus pais separaram-se quando eu tinha um ano. Fui para casa da minha tia, irmã da minha mãe e depois para casa da minha avó, mãe da minha mãe, até aos dez anos. Morava com o meu pai e com a minha madrasta até vir para aqui, tinha doze anos.

O meu pai batia-me e eu fugi. Andava na rua, na cruz de Pau, quase uma ano. Dormia num carro abandonado. Ia pedir comida em cafés, e almoçava com um homem que me convidava.

A polícia apanhou-me e depois fui para o Colégio. Uma mulher disse que eu estava a bater no filho dela...

Não gosto de estar cá. Queria ir para o COAS ou para Vila Fernando. Está lá um rapaz que andou cá e foi para lá.

Porto-me mal ás vezes.

Ando na segunda classe.

Vou a casa de vez em quando e nas férias ou vou para o meu pai ou para a minha tia.

O meu pai vive com a minha madrasta e os filhos dela. São três.

Eu queria estar com a minha mãe, andar na escola e não me portar mal.

Já fumei charros. Isso era dantes quando eu estava na rua. Comprava a uns rapazes lá na Cruz de Pau.

O que vai acontecer... não sei... se calhar vou para casa do meu pai outra vez...

A minha mãe é simpática, boa pessoa...

O meu pai ás vezes é bom, ás vezes bebe...

B18 - 16A

Eu vim para cá pelo tribunal. Eu é que fui pedir. O meu pai faleceu e eu é que pedi para vir para aqui.

Pedi para vir para aqui para estudar, para não andar em maus caminhos. Andava a *snifar* cola com os meus amigos.

A minha mãe falava comigo e dizia que se eu continuasse assim, um dia não era ninguém.

Foi a partir da morte do meu pai que a coisa piorou.

Eu andava na escola, mas só ia de vez em quando. Andava na quarta classe em Carnide.

Andava a vadiar com os outros. Andava a curtir...

Se eu tivesse mais apoio, quem me desse mais atenção... a minha mãe ter mais tempo para mim. Ela trabalha desde as cinco e meia da manhã à meia noite, em limpezas e não podia dar apoio. Ela trabalha para não faltar nada aos filhos. Mas falta apoio.

A minha mãe é simpática, boazinha e ajuda as pessoas também, e fala, compreende as pessoas. Tem muitos nervos.

A minha mãe disse: ou vais tirar um curso ou trabalhas. Nunca mandou ninguém embora de casa.

O meu pai batia na minha mãe. Nunca batia à nossa frente, mandava a gente ir para o quarto, ou para a rua.

Desde os nove anos que comecei a fumar, a deixar de ir à escola, a roubar chocolates e bonecos nos supermercados.

Fui umas poucas de vezes apanhado. Ia para a esquadra, ia lá a minha mãe e eles mandavam-me embora.

Passava noites fora de casa. No metro, em Cascais, no Estoril, na praia.

A minha mãe falava só. O meu pai é que era mais para bater.

Já andei, andei a injectar-me com cavalo, um ano. Só não deixa quem não quer... é preciso é ter ajuda...

O que vai acontecer... nunca pensei bem nisso...sair daqui e arranjar emprego.

Já fugi. Vou para casa, outras vezes entrego-me... Quando volto não me acontece nada... cortam na semanada. Isto qualquer dia é uma prisão... fecham as portas. Tá bem que alguns portam-se mal... mas esses é que deviam ter castigo.

O Director diz que está sempre ao telefone e as doutoras estão sempre ocupadas. Nunca falam connosco, não sabem... doutoras mas não tiraram o curso...

Dizem que fazem reuniões e não fazem...

B19 - 14 A

Eu vim para cá porque a minha mãe foi presa e o meu pai. E eu portava-me mal, na casa da minha avó e eu vim-me embora para aqui.

Os meus pais estão presos. A minha mãe em Tires e o meu pai em Alcoentre, porque vendiam droga.

A minha avó está doente, está internada no hospital, não tem visitas. Ao fim de semana vou a casa da minha tia que é irmã da minha mãe.

Eu estava na escola da Musgueira, mudei para Torres, reprovei.

Já chumbei muitas vezes. Três ou quatro.

Faltava à escola, ia brincar. Os meus pais metiam de castigo às vezes.

Quando fugia ia aos supermercados roubava coisas, para comer.

Se o meu pai e a minha mãe não tivessem sido presos, eu não estava aqui. Faltam dois ou três anos.

O que vai acontecer... vou viver para casa da minha mãe e do meu pai...

A minha mãe é boa, só às vezes é que se enerva...

O meu pai também é bom...

B20 - 15A

Eu não ia à escola, logo no principio na primeira classe.

A minha mãe trabalhava a dias. Começava a mandar vir comigo. Às vezes batia-me.

O meu pai nunca viveu com a minha mãe.

Eu ficava na rua, ia para o pé dos da escola. Não gostava de aprender, o que eles queriam ensinar... Deixei de ir à escola.

Nunca roubei. Eu andava lá no meu bairro sem fazer nada...

O tribunal mandou-me para cá, deve ter sido da escola, informaram o tribunal que eu não ia à escola.

Se tivesse ido à escola não tinha vindo aqui parar.

Os meus pais telefonaram para cá, a dizer que era melhor ficar cá para tirar a escola.

A minha irmã, que tem vinte e quatro anos, é que trata de tudo, mora no mesmo prédio.

Eu vou a casa nos fins de semana ou de quinze em quinze dias.

A minha mãe é boa, gosta muito da gente.

O meu pai é bom... mas agora há muito tempo que já não vai lá.

O que vai acontecer... queria ver se tirava a escola, para arranjar um trabalho, tirar um curso cá.

B21 - 15 A

Vim para cá porque roubava em casa, dinheiro ao meu irmão mais velho. Roubei uma vez na missa, no peditório... fiquei com o dinheiro. Não foi com todo...O meu irmão Zé disse que ele tinha roubado e depois descobriram que eu também. Ele disse.

Eu fugia de casa às vezes...

O que vai acontecer... não sei. Tenho que ficar cá, até aos dezassete anos.

Estraguei a vida, a roubar...

Um mês antes de vir para cá , vi o meu pai. Ele foi-nos visitar...

É um homem mais ou menos. O meu pai também já matou. Foi preso. Não sei mais.

B22 - 13A

Eu morava numa Aldeia S.O.S.. Eu quando fui para lá acho que ia fazer três anos.

Vim para cá dia sete de Março.

O meu pai conheço, mora em Paio Pires. A minha mãe não sei onde é que ela está, não a conheço.

Tenho dois irmãos verdadeiros da parte da minha mãe e do meu pai. Um está cá no colégio.

O Jorge tem dezasseis anos está em Cascais, na Aldeia.

Tenho mais irmãos, uns da parte do pai e outros da parte da mãe. Três estão em Cabo Verde, já são mais velhos.

Eu penso que a minha mãe mora em Lisboa, a minha avó disse que ela foi para Lisboa, mas que não sabe onde ela mora...

Eu andava a roubar tanta coisa, já nem sei... comida no supermercado.

Muitas vezes não ia a casa. Ia para a escola e não ia para casa, às vezes não dormia em casa. Andava na rua, a dar voltas e a ver se o tempo passava.

Fumava *chamon* ás vezes. Uns rapazes do bairro do Fim do Mundo, deixavam-me fumar.

Se eu não roubasse, não estava cá. Gosto de estar cá pelas condições, porque tenho aqui amigos e não gosto porque às vezes alguns me batem.

O que vai acontecer... não sei... acho que vou sair para o ano. Vou para a Aldeia S.O.S..

O meu pai é alto, magrinho, é boa pessoa. É alcoólico e fuma.

B23 - 16A

Os meus pais estão em França. Comigo são oito irmãos.

Estão em França com a minha mãe. Eu não fui com a minha mãe porque estava no COAS.

Saí de casa por causa do meu padrasto, batia-me.

O meu pai está no Porto, não sei nada dele.

Quando fugia, ia para Lisboa, ia ficar com os amigos no Rossio. Dormia em casas abandonadas.

Roubava, mas não era das pessoas, era nos supermercados, comidas e gomas.

A minha mãe, a primeira vez que eu fugi, foi à esquadra, escreveu lá o meu nome, para quando me apanhassem, me levarem lá a casa. A polícia apanhou-me e levou-me para o COAS, porque eu não tinha condições de estar lá em casa. Depois do COAS mandaram-me para cá. Há quase cinco anos.

Gosto de estar cá. Olhe vim há pouco tempo de fugir. Estive dois anos fugido.

Fiz até metade do ano e depois fugi.

Não sei o que é que vai acontecer, por causa de ter fugido.

Nunca conheci o meu pai, senhora.

A minha mãe é... sei lá explicar. A minha mãe é fiche.

O que vai acontecer... olhe, quando fizer dezoito anos vou sair daqui e vou trabalhar.

B24 – 12 A

O meu pai está em Cabo Verde há 3 anos, ele é de lá, mas só que agora só lá está a trabalhar.

Eles chatiaram-se por causa de mim. O meu pai para não me bater saiu de casa. Eu andava a portar-me mal, andava com más companhias, faltava á escola, de vez em quando roubava alguma coisita. De vez em quando roubava uma bicicleta. Não tinha.

Descobriram e depois a minha mãe foi ao tribunal. A minha mãe própria é que foi ao tribunal pedir para eu não andar nisso.

Quando ela for velhinha eu é que tenho de tomar conta dela.

Já fugi daqui dez vezes. Eu não gosto de estar aqui. Mas agora já não fujo mais, só agravo.

Quantos mais papéis de fugas forem para o meu processo, mais pior é. Eu se me portar bem, posso-me ir embora aos 16 anos, se não, só aos 18 anos.

Não conheço os meus pais verdadeiros. Deixaram-me no hospital em Santarém e esta família adoptou-me com um mês.

A minha mãe é diabética e não pode ter filhos, por isso é que me adoptaram. Teve dois filhos que morreram.

Comecei a faltar à escola quando o meu pai ainda estava em casa, tinha 9 anos, eles batiam-me. Foi o meu primeiro ano na terceira classe. Eu também não gostava da professora, era parva. Dava mais atenção aos outros do que a mim.

Às vezes ia a um supermercado e roubava um chocolate.

Vou a casa fim de semana sim, não. Fico sempre em casa. Ela (mãe) já cá veio uma vez.

Eu andava sempre a fugir. Vou daqui a Lisboa. Na Lourinhã apanho boleia para Torres e depois peço uma moedinha, meto-me no expresso para Santarém. A minha casa é ao pé da rodoviária.

Este ano fugi muito, chumbei, mas para o ano, passo. Toda a gente me diz que eu sou muito esperto, mas não atino. Se eu soubesse tinha dado ouvidos à minha mãe e à minha madrinha.

Se eu tiver aqui, ganho futuro e emprego e aprendo mais coisas. Aqui posso aprender várias coisas e sair daqui com futuro. Mas o que me importa é estar ao pé da minha mãe.

A minha mãe é boa, meiguinha, é amiga.

O meu pai é um bocadinho bruto. Às vezes chegava um bocadinho atravessado a casa, mas não fazia mal, punha-se a dormir. De vez em quando dava uma *estaladeca* á minha mãe.

Eu conheço a minha avó verdadeira..... A minha mãe tem mais dezoito filhos.

Fumo Marlboro, é a minha marca. Quando não tenho dinheiro, é SG Ventil.

Já no colégio-infantário eu roubava os carrinhos aos meninos. Depois deixei e aos nove anos comecei a roubar bicicletas.

B25 - 16 A

Eu pedi para vir estudar. Só. E agora quero-me ir embora e eles não deixam. Eu não gosto destes colégios, só se aprende maus vícios. A roubar, a fumar droga. Só quem está cá é que sabe o que passa, o sofrimento...

Eu também andava na prostituição, na Zona Velha.

Comecei no outro colégio do Funchal, no Centro Polivalente.

Eu tinha que ir, para sustentar as minhas irmãs, o meu pai era alcoólico. Sou o mais moço.

Eu também andava muito com uma miúda, que tem dezoito anos. Ela é prostituta.

Ela ia com uns e eu ia com outros. Ia com portugueses de vinte e dois, dezanove anos. Às vezes, num fim de semana, tirava vinte, trinta contos. De sexta para sábado com os *camones*. Há *camones* que são ricos.

Às vezes só para fazer companhia. Às vezes ia com a Rainha Esmeralda e eu a Princesa Diana. Ele era o mais velho lá na zona. Eu era porque era o mais novo e mais jeitoso. Às vezes a rainha Esmeralda, às vezes ia e fazia o serviço e eu recebia metade. Às vezes era punheta, outras vezes anais.

A minha família não gostava daquilo e as minhas irmãs disseram que, se eu não deixasse aquilo, não eram mais minhas amigas.

Depois da minha mãe morrer, é que eu fui para esta vida. Se a minha mãe não morresse, eu não tinha entrado nesta vida.

Ela era forte, morreu dum ataque de coração, nos meus braços, era muito minha amiga...

O meu pai é um pouco mau, violento. Ele jogava facas para a minha mãe, quando ele estava bêbado. A gente fugia com ela. A gente estava sempre protegendo-a dele.

O que vai acontecer... penso que vou ter uma vida normal. Eu não quero saber mais desta vida de prostituição, que não é bom, as pessoas só sofrem.

B26 - 15 A

Eu fugia de casa, roubava dinheiro nas máquinas no café, bicicletas nos apartamentos.

Fiz assaltos com um colega de treze anos, à noite. Partia o vidro...

Veio uma carta do tribunal, e depois levaram-me para o colégio.

Eu fugia da escola.

Até o meu pai dizia para eu não roubar, mas dava-me na cabeça.

Faço o sexto ano e vou para casa e não faço mais nada e vou trabalhar.

A minha mãe dizia para eu tomar conta dos meus irmãos pequeninos, para não acontecer nada por causa dos carros, eu moro ao pé duma estrada.

A minha mãe não estava no Funchal. Veio para Lisboa.

O meu pai às vezes diz à minha irmã para cuidar dos meus irmãos. Às vezes dá uma chapada ao de onze anos.

B27 - 13A

Eu ando mais com a minha mãe, que com o meu pai.

Tinha dez irmãos, morreu um, ficou nove.

Uns estão em Setúbal com a minha avó. Um está na tropa. Uma irmã está em França...

Está cá outro irmão...

O meu irmão mais pequenino está com a minha mãe.

Eu vim para cá, porque andava fora de casa, quando tinha oito anos, a roubar bicicletas, em casa das pessoas, na garagem.

Fui ao quiosque da praia de Faro, roubei canas de pesca com o meu irmão e outro rapaz.

Os meus pais não fizeram nada, quando o tribunal disse que eu vinha para cá.

Eu ia às vezes à escola, na primeira classe. Quando eu não ia a minha mãe não dizia nada, eu não ia para casa...

O meu pai foi operado ao coração. Às vezes bebe e batia na minha mãe. A minha mãe ia para a cama, ia-se deitar... Batia aos filhos, muito...

O meu irmão meteu-se a *snifar* cola que comprava na drogaria.

Já fugi daqui três vezes com o meu irmão. A última vez foi há quatro meses.

Só vou a casa nas férias da Páscoa.

Nós batemos na minha madrasta, porque ela e os filhos dela, batiam no meu pai, porque pensam que mandam lá em casa...

O meu pai viu, mas foi para o café, para não se chatear do coração.

Quando sair daqui, vou para a tropa, para o exército.

Para eu não estar aqui, tinha que acontecer muita coisa... os pais estar em casa...

Os pais dão mais companhia aos filhos, falam mais com eles, estão mais perto deles. O meu pai nunca vinha para casa, estava sempre a passear...

B28 - 13A

A minha mãe agora vive com uma amiga que é a João, que também tem filhos. Moram as duas no parque de campismo de Sesimbra.

O meu pai fumava *chamon*. Foi-se embora do Barreiro e desde o Natal que não o vejo.

Nunca vou a casa. A minha mãe veio ao Colégio duas vezes. Não vou passar os fins de semana a lado nenhum.

O meu pai batia-me e eu fugia. Ia ter com um colega que também está no colégio. Ia andar de comboio...

A assistente social trouxe-me para aqui.

A minha mãe foi viver com o Raúl e eu não sabia onde a minha mãe estava. Eu vivia com o meu pai e um dia descobri. Fui atrás da minha tia, pedi ao Raul se podia ver quem estava lá em casa, subi, e estava lá em casa a minha mãe, que começou a chorar.

Eu fui para lá e o meu pai foi lá, arrebentou a porta, deu porrada no Raul e eu fui-me embora.

O meu pai deu-me um *tareão,* e eu fui ter à maternidade, onde a minha mãe teve a menina.

A minha mãe voltou a viver com o meu pai, mas eu acho que a Jessica não é do meu pai, eu para mim... fico na dúvida...

O meu pai é alcoólico.

A minha mãe punha-se a chorar, porque não tinha dinheiro, e eu ia pedir para a rua e comprava as fraldas para as minhas irmãs.

Se eu tivesse ficado com a minha mãe, e ela tivesse casa, eu não tinha vindo para aqui.

As pessoas para onde a minha mãe ia trabalhar, o meu pai não deixou, era um estilo de café bar e o meu pai tinha ciúmes e não deixava.

Lá fora na primeira classe, nunca passei. Fugia da escola. Às vezes faltava. A minha mãe chamava-me a atenção e às vezes ralhava-me.

Estou cá há um ano. Já fugi, quando vim para cá quatro ou cinco vezes.

B29 - 16A

Tinha seis anos, quando fui para a família de acolhimento. Os meus pais separaram-se. O meu pai ficou com a gentes quatro e o meu pai não conseguia sustentar todos. Estão três numa família de acolhimento e uma noutra.

Há dez anos que não vejo a minha mãe. O meu pai morreu não sei de quê. Telefonaram para minha casa a dizer que ele tinha morrido, atropelado a atravessar a estrada.

Estou cá há uma ano. Estive quatro horas no COAS.

Foram-me buscar a casa, a polícia do Seixal e fui para o COAS no carro da polícia.

Não fiz nada... eu não sabia o que é que a polícia queria.

Andava no sétimo ano, tinha quinze anos.

Eu estou cá por causa do meu irmão. Ele andava a roubar e ele chamava-me sempre para ir com ele. Roubávamos dinheiro e maços de tabaco em cafés, lojas... assaltávamos casas, mas era ele, eu andava com ele...

O meu irmão foi apanhado e a polícia foi lá a casa. Apanharam metade do dinheiro e o meu pai teve que pagar o resto, trinta e dois contos.

Se fosse preso não tinha vindo para o colégio. Se eu tivesse arranjado um trabalho, se não fizesse asneiras...

O que vai acontecer... vou sair do colégio, ir para casa e arranjar um trabalho.

A minha mãe para mim não diz nada, porque há dez anos que não a vejo. Boa pessoa, mais nada... acho que está mal..., ela foi-se embora sem fazer o divórcio.

Agora o meu pai morreu e agora a casa, ela tem direito a metade e metade aos filhos e agora apareceu ela, para ver se fica com a casa.

O meu pai era uma boa pessoa. Simpático e fazia tudo para que a gente tivesse o que a gente quisesse. O meu pai foi preso por ter roubado cinquenta escudos em mil novecentos e vinte sete.

B 30 - 13A

Somos doze irmãos, mas só vivo com oito. Os outros vivem com os maridos e mulheres. O meu pai morreu quando eu tinha doze anos.

Eu andava na rua a roubar lojas, chocolates, carros, num quiosque ao pé do Campo Grande.

Depois fui para a esquadra, com a polícia e depois levaram-me a casa.

Depois fui ao tribunal de menores, fui para o colégio do COAS duas semanas e vim para cá.

A minha mãe não queria que me metessem noutro colégio, sem ser aquele. Lá tinha mais conhecidos, aqui só tenho um que é do meu bairro.

Fiz a quarta classe, no meu bairro. Reprovei três vezes, não ia à escola, não queria fazer nada. Às vezes a minha professora batia-me, eu tinha preguiça de fazer as coisas.

A minha mãe não trabalha, não consegue, dói-lhe a coluna, fica constipada... é ajudada pelos filhos.

Eu pedia nas Amoreiras, para comer e ir ao cinema, fazia dois contos por dia.

Snifava cola, que comprava na loja... do meu grupo só um amigo é que atendia clientes no Parque Eduardo VII.

Quando sair daqui, vou ficar bom, mais inteligente, e vou arranjar emprego.

Vim para cá porque ia muitas vezes à esquadra.

Às vezes chateava a minha mãe, quando vinha da rua, não fazia as coisas...

B31 - 17A

Fugia de casa da senhora com quem eu vivia. A minha mãe nessa altura estava em casa da minha tia. Essa senhora quis que eu ficasse lá. A filha está no Canadá.

Estudei na escola até ao quinto ano.

Ia para a rua passear até Oeiras, até à praia, à noite...

Quando vim para o colégio, fugi quatro ou cinco vezes e aí passei a roubar os cafés. Partia o vidro e entrava e levávamos tabaco, bolos, bebidas e o dinheiro da caixa.

Há quatro dias fugi e fiquei sozinho em Lisboa, e depois vim-me entregar.

Vou a casa aos fins de semana. E nas férias da Páscoa.

Eu dou-me bem com a minha mãe...

Ralha comigo quando eu faço mal, nunca me bateu, só uma bofetada.

Eu vou para Moçambique com a minha mãe.

O meu pai batia na minha mãe e por isso é que ela se separou e trouxe todos para Lisboa...

B 32 - 12A

Eu não ia à escola, chamava nomes aos professores. Ameacei com uma cadeira ao professor.

Roubava às pessoas, sacos de pão com dinheiro. Fui a uma casa e roubei um rádio...

Fugi da escola e uma assistente social perguntou-me se eu queria vir para cá e o juiz de Torres perguntou, e eu disse que sim.

Os meus pais concordaram.

Vou ver se me porto bem para ir para casa.

Estou no quarto ano.

O meu pai é alcoólico, eu acho que é mal.

Não quero falar dos meus pais.

Eles vêm cá ao domingo à tarde, de quinze em quinze dias...

Não têm nada que saber da vida dos meus pais...

SA1 - 15A

Vim para aqui com a polícia. Andava a trabalhar nas obras, ganhava dois contos por dia, fazia massa, carregava baldes.

A polícia disse: a tua mãe vai ser internada no hospital e tu queres ir para o colégio?

Não sei o que é que a minha mãe acha de eu vir para o colégio...

Não sei...conforme...

Queria ir visitar o meu pai...

Tinha quinze anos quando comecei a trabalhar. Pedi à minha mãe para trabalhar. A polícia disse: o seu filho anda a trabalhar... Faltava às aulas porque tinha que trabalhar para a minha mãe comer.

A minha irmã andava sempre em cima do meu pai. Ela foi ao hospital e não tinha nada...

Ele batia à minha mãe.

Roubávamos bicicletas, na rua, com o meu irmão António, que tem dezassete anos.

A minha mãe, estávamos a morar numa casa e ela não bebia, e o meu pai fechava a adega. Noutra casa ele não fechou e ela *pimba, pimba...* tratava mal as pessoas que lhe chamavam borracha.

O meu pai, só foi disso da minha irmã. Também bebia e chegava a casa e batia-nos.

Não me drogo, bebia às vezes, em casa, vinho.

Andava todo o dia na rua, e não aparecia em casa.

Vim para aqui, foi de roubar e de a minha mãe ser internada no hospital.

O que vai acontecer... não sei... não sei... não sei nada disso. Do que é que vou falar?

Gostava de trabalhar num café, a servir as pessoas, e ganhava dinheiro. Um dia mais tarde, se arranjar uma mulher podia-me casar.

O meu pai às vezes anda a correr connosco no campo...

SA2 - 15A

A minha mãe não se casou.

Nunca vivi com o meu pai, vi-o uma vez.

Eu já trabalhei. Vim de Arouca para casa dos meus tios com catorze anos. Trabalhava no restaurante.

Eu estava em casa dos meus tios na Maia. Andava a trabalhar, saí dum restaurante e fui trabalhar para outro.

Vinha almoçar a casa dos meus tios, e não tinha nada e comprei uma pizza e pão na mercearia. À noite o meu tio espancou-me. E no dia seguinte eu fugi, e fui ter ao restaurante e contei tudo à minha patroa.

Eu fui para o hospital, estive lá dois dias. Depois veio lá duas senhoras buscar-me, e vim para aqui.

A minha tia liga para cá de vez em quando.

A minha mãe achou bem. Eu não tenho idade para trabalhar. Estou aqui, vou tirar um curso.

A minha mãe achou bem. Ela tem mais três filhos para criar...

Acharam que eu não tinha modo de vida, para estar em casa e vim para aqui.

Roubei uma bicicleta quando fugi para casa dos meus pais. Eu já fugi duas vezes de casa dos meus tios. A minha mãe disse para eu voltar e os meus tios acharam bem.

Nunca experimentei droga. Fumo um cigarrinho de vez em quando, quando estou muito nervoso. Quando me roubam, aqui... eu sou muito nervoso, não me consigo controlar, fico todo a tremer.

Não sei... ainda vou fazer a escola, tirar o curso. Ainda vou fazer a tropa e depois trabalhar e tratar da minha vida.

A minha vida dava um livro...

A minha avó criou-me até aos doze anos, porque a minha mãe trabalhava num bar. Por isso é que eu tenho mais amor à minha avó que à minha mãe. A minha mãe foi-me lá buscar para eu vir para a beira dela, depois fui para uma ama e depois para os meus tios.

SA3 - 15A

Na escola faltava, tinha faltas disciplinares e em casa portava-me mal. A minha tia mandava-me fazer coisas, eu respondia... mexia no frigorifico e tirava coisas e quando ela perguntava eu mentia.

A minha mãe desde que eu nasci, não queria que eu nascesse, não me queria ter. A minha mãe disse que se eu ficasse com ela, que me matava. Eu fiquei com a minha avó na aldeia. O filho dela, que esteve no Conde Ferreira, tinha uma doença, ele bebia.

Eu às vezes queria ir para a escola e não acordava, andava nas tascas com ele; eu não bebia, andava com ele.

A minha avó estava no hospital, teve uma trombose. Eu tinha treze anos, andava no quinto ano. Então telefonei para a minha tia e perguntei se me podia aceitar. Ela mandou-me para baixo.

Estive aqui, vai fazer dois anos. Fiz o quinto ano e passei para o sexto ano. Portava-me mal, o meu tio avisou-me, se faltasse vinha para este colégio.

Com os amigos, continuava na mesma. O meu tio pegou e vim para aqui.

Fumava às vezes e roubei dinheiro à minha tia.

A minha avó e o meu tio faleceram.

Tenho mais quatro irmãos. Três estão numa ama e um está com a minha mãe.

O meu pai está a viver sozinho.

Não sei quem é o meu pai verdadeiro. Este marido perfilhou-me.

Eu não segui os conselhos que a minha tia me deu, e aqui estou.

Acho que eu quando sair daqui, aos dezoito anos, não sei se vou para casa dos meus tios, que a minha tia uma vez disse, não sei se a sério, que eu não voltava para lá.

SA 4 - 14A

Foi a minha avó que me meteu aqui. Ela não me gramava e eu também nunca gostei dela.

Eu vivi com a minha avó no Lagarteiro e com um senhor com quem ela vive.

A minha mãe esteve no colégio desde pequenina. O meu avô foi preso, por causa da política. A minha avó abandonou os filhos e o meu avô matou-se.

A minha mãe teve o filho e deixou-o. Foi para Espanha onde me teve. Viemos para Portugal e eu fiquei com a minha avó.

O meu irmão nunca gostou da minha mãe. Faziam-me a cabeça contra a minha mãe. Quem me dá a minha mãe, dá-me tudo.

Nunca mais vi a minha avó, nem quero.

A minha avó já me andava a ameaçar. vais para o colégio...

Quem me meteu aqui também foi a escola. Estava sempre a falar. Não ia para a escola porque não tinha senhas para o autocarro e eu não queria ir a pé, faltava.

A minha avó, quanto mais dinheiro visse, para ela melhor...

Vou passar as férias a casa da minha mãe.

A minha mãe não gostou... estava a tentar-me tirar daqui. Ninguém gosta de estar aqui... já estou entregue à minha mãe...

Estou cá há seis meses. Fico cá até Deus quiser.

Quando acabar a escola, vou tirar cozinha cá.

Fugi uma vez e fui para casa. A minha mãe não disse nada. E depois vim-me entregar.

A minha mãe, nenhuma mãe é igual àquela... é a melhor mãe do mundo, não distingue os filhos, o que dá a um, dá a outro.

Só peço a Deus, que quero ser feliz, ter o meu pai e a minha mãe e os meus irmãos perto de mim...

A minha avó nunca me fez feliz...

SA 5 - 14A

Estou cá por causa da escola. Faltava. Estava no colégio das freiras. A minha mãe pôs-me lá, porque era mau ambiente em casa da minha avó. Ela sempre foi contra o casamento dos meus pais. A minha mãe tentava envenenar-se, tomava comprimidos, foi parar muitas vezes ao hospital.

Portava-me muito mal, no colégio das freiras e fugia. Porque eu não gosto de freiras.

Agora estou num curso de pastelaria.

As freiras vieram cá com a minha mãe, e a psicóloga disse que eu tinha que ficar cá.

Fiz o sexto ano cá dentro. O sétimo lá fora, aqui não há. Na Irene Lisboa.

Vim para cá com onze anos. Tinha nove anos quando comecei a portar-me mal.

A minha mãe batia-me com a colher de pau.

Mãe igual à minha não existe. Pode haver igual à minha, mas melhor não existe...

O meu pai é igual. Os meus pais são uma maravilha.

Quando eu sair daqui, vou viver com o Teófilo e vou ser muito feliz. No ano dois mil vou-me casar.

SA6 - 11A

Desde os nove anos que estou internada.

Por causa do meu avô.

Eu estava no Porto, estava a jogar com as minhas primas, ele chamou-me e eu fui lá e julguei que a minha avó estava lá.

Ele atou-me as mãos, os pés, tapou-me a boca e ele deitou-se comigo. O avô violou-me a mim.

Chegou a minha avó, e eu contei tudo à minha avó. Ela começou a ralhar com ele e ele bateu à minha avó.

O meu pai está na cadeia, por causa da droga. A minha mãe está a viver com o meu padrasto. Ele é tão mau para a minha mãe, deu com uma cadeira à minha mãe, quando ela estava grávida.

Eu estava a viver em casa dos meus avós. Tinha nove anos quando fui violada. Deu uma trombose à minha avó e foi para o hospital e o avô fez-me outra vez mal, e a minha avó ia a brigar com o meu avô e morreu. Fiquei com o meu avô.

Eu contava tudo às minhas tias. O meu avô queria-me matar com mangueiras, machados, batia-me. E depois vim para cá. Agora estou a viver com a minha mãe.

O meu pai, quando sair da cadeia, vai matar o meu padrasto e vai viver com a minha mãe.

O meu irmão Néné, morreu por causa da droga. Injectava-se.

Fugi muitas vezes daqui, porque tinha saudades da minha mãe e do meu irmão.

Vou para casa da minha mãe, quando fujo. A minha mãe fica a chorar quando me vê.

A minha mãe é boa, dá-me coisas, às vezes está doente com dores de cabeça e febre. Ela vendia roupa na feira do relógio em Lisboa.

O meu pai também é bom para mim...

Trabalhava nas obras, antes de estar preso.

O que vai acontecer... Fujo!

Chamam-me cigana e eu não gosto.

SA7 - 13A

Eu vim para cá por roubar vinte contos no Colégio Maristas. Tinha doze anos.

Um colega deu-me umas luvas de guarda redes e tiraram-me as luvas. E eu roubei vinte contos ao que tomava conta. Só ao fim de semana é que ia para casa.

Só o meu irmão de doze anos é que está no lar dos Maristas.

Eu faltava à escola, porque não gostava. As *soutôras* eram chatas. Estava no quinto ano em Ermesinde. Reprovei duas vezes.

Andei no colégio em Espinho. Quando era pequeno nunca ia a casa.

O Ricardo não sabem dele, diz que o tribunal sabe onde ele está...

Vou a casa aos fins de semana. Fujo do colégio.

Os meus pais querem que eu vá para Vila do Conde, mas o tribunal não quer.

O meu pai andava na droga e bebia muito. Quando ia para casa, a minha mãe disse à polícia e ele foi preso, por traficante, dois anos.

A minha mãe é uma mãe que dá muito respeito e carinho.

O meu pai também. Às vezes não gosto dele, por causa da droga.

O meu padrasto é um bom pai para mim...

Os filhos é que se prejudicam, por os pais andarem na droga.

O que vai acontecer... não faço ideia... Vou ir para outro colégio, para Vila do Conde, que é o que a minha mãe gosta.

SA8 - 13A

Vim para cá por causa da escola. Só me portava mal, virava-me aos colegas e perturbava as aulas e depois vinha cá para fora. A escola é que disse para eu ir. Estou há dois meses no Colégio.

Estou a estudar, no quinto ano. Reprovei a terceira e a quarta.

Os meus pais acharam bem eu ter vindo para cá. Eu posso sair daqui, como um homem.

O meu pai e a minha mãe, às vezes andam em brigas.

Se eu tivesse mais atenção dos meus pais, não estava aqui agora. Prontos, o meu pai trabalhou sempre fora.

Esteve na Alemanha, e não nos dava atenção nenhuma, nem dá agora.

A minha mãe é boa, se ela puder ajudar alguém, ela ajuda sempre.

O meu pai não é assim. Se nós temos algum problema, ele leva tudo à pancada. Ele não gosta de mim. Ele sempre foi contra eu.

Acho que vou estar aqui até aos dezoito anos.

Depois quando sair daqui, vou construir a minha vida, começar a trabalhar.

SA9 - 11A

Vim para cá por causa do meu pai, porque o meu pai era mau para mim. Batia a nós os quatro, menos à minha irmã, porque ela era pequena.

Estou cá há meio ano. Andava na quarta classe. Reprovei.

A minha mãe trabalha no infantário. O meu pai está preso, era sucateiro. Antes os meus pais moravam juntos.

Foi por causa do meu pai. Devia ser bom para mim, não me bater...

Foi a minha mãe que quis que eu viesse, para o meu pai não me bater mais.

A minha mãe é mais boa para mim.

O meu pai se ele fosse bom para mim, devia ser bom... Agora acho que ele é mau.

O que vai acontecer... sei lá... não sei.

Só vou a casa nas férias. Aos fins de semana fico cá. Quando é férias vou a casa da minha mãe e das minhas tias. Os meus pais zangaram-se.

SA10 - 15A

A minha mãe pediu para eu vir para cá. O meu pai batia nos filhos. Não vou a casa aos fins de semana, só nas férias.

Vivo com a minha mãe, com as minhas tias, com o meu avô e o meu tio. Estamos todos no colégio, menos a minha irmã e o mais novo. Não gosto de estar cá.

Estou no sétimo ano na Irene Lisboa. Antes estava noutra escola, também lá fora.

O meu pai saía muito e vinha muito tarde e falava com a minha mãe, não sei de quê. Batia-nos quando ficava em casa.

Não trabalhava em nada. É reformado da construção civil. Não dava o dinheiro que devia aos outros.

Se o meu pai... eu só vim para o Colégio por causa do meu pai, se ele não fizesse essas coisas, eu já não vinha.

A minha mãe é sempre nossa amiga, batia quando era preciso.

O meu pai era mau.

O que vai acontecer...gostava que fosse para casa... não sei...

SA11 - 12A

O meu pai violou-me. Tinha dez anos. Enquanto a minha mãe ia sair para o hospital com a minha irmã, eu ia acartar lenha na Fogosa.

O meu pai ia trabalhar em carros. É mecânico.

Os meus irmãos tinham ido com a minha mãe.

Dizia tudo o que ele estava-me a fazer, para eu não contar à mãe. Eu tinha medo que a minha mãe, não ficasse do meu lado.

Quando contei à minha mãe, falou com ele, para ele não fazer mais isto.

Eu tinha contado à minha professora e a minha mãe e a professora disseram para eu ir para os meus primos.

Quando o meu pai viu que eu não cheguei, bateu à minha mãe e a professora disse para eu ir para os meus primos.

Quando o meu pai viu que eu não cheguei, bateu à minha mãe e depois a polícia foi buscar os meus irmãos lá a casa e trouxe para aqui.

Vou à telescola do quinto ano.

A minha mãe vem cá ao domingo. Nunca vou a casa.

O meu pai está preso.

O que vai acontecer... vai melhorar... vou sair daqui, tirar o curso... não sei... gostava de ter a profissão que a minha mãe tem no infantário.

A minha mãe é boa mãe, trata-nos bem, não nos bate.

O meu pai é mau, bate-nos e trata-nos mal.

A minha melhor amiga chama-se Esperança.

Podia ter acontecido, na primeira vez que ele me fez, ter contado logo à minha mãe. Eu tinha dez anos.

SA12 - 14A

Vim para cá por causa da escola. Faltava às vezes e às vezes ficava doente.

Às vezes andava na rua a jogar futebol. Fazia furtos na escola Irene Lisboa. Um relógio a um aluno e mais dinheiro aos miúdos da escola. Era para aí trinta escudos, para ir ao bufete. Eu não costumo comer de manhã, não estou habituado. A minha mãe sai às seis horas.

Os meus pais batiam e diziam para nunca mais fazer isso. Os colegas mandavam e depois comíamos todos.

Cinco dos meus irmãos, estão com a minha mãe e o meu padrasto. Tenho para aí dez ou treze irmãos. Dois estiveram neste colégio. O meu pai morreu, há sete anos. Eu ia fazer sete anos.

A minha mãe já é de idade, é boa pessoa, é simpática. Dá-nos tudo aquilo que nós pedimos, nunca nos negou nada.

O meu padrasto quando tem dinheiro dá. Sempre que lhe peço, ele dá.

O que podia ter acontecido... não sei. Não faltar à escola.

Os pais podiam meter um advogado, para eu sair.

A minha mãe não queria que eu viesse, foi a Dr.ª Juíza, que disse para eu ficar....

O que vai acontecer... não sei... quero portar-me direito. Vou melhorar na escola, não roubar mais ninguém na escola, assim às pessoas, aos miúdos. Não faltar à educação à minha mãe, ao meu padrasto.

Quando tiver dezasseis anos, vou sair para a escola lá de fora.

SA13 - 16A

O meu pai morreu quando eu tinha um ano num desastre de moto, e a minha mãe também, de carro, vinha do trabalho. Eu tinha onze anos.

Os meus avós vieram buscar-me ao Porto e fui para Serezêdo.

Não me dava bem com eles. O meu avô tentou violar-me. Batia-me muito. Não conseguiu porque eu fugi e disse à minha avó. Tinha doze anos.

A minha avó, não podia fazer nada, porque estava numa cadeira de rodas.

Eu pedi à minha *soutôra* para me meter num colégio.

Estava na quarta classe, passei paro o quinto.

Cá no colégio estou no ensino recorrente. Estou a tirar um curso de cozinha e pastelaria.

O que podia ter acontecido... se talvez o meu avô não me tivesse tentado violar, eu não estava aqui.

Não foi preso, porque eu não fiz queixa, tive pena da minha avó.

Tirava-me a roupa e batia-me, se eu não deixasse fazer tudo o que ele queria...

Tinha medo... pensava que ele queria abusar de mim.

Nas férias vou para casa da minha tia, irmã do meu pai.

A minha avó é doente, está numa cadeira de rodas. É boa pessoa e muito melhor que o meu avô.

Eu detesto o meu avô... mais nada.

Quando sair daqui, vou procurar emprego. Vou ajeitar a minha vida sozinha, com a ajuda da minha tia.

SA14 - 11A

O meu pai foi para Lisboa, separou-se da minha mãe, nunca mais o vi. Eu tinha um ou dois meses.

O meu pai está preso há dois ou três anos em Lisboa. Estava a roubar um carro.

A minha mãe trabalha em limpezas. O meu pai era nas obras.

Estou há dois anos no Colégio. Estou na terceira classe. Andava na segunda classe, reprovei três vezes.

Estive em Lisboa até aos nove anos. Ia para a escola, chegava a casa à uma da manhã. A minha mãe ligou para os meus tios e eles foram buscar-me, e puseram-me no Colégio, em Valadares. Fui expulso e vim para aqui. Andava sempre à porrada.

A minha mãe vem buscar-me aos fins de semana e nas férias.

A minha mãe é nova, tem trinta e picos anos, tem o cabelo assim cortado, é boa pessoa.

O meu pai também era boa pessoa.

Eu vim para cá por ter-me portado mal e faltar à escola, e não ter chegado a horas quando a minha mãe marcou.

O que vai acontecer não sei... depende do meu comportamento.

SA15 - 12A

Tenho sete irmãos. Duas raparigas estão em Bragança.

Eu andava a partir vidros, com o meu irmão e mais, lá da Samourinha. Fizeram-me pagar os vidros. O meu pai não disse nada. A minha mãe ainda nos bateu.

Eu já andava a trabalhar, a chapiscar, pôr a massa na parede, com um senhor. Descobriram, a guarda, e fomos a tribunal. Só fomos nós. Fizeram queixa de eu andar a trabalhar.

Eu gosto de trabalhar. Eu não gosto de estudar. Ando na quarta classe. Gosto pouco da escola.

O que vai acontecer... não sei. Não gosto de estar cá... porque não. Queria ser electricista.

A minha mãe é boa.

O meu pai é alcoólico, é bom porque nos dava dinheiro.

SA16 - 17A

Vim para cá porque quis vir para o colégio. Queria sair de casa.

Eu não gosto de falar disso com ninguém, só com uma pessoa, a doutora Isabel.

Não sei onde estão os meus pais. Eles deixaram-me em casa da minha avó.

Não vejo a minha mãe, para aí há uns cinco ou seis anos. O meu pai há três anos. Veio cá quando eu tinha catorze anos, e nunca mais veio.

O meu irmão está desempregado. Ele consome droga. Acho que foi ele que se despediu, trabalhava numa coisa de frio. Tinha uma mulher e deixaram-se.

Se calhar se os meus pais não me abandonassem, se calhar não estava aqui.

A minha mãe, que não é mãe, porque não tem nada a ver com mãe, é uma pessoa que não se pode dizer que é mãe.

O meu pai é a mesma coisa.

Eles não tinham dinheiro. O meu pai *basou,* porque não queria estar com a minha mãe. E ela não tinha dinheiro e puseram-me em casa da minha avó.

Eu e a minha avó não nos damos mal. Se a minha avó não morasse onde mora, eu queria viver com ela. Ela vive em Rio Tinto. Eu não gosto do sitio pelas pessoas que estão lá. Foram essas pessoas que me fizeram mal.

Vou ficar aqui até aos dezoito anos. Estou a trabalhar numa pizaria à noite. Desisti dos estudos. Baldei-me às aulas. Para o ano vou estudar.

A minha mãe quando foi-se embora veio cá uma ou duas vezes. Tinha muitas relações. Conheci um. Ele era fixe.

SA17 – 15A

Olhe eu vim para aqui porque fugi do Colégio de Vila Real em Trás-os-Montes. Olhe foi assim: eu primeiro andava com uma senhora nas feiras, depois eu desisti de andar com ela. Ela zangou-se andou a berrar com a minha mãe e com o meu pai. Ainda me chegou a bater a mim e depois a minha mãe para não ter mais problemas, mandou-me para o colégio de Vila Real.

Fugi, fui para casa, para aí uns seis meses e depois é que vim para aqui. Já cá estou há cinco meses. Foi a minha mãe é que pediu para vir para aqui. Eu também queria vir para aqui. O meu irmão Nuno também já esteve aqui. Veio com quinze anos e saiu com dezasseis. E como eu soube do meu irmão, também quis vir para aqui.

O meu irmão agora é mecânico e agora vai para a tropa, para paraquedista.

Eu quero fazer o mesmo.

Eu andava a trabalhar desde os treze anos, com o meu pai na vinha, a deitar sulfato na vindima.

O meu pai é bom, nunca se zangou com a minha mãe. Sempre foi um pai que eu gostei de ter. A minha mãe também é igual.

O que vai acontecer.... não consigo imaginar.... quero ser como o meu irmão, quando for grande, ir para a tropa, ser paraquedista.

As asneiras que eu fiz foi assim: depois de eu desistir de andar nas feiras, eu roubei aqueles senhores. Eu fui à carrinha e depois eu tirei dez contos e gastei. Daí é que começou tudo. Eles foram a tribunal dar parte de mim e eu fui para o Colégio. Fugi cinco meses e agora estou aqui.

SA18 - 14A

Não gosto de estar em casa porque é só drogados, naquele bairro, na Biquinha, e eu não gosto de estar lá.

Eu não experimentei e os meus irmãos também não.

Estou cá para aí há meio ano.

O meu pai morreu de cancro, há cinco anos. Tinha sido operado à garganta.

A minha mãe trabalha nas senhoras aos dias.

Eu vim para cá por causa da escola. Virei-me ao *soutôr* do Conselho Directivo, na escola de Matosinhos. Ele deu-me duas chapadas. Isto não é assim à toa! Ele não é meu pai para me bater! Eu comecei-lhe a dar pontapés, socos. Ele chamou a polícia, e a polícia levou-me, a mim e ao meu colega, e fomos a tribunal e viemos aqui parar.

Porque eu não ia às aulas. Mas se ele me pertencesse, mas não é... se eu também chegasse à beira do filho dele e *pumba, pumba*, o matasse de porrada, ele também não gostava.

Quando a polícia me levou, para a esquadra a minha mãe foi lá.

Eu já tinha processo, assaltei uma garagem na Foz. Eu, mais um colega, o irmão e um vizinho. Eu fiquei todo tonto. O meu colega apanhou uma moca. Eu via muitas pessoas.

Fui para o hospital e a polícia levou-nos a casa. E avisaram que tínhamos processo já na Tutoria.

Já assaltei um café aqui na praia de Matosinhos, roubei bebidas, tabaco e dinheiro.

Já assaltei o armazém do Continente, roubei três pranchas de *body-board* e uma lancheira.

Fui apanhado pela GNR. No café, não cheguei a ser apanhado.

O meu primo é que vendia as coisas, e tínhamos também um colega.

O meu primo era assim: vamos embora assaltar. Eu ficava sempre cá fora, no Continente é que nada. No café, aparece a *bófia*, e nós fugimos por ali abaixo, e não largámos os sacos.

A polícia chegou a caçar um saco, nós tínhamos cinco sacos.

O que vai acontecer.... Eu já vinha para aqui por causa das aulas. Não sei, não faço a mínima ideia. A minha vida não vai ser nada. Vou tirar um curso de electricista. Vou para Vila do Conde. Estou a estudar aqui, na oficina em madeira.

O meu pai era alto, era bom, era um bocado magro.

A minha mãe é mais ou menos boa pessoa.

SA19 - 14A

Agora vivo com a minha mãe.

Vim para cá por roubar. Estou cá há dois anos e meio, já nem me lembro.

Andava a roubar dinheiro. Eu e o meu primo, às vezes roubávamos à minha avó. Depois a minha avó apresentou queixa e eu vim para aqui.

Os meus pais estão separados, há dez anos. O meu pai abandonou-me e a minha mãe também.

Há meio ano que vou aos fins de semana a casa da minha mãe.

Eu faltei ao casamento do meu tio, e o meu avô disse: se faltas ao casamento do teu tio, não pões mais os pés cá em casa. Eu faltei. A minha mãe falou com a doutora Emília e a doutora deixou-me ir a casa da minha mãe.

A minha mãe é muito difícil. A minha mãe às vezes irrita-me. Eu estou a brincar com a minha irmã, aleijo-a e ela vai fazer queixa. A minha mãe começa logo a mandar vir comigo.

O meu pai ainda é melhor que à minha mãe, não me chateia a cabeça, nem nada.

Agora vou tirar o curso de electricista, mais tarde queria ser mecânico de carros, não é electricista. Já tenho um patrão que me quer lá.

Eu andei a roubar e vim logo para aqui.

O meu pai já esteve preso por matar a mãe dele, por volta dos trinta e um, quando matou a mãe. Para aí dois anos esteve preso, mas eu não sei *népia*.

SA20 - 13A

Eu portava-me mal em casa. Faltava à escola. A minha mãe marcava-me uma hora e eu não ia a essa hora. Andava com más companhias.

Andava a fumar tabaco. Muitas vezes dormia em casa de uns colegas meus, do bairro do Viso, é onde mora o meu pai. Eu morava com a minha mãe, mas ia muitas vezes a casa da minha avó e comia lá. Eu entrava pela janela quando ela não estava lá.

Quando eu chegava a casa a minha mãe batia-me, castigava-me.

A minha mãe, não fala com o meu pai. A minha mãe, telefonava à minha avó e ela dizia ao meu pai, mas ele nunca me encontrava.

Se eu não me juntasse às más companhias... Acho que vou começar a meter na cabeça que tenho que me portar bem, para ser alguém na vida.

A minha mãe é um bocado baixa, da altura da doutora Teresa, de olhos verdes. É inteligente, trabalhadora, não sei...

O meu pai é trabalhador, também é inteligente, não sei mais.

O meu pai não é ter possibilidades, mas não tem tempo para tomar conta de mim.

Já fugi duas vezes, não gostava de aqui estar. Fui para a minha avó. Ela disse ao meu pai e ele veio-me cá trazer.

Uma vez experimentei *marijuana*. Juntámos um dinheiro e comprámos. Tinha muita fome e sede.

SA21 - 15A

Foi o meu pai que me violou. A minha mãe não sabia. Só soube quando eu vim para aqui. Eu contei-lhe. Ela agora só vai lá para telefonar. Foi agora, eu tinha catorze anos.

A gente tinha duas casas, e na de baixo tinha animais. A minha mãe às vezes mandava-me a mim, pôr comida aos animais. E ele metia-se comigo. Eu mandava o meu pai estar quieto. Ele agarrava-me quando eu estava a ver televisão e levava-me para a cama. Ele era gordo. Ele não me largava. Eu não disse à minha mãe, porque tinha medo. Ele dizia que se eu contasse a alguém, a polícia me prendia a mim e a ele. E eu tinha medo de contar a alguém, e tinha vergonha.

Eu não contei a ninguém, só a uma colega e ela disse para eu contar à polícia. E eu depois fugi para o Porto e perguntei a uma senhora onde era o cinema. E ela disse-me que havia muitos e para ir a um portão que era a polícia. Eu dormi lá e no dia seguinte veio a minha mãe, e eu contei-lhe tudo.

A minha mãe vinha-me cá visitar e quando cheguei além vi o meu pai.

O meu pai é alcoólico.

Vim para cá para me protegerem do meu pai.

Pelo menos estou a tentar fazer o nono ano. Depois tentar trabalhar, para ajudar a minha mãe.

A minha mãe, ela é simpática, toda a gente diz. É boa. Quando a gente pedia uma coisa, ela dava-nos sempre, o que a gente pedia. Só que ela gosta muito mais do meu irmão.

O meu pai ele também era bom, só que o problema dele era ser bêbado. Às vezes aparecia em casa bêbado, batia em toda a gente, tinha que dormir na rua, por causa dele. O problema dele era esse e meter-se comigo.

SA22 - 11A

Quando o meu pai bebe bate na minha mãe.

Vim para cá por matar um gato. Eu era para mandar um tiro à eira, depois estava lá o gato e matei o gato. Depois a mulher começou a ralhar comigo. Disse que eu ia sair de casa e ia morar para aqui. Depois a polícia um dia trouxe-me para aqui.

Era uma pressão de ar. Era do meu pai.

Eu fazia muitas asneiras, partia vidros. Roubei uma bicicleta a um senhor. Um homem de lá da minha terra.

O meu pai começava a mandar vir com os senhores, aqueles que andavam a bater a nós. Eles batiam quando nós fazíamos asneira.

A minha mãe é boa.

Não sei se ando cá para o ano. Não sei se vou para o pé do meu pai...

Eu não vou.

SA23 - 17A

Vivia em Peniche com a minha mãe, com o meu padrasto e com a filha e o filho do meu padrasto, a mãe dele e a minha irmã.

Saí de Peniche, eu a minha mãe e a minha irmã. Fomos para Lisboa viver numa pensão. A minha mãe não tinha dinheiro e teve que ir viver para a vida fácil. E queria-me pôr também a mim, eu não quis e ela abandonou-me, à beira do Rossio, numa casa grande cheia de cabinas. Eu tinha onze anos. Ela andava com um preto. Ela disse: pensas que a vida é fácil,

então vai à tua vida. Eu virei-lhe as costas e fui para a igreja, nas ruas da prostituição e fiquei lá a chorar. Uma senhora passou e perguntou-me o que é que se passava e eu contei e ela levou-me. Deu-me de comer, dinheiro, e eu apanhei o comboio e saí na estação. Depois tive que pagar outro bilhete para a Amadora, e tive que ir a pé para a Brandoa e cheguei lá e reconheci a casa. A minha tia disse que não me podia lá ter. Eu peguei e fui-me embora. Segui o caminho de ferro e chegou a noite e fiquei no jardim. E eu não sabia, era um jardim das mulheres da vida fácil. Um senhor chamou-me e percebeu e pediu desculpa. Eu tinha fome e frio e estava a chorar. Foi lá um preto e eu estava a chorar e ele disse: o que é que se passa? E disse depois, que me podia ajudar e levou-me para uma discoteca e apresentou-me uma rapariga, a Crisanta, que levava as raparigas para Espanha.

Fomos para uma pensão e eu fui para um quarto com um rapaz, mas como não queria fazer nada, fiquei sentada no chão, e ele não me fez nada, então roubou-me um sapato.

No dia seguinte a Crisanta levou-me para a discoteca e o disco *jockey* avisou-me que ela era *kenga,* e levava as menores para Espanha.

Ele levou-me para casa da mãe dele, eu contei à mãe dele, e ela ficou com pena de mim. Dormi lá e fiquei lá algum tempo na casa dele. Tinha onze ou doze anos.

Depois o melhor amigo dele drogou-me, com charro, levou-me para casa dele, tirou-me a virgindade. Era cabo verdiano e estava fugido da tropa. Eu fugi desse e fui para a estação do Rossio, veio a polícia e levaram-me para o colégio da Infanta em São Domingos de Benfica. Eu não gostava de lá estar, fugi e fui ter com a minha mãe. Do colégio fugia e fui para Viseu e depois voltei.

Acabei a escolaridade, o sexto ano e vim para cá para tirar o curso de mesa bar. Já estou no segundo ano, e vou passar para o terceiro ano, que dá equivalência ao nono.

O meu padrasto tentou-me violar, e violou a minha irmã.

A minha mãe, ela no fundo é boa pessoa, não é assim muito inteligente, só que primeiro está o amor do homem e depois os filhos.

C1 - 16A

O meu pai morreu, era reformado do exército da Guiné. Há três anos. Conheceu a minha mãe em Trás-os-Montes. Ela é reformada de acidente. Estava sentada na linha... tentou matar-se, tinha dezoito anos. Ela é muito nervosa, sofre de nervos.

Eu estava a trabalhar no Hotel Palmeiras, na manutenção do jardim, como monitor. Despedi-me porque abusavam nas horas de serviço.

Eu não assaltava casas. Roubava motos, ficava à espera dos outros.

Vim para cá porque faltava à escola.

A minha mãe não me deixava sair. E tinha que a ajudar, na feira de Cascais num quiosque...

O meu padrasto ficava lá às vezes, em casa, um mês, dois, mas nunca viveu na minha casa.

Os meus pais estavam separados desde os meus sete anos. Vivia com a minha mãe e aos fins de semana com o meu pai.

Vim para este colégio, por o meu pai ter falecido, de sida.

A senhora alguma vez punha o seu filho num colégio?

A minha mãe tinha um feitio esquisito, que ela é que tem razão, é uma pessoa muito antiquada. A minha mãe é católica, é diferente.

O meu pai confiava em mim. O meu pai era muçulmano, nem bebia bebidas alcoólicas.

Comecei a roubar chocolates, porque precisava comer. A minha mãe para eu entrar em casa tinha que seguir as normas dela. Estava sempre com medo.

Nunca me meti em drogas, só fumo tabaco.

Espero sair daqui e ir para casa.

A minha mãe se eu faltava à escola, era logo porrada nos cornos. O meu pai explicava...

A minha mãe não se dava bem com o meu pai.

C2 - 14A

Quando a minha mãe morreu, fiquei a viver com a minha prima. Quando a minha mãe morreu o meu pai estava preso. Depois fui viver com a minha madrasta, até o meu pai sair da prisão.

Casaram e ficámos a viver todos juntos. Depois o meu pai foi viver com outra pessoa, divorciaram-se. Eu fiquei a viver com a minha madrasta dois ou três anos. Fomos para Alfama, eu a minha madrasta e o filho mais novo. A minha irmã foi para casa da avó. O Fernando foi para a avó, mas agora, é o mais velho, está casado.

Eu vim para cá por mau comportamento. Chegava tarde à noite. Fui a casa da senhora com quem o meu pai vivia, um ou dois dias e o meu pai mandou-me de volta para casa.

Faltava à escola, ia passear com amigos, era as companhias. Andava no sétimo ano da Joséfa de Óbidos. Reprovei por faltas.

O meu pai quis que eu viesse cá para o Colégio. Não queria que eu vivesse com a minha madrasta.

Não vou a casa aos fins de semana. Já fui visitar a minha madrasta. O meu pai não.

Quando sair vou para a estação de Caxias, ou a Lisboa a casa da minha madrasta.

Não tenho dinheiro, mas vou no comboio. Eles mandam sair e eu saio e apanho o próximo.

Eu roubava os *betos* da escola. Dos anos mais novos, quinto e sexto. O dinheiro era para comprar tabaco. Já experimentei *chamon* com amigos da Mouraria.

Aos oito ou sete anos, roubava os miúdos da escola, eles saiam da aula, eu entrava, verificava as mochilas. Só uma vez, quase descobriram, ameaçaram e eu disse que não era eu.

Furtos, relógios, ao velho que aluga a casa, e que tem um quarto para ele. Uns relógios antigos... deixei lá nas minhas coisas, estão lá guardadas em casa.

O meu pai é teimoso, irrita-se facilmente, só sabe resolver as coisas a mal, nunca ouve, só sabe fazer tudo à maneira dele.

A tia Fernanda é a pessoa que eu gosto mais na família, mora em Cascais.

C3 - 15A

Os meus pais estão separados. Eu tinha três anos. Não vejo o meu pai desde os nove anos.

A minha mãe faz limpeza nos correios. O meu pai é reformado, era vendedor de betão.

Por causa do meu padrasto eu saí de casa. Estou cá desde o Verão.

Ele nunca me bateu.

Eu fugi de casa, andava na rua, e às vezes ia para casa dos meus primos. A minha mãe disse, que era melhor ir para um colégio. Ela disse que não me aceitava lá em casa.

Estive três dias no COAS, e depois vim para aqui. Lá em cima batiam-me e eu era bem comportado, mandaram-me para aqui.

O meu padrasto antes não era como é, nunca bateu à minha mãe, mas refila por tudo e por nada. Eu nunca gostei de discussões. Era sempre, quase todos os dias.

Andava por aí, nunca roubei. Andava a pedir nas lojas.

A minha mãe é meiga, compreensiva, mas quando quer não é. Mãe galinha.

O meu padrasto é resmungão, mas no fundo até gosta duma pessoa.

Se eu passar vou para casa. A minha mãe quando eu estava lá em cima, vinha-me sempre buscar, visitar-me, com as minhas irmãs. O meu padrasto não.

C4 - 15A

Fui apanhado pela polícia muitas vezes, a passear de noite. Gostava e gosto de passear à noite. Quando vou aos fins de semana, posso passear à noite, só que eu não quero.

Não ia à escola. Não gostava nem gosto da escola. Não gosto da escola. Se a senhora já sabe, para que é que me está a perguntar?

Ia passear, faltava à escola, ia passear por aí.

A primeira coisa que eu roubei, já não me lembro.

Estou-me a lixar para o juiz. As pessoas daqui são boas para mim.

Aqui ninguém manda em mim. Em casa, manda em mim a minha mãe e o meu pai.

Vim para cá porque às vezes não respeitava os meus pais. Não ouvia o que eles diziam para mim. Punham-me de castigo, quando eu não respeitava, e batiam-me.

Todos os que estão cá dentro, são meus amigos.

Amigos, amigos não é bem... Ao pé da minha casa tenho amigos. Amigos... só eu mesmo.

O que vai acontecer... não sei... estou aqui, quem me dera saber o que vai acontecer. Não penso nada.

A minha mãe é boa.

O meu pai para mim é bom, não sei para os outros.

Quando vou a casa ao fim de semana, devia sair com os meus amigos, mas não quero.

C5 - 15A

Foi por causa da escola, que eu vim para cá. Tratava mal os professores. Chateavam-me a mim também, chateava a eles. Fui expulso. Fui para um colégio no COAS, quatro dias. E depois vim para aqui, fui eu que pedi no tribunal.

Os meus pais, não queriam que eu viesse para eu ficar em casa, a arranjar trabalho, e ganhar para a família.

Andava no quinto ano. Agora ando no ensino recorrente.

Depois vou arranjar um trabalho fora e fazer a escola à noite. Nunca fugi e gosto de estar cá.

Na escola eu andei à porrada, e a partir daí, os outros é que faziam e eu é que pagava. O Conselho Directivo dava suspensões porque eu batia nos mais pequenos.

Às vezes não dormia em casa, desde os doze, treze anos, andava na rua a passear. Quando chegava a casa, levava nas orelhas.

Cá no Colégio, porque não me deixavam ir passar o fim de semana, então eu fugia. Os meus pais tinham medo que eu andasse na rua por causa dos carros, que fosse atropelado.

A minha mãe nunca me bateu, nem nada, foi sempre boa.

O meu pai às vezes é que cascava. O meu pai é normal, batia-me quando era preciso.

A escola é chata, nunca gostei da escola. Estou ali horas e horas fechado numa sala. Às vezes não percebo nada das perguntas das professoras e elas continuam...

C6 - 15A

Eu vivo com a minha tia, e lá em casa estão quatro irmãos. Um está com a minha mãe.

Eu vivia com a minha mãe. Ela foi-se embora e fiquei com a minha tia e a prima.

A minha mãe saiu antes do Natal. O meu pai vivi com ele até aos oito anos.

Eles separaram-se, brigavam mais ou menos.

O meu pai trabalha nas obras.

A minha mãe num banco, nas limpezas.

Eu chegava tarde a casa e não andava na escola. A minha mãe não me inscreveu na escola a tempo.

Reprovei o quinto ano na Delfim Santos.

Andava na rua até à meia noite, ia para o pé da namorada e dos amigos nas Laranjeiras.

Jogava à bola ou estava com amigos do bairro, mais velhos a conversar, ao pé da discoteca.

Roubei nos supermercados *Carrefour*, chocolates. Ia com um ou dois.

A minha tia pediu ao Juiz para eu vir para a escola.

Estou cá em observação.

Quero ir para casa. O Director disse que era só dois meses.

Se eu tivesse continuado, na escola não tinha vindo para aqui.

O meu pai vi-o há dois meses, mora a dois quilómetros. De vez em quando eu vou lá.

É alto, de cabelos pretos. É boa pessoa.

A minha mãe é um bocadinho baixinha. Muito boa pessoa.

Ela foi-se embora, por causa do namorado dela, que é o pai do meu irmão mais novo.

A gente dava-lhe muita porrada, se o namorado fosse lá para casa. Não fui com a cara dele.

C7 - 16A

Eu estudava na Brandoa, no quinto ano. Fui trabalhar para serralharia.

Andava a roubar os *betinhos*. Fui apanhado três ou quatro vezes. Estive cinco dias no COAS e depois vim para cá.

A minha mãe disse para ficar cá, é melhor. Vou ao fim de semana a casa.

Mandava pedras às motas da *telepiza*, eles quase batiam com a mota num gajo.

Só ao fim de quatro meses é que avisaram a minha mãe que eu estava aqui. Eu saí e não apareci. A primeira vez tinha quatro anos, fui para a Costa da Caparica. A polícia agarrou-me e eu fugi. Queria conhecer. Fui com mais quatro. Tínhamos quatro ou cinco anos, fomos de comboio e barco.

Eu acho que aqui no colégio estou melhor. Estou a estudar, vou tirar um curso.

Vim para cá porque andava com colegas a fazer porcaria. Eram de Lisboa. Eles consumiam eu não.

Às vezes fumo um charro.

A minha mãe gosto muito dela, acho que é simpática, bonita e trabalhadora.

Os filhos é que ajudam.

O meu pai é empreiteiro, é trabalhador.

A minha madrasta não gosta de mim.

Morei com o meu pai do seis aos oito anos e voltei para a minha mãe. Ela tinha muitos problemas com o álcool.

Eu ando no primeiro ano do ciclo. Aos dez anos reprovei e não fui mais à escola. Eu nem dinheiro tinha para os livros. A minha mãe não quis pedir, não tinha tempo para ir.

C8 - 17A

O meu irmão está no hospital, teve um acidente de moto. Está nos cuidados intensivos. O outro morreu.

Nem sei se a minha mãe sabe. Ela está a trabalhar. Ela costuma ir lá a casa à sexta feira, e é quando vai... Ela trabalha no ferro velho.

Há muito tempo que eu não os vejo, há uns quatro ou cinco anos.

Os meus irmãos estão num colégio em Caneças.

Não vou a casa para não fazer porcaria. A última vez que fui, tive um acidente de carro.

Tive o acidente e quando acordei estava no hospital.

Eu vim para cá porque eu fazia porcaria. Roubava. O tribunal de menores chamou-me e perguntou-me se eu queria vir para o colégio.

Eu roubava comida nas quintas, nos supermercados, carteiras nos miúdos das escolas. Andava a catar *betinhos*.

Talvez porque não tive muita coisa. Coisas que não me deram quando o meu pai faleceu. Aí é que eu comecei a ter problemas. Ficámos sem dinheiro, sem água, luz. Eu tive que começar a roubar.

Ainda por cima a minha mãe bebe.

Eu estou aqui, podia estar em casa a cuidar do meu irmão.

Bebia muito vinho e *whisky,* a minha mãe tinha lá, ou quando íamos roubar os supermercados.

Estudei até à quarta classe. Já tirei no COAS. Agora estou no quinto.

Nem sei se vou vê-los outra vez.

Vou sair em Junho, vou fazer dezoito anos.

A minha mãe trabalha. É parecida com a senhora, com cabelo redondo, três centímetros mais baixa. Boa pessoa. Respeita e é respeitada. E bebe.

O meu pai era o homem quase mais respeitado lá no meu bairro. Era bem educado e trabalhava nas obras. Era sócio dum senhor que agora é meu tio compadre.

Eu acho que o que aconteceu de mais importante para eu vir para aqui, foi o meu pai ter morrido.

As pessoas diziam que se o meu pai tivesse vivo, nada disso tinha acontecido.

C9 - 16A

O meu pai está em França. Somos de Cabo Verde. Tenho mais dezasseis irmãos do meu pai e da minha mãe. Vivo com a minha mãe, a minha irmã Edna e o meu irmão Oscar. Na Pedreira dos Húngaros.

Fazia merdas por isso vim para cá.

A minha mãe acha bem ter vindo para cá, só por um motivo, eu não gostava da escola, e não tenho possibilidade de fazer escola lá fora e faço aqui.

Não sei se o meu pai gosta que eu esteja aqui, ele está sempre a emigrar.

Eu ia ao Pingo Doce roubar chocolates.

Sou agarrado pela polícia, juntou processos e trouxeram-me para aqui, porque não posso ir preso.

Bicicletas, tinha a parte de trás da minha casa cheia de bicicletas, esquadros... montava.

Eu é que dou bicicletas aos meus irmãos. Ia parar à esquadra. Antes de eu estar no colégio nunca fui à esquadra. Já estou no colégio há seis ou sete anos.

Quando fujo, vou sempre para casa e sou apanhado pela polícia.

Vim para o colégio com doze ou treze anos.

Dizem que o tribunal mandou.

Fui para a esquadra e disseram que o tribunal tinha dito para eu vir para o colégio e a minha mãe disse que não queria que eu viesse...

C10 - 17A

Estou há um ano no colégio.

O meu pai é alcoólico, dava maus tratos e eu não suportei. Pedi para vir para o colégio.

A minha mãe metia-se à frente, levava também.

Aos meus irmãos já não bate, porque eu falei com ele e disse que quero que os meus irmãos tenham um futuro diferente do que eu tive.

Não tinha cabeça para estudar por causa dos problemas que tinha em casa.

Nem aqui gosto de andar na escola. É saturante. Eu sei muitas coisas, aprendo.

Gostava de ir trabalhar. Eu estive na pintura de automóveis há dois anos numa oficina em Odivelas.

A minha mãe não gostou que eu viesse para o colégio, o meu pai não gostou, mas eu vim. Eu também gosto.

Estive dois meses fora de casa. Dormia dentro dum carro abandonado. Ia a casa da minha tia para comer. A minha tia, irmã da minha mãe também bebe.

Deviam acabar com o álcool em Portugal. Os presidentes, esses gajos todos, se quiserem acabam. Se fosse eu, já tinha acabado há anos.

C11 - 16A

Não quero estar com a minha mãe, porque está com outro homem.

Desde os cinco anos que estou sempre com os meus avós. Eles gostaram mais de mim.

Vim para o colégio com catorze anos. Fazia furtos.

Saía de casa pelo quintal e às sete da manhã regressava. Os meus avós não davam por nada.

Ia com os amigos da rua. Assaltávamos cafés, lojas, roubávamos dinheiro, chocolates, tabaco. Aparecia a polícia, interrogava e levavam a casa.

Os meus avós não faziam nada. Falavam comigo, só que não me batiam.

Até que um dia eu já estava farto de fazer as coisas com o meu primo, ele foi preso e a mim mandaram-me embora.

A polícia andava à minha procura, levaram-me, mostraram-me o papel a dizer que eu tinha que vir para o colégio.

Não avisaram a minha família. Eu é que avisei os meus avós que estava aqui.

Aos fins de semana vou para casa.

Nunca vejo a minha mãe.

Fugi do colégio para a minha mãe. Ela recebeu-me.

O meu irmão já tinha estado cá. Foi desligado e agora trabalha na Câmara.

Penso que quando fizer o ciclo vou para casa.

Tínhamos a mania de nos armarmos em bons e depois já era vício.

Fugia da escola e dizia à minha avó que a professora era feia.

Lembro-me muito pouco do meu pai. Só me lembro dele no Jardim Zoológico. Lembro-me também dele a bater à minha mãe.

Quando eu era pequeno, tinha sete anos, fugia de casa para o Alentejo e Algarve com o meu irmão. A minha mãe pensava que íamos para a minha avó.

Eu gostava de ser... também não sei... futebolista.

C12 - 15A

Acho que foi o meu pai que me pôs cá. Eu tinha catorze anos quando a minha mãe morreu.

Andava na quarta classe na escola de Campolide, quando deixei de estudar. Tinha dez anos.

Em casa dos meus tios não ia à escola, não me apetecia.

Estava em casa do meu tio, já estava à espera de ir para o colégio há dois anos. Telefonaram a dizer que me iam buscar. Foi o Senhor Fabião e depois vim para cá. Não sei porque é que vim.

Vou ao fim de semana a casa dos meus tios.

Nunca fugi do colégio.

O meu irmão Jorge esteve cá meio ano. Ele agora trabalha.

A minha mãe era assim um bocadinho gorda. Era boa.

O meu pai também é bom.

Eu gostava de viver com o meu pai. Eu às vezes vou lá.

Acho que vou ficar aqui até aos dezoito anos, mas eu quero ficar até mais porque eu quero estudar e tirar um curso.

Agora estou a tirar serralharia civil, mas depois vou tirar mecânica.

Vou procurar trabalho, antes quero ser mecânico, ganha-se mais dinheiro. Nunca fugi do colégio. Nem fui à polícia, nem ao tribunal.

C13 - 15A

Estou no colégio há dois anos. Fugi em Novembro e voltei em Janeiro.

Os meus pais separaram-se quando eu tinha quatro anos e eu fiquei com a minha mãe. Depois juntaram-se quando eu tinha oito anos.

Eu vim para cá porque quis. Não me sentia bem em casa. Havia discussões.

Desisti da escola. A professora inventou que eu queria raptar a filha dela. Provou-se em tribunal que era mentira. Eu tinha doze anos e andava no quinto ano. Ela apresentou queixa na polícia. O Conselho Directivo não me expulsou.

Andava a trabalhar com o meu pai que é electricista.

Fugia de casa. O meu pai ia buscar-me.

Tomei os comprimidos da minha mãe *Prozac* e *Lorenin*. Estive em coma no hospital do Barreiro.

Depois tentei outra vez, em Fevereiro, quando fugi do colégio.

O meu pai quis pôr-me num colégio interno e a minha mãe não deixou. Ela não quer que eu esteja aqui.

Quando fugi de casa e fui para o hospital, o psicólogo arranjou para aqui.

Ainda vou ao psicólogo, todas as semanas, na Estefânia.

O meu pai já tentou tirar-me daqui. Mas às vezes diz que é bem feito eu estar aqui.

Não quero estudar de dia, só à noite. Agora é tarde de mais. Gostava de ir para casa se houvesse bom ambiente.

A minha mãe ajuda-me sempre. A minha irmã mais velha também me ajuda. O meu pai só às vezes. A minha mãe trata-me melhor que ele. Ele está sempre a chatear por eu não fazer nada.

Posso voltar para casa, vou trabalhar. Se não voltar para casa o colégio arranja-me uma casa. Foi o que me disseram quando eu vim para aqui.

O que devia ter acontecido era a minha mãe nunca se ter juntado com o meu pai. Vou a casa de vez em quando. Quando me porto mal, não me deixam ir.

Estou a tirar o curso de electricidade e fotocomposição.

Quero ser polícia. Tenho que ter o nono ano. Gosto daquilo desde pequeno.

Nunca tive nenhum problema com a polícia.

C14 - 14A

Vim para cá há quinze dias. Estive no colégio da Bela Vista uma semana e três dias.

Desde que a minha mãe morreu que vivo com os meus avós paternos.

Nas férias fui trabalhar com o meu pai.

Houve chatice nos meus avós. A minha avó disse que eu lhe tinha roubado dinheiro e era mentira.

O meu pai deixou-me ir passar férias à minha bisavó e nunca mais o meu pai me foi buscar.

Passei o Natal no Algarve com a minha bisavó e a passagem do ano com o meu pai.

Eu estava no sétimo ano. Andava a faltar às aulas. Pelo que ouvi dizer já tinha o ano perdido. Ficava em casa a dormir. Às vezes ia para a rua conviver com os meus colegas, íamos para o café.

Sei que fui ao tribunal falar com uma juíza. Fui lá três vezes. À terceira vez mandaram-me ir para o COAS e transferiram-me para aqui. Não sei porquê, nunca roubei, nunca fiz nada disso.

Falaram na minha mãe ter morrido e do meu pai nunca mais me ter ligado.

Nunca me dei mal com ele. Não sei se ele sabe que eu estou internado, mas deve saber, não sabe é qual é o colégio.

O meu pai, sei lá... é magro, andava metido na droga, não sei se ainda anda, batia muitas vezes na minha mãe, era um bocadinho mau, trabalhava nas obras.

Virava-me à porrada a ele, quando ele batia à minha mãe, só que em seguida levava eu.

Droga-se com cavalo, chamada heroína e cocaína. Nunca experimentei.

O que vai acontecer... não penso nada. Pelo menos acho que vou estudar. Acho que só vou ficar cá quatro meses.

C15 - 15A

A minha mãe faleceu o ano passado, de cancro no pâncreas.

Vim para cá porque na escola estava sempre a fazer porcaria, andava com facas e pistolas de chumbo. Desde que fui para a escola, com seis anos. Com facas e pistolas a partir dos nove anos. A minha mãe tirou-ma, mas eu apanhei-a outra vez. Comprei a uma cigana.

Viram que eu andava com isso telefonaram para a assistência e mandaram-me para o COAS.

Os meus pais perguntaram-me se eu queria ir para o colégio, e eu disse que sim.

A asneira pior que eu já fiz foi meter-me na droga, mas já deixei. Todos os dias, coca e heroína.

Voltei para o colégio, a polícia agarrou-me, meteram-me na cela três dias e larguei.

Depois de três dias ainda estava mal, não dormia mais do que duas horas, mas tive força de vontade e larguei.

Depois disso já fui a casa e não peguei. O meu pai dizia: larga isso e vai para o colégio.

Eu já estive no Centro Renascer, há quatro meses e depois fugi. Lá não resultou. Havia lá muitos, comíamos mal e eu não conseguia lá estar.

Aqui quiseram-me dar remédios mas eu não quis.

A minha tia queria-me levar para Inglaterra, mas a minha mãe não deixou.

Quando sair daqui vou para Inglaterra, trabalhar lá. É fácil arranjar trabalho, os trabalhos não são muito pesados.

A minha mãe era forte, eu sou mesmo parecido com ela.

O meu pai é assim um bocado mais forte que eu. É boa pessoa.

A minha mãe também era. Todas as pessoas gostavam dela.

C16 - 15A

Vim para cá por faltar à escola. Não gostava das professoras, eram chatas. Gritavam muito.

O meu pai está em Inglaterra. A minha mãe não tem possibilidades. Nunca a vejo.

Andava por aí. Ia passear para o parque de Palmela.

A escola mandou uma carta para casa da minha mãe, eu estava a viver com ela. Ela disse que eu vinha para este colégio.

Estou cá há três anos. Estou na escola de Caxias no sétimo ano.

A minha vida vai mudar.

Às vezes a minha mãe batia. Às vezes sem motivo.

A minha mãe é alta, mais ou menos magra, cabelos por aqui... é mais ou menos.

O meu pai é alto, magro, cabelo curto. É bom, é boa pessoa.

C17 - 16A

O meu pai estava cá metido na droga. Foi fazer a cura. Agora está em Espanha. Não o vi mais. Eu cheguei de Cabo Verde em Agosto, eu fui para lá, fiquei lá quatro anos.

Vim para o colégio porque andava a roubar. Noutra vez os meus colegas foram roubar, eu não estava com eles, mas no dia seguinte estava, o polícia apanhou-me. Eles começaram a correr e eu não sabia, os polícias apanharam-me, fui para o COAS e depois vim para cá.

Eles iam roubar carros e vinham-me chamar para ir dar voltas com eles, para a Amadora, para o outro lado do rio, para Setúbal. Eles roubavam na Venda Nova, Pontinha, Reboleira. Um tem dezassete anos, já está preso, um tem quinze anos, já está preso, e outro tem também dezassete anos já está preso na Judiciária.

Foi a primeira vez que eu fui apanhado. A minha mãe ficou espantada e disse ao polícia que não podia ser eu. Mas um polícia que é meu amigo e viu-me num carro roubado e disse: então de quem era o carro?

Eu andava na Casa Pia, eu não estava a aguentar porque eles não deixavam sair, eu fugia pela janela e ia para outra escola na Damaia ter com os meus amigos. Eu andei lá até ao sexto ano. Eu fui para a Casa Pia porque o meu primo também foi e nós somos quase irmãos.

Quando vim para cá comecei a fumar charros. Eu andava sempre com os mesmos, são de Laveiras e eles fumam e eles diziam que eu ia *chibar* e fumei.

A minha mãe é bonita e é simpática.

O meu pai nunca me bateu é a mesma coisa. Há quatro anos que não vejo o meu pai, mas lembro-me dele. Nunca hei-de esquecer o meu pai.

Aos quinze anos é que comecei a roubar. A primeira coisa foi uma bicicleta. Eu vi lá no campo e apanhei e vim-me embora. A minha mãe não viu. O meu irmão tem uma, mas não gosta de emprestar.

Eu vou trabalhar e depois vou para o estrangeiro. Eu quero trabalhar e ir para os Estados Unidos da América, porque tenho o meu melhor amigo lá.

C18 - 13A

Foram os polícias que me trouxeram. Apanharam-me com haxixe nos bolsos. Eu tinha encontrado no bairro e ia vender. Fizeram uma rusga e apanharam mais um. O outro já vinha do tribunal, no outro dia pegaram e levaram para o tribunal outra vez.

Quando o meu pai morreu eu tinha para aí oito anos.

Eu acho que lhe meteram veneno na bebida, em Espanha. Eu acho que ele arranjou outra mulher. A minha mãe disse. Ela tem a certeza que foi, a certeza.

Eu vivia com a minha mãe e a minha irmã mais pequena. A outra foi viver para a Serra da Estrela com os meus avós. Dois irmãos vivem com o pai e a outra irmã vive lá com uma mulher que é amiga dela.

A minha mãe já disse que eu vinha para o Colégio.

Ela disse aos guardas, para me porem no colégio, porque eu não dormia quase em ca:.. Não dormia à noite, vinha de manhã. Ficava lá no bairro com os meus amigos, da minha idade.

Gosto mais deste colégio, é mais perto de casa. Já conheço pessoas de cá, uns moram perto do meu bairro, nas Fontainhas na Venda Nova.

O meu pai tinha *rasta,* cabelo grande, ele era escuro. Ele não se metia com ninguém.

A minha mãe é boa mãe.

Não sei o que vai acontecer, não pensei em nada. Ainda falta muito tempo para ter os estudos.

I1 - 17A

Eu morava na Brandoa, a minha mãe queria-me mandar para a minha avó e vim para cá.

Quando tinha nove anos tive uma acidente de automóvel, fui para Santa Maria e fiquei quatro semanas em coma sem falar, sem ver, sem andar. Recuperei e fui um mês para Alcoitão.

Depois estive oito dias em Carnide, nas freiras.

Quando entrei para aqui, as miúdas batiam-me muito. Quando fui a casa já não vim.

Desde que entrei cá, comecei a portar-me mal. Fugia de casa.

Quando estava em casa, porque eu não voltei ao colégio, durante oito meses, andava a portar-me mal. Saía, não dizia para onde ia... estava com os colegas. Andávamos a passear.

Na passagem do ano, bebi muito e fui parar ao hospital e então a minha mãe mandou-me para cá. Eu tinha dezasseis anos.

Eu não vou para casa porque me dou mal com a minha irmã.

Já namoro há tempos, ele é primo da minha amiga. Por isso vou pedir para ir passar o fim de semana a casa dele.

Eu namorei dois anos com outro, mas acabámos. Agora namoro há seis meses.

I2 - 15A

O pai dos meus irmãos, violou-me. Ele é que me perfilhou. Foi para Angola, foi para lá trabalhar.

Ele vivia com a minha mãe.

Eu tinha sete anos. Eu estava deitada no chão e os meus irmãos adormeceram e ele foi lá e começou-me a fazer...

A minha mãe já não vivia lá em casa, tinha ido para a Musgueira. Ele levou-nos para outro bairro, escondeu-nos e pôs-nos a pedir e se a gente não levássemos dinheiro dava-nos porrada.

Eu pedi aos senhores do Apoio à Criança, (IAC), para vir para um colégio. Os meus irmãos também estão na casa do Gaiato.

Estou cá há três anos e nunca fugi. Estou no sexto ano, tenho aulas cá no colégio e estou a tirar um curso de cabeleireiro.

Eu pedia no Rossio e na baixa. Roubava nos supermercados comida e aos vendedores, anéis e malas.

Se eu não fosse para um colégio destes, eu já estava a matar.

Se os meus pais tivessem mais responsabilidade, já eu não vinha para cá.

Foi ele que meteu a minha mãe na prostituição.

Quando a minha mãe foi para o pé dele, já estava grávida de mim e ele quis-me matar.

Quando ele me violava, eu até dava beliscões ao meu irmão, para ver se ele me ajudava. Mas ele fingia que estava a dormir.

Quando ele se foi embora para Angola, nós ficámos sozinhos. Pedíamos. Passámos a dormir em casa da minha avó, da mãe da minha mãe. Ela pedia-nos o dinheiro que a gente andava a pedir.

A minha mãe e o meu pai, eram os dois drogados. Andávamos a pedir que era para a droga.

A minha mãe houve um tempo, que dormia na minha a avó, depois andou desaparecida. Juntou-se com um homem e depois deixou. Agora anda outra vez na prostituição e acho que já não anda na droga.

Agora quando vou a casa vou para as minhas primas, da minha mãe na Musgueira.

Quando eu ia ao fim de semana, a minha avó também me deixava sem comida. Ela também mora na Musgueira.

Muitas vezes eu fico a chorar por causa da minha mãe andar na vida e na droga. Estou sempre preocupada com os meus irmãos.

Quando tiver dezoito anos, quero juntar dinheiro para comprar uma casa.

I3 - 15A

Eu vim para cá porque fugia de casa, desde os onze anos. Vivia com os meus pais e os meus irmãos.

Estive no CAT no Restelo. Consumia *haxe,* cocaína. Injectei-me com heroína, uma vez, aos onze anos.

Eu fugia por causa dos problemas de casa. O meu pai só ralhava comigo. A minha família nunca gostou de mim.

Estou cá há um ano e meio. Já fugi muitas vezes. Vou para casa de amigos, passo lá uma semana e venho.

Quando saio aos fins de semana, vou ter com o meu namorado em Sintra. Em casa não me deixam sair com medo que fuja ou tenha uma recaída.

Deixei a escola Manuel da Maia com catorze anos, estava no sexto ano. Agora estou a estudar cá no colégio.

A minha mãe já me arranjou emprego numa padaria e eu venho dormir aqui e vou trabalhar lá fora.

Aos onze anos eu deixei de gostar da minha mãe.

Eu quero organizar a minha vida para verem que eu não dependo, nem do pai nem da mãe.

Eu quero organizar a minha vida, à minha maneira. Não gosto de pedir favores a ninguém.

A minha mãe é pouco responsável. Não é nada...

Ajudou os filhos mais velhos. Se fosse ela tinha tido comigo umas conversas... mas é mãe... é mãe...

O meu pai é responsável, ajuda os filhos, mas tem a mania que é um grande pai. Mas eu não acho.

I4 - 15A

Eu fugi de casa. A minha irmã fugiu duas vezes. Quando foi apanhada pela polícia judiciária, foi a tribunal e veio para o Colégio.

Um dia fugi de casa e vim buscá-la ao colégio com mais dois rapazes que andavam fugidos. Dormíamos numa casa. Fomos apanhados na Guarda.

Veio a minha irmã para aqui e eu fui para casa. Depois fugi outra vez e o tribunal pôs-me aqui.

Eu fugia para vir ter com a minha irmã, que fugia porque o meu pai lhe batia. Porque ele bebe. Quase todos os dias, à noite, vem sempre bêbado. É muito chato e agressivo.

Eu estive lá fora a estudar à noite. Agora, aqui no colégio, só faço duas disciplinas.

A minha mãe é simpática, é uma pessoa normal.

O meu pai quando está bêbado é divertido. Quando está bêbado fica casmurro e quer bater em toda a gente. Ele batia na minha mãe, por causa da tropa, porque dois filhos deles morreram...

Se eu não tivesse fugido de casa, não tinha vindo para cá.

Eu queria tirar um curso de informática, arranjar emprego...

I5 - 16A

Eu vim para cá por causa do meu padrasto. Dávamo-nos mal. A minha mãe ia por ele.

Tinha treze anos, quando vim para o colégio.

Ele trabalha nas obras.

Eu não vou visitar a minha mãe nem os meus irmãos. Só o de sete anos que está numa família de acolhimento.

Eu passo os fins de semana na casa do meu namorado, que vive com o irmão.

Eu tenho um filho de dois anos. É filho dum rapaz que eu conheci por acaso. Quando eu entrei para o colégio já vinha grávida.

Fiquei grávida porque eu não sabia nada.

A minha mãe não me ensinava nada, era desleixada.

A minha mãe é péssima. É egoísta, só quer tudo para ela. É cínica.

O meu pai é bom, é simpático a dar as coisas, pronto a dividir com os outros.

Eu fiz o sétimo ano cá dentro, agora não ando a estudar. Ando a engomados.

Saio no dia vinte cinco de Junho. Vou trabalhar e viver com o meu namorado. Vamos para Castro d'Aire trabalhar as terras.

A minha mãe está metida num crime, porque o namorado dela matou outro.

I6 - 15A

Eu vim para cá porque os meus pais eram toxicodependentes. Eu vim para cá com catorze anos, há um ano. Estive de fuga dez meses.

Estive em casa duma colega uma semana, depois fui para casa do meu namorado e depois para casa do meu pai, que voltou de França. Ele esteve no Patriarche.

A minha avó telefonou para o colégio a avisar que eu estava com o meu pai e o colégio foi-me buscar.

A última vez que vi a minha mãe tinha onze anos. Estava na Casa Pia. Estive lá antes de vir para aqui.

A minha mãe está em Espanha na prostituição. Eu nem a conheci como deve ser. É simpática, mas muito má às vezes. Bate muito.

O meu pai é simpático e trabalhador, gosta de nós. Está a tentar juntar nós todos.

O meu pai é que me foi buscar a casa do meu namorado. Bateu-me e eu falei aos meus tios.

A minha tia quando o meu pai veio de França, levou-o lá. Eu vivia com o meu namorado, a mãe o padrasto e o irmão.

Eu tinha treze anos quando tive a primeira vez relações sexuais. O meu namorado tinha dezassete anos.

Eu sei lá... o meu pai está a tentar juntar os filhos todos.

O que podia ter acontecido, era não haver droga.

O meu pai começou com haxixe e depois foi para o cavalo na prata e depois já se injectava com heroína. Há catorze anos.

A minha mãe só fumava na prata. Os meus tios ainda se drogam.

I7 - 12A

Eu vivi um ano no Algarve com o meu pai e ele agora foi para o Brasil. Eu fui viver com a minha madrasta.

Os meus pais separaram-se, quando eu tinha três meses. Fiquei em casa da minha avó até aos três anos. Depois a minha mãe arranjou casa, juntou-se com um homem e fui para lá aos sete anos. Depois fui para a minha tia, porque levava muita porrada da minha mãe.

Estive lá um ano na minha tia. A minha mãe fazia muita chantagem e então fui viver com ela.

Fiquei lá até aos nove anos e ouve uma confusão com o meu avô e a minha mãe começou-me a bater e eu fugi para casa dos meus tios. Depois fui passar férias com o meu pai no Algarve e aos onze anos voltei para a minha mãe. Confiei que ela não me batia.

Fugi de casa porque a minha mãe me batia e fiquei com a minha tia. A minha mãe fazia escândalos e então o tribunal decidiu que eu vinha para este Colégio.

Quando vou ao fim de semana, fico na minha avó ou na minha tia.

A minha mãe vem ver-me ao colégio uma vez por mês. Sexta-feira ao fim do dia.

Eu estou na quarta classe. Reprovei porque faltava. Eu tinha que cuidar dos meus irmãos.

Os meus irmãos estão com o meu padrasto. E a minha irmã está com a minha avó.

A minha mãe penso que não é boa mãe. Tratava muito mal os filhos... acho que devia ser uma mãe melhor.

O meu pai acho que é uma boa pessoa. Pelo menos nunca me tratou mal. O meu pai noutro sentido, não liga às filhas... prometia coisas à minha irmã e não dava. Mas eu não tenho razão de queixa.

Tenho da minha madrasta. Não acho a mulher ideal para o meu pai.

Daqui para a frente em Maio vou a tribunal e tenho que escolher o meu pai, a minha mãe ou o meu tio. Eu às vezes sinto que se depender de mim, eu quero ir para o meu tio. Para o Brasil não quero ir.

I8 - 15A

O meu pai é alcoólico, batia-me e à minha mãe. Eu saía e só vinha à noite quando ele estava a dormir.

Foi a minha mãe que pediu à assistente social para eu vir. Estive num lar de freiras, semi-internato e depois vim para aqui.

Nunca ia às aulas, andava na Delfim Santos, no quinto ano. Fiz o sexto ano no colégio de freiras e agora estou cá nas aulas.

O meu pai, as pessoas pensam que ele é muito simpático, mas ele é frio, não gosto dele, é mau.

A minha mãe gosto. É muito boazinha, mas exalta-se com pouco, às vezes grita muito.

O meu pai podia beber, mas se não batesse, eu não estava aqui.

Eu estou a acabar o curso de cabeleireiro. A partir de dia um vou trabalhar para Alvalade.

Talvez vá para casa de vez, nas férias.

I9 - 15A

Eu vim de Angola há cinco anos. Tenho nove irmãos. Estão três em casa. Os outros... não sei onde moram. Tenho uma irmã, cá no colégio. Uns moram em Lisboa, outros em Angola.

Vim para cá porque fiquei grávida. Os meus pais não queriam discussão em casa e puseram-me na rua.

Fiquei grávida quando tinha doze anos. O meu primo tinha dezanove anos. Eu já andava com ele desde os onze anos. Ele tinha outra mulher e ficou grávida na mesma altura que eu. Eles deviam estar muito chateados e puseram-me na rua. Fui para a escola e contei às professoras. Falaram entre elas e chamaram o meu pai e elas encontraram o colégio.

A minha mãe é boa, a minha mãe é boa.

O meu pai não. Não gosto da companhia dele, mais valia que ele não fosse meu pai.

O meu pai é um cínico. Vai beber, faz confusão, bate na minha mãe, bate nos meus irmãos.

Não vou passar o fim de semana a casa por causa dele.

Eu vim aqui parar... se eu não ficasse grávida, não estava aqui.

Não sei... agora até aos dezoito anos vou ficar cá, depois não sei onde é que vou.

I10 - 15A

O meu pai deu três filhos. Vendeu-os. A gente passava fome, levávamos porrada dos meus pais. Para não ser isso ele deu-os.

A mim internou-me aqui no colégio, desde os treze anos. O meu pai quando vinha bêbado começava a bater à gente.

Quando o meu pai batia na minha mãe, ela ia connosco para casa do pai dela.

A minha mãe é boa pessoa.

O meu pai é um bocado assim...

Vou sair daqui, para casa dos meus pais em Junho, e faço a minha vida normal.

A minha mãe vem cá à sexta ou ao domingo.

I11 - 15A

Eu vivo com os meus pais adoptivos, a minha madrinha e o meu padrinho.

Eu andava na Casa Pia, nunca ia à escola. Não gosto da escola. Acho que aquilo é muito chato. Ia para casa duma colega minha até à hora da saída.

Chumbei por faltas no quinto ano.

Eu conheci o meu pai, vi-o uma vez.

Ele foi à minha procura.

Moramos no Casal Ventoso. Os meus pais abandonaram-me, tinha eu acabado de nascer.

A minha mãe é prostituta e drogada.

O meu pai foi preso por ser traficante.

Eu estava na Casa Pia a tirar o curso de cozinha. O tribunal quis que eu viesse para aqui.

Aos dezasseis anos vou-me embora.

A minha madrinha é boa pessoa também, só quando fazemos mal é que começa a ralhar.

Eu fiz um erro, não devia ter faltado às aulas. Não pensei.

I12 - 17A

Eu estou cá por abuso sexual, por parte do pai.

Vivia com a minha mãe e o meu pai e cinco irmãos. Eu sou do meio.

A minha mãe saiu uma manhã, os meus irmãos também saíram para o trabalho e eu estava sozinha com um irmão de seis anos. E eu estava a dormir e o meu pai abusou de mim. Rasgou-me a roupa à força. E eu fui retirada de casa.

Nos colégios eu fugia muito e comecei a ser transferida de colégio para colégio.

Conheci o pai do meu filho, engravidei com quinze anos. Ele tinha dezassete anos. Quando vim para aqui, já tinha o meu filho.

Estava em Vila Nova de Gaia, no colégio quando engravidei. Fugia e era para ficar junto do pai do meu filho.

O que podia ser diferente era eu não ter filho, porque sou muito nova e o que eu gostava não era de estar em lar ou colégio. Aconteceu por o meu pai me ter feito mal.

O primeiro homem que eu tive na minha vida, foi o pai do meu filho. Mas se calhar, se não tivesse sido assim, agora não estava aqui.

Talvez... se calhar mesmo sem o meu pai me ter feito aquilo, eu vinha parar aqui... com o ambiente que há lá em casa. O meu pai é muito alcoólico e bate na minha mãe.

Uma mãe digna, ou deixava, ou separava-se do pai. Um pai que faz isso... não é uma mãe digna. A minha mãe é uma má mãe, não é responsável. Dá desprezo, não dá apoio.

O meu pai nem tenho nada a dizer. Só a palavra ódio. Não é pai, não é nada. Considero um bicho de mato.

Quando sair daqui tenho ajuda do colégio. Faltam-me oito meses.

Nunca estudei. Reprovei porque fugia do colégio muito tempo. Ficava fora seis meses. Ia para casa de pessoas amigas.

Tive mais dois homens na minha vida, separámo-nos porque não dava.

Prostituição, nem pensar! Não havia nada que me levasse... é isso e a droga.

I13 - 10A

Eu vim para cá porque a minha mãe está doente.

Não tem condições para ficar connosco.

Ficamos aqui até ela estar melhor.

Ando na terceira classe. Já reprovei duas vezes.

Não me lembro do meu pai. Ele está em Angola. Eu vim para Portugal ainda era bebé.

Cá no colégio estão mais quatro irmãs. A minha irmã que tem quatro anos está com o meu padrasto. Não sei onde ele está.

O meu irmão que tem dezanove anos está com a minha mãe.

A minha mãe é boa, bonita...

Ela veio cá neste domingo. Eu às vezes vou a casa...

I14 - 17A

Eu juntei-me com um rapaz de trinta e dois anos e esse rapaz queria-me levar para Espanha. Ele queria-me levar para a prostituição. Vivia com ele há dois anos. Não engravidei porque eu ainda não tinha o período. Só me veio com dezasseis anos, este ano.

Ele veio viver para minha casa, tinha eu catorze anos. Ele trabalhava nas obras. Vivia com a minha mãe e os meus irmãos.

A partir dos dois anos, nunca mais vi o meu pai.

A minha mãe andou com esse rapaz, com que eu estava, depois de eu ser internada aqui. Ela só telefona à filha quando a filha está de fuga.

Agora já não fujo mais, porque vou para Viseu.

Nunca vou a casa aos fins de semana. A minha mãe quando eu vou lá, mete sempre coisas na cabeça: foge lá, foge lá para vires viver com a mãe.

A minha mãe não é sincera. Para mim não vale nada.

Aos treze anos fiz as malas para fugir de casa e me entregar à polícia, para vir para um colégio.

Eu andava a pedir na rua e os meus irmãos.

Ela dizia: a estas horas quero-te cá em casa. O dinheiro que ela dava não chegava para a comida. Passava fome, andávamos a pedir de porta em porta.

O meu padrasto começou a abusar de mim, eu ainda tinha para aí onze ou doze anos. Eu nem tinha peitos.

Eu contei à vizinha e quando a minha mãe me perguntou, eu disse que não. Tinha medo dele.

Ela também queria que eu fosse para Espanha, eu é que fui contar à minha vizinha.

O que aconteceu, não sei explicar... portar-me mal, fugir de casa, vir às tantas da manhã.

O que vai acontecer... uma vida duma pessoa normal...

I15 - 13A

Eu vivia com a minha mãe, mais com uma irmã de catorze anos. O meu irmão de doze anos foi dado a um casal, que não eram portugueses.

Nunca mais vi o meu pai, nem o quero ver. Bateu-me muito. Ele e a minha madrasta.

Eu conheci a minha mãe com oito anos.

O meu pai é alcoólico, ele não queria trabalhar, só queria ir para a cama com a minha mãe.

Eles zangaram-se, separaram-se e a minha mãe deixou-me só a mim na casa da minha avó.

Vivi com a minha avó da parte do pai, dois anos. Ela teve uma trombose e fui viver para casa do meu pai.

Conheci a minha mãe com oito anos. O meu pai e a minha mãe zangaram-se e eu fui para casa da minha mãe dos nove aos onze anos. E a minha mãe pôs-me aqui. Ela não tinha condições para estar comigo.

Este colégio foi onde ela já cá esteve, por isso ela me conseguiu pôr aqui rápido.

A minha avó também lhe abandonou.

Se eu ficasse com a minha mãe, se ela tivesse condições, eu já não tinha vindo para aqui.

O meu pai foi preso. A minha avó é que me disse.

Uma vez cheguei a casa com um pacote de bolachas, que me deram. A minha madrasta viu e disse que ia dizer ao meu pai. Quando ele chegou, pegou no cinto e na mangueira e bateu-me fechada no quarto.

Tinha que dormir no chão da casa de banho de castigo, na pedra.

No dia seguinte fui para a escola toda marcada.

Um dia fecharam-me, com tudo fechado a adesivos. Um senhor foi lá dar-me comer e eu já não pus bem o adesivo. Eles tinham ido para a praia. Quando chegaram e viram que o adesivo já não estava igual, bateu-me.

A minha mãe é uma boa mãe. Ajuda-me em tudo o que pode.

O meu pai é uma péssima pessoa.

A minha mãe disse que me ia tirar daqui dia vinte sete deste mês.

I16 - 14A

O meu padrasto, que a minha mãe dizia que era o meu verdadeiro pai, bateu as botas de *overdose.*

A minha mãe fugiu dele.

Tinha um irmão que morreu de acidente de comboio, e foi em acidente. Eu não quero falar disso.

Vim para cá por causa dos problemas. A minha mãe precisava de mudar de casa e não tinha condições e depois o meu padrasto era alcoólico e começou-se a drogar.

Começava a implicar connosco e com a minha mãe, onde lhe batia. E ela estúpida deixava-se ficar.

Um dia eu acordei e ele estava na minha cama. Eu disse: o que é? e ele disse: oh! oh! e foi embora.

Ela disse que não acreditava em mim, que era mentira.

Depois ela foi para fora trabalhar e eu fiquei com a minha tia. Eu já estou cá há cinco anos.

A minha irmã de dezanove anos estava com os meus avós.

Um dia uns senhores polícias foram-nos lá buscar e levaram-nos para o tribunal de menores, eu e o meu irmão. Eu tinha dez anos e ele tinha doze anos. Ele foi para o colégio COAS da Graça, onde até fazem capoeira e magia. O meu irmão não gostou de lá estar e voltou para casa. Eu gostei de cá estar e fiquei.

Saio dia vinte sete e volto para a Manuel da Maia.

A minha mãe quando fala, quando estamos a discutir é um bocado agressiva. Comigo foi sempre um bocado agressiva. É uma óptima pessoa, que gosta de ajudar quando pode.

O meu pai só vi ele na semana que o meu irmão faleceu, depois do enterro, há dois anos.

I 17 - 14A

Eu vivia com o meu pai e a minha madrasta.

A minha irmã vive com eles.

A minha mãe não sei dela. Acho que ela está em Espanha. Ela tem lá mais filhos. Tem lá o marido dela também.

Vim para cá por causa do meu pai me bater.

Por ele me tentar fazer coisas. Queria-me tentar violar, mas não conseguiu.

Eu estava em casa e o meu pai começou-me a falar coisas sobre sexo e assim. Mas despiu.

Mas o *soutor* também falava disso, na escola Manuel da Maia, mas também era abusador.

Eu pensava que ele quisesse fazer mal, mas não chegou. Uma vez eu estava em casa e o meu pai atirou-me com uma lata na testa e depois eu contei e olha vim cá parar.

Eu contei uma vez à minha madrasta e ela disse que isso não podia continuar assim. Não falou com ele senão levava. Ele batia às duas.

Eu não quis acabar lá a escola porque já tinha uma data de faltas. Tive uma doença nos pulmões. Estou no quinto ano. Reprovei o segundo e o quinto.

Eu achava, sei lá... o meu pai não bater. Se eu tivesse ido para a serra da Estrela viver com a minha madrinha...

O meu pai é uma pessoa assim mais ou menos nervosa. Quando está chateado enerva-se. Bebe de vez em quando.

Já foi preso por causa dum roubo em Leiria e culparam o meu pai.

Ele já vive com a minha madrasta há doze anos.

Eu vivi com a minha mãe até uma ano.

Desde os nove anos que não vejo a minha mãe. Ela está em Espanha.

Já sei que vou ficar aqui até aos dezoito anos. E depois... não sei...

I18 - 18A

A ideia que eu tenho é que o meu pai não gostava da minha mãe e por isso fugiu dela. Eu nasci dum caso.

Vivia com a minha mãe e o meu padrasto. Tive o meu filho com quinze anos. Fui viver com o meu companheiro e fiquei grávida outra vez. Houve uma zanga entre a minha família e a dele e fomos ele para casa dos pais e eu para casa da minha mãe.

O Carlos construía tectos falsos.

Víamos às vezes, mas como estávamos muito separados, zangámo-nos. Ele deixou de dar coisas para os bebés. E a minha mãe não podia estar sempre a dar.

A minha prima ia-me arranjar um trabalho fora do país. O mais novo ficava com a minha sogra e o mais velho com a minha mãe. A minha sogra queria ficar com o Ruben para sempre e isso eu não queria. Eu decidi ir à Misericórdia para ver se me ajudavam. Mas só a partir de três meses na rua, e isso eu não podia ir para a rua, com as crianças.

Eu estava a tirar um curso de computadores. Frequentei o nono ano.

Porque é que isto aconteceu... sei lá, ter-me mudado para Camarate, eu antes estava em Benfica. Era muito mais sossegada, estava sozinha não tinha muitos amigos, era muito fechada. E também era muito mimada, a minha mãe mimou-me muito.

A minha mãe é baixa, é de cor, é muito boa, às vezes é boa de mais, é muito compreensiva. Às vezes é magoada por causa disso. Toda a gente gosta muito dela. Adoro-a.

O meu padrasto não sei... não gostava, não trabalhava...

Quando nasci o meu pai não quis assumir a paternidade e ele ganhou o caso.

Se tiver cabecinha a minha vida corre bem. Daqui a seis meses vou para a minha mãe, porque eu já fiz dezoito anos. Em vista tenho um trabalho numa empresa de seguros.

No colégio estive nas oficinas, nos engomados e malhas.

I19 - 16A

Quando andava na primeira classe, faltei uma vez e chumbei logo.

Vim para cá porque nunca me dei bem com a minha mãe. Acho que era pelo marido que ela tinha arranjado. Um dia fugi de casa, pedi ajuda a um colega e vim cá parar a Lisboa. Fui para a Brandoa. Primeiro para um vizinho. Eu tenho uma casa lá, só que o meu pai está preso. Mas não dava para eu viver com o vizinho, porque as filhas davam-se mal comigo. A mulher dele morreu. Também era muita gente a comer. Os maridos delas... O vizinho era amigo do meu pai e sempre disse que quando eu precisasse de ajuda para ir ter com ele.

O meu pai está preso em Sintra. Eu só vim a saber quando cheguei ao colégio. Uma moça disse que ele tentou fazer-lhe mal. Ela já está casada, fomos amigas desde infância.

Agora vou para férias com o pessoal daqui do colégio.

Nunca vou ver a minha mãe, porque eu não quero que ela saiba que eu tive uma filha. A ela também lhe aconteceu engravidar com quinze anos. Eu também andava fugida da polícia e não saía de casa. Eu fui morar para casa de um amigo de infância. Eu nunca imaginei que ele ia ser o pai da minha filha.

Ele tem vinte e quatro anos e neste momento está a viver com os pais. Quando eu vivi com ele também vivíamos com os pais dele.

Eu por acaso gostava dele. Eu fui apanhada pela polícia porque a minha tia deu uma fotografia à polícia. Eu tive que vir para o colégio.

Estive num colégio no Lavradio, por causa dos maus tratos que a minha mãe e o meu padrasto me davam.

Batiam-me com paus, ferros, pontapés. A minha mãe era com um pau.

Depois fugi do colégio, e fui para o pé da minha mãe, para me tentar dar bem com a minha mãe, e depois fugi e vim para Lisboa.

Se eu não tivesse engravidado, e sido maltratada pela família, pelo meu padrasto e pela minha mãe, ainda a estas horas estava ao pé da minha mãe.

A minha mãe também é muito má e ruim. Eu também tentei dar-me bem com ela, e ela não se esforçava. Eu não tinha idade, mas tive que trabalhar para ver se ganhava algum para mim. Tive a ajudar um senhor que faz magia. Ficava ao lado dele a segurar as coisas, numas festas no Barreiro e Vale da Amoreira.

O meu pai é amiguinho, é como se fosse minha mãe e meu pai ao mesmo tempo. Apesar de agora eu ter também uma filha, se eu precisar, quando sair daqui, ele está ali para me ajudar. Dá conselhos. Ele vai sair em Janeiro.

O meu pai gostava da minha mãe. Mas ela soube-me largar aos quatro mesinhos e o meu pai é que teve que me criar completamente.

Eu acho que quando sair daqui, vou logo ter que arranjar um emprego, para arranjar roupa e comida para a minha filha e depois para ela ir para a escola aprender alguma coisa.

I20 - 12A

Antes de vir para cá, estive num lar de freiras em Évora.

Eu moro no Pinhal Novo, com os meus pais. Tive problemas com o meu pai. O meu pai abusou de mim.

Eu disse ao irmão mais novo da minha mãe e fomos à GNR fazer depoimento e fomos a tribunal e mandaram-me para casa dum familiar, e depois arranjaram um lar em Évora. Mas como eu fugi, vim para aqui. Estou cá há um ano.

No princípio é aquele escândalo "ai a minha filha...", depois parece que é a coisa mais normal do mundo "ele é teu pai..", é como se eu não fosse filha dele.

A minha mãe se lhe der para ser antipática... não gosto da pessoa que ela é. É muito coscuvilheira.

O meu pai, eu conheço pouco o meu pai. Ele é muito calado e não diz praticamente nada.

Acho que uma pessoa que faz isso, deve ter uma doença enorme.

O meu pai uma vez separou-se da minha mãe durante quatro meses, e depois ele voltou lá para casa, e a minha mãe recebeu ele de braços abertos.

A única coisa que podia não ter acontecido, era o que aconteceu entre mim e o meu pai, quando eu tinha dez anos. Acho que isso era suficiente para eu não estar aqui.

Nós estávamos a morar no campo, eu era muito acriançada. No princípio o meu pai não teve logo relações sexuais. Ele beijava-me. Eu disse à minha mãe e ela dizia "ele é teu pai". Quando ele teve relações sexuais comigo eu fiz queixa ao meu tio. Ele disse que se eu gritasse ele me batia... e como ele me batia...

Eu tinha autorização para sair, tenho namorado e aconteceu... o Marco fez dois meses.

Neste momento eu não tenho autorização para nada, os meus pais não gostam dele. Ele tem trinta e cinco anos. É segurança numa empresa no Barreiro. O advogado dele vai propor se eu posso sair daqui aos dezasseis anos.

Aos fins de semana vou para casa duma senhora que trabalha no colégio.

I21 - 16A

A minha irmã sempre ficou com a minha mãe e eu fiquei com o meu pai. Sempre achei que o meu pai me dava mais atenção que ela. Eu tinha seis anos.

O meu pai é alcoólico. Tive muitas discussões com ele por causa disso. Uma vez fui parar ao hospital porque ele me bateu. Tive princípio de traumatismo craniano. Tinha treze anos.

Ele não me aceitou em casa, os meus avós também não e eu fui para a polícia.

A minha mãe também já estava a tratar do caso. Eu não falava coma minha mãe por isso vim para cá.

Eu fumava, e para a minha mãe não saber ia para casa da minha tia. Ela fumava *chamon*, eu não. A minha tia foi contar à minha mãe, que eu já andava metida na droga. A minha mãe acreditou mais nela que em mim.

Depois eu fui outra vez viver com o meu pai e discuti. Saí de casa e fui morar para casa do meu namorado. Ele tem vinte sete anos. Discutimos e eu fui para casa de uns amigos. Depois fui trabalhar para um café a servir ao balcão. E eu morava numa pensão.

Depois quis vir ver a minha mãe e como eu nunca me dei bem com a minha mãe preferi vir para aqui.

Se os meus pais nunca se separassem... Eles tinham muitas brigas, brigavam muito...

Também o feitio do meu pai é muito oposto ao da minha mãe...

A minha mãe acho ela muito nervosa. Uma pessoa fala com ela e começa logo a gritar.

O meu pai já é diferente, é simpático, fala com toda a gente. Ele explica como é que as coisas são.

Vou aos fins de semana a casa da minha mãe.

Já não vejo o meu pai desde as férias da Páscoa. Estou chateada com ele.

Eu nunca roubei. Estava a trabalhar, abordava pessoas na causa de Timor.

O que vai acontecer... não sei, eu quero continuar a tirar o meu curso... depois sei lá.

I22 - 18A

Eu vim para cá parar por causa do meu padrasto. Quando eu era pequena ele gostava de mim, mas depois chamava-me puta e vaca e passado aí eu não liguei.

Um dia quando a minha mãe foi trabalhar, eu queria passar a ferro e ele tirou-me o ferro da mão e mete-me na rua. Estava a chover e eu fiquei doente.

Por causa que eu tentei matar o meu padrasto, porque houve uma confusão entre mim e a minha irmã Elisa, e ele meteu-se e disse se eu encontrasse veneno se punha na comida. E eu então pus.

Pus 605 FORTE. Não comprei, roubei duma horta ao pé da minha casa. Pus na *cachupa* para matar.

Antes de eu fazer isso, também ele disse que me ia matar.

Pode haver uma solução, de as pessoas me darem apoio. As minhas famílias. Eu estou a contar com isso.

A minha mãe é uma boa pessoa. Quando eu não tinha razão, ela me batia. Só me bateu uma vez, mas eu não fugi de casa.

O meu padrasto, ai senhora, é o inferno! Um diabo completo que anda por aí.

I23 - 15A

Fugi de casa. Saí de casa. Tive sete meses fora de casa a viver com o meu namorado. Depois fui para casa do meu pai. Dei-me mal com o meu pai e vim para aqui.

Fui para casa do meu pai, porque a minha tia pediu-me. O Paulo (23A) disse: tu é que sabes. Vivíamos no Seixal.

Ele amanhã vem cá. Trabalha num café. Eu trabalhava numa loja dos trezentos, desde Agosto. Andava no quinto ano, deixei para ir trabalhar. Não tinha cabeça para estudar.

A minha mãe morreu há quatro anos. O meu pai arranjou uma mulher, ao fim dum ano, ela meteu-lhe coisinhas na cabeça, para não me deixar sair.

Comigo são nove irmãos. Eu não me dou com eles. Não sou muito chegada a eles.

O meu pai foi à minha procura no centro comercial e abaixei-me no balcão. O meu namorado chamou a guarda para me acompanhar para casa da minha irmã, mas a guarda levou-me para a Cruz de Pau, dormi lá e de manhã mandaram-me para o tribunal e depois vim para aqui.

O meu pai ele não é má pessoa, nem é mau, só que tem os feitios dele, não deixar e pronto.

A minha mãe era boa mulher deixava-me sair para todo o lado.

Outro dia eram quatro ou cinco da manhã, atámos os lençóis à cama e descemos pela janela. Só que a Ana caiu e ela partiu duas vértebras.

Íamos para casa do meu namorado.

As outras disseram vocês são malucas, têm outro sitio para sair e vão fugir pela janela.

Não sei o que vai acontecer, em princípio vou ficar aqui...

I24 – 14A

Eu vim para cá porque não me dava bem em casa com o meu padrasto. Eu dava-me bem com o outro padrasto. Quando a minha mãe se juntou com este, eu não me dava bem com ele e comecei também a desgostar-me da minha mãe. Comecei a fugir e no tribunal pedi para vir para cá. Como disseram que não, eu decidi fugir par vir par cá e vim.

Ele já me tentou violar, mas não chegou. A minha mãe é capaz de afirmar isso, mas no tribunal não.

Eu estava no meu quarto e a gente costuma brincar e ele tentou. Pôs-me a coisa dele na minha cara. E eu disse à minha mãe e ela não acreditou. Eu comecei a dizer às minhas tias e ele começou a dizer à minha mãe que era verdade.

A minha mãe é assim um bocadinho coisa...

Eu também fugi de casa e pedi à minha mãe se aceitava lá em casa um rapaz e ela aceitou.

Mas eu não gostava dele, porque gostava de outro. Eu tinha treze anos e eu não ia aguentar e eu mandei-lhe embora.

Fiquei no 6º ano. Faltava muitas vezes porque tomava conta dos meus manos. Tenho uma mana que está num colégio e um mano que está com a minha mãe e tenho mais dois manos que são filhos deste padrasto.

Não fugi do Colégio, nem vou fugir, porque eu gosto de estar aqui.

O que eu acho que vai acontecer.... gostava de ser patinadora artística, dantes tinha a mania que queria ser jornalista, mas com o 6º ano nunca vai dar.

O meu pai, que Deus tem, só tive com ele até aos três anos, porque a minha mãe fugiu dele porque ele batia-lhe muito. Quando eu tinha treze anos, ele faleceu de trombose, tinha quarenta e quatro anos. Bebia e fumava.

A minha mãe também bebe. Era assim um pouco... ela bebia mas não gostava que o meu pai bebesse e o meu pai irritava-se. Eu só quero que ela fique bem. Ela é boa pessoa, gosto dela... Ela deu-me muito carinho, só que eu não queria receber...

I25 - 13A

Fugi de casa porque não me dava bem com a minha mãe. Ela não gostava do meu namorado.

Ele tem dezassete anos. Trabalha nas obras.

Eu estava na escola da Outurela no quinto ano. Fugi de casa e fui para casa de uma amiga.

A minha mãe foi-me procurar a casa do meu namorado, chamou a polícia, andaram atrás de mim.

O meu pai não sei. Há um ano que não o vejo.

Da segunda vez que fugi para casa da minha amiga, a minha mãe foi atrás de mim. Depois tinha ido à escola e ela apanhou-me lá na escola.

Vivo com a minha mãe e com o meu padrasto. Dou-me bem com o meu padrasto, com a minha mãe não.

A minha mãe é uma pessoa que gosta de gritar. Nunca vivi com o meu pai.

Nunca me droguei. Nunca tive relações sexuais. A minha mãe batia-me porque eu fugia de casa e não ia à escola. Via as minhas amigas na rua e ia ter com elas.

Se eu me portasse bem, não vinha para cá. Não sei... agora vou ficar cá até aos dezoito anos e depois vou tentar arranjar emprego.

I26 - 15A

A minha madrasta morreu ontem, com cancro nos intestinos. Como ela é teimosa, o meu pai quis levá-la ao hospital e ela não quis.

Eu estou aqui porque fui violada e passava noites fora. Foi por um homem que tem cara de ser guineense. Eu, a minha prima e uma amiga íamos na rua, depois corremos, eu caí e o homem levou-me para casa dele, no Prior Velho. A casa dos nossos amigos era ao pé. As minhas amigas começaram a atirar pedras para casa dele e ele deixou-me sair. Eu fui à policia e fui ao hospital curar-me aqui na cabeça e antes de ir ao hospital fui com a polícia lá a casa dele para ir buscar o homem e começaram a falar com o homem. Isto era de noite.

Eu nunca vivi com a minha mãe, porque ela é uma senhora da vida. O meu pai estava a trabalhar. Trabalha às vezes de noite, às vezes de dia. E chamaram o meu pai, mas ele não podia sair do serviço e eu de manhã fui para casa.

Eu vivi com a minha madrasta desde os sete meses. A minha madrasta foi-me buscar. A minha mãe não tinha condições. Eu quando nasci fiquei no hospital porque tinha sarna. Mas a minha madrasta tirou dinheiro ao meu pai, foi viver com outro homem e separaram-se. E eu fiquei a viver com o meu pai, só uns dias. Depois o meu pai arranjou outra, essa que morreu. Ela tratava-me mal, o meu pai batia-me por causa dela.

O meu pai é boa pessoa, é simpático.

Se eu vivesse sozinha, só com o meu pai, sem madrastas, sem nada, não vinha para o colégio.

Eu estava assim a pensar, se me deixassem, quando eu passasse, quando estivesse no sétimo ano, eu queria trabalhar no cabeleireiro a pôr rolos.

Assim, eu estava a pensar eu trabalhava e metade era para o meu pai e eu ficava com vinte contos.

I27 - 15A

Vim para cá porque fugia de casa. Quando eu fugi, depois fui à esquadra e no dia seguinte vim para cá.

A polícia apanhou-me ao pé de casa.

A minha irmã quando fugia ia para casa do homem dela, o vizinho. Era um senhor de idade.

Eu ia lá . Também estava lá um senhor...

Vim para cá com doze anos. Estou cá há três anos. A minha mãe veio cá entregar-me neste colégio. Eu quis ficar aqui. Faltava à escola. Agora vou todos os dias, é cá dentro.

O meu pai é alto, tem cabelo curto, é bom.

A minha mãe é um pouquinho alta, não muito alta, tem o cabelo curto, preto aos caracóis. É boa.

O meu irmão morreu de droga.

Não sei, acho que quando sair daqui vou estudar lá fora.

Se eu não fugisse de casa não vinha para cá.

I28 - 16A

Vim para cá porque fazia muitas fugas. Fugia de casa para ir para o pé dos meus amigos, conhecidos. Porque gostava de conviver com eles.

Os meus pais diziam que eles eram toxicodependentes e faziam furtos. Alguns eram.

Eu tinha mau ambiente em casa. A minha mãe é alcoólica, chamava-me nomes, batia-me até com facas me ameaçou. Se não fosse o meu pai eu a esta hora já não estava cá.

A minha mãe não é compreensiva, não compreende os meus problemas. É boa mãe em tudo, mas o problema dela é o alcoolismo.

O meu pai não tem defeitos, para mim é compreensivo.

Eu não devia de fugir e a minha mãe também devia mudar um bocado, não é estar a culpar a minha mãe.

Vou tentar mudar o meu modo de vida. Vou estudar. O meu futuro depende dos meus estudos, do meu aproveitamento. Depende da forma como eu me possa adaptar. Se o ambiente continuar o mesmo, acho que sim.

Já consumi haxixe, às vezes tinha muito, outras vezes tinha pouco. Às vezes nem fumava nada. Não era um vício, era mais um *part-time*.

Fumo *marlboro*, todo o tipo de tabaco, depende...

Tenho namorado. Temos relações sexuais. Ele esteve sete meses preso por partir vidros. Ficou um ano com pena suspensa.

I29 - 13A

Não gosto de estar aqui, sinto-me presa.

Fugi de casa da avó da parte da mãe, porque eu não gosto de estar lá. Ela batia-nos muito.

Esses sete anos não foi uma vida muito agradável. Até ela me partiu um dente com a concha da sopa.

Eu não gosto de lá estar, sinto raiva dela. Fugi com a minha prima e a minha mãe levou-me à esquadra.

E o senhor guarda disse que eu ia a tribunal. E o tribunal disse para eu vir para um colégio.

Vim num domingo, vai fazer amanhã dois meses.

Eu não quero ir de fins-de-semana. Eu quero ficar com a minha mãe, mas eu e o meu padrasto damo-nos muito mal. Ele bate na minha mãe e eu meto-me.

Eu não tenho pai, morreu vai fazer cinco anos. Tenho cinco irmãos. Três estão com a minha avó paterna e tenho mais dois que estão com a minha mãe.

Eu queria morar com a minha mãe, só que o problema é o tribunal, que não sei se o tribunal deixa eu ir viver com a minha mãe. Se eu for para casa, quero ter a minha vida como eu tinha. Quero estudar.

Como eu fui para a minha avó, eu perdi o ano, não continuei a estudar.

Não sei... eu não quero é ficar aqui.

Não gosto. De tudo. Só gosto de uma pessoa de cá. Gosto de algumas...

Eu na casa da minha avó tenho muita liberdade. Um dia fui a uma discoteca e só apareci no dia seguinte. Era assim, saía de noite e aparecia muito tarde.

Não experimentei drogas. Tive um namorado, tinha dezanove anos, já não tenho.

bons exemplos aos filhos. Ela está mais para a morte do que sobrevivência. Daqui a um tempo ela morre, isso já está previsto.

O meu pai era toxicodependente, mas era bom pai, para mim sempre foi, nunca me bateu. Ele era boa pessoa, tirando a droga. Era alto, moreno, olhos pretos, tinha cabelo preto.

I30 - 12A

Vim para cá porque fugia do outro colégio, da Casa Pia.

Estava na Casa Pia porque me portava mal e a minha família não queria. Estava a viver com a minha tia e o meu tio e as minhas primas. A minha tia falou com o tribunal para me pôr na Casa Pia e depois eu fugia e vim para aqui.

Fugia para casa dos meus colegas, muitos dias, uma semana mais. Uma vez fiquei fugida mais de quinze dias. Eu tinha dinheiro que os meus colegas me davam, no Algueirão, andava no sexto ano.

Eu não fugia sempre para a mesma casa. Era para a que calhava.

Eu vivi com a minha avó desde que nasci até aos sete anos. Aos sete anos fui para a obra Padre Gregório. Aos oito anos fui viver com o meu avô paterno. Depois quando ele e[stava] no hospital entregou-me às minha tias. Depois é que fui para a Casa Pia. A minha mã[e] com a minha avó e o meu pai estava preso

Os meus pais morreram no mesmo ano, da droga. Eu tinha dez anos. Não vivi com os meus pais porque estavam separados. Vivi com a minha avó materna.

Preferia estar na minha avó, do que estar aqui dentro.

Não me lembro da minha mãe, só tenho essa fotografia dela, quando ela fez a primeira comunhão.

Do meu pai muito menos...

Não sei ver o futuro. Eu ficar aqui... está bem... está... ainda vou pensar. Eu não tenho medo do tribunal. O tribunal não manda em mim, a lei não manda em mim, ninguém manda em mim!

I31 - 14A

Eu fugia de casa e ia para a rua, para o pé dos meus amigos. Chegava a ficar dias e depois voltava para casa.

No dia dezoito, chamaram o meu pai eu e a minha mãe ao tribunal, para eu escolher se queria ficar com o meu pai ou com a minha mãe, eu disse que não. Perguntaram-me se eu queria ir para um colégio, com meninas da minha idade e eu disse que não e mandaram-me para aqui.

Eu saía à rua com os meus pais, andava sempre na *galderice*...

Olha agora eu gosto de cá estar.

Ando na terceira classe. Faltava às aulas para ir para o pé dos meus amigos. Só quando a minha irmã dizia ao meu pai é que ele descobria.

A minha mãe vive noutra casa. Separaram-se já há muito tempo, tinha eu oito anos.

Quando fugia os meus amigos iam às vezes a casa buscar comida, andávamos sempre na rua, dormíamos nos carros abandonados, nos parques. Os amigos tinham mais ou menos catorze anos.

Eram às vezes três raparigas, outras vezes eram só duas e rapazes eram só três.

O que vai acontecer, só o tempo é que dirá. Se eu me portar bem, pode ser que eu *vaia* para casa do meu pai.

Eu estou mais habituada a conviver com o meu pai que com a minha mãe.

A minha mãe é baixa, um bocadinho forte, cabelo curtinho, usa óculos. De vez em quando é boa para as pessoas.

O meu pai é baixinho, gordo, é careca aqui na cabeça. É muito boa pessoa.

ANEXO 3

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

A - IDENTIFICAÇÃO

Nome:
1 – idade **2- sexo** **3- raça**
4 – ano de escolaridade **5 – nº de reprovações**
6 – residência **7 – local de nascimento**
8 – com quem vive

B – AGREGADO FAMILIAR

9 – nº de irmãos
10 – idade **PAI** **MÃE**
11 – profissão **PAI** **MÃE**

C – ESTADO CIVIL/PAIS

	PAI	MÃE
12 – solteiro		
13 - casado		
14 - separado		
15 - divorciado		
16 – viúvo		

D – NÍVEL DE ESCOLARIDADE/PAIS

	PAI	MÃE
17 - analfabeto		
18 - primário		
19 - secundário		
20 - complementar		
21 – curso médio		
22 - licenciatura		
23 – pós-licenciatura		

E – SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO/PAIS

	PAI	MÃE
24 – trabalhador por conta própria		
25 – trabalhador por conta de outrém		
26 - reformado		
27 - desempregado		
28 – Outros dados		

ANEXO 3 A

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

A - IDENTIFICAÇÃO

Nome:

1 – idade **2- sexo** **3- raça**
4 – ano de escolaridade **5 – nº de reprovações**
6 – residência **7 – local de nascimento**
8 – com quem vive

B – AGREGADO FAMILIAR

9 – nº de irmãos
10 – idade **PAI** **MÃE**
11 – profissão **PAI** **MÃE**

C – ESTADO CIVIL/PAIS

	PAI	MÃE
12 – solteiro		
13 - casado		
14 - separado		
15 - divorciado		
16 – viúvo		

D – NÍVEL DE ESCOLARIDADE/PAIS

	PAI	MÃE
17 - analfabeto		
18 - primário		
19 - secundário		
20 - complementar		
21 – curso médio		
22 - licenciatura		
23 – pós-licenciatura		

E – SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO/PAIS

	PAI	MÃE
24 – trabalhador por conta própria		
25 – trabalhador por conta de outrém		
26 - reformado		
27 - desempregado		
28 – Outros dados		

F – OUTROS DADOS DA FAMÍLIA

	PAI	MÃE	IRMÃOS	OUTROS
29 – antecedentes judiciais				
30 – situações de internato				
31 – vítimas de violência				
32 – consumo de substâncias				

G – INTEGRAÇÃO FAMILIAR DO JOVEM

33 - amado
34 - rejeitado
35 - negligenciado
36 – abusado

H – INTERNAMENTOS

37 – data do 1º internamento
38 – data do 2º internamento
39 – outros

I – MOTIVO DE INTERNAMENTO

40 – absentismo à escola
41 – fugas nocturnas
42 – fugas prolongadas
43 - vandalismo
44 – falta de apoio familiar
45 - mendicidade
46 – abusado sexualmente
47 - prostituição
48 – comportamentos de risco (especificar)
49 - outros

J – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

ANEXO 4

RELACIONAMENTO FAMILIAR

Leia com atenção as afirmações seguintes. Decida, para cada uma delas, com que frequência o comportamento descrito ocorre na sua família (pessoas com quem vive). Numa escala de 1 (Quase nunca) a 5 (Quase sempre), assinale com uma cruz um dos pontos 1,2,3,4 e 5 para cada uma das frases.

	Quase Nunca	De vez em quando	Às vezes	Frequente mente	Quase sempre
1. Em nossa casa pedimos ajuda uns aos outros	1	2	3	4	5
2. Quando é preciso resolver problemas, negociamos uns com os outros até chegarmos a um acordo	1	2	3	4	5
3. Cada um de nós aceita os amigos dos outros	1	2	3	4	5
4. Em nossa casa, os mais novos são ouvidos quando se estabelecem regras de disciplina que lhes dizem respeito	1	2	3	4	5
5. As pessoas com quem mais gostamos de fazer coisas são os membros da família com quem vivo	1	2	3	4	5
6. Existe mais do que uma pessoa que mostra "capacidade de chefia"	1	2	3	4	5
7. Sentimo-nos mais perto das pessoas da família do que de outras pessoas com quem convivemos	1	2	3	4	5
8. Em nossa casa mudamos a maneira de fazer as tarefas	1	2	3	4	5
9. Os membros da família gostam de gozar os tempos livres uns com os outros	1	2	3	4	5
10. Nós tentamos resolver os problemas de formas diferentes	1	2	3	4	5
11. Na nossa família, sentimo-nos muito próximos uns dos outros	1	2	3	4	5
12. Lá em casa são os mais novos quem toma decisões relativamente ao conjunto da família	1	2	3	4	5
13. Quando a nossa família se junta para alguma actividade todos participam	1	2	3	4	5
14. Na nossa família é possível alterar as regras que governam a família	1	2	3	4	5
15. É-nos fácil fazer as coisas em conjunto	1	2	3	4	5

	Quase Nunca	De vez em quando	Às vezes	Frequente mente	Quase sempre
16. As responsabilidades da casa rodam pelos vários membros da família	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
17. Quando é necessário tomar uma decisão, temos o hábito de pedir a opinião uns dos outros	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
18. Sabemos bem quem tem "capacidade de chefia" na nossa família	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. A unidade na nossa família é extremamente importante	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
20. Sabemos bem quem faz cada um dos trabalhos domésticos	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**

ANEXO 4 A

RELACIONAMENTO FAMILIAR (PAIS)

Leia com atenção as afirmações seguintes. Decida, para cada uma delas, com que frequência o comportamento descrito ocorre na sua família (pessoas com quem vive). Numa escala de 1 (Quase nunca) a 5 (Quase sempre), assinale com uma cruz um dos pontos 1,2,3,4 e 5 para cada uma das frases.

	Quase Nunca	De vez em quando	Às vezes	Frequente mente	Quase sempre
1. Em nossa casa pedimos ajuda uns aos outros	1	2	3	4	5
2. Quando é preciso resolver problemas, as sugestões dos filhos são tomadas em conta	1	2	3	4	5
3. Cada um de nós aceita os amigos dos outros	1	2	3	4	5
4. Em nossa casa, os mais novos são ouvidos quando se estabelecem regras de disciplina que lhes dizem respeito	1	2	3	4	5
5. As pessoas com quem mais gostamos de fazer coisas são os membros da família com quem vivemos	1	2	3	4	5
6. Existe mais do que uma pessoa que mostra "capacidade de chefia" na nossa família	1	2	3	4	5
7. Sentimo-nos mais perto das pessoas da família do que de outras pessoas com quem convivemos	1	2	3	4	5
8. Em nossa casa mudamos a maneira de fazer as tarefas	1	2	3	4	5
9. Os membros da família gostam de gozar os tempos livres uns com os outros	1	2	3	4	5
10. Quando é preciso castigar os filhos ouvimos a opinião deles	1	2	3	4	5
11. Na nossa família, sentimo-nos muito próximos uns dos outros	1	2	3	4	5
12. Lá em casa são os mais novos quem toma decisões relativamente ao conjunto da família	1	2	3	4	5
13. Quando a nossa família se junta para alguma actividade todos participam	1	2	3	4	5
14. Na nossa família é possível alterar as regras que governam a família	1	2	3	4	5
15. É-nos fácil fazer as coisas em conjunto	1	2	3	4	5

	Quase Nunca	De vez em quando	Às vezes	Frequente mente	Quase sempre
16. As responsabilidades da casa rodam pelos vários membros da família	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
17. Quando é necessário tomar uma decisão, temos o hábito de pedir a opinião uns dos outros	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
18. Sabemos bem quem tem "capacidade de chefia" na nossa família	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. A unidade na nossa família é extremamente importante	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
20. Sabemos bem quem faz cada um dos trabalhos domésticos	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**

ANEXO 5

RELACIONAMENTO COM OS PAIS

Este questionário destina-se a avaliar o modo como os seus pais se relacionam consigo. Para cada frase faça uma avaliação separada do comportamento do seu pai e da sua mãe, colocando uma cruz num dos quadrados em frente a PAI para avaliar o comportamento dele e outra nos quadrados em frente a MÃE para avaliar o comportamento dela. Não demore muito tempo a responder. Estamos interessados em saber a sua opinião mais expontânea acerca das frases que são colocadas.

Por exemplo:

		Quase sempre	Frequentemente	Às Vezes	Raramente
É simpático (a) comigo	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□

		Quase sempre	Frequentemente	Às Vezes	Raramente
1. Fala comigo com voz calma e amiga	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
2. Não me ajuda tanto quanto eu preciso	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
3. Deixa-me fazer as coisas que eu gosto	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
4. Mostra-se emocionalmente frio (a) em relação em mim	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
5. Parece compreender os meus problemas e preocupações	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
6. É muito afectuoso(a) para mim	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
7. Gosta que eu tome as minhas próprias decisões	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□

		Quase sempre	Frequentemente	Às Vezes	Raramente
8. Não quer que eu me torne adulto (a)	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
9. Tenta controlar tudo o que eu faço	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
10. Invade a minha privacidade	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
11. Gosta de conversar comigo	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
12. Sorri para mim	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
13. Trata-me como um bebé	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
14. Não parece compreender o que eu preciso ou quero	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
15. Deixa-me decidir as coisas por mim mesmo	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
16. Faz-me sentir que não sou desejado(a)	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
17. Consegue fazer-me sentir melhor quando estou triste	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
18. Não conversa comigo	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
19. Tenta fazer-me dependente dele(a)	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
20. Pensa que não sou capaz de tomar conta de mim se ele (a) não estiver ao pé	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□

		Quase sempre	Frequentemente	Às Vezes	Raramente
21. Dá-me toda a liberdade que eu quero	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
22. Deixa-me sair tanto quanto eu quero	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
23. Protege-me excessivamente	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
24. Não me elogia	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□
25. Deixa-me vestir como eu gosto	PAI	□	□	□	□
	MÃE	□	□	□	□

ANEXO 6

ESCALA AGRESSIVIDADE

ALUNO: **DATA:**

NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

PROFESSOR:

I - Há quanto tempo tem este aluno? _____ **anos** _____**meses**

II – Quanto tempo por semana ele está na sua aula? _____ **nº aprox. horas**

Assinale com um circulo:

III – Qual o grau de conhecimento que tem sobre o aluno?

3 – elevado
2 – moderado
1 –baixo

IV – O aluno foi alguma vez indicado para ensino especial?

1 – sim
2 – não
3 – não sei

V – O aluno alguma vez reprovou?

1 – sim
2 – não
3 – não sei

VI – Comparado com os alunos da mesma idade, avalie este aluno considerando a escala que se segue:

1 – muito abaixo; 2 – um tanto abaixo; 3 – ligeiramente abaixo; 4 – mediano; 5 – ligeiramente acima; 6 – um tanto acima; 7 – nível superior

6.1 – Com que afinco ele trabalha? **1 2 3 4 5 6 7**

6.2 – Qual o seu comportamento? **1 2 3 4 5 6 7**

6.3 – Como é que ele está a aprender **1 2 3 4 5 6 7**

VII – Quantas vezes este aluno faz o trabalho de casa?

Quase sempre	A maior parte das vezes	Algumas vezes	Dificilmente alguma vez	Nunca
5	4	3	2	1

VIII - Segue-se uma lista que descreve comportamentos de alunos. Assinale com um circulo para cada item, conforme a apreciação que faz do aluno, reportando-se ao momento actual.
Utilize a seguinte escala: 0 – Falso; 1 – Algumas vezes verdadeiro; 2 – Muitas vezes verdadeiro

1 – Mostra-se desobediente	0 1 2
2 – Discute imenso	0 1 2
3 – Cruel, intimida ou amesquinha os outros	0 1 2
4 – Tem acessos de fúria ou temperamento tempestuoso	0 1 2
5 – Provocador, fala mal ao pessoal auxiliar	0 1 2
6 – Ataca fisicamente as pessoas	0 1 2
7 – Tem comportamentos repentinos	0 1 2
8 – Ameaça as pessoas	0 1 2
9 – Envolve-se em muitas brigas	0 1 2
10 – É explosivo e de comportamento imprevisível	0 1 2
11 – Incomoda os outros alunos	0 1 2
12 – Mostra-se obstinado	0 1 2
13 – Troça muito dos outros	0 1 2
14 – Destrói as coisas dos outros	0 1 2
15 – Raramente é barulhento	0 1 2
16 – Diz asneiras ou palavrões	0 1 2
17 – Tem dificuldade em relacionar-se com os colegas	0 1 2
18 – Dá nas vistas ou faz palhaçadas	0 1 2
19 – Desanima facilmente	0 1 2
20 – Tem mudanças rápidas de humor	0 1 2
21 – Parece não se sentir culpado depois de se portar mal	0 1 2
22 – Fala quando não é a sua vez	0 1 2
23 – Mostra-se gabarola	0 1 2
24 – Grita muito	0 1 2
25 – Mostra-se ciumento	0 1 2
26 - Requer muita atenção	0 1 2
27 – Comporta-se irresponsavelmente	0 1 2
28 –Sente-se perseguido pelos outros	0 1 2
29 – Anda com más companhias	0 1 2
30 – Actua impulsivamente	0 1 2
31 - Amua muito	0 1 2
32 – Mostra-se desconfiado	0 1 2
33 – Mente ou faz batota	0 1 2
34 – Fala demasiado	0 1 2
35 – Destrói as suas próprias coisas	0 1 2
36 – Não é bem aceite pelos outros	0 1 2
37 – Rouba	0 1 2
38 - Mostra-se irrequieto	0 1 2

Obrigado pela sua colaboração

ANEXO 7

GRELHA DA ANÁLISE QUALITATIVA DAS ENTREVISTAS DOS ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

CATEGORIAS

A - IDENTIFICAÇÃO

B - FAMÍLIA

C - CONTEXTO ESCOLAR

D - CONTEXTO INSTITUCIONALIZANTE

E - GRUPO DE PARES

SUB-CATEGORIAS

A - IDENTIFICAÇÃO
A1 - Sexo
- **1 - masculino**
- **2 - feminino**

A2 - Idade
- **a) -]10;12]**
- **b) -]12;15]**
- **c) -]15;18]**

A3 - Trabalho infantil
- **a) - refere**

A4 - Motivo de internamento
- **a) - indisciplina**
- **b) - absentismo à escola**
- **c) - agressão física**
- **d) - fugas nocturnas**
- **e) - vadiagem**
- **f) - mendicidade**
- **g) - fugas prolongadas**
- **h) - pequenos furtos**
- **i) - vandalismo**
- **j) - furto contra propriedade**
- **k) - furto contra pessoas**

l) - prostituição
m) - falta de apoio familiar/negligência
n) - maus tratos (físicos e psicológicos)
o) - abandono/rejeição
p) - gravidez precoce
q) - abuso sexual extra familiar
r) - abuso sexual intra familiar
s) - violação extra familiar
t) - violação intra familiar

A5 - Tipo de comportamento desviante
a) - indisciplina
b) - absentismo à escola
c) - agressão física
d) - fugas nocturnas
e) - vadiagem
f) - mendicidade
g) - fugas prolongadas
h) - pequenos furtos
i) - vandalismo
j) - furto contra propriedade
k) - furto contra pessoas

A6 - Tipo de vitimização
a) - mendicidade exigida por familiares
b) - prostituição
c) - falta de apoio familiar/negligência
d) - maus tratos (físicos e psicológicos)
e) - abandono/rejeição
f) - gravidez precoce
g) - abuso sexual extra familiar
h) - abuso sexual intra familiar
i) - violação extra familiar
j) - violação intra familiar

A7 - Idade de inicio dos comportamentos desviantes
a) - precoce < =10
b) - tardia >10

A8 - Mudança de contexto
a) - 1 vez
b) - 2/3 vezes
c) - 4/5 vezes
d) - +6 vezes

A9 - Consumo de substâncias
a) - refere

A10 - Consumo de álcool
a) - refere

A11 - Inicio das práticas sexuais
a) - < 10 anos
b) - 10/16

c) - >16

A12 - Práticas sexuais referidas

a) - namorado/a

b) - abuso

c) - violação

d) - prostituição

A13 - Idade da gravidez precoce

a) - < = 15 anos

b) - > = 16 anos

A14 - Perspectivas de futuro

a) - sair da instituição

b) - ir para casa

c) - tirar um curso/continuar a estudar

d) - arranjar emprego

e) - casar

f) - outros (especificar)

g) - não tem

h) - negativa

A15 - O que gostava que acontecesse/Desejo

a) - estar com a mãe/familiar

b) – relacionado com o campo profissional

c) – de carácter pessoal

d) – de carácter social

B - FAMÍLIA

DESCRIÇÃO

B1 - Proximidade física da mãe

a) - ausente

b) - presente

B2 - Proximidade física do pai

a) - ausente

b) - presente

B3 - Fratria

a) - grande >4

b) - média [2;4]

c) - pequena [0;1]

B4 - Situação dos pais

a) - não juntos

b) - juntos

B5 - Actividade profissional da mãe

a) - não tem

b) - tem

B6 - Actividade profissional do pai

a) - não tem

b) - tem

B7 - Consumo de substâncias e álcool

a) - refere

B8 - Mortes na família

a) - refere

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

B9 - Relação com a mãe

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B10 - Relação com o pai

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B11 - Relações interpessoais com familiares ou outros

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B12 - Relação com madrasta

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B13 - Relação com padrasto

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B14 - Relação do casal com quem vive ou viveu

a) - violenta

a) - não violenta

IMAGENS/MEMÓRIA

B15 - Imagem materna

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B16 - Imagem paterna

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B17 - Imagem da família nuclear

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B18 - Imagem reacção da mãe ao internamento

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B19 - Imagem reacção do pai ao internamento

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B20 - Memórias afectivas da mãe

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B21 - Memórias afectivas do pai

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B22 - Memórias afectivas dos avós

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B23 - Memórias afectivas de outros familiares

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

B24 - Memórias afectivas do contexto/residência

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

C - CONTEXTO ESCOLAR

DESCRIÇÃO

C1 - Nível de escolaridade obtida antes internamento

a) - sem escolaridade

b) - 1º ano

c) - 2º ano

d) - 4º ano

e) - 5º ano

f) - 9º ano

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

C2 - Relação com os professores

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

C3 - Relação com o contexto escolar

a) - negativa

b) - neutra

c) - positiva

IMAGENS/MEMÓRIAS

C4 - Memórias afectivas dos professores

- **a) - negativa**
- **b) - neutra**
- **c) - positiva**

C5 - Memórias afectivas da escola

- **a) - negativa**
- **b) - neutra**
- **c) - positiva**

D - CONTEXTO INSTITUCIONAL

DESCRIÇÃO

D1 - Nível de escolaridade actual

- **a) - sem escolaridade**
- **b) - 1º ano**
- **c) - 2º ano**
- **d) - 4º ano**
- **e) - 5º ano**
- **f) - 9º ano**

D2 – Numero de internamentos

- **a) - 1 vez**
- **b) - 2 vezes**
- **c) - 3 vezes**
- **d) - +3 vezes**

D3 - Fugas da instituição

- **a) - não tem**
- **b) - 1/2 vezes**
- **c) - +2 vezes**

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

D4 - Visitas à família/substitutos após internamento

- **a) - nunca**
- **b) - férias**
- **c) - irregularmente**
- **d) - quinzenal**
- **e) - semanal**

D5 - Relação com os técnicos

- **a) - negativa**
- **b) - neutra**
- **c) - positiva**

D6 - Relação com a Instituição/Colégio

- **a) - negativa**
- **b) - neutra**
- **c) - positiva**

D7 - Relação com o juiz/Tribunal

a) - negativa
b) - neutra
c) - positiva

D8 - Relação com a policia
a) - negativa
b) - neutra
c) - positiva

E - GRUPO DE PARES

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

E1 - Relação c/ grupo de pares no exterior
a) - negativa
b) - neutra
c) - positiva

E2 - Relação c/ grupo/pares na instituição
a) - negativa
b) - neutra
c) - positiva

E3 - Relação com namorado/a
a) - negativa
b) - neutra
c) - positiva

ANEXO 8

ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS – Número de alusões emitidas por cada sujeito relativamente a cada categoria e aos cambiantes de atitude

B1 – 15 A - COTAÇÃO

1-1; 2b); A4h); A5b); A6e); A8c); A15a)2; B1a)3; B2a)3; B3a); B4a); B7a); B10a); B12c); B14a); B15a); B16c)3; B20c); C1c); D6c)

B2 - 16 A - COTAÇÃO

1-1; 2c); A4a); A4d); A5e)2; A5g); A5j)3; A5k)2; A6d)3; A8c); A9b); A14d); A14e); A14g); B9a); B14a); B15c)2; B16c)

B3 – 14 A - COTAÇÃO

1-1; 2b); A4i); A4j); A4k); A5a); A5b); A5d); A7a); A8b); A14g); A15c); B3a); B10c); B11b); B11c); B15a); B16c); B17c)3; C1c); C3a)2; D4c); D7b); D8b); E1c)

B4 – 12 A - COTAÇÃO

1-1; 2-b); A4a); A4b); A5a); A5b); A5c); A5e); A5h); A7b); A8c); A14a); A14b); B2a); B9c); B13a); B125c); B16a); B18c); C1d); C3a)2; D4d); D6b); D7a); D7b); E2a)3;

B5 - 13A - COTAÇÃO

1-1; A2b); A4j); A5j); A15a); B5b); B11a); B11b)3; B15b)4; B16b)4; B17c); B18b)3; B19b)2; B20a); B20b2; C3c); D7b)–2

B6 – 13 A - COTAÇÃO

A1; A2b); A4 b); A4 j); A5 j)2; A7 b); A8 b); A14 a); A14 c); A14 d); B8 a); B14a); B15 c); B16 c); B18 c); B20 c); D 7 b)2

B7 – 14 A - COTAÇÃO

A2 b); A4 b); A4 g); A5 b); A5 e)2; A5 g); A6 g)2; A11 b); A14 a); A14 h); B7 a); B15 a)2; B15 b); B15 c)2; B16 c); B17 a); B17 c); B18 b); B18 c); B19 b); B19 c); C1 d); C3 a); D1 e); D4 d); D5 c)2; D6 b); D6 c)3;

B8 - 17A - COTAÇÃO

A2 c); A4 b); A4 g); A4 i); A4 j); A5 b)2; A7a); A14 d); B1 a); B2 a); B3 a); B4 a); B9 a); B10 a); B12 c); B16 a); B16 c); B21 c); C3 a); D1 d); D4 b); E1 a)2

B9 – 14 A - COTAÇÃO

A2 b); A4 j); A5 j); A14 g); B3 b); B9 c)2; B10 c)2; B15 c); B16 c); D7 b); D8 a) 3; D8 b) 2; E1 c)

B10 – 17 A - COTAÇÃO

A2 c); A4 g); A4 h); A4 j)2; A5 g)2; A7 a); A8 d); A14 c); A14 g); A14 h); A15 c); B1 a); B2 a); B4 a); B7 a)3; B13 a); B14 a)3; B15 a)3; B15 c)2; B17 a)2; D3 c); D6 b); D7 a)2; E1 a)2

B11 – 13 A - COTAÇÃO

A2 b); A4 a); A4 b); A4 h); A6 e)2; A8 d); B1 a) 2; B2 a) 3; B3 c); B4 b); B5 b); B6 a); B7 a)3; B11 b); B11 c)2; B15 a); B15 c); B16 a)3; D4 e); D8 b);

B12 – 11 A - COTAÇÃO

A2 a); A4 b); A4 c); A5 a); A5 d); A7 a); A14 a); A14 b); A14 g); B10 a); B15 c); B16 a)2; B18 b); B19 c); C1 c); C3 a)2; D1 c); D5 b); E1 a)3

B13 – 15 A - COTAÇÃO

A2 b); A4 b); A4 g); A5 f); A5 g)3; A5 j)2; A6 e); A8 c); A9 a)2; A14 a); A14 b); A14 c); A14 d); A14 h); A15 c); B1 a); B4 a); B12 a)2; B15 a); B15 c); B16 a); B16 c); B18 c); B19 c); B22 c); C1 d); C3 a); D2 b); D3 b); D4 e); D8 a); E1 c) 2; E2 c) 2

B14 – 17 A - COTAÇÃO

A2 c); A2 m)2; A5 b); A5 e)2; A5 h); A7 a); A15 c); B2 a); B11 c); B15 b); B16 b); C3 a); D4 c); D6 a); D6 c); D8 a)3; D8 b)

B15 – 16 A - COTAÇÃO

A2 b); A4 e); A4 g); A5 d); A5 e)2; A6 c)2; A7 a); A8 b); A14 a); A14 d); A14 g); B15 b); B16 b); D1 e); D 4 b); D6 a); D6 b); D6 c); D8 b); E1 c)

B16 - 15 A - COTAÇÃO

A2 b); A3 a); A4 g); A5 b); A5 d); A9 a)3; A14 f)3; B5 b); B7 a); B15 c)2; B16 a); B18 c); B19 c)2; B21 a)2; C1 c)3; C3 a); E1 c);

B17 – 14 A - COTAÇÃO

A2 b); A4 c); A5 a); A5 e); A5 f)2; A5 g)3; A8 c); A9 a); A14 b); A14 g); A15 a); A15 c); B4 a); B7 a); B10 a); B10 b); B11 b); B15 c)2; B16 a); B16 c); D1 b); D4 c); D6 a)2; D8 b); E1 b)

B18 – 16 A - COTAÇÃO

A2 c); A4 b); A4 h); A4 m); A5 b); A5 d); A5 e)3; A6 c)3; A7 a); A9 a)3; A14 a); A14 d); B3 b); B5 b); B8 a)2; B9 c)3; B10 a); B14 a); B15 a); B15 c)3; C1 c); C3 c); D3 c); D5 a)3; D6 a)3; D6 b); D7 b); D7 c)2; D8 b); E1 c); E2 a)

B19 - 14 A - COTAÇÃO

A2 b); A4 a); A4 o)2; A5 b); A5 e); A5 h); A14 b); B1 a); B2 a); B5 a); B6 a); B9 a); B10 a); B11 a); B15 a); B15 c); B16 c); C3 a)3; D4 e)

B20 – 15 A - COTAÇÃO

A2 b); A4 b); A4 d); A5 b); A5 e) 2; A7 a); A14 c); A14 d); B2 a); B4 a); B5 b); B9 a)2; B11 c); B15 c)2; B16 c); B18 c); B19 c); C3 a); D4 e); E1 c)

B21 - 15 A - COTAÇÃO

A2 b); A4h); A5g); A5j)3; A14g); B2a); B11b); B16a)2; B16c); B21c)

B22 – 13 A - COTAÇÃO

A2 b); A4h); A4j); A5d); A5e)2; A5g); A9 a); A14a); A14b); A14g); B1a)3; B2a); B3a); B4 a); B10b); B11b); B16a)2; B16c); D6c); E2a); E2c)

B23 – 16 A - COTAÇÃO

A2 c); A4m); A5g)3; A5h); A14a); A14d); B1a)2; B2a)3; B3a); B4 a); B13a); B15c); D2 b); D3 c); D6c); D8b); E2c)

B24 – 12 A - COTAÇÃO

A2 a); A4a); A4b); A4j)2; A5b); A5h)2; A5j); A6e); A7 a); A14a); A14c); A14d); A15a); A15c); B1a); B2a)2; B3a); B4 a); B6 b); B9a); B9c)2; B10a); B10b)2; B11b); B11c); B14 b); B15a)2; B15c)3; B16a)2; B17c); B18c); B20c); B23a); B24c); C1 c); C2a)2; D3c); D4d); D6a)2; D6c); D7b); E1a)

B25 - 16 A - COTAÇÃO

A2 c); A4b); A6b)3; A11 b); A12d)3; A15c); B7 a)2; B8 a)2; B9c)2; B11a)2; B14 a); B15c)2; B16a)2; B17a); D5a); D6a)3; E1b); E1c); E3b)

B26 - 15 A - COTAÇÃO

A2 c); A4d); A4h); A4j)2; A5b); A5i); A5j); A14a); A14b); A14d); B1a); B9c); B10c); B16a); D1d); D7b); E1c)

B27 – 13 A - COTAÇÃO

A2 a); A4g); A4j); A5b); A5e); A5j); A6c)3; A6d); A7 a); A14a); A14d); B2a)2; B3 a); B7 a)2; B8 a); B9b); B11c); B12a); B14 b); B16a3; B17a); B18b)2; C1 a)1; D3 a); D4 b); E1c)

B28 – 13 A - COTAÇÃO

A2 b); A4m); A5b)2; A5e); A5g); A6a); A6d); A7 a); B1a)2; B2a); B4 a); B5 b); B7 a)2; B9c); B10a); B11b); B13b); B14 a); B20a)2; B20c); B21a)2; C1 a); C3a)1; D3a); D4a); D5b); E1c)

B29 – 16 A - COTAÇÃO

A2 c); A4j); A5a)2; A5h); A5j)2; A6c); A6e); A14b); A14d); B1a)2; B2b); B3 b); B4 a); B8 a)3; B11a)2; B15a)3; B15c); B16a); B16c)3; B17a); C1 e); D2b); D6a); D8b)3

B 30 – 13 A - COTAÇÃO

A2 b); A4a); A4h); A4j)3; A5b); A5f); A9 a); A14a); A14d); A14f); A15c); B3 a); B5 a); B8 a); B9a)2; B15a)3; B18a); C1 d); C2a); C3a)3; D2a); D7b); D8b); E1c); E2b)

B31 – 17 A - COTAÇÃO

A2 c)3; A4g); A5d); A5e); A5i); A5j)2; A14b); B1a); B9c); B11b); B14 b); B15c); B20a); B20c)2; C1 e); D3a); D4 e); D6a)

B 32 – 12 A - COTAÇÃO

A2 b); A4b); A4j); A4k); A5b); A14b); A14f); B7 a); B16a); B18c); B19c); B20c); B21c); C2a)2; D1 d); D4 a); D5b); D7c)

SA1 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A3 a); A4j); A4m)2; A5b); A5e); A5j); A7 b); A10 a); A14e); A14g)2; A15a); A15b); B7 a); B9 c); B10a); B11b); B11c); B14 a); B15a); B16a); B17a)2; B18b)2; B21c); D8b)2

SA2 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2b); A3 a); A4m); A5g)3; A5h); A6d)2; A8 c); A14c)3; A14d)2; B2a)2; B3 b); B4 a); B5 b); B9c); B11a); B11b); B11c); B18c); B22c); B23c); D5b); E2a)

SA3 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4a)2; A4b); A5a); A5b); A5d); A5e)2; A5h)1; A6e)3; A8 a); A14a); A14b); B2a)2; B3 a); B7 a); B8 a); B11a)3; B11b)2; B11c)2; B13b); B17a); B22a); B23a); B23c); C1 d); D1 e); E1c)

SA 4 – 14 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4a); A4b)2; A8 a); A14c); A15a); A15c); B1a)1; B8 a); B9c); B11a)3; B11b); B14 a); B15c)3; B18a)2; B20a); B22a)3; C3a); D3 b); D4 b); D6a)

SA 5 – 14 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4b); A5a); A5g); A6d); A7 a); A8 b); A14a); A14e); A15c); B11a); B15a)2; B15c)3; B16c)2; B22a); B24a); C3a); D1e); D5b)

SA6 – 11 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 a); A4t); A5g); A6c); A6j)3; A7 a); A8 a); A11 a); A12c); A14f); A15a); B2a)2; B5 b); B6 a); B7 a); B8 a); B11a)2; B11b)2; B14 a)3; B15a); B15c)2; B16c); B20a)2; B22a); B23c); D3 c); E2a); E2c)

SA7 – 13 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4j); A5b); A5g); A5j); A6e); A7 b); A8 b); A14a); A14g); B1a)2; B2a); B6 a); B7 a); B11b); B14 a); B15c)2; B16a); B16b); B16c); B17a); B18a); B19a); C1 d); C2a); C3a)2; D4 e); D7a); D7b); E1a); E1c)

SA8 – 13 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4a)3; A4c); A4m); A6c); A14a)3; A14d); A14e); B2a); B6 b); B14 a); B15c)2; B16a)2; B18c); B19c); B21a)2; C1 d); C3a)2; D1 d)

SA9 – 11 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4d)3; A14g)2; B2a); B3 a); B4 a); B5 b); B6 b); B11b); B14 a); B15c); B16a)2; B18c); B21a)2; C1a); C3a); D4 b)

SA10 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 c); A4n)2; A6d); A14b); A14g); B3 a); B6 a); B11a)3; B15c)2; B16a)3; B18c); D1 e); D4 b); D6a)

SA11 – 12 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4t); A6j); A8 a); A11b); A12c); A14a); A14c); A14d); A15c); B2a); B3 a); B5 b); B6 b); B9c); B10a); B14 a); B15c)3; B16a)3; B20a); B20c); C2c); D1 d); D4 a); D8b); E2c)

SA12 – 14 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4b)3; A4h); A4j); A4k); A14a); A14f)3; A14g); B3 a); B4 a); B8 a); B15c)3; B16b)2; B18a); B20a); B21a); C3a); D7b); E1a); E1b); E1c)

SA13 – 16 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A4r)2; A5f); A6d)2; A6h); A8 a); A11b); A12b); A14a); A14d); A15c); B8 a); B11a)3; B11c)3; B15a)2; B15c)3; B16a); C1 d); C2c); D1 e); D4 b)

SA14 – 11 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 a); A4a); A4b); A4e); A5a); A5e)2; A8 a); A14g); B2a)3; B4 a); B5 b); B6 a); B15c); B16c); C1 c); D1 c); D4 e)

SA15 – 12 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 a); A3 a); A4m); A5i); A14d); A14g); A15b); B3 a); B7 a); B10b); B15c); B16a); B16c); B20a); C3a)2; D1 c); D6a); D7b); D8b); E1c)

SA16 – 17 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A4o); A8 a); A14c); A14d); A15c); B1a)2; B2b)3; B4 a); B7 a); B11b); B11c); B15a)3; B16a); B17a)2; B20c); B21a); B21c); B24a)3; D5c); D6c)

SA17 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A3a); A4g); A5g)2; A5j)2; A8 a); A14d)3; A14g); B10b); B11a)3; B11b)2; B11c)3; B15c); B16b)2; B17c); B18c); D6c); D7b)

SA18 – 14 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4b)2; A5j)3; A10 a); A14a); A14c); A14g)2; A14h); B3 a); B5 b); B8 a); B11c); B15b); B16c); B20c); B24a)3; C2a)3; C3a); C4a); D6c); D7b)2; D8a)3; D8b)3; E1c)2; E2b)

SA19 – 14 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4j)3; A5a)2; A5h); A6e)2; A7 b); A14b); A14d); A15b); B1b); B2a); B4 a); B11a)2; B11b); B11c)2; B15a)2; B16c)2; B20a); B4 e); B5c)

SA20 – 13 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4q)2; A4b); A5d); A9 a); A15c); B1a); B2b); B4 a); B5 b); B6 b); B11c); B15c)2; B16c)2; B17a); B20a)2; B21a); B21b); B22c); D3 b); D6a); E1a)2; E1b)

SA21 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4t)2; A5g); A11 b); A12c); A14a); A14d); B7 a); B9b); B9c)2; B10a)3; B11c); B15c)3; B16a)3; B16c); B17a); B20a)2; B20c); B21a)3; D1 e); D8b); E1c)

SA22 – 11 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4a)2; A5a)2; A5i); A5j); A14g)2; B7 a); B10a); B11a)3; B14 a); B15c); B16a); D8b)

SA23 – 17 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A5g)2; A6d); A6e)2; A6i); A8 d); A9 a); A11 b); A12c); B1a); B1b); B9a)2; B11a); B11b)3; B11c)3; B13b); B15a)2; B15c); B17a)2; B20a); B23a); B23c)2; D1 e); D3 c); D6a); D8b)

C1 – 16 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 c); A3 a); A4b); A4c); A5b); A5h); A5j); A14a); A14b); B1b); B2b); B4 a); B5 a); B8 a); B9a)3; B10c); B11a); B13b); B15a)3; B17a); B20a); B21c); D6a)

C2 – 14 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4a); A4b); A4e)2; A5h); A5j)3; A7 a); A8 b); A9 a); A14a); A14b); B2a); B3 b); B4 a); B8 a); B10a)2; B11b); B12b); B12c); B16a)3; B19c); C1 e); C3a); D4 a); E1c)

C3 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4e); A4g); A5e); A5f); A5g); A8 b); A14b); B2a); B3 b); B4 a); B5 b); B6 a); B11c); B13b); B15a); B15c)3; B16a); B16c); B17a)2; B18c); B20a); B20c); B23a); D2 b); E2a)

C4 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4a)2; A4b); A5b); A5d); A5e)2; A5j); A14g)3; B9a); B10a); B15c); B16b); B16c); B20a)2; B21a)2; C3a)2; D4 e); D6a); D7a); E1a); E1c); E2c)2

C5 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4a); A5c)2; A5d); A5e); A7 b); A8 b); A14c); A14d); B15c)2; B16a); B16b)2; B18a); B19a); B20a); B20c); B21a); B21c); C1 d); C2a)2; C3a)3; C4a)3; C5a); D1 e); D2 b); D3 c); D6a); D6c); D7c); E1a)

C6 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2b); A4b)2; A4e); A5c); A5e); A5h); A6c); A6e); A8 b); A14b)1; B1a)3; B2a); B3 a); B4 a); B5 b); B6 –2; B10c); B11b)2; B13a); B13b); B15c); B16c); B17a); B21c); C1 d); C3a); D5b); D7b); E1c)3

C7 – 16 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 c); A3 a); A4a); A4h); A5b); A5g)3; A5i); A6c); A7 a); A8 c); A9 a); A14c); A15c); B3 b)2; B4 a); B5 b); B6 b); B7 a); B12a); B15c)3; B16c); B18c); C1 d); D1 d); D2 b); D4 e); D6c); D8a); E1c)

C8 – 17 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 c); A4a); A4c)2; A4h)3; A4j); A5a); A5j)2; A6c)2; A10 a); A14a); B1a)2; B3 b); B5 b); B7 a); B8 a); B11b); B11c); B15a)2; B15c)3; B16c)3; B17a); C1 d); D1 d); D2 b); D4 a); D7b); E1a)

C9 – 16 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 c); A4a); A4h); A5j); B1b); B2a)2; B3 a)1; B11b)2; B11c); B18a)2; B19b); C3a); D3 c); D6b); D6c); D7b)2; D8b)3

C10 – 17 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 c); A3 a); A4d); A5g); A6d); A14d); A15a); A15d); B3 b); B7 a); B10c); B11c); B17a); B18a); B19a); B21a); C3a); C5a); D6a)2; D6c)

C11 – 16 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 c); A4d); A4h); A4j)3; A5b)2; A7 a); A8 b); A14b); A14g); A15b); B1a); B2a); B4 a); B9a); B11a); B11c)3; B13a); B17a); B20c); B21a); C2a)1; D3 b); D4 e); D8b)2; E1c)2

C12 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A5b)2; A7 a); A8 b); A14c)2; A14d); A15a); A15b); B8 a); B10c); B11c); B15c); B16c); C1 c); C3a); D3 a)1; D4 e); D6b); D6c)

C13 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 c); A3 a); A4m); A5a); A5b); A5g)2; A8 b); A9 a); A14b); A14d); A15a); A15b); B2a); B4 a); B6 b); B10b); B15c); B16b); B17a)2; B18a); B19c)2; B20c); B21a); B21b); B21c); B23c); C1 d); C2a); C3a); C5c); D3 b); D4 c); D5b); D5c); D6c)3; D7b); D8b); D8c)

C14 – 14 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A3 a); A4c); A5b)2; A8 c); A14a); A14c); A14g); B2a); B6 b); B7 a); B8 a); B10a); B10b)2; B10c)2; B11a)3; B11b)2; B14 a); B16a); B21a)2; C1 e); C3a); D2 b); D7b)2; E1c)

C15 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4a)2; A5a)2; A5g); A7 a); A8 b); A9 a); A14a); A14d); A15c); B8 a); B10c); B11b); B15c)2; B16c); B18c); B19c); B20a); B24a); D3 b); D4 c); D5a); D6c); D8a)

C16 – 15 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4b); A5e)2; A8 b); A15c); B1a); B2a); B15b); B16c)2; B18c); B20a)2; C2a); C3b); C4a)2; D1 e)

C17 – 16 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 c); A4j); A5b); A5e); A5j)3; A8 b); A9 a); A14d); A15c); B2a)3; B7 a); B11a); B11c); B15c); B16c)3; B20c); B21c); C1 e); C3a)2; D8b)2; D8c); E1c)2; E2c)2

C18 – 13 A - COTAÇÃO

A1-1; A2 b); A4a); A4j); A5d)2; A8 a); A14c); A14g)2; B8 a); B9b); B11b); B15c); B16c); B17a); B18c); D6c)2; D7b); D8b)2; E1c); E2c)

I1 – 17 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A5a)3; A5e); A5g); A6e); A8c); A10 a); A15c); B11a); B20a); D3 b); D4 a); E1c); E2c)2

I2 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4m); A4t); A5f)2; A5h); A5j); A6a)3; A6d); A6e); A6j); A8 b); A11 a); A12c); A15c); B1a)3; B2a)2; B3 b); B5 a); B7 a); B11b); B11c); B13a); B14 a)

I3 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A4g); A5g); A7 b); A8b); A9 a); A15c)2; B1b); B2b); B3 a); B9a); B9b); B15a)3; B15b); B15c); B16a)3; B16c)2; B17a)3; C1 e); D3 c); D4 e); E1c); E3c)

I4 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A4g)2; A5g)3; A14c); A14d); B7 a); B8 a); B11c)3; B14 a); B15c)2; B16a)3; B17a); C1 d); D6b)2; D7b)2; D8b)2; E1c)

I5 – 16 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A6c); A6f); A11 b); A12a); A13 a); A14a); A14d); A14e); B3 a); B9a)2; B11c); B13a)2; B15a)3; B16c)3; B17a); D1 e); D4 a)

I6 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4m); A5g); A8 c); A11 b); A12a); A15a); A15d); B1a); B2a); B2b)2; B3 b); B5 a); B7 a); B10b); B11b); B11c); B15a)2; B15b); B15c); B16c)3; B21a); D6b)

I7 – 12 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 a); A5b); A5g)2; A6c); A8 d); A15a); B2a); B3 a)1; B4 a); B11a); B11c)3; B12a)2; B15a)3; B16a)2; B16b); B16c); B17a); B20a)3; B20c); D1 c); D4 e); D7b)2

I8 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A4d); A5b); A8 b); A14b); A14c); A14d); B7 a); B14 a); B15a)2; B15c)2; B16a)3; B18c); B21a)2; C1 d); D1 e); D5b)

I9 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4p)2; A6e)2; A8 b); A11 b); A12a); A14g)2; B3 a); B7 a); B10a); B11b); B14 a); B15c)2; B16a)3; B17a)3; C2c)2; D4 a)

I10 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4n); A6d)2; A14b); B7 a); B10a); B14 a); B15c); B16a); B16b)2; B17a); B19c); B20c)

I11 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A4b); A5b); A6e); A8 b); A14a); B2a)2; B5 a); B6 a); B7 a); B15c)2; B21b); C1 d); C3a)2; C3c); C5a); D7b); E1c)

I12 – 17 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A4p); A4r)2; A6f); A6h)3; A8 c); A11 b); A12a); A12b); A13 a); A14a); B1a); B3 a); B7 a); B14 a); B15a)3; B16a)2; B17a); B20a)2; B21a); C3a); D3 c); D6a); D6c); E1c); E3a)2; E3c)2

I13 – 10 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 a); A4m)2; A8 b); B2a)2; B3 a); B13b); B15a); B15c)2; B17a); B20c); C3a); D1 c); D4 c)

I14 – 17 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A5a); A5d); A5f)2; A5g)2; A6c)2; A6d)3; A6h); A7 b); A8 b); A11 b); A12b); A14f); A15c); B2a); B3 b); B9a); B11b); B11c)2; B15a)3; B17b); B20a)3; B23a); D3 c); D4 a); D6c); D8c); E3c)

I15 – 13 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4m); A6d); A8 c); A14a); B1a)2; B1b)2; B2a)2; B4 a); B6 a); B7 a); B9c); B10a); B11b); B11c); B12a); B14 a); B15c)2; B16a); B17a)2; B17b); B18c); B20a); B21a)3; B23a)

I16 – 14 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4c)2; A6h); A8 b); B1a); B7 a); B8 a); B9a)2; B11b)2; B14 a); B15a)2; B15c)2; B16a); B17a)2; D6a); D6c); D7b); D8b)

I 17 – 14 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4n)3; A4r); A6d); A8 a); A14g); B1a)3; B2a); B3 b); B7 a); B10b); B11b); B11c); B12c); B14a); B16a)2; B17b); B21a); B23c); C2a); C3a)2; D1 d)

I18 – 18 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A6c); A6e); A6f)2; A8 b); A11 b); A12a); A14b); A14d); B6 a); B9c); B11c); B15c)3; B6a)2; B17a)3; B20c); B23a); C1f); D5a); D5c); D6b); E3a)3; E3b)

I19 – 16 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A3 a); A4c); A4n)2; A4p); A5g)2; A6c); A6f); A8 d); A11 b); A12a); A13 a); A14d); A5a); B2a)2; B4 a); B9a)3; B11a)2; B11c)2; B13a); B15a)3; B16a); B16c)3; B17a); B20a)2; B21c); B23a); C3a); D3 b); D4 a); D8a); E1c)2; E2c); E3c)

I20 – 12 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4r)3; A5g); A6d)2; A6f); A6h)2; A6j); A8 c); A11 a); A12b); A13 a); A14a); A14b); A14c); A15c); B9a)2; B10a)2; B11c)3; B15a)3; B16a); B16b)3; B17a)2; B17b); B20a)2; D4 a); D7b); D8b)

I21 – 16 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A3 a); A4m); A6d)2; A6e); A8 c); A14c); A14g)2; A15a); B2a); B4 a); B7 a); B9a)3; B9b)2; B10a)3; B11a)2; B14 a); B15a)2; B16c)3; B17a)2; B21c)1; D4 e); D8c); E3a)

I22 – 18 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A4n); A5h); A6c); A6e); B5 b); B11a); B13a)3; B15c)2; B16a)2; B20b); B23a); B23c)

I23 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A3 a); A4g)2; A8 c); A14g); B3 a); B8 a); B10a)2; B11a)2; B11c); B12a)2; B15c)2; B16a); B16b); B16c)2; C1 d); C3a); D3b); D8a); D8b); E2c); E3c)3

I24 – 14 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4r); A5b); A5g)3; A6h)2; A8 a); A11 b); A12a); A12b); A15a); A15b); B2a); B3 b); B7 a); B8 a); B9a)2; B11c); B13a)2; B13c), B14 a); B15a)2; B15c)2; B16a); B17a)3; B17b); B20a); B20c)2; C1 e); D1 e); D3 a); D6c); D7a); D7c); E3a)2; E3b)

I25 – 13 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4a); A4g); A5b); A5e); A5g)3; A14d); A14g); B2a)3; B9a)3; B13c); B15a); B17b); B20c); C1 d); D8b); E1c); E3c)

I26 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4d); A4m); A4s); A6c); A6d); A6i)2; A11 b); A12c); A14d); A15b); B1a); B4 a); B5 a); B6 b); B8 a); B10c); B12a)2; B12b); B16c)2; B17a); B21a); B21c); B23a)2; B23c); D1 e); D8c); E1c)3

I27 – 15 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A4g)2; A5b); A6g); A8 a); A11 b); A12b); A14a); A14c); B7 a); B8 a), B11c); B15c); B16c); B18c); D6c)2; D8b)2

I28 – 16 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 c); A4e)2; A4g); A6c); A9 a); A11b); A12a); A14c)2; B7 a); B9a); B15a)3; B15c); B16c)2; B17a); B17c); B20a)3; B21a); B21c); E1c)2; E3c)

I29 – 13 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 b); A5d); A5g)2; A6d); A8 a); A14a); A14b)2; A14c); A14g); A15a)2; B2a); B3 a); B7 a); B8 a); B9b); B11a)3; B11c); B13a)2; B14 a); B15a); B15c)3; B16a); B16c)3; B17a); B21c); B23a); D4 a); D6a)3; D7a)2; D7b)2; D8b); E1c); E2c); E3a)

I30 – 12 A - COTAÇÃO

A1-2; A2 a); A4g); A5a); A5g)3; A8 c); A14g); B1a)2; B2a)2; B4 a); B7 a); B8 a); B9b); B11b)3; B17b); B20c); C1 e); C3a); D6a)2; D7a)3; E1c)2

I31 – 14 A - COTAÇÃO

A1-2; A2b); A4e); A4g); A5b); A5e)3; A8 a); A14g); A15a); B1a); B4 a); B9a); B9b); B10a); B10c); B11a); B15b); B16c); D1 c); D6c); D7a); D7b); E1c)3

ANEXO 8 A

CATEGORIA IDENTIFICAÇÃO

Nesta categoria integram-se as diferentes sub-categorias que se seguem e que foram referidas pelos adolescentes institucionalizados como a seguir se indica.

Quadro 1 – Sub-categorias da Categoria IDENTIFICAÇÃO

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS		Masculino	Feminino	Total
IDENTIFICA-ÇÃO	Idade	10/12	5	5	10
		13/15	39	20	59
		16/18	19	16	35
	Trabalho infantil	Refere	8	5	13
	Motivo de internamento	Indisciplina	24	2	26
		Absentismo à escola	26	4	30
		Agressão física	7	3	10
		Fugas nocturnas	8	2	10
		Vadiagem	6	3	9
		Mendicidade	-----	-----	-----
		Fugas prolongadas	10	11	21
		Pequenos furtos	15	----	15
		Vandalismo	2	-----	2
		Furto c/ propriedade	29	1	30
		Furto contra pessoas	3	----	3
		Prostituição	-----	-----	----
		Falta de apoio familiar/negligência	8	11	19
		Maus tratos (físicos e psicológicos	2	7	9
		Abandono/rejeição	2	1	3
		Gravidez precoce	----	4	4
		Abuso sexual extra familiar	2	-----	2
		Abuso sexual intra familiar	-----	9	9
		Violação extra familiar	----	1	1
		Violação intra familiar	-----	5	5
	Tipo de comportamento desviante	Indisciplina	16	6	22
		Absentismo à escola	31	8	39
		Agressão física	4	----	4
		Fugas nocturnas	13	2	15
		Vadiagem	33	6	39
		Mendicidade	5	5	10
		Fugas prolongadas	27	32	59

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS		Masculino	Feminino	Total
IDENTIFICAÇÃO	Tipo de comportamento desviante	Pequenos furtos	12	3	15
		Vandalismo	5	----	5
		Furto c/ propriedade	42	2	44
		Furto contra pessoas	2	----	2
	Tipo de vitimação	Mendicidade exigida por familiares	1	3	4
		Prostituição	3	----	3
		Falta de apoio familiar/negligência	14	10	24
		Maus tratos (físicos e psicológicos)	7	20	27
		Abandono/rejeição	13	10	23
		Gravidez precoce	----	6	6
		Abuso sexual extra familiar	2	1	3
		Abuso sexual intra familiar	-----	10	10
		Violação extra familiar	----	3	3
		Violação intra familiar	----	6	6
	Idade início compor-tamentos desviantes	Precoce < = 10	16	2	18
		Tardia >10	5	3	8
	Mudança de contexto	1 vez	4	10	14
		2/3 vezes	14	10	24
		4/5 vezes	7	9	16
		+ 6 vezes	2	3	5
	Consumo de substâncias	Refere	19	3	22
	Consumo de álcool	Refere	2	2	4
	Idade inicio das práticas sexuais	< 10 anos	----	3	3
		10/16 anos	1	15	16
		> 16 anos	---	---	---
	Práticas sexuais referidas	Com namorado	-----	8	8
		Abuso sexual	----	6	6
		Violação	-----	6	6
		Prostituição	1	----	1
	Idade da gravidez precoce	< = 15 anos	-----	4	4
		>16 anos	----	----	----
	Perspectivas de futuro	Sair da instituição	26	11	37
		Ir para casa	19	6	25
		Tirar curso/estudar	12	14	26
		Arranjar emprego	26	13	39
		Casar	2	3	5
		Outras	9	2	11
		Sem perspectivas	28	12	40
		Persp. negativas	4	----	4

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS		Masculino	Feminino	Total
IDENTIFICAÇÃO	Gostava que acontecesse	Estar c/a mãe/família	8	11	19
		De carácter profissio-nal	5	3	8
		De carácter pessoal	16	11	27
		De carácter social	1	1	2

CATEGORIA FAMÍLIA

Nesta categoria integram-se as diferentes sub-categorias que se seguem e que foram referidas pelos adolescentes institucionalizados como a seguir se indica.

Quadro 2 – Sub-categorias da Categoria FAMÍLIA

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS		Masculino	Feminino	Total
FAMÍLIA	Proximidade física da mãe	Ausente	31	20	51
		Presente	3	4	7
	Proximidade física do pai	Ausente	43	27	70
		Presente	3	6	9
	Fratria	Grande (>4 irmãos)	16	9	25
		Média (2/4 irmãos)	8	6	14
		Pequena (0/2 irmãos)	1	----	1
	Situação conjugal dos pais	Não juntos	23	9	32
		Juntos	1	----	1
	Actividade profissional da mãe	Não tem	3	4	7
		Tem	14	4	18
	Actividade profissional do pai	Não tem	6	4	10
		Tem	8	2	10
	Consumo de álcool e substâncias na família	Refere	26	21	47
	Mortes na família	Refere	20	11	31
	Relação com a mãe	Negativa	13	23	36
		Neutra	2	7	9
		Positiva	13	8	21
	Relação com o pai	Negativa	13	16	29
		Neutra	9	2	11
		Positiva	11	2	13

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS		Masculino	Feminino	Total
FAMÍLIA	Relações interpessoais	Negativa	26	24	50
		Neutra	29	20	49
		Positiva	25	33	58
	Relação com a madrasta	Negativa	4	7	11
		Neutra	1	1	2
		Positiva	3	1	4
	Relação com o padrasto	Negativa	5	11	16
		Neutra	5	2	7
		Positiva	---	2	2
	Relação violenta do casal com quem viveu	Violenta	14	18	32
		Não violenta	3	---	3
	Imagem materna	Negativa	27	48	75
		Neutra	9	3	12
		Positiva	65	49	114
	Imagem paterna	Negativa	40	39	79
		Neutra	15	7	22
		Positiva	41	30	71
	Imagem da família nuclear	Negativa	19	37	56
		Neutra	7	----	7
		Positiva	7	1	8
	Imagem reacção da mãe ao internamento	Negativa	8	2	10
		Neutra	7	2	9
		Positiva	17	4	21
	Imagem reacção do pai ao internamento	Negativa	3	----	3
		Neutra	4	----	4
		Positiva	12	1	13
	Memórias afectivas da mãe	Negativa	17	25	42
		Neutra	2	1	3
		Positiva	13	11	24
	Memórias afectivas do pai	Negativa	18	14	32
		Neutra	2	1	3
		Positiva	8	7	15
	Memórias afectivas dos avós	Negativa	1	5	6
		Neutra	2	1	3
		Positiva	3	9	12
	Memórias afectivas de outros familiares	Negativa	3	9	12
		Neutra	----	----	----
		Positiva	2	7	9
	Memórias afectivas do contexto/residência	Negativa	4	4	8
		Neutra	----	-----	----
		Positiva	1	----	1

CATEGORIA CONTEXTO ESCOLAR

Nesta categoria integram-se as diferentes sub-categorias que se seguem e que foram referidas pelos adolescentes institucionalizados como a seguir se indica.

Quadro 3 – Sub-categorias da Categoria CONTEXTO ESCOLAR

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS		Masculino	Feminino	Total
CONTEXTO ESCOLAR	Nível escolaridade obtida antes do internamento	Sem escolaridade	3	-----	3
		1° ano	----	----	----
		2° ano	8	----	8
		4° ano	12	6	18
		5°ano	5	3	8
		9° ano	----	1	1
	Relação com os professores	Negativa	14	1	15
		Neutra	-----	----	----
		Positiva	----	4	4
	Relação com o contexto escolar	Negativa	42	11	53
		Neutra	1	----	1
		Positiva	2	1	3
	Memórias afectivas dos professores	Negativa	6	---	6
		Neutra	----	----	----
		Positiva	----	----	----
	Memórias afectivas da escola	Negativa	2	1	3
		Neutra	-----	----	----
		Positiva	1	----	1

CATEGORIA CONTEXTO INSTITUCIONAL

Nesta categoria integram-se as diferentes sub-categorias que se seguem e que foram referidas pelos adolescentes institucionalizados como a seguir se indica.

Quadro 4 – Sub-categorias da Categoria CONTEXTO INSTITUCIONAL

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS		Masculino	Feminino	Total
CONTEXTO INSTITUCIO-NAL	Nível de escolaridade actual	Sem escolaridade	---	---	---
		1° ano	1	----	1
		2° ano	2	3	5
		4° ano	6	2	8
		5° ano	7	8	15
		9° ano	----	----	----
	Número de internamentos	1 vez	1	----	1
		2 ou mais vezes	8	-----	8
	Fugas da Instituição	Não tem	4	1	5
		1 / 2 vezes	5	4	9
		Mais de 2 vezes	6	5	11
	Visitas à família após internamento	Nunca	5	8	13
		Férias	5	2	7
		Irregularmente	7	6	13
		Quinzenal	3	-----	3
		Semanal	11	3	14
	Relação com os técnicos	Negativa	5	1	6
		Neutra	5	3	8
		Positiva	3	2	5
	Relação com a Instituição/Colégio	Negativa	22	9	31
		Neutra	7	4	11
		Positiva	20	8	28
	Relação com o juiz/tribunal	Negativa	5	7	12
		Neutra	25	10	35
		Positiva	4	1	5
	Relação com a polícia	Negativa	12	2	14
		Neutra	28	14	42
		Positiva	2	3	5

CATEGORIA GRUPO DE PARES

Nesta categoria integram-se as diferentes sub-categorias que se seguem e que foram referidas pelos adolescentes institucionalizados como a seguir se indica.

Quadro 5 – Sub-categorias da Categoria GRUPO DE PARES

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS		Masculino	Feminino	Total
GRUPO DE PARES	Relação com o grupo de pares no exterior	Negativa	15	----	15
		Neutra	4	----	4
		Positiva	31	20	51
	Relação com o grupo de pares na instituição	Negativa	6	2	8
		Neutra	2	----	2
		Positiva	9	6	15
	Relação com namorado/a	Negativa	----	9	9
		Neutra	1	2	3
		Positiva	----	10	10